

3º CICLO  
DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

A guerra na fronteira mirandesa durante a  
Época Moderna: da Guerra da Aclamação à  
Guerra Fantástica  
Jorge Filipe Pereira de Araújo

**D**

2020



**Jorge Filipe Pereira de Araújo**

**A guerra na fronteira mirandesa durante a Época Moderna: da  
Guerra da Aclamação à Guerra Fantástica**

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História, orientada pelo Professor Doutor  
António Barros Cardoso  
e coorientada pelo Professor Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

julho de 2020

# A guerra na fronteira mirandesa durante a Época Moderna: da Guerra da Aclamação à Guerra Fantástica

Jorge Filipe Pereira de Araújo

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História, orientada pelo Professor Doutor António Barros Cardoso e coorientada pelo Professor Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida

## Membros do Júri

Professor Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professora Doutora Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de Araújo  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Professor Doutor José Viriato Eiras Capela  
Departamento de História da Universidade do Minho

Professor Doutor Sérgio Alexandre Soldá da Silva Veludo Coelho  
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professor Doutor Mário Jorge Lopes Neto Barroca  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professor Doutor António Manuel de Barros Cardoso  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Menção obtida: Aprovado por Unanimidade

*Para a minha Família*

## Sumário

Agradecimentos.....	8
Resumo.....	10
Abstract .....	13
Índice dos anexos .....	16
Anexo 1 - Cartografia.....	17
Anexo 2 – Plantas e desenhos .....	19
Anexo 3 – Quadros.....	21
Anexo 4 – Fotografias do autor.....	23
Anexo 5 – Documentos .....	24
Lista de abreviaturas e siglas.....	26
Introdução .....	27
Opções metodológicas.....	30
Capítulo 1 – O Território.....	44
1.1.As definições de “fronteira” .....	44
1.2.A construção da “fronteira mirandesa” .....	45
1.3. As estruturas viárias da fronteira mirandesa .....	53
1.3.1. Os traçados viários anteriores à Época Moderna .....	53
1.3.2. As estruturas viárias da fronteira mirandesa na Época Moderna .....	57
1.3.3. A duração das viagens e as distâncias a percorrer.....	66
1.3.4. O contributo da Época Moderna: um território mais visível .....	69
<b>Capítulo 2 – Os sistemas defensivos da fronteira mirandesa .....</b>	<b>76</b>
2.1.As linhas de defesa da fronteira mirandesa.....	76
2.2. Os diferentes modelos de construção defensiva.....	78
2.3.As fortificações da fronteira mirandesa .....	90
2.3.1. O castelo de Algosó .....	90
2.3.2. As estruturas defensivas de Miranda do Douro .....	97
2.3.3. O castelo de Mogadouro .....	121
2.3.4. O castelo de Outeiro de Miranda .....	127
2.3.5. O castelo de Penas Roias .....	136
2.3.6. O castelo de Vimioso.....	140
2.4.Estruturas complementares de vigia .....	164

<b>Capítulo 3 – Guerra da Aclamação (1641-1668)</b> .....	168
3.1. A reorganização da administração militar.....	169
3.2. Formas de financiamento da guerra .....	179
3.3. As dificuldades no sustento das tropas.....	193
3.4. As diferentes fases da guerra.....	199
3.4.1. Primeira fase (1641-1658).....	200
3.4.2. Segunda fase (1659-1662).....	235
3.4.3. Terceira fase (1662-1668) .....	238
<b>Capítulo 4 - Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714)</b> .....	240
4.1. Uma paz provisória (1668-1701) .....	241
4.2. A diplomacia portuguesa: entre França e a Inglaterra.....	245
4.2. Formas de financiamento da guerra .....	248
4.3. A primeira fase da guerra (1704-1709).....	249
4.3. O papel militar da região de Zamora.....	260
4.4. A ocupação do território mirandês pelos borbónicos (1710-11).....	267
4.5. A resposta portuguesa: a invasão da raia zamorana (1710-11).....	280
4.6. Represálias borbónicas contra Carbajales e Vimioso (1711).....	288
4.7. A ocupação da província de Zamora (1711-15).....	293
4.8. As consequências dos acordos de paz (1713-15).....	296
4.9. A reorganização da administração e dos efetivos militares.....	300
<b>Capítulo 5 - Guerra dos Sete Anos (1756-1763)</b> .....	310
5.1. A reação portuguesa ao Pacto de Família .....	310
5.2. Formas de financiamento da guerra .....	316
5.3. As medidas de defesa anglo-portuguesas.....	321
5.4. Os planos de invasão franco-espanhóis.....	330
5.5. A invasão espanhola a partir da fronteira mirandesa (maio-junho, 1762).....	337
5.6. A ocupação espanhola do território transmontano .....	365
5.7. A “defesa em profundidade” anglo-portuguesa .....	368
5.8. A retirada espanhola da região transmontana (junho-julho, 1762) .....	383
Conclusão.....	391
<b>Glossário</b> .....	400
Fontes .....	412
Fontes cartográficas .....	412
Fontes Impressas .....	422

Fontes manuscritas .....	427
Bibliografia .....	435

## **Agradecimentos**

Os agradecimentos ficam sempre aquém do que pensámos escrever, porque as ações, por vezes, não se enquadram com palavras. Agradeço, em primeiro lugar, o profissionalismo e a paciência prestada pelo meu orientador, o Professor Doutor António Barros Cardoso, cuja experiência e capacidade me proporcionaram um apoio incalculável. Ao meu coorientador, Professor Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida, o meu agradecimento pela amizade de muitos anos, acompanhada pela partilha de ideias e de trabalho, quer a nível historiográfico, quer a nível arqueológico, que me ofereceram uma visão mais completa e sustentada da História. Ao meu querido amigo e compadre, Miguel Costa, o meu agradecimento pela sua eterna amizade, e, neste caso, pelos seus conselhos e apoio na elaboração dos mapas. Ao meu estimado amigo Mário Gonçalves, o agradecimento pela sua amizade inquebrável, e por me ter acompanhado pelas estradas da raia mirandesa, entre as duas margens do Rio Douro, com o seu companheirismo, com os seus conselhos, as suas ideias e o seu espírito prático. Ao meu amigo, Doutor Luís Moreira, cuja Geografia também me orientou no caminho certo para a elaboração, pesquisa e melhor compreensão da cartografia antiga. Aos amigos que aqui não nomeio, mas que, de uma maneira ou de outra, me acompanharam ao longo destes anos, nunca me deixando abandonar o projeto.

Aos que, oficialmente ou não, contribuíram para me facilitar o trabalho, abrindo-me as portas de arquivos e o acesso a materiais inestimáveis, dos quais devo destacar a Doutora Mónica Sofia Salgado, da Câmara Municipal de Miranda do Douro, cuja paixão pela arqueologia e por Miranda me entusiasmaram ainda mais para este trabalho, o Sargento-Chefe Paulo Jorge dos Santos Almeida, do Arquivo Histórico Militar, cujo profissionalismo e celeridade de resposta aos meus pedidos foram inestimáveis, e os diversos técnicos e responsáveis do Arquivo Municipal de Miranda do Douro, do Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo, do Arquivo Municipal de Vimioso, do Arquivo Distrital de Bragança, do Arquivo Distrital de Vila Real, e do Arquivo Histórico do Porto.

Se me permitem, deixo para o fim o apoio mais importante: o da minha família.



Agradeço do fundo do coração aos meus Pais, cujo Amor infinito os levam a confiar sempre em mim e nos meus projetos, qualquer que seja o resultado, em nome de um Bem maior, o qual eu, um dia, espero alcançar com as minhas lindas filhas. À minha Esposa, cujo Amor se revelou ainda mais profundo, agarrado às raízes de algo que as palavras também não podem descrever, pela sua paciência infinita, pelo seu acompanhamento permanente, e pela sua preocupação diária com a evolução do trabalho, e com a minha própria saúde. O Destino fez-nos bem.

## **Resumo**

A guerra foi sempre um fator de transformação. Nada fica igual, quer seja a nível político, social, económico ou, simplesmente, material. As sociedades mudam. As fronteiras mudam. As mentalidades mudam. Na historiografia portuguesa, a guerra sempre foi um assunto abordado em abundantes textos, uns, muitas vezes demasiado genéricos, outros, apenas relacionados com acontecimentos datados e restritos quanto à sua abordagem, meramente propagandísticos ou descritivos de um determinado acontecimento. Mas o “fazer” da História mudou. Por isso, cada vez mais, os assuntos militares refletem outras visões, visões de conjunto que permitem ao historiador desenvolver e comparar o estudo da paisagem e do terreno que serviu como palco da ação bélica, a evolução das estratégias militares, os diversos métodos de construção das estruturas militares, ou as mentalidades de cada época, conjugando-as com as políticas do poder central ou os interesses e objetivos que cada campanha militar procurava alcançar.

Neste sentido, esta tese de doutoramento pretende estudar a evolução militar da denominada “fronteira mirandesa”, ao longo dos séculos XVII e XVIII, nomeadamente através da análise das características e efeitos militares da Guerra da Aclamação (1640-1668), da Guerra de Sucessão de Espanha (1702-1712) e da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), na região em causa, verificando-se que esta fronteira desempenhou um papel cada vez mais importante, participando na concretização de objetivos relevantes, ao longo do período cronológico abordado.

Pelo estudo efetuado, pretendemos demonstrar que as operações militares levadas a cabo na fronteira mirandesa e no restante território transmontano, mostram a evolução dos diferentes tipos de guerra desenvolvidos na Época Moderna, abrangendo a guerra de desgaste, ações de ocupação efetiva de território e, finalmente, o desenvolvimento da defesa em profundidade, onde preferencialmente se utilizaram milícias e outras unidades com maior mobilidade de combate e flexibilidade tática, nomeadamente de cavalaria, em colaboração com as unidades pagas e as unidades estrangeiras, com destaque para o contributo de vários oficiais de diferentes nacionalidades para o desenrolar dos

acontecimentos. O estudo desta fronteira abrange igualmente a evolução e o relacionamento das estruturas militares da “fronteira mirandesa”, destacando-se, no período em análise, o papel e a evolução das estruturas militares de Miranda do Douro, Vimioso e Outeiro de Miranda. Ao longo da tese, Miranda do Douro surge sempre como a praça de guerra principal, enquanto fortificações como a de Vimioso, são encaradas sobretudo como pontos de apoio logístico. Estas fortificações sofreram adaptações, ao longo da Época Moderna, financiadas sobretudo com recursos locais, optando-se normalmente por obras de defesa mais rápidas de efetuar, tais como fossos, estacadas, ou muros feitos em terra ou xisto.

Sendo assim, as estruturas defensivas que as forças espanholas encontraram na fronteira mirandesa, ao longo dos séculos XVII e XVIII, podem ser agrupadas em dois conjuntos: um conjunto composto pelas estruturas de Mogadouro, Penas Róias e Algosó, que se tornaram, sobretudo a partir do final da Idade Média, em residências dos senhores e das autoridades militares e administrativas das respetivas regiões, e um outro grupo, liderado pelo conjunto de estruturas de Miranda do Douro, e a que podemos juntar as fortificações de Vimioso e de Outeiro de Miranda, esta última, pelo menos, durante a Guerra da Aclamação, e que terão um papel mais ativo e preponderante nos conflitos dos séculos XVII e XVIII, entre Portugal e Espanha.

Acompanhando as ideias de Blas Reinaldo, “*para entender el sentido de la arquitectura defensiva no se puede estudiar cada fortificación por separado (...). Es necesario detectar la presencia de sistemas de fortificación a lo largo de un determinado territorio y entenderlos según las características del mismo*”<sup>1</sup>. Por isso, estes aspetos não foram analisados, obviamente, de forma isolada, permitindo-se que a simbiose entre a arqueologia da paisagem e a arqueologia da arquitetura se tornassem também um ponto de partida, tendo em conta que a arquitetura não pode deixar de ser entendida, também, como forma de apropriação e articulação com o espaço em que se integram.

Neste sentido, a investigação apurada, a nível documental e cartográfico, permitiu-nos desenvolver uma visão de conjunto, alicerçada na interligação dos acontecimentos militares com as fortificações existentes, mas também com as

---

<sup>1</sup> BLAS REINALDO, 2015, p. 24.

características físicas do território, com as principais vias de comunicação que o atravessavam e o serviam, e com outros pontos de apoio de defesa, como os fachos ou as atalaias, que permitiam a vigilância das estradas e das movimentações inimigas, servindo para avisar atempadamente as guarnições locais e, sobretudo, as populações, para se defenderem ou refugiarem, sempre que necessário. Por isso, a população transmontana sempre se mostrou resistente e resiliente, com capacidade logística e estratégica para vigiar e desgastar o inimigo, escapando às suas depredações e pilhagens, sempre que possível, retirando com as suas famílias e os seus haveres para locais de mais difícil acesso para as tropas inimigas. O caráter das populações locais seria abordado, de forma soberba, no texto do espanhol Juan González, datado de 1762, descrevendo os transmontanos desta forma: *“La gente de esta Provincia, generalmente es robusta, y fuerte, aficionada à la Guerra, y otros briosos, y valientes ejercicios”*<sup>2</sup>.

Apesar desta resistência e dos sucessos alcançados, o presente estudo conclui igualmente que, sobretudo a partir da Guerra dos Sete Anos, os desenvolvimentos militares conduziram a uma crescente diminuição da população, em determinadas áreas da fronteira, à desorganização geral das atividades económicas, e à destruição de quase todas as estruturas militares da região, com destaque para as estruturas de Vimioso, destruídas em 1711, e as de Miranda do Douro e Outeiro de Miranda, destruídas ou consumidas pelas chamas em 1762, a que se acrescentou o crescente desinteresse das autoridades centrais pela região, após estes acontecimentos, visíveis na fuga do bispo de Miranda para Bragança ou na redução sistemática dos efetivos militares posicionados na fronteira mirandesa, entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

**Palavras-chave:** Guerra da Aclamação; Guerra de Sucessão de Espanha; Guerra dos Sete Anos; Guerra Fantástica.

---

<sup>2</sup> GONZÁLEZ, 1762, p. 13.

## **Abstract**

The war has always been a transformation factor. Nothing stays the same, in political, social, economic or just material level. Societies change. Borders change. Mentalities change. In Portuguese historiography, the war has always been a talked issue in many articles, some of them too much generic, others just related to dated and restricted events, merely descriptive and propaganda of a determined event. But the “making” of History changed, so, the military issues reflect other visions, global visions that allows the historian to develop and compare the sight and field study that was the battlefield, the evolution of military strategies, the diverse methods of military structure constructions, or the mentalities of each era, combining them with the guidelines of the central power or the interests and objectives that each military campaign was looking to achieve.

This PhD wants to study the military evolution of the “fronteira mirandesa”, throughout the XVII and XVIII centuries, more specifically analyzing the technical features and the military effects of the Acclamation War (1640-1668), the Spanish Succession War (1702-1712) and the Seven Years War (1756-1763), in the studied region, showing that this border had an increasingly role, being part on relevant concretization of the main objectives, throughout the chronological approached period of time.

With this study, we pretend to demonstrate that the military operations carried on the Miranda border and in the rest of the territory, show us the evolution of many different types of war developed in the Early Modern Period, including the attrition warfare, effective occupation of the territory, and, finally, the development of the defense in depth strategy, where it were preferably used militias and other units with bigger combat mobility and tactic flexibility, namely the cavalry, in collaboration with the payed units and the foreign units, highlighted with the contribution of several officials of different nationalities, for the unwind of the events.

The study of this border also includes the evolution and relation of the military structures of the “fronteira mirandesa”, standing out, on the analyzed period, the role and

evolution of the military structures in Miranda do Douro, Vimioso and Outeiro de Miranda. Over this thesis, Miranda do Douro is always mentioned as the main war fortification, while the fortifications like the ones in Vimioso are viewed as main points of logistic backup. These fortifications were adapted, throughout the Early Modern Period, financed especially by local resources, normally choosing defense works that were made quickly, like ditches, stakes or walls made of dirt and schist.

Thus, the defensive structures that the Spanish armies found in the border, throughout the XVII and XVIII centuries, can be grouped in two sets: one set made of the Mogadouro, Penas Róias and Algosó structures, which became, especially in the final of the Middle Age, in residences of the landlords and military and administrative authorities in the respective regions, and the other set, led by the group of structures of Miranda do Douro, Vimioso and Outeiro de Miranda, the last one, at least, during the Acclamation War, and that will have a more active and overweight participation on the conflicts of the XVII and XVIII centuries, between Portugal and Spain.

Following the Blas Reinaldo ideas, *“para entender el sentido de la arquitectura defensiva no se puede estudiar cada fortificación por separado (...). Es necesario detectar la presencia de sistemas de fortificación a lo largo de un determinado territorio y entenderlos según las características del mismo”*<sup>3</sup>. So, these aspects weren't, obviously, analysed in an isolated way, allowing that the symbiosis between landscaped archeology and the architectural archeology became also a starting point, knowing that the architecture cannot be misunderstood, also, as a way of appropriation and link between the space they fit in.

In this sense, the accurate investigation, in a documental and cartographic level, allow us to develop a group vision, grounded in the interconnection of the military happenings with the existing fortifications, but also with the physical characteristics of the territory, with the main communication ways that crossed it and served it, and with other defense backup points, like the look-out posts, that allowed the surveillance of roads and enemy movements, serving for warning the local garrisons and, specially, the populations, so they could defend themselves or take refuge, whenever necessary. So,

---

<sup>3</sup> BLAS REINALDO, 2015, p. 24.

the population of Trás-os-Montes always showed themselves as resistant and resilient, with logistics and strategic capacity to watch and wear out the enemy, escaping their looting, whenever possible, going with their own families and their own possessions to difficult access locations for enemy troops. The character of the local population was described, superbly, in the text by the Spanish Juan González, dated from 1762, viewing them like: “*La gente de esta Provincia, generalmente es robusta, y fuerte, aficionada à la Guerra, y otros briosos, y valientes exercícios*”<sup>4</sup>.

Although this resistance and the achieved successes, the following study also concludes that, especially at the end of the Seven Years War, the military developments led to a decrease of the population, in certain areas of the border, led to a general disorganization of the economic activities and led to the destruction of almost all the military structures of the region, highlighted the Vimioso structures, destroyed in 1711 and the Miranda do Douro and Outeiro de Miranda structures, destroyed or consumed by flames in 1762, added to the growing oblivion of the central authorities in relation to the region, after these events, noticeable in the escape of the Bishop from Miranda to Bragança or in the systematic reduction of the military personnel stationed in the mirandesa border, between the final od the XVIII century and the beginning of the XIX century.

**Keywords:** War of the Acclamation; War of the Spanish Succession; War of the Seven Years; The Fantastic War.

---

<sup>4</sup> GONZÁLEZ, 1762, p. 13.

## **Índice dos anexos**



## Anexo 1 - Cartografia

- Imagem 1 – Carta Administrativa de Portugal: Trás-os-Montes, 2019.
- Imagens 2A e 2B – O nordeste transmontano no mapa de Fernando Álvares Seco, 1561.
- Imagens 3A e 3B – O nordeste transmontano no mapa de João Teixeira Albernaz, c. 1640.
- Imagem 4 – Plano da fronteira entre Espanha e Portugal (pormenor), 1641.
- Imagem 5 – O Norte de Portugal no mapa de Nicolas de Fer, 1703.
- Imagens 6A e 6B – A província de Trás-os-Montes no mapa de François Baillieul, 1735.
- Imagens 7A e 7B – Trás-os-Montes no mapa de Luís Caetano de Lima, 1736.
- Imagem 8 – O Nordeste transmontano no mapa de Nicolas de Fer, 1742.
- Imagens 9A e 9B – Postos de fronteira da jurisdição de Alcañices, 1757.
- Imagens 10A e 10B – O nordeste transmontano, José Monteiro de Carvalho, 1758?
- Imagens 11A e 11B – Mapa das províncias do Douro e de Trás-os-Montes, 1762.
- Imagens 12A e 12B – Mapa do Norte de Portugal, por António de Gaver, 1762.
- Imagens 13A e 13B – Mapa das cidades fortificadas do Norte de Portugal. 1762.
- Imagens 14A e 14B – Mapa do Sudeste da província de Trás-os-Montes, 1762.
- Imagem 15 – Mapa da província de Zamora, 1773.
- Imagem 16 – Mapa da província de Trás-os-Montes, 1778.
- Imagens 17A e 17B – Mapa da raia de Portugal, 1785.
- Imagens 18A e 18B – Mapa da província de Trás-os-Montes, 1790.
- Imagens 19A e 19B – Carta militar das principais estradas de Portugal, 1808.
- Imagem 20 – Mapa do Norte de Portugal, 1808.
- Imagem 21 – Carta Geográfica da Província de Trás-os-Montes, s/d.
- Imagem 22 – Reconhecimento corográfico da raia transmontana, 1840.
- Imagem 23 – A “Terra de Miranda”.
- Imagem 24 – Principais vias romanas do nordeste transmontano.
- Imagem 25 – Principais vias medievais do nordeste transmontano.
- Imagem 26 – Principais estruturas e pontos de passagem no nordeste transmontano.
- Imagem 27 – Os domínios dos Braganções nos séculos XI-XII.
- Imagem 28 – “Terras” e castelos templários na fronteira mirandesa, séc. XI-XII.

Imagem 29 – Castelos do Hospital e do Templo na fronteira mirandesa, séc. XIII.

Imagem 30 – Forais concedidos por D. Afonso I e D. Sancho I no nordeste transmontano.

Imagem 31 – Coutos de homiziados da região mirandesa, séc. XIV-XV.

Imagem 32 – Principais alfândegas e portos secos da região transmontana, séc. XVI.

Imagem 33 – Itinerário de Duarte de Armas na fronteira mirandesa, c. 1509.

Imagem 34 – Itinerário de Mendo Afonso de Resende na fronteira mirandesa, 1538.

Imagem 35 – Distâncias e tempos de marcha de um soldado na fronteira mirandesa.

Imagem 36 – As vias transmontanas, segundo o *Roteiro Terrestre de Portugal*, 1748.

Imagem 37 – Itinerário de Heinrich Friedrich Link em Trás-os-Montes, 1797-1799.

Imagem 38 – Evolução das linhas de defesa do nordeste transmontano, séc. XII-XVI.

Imagem 39 – Pontos de defesa e de vigia na região mirandesa.

Imagem 40 – Castelos da raia envolvidos nas guerras contra Leão/Castela, séc. XII-XIV.

Imagem 41 – Campanhas militares na fronteira mirandesa, 1641.

Imagem 42 – Campanhas militares na fronteira mirandesa, 1642.

Imagem 43 – Campanhas militares na fronteira mirandesa, 1646.

Imagem 44 – Campanhas militares na fronteira mirandesa, 1650.

Imagem 45 – Campanhas militares na fronteira mirandesa, 1655.

Imagem 46 – Campanhas militares na fronteira mirandesa, 1659.

Imagem 47 – Invasão borbónica na fronteira mirandesa, 1710.

Imagem 48 – Contra-ataques portugueses na fronteira mirandesa, 1710.

Imagem 49 – Campanhas militares na fronteira mirandesa, 1711.

Imagem 50 – A reconquista da praça de Miranda pelos Portugueses, 1711.

Imagem 51 – Territórios ocupados pelas forças portuguesas, 1711-1715.

Imagem 52 – Planos de invasão espanhóis para 1762, segundo o mapa de Zannoni.

Imagem 53 – Preparativos espanhóis para a invasão de Trás-os-Montes, 1761-1762.

Imagem 54 – Rota de invasão do exército espanhol no Nordeste, 1762.

Imagem 55 – Invasão espanhola de Trás-os-Montes e bloqueio anglo-português, 1762.

Imagens 56A e 56B – Ocupação espanhola entre Duas Igrejas e Torre de Moncorvo, 1762.

Imagens 57A e 57B – Plano do campo espanhol em Torre de Moncorvo, 1762.

Imagens 58A e 58B – Reconhecimento da Barca da Torre, ou do Pocinho, 1762.

Imagens 59A e 59B – Reconhecimento da Barca de Vila Nova, 1762.  
Imagens 60A e 60B – Reconhecimento da Barca de Alva, 1762.  
Imagens 61A e 61B – Reconhecimento da Barca do Freixo, 1762.  
Imagem 62 – Rotas do auxílio militar britânico a Portugal, 1762.  
Imagem 63 – Retirada das forças espanholas de Trás-os-Montes, 1762.

## Anexo 2 – Plantas e desenhos

Imagem 1 – Elementos de uma fortificação, Cristóbal de Rojas, 1595.  
Imagem 2 – Frente das fortificações, Cristóbal de Rojas, 1598.  
Imagem 3 – Perfil de uma fortificação, Cristóbal de Rojas, 1598.  
Imagem 4 – Planta de uma fortificação, Cristóbal de Rojas, 1598.  
Imagem 5 – Planta de quatro baluartes, Cristóbal de Rojas, 1598.  
Imagem 6 – Perfil de muralha, Cristóbal de Rojas, 1598.  
Imagem 7 – Forte em estrela, Cristóbal de Rojas, 1598.  
Imagem 8 – Fortificação com quatro baluartes, Azevedo Fortes, 1729.  
Imagem 9 – Exemplos de defesas exteriores, Azevedo Fortes, 1729.  
Imagem 10 – Planta do castelo de Algosó.  
Imagem 11 – Vista do castelo de Algosó, 1509.  
Imagem 12 – Planta de Miranda do Douro e arredores.  
Imagem 13 – Planta do castelo e muralhas de Miranda do Douro.  
Imagem 14 – Vista de Miranda do Douro, lado este, 1509.  
Imagem 15 – Vista de Miranda do Douro, lado este.  
Imagem 16 – Vista de Miranda do Douro, lado noroeste, 1509.  
Imagem 17 – Vista de Miranda do Douro, lado noroeste.  
Imagens 18A e 18B – Planta do castelo de Miranda do Douro, 1509.  
Imagem 19 – Planta da cidade de Miranda do Douro, c. 1640.  
Imagens 20A e 20B, Planta da cidade de Miranda do Douro, s/d.  
Imagem 21 – Planta da cidade de Miranda do Douro, José Monteiro de Carvalho, s/d.  
Imagem 22 – Planta da cidade de Miranda do Douro, José Monteiro de Carvalho, s/d.

Imagens 23A e 23B – Planta da cidade de Miranda do Douro, Antonio de Gaver, 1762.

Imagens 24A e 24B – Planta da cidade de Miranda do Douro, Juan Grissot, 1762.

Imagem 25 – Evolução das estruturas defensivas de Miranda do Douro (séc. XVI-XVIII).

Imagens 26A e 26B – Plano da praça de Miranda e sua envolvência, 1762.

Imagens 27A e 27B – Praça de Miranda do Douro e alcance da artilharia espanhola, 1762.

Imagem 28 – Pormenor da fortaleza de Miranda do Douro, António Hobert, 1762.

Imagens 29A e 29B – Praça de Miranda do Douro e alcance da artilharia espanhola, 1780.

Imagem 30 – Planta da cidade de Miranda depois da destruição do castelo, 1762.

Imagem 31 – Planta do castelo de Miranda do Douro após a sua destruição, 1762.

Imagem 32 – Planta do castelo de Miranda do Douro após a sua destruição, 1762.

Imagem 33 – Vista do castelo de Miranda do Douro após a sua destruição, 1762.

Imagem 34 – Vista de Miranda do Douro após a destruição do castelo e muralhas, 1762.

Imagem 35 – Planta de Miranda do Douro, José Maria Cavanha, 1763.

Imagem 36 – Planta de Miranda do Douro, 1762.

Imagem 37 – Planta de Miranda do Douro, 1840.

Imagem 38 – Vista do castelo de Mogadouro, lado este, 1509.

Imagem 39 – Vista do castelo de Mogadouro, lado este.

Imagem 40 – Vista do castelo de Mogadouro, lado oeste, 1509.

Imagem 41 – Vista do castelo de Mogadouro, lado oeste.

Imagens 42A e 42B – Planta do castelo de Mogadouro, 1509.

Imagens 43A e 43B – Plano da vila de Mogadouro e seus arredores, 1762.

Imagem 44 – Vista do castelo de Outeiro de Miranda, lado oeste, 1509.

Imagem 45 – Vista do castelo de Outeiro de Miranda, lado oeste.

Imagem 46 – Vista do castelo de Outeiro de Miranda, lado este, 1509.

Imagem 47 – Vista do castelo de Outeiro de Miranda, lado este.

Imagens 48A e 48B – Planta do castelo de Outeiro de Miranda, 1509.

Imagem 49A e 49B – Planta do castelo de Outeiro de Miranda, 1753.

Imagem 50 – Planta do castelo de Outeiro de Miranda, s/d.

Imagem 51 – Planta do castelo de Outeiro de Miranda, s/d.

Imagem 52 – Planta do castelo de Outeiro de Miranda, 1762.

Imagem 53 – Planta do castelo de Outeiro de Miranda, s/d.  
Imagem 54 – Vista do castelo de Penas Róias, lado norte, 1509.  
Imagem 55 – Vista do castelo de Penas Róias, lado norte.  
Imagem 56 – Vista do castelo de Penas Róias, lado sul, 1509.  
Imagem 57 – Vista do castelo de Penas Róias, lado sul.  
Imagens 58A e 58B – Planta do castelo de Penas Róias, 1509.  
Imagens 59A e 59B – Planta da torre de menagem do castelo de Penas Róias, 1984.  
Imagem 60 – Vista do castelo de Vimioso, lado noroeste, 1509.  
Imagem 61 – Vista do castelo de Vimioso, lado noroeste.  
Imagem 62 – Vista do castelo de Vimioso, lado sueste, 1509.  
Imagem 63 – Vista do castelo de Vimioso, lado sueste.  
Imagens 64A e 64B – Planta do castelo de Vimioso, 1509.  
Imagem 65 – Proposta de estruturas pré-existentes ao castelo de Vimioso.  
Imagens 66A e 66B – Planta do castelo de Vimioso, José Monteiro de Carvalho, s/d.  
Imagem 67 – Planta do castelo de Vimioso, José Monteiro de Carvalho, 1753.  
Imagem 68 – Planta do castelo de Vimioso, Luís de Távora, s/d.  
Imagens 69A e 69B – Planta topográfica de Vimioso e seus arredores, 1797.  
Imagem 70 – Planta do castelo de Vimioso, 1850.  
Imagem 71 – Planta do Forte de Carbajales, 1721.  
Imagens 72A e 72B – Plano do Forte de Carbajales, 1739.

### Anexo 3 – Quadros

Quadro 1 – Localização georreferenciada de pontes e barcas da região mirandesa.  
Quadro 2 – Topónimos relacionados com aspetos defensivos da região mirandesa.  
Quadro 3 – Principais vias de ligação a Miranda do Douro, João Batista de Castro, 1748.  
Quadro 4 - Percurso entre Puebla de Sanabria e Torre de Moncorvo, Campomanes, 1762.  
Quadro 5 – Tratados e acordos internacionais de definição da fronteira portuguesa.  
Quadro 6 – Papel das estruturas defensivas da fronteira mirandesa, séc. XII-XVIII.  
Quadro 7 – Fases de construção das estruturas defensivas da fronteira mirandesa.

- Quadro 8 – Objetivos das campanhas militares portuguesas, séc. XVII-XVIII.
- Quadro 9 – Tropas necessárias para guarnecer as praças de Trás-os-Montes, 1646.
- Quadro 10 – Dinheiro consignado para o sustento das tropas no Reino, 1646.
- Quadro 11 – Rendimento das terças do Reino, 1649.
- Quadro 12 – Quantias exigidas ao Cabido e Mitra de Miranda do Douro, 1641-1667.
- Quadro 13 – Responsáveis pelo governo das armas de Trás-os-Montes, 1641-1763.
- Quadro 14 – Responsáveis pelos castelos da fronteira mirandesa, 1367.
- Quadro 15 – Coutos de homiziados da fronteira mirandesa, séc. XIV-XV.
- Quadro 16 – Dinheiro para as fortificações de Trás-os-Montes, 1509-1518.
- Quadro 17 – Demarcação da fronteira portuguesa entre Freixo e Bragança, 1538.
- Quadro 18 – Número de tropas proposto para Trás-os-Montes, 1646.
- Quadro 19 – Efetivos militares em Trás-os-Montes, 1646-1666.
- Quadro 20 – Lista de oficiais para as companhias das praças de Trás-os-Montes, 1707.
- Quadro 21 – Outros oficiais nomeados para a província de Trás-os-Montes, 1704-1708.
- Quadro 22 – Forças borbónicas utilizadas no ataque a Miranda do Douro, 1710.
- Quadro 23 – Guarnição espanhola aprisionada em Miranda do Douro, 1711.
- Quadro 24 – Mapa dos postos militares das praças de Trás-os-Montes, 1759-1761.
- Quadro 25 – Trajetos projetados para a invasão espanhola de 1762, John Lodge, 1808.
- Quadro 26 – Artilharia espanhola destinada à invasão de Portugal, 1762.
- Quadro 27 – Estado-maior do exército do Marquês de Sarriá, 1762.
- Quadro 28 – Regimentos que participaram na invasão de Trás-os-Montes, 1762.
- Quadro 29 – Progresso dos regimentos que invadiram Portugal, 1762.
- Quadro 30 – Material de guerra encontrado pelos espanhóis em Miranda do Douro, 1762.
- Quadro 31 – Tropas portuguesas estacionadas em Miranda do Douro, 1762.05.09.
- Quadro 32 – Novos regimentos colocados no Norte de Portugal, 1762.04.22.
- Quadro 33 – Mortes provocadas pelo ataque espanhol a Vimioso, 1762.08.14.
- Quadro 34 – Engenheiros militares colocados em Trás-os-Montes, 1642-1765
- Quadro 35 – Outros militares estrangeiros colocados em Trás-os-Montes, 1643-1651.
- Quadro 36 – Oficiais nomeados para postos militares em Trás-os-Montes, 1761-1762.

#### Anexo 4 – Fotografias do autor

Fotografia 1 – Ponte de Izeda, 2013.

Fotografia 2 – Ponte de S. Joanico, 2013.

Fotografia 3 – Ruínas do castelo de Miranda do Douro, lado nascente, 2015.

Fotografia 4 – Ruínas do castelo de Miranda do Douro, lado oeste, 2015.

Fotografia 5 – Vista da Catedral de Miranda e das arribas do Rio Douro, 2015.

Fotografia 6 – Restos da muralha medieval (antiga Porta de Santo António, 2015.

Fotografia 7 – Atual Avenida Aranda de Duero, por onde se estendia o hornaveque, 2015.

Fotografia 8 – Rio Febros, junto ao castelo de Miranda do Douro, 2015.

Fotografia 9 – Defesas exteriores de Miranda do Douro, lado noroeste, 2015.

Fotografia 10 – Porta de Nossa Senhora do Amparo, 2015.

Fotografia 11 – Ruínas da barbacã da Porta de Nossa Senhora do Amparo, 2015.

Fotografia 12 – Troneira, barbacã, Porta de Nossa Senhora do Amparo, lado norte, 2015.

Fotografia 13 – Troneira, barbacã, Porta de Nossa Senhora do Amparo, lado sul, 2015.

Fotografia 14 – Entrada do baluarte da Porta de Nossa Senhora do Amparo, 2015.

Fotografia 15 – Muralha de Miranda, junto dos antigos quartéis de infantaria, 2015.

Fotografia 16 – Muralha de Miranda do Douro, lado sul, 2015.

Fotografia 17 – Vestígios das guaritas na muralha de Miranda, lado sul, 2015.

Fotografia 18 – Muralha de Miranda do Douro, lado este, 2015.

Fotografia 19 – Muralha de Miranda do Douro, porta do lado sudeste, 2015.

Fotografia 20 – Muralha de Miranda do Douro, Postigo da barca, 2015.

Fotografia 21 – Muralha de Miranda do Douro, junto da Catedral, 2015.

Fotografia 22 – Vista geral do Penedo Amarelo, 2015.

Fotografias 23 e 24 – Ruínas do Forte Novo de Torregamones, 2015.

Fotografia 25 – Vista geral do Forte Novo de Torregamones, 2015.

Fotografia 26 – Miranda do Douro vista a partir do Forte Novo de Torregamones, 2015.

Fotografia 27 – Vista geral do Castelo de Algosó, 2013.

Fotografia 28 – Torre de menagem do castelo de Algosó, 2013.

Fotografia 29 – Torre de menagem do castelo de Penas Róias, 2013.

Fotografia 30 – Castelo de Penas Róias, cubelo, 2013.

Fotografia 31 e 32 – Ruínas do castelo de Mogadouro, 2013.

Fotografia 33 – Torre de menagem do castelo de Mogadouro, 2013.

Fotografia 34 – Atalaia de Vimioso, 2013.

Fotografias 35 e 36 – Ruínas do Forte de Carbajales de Alba, 2013.

Fotografia 37 – Casa no Largo do Tournal, Duas Igrejas, 2013.

Fotografia 38 – Vista geral de Alcañices, 2013.

#### Anexo 5 – Documentos

Documento 1 – A aldeia de Vimioso, Terra de Miranda, é doada a João Mendes de Bragança, filho de Estêvão Eanes de Bragança, 1435.

Documento 2 – D. João II manda fortalecer e reparar todas as cidades, vilas e castelos dos “estremos” do Reino, 1488.

Documento 3 – D. João II permite a entrada dos judeus castelhanos em Portugal, 1492.

Documento 4 – D. João II compra a torre da vila de Vimioso a Beatriz Feijó e seus filhos, 1496.

Documento 5 - Procuração de Beatriz Feijó para João Afonso cobrar em seu nome e dar quitação ao almoxarife da Torre de Moncorvo, de 6.000 reais de tença, 1519.

Documento 6 – Diário do sítio de Miranda, principiado em março de 1711.

Documento 7 – descrição da província de Trás-os-Montes, por Pedro Campomanes, 1762.

Documento 8 – Relatório das invasões castelhanas pela fronteira portuguesa, território de Bragança, 1762.

Documento 9 - Nueva relacion, y curioso romance, en que se da cuenta, y declara la feliz victoria que han conseguido las armas de nuestro Catholico Monarca Don Carlos Tercero (que Dios guarde) en la feliz toma de la plaza de Miranda, el Castillo de Otero, y la ciudad de Verganza, en los dias 9, 12, 15 de mayo de este presente año de 1762.

Documento 10 – D. Luís da Cunha, Secretário de Estado, responde ao embaixador e ministro plenipotenciário do Rei de Espanha, 1762.06.08.

Documento 11 – A Coroa espanhola declara guerra a Portugal, 1762.06.15.



Documento 12 - George Cary informa Miguel Arriaga Brum da Silveira ter mandado executar as ordens recebidas aos cabos das tropas do seu comando e aos capitães-mores das Ordenanças da fronteira da província de Trás-os-Montes, para suspenderem as hostilidades e só se manterem na defensiva, 1762.12.05.

Documento 13 - Relatório sobre o caminho entre Miranda e Chaves e a posição que deverá ser tomada entre as duas cidades, pelo major-general Simão Fraser, 1764.06.06.

## Lista de abreviaturas e siglas

ADB – Arquivo Distrital de Bragança

AGS – Archivo General de Simancas

AHM – Arquivo Histórico Militar

AMM – Arquivo Municipal de Mogadouro

AMMD – Arquivo Municipal de Miranda do Douro

AMTM – Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo

AMV – Arquivo Municipal de Vimioso

AMVR – Arquivo Municipal de Vila Real

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

BND – Biblioteca Nacional Digital

BNE – Biblioteca Nacional de España

BNF – Bibliothèque Nationale de France

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CHR – Chancelarias Régias

CNS – Código Nacional de Sítio

DGCP – Direção Geral do Património Cultural

LN – Leitura Nova

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MS - Manuscrito

MSLIV – Manuscritos da Livraria

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

## Introdução

A guerra suscitou desde sempre debates acesos e foi considerada mesmo um dos principais motores da História. A violência a ela inerente produziu desde sempre mudanças a todos os níveis, desde as mudanças políticas, económicas, sociais ou demográficas até ao impacto tecnológico e cultural sentido em diversos momentos da História. Mas esta realidade foi ainda mais premente nas regiões de fronteira, linha ténue e pouco definida, primeiro palco deste perigo constante que pairava sobre as populações.

No caso português, a raia sempre foi a porta de entrada dos exércitos inimigos durante a Idade Média, com objetivos mais ou menos alargados, mas sobretudo o alvo de entradas e razias constantes de grupos armados que obrigavam a uma vida de alerta constante e à construção de sistemas defensivos que permitissem processos de vigia e de defesa capazes de prevenir e assegurar uma proteção capaz das populações. O perigo provável e os ataques efetivos afastaram muitos destas zonas, obrigando a Coroa a providenciar medidas para assegurar o funcionamento do sistema defensivo, tais como a instituição de coutos de homiziados<sup>5</sup>, entre os séculos XIV e XVI. Mas, se este perigo foi mais ou menos constante na fronteira portuguesa entre os séculos XII e XV, o século XVI acabou por trazer a construção de um relacionamento mais estável entre os dois reinos ibéricos, lançando as zonas raianas num dinamismo económico e social sentido no incremento das feiras e mercados, como no caso de Miranda do Douro.

Esta espécie de “época de ouro” terminará em dezembro de 1640. O início da Guerra da Aclamação iria quebrar a interação existente entre as populações dos dois lados da fronteira, reconstruindo a visão do “castelhano” como um inimigo constante e permanente, e dando um maior protagonismo às estruturas defensivas da raia. Ao longo dos mais de cem anos seguintes, esta visão não vai desaparecer, alimentando-se com a participação portuguesa na Guerra de Sucessão de Espanha, e na Guerra dos Sete Anos, sobretudo com as implicações desastrosas para a região mirandesa do breve, mas intenso, episódio da invasão espanhola de 1762, passando por atritos diplomáticos, como o de 1735,

---

<sup>5</sup> Ver Anexo 1, Imagem 31; Anexo 3, Quadro 15.

ou pelo estado de guerra quase permanente na América do Sul, pelo menos na segunda metade do século XVIII.

Mas porquê a fronteira mirandesa? Afastando-nos das razões sentimentais que orientam muitos autores, sobretudo ligados a estudos de carácter local e regional, quisemos desenvolver um olhar diferente sobre uma região em parte esquecida pela historiografia nacional e pela arqueologia. Ligámo-nos também a esta região a partir do momento em que participamos no grupo de investigação coordenado pelo Professor Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida, em saídas de campo e em sessões de pesquisa documental destinadas a complementar os resultados das escavações arqueológicas que, entretanto, se desenvolviam em torno dos vestígios do castelo de Vimioso. De facto, por estas e por outras razões, a guerra sempre nos apaixonou e, por isso, fizemos dela o centro das atenções do presente trabalho.

O espaço em estudo é o planalto mirandês, região de fronteira que apresenta características geográficas próprias. Pertencente ao distrito de Bragança, o denominado “planalto mirandês” engloba os concelhos de Mogadouro, Vimioso, Miranda do Douro e parte do de Bragança, situado entre o rio Sabor e o rio Douro, constituindo uma zona raiana que, desde cedo, foi alvo da preocupação do poder central tanto ao nível económico, mercê dos portos secos que nela se incluíam, e a nível militar e político, considerando a proximidade com Leão e Castela. Nas povoações em estudo destaca-se Miranda do Douro que, pela sua situação geográfica, sempre foi considerada uma das “portas” de entrada em Portugal, de onde partia a antiga via medieval para Bragança.

É um facto que a região de Trás-os-Montes, em geral, não ocupa mais do que algumas linhas na maior parte das sínteses sobre História de Portugal. Mas os trabalhos arqueológicos que decorreram em Vimioso, orientados pelo Professor Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida, lançaram um novo folego relativamente ao estudo da História da região, nomeadamente através dos aspetos militares, processo em que nos envolvemos desde a primeira hora, no que diz respeito à pesquisa documental, e que despoletou a necessidade de novas abordagens metodológicas.

Neste sentido, escolhemos umas das regiões mais esquecidas pela historiografia a nível militar. A raia transmontana, em geral, e a fronteira mirandesa, em particular, não

foram alvo de estudos sistemáticos e aprofundados sobre questões militares, quer através da abordagem dos conflitos em que Portugal esteve envolvido, quer através do estudo das suas fortificações. De facto, não existe nenhuma obra que se debruce exclusivamente sobre os aspetos militares da região mirandesa, pelo que o presente trabalho pretende construir uma imagem mais completa da História Militar desta região, colocando-a no contexto dos conflitos bélicos em que Portugal se empenhou nos séculos XVII e XVIII, e que ofereceram às estruturas defensivas da raia um papel e um protagonismo que explicam claramente a sua evolução e, em parte, o seu declínio.

Por isso, o objetivo principal desta investigação será o de clarificar os efeitos dos conflitos em que Portugal participou, durante os séculos XVII e XVIII, quer ao nível das estruturas defensivas existentes, quer ao nível da organização dos restantes aspetos relacionados com a defesa de um território específico, a partir da interpretação histórica fundamentada em documentação, numa linha de análise que se prende com a História Militar, mas numa análise globalizante, entendendo-se as estruturas defensivas como parte de um todo e não apenas por si.

Procurámos, através deste trabalho sobre a guerra na fronteira mirandesa, mostrar como os grandes conflitos em que Portugal se envolveu entre os séculos XVII e XVIII foram geridos na região, bem como as suas consequências para as estruturas defensivas aqui existentes. O nosso objetivo foi sempre enquadrar a região estudada nos conflitos bélicos apresentados, conjugando os aspetos militares com características económicas, sociais e geográficas, sempre que possível, destacando sobretudo as populações que viveram a fronteira como palco de guerra.

No mesmo sentido, partimos de uma abordagem local e não central. A nossa preocupação centrou-se não nos principais cenários de guerra dos séculos XVII e XVIII, mas num dos seus cenários mais esquecidos pela historiografia, a fronteira mirandesa. O interesse pelo tema, motivado pela participação nas campanhas de prospeção arqueológica e documental sobre Vimioso, lideradas pelo Professor Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida, transformaram-se num leque alargado de pesquisas, inicialmente centradas nas estruturas militares, mas logo ampliadas para os restantes aspetos que nos surgiram como necessários para compreendermos o impacto dos conflitos analisados, enquadrando-os e

contextualizando-os mediante as características locais, às quais as tendências e o “fazer” da guerra, bem como os interesses dos poderes centrais, se tiveram de adaptar.

Por isso, o nosso estudo dependeu, sobretudo, de fontes primárias manuscritas e cartográficas, existentes em arquivos nacionais e estrangeiros, regionais e municipais, estudados “*in loco*” ou “*online*”. A profusão de documentação permitiu-nos a utilização de arquivos portugueses, britânicos, espanhóis, franceses e suecos, a maior parte aproveitando as benesses das redes digitais de informação e da disponibilização gratuita de milhares de documentos, através das plataformas digitais. No entanto, nem sempre esta pesquisa foi fácil, nomeadamente devido á falta de documentação a nível local, tendo em conta a destruição, por diversos motivos, de grande parte dos arquivos de Vimioso ou de Mogadouro, por exemplo, ou a falta de documentação disponível em arquivos distritais e regionais, como o de Bragança ou de Miranda do Douro, para a época estudada.

Por isso, dividimos o nosso estudo em quatro grandes partes: a primeira, abordando o território mirandês, a segunda, apresentando a organização militar na fronteira mirandesa, sobretudo na Época Moderna, a terceira, enquadrando as estruturas militares e de comunicação, no cenário local e nos aspetos construtivos de cada época, a quarta, contextualizando estas mesmas estruturas no cenário da organização militar do território nos primeiros séculos da Monarquia, e, finalmente, integrando a fronteira mirandesa nas três guerras que envolveram Portugal e Espanha, a nível peninsular, ao longo dos séculos XVII e XVIII, ou seja, a Guerra da Aclamação, a Guerra de Sucessão de Espanha, e a Guerra dos Sete Anos.

## **Opções metodológicas**

O presente trabalho centra-se num período necessariamente alargado, entre 1641 e 1762, ou seja, abarcando a Guerra da Aclamação (1640-1668), a Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714) e a Guerra Fantástica (1762-63), um dos últimos episódios de um conflito mais vasto, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Neste caso, a escolha de um período de mais de cem anos relaciona-se com a necessidade de compreender os efeitos

provocados pelos sucessivos conflitos na fronteira mirandesa relativamente a: 1) evolução da organização militar na região; 2) adaptação das estruturas defensivas à evolução das estratégias e interesses militares; 3) consequências da guerra nas populações da fronteira mirandesa. Certamente que se trata de um tempo bastante alargado, compreendendo um período de 122 anos, mas que consideramos essencial para, numa perspetiva de longa duração, entender a evolução dos sistemas defensivos existentes na fronteira mirandesa, bem como das estruturas militares a eles consagradas.

Por estas razões, desde o início, lançamos o nosso olhar para os séculos XVII e XVIII, no sentido de construirmos uma visão mais completa sobre o que aconteceu na fronteira mirandesa ao longo dos três conflitos armados que deram maior protagonismo às estruturas defensivas da região, mas que também levaram à sua ruína. Neste período, Portugal reconstruiu a sua fronteira, mas também assistiu ao despovoamento da fronteira, nomeadamente a mirandesa, processo que contribuiu para o declínio económico de muitas regiões raianas e para um abandono e esquecimento por parte das autoridades centrais que se arrastaria até ao século XX.

Em termos metodológicos, salientamos, em primeiro lugar, a sistematização e a análise da informação prestada pelas fontes documentais e pelo acervo iconográfico. Para além da análise aprofundada das fontes estudadas, seguimos o caminho traçado por autores como João Gouveia Monteiro ou Miguel Gomes Martins, encarando a guerra como um fenómeno complexo, analisado a partir de vários aspetos, traçando um caminho de renovação da História Militar. Deste modo, a guerra é abordada a partir de uma grande variedade de temas, muitas vezes de forma multidisciplinar, uma vez que “não se trata, apenas, da guerra na sua gramática. Trata-se, também, da guerra no seu contexto. Do ambiente internacional e europeu, das relações com a economia e a sociedade, com a opinião pública e o poder político”<sup>6</sup>.

Atualmente, existem caminhos diversos, mas mais pautados pelas exigências editoriais do que pela necessidade de atualizar a investigação. Atualmente percorrem-se dois caminhos: uma nova glorificação da batalha como acontecimento primordial, com

---

<sup>6</sup> TEIXEIRA, 2017, p. 11.

títulos como “As grandes batalhas da História de Portugal” ou “As batalhas que fizeram Portugal”, numa visão redutora e simplificada das questões militares; por outro lado, surgem títulos com uma nova visão da guerra, mais ampla, onde os protagonistas, nobres ou populares, são associados às questões estratégicas e políticas da sua época, às condições materiais ou logísticas, centrando-se os estudos mais recentes quase exclusivamente na Idade Média, como no caso das obras de Miguel Gouveia Martins.

O estudo das fortificações militares atravessou várias fases, de acordo com as tendências historiográficas vigentes. A partir dos meados do século XIX, os estudos sobre castelos foram surgindo, mais como elementos apologéticos da História Nacional, preteridos, muitas vezes, em prol da arquitetura religiosa e palaciana, muito mais convidativa. Após a utilização propagandística do Estado Novo, que considerava os castelos como símbolos dos feitos patrióticos, a castelologia beneficiou das novas perspetivas historiográficas, maioritariamente derivadas da historiografia francesa, que permitiram diversificar as abordagens e as metodologias de estudo, introduzindo outras perspetivas (como a sociológica) ou a necessidade de utilização de outros recursos como as sondagens arqueológicas para perceber estruturas já desaparecidas.

Outra questão importante foi a emancipação da castelologia relativamente à História da Arte, ou seja, a noção de que a estrutura não poderia ser entendida isoladamente, mas sim contextualizada. Neste sentido, podemos apontar Mário Chicó como um dos principais promotores desta nova abordagem. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na década de 1970, aprofundou questões levantadas por outros autores, tais como Carlos de Azevedo, promovendo o estudo das fontes primárias e a comparação com outras estruturas geograficamente mais ou menos distantes.

José Mattoso, na sua obra “Castelos de Portugal”, introduziria outra vertente: as políticas régias substituem os períodos cronológicos e os estilos artísticos como contextos primordiais. A esta vertente juntam-se os diversos artigos de Baquero Moreno que, partindo de temáticas mais alargadas, estudou as relações fronteiriças entre Portugal e Castela, bem como a administração dos próprios castelos pelos diferentes poderes, integrando-os na política e na sociedade medievais de forma brilhante. A preocupação com outras perspetivas é revelada também na obra de António Pires Nunes, “O castelo estratégico



português e a estratégia do castelo em Portugal” (1988), que enquadra as estruturas defensivas na geoestratégia e na defesa territorial alargada.

A partir de 1989, Rafael Moreira iniciaria a publicação de uma das mais importantes sínteses sobre as fortificações portuguesas na Europa e no Ultramar, a “História da Arte em Portugal”, das Publicações Alfa, eivado de uma enorme multiplicidade disciplinar, onde se evidencia cada vez mais a necessidade de respeitar tipologias, contribuindo decisivamente para a emancipação da castelologia face à arte.

No mesmo sentido, autores como João Gouveia Monteiro oferecem igualmente um contributo mais abrangente e decisivo para a castelologia e o estudo da guerra em Portugal, prestando atenção aos aspetos da conservação e vigilância dos castelos, ou a estrutura de comando, debruçando-se também, sempre numa abordagem multidisciplinar e alargada, da evolução das práticas da guerra no final da Idade Média, destacando-se, na sua obra, os títulos “A guerra em Portugal nos finais da Idade Média” (1997), e “Os castelos Portugueses dos finais da Idade Média” (1999). Rita Costa Gomes também desenvolveria uma visão mais cuidada e iconograficamente bem documentada sobre os castelos da raia portuguesa, sublinhando-se o estudo sobre os castelos da raia transmontana, na sua obra “Os castelos da raia. Volume II: Trás-os-Montes” (2003). Surgiram também outro tipo de obras, de extrema importância para o trabalho dos investigadores. São disto exemplo as páginas de Isabel Fernandes, “Os castelos das ordens militares em Portugal: estado da investigação” (2014), que nos oferece uma breve resenha sobre a evolução dos estudos que abordaram esta temática, seguida por uma bibliografia bastante completa.

É visível, de facto, que o estudo sobre a guerra, em geral, e dos castelos, em particular, se alargou ao longo das últimas décadas, sendo alvo de diferentes estudos e iniciativas que divulgaram resultados e problemáticas, em Portugal e em Espanha, de que se destacam, no que diz respeito às iniciativas científicas, os congressos promovidos pela Comissão Portuguesa de História Militar (1984-1997), o I Simpósio Internacional sobre Castelos (2002), o II Simpósio Internacional sobre Castelos (2010), o I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España (1984) e os Congresos de Castellología Ibérica (1994-2005). Fruto desta dinâmica dos estudos sobre castelologia podemos apontar como excelente síntese o artigo do arquiteto Joaquim Rodrigues dos Santos, “A castelologia

portuguesa e a evolução dos estudos sobre fortificações medievais em Portugal”, publicado em 2012 na revista “Portugalia”, e que assinala esta emancipação na década de 80 do século XX.

Por outro lado, várias dissertações debruçam-se, nos últimos tempos, sobre a evolução dos castelos de determinadas cidades ou regiões, como, por exemplo, os trabalhos de Hugo Calado, “A raia alentejana medieval e os pólos de defesa militar” (2007), ou de Rui de Sá Oliveira, “Duas muralhas, duas cidades. A História Militar do Porto Medieval” (2013), abrindo novas perspetivas no que concerne à definição de fronteira ou de região, no primeiro caso, explicando melhor a cronologia e a evolução militar de uma cidade mais conhecida pela sua história social e económica, no segundo caso. Outro exemplo é o da dissertação intitulada “Juromenha: a chave do Guadiana – o lugar, a fortificação e o futuro” (2015), obra de Miguel Brilhante que nos reporta para uma evolução cronológica das estruturas militares, em formato de monografia.

As próprias instituições oficiais disponibilizam materiais de trabalho cada vez mais completos e, sobretudo, atualizados. Veja-se o guia de inventário intitulado “Fortificações Medievais e Modernas” (2015), disponível em «[www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)», que dá acesso ao Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA/IHRU). Este inventário consiste numa excelente ferramenta de trabalho para investigadores de diversas áreas, entre as quais a Arqueologia, a História ou a Arquitetura, possuindo uma síntese das várias etapas construtivas, desde a Idade Média e um glossário bastante completo.

Relativamente às fortificações, entende-se atualmente que é necessário estudar estas estruturas como o resultado das diferentes épocas, e não como “modelos construídos num dado momento”. Um dos investigadores mais importantes nesta abordagem será, sem dúvida, Mário Barroca, essencial na aproximação da arqueologia à arquitetura das fortificações, salientando-se os estudos sobre o papel das ordens militares, a tipificação das casas-torre, ou a importância do castelo sob o ponto de vista simbólico. A componente arqueológica, essencial para compreender a evolução das estruturas, encontra-se também desenvolvida e estruturada de forma exemplar na obra de Carlos Alberto Brochado de Almeida, de que destacamos “O sistema defensivo da vila de Melgaço: dos castelos da

reconquista ao sistema abaluartado” (2002) e “Castelo de Vimioso: do castelo ao arquivo municipal” (2012).

É evidente que o campo bibliográfico é vasto, a produção científica sobre temas militares multiplicou-se, motivada, sobretudo, por comemorações diversas, mas que permite ao leitor dispor de obras de referência, sínteses atuais e pertinentes, tais como a “Nova História Militar de Portugal”, do Círculo de Leitores, a “História Militar de Portugal” (2017), da Esfera dos Livros, e a “História da Arte em Portugal”, da Editorial Presença. De facto, o estudo dos sistemas defensivos em Portugal, nomeadamente das fortificações, tem vindo a ser alvo de uma maior atenção, numa perspetiva necessariamente multidisciplinar, destacando-se os trabalhos relativos à época medieval e ao período de transição entre a neurobalística e a pirobalística, bem estudados por autores como Mário Barroca, João Gouveia Monteiro, Rafael Moreira, ou, mais recentemente, Carlos Fernandes Jorge, ou Gonçalo Couceiro Feio (2018).

Para as fortalezas em estudo existem estudos consistentes sobre a sua origem e a sua evolução até aos finais da Idade Média, mas não se realizaram ainda estudos sistemáticos e aprofundados sobre as mesmas estruturas no que diz respeito à Época Moderna e ao seu envolvimento nas guerras entre Portugal e Espanha dos séculos XVII e XVIII. Contudo, é importante assinalar que os castelos que se integram na fronteira mirandesa, começaram já a sair do esquecimento. São excelentes exemplos teses como a de Ana Maria da Costa Oliveira, intitulada “Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana”.

Ao nível das tipologias, é consensual que as fortalezas portuguesas foram marcadas, em geral, por alterações significativas que substituíram os castelos medievais pelas fortalezas abaluartadas, mais adaptadas às inovações na artilharia, capazes de responder ao inimigo com fogo cruzado ou com defesas em profundidade, com muros mais espessos e mais baixos, próprios para absorver ou fazer resvalar os pelouros inimigos. Entre um sistema e outro, vários autores nacionais, incluindo Mário Barroca, defendem a existência de um sistema de transição, desenvolvido entre os reinados de D. Afonso V e de D. João III, sendo a fortaleza da Torre de Belém um excelente exemplo, caracterizado pela utilização de elementos diversos, colocando na mesma estrutura “uma estrutura de tiro

baixa” que “prefigura claramente a forma e a função do baluarte poligonal”<sup>7</sup> ao estilo moderno e torres quadrangulares, de “menagem”. De referir a importância, por exemplo, da viagem de Francisco de Holanda e dos registos por este efetuados relativamente às fortificações observadas em Espanha, França e Itália, e que constituiriam exemplos magníficos das estruturas abaluartadas que começavam a despontar<sup>8</sup>.

O sistema abaluartado teve nos séculos XVII e XVIII o seu período de máximo esplendor, e, em Portugal, os sistemas defensivos de Almeida e de Elvas os seus exemplos mais completos. Este último é assinalado pela historiografia como o modelo máximo deste estilo de fortificação, mas que também se esgotou em si mesmo, tendo em conta que, quando as obras terminaram, em finais do século XVIII, já a estratégia militar sofria alterações profundas, com os exércitos europeus a escolherem a mobilidade e a rapidez, estratégia que não se coadunava já com longos cercos, e que vai marcar as guerras napoleónicas.

Deste modo, procurámos responder neste estudo a várias questões relacionadas com as fortalezas do planalto mirandês: a primeira, como se processou a manutenção e reformulação das fortificações existentes, que não eram alvo de qualquer atualização desde o reinado de D. Manuel I, o que implicou “a criação de uma hierarquia de praças de guerra a partir da rede urbana fortificada preexistente”<sup>9</sup>, durante as guerras com Espanha nos séculos XVII e XVIII; a segunda, qual o papel desempenhado pela região e suas estruturas defensivas durante os conflitos mencionados, a nível estratégico-militar; a terceira, em que medida as mudanças na estratégia militar, a evolução da artilharia e as novas conceções de engenharia militar se refletiram nas estruturas defensivas do planalto mirandês.

Finalmente, defendemos que o estudo dos castelos e fortificações não pode ser entendido como assunto estanque, mas sim como matéria complexa e de múltiplas abordagens. Cobos e Campos (2013) diriam que “*uma fortaleza apenas por si própria não faz verdadeiramente sentido dentro da estratégia que lhe deu origem e que a torna compreensível no território*”. Tendo isto em conta, aplicamos também a noção de sistema

---

<sup>7</sup> CONCEIÇÃO, 2019, p. 193.

<sup>8</sup> CONCEIÇÃO, 2019, p. 194.

<sup>9</sup> CONCEIÇÃO, 2019, p. 198.

e subsistema fronteiro à região mirandesa para que fosse possível entender o valor “de cada uma das suas peças”.

Em análise surgem também as questões relacionadas com a ideia de “revolução militar” desenvolvida por Geoffrey Parker (1988), alicerçada na ideia de que as mudanças tecnológicas foram o principal motor impulsionador de importantes mudanças na “arte” da guerra, sobretudo o uso da pólvora e das armas de fogo, mas que segue atualmente outros caminhos construídos por autores como Jeremy Black (2011) que afirma, por exemplo, que *“Military adaptation is a more appropriate term than revolution, nor least because the latter carries with it a meaning of clear intention and direction”*. Uma abordagem diversificada permite enquadrar os acontecimentos da fronteira mirandesa na sua metodologia: *“Both on campaign and on the battlefield, far from war being won by planned action, it was often the side that was less prevented from pursuing goals by the weaknesses that was successful; and coping with these weaknesses was the major skill of command”*.

O termo, inicialmente utilizado por Michael Roberts, em meados da década de 1950, surgiu num momento de viragem da historiografia, com destaque para os “Annales” franceses, numa época em que se considerava a História Militar como um apêndice da história política, reduzida aos aspetos logísticos, táticos e estratégicos das campanhas ou das batalhas<sup>10</sup>. Roberts situava a “revolução militar” entre 1560 e 1660, e apontava como fatores essenciais desta enorme mudança, a introdução das armas de fogo contra os homens armados de picas, o aumento do número de efetivos militares, como na Guerra dos Trinta Anos, a necessidade de inovações estratégicas e a maior repercussão da guerra em governos e sociedades.

Mas esta “revolução” não pode ser vista de uma forma linear. Autores como Martínez Ruiz (2016), não estão de acordo com a expressão “revolução militar”, não considerando adequado utilizar o termo “revolução” num fenómeno que se desenrolou por cerca de três séculos<sup>11</sup>. Vejamos alguns exemplos de incoerência entre a “revolução militar” e o desenvolvimento dos exércitos da Época Moderna. Gustavo Adolfo, colocou novamente a sua cavalaria a carregar de espada na mão, em vez de se entreterem na

---

<sup>10</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, p. 10.

<sup>11</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, p. 9.

manobra de caracol. A sua grande vantagem, isso sim, foi introduzir a artilharia de campanha, com canhões mais ligeiros e fáceis de manobrar, integrando, por isso, a ordem de batalha. Mas nada impedia que os exércitos que combatessem da forma antiga, esmagassem, de vez em quando, os exércitos com táticas mais “modernas”<sup>12</sup>. Os holandeses, por sua vez, tiveram no mosquete a sua melhor arma tática. Necessitando de cerca de dois minutos para ser carregada, os holandeses dispuseram os mosqueteiros em cinco filas, desde o final do século XVI. Contudo, não deixavam de necessitar dos piqueiros para protegerem os seus flancos contra os ataques de cavalaria. Um outro fator era a utilização de métodos mais antigos por vários exércitos, como no caso dos escoceses que, até 1745, continuaram a usar uma tática baseada no ataque desordenado e com armas brancas, utilizando os fuzis apenas para dar a ordem de início da batalha ou criar uma cortina de fogo.

Outro aspeto que discorda com a “revolução militar” é o da renovação da cavalaria depois de 1640, tendo em conta que Roberts e Parker afirmariam que esta arma se tinha remetido a escaramuças e aos reconhecimentos, sendo utilizada mais em envoltivos breves com o inimigo do que verdadeiras batalhas. A tendência para a primazia da infantaria seria alterada no final da Guerra dos Trinta Anos, existindo várias referências à necessidade de os exércitos possuírem um contingente de cavalaria maior do que o de infantaria. Para Kroener, a razão prendia-se com a necessidade de os exércitos se deslocarem com maior rapidez em território inimigo, normalmente devastado, para garantirem a sua subsistência. Mais importante ainda seria a confirmação da adaptação da cavalaria às novas exigências, como no caso dos Dragões<sup>13</sup>. Surgidos na França depois de 1656, deviam efetuar reconhecimentos, escoltar comboios, cobrir a marcha das colunas, ocupar pequenos postos e importunar o inimigo, podendo combater a pé e deslocar-se a cavalo<sup>14</sup>. Por outro lado, Chagniot também revela que a questão da primazia dos cercos em detrimento dos movimentos, defendida pela “revolução militar”, não é tão clara assim. A estratégia do aniquilamento do inimigo impôs-se na Silésia, entre 1740 e 1745, e sobretudo

---

<sup>12</sup> CHAGNIOT, 2001, pp. 276-277.

<sup>13</sup> ALMEIDA, volume 12, 2018, p. 29.

<sup>14</sup> CHAGNIOT, 2001, pp. 292-293.

durante a Guerra dos Sete Anos, em toda a Alemanha. Era necessário percorrer grandes distâncias e rapidamente para socorrer o exército ou juntar dois exércitos em campanha<sup>15</sup>.

No que diz respeito às fortificações, para G. Parker, o fator decisivo para a revolução militar teria sido a fortaleza de “traça italiana”. A sua capacidade de defesa levaria os exércitos a dedicarem-se preferencialmente aos cercos das fortalezas, correndo o risco de ficarem com as suas linhas de comunicação cortadas, caso não o fizessem, o que também levaria ao aumento do número de efetivos<sup>16</sup>.

Outro autor, J. Lynn, iria questionar estas teorias, tanto de Roberts como de Parker. Concordando que o novo sistema defensivo reclamava muito dinheiro e homens, diria que não estava certo de que as novas fortificações resistissem melhor do que as mais antigas, bastando a determinação do comandante e da guarnição para transformar as antigas fortalezas em redutos defensáveis. Por isso, produziu uma lista dos cercos em que o exército francês se envolveu, entre 1445 e 1715, procurando determinar o seu sucesso ou fracasso, relacionado-o com o tempo dispendido na construção de trincheiras, os efetivos envolvidos, ou as perdas de um lado e do outro<sup>17</sup>.

Por estas e outras razões, a teoria da “revolução militar” tem sido revista nas últimas décadas, sobretudo por autores que questionam a sua cronologia ou passaram a valorizar aspetos esquecidos pelo autor britânico, tal como as inovações militares produzidas durante a guerra de Castela contra o reino Nazaríe, como apontaria René Quatrefages. Geoffrey Parker iria ampliar a cronologia da revolução militar até ao século XVIII, entre 1500 e 1750, situando na Itália o dealbar da nova fortificação rasante e o uso generalizado das armas de fogo<sup>18</sup>. Por seu lado, Jeremy Black reformularia também esta teoria, considerando o período de 1660-1710 como de grandes transformações, dando maior ênfase às dimensões sociais e às características específicas de cada País. Outro autor, Clifford Rogers, iria sugerir ainda que esta revolução se desenvolveu numa série de revoluções parciais: no século XIV, a da infantaria, no XV a da artilharia, no XVI a da fortificação, a das armas de fogo entre 1580 e 1630, e a do tamanho dos exércitos até ao início do XVIII<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> CHAGNIOT, 2001, p. 294.

<sup>16</sup> CHAGNIOT, 2001, p. 280.

<sup>17</sup> CHAGNIOT, 2001, p. 288

<sup>18</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, pp. 11-12.

<sup>19</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, pp. 14-15.

Muito interessante seria também o contributo de Martínez Ruiz, que defenderia que “*la guerra se entiende como integradora de experiencias humanas, unas experiencias que solo se pueden comprender adecuadamente si se relacionan entre sí*”<sup>20</sup>, ideia que se coaduna com o desenvolvimento do presente trabalho. Para além disto, o mesmo autor considera ainda este período como uma etapa intermédia, no que diz respeito às armas utilizadas, tendo em conta que, nos séculos XVI e XVII, a pica, a espada e a adaga continuaram em uso, ao mesmo tempo que o mosquete adquiriu uma maior importância, até à entrada em cena do fuzil com baioneta, no final do século XVII. Ao mesmo tempo, o núcleo dos exércitos era a infantaria de linha, tendo a cavalaria e a artilharia de campanha como seus auxiliares<sup>21</sup>.

Um último contributo para a discussão: J. Chagniot diria que “*aucune invention, même celle de la poudre à canon, n’a jamais suffi à boileverser l’art de la guerre avant l’époque contemporaine*”<sup>22</sup>, reforçando a ideia, dizendo que “*aucune innovation, fût-elle importante, ne pouvait encore à elle seule entraîner de façon automatique une série d’effets*”<sup>23</sup>.

As questões ligadas aos sistemas fortificados, em Portugal, têm vindo a ganhar terreno e importância, destacando-se projetos transfronteiriços como o do “Territorio y Ciudades Abaluartadas en la Raya Iberica: de Frontera a Paisaje Cultural de la Humanidad”, que surgiu na década de 1980, e que teve impacto sobretudo na raia alentejana. Esta importância acrescida levou mesmo à classificação do conjunto abaluartado de Elvas como Património Mundial pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 2012.

O ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) também reconhece, através do Comité Internacional de Itinerários Culturais, que as fortificações são importantes “como um ramo do património construído e de circulação do saber de carácter global, organizando territórios e testemunhando intercâmbios culturais diversos”. Considera-se, assim, que as fortalezas e as cidades fortificadas só serão compreensíveis “se

---

<sup>20</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, p. 21.

<sup>21</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, p. 34.

<sup>22</sup> CHAGNIOT, 2001, p. 286

<sup>23</sup> CHAGNIOT, 2001, p. 295



em leituras integradas dos sistemas defensivos de uma determinada região”, base para se produzirem itinerários interpretativos<sup>24</sup>, perspectiva que também nos entusiasmou para a concretização do presente trabalho, no sentido de poder servir como motivação para as populações dos concelhos relacionados com a fronteira mirandesa desenvolverem projetos de promoção da região, a partir do seu património histórico e arqueológico, nomeadamente a rede de fortificações da raia.

O estudo fundamenta-se em larga maioria em documentos administrativos, sobretudo nos fundos da Torre do Tombo, onde podemos encontrar a documentação produzida pelo Conselho de Guerra, criado a 11 de dezembro de 1640, instituição que se ocupava dos assuntos militares, nomeadamente da organização do exército, da nomeação de oficiais, e das fortificações.

No que diz respeito às fortificações, o Conselho deveria informar-se com regularidade do seu estado e tomar as medidas necessárias para a sua manutenção e funcionamento. A sua importância iria diminuir após a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, em 1736, mas continuaria com funções consultivas, abarcando, por isso, o período cronológico em estudo. Do Conselho de Guerra, destacamos o fundo das “Consultas” como um dos principais mananciais de informação para o presente estudo. Os aspetos relacionados com a manutenção das fortificações eram também da alçada da Junta dos Três Estados, criada a 18 de janeiro de 1643. Este organismo tinha a seu cargo a administração das verbas necessárias à construção e manutenção das fortificações, aos aprovisionamentos, ou ao pagamento dos soldos dos engenheiros militares, mas não encontramos tantas informações úteis para o nosso trabalho como no caso anterior.

O acervo documental fez-se também com os fundos das chancelarias régias, das compilações de leis coevas, bem como através de levantamentos em coleções como as “Gavetas da Torre do Tombo”, o “Corpo Cronológico” ou a “Leitura Nova”. No Arquivo Histórico Militar encontramos igualmente documentação relativa às atividades e campanhas militares, dividida por divisões e secções ordenadas cronologicamente. Para o presente estudo, na 1ª Divisão – Portugal e Campanhas na Europa, importou pesquisar a 2ª

---

<sup>24</sup> SOUSA, 2015, p. 17.

secção – Campanhas da Guerra da Restauração (1640-1668), 4ª secção – Guerra da Sucessão de Espanha (1704-1712) e 7ª secção – campanha de 1762 (Guerra Fantástica). A documentação disponível é variada, integrando cartas sobre as despesas e a organização do exército, licenças, privilégios e vencimentos concedidos a militares, a gestão dos abastecimentos e a manutenção das fortificações militares. Na 3ª Divisão – Assuntos Militares Gerais, encontramos informações válidas e material de extrema importância ao nível da 8ª Secção – Mapas Gerais, e da 9ª Secção – Fortificações.

A base iconográfica inicial foi o Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, que, por volta de 1509-1510, percorreu toda a fronteira de Portugal com Castela, realizando inestimáveis desenhos das fortalezas e povoações fortificadas, incluindo as estruturas em análise neste estudo: Miranda do Douro, Mogadouro, Penas Roias, Vimioso e Outeiro de Miranda. A exceção é o castelo de Algosó que não foi representado diretamente, em perspetiva ou em planta, surgindo apenas no campo de visão do castelo de Mogadouro, como uma silhueta longínqua. Mas o grande contributo para o presente trabalho centrou-se na pesquisa de várias plantas de fortalezas produzidas no século XVII e, sobretudo, no XVIII. Outras pesquisas acrescentaram diferentes perspetivas, tal como a “descoberta” *online* de plantas de fortificações portuguesas da época moderna, nomeadamente de Miranda e Bragança, em depósito no Arquivo Militar de Estocolmo. Um outro acervo de extrema importância foi o conjunto de mapas e de plantas, sobretudo de Miranda do Douro, existentes nos arquivos espanhóis digitais, nomeadamente através de portais como o “Hispana” ou a “Biblioteca Digital Hispanica”, acedendo-se facilmente, deste modo ao Archivo General de Simancas, ou à Biblioteca Nacional de Espanha, por exemplo. As fontes impressas foram também uma vantagem para o estudo, assinalando-se a imprensa da época, nomeadamente as “Gazetas da Restauração” (1641-1648) e o “Mercúrio Português” (1663-1667), publicados por Eurico Gomes Dias, ou publicações da época como a “História do Portugal Restaurado”, escrita pelo conde da Ericeira, disponível também *online*.

Por outro lado, a escassez de documentação local apresentou-se como um problema. Logo nos primeiros momentos da investigação deparámo-nos com um obstáculo difícil de ultrapassar: a destruição de grande parte da documentação de vários municípios atuais,

originada por catástrofes, normalmente incêndios, ocorridas sobretudo entre os finais do século XIX e os finais do século XX. Em Mogadouro, o arquivo municipal alberga apenas documentação do século XX, tendo o espólio dos séculos anteriores sido totalmente destruído por um ou dois incêndios. Em Vimioso, o que resta da documentação municipal encontra-se à guarda da Biblioteca local. A maior parte da documentação também foi destruída por um incêndio ocorrido na Câmara Municipal, sendo ainda visíveis as marcas que o fogo e a água deixaram nos fólhos que sobreviveram. Os principais arquivos da região, como o Arquivo Histórico de Miranda do Douro e o Arquivo Distrital de Bragança não possuem a riqueza de documentação que outras instituições similares albergam, faltando documentação essencial, tal como a maior parte dos livros de vereações da região mirandesa, ou documentação de carácter económico e fiscal que poderiam abrir portas para outros caminhos de investigação. Certamente que os conflitos armados estudados na presente tese e as perturbações provocadas pela instabilidade política da primeira metade do século XIX tiveram a sua quota parte de influência nesta situação, aliados à incúria e ao desinteresse de gerações de responsáveis políticos por este tipo de testemunhos.

## Capítulo 1 – O Território

### 1.1. As definições de “fronteira”

No final da década de 1990, Armindo de Sousa alertava para a necessidade de avançar com novos pressupostos na definição de “fronteira”, dizendo claramente que, para o período medieval, *“onde não há limites naturais evidentes, rios antes de mais, a fronteira é uma zona”*, e que, *“onde as fronteiras não são naturais, nem étnicas, nem linguísticas, nem religiosas, o político exerce-se no fiscal”*<sup>25</sup>. Neste caso, teremos de ter em conta que uma região *“é um território dotado de poder próprio, com capacidade de se «reger»”*, noção que poderá ligar-se à ambiguidade da construção regional do território português, no qual, podemos não vislumbrar sempre uma inequívoca delimitação geográfica<sup>26</sup>.

Um outro autor, Miguel Jiménez, apontaria mais tarde que *“la frontera es, por tanto, una zona, y no una línea, articulada en torno a un conjunto de lugares centrales que, de un lado y outro de la línea divisoria, desarrollan una interacción en diversos ámbitos y cuyas trayectorias discurren a menudo en direcciones opuestas a las directrices marcadas por los respectivos Estados”*<sup>27</sup>.

Mais recentemente, Cardim defende que a fronteira é *“algo que foi socialmente construído no decurso de um processo longo, descontínuo e não cumulativo, no qual intervieram múltiplos agentes”*<sup>28</sup>, chamando a atenção para a génese da noção de fronteira, que pode ser a nível local, chamando-lhe, neste caso, fronteira *“orgânica”*, ou de nível mais abstrato, imposto pelas forças militares ou político-administrativas<sup>29</sup>. Podemos também encontrar outras sugestões, por exemplo, na língua inglesa: a palavra *“border”* ou *“boundary”* relaciona-se com uma fronteira contínua que delimita um território, enquanto o termo *“frontier”* diz respeito a um espaço mais descontínuo<sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> SOUSA, 1998, p. 55.

<sup>26</sup> CLAUDINO, 2006, pp. 106-107.

<sup>27</sup> MELÓN JIMÉNEZ, 2010, p. 164.

<sup>28</sup> CARDIM, 2014, p. 225.

<sup>29</sup> Ver Anexo 3, Quadro 5.

<sup>30</sup> CERNADAS SERRANO, 2012, p. 11.

Sendo assim, a fronteira “*é uma delimitação militar e aduaneira, a que se atribui uma carga simbólica, confrontando-se bandeiras no topo das torres dos castelos que defendem a passagem dos caminhos*”<sup>31</sup>. Os castelos são obstáculos que “*seguram os caminhos e podem procurar pôr obstáculos a movimentações*”, mas também servem como delimitação de jurisdições, cobranças e transações comerciais<sup>32</sup>. Estas considerações sobre a definição de fronteira levam-nos ao processo de formação da fronteira portuguesa, em geral, e dos limites da região mirandesa, em particular, nomeadamente aquando da sua separação política relativamente ao restante espaço da Meseta.

No entanto, nunca se poderá entender o processo de formação de uma “fronteira”, sem contar com o carácter das suas populações, para quem, muitas vezes, as divisões artificiais não faziam sentido, unindo-se, sim, face a um perigo externo, que levaria a uma “*special sensibility, developed which would contribute to galvanize the most significant features of a borderland’s identity, which is based on self-protection as a response to imminent danger*”<sup>33</sup>. Assim, torna-se evidente a permeabilidade dessa mesma fronteira, onde contactos constantes levaram, desde muito cedo, a laços familiares, relações entre produtores e consumidores, e, como é óbvio, o contrabando, que para muitos seria um complemento importante da economia familiar.<sup>34</sup>

## 1.2. A construção da “fronteira mirandesa”

Orlando Ribeiro caracterizaria Trás-os-Montes desta forma: “*a luz torna-se mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída*”<sup>35</sup>, onde predominam as “*altas plataformas onduladas, cortadas de vales e bacias muito profundas*”. Mattoso e Daveau diriam também que “*Trás-os-Montes é, pois, simultaneamente, a terra da natureza intacta, das grandes violências, da energia acumulada e do «tempo longo»*”<sup>36</sup>. Uma terra em que a rudeza e a

---

<sup>31</sup> MAGALHÃES, 1997, p. 28.

<sup>32</sup> MAGALHÃES, 1997, p. 32.

<sup>33</sup> MELÓN JIMÉNEZ, 2014, pp. 26-27.

<sup>34</sup> MELÓN JIMÉNEZ, 2014, pp. 30-31.

<sup>35</sup> RIBEIRO, 1998, p. 150.

<sup>36</sup> MATTOSO, DAVEAU, BELO, 2013, p. 146.

escassez de recursos são o tom dominante na paisagem, onde a criação de gado e a cultura do centeio são as grandes produções.

A fronteira de Trás-os-Montes divide-se em duas zonas distintas: uma voltada a norte, das serranias do Gerês até Montalegre e Montezinho, junto a Bragança, e a outra, a este, definida pela linha do rio Douro, em cuja linha se situa Miranda do Douro. Em toda esta extensão, apenas o largo vale do Tâmega, na zona raiana, poderia propiciar uma passagem segura de tropas inimigas, como aconteceria durante as incursões francesas do início do século XIX<sup>37</sup>.

A “fronteira mirandesa” localiza-se no Nordeste do território nacional, na sub-região do Alto Trás-os-Montes, e insere-se geograficamente no chamado “planalto mirandês”, delimitado pelo Rio Douro, a este, e pelo Sabor, a oeste, correspondendo ao prolongamento das superfícies planálticas do noroeste da meseta espanhola, ligando-se ao planalto de Leão e à vasta superfície de Castela-a-Velha<sup>38</sup>. Deste modo, Miranda do Douro é um dos dois locais onde as “formas rasas” da Meseta penetram em Portugal<sup>39</sup>. A região pode ainda caracterizar-se “*como um vasto peneplano, alongado no sentido NE-SW, cujas altitudes médias rondam os 700m. (...) Os rebordos do planalto, que coincidem com as margens dos rios, ora apresentam quebras de nível abruptas (em canyon), ora pequenos montes que, numa estreita faixa, estabelecem uma transição mais suave para as margens dos rios*”<sup>40</sup>.

O território mirandês enquadra-se na chamada “Terra Fria”, que abrange atualmente os concelhos de Bragança, Miranda, Mogadouro, Vimioso e Vinhais<sup>41</sup>. Este território integra-se na periferia da Meseta Ibérica, acolhendo, em grande parte, a bacia hidrográfica do rio Sabor<sup>42</sup>, servindo os rios da região como elementos estruturantes da paisagem, porque são uma fronteira natural entre “*blocos de território*”, condicionando, sem dúvida, as atividades humanas<sup>43</sup>.

---

<sup>37</sup> DIAS, 2009, p. 26.

<sup>38</sup> RIBEIRO, 1998, p. 107. Ver Anexo 1, Imagem 1.

<sup>39</sup> RIBEIRO, 1998, p. 143.

<sup>40</sup> SANCHES, 1989, p. 446; MEIRINHOS, 2014, p. 20.

<sup>41</sup> Guia Terra Fria transmontana, 2014, p. 10.

<sup>42</sup> Guia Terra Fria transmontana, 2014, p. 17.

<sup>43</sup> Guia Terra Fria transmontana, 2014, p. 19.

Apresentando-se como um prolongamento dos territórios contíguos, aqui tomam especial relevo os corredores de circulação e as portelas, tendo em conta a existência de vales encaixados e de montanhas que funcionam como barreiras naturais. Neste sentido, o planalto mirandês sempre foi um corredor de circulação por excelência, um grande eixo sul-norte<sup>44</sup>. Por isso, são vários os exemplos de continuidade de habitat entre a época romana e a época medieval, “*sem alteração da estrutura de exploração do território*”<sup>45</sup>.

Sendo assim, o território que nos serve como palco de investigação, surge delimitado por duas linhas naturais, seguindo a orientação norte/sul. Entre estes limites, foi traçada a fronteira política, na chamada raia seca, a nordeste, uma linha que utiliza também o rio Douro como fronteira, enquanto a sul se pode situar no planalto de Lagoaça/Fornos<sup>46</sup>. A área em estudo possui uma altitude compreendida entre os 650 e os 90 metros, com invernos bastante frios, e uma paisagem onde pontuam carvalhos, castanheiros, pinheiros, sobreiros e azinheiras, mas também o vale do Sabor, de forte pendor mediterrânico, composta por oliveiras, azinheiras e sobreiros assemelhando-se, na área de Carção-Outeiro, ao planalto mirandês<sup>47</sup>. Por isso, trata-se de uma região de transição, “*materializando-se em termos humanos numa velha região de fronteira*”, sublinhando-se que essa transição se faz a diferentes níveis, quer geomorfologicamente, entre a submeseta norte castelhana e os planaltos do nordeste português, quer a nível geológico, climático e de flora<sup>48</sup>. Por isso, Mattoso e Daveau apontariam que a região de Miranda do Douro mantém ainda muitas ligações ao planalto leonês, sobretudo através do seu dialeto de origem leonesa, e dos seus costumes e tradições. Mas também referem que a própria fronteira pouco separa: “*De facto, a fronteira traçada pelo Douro pouco separa os Portugueses dos Leoneses, apesar de aí o seu caudal ser tão forte e as margens tão abruptas. (...) A língua, as técnicas tradicionais, a organização da economia, e os usos comunitários são semelhantes e as comunicações frequentes. Apesar do rio, a transição de Trás-os-Montes para Leão faz-se de maneira quase insensível*”<sup>49</sup>.

---

<sup>44</sup> LEMOS, 1995, pp. 116-118.

<sup>45</sup> LEMOS, 1995, p. 122.

<sup>46</sup> MEIRINHOS, 2014, p. 17.

<sup>47</sup> MEIRINHOS, 2014, p. 29.

<sup>48</sup> FERREIRA, 2013, pp. 60-61.

<sup>49</sup> MATTOSO, DAVEAU, BELO, 2013, p. 169.

A “Terra de Miranda”<sup>50</sup> surge pela primeira vez na documentação do século XII, correspondendo a um espaço delimitado pelo rio Douro, a sul, pela fronteira política com Leão / Castela, a norte, e pelo rio Sabor, a oeste, abrangendo os atuais concelhos de Mogadouro, Vimioso, Miranda do Douro, o antigo concelho de Outeiro e os lugares de Fornos e Lagoaça, atualmente pertencentes ao concelho de Freixo de Espada à Cinta<sup>51</sup>. Sendo assim, a identificação desta “terra” reporta-se inequivocamente a uma designação medieval que identifica “*um território com individualidade histórica e geográfica*”<sup>52</sup>, que precisa de ser entendido em diversas perspetivas.

Leite de Vasconcelos considerava que este espaço correspondia a diversas análises, quer histórica, geográfica, etnográfica ou linguística, enquanto que o Abade de Baçal fazia corresponder este território ao território medieval, a partir das inquirições de Afonso III, uma área que ia da vila de Outeiro até ao termo de Mogadouro<sup>53</sup>, visão que corresponde ao nosso ponto de partida para este estudo. Assim, assumimos a “*individualidade*” deste território a nível militar, denominando como “*fronteira mirandesa*” a raia seca que, desde a Idade Média, se estabeleceu entre o rio Douro e o rio Maçãs enfrentando o território de Castela e Leão<sup>54</sup>.

No entanto, enquanto no Minho a fronteira se fazia nitidamente pela linha do rio Minho, a separação deveria ser muito mais difícil na zona do alto Lima e em todo o território transmontano, o que dava origem a constantes disputas entre os soberanos dos dois reinos e a constantes tentativas de usarem os senhores locais e as suas respetivas áreas de influência<sup>55</sup>. Por isso, podemos afirmar que a fronteira mirandesa é uma construção política medieval, “*um fenómeno associado à afirmação das monarquias régias peninsulares*”, que desenhou a raia, “*sem que responda a uma realidade geográfica*”, sem grandes referências divisórias a nível paisagístico, e muito menos cultural<sup>56</sup>.

A “construção” da fronteira entre Portugal e Leão / Castela, mais tarde Espanha, também dependeu, desde a Idade Média, de vários fatores, longe dos principais centros

---

<sup>50</sup> Ver Anexo 1, Imagem 23.

<sup>51</sup> FERREIRA, 2013, p. 67.

<sup>52</sup> FERREIRA, 2013, p. 68. Ver Anexo 1, Imagem 27.

<sup>53</sup> MEIRINHOS, 2014, P. 42.; ALVES, 2000, p. 241.

<sup>54</sup> Ver Anexo 1, Imagem 40.

<sup>55</sup> MATTOSO, 2015, p. 781.

<sup>56</sup> MARTÍN VISO, 2009, p. 21.



urbanos e das regiões mais populosas dos dois reinos: “*its identity, in between dialogue and the permanent settlement of accounts for past or current offenses, suggested the profiles of a proud autonomy opposed to any interference or protection on the part of outsider authorities and converted the relationships between the center and the edge into a dialogue without answers*”<sup>57</sup>, devido ao enraizamento de tradições muito próprias e distintivas do resto da população. Não será por acaso que o processo de definição da referida fronteira se prolongou entre o final do século XIII e o início do século XX<sup>58</sup>.

A proximidade com Espanha através da raia seca moldou, sem dúvida, o caráter da região mirandesa. Sublinhamos a descrição de Cardoso: “*com uma longa fronteira com Espanha, grande parte da qual raia seca, não se pode entender Trás-os-Montes sem considerar o relacionamento com o país vizinho. Correndo entre penedias escarpadas, numa torrente impetuosa, o Douro, que serve de fronteira a leste, representava um obstáculo de vulto à comunicação transfronteiriça, uma vez que não existia ali qualquer ponte e rareavam as barcas de passagem. Tal não impediu um ativo comércio e um estreito relacionamento, por exemplo, entre Miranda e as terras vizinhas de Leão, bem como de Freixo de Espada à Cinta com as povoações raianas próximas de Salamanca*”<sup>59</sup>.

Tendo em conta estes contributos, podemos, então, afirmar que a fronteira mirandesa foi estabelecida, sobretudo politicamente, entre os séculos XII e XIII, alicerçada na afirmação de um novo poder, o do rei de Portugal, face a Leão / Castela, e na reorganização dos poderes locais, através de uma progressiva anulação dos interesses patrimoniais de diversas entidades religiosas e laicas do outro lado da fronteira, e sobretudo pelos compromissos estabelecidos entre Portugal e Leão / Castela, nomeadamente nos acordos de Badajoz, de 1252, de 1264 e de 1267<sup>60</sup>. Sendo assim, a fronteira teve, sem dúvida, origem nos esforços dos primeiros reis portugueses, que formaram uma “linha” a partir de obstáculos naturais e, claro, de uma fronteira artificial baseada em acordos políticos. No entanto, esta separação política, para além de ser um processo longo, nunca desfez as ligações linguísticas, culturais, familiares e económicas que existiam (e ainda

---

<sup>57</sup> MELÓN JIMÉNEZ, 2014, p. 20. Ver Anexo 1, Imagens 28, 28, 30.

<sup>58</sup> Ver Anexo 2, Quadro 5.

<sup>59</sup> CARDOSO, 2007, p. 28.

<sup>60</sup> CERNADAS SERRANO, 2012, p. 20.

existem) entre as comunidades de um lado e do outro da nova fronteira, constituindo a “fronteira mirandesa” uma “zona” onde o limite imposto pelo poder régio se diluía todos os dias.

Este tipo de relacionamento, por vezes conflituoso, foi notado nas visitas de agentes régios às áreas de fronteira, sobretudo aquando da delimitação da fronteira ordenada por D João III, em 1538, e que esteve a cargo de Mendo Afonso de Resende<sup>61</sup>. No dia 12 de julho desse ano, o visitador do rei estava em Freixo de Espada à Cinta, a partir de onde entrou na região transmontana, reunindo a informação necessária sobre a fronteira. No dia seguinte encontrava-se na Câmara de Mogadouro e, a 14 de junho, visitaria a vila de Bemposta, recebendo as entidades locais na casa do alcaide das sacas, Gonçalo de Morais. No dia 15 seguiria para Algosó, pertencente à Ordem de S. João, e para Miranda do Douro. Em Miranda seria referido que, na confluência entre o rio Douro e o ribeiro do Crasto, existia um marco, que dividia Miranda com Alcañices, mas o mais importante seria a referência, do lado português do rio Douro a moendas, ou seja, mós de moinho, existindo também, ao longo do mesmo rio, 12 moinhos e 4 azenhas. A vila possuía uma barca, cujo rendimento também lhe pertencia.

Em Vimioso, surgiriam algumas queixas. Sendo a fronteira assinalada por malhões, alguns habitantes de Alcañices eram acusados de os destruir com o intuito de se apoderarem de terras de lavoura portuguesas, sabendo-se também que algumas terras teriam sido compradas mesmo por castelhanos. A 17 de julho, o representante régio encontrava-se na aldeia de Paradela, no termo de Miranda, com Antão de Reboredo, considerando-se que a terra era demasiado agreste e fragosa para se andar a cavalo, localizando-se os sete marcos que faziam os limites entre Miranda e Alcañices, verificando-se que todos estavam no seu devido lugar. Contudo, uma outra queixa referia-se à destruição do marco que sinalizava a fronteira no lugar de Galegos, para que os castelhanos pudessem semear pão em território português. Para corrigir a situação, mandou-se construir um novo marco, num penhasco no lugar da Pena Corvaceira sendo visíveis outros, até chegarem à ermida de Nossa Senhora da Luz.

---

<sup>61</sup> FONSECA, 2014, p. 289.

Ao nível local, existiam muitas vezes discussões e atritos, que tinham como motivo situações mais ligadas à economia local, quer porque os marcos eram desviados, quer por causa de pastos ou bosques, problemas que provocavam episódios de violência entre comunidades<sup>62</sup>. Por isso, é sempre necessário ter em consideração o grau de relacionamento entre as populações raianas, para as quais a fronteira unia e desunia consoante os momentos e as conjunturas. Depois da serra de Santo Adrião chegava-se à ribeira de S. Martinho, com aldeia do mesmo nome, e mais alguns acidentes no relevo até ao termo de Outeiro, a 20 quilómetros de Vimioso, cujo alcaide era Luís Alvares de Távora.

Mendo Afonso chegou a Vimioso no dia 18 de junho, onde lhe disseram que a fronteira também era delimitada por marcos e seguia pela serra de Rompe Barcas. Também aqui os representantes locais assinalaram contendas antigas com os moradores de Vilariño, aldeia de Alcañices, pela posse de uma lameira, que levou inclusivamente à mudança dos marcos 15 ou 20 anos atrás. Estas disputas tentavam controlar sobretudo terras que produziam entre 50 a 60 alqueires de pão. No dia 21, o emissário alcançaria a vila de Outeiro de Miranda, e a 22 de junho chegaria a Bragança, para continuar a sua demanda até Caminha<sup>63</sup>. Este relacionamento enquadrava, como é óbvio, as relações de comércio entre os dois reinos, de tal forma que se pode falar em duas economias complementares, entre os reinos de Portugal e de Castela, sobretudo nos séculos XV e XVI. Esta atividade comercial apoiava-se “*en toda una compleja red de caminos, villas y fortificaciones que se articulaban a ambos lados de la Raya*”, apoiada por uma série de alojamentos essenciais para o descanso de homens e animais.

Nestas relações económicas primava sobretudo o comércio de panos, mas outros produtos eram igualmente apetecíveis para os mercadores portugueses, como as armas. Os castelhanos visitavam sobretudo as feiras fronteiriças de Melgaço, Bragança ou Miranda do Douro, Lamego, Caminha, Chaves, Valença, Monção e Ponte de Lima, fazendo-se o comércio através de grandes mercadores, em grande escala, mas também pelo comércio de pequena escala, realizado pelas populações fronteiriças, e de carácter mais familiar<sup>64</sup>. Isto significa, portanto, que apesar das vicissitudes provocadas por épocas de maior agitação

---

<sup>62</sup> CERNADAS SERRANO, 2012, p. 27.

<sup>63</sup> *Demarcações*, volume 3, 2003, pp. 5-9.

<sup>64</sup> MEDRANO FERNÁNDEZ, 2007, pp. 343-345.

política e militar, as populações raianas continuaram as suas permutas sociais, económicas e culturais, com um ponto alto no século XVI, comprovando que “*os intercâmbios entre populações raianas foram sempre mantidos devido às necessidades existentes, afinidades culturais, passado histórico*”<sup>65</sup>.

Como é evidente o levantamento ordenado alguns anos antes, por D. Manuel I, relativamente aos castelos situados ao longo da raia, foi também de extrema importância, reforçando a ideia de necessidade do reconhecimento concreto dos limites do poder régio, processo que terá continuidade no reinado seguinte, com o primeiro numeramento geral do Reino e, provavelmente, a construção da primeira imagem cartográfica do País<sup>66</sup>, ao serviço da Coroa, editada em Roma, em 1561, da autoria de Fernando Álvares Seco<sup>67</sup>. O mapa de Álvaro Seco terá sido precedido por um manuscrito chamado “Códice de Hamburgo”, de 1525<sup>68</sup>, que pertenceu ao infante D. Afonso, irmão de D. João III, elevado a cardeal pelo Papa Leão X, em 1517. Relativamente a este mapa, a representação da região transmontana surge plena de topónimos, distinguindo-se os núcleos urbanos com uma simbologia que parece definir três tipos de núcleos, apresentando-se, no nordeste transmontano, apenas Bragança e Miranda com um desenho mais criativo, mesmo que estilizado, de uma cidade. Não existe qualquer indício da rede viária, e esta será uma característica comum aos séculos seguintes, uma vez que, em termos gerais, a cartografia não reproduzia a rede viária, sendo esta informação mantida em segredo, sobretudo em tempo de guerra, circulando apenas sob a forma de cartografia manuscrita de acesso restrito<sup>69</sup>. Ao nível da topografia, o mapa apenas nos indica os nomes de algumas serras, como a serra de Rebordãos, não apresentando qualquer desenho indicativo das irregularidades do terreno. A rede hidrográfica foi desenhada com profusão, mas sem grande rigor, surgindo quase todos os cursos de água com grossos caudais, estando presente

---

<sup>65</sup> MEIRINHOS, 2014, pp. 37-38.

<sup>66</sup> MOREIRA, 2012, p. 17.

<sup>67</sup> MOREIRA, 2011, p. 30. Ver Anexo 1, Imagens 2A e 2B.

<sup>68</sup> O manuscrito encontra-se em Hamburgo, na “Staats und Universitätsbibliothek Hamburg”, com a referência “Codex 36 in scrinium”. Veja-se, a propósito, DAVEAU, Suzanne – *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c. 1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*, Edições CEG, 2010, e ALEGRIA, Maria Fernanda – *O Códice de Hamburgo desvenda o primeiro mapa de Portugal?*, Finiserra, XLVI, 92, 2011, pp. 123-127.

<sup>69</sup> MOREIRA, 2011, p. 65.

a identificação dos cursos de água considerados mais relevantes como o rio Douro e o rio Sabor.

A fronteira, essa, continuava a ser assinalada com marcos e cruzeiros, bem como por acidentes topográficos, a que as alfândegas davam corpo institucional. As fortificações também marcavam a linha de fronteira, mas o longo período de paz levou a que estas deixassem de ser mantidas de forma conveniente, preocupando-se mais os dois reinos com as suas fronteiras marítimas. A situação voltaria apenas a complicar-se devido ao problema de sucessão dinástica provocado pela morte de D. Sebastião. Devido ao clima de tensão crescente, a Galiza estaria novamente no raio de visão do rei espanhol aquando da crise de sucessão de Portugal, a partir de 1578, mas as autoridades galegas não conseguiram dar resposta<sup>70</sup>. Deste modo, os fronteiros da raia da Galiza e de Leão, ou seja, os condes de Lemos, Alba de Aliste, Monterrey e Benavente, receberam ordens para preparar os contingentes necessários, tendo em conta a dimensão do domínio territorial da Casa de Bragança. A entrada das tropas espanholas ocorreria em Chaves e Bragança, em julho e outubro de 1580, obrigando as autoridades locais a pronunciarem-se a favor de Filipe II. As tropas espanholas saíram apenas em 1582, mas não se verificaram incidentes de destaque, procedendo-se a uma transição de poder serena. Assim, logo no início do período filipino, foram abolidos todos os portos secos da raia, embora fossem reintroduzidas as barreiras alfandegárias, entre 1581 e 1640<sup>71</sup>. Deste modo, as raias da Galiza e de Leão apenas se transformariam novamente em fronteiras de guerra terrestre a partir de 1641.

### 1.3. As estruturas viárias da fronteira mirandesa

#### 1.3.1. Os traçados viários anteriores à Época Moderna

Em Trás-os-Montes, a rede viária principal tem, sem dúvida, origem romana. Contudo, as ligações existentes, sobretudo para épocas mais recuadas, são ainda mal

---

<sup>70</sup> FONSECA, 2014, pp. 292-293.

<sup>71</sup> FONSECA, 2014, pp. 293-294.

conhecidas e pouco estudadas<sup>72</sup>, embora se reconheça que, desde cedo, a ligação entre Portugal e Castela dependia de quatro eixos principais, sendo um deles o de Trás-os-Montes, um sistema de comunicações terrestres que perdurou bastante no tempo, encontrando-se plasmado na cartografia da época moderna<sup>73</sup>.

As grandes estradas que ligavam as povoações principais começaram “*por ser instrumento de dominação*”<sup>74</sup>, uma rede que utilizava estruturas que ainda hoje subsistem, como a ponte de Chaves e que era medida por marcos miliários que também podem ser vistos na atualidade, sendo muitos, entretanto, incorporados em casas ou em capelas, numa função bem diferente da inicial. Por isso, ao longo dos séculos, as vias romanas continuaram a indicar, de forma aproximada, os traçados das estradas, servindo como eixos de comunicação essenciais, pelo menos até ao século XIX, quando o Fontismo procurou melhorar a rede viária do País.

Um bom exemplo da implementação das vias romanas no território transmontano é o do itinerário XVII, que ligava Braga a Astorga, passando por Chaves. Chaves era, efetivamente, uma encruzilhada de vias romanas, passando a que ligava Braga a Astorga por Castro de Avelãs, a capital dos Zoelae, e por locais como Babe, onde os miliários assinalavam o prosseguimento do percurso para este<sup>75</sup>. Esta ligação fazia-se em duas vias, provavelmente no trajeto de Ruivães e Chaves<sup>76</sup>. A partir de Chaves outras vias poderiam fazer a ligação a Verín ou à região mineira de Três Minas, bem como ao rio Douro e aos territórios a sul.

Na região mirandesa, a denominada “*estrada mourisca*” ou “*carril mourisco*”<sup>77</sup>, tinha também origem romana, provavelmente do século II ou III d. C., possivelmente para

---

<sup>72</sup> MONTEIRO, 2012, p. 46.

<sup>73</sup> MONTEIRO, 2012, p. 48.

<sup>74</sup> MATTOSO, DAVEAU e BELO, 2013, p. 165.

<sup>75</sup> ALARCÃO, 1988, pp. 96-97. Ver Anexo 1, Imagem 24.

<sup>76</sup> TABORDA, 2011, p. 189.

<sup>77</sup> O chamado “*carril mourisco*” continuou a ser utilizado na Idade Média e na Época Moderna, ligando sobretudo as localidades de Brunhosinho e Duas Igrejas. É um caminho de terra, onde não se identificaram restos de calçada nem outros vestígios romanos. O caminho continua a ser utilizado nos trabalhos agrícolas e está associado a vários cruzeiros. Numa prospeção realizada em 2002, configurou-se um traçado de perfil retilíneo, que permitia a travessia longitudinal do planalto mirandês, marcando a paisagem de forma notória. É referido documentalmente desde o século XII, mas a distribuição do povoamento romano na região articulou-se perfeitamente com este eixo viário. Cfr. Portal do Arqueólogo, CNS: 18686.

facilitar a exploração dos recursos mineiros locais<sup>78</sup>, e serviria certamente como ligação norte-sul, atravessando o território entre o rio Sabor e o rio Douro, entrando pelos atuais concelhos de Torre de Moncorvo e de Mogadouro, passando próximo a Passô e Vilar de Rei, no sítio da Calçada, para seguir depois para o concelho de Miranda do Douro<sup>79</sup>. Esta via fazia parte de um conjunto de caminhos secundários que, a partir do vale do Douro, convergiam para a via XVII, no sentido sul-norte, nas terras de Aliste, passando o Douro na povoação de Alva e passando a atual fronteira próximo do castro da Senhora da Luz<sup>80</sup>.

Na Idade Média, esta via continuaria a ser utilizada, datando a referência mais antiga de 1172, quando um documento de D. Afonso Henriques aponta o “*carril morisco*”<sup>81</sup> como eixo principal da região, continuando a ser, nos séculos seguintes, o caminho mais curto entre Moncorvo e Miranda. A Idade Média trouxe também a disseminação das comunicações viárias, com o trânsito a circular por vários caminhos secundários, “*sem grandes artérias que o canalizem e concentrem*”, mas onde se percebe a prevalência das direções romanas, em muitos casos<sup>82</sup>.

No entanto, um dos grandes problemas destas estradas era a falta de alojamentos, sobretudo em regiões como Trás-os-Montes. Apesar disso, os portos secos tinham uma extensa área de influência, contando com uma presença de mercadores permanente. Os portos de Vila Real e Chaves dominavam, sem dúvida, a passagem da região transmontana para o Minho, aproveitando-se também a parte navegável do rio Douro<sup>83</sup>. Em viagem, a média diária no mês de janeiro seria de 40 quilómetros por dia, enquanto em abril poderia atingir os 60 quilómetros por dia e, em maio, os 80 quilómetros<sup>84</sup>. É evidente que a independência do território português, no século XII, e a posterior definição da fronteira com Leão e Castela, determinaram uma rede viária orientada sobretudo entre o norte e o sul, com poucas ligações aos reinos vizinhos. Esta situação só irá sofrer alterações alguns séculos mais tarde, durante a dominação filipina, com a construção de algumas pontes como a de Murça.

---

<sup>78</sup> FERREIRA, 2013, p. 324.

<sup>79</sup> PEREIRA, 1908, p. 236.

<sup>80</sup> SANDE LEMOS, volume I-b, 1993, pp. 315-317. Ver Anexo I, Imagem 2.

<sup>81</sup> FERREIRA, 2013, p. 325. Ver Anexo 1, Imagem 32.

<sup>82</sup> FERREIRA, 2013, pp. 189-190.

<sup>83</sup> FREITAS, 2006, pp. 18-20.

<sup>84</sup> FREITAS, 2006, p. 30.

Podemos descortinar os percursos mais importantes, que ligavam a região transmontana ao resto do Reino, através dos fluxos mercantis ou das estratégias da guerra. Neste sentido, Lamego seria um ponto importante de bifurcação e de entrada em Trás-os-Montes, sobretudo para quem vinha do Minho ou da Guarda. Outro eixo significativo era o que vinha de Penamacor, atravessava o Douro em Santa Maria e acompanhava a fronteira desde Freixo até Bragança. Muitos peregrinos escolhiam Chaves ou Bragança como pontos de passagem, chamando-se a atenção para os muitos viajantes que cruzavam a região, provenientes do território leonês<sup>85</sup>. A antiga estrada romana, o chamado “carril mourisco”, continuou a ser, por isso, uma via importante na região, fazendo a ligação entre o reino de Leão e as terras do Sul<sup>86</sup>, incentivando, assim, uma forte influência leonesa na região de Miranda.

Durante a Idade Média, estabeleceram-se na região outros dois eixos, “*articulados com o processo de defesa da fronteira, com a afirmação do poder real e das vilas fortificadas*”: uma via que corria ao longo da faixa ocidental do planalto, ligando os castelos de Moncorvo, Mogadouro, Penas Róias e Algosó, de que são vestígios pontes como as de Estevães, da Quinta das Quebradas, Azinhoso e Algosó; e um outro caminho, na faixa oriental do planalto mirandês, entre o Freixo e Miranda, abrangendo Mós e Bemposta<sup>87</sup>. Esta nova via, seria denominada como “*caminho Nuobo*” ou “*caminho de la Bila*” de Miranda, necessário para se efetuar a ligação a Miranda do Douro, que passava por Sendim e Bemposta, a par de outros troços que cruzavam o “carril” em direção a diversas localidades<sup>88</sup>. Um sinal claro da maior circulação de pessoas e bens eram também as estalagens que pontilhavam o território brigantino, em Bragança, Fornos, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Carrazeda, Mirandela, Meirinhos, Azinhoso e Vale do Porco<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> MORENO, 1986, pp. 79-80.

<sup>86</sup> MEIRINHOS, 2014, p. 35.

<sup>87</sup> SANDE LEMOS, volume I-b, 1993, p. 320.

<sup>88</sup> FERREIRA, 2013, pp. 267-268.

<sup>89</sup> MORENO, 1986, p. 81.



### 1.3.2. As estruturas viárias da fronteira mirandesa na Época Moderna

Na primeira metade do século XVI, Miranda do Douro foi, certamente, um local privilegiado relativamente às rotas de comércio, um excelente porto seco, em contacto com as vias que serviam Fonfría e Torregamones. Fermoselle, mais a sul, recebia os mercadores de Mogadouro, Chacim, Vila Flor e Freixo que rumavam em direção a Zamora, Valhadolid ou Salamanca<sup>90</sup>. Era um porto fixo, com uma afluência considerável de mercadores de ambas as nacionalidades, sobretudo entre 1526 e 1528. As transações seriam correntes, centrando-se principalmente nos bens de uso doméstico e na produção das oficinas de artesãos<sup>91</sup>, sendo também centro de exportação de têxteis e de matérias-primas com eles relacionadas, desde os panos finos aos panos grossos, estopa ou seda em bruto.

Para além de Miranda do Douro, destacava-se também o porto de Mogadouro, mais relacionado com viagens de curta distância, de entre um e quatro dias<sup>92</sup>, sendo um porto de nível médio, onde também prevaleciam os panos de Castela, mas onde também se verificava a produção de linho, cânhamo e seda<sup>93</sup>. O porto de Outeiro tinha sido, durante os séculos XIV e XV, local de intenso comércio, tendo mesmo o seu alcaide Martim Gonçalves de Macedo recebido, em 1390, as dizimas da entrada dos panos, mas já não seria considerado como porto no foral manuelino, o que não impedia que estivesse situado em local de passagem de importantes vias de ligação para Alcañices, Benavente e Zamora<sup>94</sup>.

Estes mercados beneficiavam da existência de uma rede de caminhos que serviam sobretudo as ligações entre os principais centros urbanos da região, bem como o incremento de relações com localidades mais distantes, nomeadamente do outro lado da fronteira. Vimioso, por exemplo, era atravessada por duas vias que davam acesso a Miranda, Mogadouro, Moncorvo, Macedo de Cavaleiros e Bragança, a que se juntava a “estrada mourisca”, de época romana, e que servia como principal eixo de circulação de qualquer força militar que por aqui passasse<sup>95</sup>, ou qualquer outro viajante, mercador ou não.

---

<sup>90</sup> FREITAS, 2006, p. 37.

<sup>91</sup> FREITAS, 2006, p. 201.

<sup>92</sup> FREITAS, 2006, p. 33.

<sup>93</sup> FREITAS, 2006, p. 209.

<sup>94</sup> FREITAS, 2006, p. 214.

<sup>95</sup> ALMEIDA, 2012, pp. 17-18.

Esta rede viária começou a ser conhecida de forma mais completa e sistemática, sobretudo a partir dos séculos XVII e XVIII, quando a produção cartográfica se multiplicou, mercê de um interesse mais alargado por parte do poder central e do próprio interesse de determinado público em conhecer melhor o território através da sua visualização em mapas ou cartas produzidas e impressas, cada vez em maior quantidade.

De facto, a Guerra da Aclamação iria dar um novo impulso aos levantamentos cartográficos<sup>96</sup>, a par da urgência em dotar o Reino de um corpo de engenheiros, meios capazes de assegurar a defesa da fronteira e das praças de guerra. A falta de engenheiros nacionais levou, como é sabido, à contratação de muitos estrangeiros, nomeadamente flamengos e franceses, como Cosmander ou Jean Gilot, discípulo de Descartes, ou Michel Lescolles, que terá servido em Trás-os-Montes, por volta de 1644<sup>97</sup>, Charles Lassart ou Alain Manesson Mallet<sup>98</sup>.

Uma das “visões” do Reino produzidas nesta época, existente na Biblioteca Nacional de Portugal, foi elaborada por João Teixeira Albernaz, e data de cerca de 1640<sup>99</sup>, apresentando-nos uma visão de conjunto em que surge, a par da representação artística de alguma flora, com manchas que se assemelham a árvores, a representação de uma rede hidrográfica sem grande rigor que, mais uma vez, é constituída por cursos de água desenhados com grossas manchas, sem qualquer distinção relativamente aos seus caudais. Os núcleos urbanos, são distinguidos por desenhos estilizados, de que se destacam as representações de Miranda e de Bragança, que se assemelham a desenhos de cidades de maior dimensão, seguindo-se os desenhos que representam Vimioso e Mogadouro, despontando em cada localidade uma torre mais elevada acompanhada por outras duas estruturas, o que difere das restantes localidades, onde apenas se vislumbra uma única torre, mais simples.

Em Espanha também surgiram representações do território português, nomeadamente um mapa, datado de cerca de 1641<sup>100</sup>, onde apenas seriam assinaladas, no que diz respeito à região transmontana, as localidades de Miranda do Douro, Mogadouro,

---

<sup>96</sup> MOREIRA, 2011, p. 31.

<sup>97</sup> MOREIRA, 2007, p. 3.

<sup>98</sup> CONCEIÇÃO, 2019, p. 199. Ver Anexo 3, Quadro 34.

<sup>99</sup> Ver Anexo 1, Imagens 3A e 3B.

<sup>100</sup> Ver Anexo I, Imagem 4.

Bemposta, Torre de Moncorvo e Freixo, nada mais sendo destacado a norte do rio Douro, para além da cidade do Porto.

Contudo, estes mapas não mostravam a rede viária. Um dos primeiros autores a produzir uma visão mais completa das principais estradas portuguesas foi Luís Caetano de Lima, em 1736<sup>101</sup>, a que se seguiram outras cópias e, sobretudo, mapas cada vez mais precisos e completos. Neste caso, devemos lembrar o mapa de José Monteiro de Carvalho, datado, provavelmente, de 1758<sup>102</sup>, onde a rede de estradas é profusamente registada, e os que foram produzidos, em grande quantidade, em 1762, tanto em Portugal como em Espanha.

A rede viária principal era também complementada por um conjunto de caminhos secundários e veredas que serviam como ligação entre os dois lados da fronteira. Um mapa, espanhol, de 1757<sup>103</sup>, mostra particularmente a preocupação que existia com a fronteira e as facilidades em atravessá-la, anotando-se os lugares que, do outro lado da raia, poderiam constituir um cordão de segurança sanitária, evitando a passagem de pessoas e gados pelos caminhos já mencionados.

Um relatório de 1764, produzido pelo major-general Simon Frazer, faria também referência às principais passagens existentes entre os dois lados da fronteira, que constituía, na sua perspetiva, “*a maior planície que ainda me foi dada a observar neste país*”<sup>104</sup>. Deste modo, apontava duas vias principais, a grande estrada de Zamora, e outra proveniente de Carbajales de Alba, e que podiam ser utilizadas por carros. Existia ainda outra via, que ligava Alcañices a Miranda do Douro e uma terceira, a chamada “estrada mourisca”, já mencionada anteriormente, que atravessava os dois reinos, passando por Sicouro, Alcañices, Duas Igrejas e Malhadas.

Para além destas vias, existia ainda outra estrada, também útil para a passagem de carros, e que ligava Carbajales de Alba, Alcañices e Outeiro de Miranda, entroncando com a grande estrada de Miranda, a cerca de meia légua de Outeiro. Frazer iria ainda identificar

---

<sup>101</sup> Ver anexo I, Imagens 7A e 7B.

<sup>102</sup> Ver anexo I, Imagens 10A e 10B.

<sup>103</sup> Ver anexo I, Imagens 9A e 9B.

<sup>104</sup> FRASER, 1764, fl. 11, PT AHM-DIV-4-1-14-26. Ver Anexo 5, Documento 13.

uma outra estrada que partia de Carbajales de Alba, passava por Alcañices e servia Vimioso e Carção, atravessando a estrada de Miranda a cerca de 1,5 léguas de Outeiro de Miranda. Finalmente, apontaria a existência de uma última estrada boa para a circulação de veículos, e que partia de Puebla de Sanabria, passando por Rio de Onor e Baçal, em direção a Bragança, com 5 léguas de extensão. Mais distante, os carros podiam ainda usar uma estrada que tinha origem na povoação de Teixeira e se dirigia para Vinhais, ao longo de 4 léguas. Entre Vinhais e Chaves, afirmava que o terreno montanhoso não permitia a existência de comunicações aproveitáveis numa área de 7 léguas<sup>105</sup>.

No que dizia respeito ao resto da fronteira, entre Outeiro e Bragança, assinalaria que a região era muito montanhosa, faltando as comunicações da raia para o território português, existindo alguns caminhos utilizados apenas pelos contrabandistas. Estes caminhos encontram-se bem identificados noutra mapa espanhol datado de 1785<sup>106</sup>, onde se assinalam com profusão de símbolos os caminhos que os contrabandistas usavam, revelando que a fronteira era bastante permeável.

Em termos gerais, a partir de Miranda do Douro, na Época Moderna, quem quisesse seguir para Bragança e Chaves, encontrava três estradas em que podiam circular carros puxados por animais, o que seria uma mais-valia para o território, quer a nível económico, quer a nível militar.

Ao sair de Miranda do Douro, os viajantes poderiam começar o seu percurso atravessando a ponte dos Canos, sobre o rio Fresno, integrada na via que ligava Miranda a Duas Igrejas, e que servia uma das entradas principais de Miranda, a porta da Senhora do Amparo. Esta ponte, seria reconstruída no século XVIII, possuindo atualmente um tabuleiro plano com uma largura máxima de 4 metros, assente em 3 arcos quebrados em cantaria, e apresentando dois talhamares.

A entrada e saída em Miranda poderia também ser realizada em barcas, pontos de passagem antigos e obrigatórios<sup>107</sup>. Numa carta régia datada de 16 de março de 1553, surge a referência ao barqueiro da barca do Douro, junto à cidade de Miranda, e à permissão de cobrar um real por cada pessoa com besta, no verão, e dois reais no inverno, seguindo por

---

<sup>105</sup> FRASER, 1764, fl. 11-12, PT AHM-DIV-4-1-14-26. Ver Anexo 5, Documento 13.

<sup>106</sup> Ver Anexo I, Imagens 17A e 17B.

<sup>107</sup> Ver Anexo 1, Imagem 25.

um penedo chamado “*Moral*”, após o qual a taxa seria de 3 reais, porque “*cando já chega ao dito Moral não podem levar a barca alem menos de sete homens*”<sup>108</sup>. A barca de Miranda continuaria a existir no século XVIII, apesar das dificuldades existentes, localizada perto do Penedo Amarelo. O rio era conhecido pelos seus rochedos escarpados, o que expunha os viajantes a constantes perigos, mas a referência à barca nas plantas setecentistas da cidade de Miranda é constante. Em 1754, por exemplo, temos conhecimento que a barca estava em mau estado e incapaz de navegar, uma vez que, numa ata de 12 de outubro, os oficiais camarários falavam na barca “*que de novo mandou fazer por constar estava incapaz*”, sendo a sua reconstrução arrematada para o primeiro dia de fevereiro desse mesmo ano<sup>109</sup>. No final do século XVIII, mais precisamente nos anos de 1797-99, dois viajantes estrangeiros registavam que a barca tinha sido arrastada aquando da sua chegada, pelo que a única forma de passar o rio era através de um cabo esticado entre as duas margens, o que seria certamente uma verdadeira aventura<sup>110</sup>.

Relativamente à rede viária, o percurso mais direto entre Miranda e Chaves seria o que passava por Vimioso e Carção, cruzando o rio Sabor na ponte de Izeda, construída por volta do século XIII<sup>111</sup>. Neste ponto, o relatório do major-general Simon Frazer, datado de junho de 1764, fazia notar que as margens do Sabor eram bastante abruptas e de grandes desníveis<sup>112</sup>. Passando-se a ponte de Izeda, seguia-se para Dona Chama, Vilarandelo e São Lourenço, alcançando-se, finalmente, a praça de Chaves, após um percurso de 10 léguas. A viagem entre Vimioso e Carção também se poderia efetuar atravessando o Rio Maçãs na ponte de Carção, também conhecida por ponte de Matela, caracterizada por um arco central em forma de volta perfeita e construída em granito<sup>113</sup>.

O segundo percurso era também uma estrada onde podiam circular carros, passando neste caso, junto a Mogadouro, atravessando o rio Sabor pela ponte de Remondes, a 8

---

<sup>108</sup> A.M.M.D., *Livros de registo de leis, ordens, provisões*, Index do Registo, fl. 7; ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 110.

<sup>109</sup> A.M.M.D., *Actas (1753-1759)*, Livro 5, auto de câmara de 12.10.1754, fl. 27-27v; auto de câmara de 15.01.1756, fl. 72v-73.

<sup>110</sup> LINK, 2005, p. 38.

<sup>111</sup> Ver Anexo 4, Fotografia 1.

<sup>112</sup> FRASER, 1764, fl. 10, PT AHM-DIV-4-1-14-26. Ver Anexo 5, Documento 13.

<sup>113</sup> Direção-Geral do Património Cultural: Portal do Arqueólogo, CNS: 23014, disponível em «arqueologia.patrimoniocultural.pt».

léguas de Miranda, seguindo depois para Mirandela e, por fim, Chaves. Esta via era necessariamente mais longa, com 22 léguas a percorrer, mas era também a que oferecia melhores condições de utilização, sobretudo na passagem do Sabor, com um pendor mais suave do que o que se poderia encontrar em Izeda. De acordo com a informação de 1764, esta estrada era utilizada pelos arrieiros que se deslocavam de Miranda para a cidade do Porto<sup>114</sup>, mudando de curso apenas em Mirandela. A ponte de Santulhão servia também a via que ligava Vimioso e Carção a Izeda. Localizada sobre o rio Sabor, em local de margens muito acidentadas, apresenta ainda hoje um arco com tabuleiro em cavalete sobre cinco arcos desiguais, sendo três de volta redonda e dois quebrados. Tanto os arcos como os contrafortes são muito diferentes entre si, o que indicia diversas reconstruções parciais<sup>115</sup>.

No entanto, a estrada de maior trânsito era a que seguia em direção a Chaves, mas por Bragança, que distava 8 léguas de Miranda do Douro. Para alcançarem Bragança, no entanto, os viajantes poderiam optar por dois ramais diferentes. O primeiro, saíndo de Miranda do Douro, passava por Vimioso e por Outeiro de Miranda, considerado o terreno mais plano da região, enquanto que o segundo ramal passava por São Joanico e Paradinha. Estas duas vias uniam-se mais adiante para a estrada atravessar o rio Sabor na ponte de Valbom, a uma légua de Bragança, com a estrada envolvida num desfiladeiro com declives acentuados, e que apresentava condições mais difíceis para a passagem de viaturas até Chaves.

No “Roteiro Terrestre de Portugal”, datado de 1748, estes dois ramais encontram-se bem definidos<sup>116</sup>. Deste modo, o Padre João Baptista de Castro, indicava que, se o viajante partisse de Miranda do Douro, poderia passar por Vimioso e Outeiro, chegando a Miranda após uma viagem de apenas 9 léguas. Em Pinelo, sobre o rio Mações, a ponte velha, com dois lanços que se desenvolvem em curva, e aparelho de alvenaria de xisto, servia certamente o antigo caminho que ligava Bragança, Outeiro e Vimioso<sup>117</sup>, estabelecendo a

---

<sup>114</sup> FRASER, 1764, fl. 10, PT AHM-DIV-4-1-14-26. Ver Anexo 5, Documento 13.

<sup>115</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2268](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2268).

<sup>116</sup> Ver Anexo 1, Imagem 36. Ver Anexo 2, Quadro 3.

<sup>117</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2248](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2248). Cfr. Direção-Geral do Património Cultural: Portal do Arqueólogo, CNS: 23013, disponível em «arqueologia.patrimoniocultural.pt».

ligação entre as povoações de Argozelo e Pinelo, permitindo a circulação na “*Estrada de Miranda, que fica indo para Argosello e Outeiro*”<sup>118</sup>.

No entanto, era possível optar por outro caminho, também com 9 léguas de distância, mas que passava mais perto da fronteira com Espanha, atravessando Malhadas, a ponte de São Joanico, a Quinta de Vale de Pena, Paradinha e Rio Frio. A ponte de São Joanico<sup>119</sup>, situada sobre o rio Angueira, e certamente essencial para as comunicações na área de Vimioso, dando ligação, para Ocidente, às vilas de Vimioso e Algosos, seguindo-se daí para Matela, Avinhó, Junqueira e Santulhão, pela ponte construída sobre o Rio Maças, entre Algosos e Matela<sup>120</sup>, seria fundamental para a passagem de pessoas, animais, carros de bois e e munições de guerra.

Em 1752-53 os moradores de S. Joanico queixaram-se à Câmara de Miranda do Douro relativamente ao estado de ruína em que a estrutura se encontrava, motivado pelas intempéries, repetindo o pedido em 1758, dizendo o respetivo pároco, nas Memórias Paroquiais, que a ponte estava derrubada. O pároco de Vimioso diria, na mesma altura, que a ponte tinha apenas metade em cantaria, sendo a outra metade feita em madeira, uma medida certamente provisória, derivada da importância da ponte para o trânsito dos destacamentos militares que saíam de Bragança em direção a Miranda do Douro. Em setembro do mesmo ano, as autoridades iriam responder que a reconstrução deveria ser feita à custa da comarca de Vila Real, uma vez que o lugar de São Joanico a ela pertencia, mas que também os custos não seriam elevados, uma vez que era necessário reconstruir apenas dois arcos da ponte. A situação só seria resolvida no final de 1774, quando os moradores de São Joanico fizeram um novo requerimento solicitando a reconstrução da ponte. A rainha D. Maria I responderia favoravelmente no ano seguinte, em 1775, reconhecendo a sua importância para os transportes de munições de guerra na região. A obra teria início em 1778, estando concluída no ano seguinte, com o contributo do mestre pedreiro José Gonçalves, da província do Minho, que trabalhou desde muito novo na região de Miranda, desde Vimioso a Moncorvo, reconstruindo também a ponte de Remondes, em

---

<sup>118</sup> ALMEIDA, 2012, p. 66.

<sup>119</sup> Ver Anexo 4, Fotografia 2.

<sup>120</sup> MOURINHO, 1994, p. 23.

1796<sup>121</sup>. Na ponte destacavam-se agora os arcos centrais, que passaram a assentar diretamente no afloramento rochoso, bem como no que diz respeito ao tabuleiro, também reconstruído e com pináculos do arranque setecentistas, embora os arcos das extremidades mostrem ainda hoje um acentuado caráter medieval, com aduelas mais toscas<sup>122</sup>.

No que dizia respeito aos percursos que se dirigiam de Miranda do Douro para Mogadouro, Torre de Moncorvo ou Freixo de Espada à Cinta, o “Roteiro Terrestre de Portugal”, de 1748, indicava, no território em análise, que, para um viajante se deslocar de Miranda do Douro até Moncorvo teria de passar por Sendim, Vila de Alá, Mogadouro e Carviçais, num total de 13 léguas.

Contudo, existiam outros troços, que assentavam também em caminhos antigos, e que ligavam Mogadouro a outras localidades, tais como Penas Róias ou Algosó. Assim, um antigo caminho ligava os castelos de Penas Róias e Algosó<sup>123</sup>, passando por São Martinho do Peso e Valcerto, servindo também como estrutura essencial na ligação entre Mogadouro, Vimioso e Bragança. Percorrendo esta via, qualquer viajante teria de atravessar a ponte de Algosó, localizada sobre o rio Angueira, entre Algosó e Valcerto. Esta estrutura, de origem medieval, seria destruída por uma cheia em 1707, e refeita entre 1727 e 1737<sup>124</sup>, com um arco e tabuleiro horizontal, e com uma rampa do lado direito sobre três arcos redondos, com um corredor bastante estreito, apenas com dois metros de largura. Para a proteção da estrutura foram construídos pegões contrafortados com talhamar triangular e talhante semicircular<sup>125</sup>, o que lhe permitia, sem dúvida, maior resistência perante a corrente do rio Angueira.

Em São Martinho do Peso, outra ponte, com um cavalete sobre um único arco quebrado, construída em alvenaria de xisto, possuindo também aduelas estreitas e compridas de lajes de xisto, permitia a passagem sobre a ribeira de Macedo, em local de margens altas e com fragas, e servia igualmente a ligação entre Mogadouro, Algosó e Vimioso<sup>126</sup>. Em Azinhoso, uma ponte com um cavalete sobre três arcos quebrados

---

<sup>121</sup> MOURINHO, 2009, pp. 67-68.

<sup>122</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=516](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=516).

<sup>123</sup> Cfr. Direção-Geral do Património Cultural: Portal do Arqueólogo, disponível em «[arqueologia.patrimoniocultural.pt](http://arqueologia.patrimoniocultural.pt)». CNS: 14205.

<sup>124</sup> ALVES, 2002, p. 15; “Carta arqueológica”, 2015, p. 7.

<sup>125</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2269](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2269).

<sup>126</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=696](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=696).



desiguais, servia a ligação entre Mogadouro e Penas Róias, situada sobre a ribeira de Bastelo, em lugar de margens baixas, com campos cultivados e encostas de pendor suave<sup>127</sup>. Ainda no caminho para Vimioso, sobretudo ligando Penas Róias, São Martinho do Peso e a própria aldeia do Peso, num local em que as margens são baixas, rodeada por campos e árvores, os viajantes poderiam utilizar a ponte Gamona, situada sobre a ribeira do Peso, e que possuía um tabuleiro horizontal sobre um único arco redondo<sup>128</sup>.

No acesso entre Mogadouro e Valverde, sobre a ribeira de São Pedro, a passagem fazia-se na ponte de Meirinhos, em local com margens altas, apontando-se a sua construção para o século XVII, constituída por um tabuleiro horizontal sobre um único arco redondo, com aduelas de granito estreitas e compridas, guardas feitas em silharia de granito, e integrando o plinto de um cruzeiro já desaparecido, onde se regista ainda hoje a data de 1677<sup>129</sup>. Na mesma região existe ainda a ponte velha de Castelo Branco, construída na época moderna, sobre uma estrutura medieval, com tabuleiro horizontal sobre dois arcos redondos. O modelo parece ser o mesmo da anterior, apresentando um pavimento em lajes de granito no troço central, e uma calçada de godos nas entradas. Situa-se junto da capela de São João, no caminho velho entre Mogadouro e Freixo<sup>130</sup>.

Outras pontes serviam os acessos de Mogadouro ao território vizinho. A ponte de Vilarinho dos Galegos, por exemplo, com um tabuleiro horizontal sobre dois arcos redondos, sendo o acesso ao troço central feito por duas longas rampas em alvenaria de xisto, situava-se num vale aberto e cultivado, sobre a ribeira de Cima, e servia a estrada entre Mogadouro, Vilarinho dos Galegos e Ventozelo<sup>131</sup>. A ponte de Zava, com um tabuleiro horizontal sobre um único arco redondo, e aduelas em granito, situava-se sobre a ribeira do Pontão, no caminho entre Mogadouro e Freixo<sup>132</sup>. Outra estrutura era a ponte da Quinta das Quebradas, no caminho entre Mogadouro e Freixo, construída na Época Moderna, mas com uma pré-existência medieval, com um tabuleiro horizontal sobre um único arco redondo, com aduelas de granito que, ainda hoje, apresentam siglas. Ao

---

<sup>127</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2243](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2243).

<sup>128</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2402](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2402).

<sup>129</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=701](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=701).

<sup>130</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2491](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2491).

<sup>131</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2403](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2403).

<sup>132</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2401](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2401).

contrário da maioria das pontes mencionadas, situava-se em margens baixas, enquadrada por campos de pradaria<sup>133</sup>, servindo igualmente para a circulação local.

Em Castro Vicente, era também possível utilizar a ponte de Remondes, que sofreu obras em 1678, e foi reconstruída em 1796, a partir de uma estrutura medieval, apresentando um tabuleiro horizontal sobre cinco arcos de volta redonda e altura desigual, com silhares de granito que apresentam siglas nos arcos, pegões e contrafortes. A ponte servia a via que ligava Mogadouro a Macedo, transpondo o rio Sabor onde as margens são baixas<sup>134</sup>.

### 1.3.3. A duração das viagens e as distâncias a percorrer

A duração destas viagens dependia de muitos fatores. Uma estrada poderia mesmo ser difícil de reconhecer, se não fosse o movimento de pessoas ou de carros e carretas. As condições eram muitas vezes péssimas, o que levava os viajantes a preferirem andar pelos taludes das bordas da estrada, considerados mais seguros, ou mesmo a passarem pelas terras lavradas, para encurtarem caminho<sup>135</sup>. As viagens também eram demasiado lentas, calculando-se que, no máximo, em qualquer viagem, quer fosse com cavalos, carros, barcos ou correios a pé, se poderia apenas fazer 100 quilómetros em 24 horas<sup>136</sup>.

Os relatos de determinados viajantes, por exemplo, fornecem-nos informações importantes sobre os caminhos percorridos e as dificuldades encontradas, não esquecendo que *“os clérigos, os fidalgos, os mercadores, os militares, os magistrados e os oficiais régios raramente saíam das grandes estradas, que sempre ligaram entre si as povoações maiores e as cidades”*<sup>137</sup>.

Quando Duarte de Armas visitou os castelos da raia transmontana, entre 1509 e 1510, deixou-nos, para além dos famosos desenhos e plantas das fortalezas, uma importante informação acerca das distâncias entre os castelos visitados<sup>138</sup> e a qualidade dos

---

<sup>133</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2422](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2422).

<sup>134</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=379](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=379).

<sup>135</sup> BRAUDEL, vol. 1, 1992, p. 365.

<sup>136</sup> BRAUDEL, vol. 1, 1992, p. 372.

<sup>137</sup> MATTOSO, DAVEAU e BELO, 2013, p. 165.

<sup>138</sup> Ver Anexo 1, Imagem 33.

caminhos. Deste modo, assinalaria, no início do século XVI, que, quem quisesse dirigir-se de Miranda do Douro a Freixo de Espada à Cinta, poderia passar por Penas Róias e Mogadouro, num percurso onde a única ribeira que se deveria passar era o do Fresno, junto a Miranda, num total de 12 léguas a percorrer. Num outro percurso, desta vez entre Miranda do Douro e Bragança, o viajante deveria passar por Vimioso e Outeiro. A partir de Outeiro de Miranda o caminho tornava-se mais difícil, sendo o viajante obrigado a passar por caminhos fragosos e por pontes que atravessavam o rio Agulhas, a ribeira de Vale de Prado e o rio Sabor, para chegar a Bragança, percorrendo-se um total de 9 léguas<sup>139</sup>. Esta descrição do percurso efetuado mostra-nos a importância da referência aos cursos de água, que Duarte de Armas considerava como obstáculos, dizendo que, quando estes não existiam, o caminho era “*arrazado*” ou mesmo “*bom*”.

Ainda na primeira metade do século XVI, quando o escrivão Mendo Afonso de Resende visitou a região de Trás-os-Montes, em 1538<sup>140</sup>, a mando de D. João III, com o objetivo de identificar os problemas fronteiriços existentes, entrou por Freixo de Espada à Cinta, vindo de Castelo Rodrigo, utilizou a via que ligava Mogadouro e Bemposta a Bragança, por Vimioso e Outeiro. Tendo em conta as datas apresentadas, Mendo Afonso de Resende não demorou mais de quatro dias a percorrer a distância até Vimioso, a partir de Freixo de Espada à Cinta, mesmo fazendo paragens para averiguações e interrogatórios, o que explica o tempo dispendido, efetuando uma paragem mais prolongada em Vimioso, onde os atritos fronteiriços eram mais agudos, e onde certamente teve mais inquéritos para realizar.

A perceção das distâncias variou sempre de acordo com as necessidades e com as particularidades de cada época, mas será um fator a ter em conta quando abordamos temas militares. Suzanne Daveau, alertou para a necessidade de uma reflexão aturada sobre as referências dos autores dos relatórios enviados ao rei, nomeadamente no que dizia respeito às dimensões e referências a distâncias em léguas. Este assunto, que a autora considera de “complexo”, podia-se dividir em dois tipos: “*o primeiro servia para apreciar o comprimento dos itinerários terrestres e era uma noção da vida corrente, que*

---

<sup>139</sup> ARMAS, Duarte de, A.N.T.T. / Ed. Inapa, Lisboa, 2006, fl. 135v.

<sup>140</sup> Ver Anexo 1, Imagem 34; Anexo 3, Quadro 17.

*correspondia, em princípio, ao percurso realizado numa hora por um almocreve ou outro caminheiro, andando a pé ou de montada*”, e o outro “*era uma noção mais sábia e teórica, usada sobretudo pela navegação marítima e cartografia associada*”. Por isso, a noção da distância variava, sobretudo, conforme os hábitos locais e a configuração do terreno. Em 1527, por exemplo, Álvaro Vaz qualificou as léguas de boas, grandes ou pequenas, considerando Daveau como valor médio da légua o de 5,6 km, alertando também para a existência de diferenças regionais relativamente ao comprimento das léguas<sup>141</sup>. Sublinharia ainda que, em alguns casos, como o território transmontano, as léguas dos trajetos mais curtos eram, em média, maiores que as dos trajetos mais compridos, relacionando este facto com “*a origem empírica, itinerária e horária, da apreciação das distâncias*”.

João Batista de Castro, no seu roteiro de 1748, também assinalava que o terreno transmontano era “*áspero*”, “*e por essa causa as suas léguas são reputadas por maiores, ainda que as distancias sejam de menos passos*”<sup>142</sup>.

Em termos de duração das viagens terrestres, os viajantes que normalmente percorriam os caminhos, como os almocreves, perfaziam 8 léguas por dia, das 4 da manhã às 4 da tarde, mas as variáveis também dependiam dos ritmos de deslocação ou das paragens necessárias<sup>143</sup>. Podemos também dar como exemplo a visita do recebedor dos portos secos que, no mesmo dia, efetuou cobranças em Bragança e no Mogadouro. Ou seja, percorreu num único dia a distância de 10 léguas de distância, a cavalo, sendo que uma légua corresponde a 5 km. A pé, essa viagem restringia-se certamente a uma média diária de 25 km<sup>144</sup>.

Se cruzarmos estes dados com os aspetos militares, poderemos encontrar informações bastante interessantes. De acordo com Mateus Fernandes, a distância que um soldado poderia cobrir num dia de marcha, carregado com a arma e munições, era de 7 léguas, aproximadamente 35 quilómetros<sup>145</sup>. Se estes valores fossem cumpridos, supondo que se trataria de uma marcha normal e não forçada, isto significava que as tropas de infantaria saídas de Bragança poderiam alcançar Miranda do Douro em pouco mais de um

---

<sup>141</sup> DAVEAU, 2001, pp. 18-19.

<sup>142</sup> CASTRO, 1748, p. 183.

<sup>143</sup> DAVEAU, 2001, p. 20.

<sup>144</sup> FREITAS, 2006, p. 31.

<sup>145</sup> FREITAS, 2007, p. 167.

dia e meio, percorrendo 9 léguas, enquanto que os reforços vindos do Freixo para Miranda percorreriam 12 léguas, o que corresponderia a quase dois dias de marcha<sup>146</sup>.

Estes dados coincidem com os dados de White, que defende que, durante a Guerra da Aclamação, um homem poderia percorrer a distância de 32 km (6 a 7 léguas) num dia, enquanto que a velocidade média das tropas seria mais elevada, correspondendo a quase 39 km, ou seja, 8 léguas, por dia, à média de uma légua por hora. A cavalaria, obviamente, podia viajar mais rapidamente, sendo capaz de cobrir a distância de 20 léguas diárias, ou seja, 96 km. Esta vantagem seria sobejamente utilizada durante a Guerra da Aclamação, uma vez que a arma mais utilizada, sobretudo nas constantes razias e “entradas” efetuadas em território inimigo. Mais tarde, e de acordo com Clausewitz, um exército poderia percorrer por dia 24 km (5 léguas), mas os soldados do fim do século XVIII andavam mais ligeiros, não tendo de se preocupar com as bagagens que os exércitos dos séculos XVI e XVII, entre animais de carga e carros de transporte, transportavam, alcançando a velocidade de 2 léguas apenas, ou seja, cerca de 9,7 km diários<sup>147</sup>.

#### 1.3.4. O contributo da Época Moderna: um território mais visível

No século XVIII, passam a ser mais frequentes os relatórios e os levantamentos de inspeção às fortalezas. Em 1732, ordena-se que cada regimento de infantaria deveria ter uma das suas companhias enquadradas com engenheiros de profissão, o que corresponde a uma maior abundância de nomes de engenheiros, nomeadamente para a província transmontana.

Por outro lado, os autores nacionais surgiam agora em maior número. No início do século XVIII, Manuel Pinto de Vilalobos, discípulo de Lescolles em Viana, irá destacar-se na cartografia nacional. Na década de 1720, o engenheiro-mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, também dará um novo alento à cartografia em Portugal, ordenando vários levantamentos cartográficos terrestres, alicerçado também na ação da Academia Real de História, criada em 1720. Um outro impulso seria produzido pelo decreto de 1732, que

---

<sup>146</sup> Ver Anexo 1, Imagem 35.

<sup>147</sup> WHITEa, 2003, pp. 75-77.

tinha como objetivo a criação de Academias de engenharia militar nas principais praças portuguesas, e os trabalhos conduzidos por Azevedo Fortes a partir de 1723<sup>148</sup>.

Um dos mais significativos mapas de conjunto do território português, apresentando a visão das seis províncias, foi publicado no segundo volume da “*Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*”, de D. Luís Caetano de Lima, em 1736, com base em gravações feitas em Lisboa, em 1729-1730. Os mapas que compõem este conjunto foram gravados por Grandpré e foram os primeiros mapas impressos das províncias portuguesas<sup>149</sup>, acessíveis, pela primeira vez, ao grande público. Como mapas de divulgação, não apresentavam grande rigor no traçado da rede hidrográfica, nem tão pouco na representação do relevo, transformado em pequenos montes triangulares dispostos de forma aleatória<sup>150</sup>. O mapa da província de Trás-os-Montes<sup>151</sup> apresenta com grande destaque o rio Douro, identificando-se também, na região em estudo, o rio Negro e o rio Aliste, em território espanhol. Em território português, o mapa identifica ainda o rio Sabor e o rio Maçãs. Os principais rios são acompanhados pela representação de cursos de água subsidiários, sendo possível, por exemplo, identificar o rio Fresno, que transforma o território onde se implanta Miranda numa autêntica “mesopotâmia”. Ao nível da identificação dos núcleos urbanos, destacam-se os desenhos que assinalam os núcleos fortificados, sendo possível identificar, no lado espanhol, as fortificações de Carbajales<sup>152</sup>, Alcañices<sup>153</sup> e Puebla de Sanabria, enquanto no lado português surgem como núcleos fortificados Miranda do Douro, Vimioso, Outeiro e Bragança. No que diz respeito à rede viária, o mapa apresenta o que o autor considerou as estradas principais, representando no entre Douro e Sabor apenas uma estrada. Esta via surge inicialmente em território espanhol, pelo leste, através de Villalcampo, Pina, Castro e Brandilanes, entrando em Portugal por Pena Branca em direção a Miranda. A partir desta cidade, a estrada dirige-se por Genísio, Vilarica, Caçarelhos e Vimioso. A partir daqui segue o caminho de Argozelo, Outeiro e Passô, em direção a Bragança. Deste modo, Bragança surge no mapa como a verdadeira

---

<sup>148</sup> MOREIRA, 2011, pp. 35-36. Ver Anexo 2, Imagens 8 e 9.

<sup>149</sup> MOREIRA, 2011, p. 68; COUTINHO, 2007, pp. 70-71.

<sup>150</sup> MOREIRA, 2011, p. 71.

<sup>151</sup> Ver Anexo I, Imagens 9A e 9B.

<sup>152</sup> Ver Anexo 4, Fotografias 35, 36.

<sup>153</sup> Ver Anexo 4, Fotografia 38.

encruzilhada, encontrando-se aqui estradas que seguem em várias direções, com três vias entrando em território espanhol, uma para as terras de Puebla e as outras duas vias para as partes da Galiza, enquanto apenas uma estrada segue para oeste, em direção a Mirandela, de onde se poderia alcançar Torre de Moncorvo, para sul, e a província do Minho, passando por Vila Pouca de Aguiar.

Um outro mapa, datado de 1735, da autoria do francês François Baillieu<sup>154</sup>, mostra claramente as divisões administrativas existentes na região transmontana, dividida em duas grandes comarcas, a de Vila Real e a de Miranda do Douro, apresentando igualmente uma profusão de pormenores excelentes a nível de rede hidrográfica e da rede urbana que se poderia encontrar, não apresentando, contudo, qualquer referência à rede viária existente.

No Departamento de Cartografia e Belas Artes da Real Academia da História, em Madrid, bem como na Biblioteca Nacional de Portugal, conservam-se fundos cartográficos importantes, nomeadamente no que diz respeito a mapas e planos produzidos nos séculos XVII e XVIII, com uma intenção militar clara. Um dos mapas mais divulgados seria o mapa de Luís Caetano de Lima, de 1736<sup>155</sup>, já mencionado, e reproduzido, pelo menos, em 1762, como uma das visões mais claras da província transmontana, embora a rede de estradas se mostre bastante limitada, como seria de prever de um mapa cujo objetivo não seria primordialmente o de indicar precisamente distâncias e caminhos a seguir.

Nesta época, um dos autores mais interessantes seria José Monteiro de Carvalho<sup>156</sup>, sargento mor de infantaria com exercício de engenheiro, cuja “*Carta Geographica*” das províncias do Minho e de Trás-os-Montes constitui uma fonte de informação imprescindível para quem estuda estas regiões e esta época. No seu mapa surge-nos uma rede hidrográfica bastante pormenorizada, acompanhada por uma rede viária que ligava os principais centros urbanos, mas que se fazia acompanhar por uma profusão de topónimos pouco comum nos mapas existentes até esta altura. No que dizia respeito à rede viária, notamos a importância de Miranda do Douro como ponto de encontro das duas vias mais importantes que, a partir de Chaves e de Vila Real, ligavam a fronteira mirandesa ao Minho. O mesmo acontece no mapa das províncias do Douro e de Trás-os-Montes, nomeadamente

---

<sup>154</sup> Ver Anexo I, Imagens 6A e 6B.

<sup>155</sup> Ver Anexo 1, Imagens 7A e 7B.

<sup>156</sup> Ver Anexo I, Imagens 10A e 10B.

quanto ao papel de Miranda do Douro como eixo principal de penetração no Norte de Portugal, da autoria de Campomanes<sup>157</sup>, e que serviria de apoio à invasão que se produziria nesse mesmo ano. Mais tarde, os espanhóis continuariam a produzir mapas do reino de Portugal, nomeadamente do nordeste transmontano, tal como o mapa de 1778<sup>158</sup>, da autoria de D. Tomás Lopez, que apresenta distintamente as divisões administrativas principais, bem como a rede de estradas mais significativa.

Em 1734, Luís Caetano de Lima, na sua “Geografia Histórica”, apontava que em Miranda do Douro viviam 250 vizinhos, “*entre os quaes há pessoas muito nobres*”<sup>159</sup>, contando como principais edifícios a Igreja Catedral, a Casa da Misericórdia, o Hospital e um Seminário, “*que he obra muy moderna*”. Na sua descrição do território transmontano, dava a conhecer que “*o terreno desta Provincia he pela mayor parte montuoso, e por esta razão áspero, seco, e menos povoado; porem não deixa de haver nella alguns valles muy amenos, e espaçosos, e guarnecidos de Povoações muy consideráveis, com bastante abundancia, entre outros géneros, de centeyos, trigos, e vinhos*”<sup>160</sup>.

Deste modo, um sinal de que os aspetos militares não estavam esquecidos seria a presença na província, por exemplo, de Francisco Xavier do Rego, entre 1732 e 1746, ocupando o posto de Ajudante de infantaria com exercício de engenheiro<sup>161</sup>. Outro engenheiro, Manuel de Almeida, trabalharia igualmente na província, com a patente de capitão de infantaria, desde o ano de 1735, referindo-se Francisco Xavier da Veiga Cabral nestes modos, relativamente a este oficial: “*não he destituído de prestimo, nem se poupa ao trabalho; porem as Praças são muito distantes huas das outras, e em hum próprio tempo se não pode acudir nem ainda aos reparos que se fazem mais precisos*”. Ou seja, apesar dos esforços destes oficiais, as autoridades militares reconheciam que era muito difícil efetivar a manutenção das fortificações, nomeadamente porque as distâncias impediam os engenheiros de concretizarem estas reparações<sup>162</sup>.

---

<sup>157</sup> Ver anexo 1, Imagens 11A e 11B; Anexo 2, Quadro 4; Anexo 5, Documento 7.

<sup>158</sup> Ver Anexo 1, Imagem 16.

<sup>159</sup> LIMA, 1736, p. 68.

<sup>160</sup> LIMA, 1736, p. 62.

<sup>161</sup> A.N.T.T., Conselho da Fazenda, Repartições do Reino, Portarias, Caixa 243 (1692-1759), Maço 1, 26 setembro 1757.

<sup>162</sup> PT/AHM/DIV/1/06/49/63.



Em dezembro de 1751, José Monteiro de Carvalho, que frequentara a Aula dos privilegiados da Religião de Malta, bem como a aula da Esfera no Colégio de Santo Antão e a Academia de fortificações, seria nomeado ajudante de infantaria com exercício de engenheiro para a província transmontana<sup>163</sup>.

Na “*Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*”, dedicada a D. Manuel de Lencastre, e publicada por António de Oliveira Freire, em 1755, afirmava-se que na província transmontana existiam “*grandes povoaçoens, que desfructão abundancia de trigos, centeyos, milhos, gados, e caças, e todo o género de fructos*”, assinalando-se, mais adiante, que “*a benignidade, e temperamento do seu clima conduz muito para a criação das sedas, de que tem hum grande trafico com fabricas de veludos, damascos, pinhoelas, gorgoroens, mantos de lustro, buratos, fitas, e meyas de seda*”, o que revelava um acentuado dinamismo económico da região<sup>164</sup>. A nível da população, assinalava, na comarca de Miranda, 14 vilas e 122 paróquias, com cerca de 10.000 fogos e 30.000 almas<sup>165</sup>.

As comarcas referidas continuavam a ser as de Torre de Moncorvo, Miranda, Bragança e Vila Real, assinalando também que a maior parte das terras pertenciam a donatários através de doações régias, salientando-se o papel na região da Casa de Bragança, da Casa do Infantado, da Casa dos Marqueses de Távora, ou dos senhores de Vila Flor. No que se refere à Comarca de Miranda, o texto afirmava que a cidade tinha sido povoada de novo por D. Afonso I, sendo enobrecida “*com formosos, e fortes muros*” por D. Dinis, sublinhando-se que a renda do Deão de Miranda seria de 500.000 réis, enquanto que o rendimento da Mesa Episcopal ultrapassava os 24.000 cruzados<sup>166</sup>.

O ano de 1758 proporciona-nos também informações interessantes sobre o território mirandês. As notícias produzidas pelos párocos, motivadas pelos acontecimentos de 1755 e solicitadas pelo poder central, mostram-nos que, em termos de população, Miranda do Douro possuía 300 fogos, o que correspondia a cerca de 1.000 pessoas, enquanto que em Vimioso se contabilizavam 1.200 habitantes (1.000 com sacramento e 200 sem

---

<sup>163</sup> VITERBO, 1899, vol. 2, p. 175.

<sup>164</sup> FREIRE, 1755, p. 40.

<sup>165</sup> FREIRE, 1755, p. 44.

<sup>166</sup> FREIRE, 1755, p. 43.

sacramento), números que demonstram a vitalidade destes dois centros urbanos em meados do século XVIII.<sup>167</sup>

A nível económico destacavam-se ainda o cultivo do centeio e, em menor quantidade, do trigo, culturas que cobriam a maior parte do território. A cevada era o cereal menos cultivado, praticamente circunscrito ao planalto mirandês, facto que se relacionava diretamente com a permanência das guarnições militares em Miranda, uma vez que este cereal era usado essencialmente para a alimentação dos cavalos<sup>168</sup>. O dinamismo económico da região ficaria patente também pela constatação da realização de diversas feiras mensais, tais como a de Miranda do Douro, no dia 1 de cada mês, a de Algosó, no dia 9, a de Vimioso, no dia 10, a de Sendim a 12, ou a de Outeiro a 20, entre outras<sup>169</sup>.

Um dos engenheiros militares mais importantes, durante a campanha de 1762, seria João Bento Python. De origem francesa, fora nomeado, em 1758, como engenheiro para servir nas demarcações da América, mas em Portugal prestou igualmente serviços importantes. Para além dos mapas executados juntamente com Luís Gomes de Carvalho, do Minho e de Trás-os-Montes, seria enviado, como capitão de infantaria com o exercício de engenheiro para o Minho, sob as ordens do general D. João de Lencastre, até que seria mandado buscar pelo general George Cary, servindo sob as ordens deste enquanto comandou as tropas volantes do Minho e Trás-os-Montes, aquando da invasão espanhola de 1762, estando encarregue da condução da artilharia e da realização de trincheiras de todos os pontos de passagem do rio Douro, desde o rio Pinhão até ao Águeda<sup>170</sup>.

O testemunho do espanhol Pedro Rodríguez Pérez, Conde de Campomanes (1723-1802) também será importante. No papel de presidente do Conselho da Mesta, deixou informações significativas sobre as suas viagens às serras de Castela-a-Velha, em 1779, e à Estremadura, em 1778. Contudo, também elaborou uma série de informações sobre Portugal, em 1762, evidentemente com fins militares, descrevendo o país na perspectiva da entrada por Espanha, sobretudo as vias de comunicação, detendo-se também a descrever as fortalezas, as muralhas e a artilharia das principais cidades e vilas portuguesas,

---

<sup>167</sup> OLIVEIRA, volume I, 2006, p. 19.

<sup>168</sup> OLIVEIRA, volume I, 2006, pp. 20-21.

<sup>169</sup> OLIVEIRA, volume I, 2006, p. 23.

<sup>170</sup> VITERBO, 1899, vol. 2, p. 330-331.

dedicando especial atenção à província da Beira<sup>171</sup>. Quanto à província de Trás-os-Montes, descreve-a como a “*más montuosa de Portugal, y poco poblada*”, destacando as suas gentes robustas e trabalhadoras, embora a sua linguagem fosse “*el mas tosco del Reyno*”. A nível económico destacaria as culturas de centeio, trigo e vinho<sup>172</sup>.

Nos aspetos militares, diria que a praça de Chaves e os baluartes que a defendiam eram as estruturas mais consideráveis da província. Sobre Miranda, refere que a cidade era episcopal, tendo um forte entre o norte e oriente, próximo a ela, o qual seria defensável por natureza “*y muy importante para la seguridad de esta provincia*”, estando situada “*en paraje montuoso y áspero*”<sup>173</sup>. Mais adiante, faria também uma breve referência a Outeiro, certamente uma das possibilidades de entrada em território inimigo, identificando-o como um forte “*de poca consideración*”, situado entre os rios Sabor e Maças, a 3 léguas de Bragança<sup>174</sup>, enfrentando Alcañices e Carbajales.

Torna-se evidente que o seu propósito foi apoiar a invasão espanhola, através da publicação dos caminhos e estradas portuguesas, referindo situações que poderiam constituir obstáculos ao progresso de qualquer caminhante. Por exemplo, não se esqueceu de referir que, em Portugal, eram comuns as passagens dos rios, o que se tornava um problema por ser “*el País demasiado lluvioso en el hibierno*”<sup>175</sup>.

Ainda de 1762, temos igualmente a descrição feita por João Baptista de Castro, que de Mogadouro a Algosó, demorando-se um pouco mais em Miranda, diria que esta estava “*colocada sobre ásperos penhascos, a quem o rio, que lhe dá o nome, a separa pelo Nascente de Castella. Tem bom castello com artelharía, e faz frente a Carvalhaes*”. Sobre os transmontanos, diz mais do que sobre as suas povoações: “*a gente que habita esta Provincia he pela mayor parte robusta, e corpulenta; as pessoas nobres são dotadas de grande primor, e brio; muy valentes, e honrados; aptos para a guerra, e tem grande exercício da gineta, e brida, em que fazem sumptuosas festas*”<sup>176</sup>.

---

<sup>171</sup> CAMPOMANES, 1762, pp. 18-19.

<sup>172</sup> CAMPOMANES, 1762, p. 19.

<sup>173</sup> CAMPOMANES, 1762, pp. 21-22.

<sup>174</sup> CAMPOMANES, 1762, p. 24.

<sup>175</sup> CAMPOMANES, 1762, p. 5.

<sup>176</sup> CASTRO, 1762, tomo 1º, pp. 41, 56

As informações e notícias constantes nas corografias da época notam, pelo atrás exposto, que Miranda do Douro e Vimioso eram os centros urbanos mais dinâmicos da fronteira mirandesa, quer a nível económico quer a nível demográfico. No entanto, este dinamismo seria profundamente afetado pelos acontecimentos da segunda metade do século XVIII. De facto, a invasão espanhola de 1762 e a ocupação da província transmontana, embora de curta duração, marcou de forma indelével a região. A destruição de uma parte da cidade de Miranda, sobretudo das suas estruturas defensivas, e a ação violenta das tropas ocupantes ao longo de dois meses, pautada pela destruição de estruturas, pilhagens e exações sobre a população, provocaram não só a fuga das autoridades eclesiásticas para Bragança, como também de grande parte da população para regiões mais seguras.

## **Capítulo 2 – Os sistemas defensivos da fronteira mirandesa**

### **2.1. As linhas de defesa da fronteira mirandesa**

Para a região transmontana, Ramón García Gómez avançaria com a existência de quatro eixos poliorcéticos, delimitados pelos acidentes orográficos e hidrográficos existentes: subsistemas Chaves-Monterey, Bragança-Puebla de Sanabria, Miranda do Douro-Carbajales e os subsistemas meridionais, no Alto Douro<sup>177</sup>. O subsistema de Miranda estaria delimitado por uma linha que seguia a bacia do rio Sabor até ao Douro, vigiando a “estrada mourisca”, e era formado pelas fortificações de Penas Róias, Algosó, Outeiro e Miranda, que enfrentavam os castelos de Alba de Aliste e Alcañices<sup>178</sup>.

O problema é que estes eixos não distinguem as diferentes épocas de construção e consolidação das estruturas militares, nem referem que estas estruturas não tiveram sempre a mesma importância e utilização ao longo dos séculos. Neste caso, podemos identificar apenas duas povoações verdadeiramente “enfrentadas”, como no caso de Outeiro e Alcañices, a que depois se acrescentaria Vimioso, mas, ao contrário da regularidade da

---

<sup>177</sup> GARCÍA GOMÉZ, 2017, p. 100.

<sup>178</sup> GARCÍA GÓMEZ, 2017, p. 102.

fronteira do Minho, em que de um lado e do outro do rio Minho as fortificações se “enfrentam” claramente, na fronteira mirandesa a irregularidade é maior, mercê das características da região, sobretudo porque o rio Douro constituía geralmente um obstáculo quase impossível de ultrapassar.

A linha de defesa mais antiga da fronteira mirandesa seria constituída pelos castelos de Algosó, Penas Róias e Mogadouro, seguindo aproximadamente a linha formada pelo curso dos rios Sabor e Maçãs, ligando-se, a sul, ao castelo do Freixo, e a norte, a Bragança. Esta linha constituiu, de facto, a primeira “fronteira” de consolidação do reino português, bem como de fixação e reorganização das populações na região mirandesa, numa época em que ainda várias instituições e personalidades leonesas dominavam parcelas significativas do território entre os rios Sabor e Douro, como já foi mencionado anteriormente.

Este conjunto de castelos integra-se, assim, no sistema dos castelos de consolidação do reino português, muito deles entregues a ordens militares, e que se complementavam entre si, facto corroborado pela capacidade de visibilidade e de rápida comunicação existente entre estas mesmas estruturas, defendendo uma linha ainda bastante ténue, mas de onde a Coroa portuguesa começava a firmar a sua pretensão a dominar o território até à linha do Douro<sup>179</sup>.

Deste modo, podemos afirmar que a defesa da região mirandesa, a partir da cisão entre o reino de Portugal e o de Leão, se fez em duas linhas fundamentais<sup>180</sup>. A primeira baseava-se nas estruturas já existentes, mais profunda e assente nas estruturas defensivas mais antigas, tais como os castelos de Mogadouro, Penas Róias, Algosó ou Outeiro, tendo sempre o rio Sabor e o rio Maçãs como linhas a defender. A partir da ação de D. Dinis, sobretudo com a refundação da vila de Miranda do Douro, o reconhecimento da fronteira portuguesa passou a ser reconhecida definitivamente através da linha do rio Douro e de uma linha, traçada na raia seca, através de diversos pontos de referência bem visíveis na paisagem, tal como o Mau Vizinho.

Com a consolidação do poder da Coroa portuguesa e dos terratenentes a ela ligados, até esta linha do rio Douro, a fronteira seca, entre Miranda e Bragança, torna-se mais

---

<sup>179</sup> Ver Anexo 2, Quadros 6 e 7.

<sup>180</sup> Ver Anexo 1 – Imagem 38.

importante, considerando-se certamente que o rio Douro se bastava a si próprio como fronteira intransponível, devido à sua aspereza. Deste modo, as antigas fortificações da linha Sabor-Maçãs tornam-se secundárias, o que leva a que, entre os séculos XIII e XV, Miranda e Outeiro se transformem nos eixos principais da defesa militar na região e da vigilância sobre este troço da fronteira do reino, enfrentando e controlando as ações militares que poderiam ser projetadas a partir de Zamora, Alcañices e Puebla de Sanabria<sup>181</sup>.

Esta mesma linha de defesa será, mais tarde, dividida em duas áreas distintas. A partir do início do século XVI, a construção da fortaleza de Vimioso irá complementar a linha de castelos já existente, confrontando, juntamente com Outeiro, o castelo de Alcañices, situação que se irá prolongar até às ações militares da Guerra da Aclamação, uma vez que as tropas espanholas que atacariam a raia de Vimioso e de Outeiro entravam em território português, de preferência, por Alcañices. A última etapa irá ser constituída em plena Guerra da Aclamação, já no século XVII, quando Miranda do Douro passa a enfrentar as tropas situadas nos fortes de Carbajales de Alba e de Torregamones<sup>182</sup>, construídos na raia zamorana precisamente para tentar travar as surtidas portuguesas a partir de Miranda, e que seguiam a linha do rio Douro até às imediações do Esla, já em território espanhol.

## 2.2. Os diferentes modelos de construção defensiva

A utilidade dos castelos prende-se, como é óbvio, com diversos fatores, tais como a necessidade de proteção das populações ou o controlo sobre um território, o que “*encerra um conceito de defesa estática, adequado à fixação da população, por proporcionar a protecção da terra possuída, ou adquirida*”<sup>183</sup>.

Podemos distinguir dois conjuntos diferenciados pela sua função e papel nos conflitos abordados posteriormente: um conjunto mais antigo, composto pelas estruturas

---

<sup>181</sup> Ver Anexo 1, Imagem 26; Anexo 3, Quadro 1.

<sup>182</sup> Ver Anexo 4, Fotografias 23, 24, 25, 26.

<sup>183</sup> CORREIA, 2010, p. 36.

de Algosó, Penas Róias e Mogadouro, progressivamente senhorializadas, e um conjunto mais ativo durante a época estudada, composto pelas estruturas defensivas de Miranda do Douro, Vimioso e Outeiro de Miranda.

Esta divisão relaciona-se com o que aconteceu com muitos castelos interiores, cujo valor estratégico se perdeu com o avanço da fronteira, sendo abandonados ou entrando em decadência, com exceção das estruturas que serviam as principais vias de acesso aos núcleos urbanos, que continuaram a desempenhar um papel ativo<sup>184</sup>, recebendo as inovações de defesa ativa.

Em geral, “*construíram-se algumas barbacãs e estruturas mais baixas rodeando as muralhas medievais no intuito de as proteger de forma activa, mas sobretudo procurou obviar-se aos novos usos da guerra através da conservação selectiva das estruturas que melhor resistiram aos cercos (...) durante as guerras fernandinas e joaninas da viragem dos séculos XIV e XV*”<sup>185</sup>. A necessidade de defesa dos aglomerados urbanos, em crescimento sobretudo nos séculos XIII e XIV, obrigou também à construção de muralhas e cercas que protegessem as novas malhas urbanas, salientando-se neste período a ação do rei D. Dinis, com vários monarcas a concederem privilégios aos moradores de várias cidades, vilas e lugares, para construírem cinturas amuralhadas. Foi o caso da cerca de Torre de Moncorvo, ou da cidade do Porto, por exemplo.

Seriam características da arquitetura militar deste período precisamente a construção de portas de entrada localizadas nas cinturas urbanas, ladeadas por um ou dois torreões, o que aconteceu, por exemplo, na muralha de Miranda do Douro. As torres de menagem passaram a ser construídas junto da muralha, em zonas onde a defesa era mais difícil.

Na época de D. Manuel I registou-se o envolvimento das muralhas mais antigas por “barreiras”, ou seja, cercas mais baixas, e cubelos adaptados à artilharia, com um diâmetro entre os três e os cinco metros, feitos de pedra e barro, com dois vãos e cobertos de telha<sup>186</sup>.

A introdução da artilharia estaria na origem da chamada “fortificação de transição”. A esta evolução juntar-se-ia a residencialização de vários castelos. Contudo, a introdução

---

<sup>184</sup> CORREIA, 2010, p. 55. Ver Anexo 2, Quadro 8.

<sup>185</sup> GOMES, 2003, p. 97.

<sup>186</sup> MONTEIRO, 2003a, pp. 170-171.

de novas armas, como os trons ou as bombardas, bem como a alteração das estruturas defensivas, foi lenta, fazendo-se acompanhar, no período de transição, por muitas características dos castelos góticos. O investimento foi feito, por isso, em sistemas exteriores de defesa, como os fossos e as barbacãs<sup>187</sup>, que ofereciam uma primeira defesa contra o fogo da artilharia. A par deste investimento, surgem também os torreões ultrasemicirculares e as escarpas mais acentuadas, complementadas por fossos ou cavas, abrindo-se troneiras nas muralhas e nas torres<sup>188</sup>.

No final da Idade Média a tendência seria, de facto, a da residencialização destas estruturas, sem comprometer, no entanto, a sua função militar, tal como aconteceu no castelo de Leiria, ou nos castelos das próprias ordens militares<sup>189</sup>. A sua vigilância caberia sobre estes mesmos alcaides<sup>190</sup> e os seus servidores, podendo os moradores serem chamados para o serviço de “vela” ou “ronda”, designado o primeiro a vigilância através de sistemas de atalhias, e o segundo, referindo-se à vigilância das estruturas propriamente ditas, com vigias percorrendo o adarve.

É evidente que as novas exigências da guerra conduziram á adaptação de estruturas mais antigas, uma vez que as muralhas medievais, aprumadas, se tornaram obsoletas porque eram incapazes de suster o poder das armas de fogo. Por isso, desenvolveu-se o forte abaluartado, “*constituído por muros baixos, espessos, construídos por materiais absorventes e inclinados, oferecia menor alvo e maior resistência ao fogo de artilharia inimiga e menor ângulo de impacto*”<sup>191</sup>. Contudo, “*a sua adaptação à arquitectura defensiva foi relativamente morosa e assumiu ritmos e formas diferentes por toda a Europa*”, desenvolvendo-se o processo por duas vias, quer adaptando-se os castelos já existentes, quer construindo de raiz fortificações inteiramente dedicadas à defesa contra a artilharia<sup>192</sup>.

No século XV, ao nível teórico, a fortificação estava já mais próxima da mecânica do que das matemáticas, defendendo-se que a arte da fortificação de palácios e praças seria

---

<sup>187</sup> BARROCA, 2001, p. 207.

<sup>188</sup> CORREIA, 2010, pp. 104-105.

<sup>189</sup> MONTEIRO, 2003a, p. 166.

<sup>190</sup> Ver Anexo 2, Quadro 14.

<sup>191</sup> LOUSADA, 2009, p. 322.

<sup>192</sup> JORGE, 2014, p.24.



uma profissão mecânica, já que os bastiões e barricadas serviriam para repelir muitos tipos de máquinas e manter a vantagem com apenas um punhado de homens. Ou seja, o domínio da fortificação pertencia agora, tanto aos arquitetos, que podiam ser matemáticos, artistas ou apenas eruditos, e aos construtores de máquinas, ideia que se transportará para o Renascimento<sup>193</sup>.

A figura de Leonardo da Vinci é emblemática neste domínio. Ao nível da fortificação, exploraria as várias formas e dimensões, como quadrados ou círculos, ou, ainda mais importante, os seus estudos sobre a utilização de arcos alternados para reforçar a espessura dos muros. Uma das suas teorias prendia-se com a forma de absorver o impacto das balas através de cortinas defensivas formadas por diversas saliências triangulares, com muros de forte inclinação<sup>194</sup>.

Outro autor, Albrecht Durer, formalizaria uma ideia de fortaleza baseada em formas geométricas mais básicas, reforçando a frente da praça com elementos salientes de planta circular. Algo entre as torres medievais e os bastiões modernos. A fortificação deveria possuir muros concêntricos, dotados de contrafortes transversais, mostrando no seu perímetro as saídas para as troneiras, tanto na sua base como na sua parte mais alta<sup>195</sup>, esquema que, curiosamente, nos surge em Miranda do Douro e, sobretudo, no castelo de Vimioso.

Alberti condensaria também várias teorias, defendendo as muralhas como um sistema composto por muros, contrafortes e torres, em que o muro é defendido pelas torres e estas se defenderiam entre si. Seria também precursor das obras exteriores, aprovando a existência, para este efeito, de muros mais baixos e inclinados, a que acrescentava a presença de um fosso<sup>196</sup>.

A obra de Francisco de Giorgio Martini, entre 1482 e 1495, ou os tratados de Giovanni Zanchi e Giacomo Lanteri, impressos em 1554 e 1557-59, respetivamente<sup>197</sup>, também seriam amplamente divulgados, baseados na ideia de que o encarregado das obras

---

<sup>193</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, pp. 24-25.

<sup>194</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, pp. 28-30.

<sup>195</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, p. 32.

<sup>196</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, p. 36.

<sup>197</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, p. 41.

deveria ter a experiência de um soldado e os conhecimentos necessários de geometria, aritmética e perspectiva.

Girolamo Cataneo iria publicar, em 1564, a sua obra de fortificação, onde também surgem as ideias da construção de ângulos, divisão em linhas retas, e, sobretudo, o uso de desenhos em que, passo a passo, explicaria as diferentes fases de construção de um baluarte, através do uso da representação axonométrica, com o claro intuito de servir como guia para os construtores<sup>198</sup>, seguido por outros autores, incluindo Cristóbal de Rojas, cujos desenhos publicados em 1595, podem ser considerados como uma sùmula dos conhecimentos mais avançados da época em termos de construção militar<sup>199</sup>.

Outro autor interessante será Girolamo Maggi que, juntamente com Fusto Castriotto, apresentava a maneira de usar muros de terra, uma vez que, na maioria das vezes, não existia tempo para construir muralhas, podendo-se fazê-las em terra, podendo servir de barreira eficaz, com capacidade suficiente para resistir à força dos impactos inimigos, retomando a ideia dos muros inclinados<sup>200</sup>, para fazer resvalar as balas inimigas.

O passo seguinte foi a edificação de bastiões ou baluartes, de planta quadrangular, adossados à muralha, lançando para o exterior dois flancos e dois lados, capazes de resistir ao fogo cruzado e eliminar os pontos mortos que existiam diante das torres circulares, com peças de artilharia suficientes para apoiar os baluartes vizinhos.

Em 1497, os genoveses introduziram outra novidade, uma espécie de revelim, uma construção triangular que tinha a mesma função da barbacã. Um caminho coberto<sup>201</sup> por detrás do fosso proporcionava uma terceira linha que dava cobertura aos defensores, que podiam dali disparar contra os atacantes. Ou seja, a ação francesa obrigou a baixar as muralhas, surgindo o bastião em ângulo saliente, de forma a proteger todas as partes da fortificação, ao mesmo tempo que poderia servir de plataforma para a artilharia defensiva<sup>202</sup>.

---

<sup>198</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, p. 47.

<sup>199</sup> Ver Anexo 2, Imagens 1 a 7.

<sup>200</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, p. 50.

<sup>201</sup> SANTOS, 2012, p. 170.

<sup>202</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, p. 38.

O sistema italiano caracterizava-se sobretudo por frentes com ângulos de flancos geralmente retos, flancos secundários e baluartes, normalmente com orelhões<sup>203</sup>, preferindo-se a planta pentagonal. As muralhas seriam compostas por um caminho de ronda interior, um talude interior e um adarve, ao qual se acedia por rampas que permitiam o acesso da artilharia ao mesmo. Em cada vértice do polígono deveria existir um baluarte<sup>204</sup>, e tudo seria rodeado por um fosso, o qual se passava por uma ponte levadiça. A esta muralha, juntavam-se outras mais pequenas e dissimuladas, as poternas, que davam saída para o fosso<sup>205</sup>.

Em Portugal, o verdadeiro impulso renovador que abrangeu as estruturas militares será proporcionado pelos reinados de D. João II e de D. Manuel I, entre os séculos XV e XVI, que irão adaptar as estruturas militares existentes às necessidades impostas pelo armamento pirolástico. Para vários autores, a arquitetura militar deste período foi essencialmente, “condicionada pela evolução do armamento”<sup>206</sup>, e a grande evolução deu-se com o aperfeiçoamento dos trons e das bombardas, no século XV, sendo as tradicionais seteiras substituídas por orifícios circulares adaptados às bocas dos trons ou das bombardas, as troneiras cruzetadas ou recruzetadas<sup>207</sup>.

Este esforço renovador foi sentido sobretudo no reinado de D. João II, em construções como as dos castelos de Elvas ou de Montalegre, onde foram introduzidas inovações como uma torre poligonal ou um cubelo ultra-semicircular, ambos acasamatados. Foi também neste reinado que se desenvolveu o modelo de forte costeiro, iniciado com o castelo de S. Jorge da Mina, nos anos de 1480, no Golfo da Guiné, e o modelo de torre marítima, como os da Caparica e de Cascais, também da mesma década. O modelo de forte costeiro foi o que mais perdurou na época manuelina, caracterizado pela construção de “fortificações quadrangulares com torreões ultra-semicirculares nos cantos, mantendo uma torre de menagem quadrangular, por vezes reforçadas na base por jorramentos e profusamente rasgadas com troneiras ou bombardeiras”, modelo ensaiado na Mina e utilizado depois em Castro Marim, Alpalhão e Vimioso, com dimensões muito

---

<sup>203</sup> BUCHO, 2010, p. 22.

<sup>204</sup> CONCEIÇÃO, 2019, p. 190.

<sup>205</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, pp. 251-252.

<sup>206</sup> DIAS, 1994, p. 197.

<sup>207</sup> DIAS, 1994, p. 203; MONTEIRO, 2003, p. 166.

próximas entre si. O castelo de Almeida, reformado entre 1508 e 1509, sob o comando de Francisco Danzilho, representa o exemplo mais evoluído deste tipo de fortificação, munido também de uma barreira nova, protegida por um fosso e dotada de cubelos ultra-semicirculares nos quatro cantos<sup>208</sup>. Os desenhos de Duarte de Armas mostram também que foi nas barbacãs que se introduziram as inovações militares desta época, como a aplicação dos cubelos ultra-semicirculares e os dispositivos para o disparo da artilharia<sup>209</sup>.

Em Portugal, estas experiências saldaram-se no rebaixamento das torres mais altas, no aumento da espessura e da inclinação das muralhas, e no aparecimento dos bastiões, muros baixos externos que renunciavam os baluartes poligonais, associando-se as primeiras obras adaptadas à defesa com a artilharia sobretudo ao reinado de D. Manuel I, nas praças ultramarinas, ou em obras como a Torre de Belém<sup>210</sup>. Por isso, as “barreiras” ou cercas mais baixas generalizaram-se na época manuelina, a par dos cubelos, torreões circulares adaptados à artilharia<sup>211</sup>. Estes muros destinavam-se a funcionar como primeiro obstáculo, para a porta ou para rodear toda a muralha, funcionando como barbacã de porta ou parcial, no primeiro caso, e como barbacã extensa, no segundo<sup>212</sup>. Outra grande novidade será a distribuição de bocas de fogo, salitre e pólvora pelos castelos portugueses, sobretudo nas zonas mais sensíveis da fronteira<sup>213</sup>.

A principal característica da arquitetura militar deste período foi o da introdução do baluarte, como forma de fazer face aos perigos do uso crescente da artilharia, permitindo o fogo flanqueado e a ausência de ângulos mortos, tornando obsoletas as altas muralhas medievais, substituídas por outras mais baixas, com os ângulos inclinados para suportar os projéteis inimigos<sup>214</sup>. Assim, o fogo de artilharia obrigou ao desenvolvimento de fortificações defensivas adaptadas à canhoneira, tornando-se autênticas fortalezas, e “*os exércitos passaram a privilegiar a defensiva em detrimento da ofensiva, irrompendo a guerra de cercos, longa, perigosa e insalubre*”<sup>215</sup>.

---

<sup>208</sup> TEIXEIRA, 2008, pp. 186-187.

<sup>209</sup> TEIXEIRA, 2008, p. 194.

<sup>210</sup> MAGALHÃES, 2008, p. 26.

<sup>211</sup> MONTEIRO, 2003, p. 170.

<sup>212</sup> MONTEIRO, 2003, p. 173.

<sup>213</sup> JORGE, 2014, p. 19.

<sup>214</sup> PORTOCARRERO, 2003, p. 31.

<sup>215</sup> LOUSADA, 2009, p. 323.

Contudo, o elevado custo de construção de novas muralhas dotadas de baluartes, de raiz ou não, implicando, muitas vezes, a destruição de edificações pré-existentes no sentido de facilitar a sua defesa, levaram à escolha de soluções mais baratas, nomeadamente através de terraplenos e de outras obras em terra que poderiam manter-se por vários anos. O problema é que a maioria das estruturas existentes tinha como origem outros critérios, nomeadamente o da posição estratégica em relação à fronteira, escolhendo-se, por isso, sítios elevados, como no caso de Outeiro de Miranda, e que não se adequavam às novas regras. Deste modo, no caso de Outeiro ou Monforte, por exemplo, apenas se acrescentaram baluartes para proteger o acesso ao recinto amuralhado, mas, apesar de situados em locais de defesa natural, podiam ser facilmente contornados e evitados pelas forças inimigas<sup>216</sup>.

Deste modo, o sistema abaluartado afirmou-se, em Portugal, a partir do segundo quartel do século XVI e, no reinado de D. Sebastião, com uma forte influência italiana, quando muitas estruturas defensivas do litoral “*perdem por completo as características medievais*”<sup>217</sup>. De salientar que é reconhecido por diversos autores que a construção da praça de Mazagão e a remodelação de Ceuta e Tânger, em 1541, significou um corte radical com as fortalezas tradicionais<sup>218</sup>, sendo igualmente importante referir a criação do cargo de Mestre das obras dos muros e fortificações do Reino, lugares d`Além e Índia, em 1548, entregue a Miguel de Arruda.

No reinado de Filipe I chegaram vários italianos a Portugal, tais como Leonardo Turriano ou Tiburzio Spanochi, cuja ação se centrou sobretudo na defesa de Lisboa ou nos territórios ultramarinos. Nesta altura, as alterações operadas nas táticas de guerra e nas armas de assalto levariam a uma nova teoria da fortificação, sobretudo à noção da necessidade de se diminuir a dimensão das seções das muralhas entre os baluartes<sup>219</sup>.

A “escola italiana” tinha como principal preocupação a proteção das cortinas, ou seja, os panos de muralha entre os baluartes, onde normalmente o inimigo procurava abrir brechas para penetrar na fortificação. Neste sentido, desenvolveu-se a construção de obras

---

<sup>216</sup> GOMES, 2003, pp. 100-101.

<sup>217</sup> MAGALHÃES, 2008, p. 27.

<sup>218</sup> DIAS, 2004, p. 57.

<sup>219</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, pp. 61-62.

avançadas em relação às cortinas, providas com posições para a artilharia, o que levou também a mudanças nas estratégias de cerco, que passaram a privilegiar os baluartes como alvos.

A atenção dos Habsburgos centrava-se sobretudo na vigilância da costa, por isso as atenções estavam viradas para as fortificações do litoral. Exemplo desta atenção seriam os desenhos elaborados pelo italiano Alexandre Massai, na primeira metade do século XVII, sobre as fortificações da costa algarvia. Estas fortalezas eram, em geral, de dimensões reduzidas, com quatro baluartes ou meios-baluartes, planta poligonal ou quadrangular e muros em escarpa, construindo-se no seu interior a casa do governador e da guarnição, a ermida do padroeiro, as baterias, os paióis e os armazéns, sendo que “*os armazéns de pólvora estavam repartidos por dois ou três lugares, afastados o mais que pudessem dos outros edifícios*”, utilizando-se normalmente as golas dos baluartes para a sua edificação<sup>220</sup>.

Os irmãos António e Giuliano Sangallo foram excelentes exemplos desta nova forma de fortificar, criando um esquema que, apresentando um corte onde surgiam todos os elementos da estrutura, desde o interior da praça até à esplanada exterior, se poderia perceber que uma arma de fogo colocada na esplanada nunca poderia atingir nenhuma parte da fortificação. Para conseguirem este efeito, a estrutura teria que ser geometricamente perfeita, e a concretização da obra deveria seguir o modelo com a máxima precisão. Os Sangallo apresentariam também muitas características da arquitetura que seriam reproduzidas nos séculos seguintes, tal como a muralha em tijolo com costuras verticais de pedra para decorar e enrijecer as cortinas, baluartes baixos e espessos com esquinas arredondadas, ou plataformas (baterias) onde se dispunham as bocas de fogo, situadas nos ângulos reentrantes, entre os baluartes e as cortinas<sup>221</sup>.

Durante a longa guerra de sublevação das Províncias Unidas contra Espanha, surgiu um novo movimento renovador da construção militar, com a construção de cidadelas e de defesas pelas duas partes. Também aqui se renovou a artilharia, com a uniformização pelos espanhóis, em 1609, da artilharia, catalogada em quatro classes: canhões de 48 libras, de 24 libras, de 10-12 libras e de 5-6 libras. Foram também os primeiros a utilizar os morteiros,

---

<sup>220</sup> MAGALHÃES, 2008, p. 28.

<sup>221</sup> SOUSA, 2015, pp. 32-33.

em 1588, durante o cerco de Wachtendonck. Este modelo de fortificação, também chamado de “escola flamenga”, teve como principal protagonista Menno van Coehoorn. Os autores da escola flamenga elaboraram estruturas com plantas em estrela, muito regulares e com múltiplos fossos, quase sempre alagados e com obras de terra batida ou revestidas apenas com uma fina camada de tijolos. A defesa era feita em profundidade e as posições da artilharia eram obras menos duradouras, ficando quase sempre a descoberto<sup>222</sup>. As fortificações eram feitas em taludes de terra, muito grossos, cuja face exterior descia em declive, protegida por paliçadas e um fosso que apoiavam as muralhas, construindo-se também pequenos redutos em terra para atravessar os rios.

Os “fundadores” do método holandês foram o flamengo Simon Stevin (1548-1620), e o francês Samuel Marolois (1572-1627), cujo tratado apresentava tabelas para todas as medidas de comprimento e angulares, e que seria uma importante inspiração para o português Serrão Pimentel. Marolois propunha “*um magistral com falsa-braga a contornar cortinas e baluartes, fosso com água, revelins e obras-cornas a defenderem as cortinas, contra-guardas a protegerem os ângulos flanqueados dos baluartes, caminho coberto e esplanada*”<sup>223</sup>.

Estas inovações foram adotadas em Portugal, sobretudo aquando da Guerra da Aclamação. O mesmo diria Manuel de Azevedo Fortes sobre a influência holandesa em Portugal, afirmando que os engenheiros que vieram de França para Portugal, aquando da Aclamação de D. João IV, seguiam efetivamente o método holandês, “*e por elle delinearão as fortificaçoens das nossas Fronteiras, que se fabricarão já com a espada na mão*”<sup>224</sup>. Efetivamente, a contratação de João Paschacio Cosmader, jesuíta holandês, em 1642, faria Portugal enveredar por um sistema italo-holandês.

Luís Serrão Pimentel, tenente general de artilharia, engenheiro-mor, cosmógrafo-mor e primeiro lente da cadeira de fortificação, na Aula de Fortificação na Ribeira de Lisboa seria, como é conhecido, um dos maiores nomes que surgiram na época, destacando-se da sua obra, como é óbvio, o “*Método Lusitanico*”, onde a arquitetura militar

---

<sup>222</sup> SOUSA, 2015, pp. 35-36.

<sup>223</sup> BUCHO, 2010, p. 45.

<sup>224</sup> BUCHO, 2010, p. 27; FORTES, 1728-29, p. 38.

é vista não como arte, mas como ciência<sup>225</sup>. A sua obra teve o mérito de congregar muitos conhecimentos até aí dispersos, sistematizando a castramentação em Portugal e permitindo aos oficiais, governadores e engenheiros portugueses possuírem uma fonte atualizada na arte da fortificação<sup>226</sup>.

Finalmente, desenvolveu-se, a partir do início do século XVII a “escola francesa”, com Bar-le-Duc e o seu tratado de 1620, Antoine de Ville (1596-1657), Samuel Marolois (1572-1627), ou Blaise-François de Pagan (1603-1665). Esta “escola” procurava simplificar a fortificação, tornando-a mais eficaz na defesa, através do desenvolvimento de obras exteriores complementares<sup>227</sup>. De Ville, por exemplo, distinguia sumariamente a fortificação antiga da moderna pela diferente disposição das muralhas desta última e a sua resistência ao impacto das balas de canhão<sup>228</sup>.

Mais tarde, Sebastian Le Preste, Marquês de Vauban (1633-1707), seria também uma influência extraordinária em toda a Europa, sobretudo no desenvolvimento de métodos de cerco rigorosos. A “arte” de Vauban resumia-se, portanto, a um método mais moderno de cerco: o cerco iniciava-se com um reconhecimento metódico, efetuado por forças de cavalaria que asseguravam a proteção dos decisores, ou seja, dos oficiais e dos engenheiros; escolhido o local mais exposto, determinavam o eixo pelo qual deveriam seguir as trincheiras, em ziguezague, em direção às defesas inimigas<sup>229</sup>, mas com a capacidade de responder contra um exército de socorro ou contra uma sortida dos sitiados. Mas a ideia principal das suas obras seria a de que a invulnerabilidade de uma fortaleza era impossível, optando por alargar o tempo em que ela seria capaz de se defender, prolongando a resistência do edifício e dos homens que o defendessem<sup>230</sup>.

Para Vauban, o mais importante, no que concerne às fortificações, não era resistirem indefinidamente, mas sim resistirem o tempo suficiente para a chegada de um exército de socorro, dificultando-se, assim, a aproximação do inimigo, sobretudo pela construção de baluartes e obras exteriores, essencialmente em terra, menos sensíveis aos

---

<sup>225</sup> BEBIANO, 2000, p. 409.

<sup>226</sup> DIAS, 2004, p. 302.

<sup>227</sup> SOUSA, 2015, p. 38.

<sup>228</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, p. 84.

<sup>229</sup> LE BRUN, 2016, p. 63.

<sup>230</sup> GALINDO DÍAZ, 2000, pp. 135-136.



tiros da artilharia. Os baluartes deveriam ser de grandes dimensões e abundantemente guarnecidos de peças de artilharia e de defensores, protegidos por obras avançadas como as meias-luas e as tenalhas, destinados a permitir o tiro cruzado. Deste modo, as defesas seriam construídas perpendicularmente aos caminhos cobertos. Num segundo sistema, a cintura defensiva seria dobrada, uma vez que os baluartes eram destacados do corpo da praça, complicando ainda mais a ação do inimigo. Num terceiro sistema, melhorando-se o segundo, a cintura defensiva transformava-se numa sucessão de baluartes e de meias-luas, conseguindo ângulos reentrantes na cortina da cintura interior<sup>231</sup>.

Através de um conhecimento bastante pormenorizado do território francês, Vauban concebeu o chamado “*pré carré*”, um conjunto de linhas defensivas colocadas no nordeste de França, destinadas a garantir a inviolabilidade do território francês, numa ideia de defesa em profundidade, sobretudo porque esta zona estava mais sujeita aos ataques inimigos, mas também porque aqui não existiam fronteiras naturais que pudessem servir de obstáculo<sup>232</sup>. Assim, Vauban concebeu um sistema baseado na ideia de que cada praça forte deveria conseguir apoiar outra ou, pelo menos, conseguir receber o socorro a tempo. Estas estruturas eram ainda apoiadas por campos entrincheirados situados entre as praças fortes que acolhiam os exércitos prontos para socorrê-las<sup>233</sup>. Sendo o polígono o núcleo essencial das fortificações modernas, devendo cercar a praça e podendo ser regular ou irregular, na maior parte dos casos o seu traçado teve de se adaptar inevitavelmente às pré-existências. Em Portugal, Almeida e Valença constituem exemplos de fortalezas regulares, com a população a viver no seu interior, mas a maior parte nunca poderia ter a regularidade desejada, como no caso de Miranda do Douro, a não ser que fossem construídas totalmente de novo ou constituíssem fortes independentes<sup>234</sup>.

Após esta breve análise dos diferentes métodos surgidos nesta época, será necessário refletir na questão da adaptação dos tratados dos autores europeus, seguindo as palavras de Pedro Dias: “*parece-nos conveniente lembrar que não havia sistemas muito díspares entre os diferentes países (...). Os chamados métodos «francês», «italiano»,*

---

<sup>231</sup> LE BRUN, 2016, pp. 90-91.

<sup>232</sup> LE BRUN, 2016, p. 120.

<sup>233</sup> LE BRUN, 2016, pp. 121-122.

<sup>234</sup> DIAS, 2004, pp. 108-109.

*«holandês» ou «espanhol», mais não eram do que variantes, variantes muito pequenas das medidas de elementos ou da variação de ângulos dos dispositivos das construções»<sup>235</sup>.*

### 2.3. As fortificações da fronteira mirandesa

A maior parte das estruturas defensivas da fronteira mirandesa surgiu entre os séculos XII e XIII, mercê da conjuntura de consolidação do território português, sobretudo pela mão da recente monarquia portuguesa e dos seus aliados locais. Este conjunto inicial seria formado pelas fortificações de Algosó e Penas Róias, os dois primeiros pólos de administração e povoamento do território em análise, a que se juntariam os castelos de Mogadouro, Miranda do Douro e Outeiro de Miranda.

Com exceção de Miranda, fundada num penhasco sobranceiro ao rio Douro, todos os restantes castelos se localizam sensivelmente ao longo de uma linha que acompanha os rios Sabor e Maçãs. Contudo, as especificidades desta parte da fronteira condicionaram, desde cedo, os castelos de Algosó, Penas Róias e Mogadouro a um papel eminentemente de gestão administrativa e de controle económico do território. Por isso, sobretudo durante os séculos XIII e XIV, os conflitos com Leão e Castela envolveram maioritariamente as estruturas militares da denominada “raia seca”, ou seja, Bragança, Outeiro de Miranda e Miranda do Douro, a que se irá acrescentar, apenas no final do século XV e início da centúria seguinte, a fortificação de Vimioso.

#### 2.3.1. O castelo de Algosó

O castelo de Algosó localiza-se na freguesia de Algosó, no concelho de Vimioso. Situado a 690 m de altitude, numa elevação sobranceira ao rio Angueira<sup>236</sup>, domina perfeitamente o território envolvente e a confluência deste rio com o rio Maçãs. A estrutura assenta num maciço rochoso bastante escarpado, o que o transformava seguramente numa estrutura praticamente inacessível a qualquer inimigo, pelo menos nas vertentes viradas ao

---

<sup>235</sup> DIAS, 2004, p.107.

<sup>236</sup> VERDELHO, 2000, p. 12.

rio, nomeadamente as vertentes sul e este, e de que restam, ainda hoje, importantes vestígios arquitetónicos, nomeadamente a torre de menagem<sup>237</sup>.

Este castelo, servindo como exemplo de um castelo roqueiro<sup>238</sup>, remonta aos reinados de Afonso Henriques ou de Sancho I<sup>239</sup>, relacionando-se, por isso, com a segunda metade do século XII. Conserva, de facto, algumas características desta tipologia, como o facto de se encontrar numa escarpa maciça rochosa e dos troços de muralhas aproveitarem a presença dos maciços rochosos para a sua fixação, sendo a presença da torre de menagem uma característica mais tardia<sup>240</sup>.

O castelo terá sido construído por Mendo Rufino, a quem D. Sancho I iria doar a vila de Vimioso, em troca deste mesmo castelo de Algosó, onde passaria a residir o representante régio que arrecadava os direitos reais nas terras de Miranda e Penas Róias. No século XIII, Algosó seria oferecida à Ordem dos Hospitalários por D. Sancho II<sup>241</sup>, em 1224<sup>242</sup>, transformando-se, deste modo, em sede de uma das suas comendas<sup>243</sup>.

No início do reinado de Filipe I, um tombo de medição e de demarcação da Comenda da vila de Algosó, pertencente à Ordem de São João do Hospital de Jerusalém, foi novamente transcrito. No documento surge claramente a referência à doação do castelo de Algosó por D. Sancho II a Rui Pais, Prior da Ordem do Hospital, no dia 1 de abril de 1224. A doação refere-se ao castelo e seus termos, fazendo-a o rei “*por amor de Deos, e da bem aventurada Virgem Maria e do bem aventurado São João Baptista, em remissão de meus pecados e por remedio das almas de meus pais e pelo serviço que recebi da casa do Hospital*”<sup>244</sup>. Um outro documento, datado de 1341, uma sentença de D. Afonso IV, declarava que o prior D. Álvaro Gonçalves Pereira, testemunhava que a ordem do Hospital, entre outros castelos, possuía ainda o de “Ulgoso”, ou Algosó<sup>245</sup>, mas, tal como a maior parte dos castelos da Ordem do Hospital, não esteve envolvido em grandes eventos

---

<sup>237</sup> Ver Anexo 2, Imagem 10; Anexo 4, Fotografias 27, 28. Cfr. TEIXEIRA, 2004, pp. 185-188.

<sup>238</sup> Guia de inventário, 2015, p. 7.

<sup>239</sup> ALMEIDA, 2012, p. 16.

<sup>240</sup> AZEVEDO, 2011, p. 30.

<sup>241</sup> ALVES, 2002, p. 15.

<sup>242</sup> BARROCA, 2001, p. 193.

<sup>243</sup> TEIXEIRA, 2004, pp. 182-185.

<sup>244</sup> A.D.B., Tombo de medição e demarcação da Comenda da Villa de Alguozó, fl. 12.

<sup>245</sup> BARROCA, 2001, p. 204.

militares. Provavelmente terá recebido alguma atenção em 1440, quando todos os castelos da Ordem foram cercados e tomados devido ao seu apoio à regência de D. Pedro<sup>246</sup>.

Este castelo, não se limitando a uma estrutura meramente quadrangular, estava perfeitamente adequado à defesa e tiro, mas também podia servir como exemplo das torres de menagem que conciliariam o caráter militar com o residencial<sup>247</sup>. Esta estrutura é também um exemplo da preferência pela multiplicação de torres e cubelos, mais baixas que a torre de menagem, mas que melhoravam a capacidade de tiro flanqueado. A torre de menagem localizava-se no extremo norte, num ponto considerado inacessível e inexpugnável. Em geral, não existia caminho de ronda, e apenas a zona da entrada seria protegida por uma pequena barbacã<sup>248</sup>.

De qualquer das formas, era, sem dúvida, um castelo com importância na região, utilizado como meio de afirmar um poder régio ainda débil nestas partes do reino. Entre os séculos XII e XIII, Algosó seria certamente utilizado como centro administrativo de parte do nordeste transmontano, como o comprova um documento do reinado de D. Sancho I, que refere Vimioso como estando “*sub territorio de meo castello de Ulgozo*”<sup>249</sup>.

No reinado de D. Manuel I, a 1 de junho de 1510, a transcrição do foral da vila de Algosó referia que as aldeias sufragâneas do castelo ainda eram obrigadas a pagar anualmente à Comenda de Algosó 4 reais da moeda corrente, a pagar no dia de São Martinho, devendo também os moradores do próprio lugar de Algosó pagar 11 ceitis cada um, ficando também o alcaide do castelo com todo o gado de vento<sup>250</sup>.

Talvez porque o castelo não pertencia ao rei, mas sim a uma ordem religiosa, não foi desenhado por Duarte de Armas, nem em vista panorâmica, nem em planta, merecendo apenas um esboço ténue na paisagem de Mogadouro, notando-se, no entanto, a sua localização em local escarpado<sup>251</sup>. O castelo está retratado a partir do lado sul, notando-se a muralha curvilínea, com uma torre, e a torre de menagem, onde se apresenta uma bandeira

---

<sup>246</sup> BARROCA, 2001, p. 208.

<sup>247</sup> Guia de inventário, 2015, p. 13.

<sup>248</sup> VERDELHO, 2000, pp. 16-17.

<sup>249</sup> ALMEIDA, 2012, p. 19.

<sup>250</sup> A.D.B., Tombo de medição e demarcação da Comenda da Villa de Alguozo, fl. 12.

<sup>251</sup> Ver Anexo 2, Imagem 11.

com as cinco quinas. O desenho incluíu também a antiga igreja, que ainda hoje permanece ao lado do castelo.

Por volta de 1530, no castelo de Algosó apenas vivia o alcaide, que ali estava colocado por ser comendador da Ordem de São João, demonstrando-se, assim, que a estrutura militar já não possuía as vantagens de outros tempos<sup>252</sup>, vivendo na vila apenas 105 moradores<sup>253</sup>. No entanto, nas demarcações realizadas em 1538, no reinado de D. João III, o castelo de Algosó ainda era entendido como castelo forte, contendo um ponto de defesa “*capaz de jogar nele uma peça de artilharia*”. Como estrutura principal de apoio apontava-se a possibilidade de existência de uma boa cisterna, encontrando-se as cisternas antigas mal reparadas de sobrados, estando também os tetos, os quartéis e as cavaliariças quase arruinados<sup>254</sup>.

Mais tarde, o rei Filipe I, a 25 de outubro de 1588, confirmará a posse do castelo à Ordem de S. João de Malta que, estando nas mãos de Jorge Machado, se deveria entregar a Frei Gonçalo de Azevedo, comendador da Comenda de Algosó, dizendo que “*sou informado que a alcaidaria mor, e guarda do dito castello a dou sempre nos Comendadores da dita ordem e seus antecessores e nelle antes de entregar o dito Jorge Machado o dito Gonsalo de Azevedo me fara preito, e menagem per o dito Castello*”<sup>255</sup>.

Ainda durante o período filipino, mais precisamente em 1633, a 23 de junho, um outro auto de posse seria efetuado, sendo comendador Frei Luís de Brito Mascarenhas, Bailio de Acre. Por este documento, seria requerido ao juiz de fora para tomar posse do castelo em nome do Bailio, dizendo-se que “*sendo tudo visto por elle fes vir a chave do dito castello abrindo as portas delle, entrando em todas as casas delle pondosse nas ameas, e guaritas, e janelas tomando com as mãos telhas, e pedra, e paos, e terra na forma costumada apegando com seus pes as casas do dito Castello, e seu sercuito, fechando as portas disendo aos que estavão presentes em vos alta que elle tomava posse do dito Castello, e Alcaidaria mor em nome de sua Magestade a qual posse dava da dita alcaidaria mor, e Castello ao dito Commendador frei Luis de Brito Mascarenhas bailio de Acre, e*

---

<sup>252</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 439

<sup>253</sup> Cfr. CORREIA, 2010, p. 95; GOMES, 2003, p. 148.

<sup>254</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 8.

<sup>255</sup> A.D.B., Tombo de medição e demarcação da Comenda da Villa de Alguozo, fl. 9-10.

*logo elle dito juis de fora deu de sua mão própria a chave do dito Castello a Afonso de Brito Mascarenhas*”, dando em mãos a chave do castelo a Afonso de Brito Mascarenhas, procurador do bailio e sobrinho deste<sup>256</sup>.

No período da Guerra da Aclamação, o castelo de Algosos continuou a pertencer à jurisdição da Ordem de São João de Malta, e seria alvo de alguma atenção por parte das autoridades militares da região. Em 1642, por exemplo, o fronteiro da província, Rui de Alarcão, apontava a necessidade de colocar em Algosos “*por agora dos soldados que tiver o que julgar por mais a proposito pera defender aquella praça e ter as cousas da guerra na boa ordem que convem*”<sup>257</sup>. O fronteiro confirmava também que no castelo vivia apenas o juiz de fora da vila, situação que, como é óbvio, em nada contribuía para as necessidades militares da região. O problema continuou a sentir-se mais tarde, uma vez que, em 1645, o governador D. João de Sousa, avisaria o conselho de guerra que “*na praça e castello de Algozo era necessário hum soldado de experiencia e valor que servindo de Capitão mor cuidasse de sua defesa*”. A ordem regia foi no sentido de o governador escolher a melhor pessoa, dando-se o posto ao capitão Luís Gorjão Leite<sup>258</sup>. No entanto, estas preocupações iriam durar pouco tempo, uma vez que, numa informação de 9 de julho de 1646, se registava que convinha reformar o capitão-mor de Algosos, “*em razão de ficar aquella praça pela terra dentro, donde se não necessita de defesa por cuja causa não tem garnição paga*”<sup>259</sup>. Ou seja, a localização do castelo, nesta altura, já não impunha maiores cuidados, uma vez que estava relativamente afastado da fronteira. Mesmo assim, damos conta da mercê concedida a João Salgado, com o hábito de S. Bento de Avis, a 20 de fevereiro de 1655, pelos serviços que prestou como militar na província de Trás-os-Montes, mais concretamente como governador do castelo de Algosos e capitão-mor de Montalegre<sup>260</sup>.

O facto de o castelo continuar a desempenhar funções administrativas da comenda e de residência dos seus responsáveis, permitiu certamente a sua conservação. Por isso, ainda hoje podemos verificar que o castelo de Algosos possuía uma imponente torre heptagonal

---

<sup>256</sup> A.D.B., Tombo de medição e demarcação da Comenda da Villa de Alguozos, fl. 20v.

<sup>257</sup> A.N.T.T., consultas, cx. 22, mç. 2b, 74; TT/MSLIV/2713, 24.TIF

<sup>258</sup> A.N.T.T., consultas, cx. 35, mç. 5, nº 104; ALMEIDA, 2012, p. 47.

<sup>259</sup> A.N.T.T., consultas, cx. 41, mç. 6-B, nº 338.

<sup>260</sup> Inventário dos Livros das Portarias do Reino, volume II (1653 a 1664), A.N.T.T., Lisboa, 1912, p. 54.

construída com uma grande variedade de materiais como o xisto, o granito para os cunhais e assentamento e a maior parte do aparelho e ameias com a pedra avermelhada local. A torre apresentava várias aberturas, testemunhando a sua função militar e residencial, com janelas ao nível do primeiro piso. Possuía também seteiras ao nível térreo, dispostas em ângulo e que serviam para cobrir a área circundante. O interior do recinto estava rodeado por um pequeno circuito amuralhado que se deveria confundir também com o afloramento rochoso em que o castelo assentou desde o início, existindo no seu interior pelo menos duas cisternas. O acesso ao conjunto estava protegido por um balcão de matacões na torre, estrutura típica do século XIII, cobrindo a única porta de acesso ao exterior<sup>261</sup>. Pinho Leal escreveria que o castelo teria sido reedificado em 1298, no reinado de D. Dinis, possuindo na sua fase final um revelim, cinco cisternas, quartéis e outras dependências<sup>262</sup>.

Ao longo do século XVIII, o castelo de Algosó continuaria numa certa penumbra. Em 1706, Algosó é apresentada com 250 vizinhos, com “*hum altissimo Castello*”, existindo apenas um Capitão-mor nomeado pela Câmara<sup>263</sup>, sem outros destaques de relevo. Contudo, na Guerra de Sucessão de Espanha, após a conquista de Miranda pelas tropas borbónicas, em julho de 1710, as forças invasoras assolaram a região, roubando e queimando a seu bel-prazer. A região de Algosó também não escapou, com o inimigo a saquear e incendiar as casas da povoação, e queimando também os cereais que estavam nas eiras. Inesperadamente, o castelo iria tomar algum protagonismo. Aquando de uma surtida de um contingente espanhol que saiu de Miranda, o castelo de Algosó escapou à destruição, porque vinte soldados e um alferes o defenderam valentemente<sup>264</sup>, certamente devido à escassez de elementos do grupo atacante, quer em homens, quer em materiais de expugnação, o que também era regra geral nestas surtidas, de parte a parte. Apesar deste contratempo, os invasores tiveram ainda tempo para pilhar a povoação.

Ao descrever a igreja paroquial de Algosó, em 1747, o Padre Luís Cardoso não deixou de referir as despesas em que se encontravam os Irmãos da Confraria local, em ornamentos e peças de prata, sobretudo “*depois que os Hespanhoes commetterão o*

---

<sup>261</sup> GOMES, 2003, p. 145.

<sup>262</sup> LEAL, 1873, volume 1, p. 129.

<sup>263</sup> COSTA, 1706, p. 482.

<sup>264</sup> ALMEIDA, 2012, p. 58.

*barbaro, e sacrílego atrevimento de roubar o Sacrario, deixando as sagradas Fórmãs espalhadas pelas ruas*<sup>265</sup>, certamente fazendo alusão aos acontecimentos anteriormente descritos.

Ainda em 1721, o castelo era descrito como possuindo “*hua torre muralha cisterna e mais casa de serventia*”, sendo o seu comendador o alcaide-mor, “*e por conta deste he reparado de todos os necessários*”, estando construído no alto de um penhasco, sem outra entrada senão a do lado da capela de Nossa Senhora do Castelo<sup>266</sup>. Um pouco mais tarde, num documento manuscrito datado de cerca de 1741, António Ferreira de Castro apresentaria Algosó como sendo uma vila muito moderna, “*porque há menos de cento, e sessenta anos que foi erepta, sendo the aquelle tempo hua quinta*”, referindo apenas que “*nella há a imagem de S. João Baptista onde comcorre muita gente buscar medecina nas aguas da sua fonte*”, contabilizando apenas 100 vizinhos<sup>267</sup>.

O castelo seria ainda caracterizado, em 1747, como “*hum Castello forte, fundado sobre hum grande despenhadeiro, que estendendo-se pela ladeira abaixo, por espaço de meyo quarto de légua, não dá passagem até às margens do rio Angueira, em que fenece*”. Apontava, no lado nascente, a existência de um revelim “*capaz de jogar nelle huma pessa de artilharia*”, dizendo ainda que o castelo possuía “*boa cisterna, e na vara quatro cisternas, que se achão mal reparadas de sobrados, e tectos, e os quarteis, e cavalhariças estão quasi arruinados*”. Assistiam ainda em Algosó um capitão-mor, um sargento-mor e quatro capitães de ordenanças<sup>268</sup>.

No entanto, o tempo e as opções tomadas pelos responsáveis da comenda, acabariam por transformar o castelo numa ruína vetusta, sem qualquer significado prático. Em 1763, João Baptista de Castro fazia apenas referência à história da Ordem do Hospital, nomeadamente quanto à sucessão dos seus priores<sup>269</sup>, e em 1796, apenas se diria que era “*hum castello antigo*”, do qual era alcaide-mor D. Veríssimo de Lencastre, comendador da comenda de Malta, possuindo capitão-mor, sargento-mor, e 5 capitães de ordenança<sup>270</sup>. Um

---

<sup>265</sup> CARDOSO, 1747, tomo 1, pp. 292-293.

<sup>266</sup> MOURINHO, 2009, p. 248.

<sup>267</sup> CASTRO, c. 1741, fl. 52v, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, disponível em «bdh.bne.es».

<sup>268</sup> CARDOSO, 1747, tomo 1, pp. 292-293; ALVES, 2002, p. 8.

<sup>269</sup> CASTRO, 1763, tomo 2, p. 37.

<sup>270</sup> MENDES, 1995, p. 190.



século depois, um relatório militar datado de 1840, considerava finalmente que os rochedos escarpados da margem direita do rio Angueira apresentavam apenas um castelo que “*não tem outro mérito que o de monumento de antiguidade*”<sup>271</sup>.

A perda de importância estratégica de Algosó levou ao progressivo declínio das estruturas militares, transformando-se o castelo em simples residência do alcaide, que também acumulava a função de comendador da vila. O próprio povoado iria sofrer também uma desertificação progressiva, sobretudo a partir do século XIV<sup>272</sup>. A vila antiga, situada num “*monte de penhasco*” que, por ser parco em águas e “*desabrido*” obrigou a população à mudança, restando apenas a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, também chamada do “castelo”<sup>273</sup>, como única estrutura utilizada pela população, que preferiu habitar as terras mais baixas<sup>274</sup>.

### 2.3.2. As estruturas defensivas de Miranda do Douro

Miranda do Douro situa-se numa verdadeira “mesopotâmia”, encastrada entre as arribas do Rio Douro e do mais modesto Rio Fresno, apenas vulnerável pelo “corredor” que se abre a nordeste<sup>275</sup>, tendo sido edificada num dos mais importantes eixos viários da região, unindo-se ao Minho por Lamas de Orelhão, Chacim, Peredo, Serra de Bornes, Ponte de Remondes, uma das passagens do rio Sabor, Penas Róias, Miranda e Paradela<sup>276</sup>. Atualmente, é possível visualizar uma parte do castelo de Miranda, bem como do recinto amuralhado que protegia o núcleo urbano<sup>277</sup>.

Miranda do Douro era uma póvoa de fronteira, que ganhou importância a partir dos finais do século XII. Reconhece-se a existência de um sistema defensivo anterior a D. Dinis, através da análise dos panos de muralha mais arcaicos, junto da porta que dá acesso à Rua da Costanilha, com características “pré ou proto-românicas”, que as colocam no

---

<sup>271</sup> PT/AHM/DIV/3/01/07/11.

<sup>272</sup> CORREIA, 2010, p. 95.

<sup>273</sup> CARDOSO, 1747, tomo 1, pp. 290-291.

<sup>274</sup> GOMES, 2003, p. 51.

<sup>275</sup> VAZ, 2008, p. 26.

<sup>276</sup> VAZ, 2008, p. 28.

<sup>277</sup> Ver Anexo 2, Imagens 12 e 13; Anexo 4, Fotografias 3 a 21.

século XI, enquadrando-se, assim, o núcleo urbano mais antigo, entre a Rua da Costanilha e o castelo<sup>278</sup>.

Miranda estaria dotada de um castelo que se desenvolvia em torno da torre de menagem, como era comum nas vilas amuralhadas, a que se acrescentava um circuito de muralhas que envolvia, durante a Idade Média, um espaço ocupado irregularmente pela malha urbana, com abundantes espaços livres no seu interior. A sua forma oblonga, segundo alguns autores, teria como objetivo enquadrar uma área maior, o que trazia aspetos positivos a nível económico, e melhorar a defesa, eliminando possíveis ângulos vivos<sup>279</sup>. O amplo espaço interior permitia, por isso, não só a possibilidade do alargamento da malha urbana, enquadrada pela segurança da muralha, como também a existência de espaços dedicados à agricultura, o que, numa região de fronteira e tendencialmente sujeita a ataques inimigos, poderia ser bastante útil.

Com o seu foral datado de 18 de dezembro de 1286, Miranda beneficiou da redefinição da linha de fronteira entre Portugal e Castela, promovida pelo Tratado de Alcañices. Nesta parte da fronteira, o que aconteceu foi a substituição definitiva de castelos como os de Penas Róias e de Algozo, por Miranda do Douro, como principal estrutura militar da região, e parte essencial do eixo da defesa e povoamento da Terra de Miranda, em particular, e do nordeste transmontano, em geral.

A outorga do foral, derivado do de Mogadouro, testemunhava o interesse régio em desenvolver Miranda como centro regional, mais ainda com a criação de uma feira anual por D. Afonso III<sup>280</sup>. Neste foral, definia-se o território do termo de Miranda, confinando com as águas do rio Douro, o reino de Leão, e os termos de Bragança e de Algozo, obrigando-se os seus moradores a prestarem serviço militar sempre que o rei assim o entendesse, mas isentando-os do pagamento de qualquer foro durante os primeiros quatro anos<sup>281</sup>. O mesmo foral serviria como modelo, em 1288, para os forais das aldeias de Argozelo, Pinelo e Santulhão, sempre com um intuito de povoamento da região.

---

<sup>278</sup> BARROCA, 2008-09, p. 220.

<sup>279</sup> GOMES, 2003, p. 59.

<sup>280</sup> REIS, 2007, p. 129.

<sup>281</sup> SANTANA, 2001, p. 70.

O facto de receber foral e a condição de vila das mãos de D. Dinis, em 1286, foi tratado por alguns autores como uma “*refundação com uma estrutura regular*”, tendo sido construídos vários quarteirões retangulares dentro do perímetro amuralhado, bastante largo e de formato oblongo<sup>282</sup>, como já foi assinalado. Por isso, o castelo e a cerca de Miranda teriam sido construídos no reinado de D. Dinis, que mandaria também edificar, entre 1286 e 1292, a igreja de Santa Maria Maior<sup>283</sup>. Este monarca iria conceder um novo foral a Miranda, em 27 de setembro de 1297, beneficiando os mirandeses ao tornar os cavaleiros de Freixo seus vassallos, obrigando os que viviam em permanência na vila de Miranda a ter cavalo e armas para a sua defesa, e isentando também todos os moradores do pagamento do foro real e do pagamento de portagens em todo o Reino. Garantiu ainda que a vila seria sempre da Coroa, nunca a entregando a nenhum senhor<sup>284</sup>, sublinhando, no entanto, que aos moradores incumbiria a defesa militar do território.

A importância estratégica e política de Miranda na época medieval é atestada na crónica de D. Dinis. De facto, na Crónica de Portugal de 1419, pode ler-se que D. Dinis prestou uma atenção especial a determinadas praças fronteiriças, “*nas maneiras que teve em começo de seu reinado*”, povoando e fazendo cercar muitas povoações, entre as quais a de Miranda, uma das que “*çerquou, em que fez fortalezas*”<sup>285</sup>. O rei D. Fernando irá também valorizar a vila mandando inclusivamente cunhar moeda em Miranda, e colocando nela os seus tesoureiros e oficiais<sup>286</sup>. Por isso, torna-se viável referir que “*D. Dinis encetou uma estratégia político-militar de defesa da linha de fronteira, criando na cabeça da Terra de Miranda uma vila-cidadela contra os inimigos leonês e castelhano*”<sup>287</sup>, procurando ampliar a população do concelho, e isentando os seus moradores de impostos, durante quatro anos.

Durante a primeira guerra com Castela, nos anos de 1369-1370, as ações infrutíferas do rei castelhano D. Henrique contra Guimarães levaram-no também a atacar a região de Trás-os-Montes, onde ocupou Vinhais, Bragança, Cedovim e Outeiro, em poucos dias,

---

<sup>282</sup> TEIXEIRA e VALLA, 1999, p. 29

<sup>283</sup> MOURINHO, 1993, pp. 5-6.

<sup>284</sup> SANTANA, 2001, pp. 70-71.

<sup>285</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, 1998, p. 164.

<sup>286</sup> LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*, 2004, p. 97.

<sup>287</sup> SANTANA, 2009, p. 5.

entre agosto e setembro. A vila de Miranda também foi temporariamente conquistada, mas através de um ardil concretizado por alguns homens de armas castelhanos que, segundo a crónica de D. Fernando, “*fingerom-sse que eram recoveiros portugueses e que aviam mester viandas da villa por seus dinheiros*”. Ao jeito de um “cavalo de Tróia” transmontano, os de Miranda permitiram-lhes a entrada, “*e eles, entrando, tiveram loguo a porta*”, tomando rapidamente a vila<sup>288</sup>.

A importância de Miranda seria atestada pela construção de uma barbacã extensa, a que se acrescentaria, quando necessário, para proteger algum local mais vulnerável, uma couraça, bem visível no posterior desenho de Duarte de Armas. O castelo seria construído de acordo com uma planta sub-quadrangular, com torres circulares nos ângulos, com torres mais propícias ao tiro flanqueado com armas de fogo, e que seria exemplo para outras estruturas, incluindo a de Vimioso<sup>289</sup>.

Firmada a paz com Castela, a desconfiança do rei castelhano levou a que várias praças portuguesas, incluindo Miranda, ficassem com “*arrefees*”, ou seja, ficassem na posse de Castela, ainda por mais três anos<sup>290</sup>. Para defesa da vila de Miranda haviam sido destacados moradores de Freixo de Espada à Cinta e, em 1370, o rei D. Fernando recomendava ao seu meirinho-mor em Trás-os-Montes que os fizesse regressar e que guardassem, isso sim, o seu castelo e os portos do Rio Douro, uma vez que os vãos formados pelo tempo de Verão poderiam fazer perigar a região<sup>291</sup>.

Durante o conflito de 1383-85, uma carta datada de 18 de setembro de 1384, ainda D. João era “Mestre”, a vila de Miranda e seu termo seriam doados a Egas Coelho, com todas as suas rendas e foros, e que, sem qualquer embargo, “*lhe entreguedes esse castello e villa*”, retirando a Vicente Martins Barregudo, “*a menagem que por elle aujades fecta ao conde hua duas e três vezes*”. Tratava-se, portanto, de um dos apoiantes do Conde Andeiro<sup>292</sup>. Contudo, a escolha revelar-se-ia profundamente errada, uma vez que também este Egas Coelho iria trair a causa do Mestre de Avis, “*dizendo a alguus caualleyros e*

---

<sup>288</sup> LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*, 2004, p. 116.

<sup>289</sup> Guia de inventário, 2015, p. 17-18.

<sup>290</sup> LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*, 2004, p. 287.

<sup>291</sup> REIS, 2007, pp. 277-278.

<sup>292</sup> Chancelarias Portuguesas, D. João I, vol. 1, tomo 1, 2004, p. 126.

*escudeiros do nosso senhorio que se levantassem contra nos com algumas das nossas fortalezas e se fossem pera o nosso auersario de Castella”.*

Nesse ano de 1384, o rei de Castela entrou mais uma vez em Portugal, estacionando as suas forças na Guarda. Contrariando o que acontecia com muitos nobres da região, o alcaide-mor de Trancoso e de Lamego, Gonçalo Vaz Coutinho, não se colocou ao lado do rei castelhano<sup>293</sup>. Mesmo assim, a partir da Guarda, o rei de Castela dirigiu-se para Santarém, onde a rainha D. Leonor renunciou a seu favor, passando, de seguida, por várias localidades que tomaram a sua “voz”, tais como Celorico, Coimbra e Miranda do Douro, onde se encontrava o Conde de Viana, “*que ficou por seu*”<sup>294</sup>. Miranda iria continuar nas mãos do Conde de Viana e, por consequência, a apoiar o rei de Castela, apesar de este encontrar em Santarém as gentes que distribuiria pelos seus castelos, “*mui pouca, e mal concertada, como sohe ser a que vem da guerra, que he mui diferente de quando vai a ella*”<sup>295</sup>.

A região transmontana iria receber a resposta de D. João I no início de 1386, aquando do cerco a Chaves, onde se utilizaram “bastidas” e outros engenhos<sup>296</sup>. Durante a campanha, D. João I utilizou um estratagema comum ao longo da Idade Média, e que continuaria a ser prática, na raia, nos séculos seguintes: “*el Rey para sustentar sua gente, mandava a miude correr a terra, e roubar, entrando em Galiza oito, e dez legoas (...) com bons Capitães em guarda das azemalas, que sempre hião mais de mil, e tornavam carregadas de vitualhas de muitas castas*”<sup>297</sup>, ou seja, privilegiando o saque como forma de penalizar o inimigo, mas também de conseguir o sustento das suas próprias tropas.

A sorte de Miranda definiu-se finalmente durante as negociações entre Portugal e Castela, terminadas em 29 de novembro de 1389, pelas quais o rei castelhano deveria entregar várias praças que ainda estavam nas suas mãos, incluindo a de Miranda<sup>298</sup>. A tensão entre Portugal e Castela, no entanto, não desapareceu, dando origem a que, ainda em 1410, se fizessem algumas entradas em território inimigo, concluindo-se finalmente

---

<sup>293</sup> LEÃO, 1780, tomo 1, p. 60.

<sup>294</sup> LEÃO, 1780, tomo 1, p. 61.

<sup>295</sup> LEÃO, 1780, tomo 1, p. 157.

<sup>296</sup> LEÃO, 1780, tomo 1, p. 290.

<sup>297</sup> LEÃO, 1780, tomo 1, p. 291.

<sup>298</sup> LEÃO, 1780, tomo 1, p. 349.

uma “*paz perpetua*”, mas mantendo Castela na sua posse, várias praças, tais como Bragança, Vinhais, Piconha, Miranda, Penamacor, Pena Garcia, Segura e Noudar<sup>299</sup>. Decidiu-se então que Bragança, Vinhais e Noudar seriam entregues pelos castelhanos, em troca de Badajoz, “*tirando os bastimentos, e artificios de guerra, que com eles estivessem, para aquelles que em poder as tinhão*”, incluindo-se também uma troca de reféns. Miranda, Penamacor e Pena Garcia seriam devolvidas a Portugal em troca de Tui, Salvaterra e São Martinho<sup>300</sup>.

Mais tarde, durante a guerra civil que opôs D. Pedro a D. Afonso V, Miranda do Douro também desempenhou o seu papel. Na altura da batalha de Alfarrobeira, que se desenrolou em maio de 1449, o seu alcaide-mor era Álvaro Pires de Távora, cavaleiro da casa do rei, que permaneceu no seu posto após o desfecho da mesma<sup>301</sup>. Em 1452, alguns anos depois da vitória sobre D. Pedro, D. Afonso V perdoaria aos povos de Coimbra, Montemor-o-Velho, Penela, Tentúgal, Vila Nova de Ancos, Aveiro, Lousã e Miranda “*que erão terras do Infante D. Pedro, por virem à batalha da Alfarrobeira com o dito Infante contra elle*”<sup>302</sup>.

Com o *Africano*, Miranda do Douro iria adquirir um papel estratégico ainda mais importante, sendo um dos pontos de partida das operações militares portuguesas em terras castelhanas, ao longo do rio Douro, aquando da intromissão do rei português no problema de sucessão em Castela, apoiando Joana, a Beltraneja, como legítima rainha de Castela, contra Isabel, a Católica. D. Afonso V invadiu as terras de Castela-a-Velha em 1475 e, encontrando-se posicionado em Zamora, esperando o inverno, confiante das suas posições, D. Afonso V mandaria o seu filho encontrar-se com ele em Zamora, pelo que o Príncipe Perfeito iria dirigir-se para Miranda do Douro onde ficaria “*afforrado, pera ahy vir gente del Rey por elle*”<sup>303</sup>. Em Miranda, o Príncipe esperou pelas gentes de armas que o rei mandaria para o acompanhar até Zamora, servindo, portanto, de ponto de encontro dos vários contingentes armados. De acordo com a crónica escrita por Duarte Nunes de Leão,

---

<sup>299</sup> LEÃO, 1780, tomo 1, p. 386.

<sup>300</sup> LEÃO, 1780, tomo 1, p. 387.

<sup>301</sup> MORENO, 1995, p. 44; A.N.T.T., Leitura Nova, Livro 2 de Além-Douro, fl. 11v-12, Código de referência: PT/TT/LN/0002, disponível em « <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4223193>».

<sup>302</sup> LEÃO, 1780, tomo 2, p. 217.

<sup>303</sup> RESENDE, 1798, p. 9.

existia uma armadilha montada pelos “*capitães da Ponte*” de Zamora para fazerem o Príncipe seu prisioneiro, “*entre huma torre, e outra*”, pelo que D. Afonso V mandou Vasco Martins Chichorro, capitão de ginetes, avisar D. João: “*Vasco Martinz caminhou o mais depressa que pode, até vir ao Douro, o qual com desejo de chegar ao Principe, e o avisar, passou a ribeira de noite a nado, a cavallo, e armado, aventurando-se ás impetuosas agoas, que então levava aquelle grande Rio*”<sup>304</sup>, levando o Príncipe D. João a regressar à Guarda, em segurança.

Após a batalha de Toro, que ocorreu a 1 de março de 1476, o Príncipe D. João foi enviado pelo pai para Portugal, chegando novamente a Miranda do Douro na Páscoa, “*onde ha Princesa sua molher estava*”, contando Garcia de Resende que “*dahy a poucos dias disse alto, e publicamente estando comendo a mesa estas palavras: Muy necessária cousa me foy vestir as armas, para conhecer os homens a que devo de fazer merce*”<sup>305</sup>.

No final do conflito, após a derrota de Toro e das esperanças de D. Afonso V em ser bem sucedido nos seus intentos, restava apenas o esforço de Pedro Avendanho em Castro Nuño e Covilhas, defendendo a bandeira do rei português que, quando se viu confrontado com o inevitável, exigiu do rei de Castela que “*avia de sahir com bandeiras despregadas, e caminhar assi com ellas por Castella, até chegar a Miranda do Douro em Portugal, levando consigo toda sua casa, e todos os que estavam naquelas Villas, com suas armas, cavallos, e bens que pudessem, tudo á custa del Rey D. Fernando, até serem em Miranda*”<sup>306</sup>. De facto, este fiel servidor de D. Afonso V cumpriu a sua promessa. Chegando a Miranda, em 1477, aí encontrou o Conde de Alba de Aliste, D. Henrique Henriques, que até então estivera preso em Portugal e que, depois do seu resgate, estava a servir como ordenança do rei D. Fernando “*em arrefens*”<sup>307</sup>, sendo, por isso, libertado.

A construção do castelo de Miranda do Douro, de acordo com vários autores, e como já foi mencionado, foi da iniciativa de D. Dinis. As obras deverão ter decorrido entre 1294 e 1303, supervisionadas na sua maior parte por dois religiosos de Alcobaça, frei Estêvão e frei João, acompanhados por Afonso Rodrigues Pombo, vassalo régio, e por

---

<sup>304</sup> LEÃO, 1780, tomo 2, p. 395.

<sup>305</sup> RESENDE, 1798, p. 16.

<sup>306</sup> LEÃO, 1780, tomo 2, p. 446.

<sup>307</sup> LEÃO, 1780, tomo 2, p. 447.

Martim Geraldês, escrivão do rei em Bragança<sup>308</sup>. A sua planta era retangular e possuía uma muralha de cerca de 2,5 metros de espessura e 17 metros de altura. Os ângulos da estrutura eram completados por 4 torres, duas de planta quadrada, com cerca de 20 metros de altura, um torreão hexagonal, e a torre de menagem, com mais de 24 metros de altura<sup>309</sup>. O castelo era, sem dúvida, um elemento que se destacava na paisagem urbana, formando uma alcáçova, de forma retangular, reforçada com quatro torres, e defendida por uma barreira construída nos finais do século XV, e onde eram visíveis troneiras. Tal como o castelo de Bragança, estava dividido da vila por um imponente fosso, ou “cava”, que separava o castelo da vila, e que fazia parte da chamada “obra nova”<sup>310</sup>.

O acesso ao reduto era dificultado por um “cotovelo”, como no castelo de Freixo de Espada-à-Cinta, pelo interior de uma torre adossada ao reduto principal, mais baixa, a que se acrescentou, no século XV, uma estrutura mais baixa, ou seja, uma “barreira” com cubelos redondos que ladeava uma segunda entrada, a que se acrescentava o fosso<sup>311</sup>. Esta barreira nova, patente na vista leste realizada por Duarte de Armas e feitas as aberturas das troneiras na barbacã oeste da alcáçova<sup>312</sup>, derivava dos perigos e vantagens defensivas que a pirobalística trouxera, sobretudo a partir de meados do século XV. Serão também desta época a estrutura paralela ao muro sul da alcáçova, com duas seteiras com abertura em forma de troneiras e uma segunda muralha, bastante estreita, encostada à parede sul do fosso<sup>313</sup>.

Algumas destas obras poderiam ter sido financiadas por determinadas penas impostas no final do século XV. É o caso da proibição de caçar perdizes e de apanhar os ovos delas, em Miranda do Douro e em todo o seu termo, sendo metade das penas destinadas para as obras e reparação do castelo, situação mencionada numa mercê de couteiro dada a Álvaro Pires de Távora, e datada de 20 de novembro de 1497<sup>314</sup>.

---

<sup>308</sup> MARTINS, 2016, p. 204; BARROCA, 2008-09, pp. 237-238.

<sup>309</sup> MARTINS, 2016, p. 204.

<sup>310</sup> GOMES, 2003, p. 92.

<sup>311</sup> GOMES, 2003, p. 140.

<sup>312</sup> VAZ, 2008, p. 78.

<sup>313</sup> VAZ, 2008, p. 94.

<sup>314</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 32, fl. 42, Código de referência: PT/TT/CHR/K/32/42-122, disponível em «[digitarq.arquivos.pt](http://digitarq.arquivos.pt)».



A torre maior, adossada ao pano sul da alcáçova, seria reconstruída por D. João I, ou por um dos seus sucessores, tomando uma função mais residencial do que defensiva<sup>315</sup>. Esta estrutura, bastante larga, estava estruturada em três pisos abobadados, relacionando-se as obras, por exemplo, com uma isenção dada aos moradores de Outeiro de Miranda em 1418, precisamente para serem escusados de participar nas mesmas<sup>316</sup>. Este caráter residencial ficaria atestado pelo facto de os bispos de Miranda, inicialmente, residirem numa dependência do castelo, usufruindo apenas de casa própria em meados do século XVII<sup>317</sup>.

Miranda era, sem dúvida, a maior fortaleza da região. No seu desenho de Miranda, tirado da parte do leste<sup>318</sup>, por volta de 1509, referindo Álvaro Pires de Távora como seu alcaide-mor, Duarte de Armas representou um imponente castelo, onde se destacava a torre de menagem, quadrada, a que se adossava uma estrutura que delimitava um espaço interior quadrangular, delimitado por outras torres mais baixas, duas quadradas e uma hexagonal. O castelo mostrava-se igualmente austero, separado do núcleo urbano, apresentando-se bem defendido por uma cintura de muros mais baixos, de que se destacava a “*bareyra nova*”, que não era ameada e que terminava, face ao Douro, em ângulo com duas faces. A barreira nova apresentava ainda cinco troneiras cruzetadas visíveis, colocadas ao nível do solo para permitir o tiro rasante. O castelo não tinha deste lado qualquer abertura, exceto uma janela com dimensões consideráveis, onde se avista um gradeamento em ferro<sup>319</sup>. Ao contrário de outras fortificações da região, o castelo de Miranda surge-nos em bom estado de conservação, com as suas ameias apresentando um remate prismático, ao contrário dos muros que rodeavam a área urbana. No lado leste também é visível a torre de menagem e a cerca da vila, em bom estado, a couraça velha, arruinada, seguindo em direção ao rio Douro, e a barreira nova, onde já pontuavam cinco troneiras e um baluarte de transição, de formato pentagonal, que protegia o caminho para a porta principal, como já foi referido.

Em frente ao rio Douro e enfrentando Castela, a muralha do casco urbano continuava a rodear o casario, mostrando dois troços com diferente ameado, um com

---

<sup>315</sup> VAZ, 2008, p. 49.

<sup>316</sup> BARROCA, 2008-09, pp. 240-241.

<sup>317</sup> MOURINHO, 1993, p. 6.

<sup>318</sup> Ver Anexo 2, Imagens 14 e 15.

<sup>319</sup> DUARTE DE ARMAS, 2006, fl. 83v-84

ameias prismáticas e outro troço, voltado para o Douro, com ameias de corpo largo quadrangulares, indiciando dois momentos diferentes de construção e uma reformulação deste último. Junto da porta e estendendo-se até ao rio Douro, Duarte de Armas registou ainda o que restava da “*coyraça velha*”, em avançado estado de degradação e, por isso, aparentemente já sem utilidade no início do século XVI.

Do lado do noroeste<sup>320</sup>, Duarte de Armas faria representar uma primeira cerca, com uma porta falsa e três troneiras, e uma segunda cerca, que envolvia a vila, com a porta principal ladeada por duas torres quadrangulares. Assim, o castelo apresentava-se protegido por uma segunda linha de muralha, uma barbacã com ameias quadrangulares, de corpo largo, denominada de “barreira nova”, apresentando deste lado uma porta falsa, protegida por um torreão circular, bem como várias troneiras cruzetadas, colocadas quase ao nível do solo, no muro da barbacã, que permitiam o tiro rasante contra as forças inimigas, idênticas e certamente contemporâneas das troneiras que existiam em Vimioso, datadas do final do século XV ou início do XVI e, por isso, contemporâneas da visita de Duarte de Armas à região.

A planta do castelo<sup>321</sup> elaborada por Duarte de Armas confere também a esta estrutura uma dimensão imponente. Destacamos, sobretudo, as defesas que envolvem o castelo. No lado exterior, Duarte de Armas desenhou uma barreira nova, atrás mencionada, onde se assinalam várias troneiras cruzetadas e um baluarte. Este muro ainda deveria estar em construção, uma vez que parece existir um hiato entre a barreira e o muro do núcleo urbano, mesmo em frente da torre de menagem. Entre o castelo e o núcleo urbano, no entanto, encontramos uma série de estruturas que separavam claramente o castelo da vila, transformando-o numa autêntica “cidadela”. Quem viesse do núcleo urbano encontrava primeiro um fosso de dimensões consideráveis, sendo obrigado a atravessá-lo por um passadiço, certamente uma ponte levadiça, que dava acesso a uma primeira entrada, protegida por dois cubelos com troneiras. De seguida, era necessário ultrapassar mais duas portas, entrando-se numa torre que protegia o acesso final ao recinto interior do castelo.

---

<sup>320</sup> Ver Anexo 2, Imagens 16 e 17.

<sup>321</sup> Ver Anexo 2, Imagens 18A e 18B.

O castelo apresentava-se imponente, mas também inacessível, com a sua porta principal defendida por uma estrutura quadrangular, também encimada por ameias prismáticas, bem como por dois torreões circulares e um fosso, o que conferia ao castelo o caráter de autêntica cidadela. O casco urbano era defendido por uma primeira muralha, com torres quadrangulares ameadas, destacando-se as duas torres que protegiam a porta principal. A par da muralha principal existia uma segunda defesa, uma barbacã, necessariamente mais baixa, defendendo também a porta principal, mas cujo estado de conservação não era o melhor, apresentando uma brecha significativa junto de uma das torres e irregularidade no ameado. A porta da muralha já possuía a sua barbacã, que se ligava a uma barbacã extensa que cobria toda a muralha principal, pelo menos deste lado. Em volta do castelo, tornava-se visível mais um troço da barbacã, desta vez apresentando três troneiras cruzetadas, a que se acrescentava uma porta falsa protegida por um cubelo com a altura de quatro varas.

Fora do recinto da vila, poderíamos encontrar o chafariz com o escudo régio, e a ribeira do Fresno, com duas azenhas e uma ponte de cantaria com três arcos visíveis, a chamada ponte dos Canos, no lado leste, que servia o caminho para a porta principal do recinto urbano. No mesmo caminho, Duarte de Armas fez questão de desenhar uma fonte de cantaria, a Fonte dos Canos, com uma parede regular encimada por ameias de remate prismático, e que certamente servia as pessoas e os animais que utilizavam este acesso, destacando-se o escudo real que a fonte apresentava. De referir que a área envolvente a Miranda do Douro, fora do recinto amuralhado, não apresentava outras estruturas ou arrabaldes habitados, o que deveria conferir a Miranda um ar ainda mais agreste e isolado.

Mais tarde, uma nota relacionada com a construção da sé catedral, em meados do século XVI, dá-nos conta que o castelo teria algumas obras em curso aquando da visita de Gonçalo de Torralva para fazer o debuxo e apontamentos para as obras da Sé. É pena que “*o papel em que vay tyrada a cibdade*”, elaborado por Torralva, não tenha, muito provavelmente, chegado aos nossos dias. De qualquer das formas, é interessante a anotação feita pelo Bispo de Miranda, em carta datada de 15 de dezembro de 1547, referente a este assunto, que o mesmo mencione que Torralva e os seus homens diziam “*que se desterram a vyr cá tão longe a soo esta obras*”, oferecendo-se mesmo para tomar conta das restantes

obras que se faziam em Miranda, pelo menos para que “*não se fizessem com o vagar de que neste castelo se há feyto e faz*”. Ou seja, o Bispo referia-se a obras recentes e a obras em curso no castelo, demasiado lentas aos olhos de todos<sup>322</sup>.

O Abade de Baçal também dá conta de outra obra dentro do perímetro do castelo, da Época Moderna, neste caso de um “*almazem*”, referência encontrada numa epígrafe localizada nas ruínas do castelo de Miranda, e que diz “*No ano de 1661 mandou fazer esta obra do almazém Dom Rodrigo de Castro conde de Misqitela governando as armas desta provincia e as desta praça Andre Barbosa com dinheiro que deu o reverendo cabido*”<sup>323</sup>.

No presente estudo, a cerca de Miranda do Douro foi a única que englobou no seu interior uma malha urbana contínua, podendo-se afirmar que “*a muralha delimitava um espaço físico, político, social, cultural e ideológico, sendo, simultaneamente, símbolo de identidade para os que nela residiam, em contraposição aos forasteiros, e garante da pertença a uma comunidade*”<sup>324</sup>. Apesar da destruição que a atingiu, a muralha urbana de Miranda continua, ainda hoje, a pontuar a paisagem, fazendo parte do desenho urbano que singulariza a cidade, dando-lhe identidade e imponência. A muralha rodeava a vila e tinha duas portas principais, de que ainda resta uma nos nossos dias, e ainda uma outra porta, de dimensões mais modestas, que ligava a vila ao rio Douro. O muro, contudo, nem sempre trouxe consenso. Por vezes, causava atritos entre a população e as autoridades, e foi o que aconteceu em 1447, quando os procuradores de Miranda se queixaram nas Cortes de Évora que o alcaide-mor Álvaro Pires de Távora os obrigava a velar e a roldar o castelo, o que nunca acontecera antes, queixando-se também que este lugar de fronteira estava bastante debilitado devido à falta de gente e a muralha ter um circuito bastante alargado<sup>325</sup>.

A muralha de Miranda sofreu uma importante alteração entre o final do século XVI e o início do século XVII<sup>326</sup>. Esta alteração foi promovida pela elevação da igreja matriz a Sé e pela necessidade de proteger a residência episcopal, até à data fora de muros, e construída a partir de 1601<sup>327</sup>. Assim, a cerca medieval seria alargada para sul, tendo sido,

---

<sup>322</sup> MOURINHO, 2009, p. 18.

<sup>323</sup> ALVES, 2000, Tomo IVc, p. 204.

<sup>324</sup> RIBEIRO e MELO, 2013, p. 184.

<sup>325</sup> MONTEIRO e MARTINS, 2010, p. 116.

<sup>326</sup> VAZ, 2008, p. 64.

<sup>327</sup> VAZ, 2008, p. 66.

provavelmente, desmantelada a torre que, no desenho de Duarte de Armas, marcava o limite sul / poente da vila, entrando as suas pedras na reformulação em causa. Na mesma altura, terá também sido construído um baluarte diante da porta principal, assegurando uma proteção mais eficaz nessa parte da muralha urbana<sup>328</sup>.

A par deste alargamento, foi levada a cabo também a reformulação das portas da cerca e a abertura do postigo que dava acesso à barca do rio Douro<sup>329</sup>, abrindo-se, para o efeito, uma calçada que ligava a cidade ao cais, e que facilitava o acesso da população a este importante eixo<sup>330</sup>. Nesta área da cidade, as sondagens arqueológicas não vislumbraram indícios de estruturas residenciais medievais ou modernas, registando, isso sim, que a área adossada ao espaço urbano mais antigo, próximo da Sé, possuía estruturas de produção tais como a fundição, que terá produzido o maior sino da catedral e uma forja<sup>331</sup>.

A partir da Guerra da Aclamação procurou-se adaptar as estruturas existentes às novas exigências da guerra. Contudo, como em muitas das cidades portuguesas, optou-se pela reutilização das muralhas medievais, mantendo-se a cintura medieval, acrescentada com outros elementos defensivos, como baluartes, como no caso de Monsaraz ou Melgaço<sup>332</sup>. Durante a Guerra da Restauração foram produzidos, de facto, alguns melhoramentos, no sentido de afastar o perigo das muralhas medievais, a partir dos pedidos formulados pelos moradores da cidade, em capítulos de cortes, como os de 1654, pedindo-se constantemente ao rei que mandasse fortificar Miranda<sup>333</sup>. Apesar das intenções, não estariam concluídas certamente em tempo útil, registando-se por várias vezes a apreensão do conde de Mesquitela, quando este era governador das armas da província.

Apesar de muitos contratemplos, em maio de 1641 o castelo de Miranda encontrava-se provavelmente em obras, falando uma carta régia datada do dia 17 em “*reedificação*”, assistindo nela o Provedor da cidade de Miranda, Pedro Garcia Penalvo, afirmando que o castelo “*tem disso muita necessidade*”, avisando o Provedor que tinha necessidade de

---

<sup>328</sup> SALGADO, 2013, p. 22.

<sup>329</sup> VAZ, 2008, pp. 63-64.

<sup>330</sup> VAZ, 2008, p. 97.

<sup>331</sup> VAZ, 2008, p. 65.

<sup>332</sup> RIBEIRO e MELO, 2013, p. 214.

<sup>333</sup> VAZ, 2008, p. 79.

“*pessas de bater, e outras cousas*”<sup>334</sup>. Em 1642 ainda havia muito para fazer, uma vez que o capitão-mor pretendia ordem do rei para poder fazer ainda alguns reparos e construir plataformas “*que naquelas muralhas são bem necessárias*”<sup>335</sup>, nomeadamente uma a construir nas traseiras da Sé, e que deveria servir para elevar a artilharia que deveria fazer frente às ameaças do inimigo, a partir da outra margem do Douro, mais precisamente do Penedo Amarelo. Em junho deste ano, o capitão-mor de Miranda informava o conselho de guerra que se tinham feito “*reparos do castello, muralha, portas e barbaquá*”<sup>336</sup>. O dinheiro enviado de Viseu em março serviria certamente para estas obras em Miranda, “*levantando o muro cahido, fazendo portas na entrada da cidade, reformando outras abrindo postigos, reparando a barbacan, e portas de dentro no castello*”, referindo-se também que era necessário fazer uma ponte levadiça para a porta de entrada do castelo e para o fosso aberto<sup>337</sup>. Estas informações demonstram que as obras realizadas no sistema defensivo de Miranda, pelo menos no início da Guerra da Aclamação, consistiram sobretudo na reparação das estruturas já existentes, assinalando-se uma preocupação sobretudo com a barbacã e com as portas de entrada na cidade e no castelo.

No final deste ano de 1642 o capitão-mor, frei Pedro de Araújo de Sousa, voltaria a escrever sobre a necessidade de reforçar as defesas de Miranda. Na consulta de 16 de dezembro, avisando que o inimigo procurava afincadamente saber as capacidades de defesa da cidade, indicaria que a guarda das ameias da muralha e da barbacã deveria ser feita por 2.000 homens, mas que apenas possuía uma companhia paga com 70 homens e mais 40 homens no castelo de Miranda, da companhia dos solteiros, que, por se irem casando muitos, também se ia desfazendo. Ao capitão-mor parecia conveniente cerrarem-se mais de duas partes das ameias, contando que no total, o castelo, as muralhas e a barbacã somariam mais de 1.600 ameias, o que tornava impossível a sua defesa com tão poucos efetivos.

Se seguíssemos alguns textos de autores contemporâneos, poderíamos apontar que, após a restauração de 1640, “*em alguns meses, a praça fortifica-se, de tal modo que passa*

---

<sup>334</sup> ANTT/MSLIV/2713, 54.TIF.

<sup>335</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 25, mç. 2E, 362.

<sup>336</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 23, mç. 2C, 184

<sup>337</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 26, mç. 2E, 457.

*a constituir um fortíssimo obstáculo para as armas de Castela. Os chefes militares do país vizinho temeram-na como a praça mais bem defendida e militarmente apetrechada de todo o Nordeste transmontano no século XVII, não conseguindo expugná-la durante o período da guerra dos 28 anos de 1640 a 1668*<sup>338</sup>. Ora, os factos revelam que, na realidade, as forças espanholas poucas vezes pretenderam cercar a cidade de Miranda durante este período, ou sequer tomá-la de assalto, quer porque as ações militares se pautaram sobretudo pela mobilidade dos saques e pilhagens fronteiriços, quer porque as forças disponíveis pelo inimigo na região de Zamora também não lhe permitiam efetivar ações de cerco prolongadas em território mirandês.

No entanto, no ano de 1646, a região foi sujeita a uma investida mais vigorosa por parte das forças espanholas, o que fez ver a urgência em disponibilizar homens e materiais para a província e revelou as falhas ao nível de material bélico capaz de responder a um assédio, falta de obras externas e de aviso que assegurassem de forma mais eficaz a segurança das praças da região, nomeadamente a de Miranda<sup>339</sup>.

O decreto do Conselho de Guerra datado de 5 de abril de 1650 mostra que as fortificações de Miranda ainda não estavam terminadas, uma vez que uma consulta da Junta dos Três Estados fala da “continuação” dessas mesmas obras<sup>340</sup>, mandando-se passar ordens apertadas para se tomarem contas do que se tinha recebido e despendido nas fortificações de todo o reino, a 27 de julho de 1651<sup>341</sup>. A mesma indicação surge num decreto datado de 28 de fevereiro de 1650, onde se dizia que “*por quanto este mesmo Cabbido e Rui de Figueiredo em seu tempo e o engenheiro que la estava representarão a V. Majestade ser precisa esta fortificação, e asy se deve continuar e acabar na forma da Planta que se fez para ella sem divertir o dinheiro para outra couza*”<sup>342</sup>.

Em 1657, o Conselho de Guerra seria informado que Miranda estava edificada “*em sítio tão forte, que com pouca obra sera inexpugnável sua fortificação*”, continuando a mesma descrição a ser apresentada, em 1659, numa “*Rellação das Praças da Raya*” de Trás-os-Montes, anexa à consulta do Conselho de Guerra de 20 de junho, que daria uma

---

<sup>338</sup> MOURINHO, 1993, p. 7.

<sup>339</sup> ALMEIDA, 2012, p. 48.

<sup>340</sup> Synopse, vol. 1, 261; 1650.04.05, A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, mç. 10, n° 22.

<sup>341</sup> Synopse, vol. 1, 276; 1651.07.27, A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, mç. 11, n° 25.

<sup>342</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, 1650, Caixa 309, Mç. 10, n° 22.

imagem ainda mais completa das estruturas defensivas que existiam na altura em Miranda. Deste modo, depois de se referir que a praça estava localizada num sítio bastante forte, o autor da relação diria que, com pouca obra se tornava inexpugnável, uma vez que, encontrando-se edificada em local pedregoso e escarpado, seria praticamente impossível ao inimigo abrir “*aproxés*”, ou seja, trincheiras de aproximação, nem aprofundar minas para sabotar as muralhas. Tais características explicam, em grande parte, a inexistência de um grande volume de obras, sobretudo exteriores, em Miranda do Douro, centrando-se a explicação na inexpugnabilidade oferecida pela topografia e localização no terreno. Por isso, estando a cidade rodeada pelos rios Douro e Fresno, também se reconhecia que era difícil ao inimigo deslocar por aqui a sua artilharia, devido à dificuldade da sua travessia e à topografia bastante irregular do terreno.

Mais importante ainda seria a referência às antigas muralhas que rodeavam a cidade, nomeadamente à barbacã, estruturas que estavam complementadas por uma forte estacada no lado virado para o Douro e em parte, no lado virado para o rio Fresno. No mesmo documento, o autor da relação informaria ainda que existiam duas elevações na área onde os dois rios não se fecham, ou seja, do lado norte. Era através destas elevações que se chegava à muralha da cidade e, por isso, deveriam ser fortificadas com brevidade. A elevação mais próxima era a mais baixa e poderia comportar poucas peças de artilharia, mas a mais distante, também a mais alta, seria capaz de albergar bastante artilharia, possuindo ainda a vantagem de cobrir um vale onde o inimigo se poderia aquartelar com muita gente. Por isso, propunha que Miranda fosse fortificada “ao moderno”, com dois meios baluartes e três meias-luas, devendo fazer-se na estrada coberta um parapeito de pedra com uma estacada no seu meio, em vez de um fosso. Para além destas alterações, deveria ser construída uma obra corna com uma meia-lua no monte mais elevado e de onde se avistava o referido vale, ficando o monte mais baixo encerrado dentro dos seus ramais<sup>343</sup>, uma primeira alusão à necessidade de construção de um hornaveque como meio mais eficaz de defesa da cidade. No entanto, uma planta da cidade de Miranda, datada provavelmente

---

<sup>343</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, 1659, mç. 19, “*Relação das Praças da Raya da Prouinça de Tras os montes, do estado de suas fortificações de que neçessitam, e os passos do Rio Douro*”, anexa à consulta de 20 de Junho de 1659; ALMEIDA, 2012, p. 48.



da década de 1640<sup>344</sup>, mostra-nos uma estrutura defensiva bastante simples, ainda sem elementos “modernos” visíveis, exceto um meio baluarte desenhado na face nordeste da muralha, notando-se, isso sim, a permanência das obras desenhadas por Duarte de Armas, no início do século XVI, nomeadamente as barbacãs que protegiam as duas portas principais de Miranda e o próprio castelo, relacionando-se o meio baluarte mais recente precisamente com a barbacã que protegia a chamada Porta dos Frades.

Contudo, o facto de ser considerada “inexpugnável”, bem como a falta de recursos, levou a que apenas em 1664 surgissem as estruturas “*a moderna*”. Por isso, ao longo da Guerra da Aclamação, as obras consistiram sobretudo em ajustes à estrutura já existente, nomeadamente através da construção de um baluarte para proteger a porta principal da muralha da cidade, a porta de Nossa Senhora do Amparo, e do reforço e transformação de vários ângulos da mesma muralha com a construção de guaritas. As torres do castelo foram rebaixadas, instalando-se nelas peças de artilharia, e em volta da cidade ergueram-se ainda baluartes e revelins exteriores em terra<sup>345</sup>. Este rebaixamento das torres tinha como objetivo facilitar o acesso rampeado da artilharia, convertendo-os em bastiões mais largos<sup>346</sup>.

Em data difícil de assinalar, mas que situamos durante a Guerra de Sucessão de Espanha, surgiria finalmente uma importante obra exterior, um hornaveque bastante alongado, em terra, ligando o castelo a pontos situados a nordeste, alargando-se assim o circuito defensivo e edificando-se baterias para a sua defesa<sup>347</sup>. Também em Bragança se construiu um hornaveque na cerca do convento de S. Francisco, numa tentativa de proteger qualquer aproximação ao castelo, rebaixando-se algumas torres para o exercício da artilharia de maior calibre. Um outro exemplo situa-se em Chaves, onde foi também construído um hornaveque, no arrabalde da Madalena, obra iniciada em 1689, em pleno período de paz, mas que corresponde à última fase construtiva em Chaves, que se desenrolou entre 1688 e 1706. Se tivermos em conta estas datas, bem como o facto de a planta de Chaves analisada poder ser contemporânea da planta de Miranda, então podemos afirmar que o hornaveque de Miranda do Douro teria sido construído no início do século

---

<sup>344</sup> Ver Anexo 2, Figura 19.

<sup>345</sup> GOMÉZ, 2017, p.107.

<sup>346</sup> RODRIGUES, 1998, p. 519.

<sup>347</sup> GOMES, 2003, p. 140.

XVIII. De facto, enquanto a planta de Chaves mostra o desenho do hornaveque do arrabalde da Madalena, a planta de Miranda nada apresenta.

Na “Corografia Portuguesa” do Padre António Carvalho da Costa, de 1706, a cidade de Miranda surge “*sobre crespos, & fragosos penhascos*”, tendo como vizinho o rio Douro, que aqui corre de forma precipitada e com muita violência. Um dos primeiros aspetos assinalados nesta obra seria a existência de um porto, servido por uma barca, no Inverno, mas “*tao perigoso, que muitas vezes tem sucedido levala o rio*”, não se esquecendo também de referir que, junto a este porto, se situa o Penedo Amarelo<sup>348</sup>. O clima também seria mencionado, muito frio no inverno, e demasiadamente quente no verão, fazendo anotar já nesta altura a frase popular “*nove mezes de Inverno, & três de inferno*”.

Em 1706, o Padre António da Costa assinalaria também, na sua Corografia, que a cidade “*he cercada de muros antigos de pedra com tres portas, tem bom Castello com artelharia, obra delRey D. Diniz*”, apontando que Miranda “*tem mais entre o Norte, & Nascente hum forte de obra córnea contiguo à Cidade*”<sup>349</sup>, o que pode significar que a obra estava já construída nesta data<sup>350</sup>. O hornaveque era uma frente fortificada composta por dois meios baluartes e uma cortina que os unia, com a função de proteger o acesso às portas de Santo António, ou Portas de Cima, o acesso mais vulnerável da cerca. De formato retangular, assentava em dois muros cuja base diminuía ascendentemente, reforçando a sua estabilidade e permitindo uma defesa mais segura contra a artilharia inimiga, aproveitando um talvegue, um fundo natural, que foi aterrado para o efeito<sup>351</sup>. Para a defesa dos seus flancos foi também construído um revelim em terra batida, junto das Portas de Santo António.

Contudo, surge um problema relativamente aos desenhos existentes. Nas plantas desenhadas por José Monteiro de Carvalho e Rodrigo de Sande, que parecem ser cópias, não existe qualquer referência ao hornaveque. Ora, estes engenheiros militares trabalharam em meados do século XVIII, o que coloca ainda mais dúvidas quanto à cronologia desta estrutura exterior. No entanto, é de assinalar que estas plantas mostram os planos de

---

<sup>348</sup> COSTA, 1706, p. 479. Ver Anexo 4, Fotografia 22.

<sup>349</sup> COSTA, 1706, p. 479.

<sup>350</sup> ANTUNES, 1996, p. 156.

<sup>351</sup> VAZ, 2008, p. 80. Ver Anexo 2, Imagem 28.

estruturas modernas, em terra, ou seja, uma estrutura estrelada, que rodeava a muralha medieval, e que deveria melhorar a proteção de Miranda, encontrando-se, no entanto, arruinada ou atulhada<sup>352</sup>. Por isso, nas plantas que serão elaboradas em 1762, aquando da Guerra Fantástica, surgem apenas dois baluartes, um que protegia a porta de Santa Luzia, virada para o rio Fresno, e outro que protegia um dos flancos do castelo de Miranda, também virado para o Fresno.

No mesmo sentido, devemos anotar a menção a obras de terra arruinadas, identificando-se um fosso que percorreria todo o perímetro exterior de Miranda do Douro e que estaria em mau estado de conservação. Quanto às estruturas já existentes, surgem nitidamente as barbacãs, com a barbacã interior, envolvendo a torre joanina pelo sul, a apresentar nichos retangulares com bocas de fogo para artilharia pesada, correspondendo estas alterações aos séculos XVII e XVIII<sup>353</sup>. As plantas elaboradas pelos engenheiros espanhóis mostram claramente o hornaveque, bem definido, protegendo um dos principais caminhos de acesso à cidade, e complementado por um revelim feito em terra, na sua parte exterior, ladeado pelos dois meios baluartes com que terminava a obra. Um outro revelim seria construído junto da entrada principal da cidade, nas portas da Senhora do Amparo, servindo o acesso proveniente do rio Fresno, completando a defesa destas como baluarte frontal<sup>354</sup>.

Estas alterações nas estruturas defensivas seriam lembradas alguns anos mais tarde. Um ano após a construção do Real Hospital Militar, em 1736, José António da Silva, descrevia desta forma a cidade de Miranda: *“estende-se esta Povoação em figura prolongada, correndo do Norte ao Meyo dia, com hum recinto de muralha muito alta, e muito forte, acompanhada de huma barbacã de pedra, e cal, como o he também a mais fabrica dos muros. Tem hum Castello de obra antiga, e quasi quadrada, em que havia cinco Torres muito grandes, mas dellas se arrazarão as quatro dos ângulos, ate se reduzirem a huma especie de plataforma, para alojar nellas alguma artilharia; e este se vê rodeado da sua barbacã, tanto pela parte do Sul, como do Norte. A estas fortificaçoens*

---

<sup>352</sup> Ver Anexo 2, Imagens 20A, 20B, 21, 22, 25.

<sup>353</sup> VAZ, 2008, p. 94.

<sup>354</sup> VAZ, 2008, pp. 94-95.

*se acrescentou ao depois hum Forte entre o Norte, e Nascente, Que fica contiguo à Cidade, a qual he defensável por natureza, e muy importante para a segurança da Provincia*<sup>355</sup>.

Um pouco mais tarde, e apesar de um anterior pedido efetuado pelo Conde de Alvor, governador das armas da província, em 1719, para que o rei permitisse a realização de obras nos quartéis de Bragança ou, em alternativa, fazerem-se outros nesta cidade e na de Miranda, tal não se veio a concretizar. Respondeu o rei que “*quanto a se fazerem quartéis na cidade de Miranda como nunca os houve nella no tempo da guerra se não deve fazer esta despeza no tempo da paz que é menos necessária*”<sup>356</sup>. Neste caso, a obra ficaria para mais tarde. Em meados do século XVIII será erguido o quartel joanino de S. José, transferindo-se os efetivos militares da alcáçova para este complexo<sup>357</sup>. Concluído em 1749, foi construído com os recursos da venda do pão do Monte da Piedade, sendo construído com uma fachada extensa e retilínea, onde a simetria e o rigor militar imperavam. Estas obras inserem-se num período de relativa prosperidade económica do reino, em geral, e da região mirandesa em particular, apenas travada pelas ações militares de 1762. A localização dos quartéis no lado oposto ao do castelo subordinava toda a cidade ao aspeto militar<sup>358</sup>.

Um outro benefício que recebeu Miranda do Douro foi a construção, em 1735, do Real Hospital Militar, que se encontrava localizado no Convento dos Trinos, na Rua do Convento, nas dependências do referido Quartel de S. José, onde exerciam quatro religiosos. Durante a Guerra da Aclamação os enfermos militares, tanto portugueses como castelhanos, eram instalados e tratados no Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Em 1679 também existia, em Bragança, um Hospital militar, com cinco enfermarias, instalado inicialmente no castelo da cidade e, mais tarde, transferido para um edifício próprio<sup>359</sup>. Depois, a assistência seria prestada numa parte da capela do convento e numa ala do Quartel de S. José. Hoje em dia apenas subsiste a área da antiga capela do Real Hospital. O resto da estrutura serve hoje como Biblioteca Municipal e quartel da GNR<sup>360</sup>.

---

<sup>355</sup> LIMA, 1736, p. 67.

<sup>356</sup> ALVES, Tomo III, 2000b, p. 242.

<sup>357</sup> VAZ, 2008, p. 112.

<sup>358</sup> GOMES, 2003, p. 143.

<sup>359</sup> RODRIGUES, vol. 1, 1995, pp. 538-540.

<sup>360</sup> BORGES, 2009, pp. 93-94.

Relativamente ainda ao hospital militar de Miranda, solicitava-se, em 19 de agosto de 1764, o alargamento do seu espaço, para benefício das tropas residentes na cidade, porque os soldados doentes não cabiam no edifício existente. Por isso, sugeria-se a compra da estalagem do morgado de Duas Igrejas, não só pela quantidade de quartos com varandas, mas também porque possuía no seu interior um poço, cuja água era de grande utilidade para os cuidados dos doentes<sup>361</sup>.

De qualquer das formas, era visível, em meados do século XVIII, que a cidade de Miranda estava fortificada “*ao moderno com muita perfeição, e segurança*”<sup>362</sup>. No entanto, este período de maior esplendor das fortificações de Miranda terminaria abruptamente, no dia 8 de maio de 1762, no contexto da Guerra dos Sete Anos, com a explosão do paiol da alcáçova, constituído por mais de quinhentos barris de pólvora<sup>363</sup>, e que provocou a destruição de três das torres do castelo de Miranda, segurando-se apenas um dos paramentos do pátio e a torre residencial. Na ocasião, “*logo que descarregou um canhão mais contíguo á torre grande, passados quatro ou cinco minutos, arreventou o armazem da pólvora, arruinando quasi todo o castello, e fazendo duas brexas exteriores, uma para a parte do norte, por onde bem cabião onze homens, e outra para a do meio-dia, em correspondência, por onde cabião nove, arruinando também a melhor parte do castello para o oriente, que entrava para a cidade, e metade da torre grande, dando em terra com todo o edificio e oficinas que dentro delle havia, em cujas ruinas falleceo muita gente*”<sup>364</sup>. A causa parece ter sido o mau manejo das 1.500 arrobas de pólvora que estavam no castelo, causando a morte a 350 ou 400 pessoas, mas sobretudo a capacidade que as forças espanholas tinham de, com relativa facilidade, atingir qualquer ponto da cidade de Miranda com a sua artilharia, colocada quer no Penedo Amarelo, quer em redor da cidade, no próprio território português<sup>365</sup>.

Juán González mencionaria o acontecimento na sua corografia de Portugal: “*com toda satisfaccion entregaron esta Ciudad sus Vecinos, en la presente guerra, temendo la desgracia de prenderseles un Almacèn de Polvora, que en ella havia de cuya fatalidad*

---

<sup>361</sup> AMMD, Livro de registo de leis, ordens e provisões, Caixa 2, Livro 10 (1762-66), fl. 98-98v.

<sup>362</sup> FREIRE, 1755, p. 44.

<sup>363</sup> MOURINHO, 1993, p. 8.

<sup>364</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 140.

<sup>365</sup> Ver Anexo 2, Imagens 27A, 27B, 29A 29B.

*quedaron muchos de los que la guarnecian embueltos en las cenizas, y sepultados otros com el estrago, y ruina, que siguió à tan violento incendio*<sup>366</sup>. A explosão e o incêndio que deflagrou lançou certamente uma onda de fumo, poeira e detritos que se estenderam por uma grande parte das estruturas defensivas, tal como nos mostra uma planta elaborada na época.

Após a entrada dos espanhóis na cidade, as forças ocupantes decidiram ainda desmantelar as estruturas que ainda restavam, nomeadamente as portas de Santo António e grande parte da muralha que cercava o perímetro urbano. Tal empreendimento foi replicado em Bragança, onde também destruíram as muralhas do castelo e o forte de São João de Deus, não conseguindo arrasar o castelo de Bragança apenas porque encontraram muitas dificuldades devido à existência de água nos alicerces<sup>367</sup>.

A destruição provocada pelos espanhóis nas estruturas defensivas vislumbra-se nos desenhos efetuados entre 1762 e 1763, por diversos autores, tais como António de Gaver, Juan Grissot, e José Maria Cavanha, que mostram que os espanhóis destruíram sobretudo a muralha virada para o rio Fresno e as estruturas do hornaveque<sup>368</sup>. Um relatório datado de 3 de junho de 1763 assinalava que *“o estado desta Praça he o da sua ruina que se extendem totalmente da Torre de João da Barca the as Portas de S. Antonio e pela parte do poente, compreendendo-se nellas o castello, e todos os mais baluartes que por aquella o fazião defensável, da Torre João da Barca pela parte do nascente e Norte athe as referidas portas de santo Antonio se conserva toda a cortina de muralha exterior, sem mais ruina que a de todos os seus parapeitos, e alguma pequena brecha he esta parte a que deita pera as Aribas do Douro, cujo Rio, e mau terreno, fazem por aquella parte defensável a Praça, e quasi impossíveis as baterias*”<sup>369</sup>.

Um importante levantamento de Miranda seria elaborado por Joaquín Casaviella. Este oficial participou na campanha de Portugal, entrando no exército de Castela a 19 de fevereiro de 1762, apresentando ao marechal de campo António Floter, em Salamanca, a 6 de março desse ano, um plano da cidade transmontana antes de as tropas espanholas aí

---

<sup>366</sup> GONZÁLEZ, 1762, p. 36. Ver Anexo 5, Documento 9.

<sup>367</sup> RODRIGUES, 1995, p. 523.

<sup>368</sup> Ver Anexo 2, Imagens 23A, 23B 24A, 24B, 26A, 26B, 30, 31, 32, 33, 34, 35.

<sup>369</sup> GOMES, 2003, p. 143; PT/AHM/DIV/4/1/04/03, fl. 20, 23.

entrarem, sendo também encarregado de garantir a acessibilidade de vários caminhos, os acampamentos das tropas e de outros serviços necessários à campanha<sup>370</sup>. Outro plano de Miranda seria elaborado, na mesma altura, por Jorge Sicre y Béjar<sup>371</sup>.

Em 1780, Champallimaud de Nussane, sargento-mor com o exercício de engenharia, seria chamado a Miranda do Douro, com o objetivo de reconstruir a praça. Nas suas conclusões, Nussane apontaria a necessidade de construção de um quartel para um regimento de infantaria, elaborando, para o efeito, pelo menos duas plantas. Elaborou também uma planta topográfica da praça de Miranda, em março de 1780<sup>372</sup>, deixando importantes observações sobre as suas atividades na fronteira mirandesa, bem como sobre a possibilidade de reconstrução das muralhas destruídas em 1762. Apesar destas propostas de reconstrução, o próprio Nussane reconhecia que a praça era indefensável, só fazendo sentido refazer as muralhas apenas para albergar um pequeno destacamento. Apontava também que, pelo menos, se construíssem os cinco baluartes representados na planta e se aumentassem os quartéis existentes em Miranda. Em último lugar, a mudança do bispo e do cabido para a cidade de Bragança, “*e, com eles, muitas famílias*”<sup>373</sup>, teria colocado um fim ao papel de Miranda do Douro como centro nevrálgico da defesa e administração desta parte da fronteira.

Quando Heinrich Friedrich Link visitou Miranda, entre 1797 e 1799<sup>374</sup>, considerou a cidade como “*un misérable endroit*”, que albergava apenas 200 fogos. A sua condição de praça forte era apenas nominal, porque “*ses fortifications sont peu considérables*”, não apresentando mais que “*plus qu’ un amas de ruines*”<sup>375</sup>. Finalmente, um relatório militar de 1840 confirmava o abandono da cidade, anotando apenas 80 fogos habitados e 350 habitantes, enquanto Vimioso teria, segundo o mesmo relatório, 726 habitantes, e Outeiro 376. Quanto às fortificações, o capitão engenheiro relatava que as de Miranda consistiam num recinto antigo “*em forma de ferro de engomar*”, servindo ao castelo, do lado de menor desenvolvimento da fortificação, algumas obras avançadas “*da arte moderna*”, ficando

---

<sup>370</sup> CAPEL SAEZ *et alli*, 1983, p. 106

<sup>371</sup> CAPEL SAEZ *et alli*, 1983, p. 448.

<sup>372</sup> Ver Anexo 2, Imagens 29A e 29B. Cfr. Portugalliae Civitates, 2008, p. 28.

<sup>373</sup> MENDES, 1995, pp. 182, 189.

<sup>374</sup> Ver Anexo 1, Imagem 37.

<sup>375</sup> LINK, 2005, p. 38.

apenas na memória toponímica a designação de “fortes”, que lembravam a sua localização<sup>376</sup>. Diria também que os habitantes de Miranda “*tem-se apossado do terreno aonde existirão os tais fortes, o que lhes tem permitido a connivencia de alguns governadores*”. No estado em que se encontrava, em 1840<sup>377</sup>, não podia ter qualquer importância militar, mas o relatório avisava que não existia força militar ou autoridade capaz em 12 léguas da raia (9 de Bragança a Miranda e 13 de Miranda a Moncorvo), o que demonstrava a urgência de uma autoridade militar em Miranda e um destacamento de tropas para proteção dos povos. Terminava ainda dizendo que “*atualmente um Alferes de veteranos é o governador de Miranda; todos sabem quanto em nossos dias está a encontrar capacidades em postos maiores; e seis miseráveis veteranos compõem a força que ali se acha*”<sup>378</sup>.

As estruturas defensivas, nomeadamente as muralhas e as portas, apresentavam, em meados do século XIX, um grau elevado de degradação, sendo consideradas cada vez mais pelas autoridades municipais como um entrave ao desenvolvimento urbanístico. Este sentimento é visível num auto de vistoria datado de 3 de maio de 1857, relativo às portas de Santo António, também denominadas de “Velhas”. Assim, estando reunidos no local os elementos da Câmara Municipal, o Administrador do Concelho, o membro da Comissão Administrativa dos Bens e o Alferes de Caçadores nº 3, Manuel Paulo de Sousa, verificaram que os arcos das portas ameaçavam ruína, mandando, por isso, apelar os arcos que formavam a entrada da cidade, mandando retirar também todo o entulho e pedra ali existentes “*para não ficar entransitavel a passaje por ser nestes sítios entrada publica*”<sup>379</sup>.

Algumas décadas mais tarde, uma gravura de Nogueira da Silva publicada no *Archivo Pittoresco* de 1862, por Freire Pimentel, a partir de um esboço deste último, mostrava, cem anos depois do desastre, as ruínas do castelo de Miranda. Após o relato sucinto do funesto acontecimento, o autor do breve trecho diria que, na gravura que representava o castelo visto do lado sul, era possível ver a torre grande, ainda com as armas reais incrustadas na parede, faltando-lhe metade da estrutura, espalhando-se as pedras por

---

<sup>376</sup> Ver Anexo 2, Imagem 36.

<sup>377</sup> Ver Anexo 2, Imagem 37.

<sup>378</sup> PT/AHM/DIV/3/01/07/11.

<sup>379</sup> A.M.M.D., Autos de Vistoria (1799-1862) – Auto de Vistoria à Porta de Santo António e Velhas, 03 maio 1857, fl. 1.



toda a área. Referia ainda que “*no centro da gravura falta um pedaço do muro do castello: é indubitavelmente a grande brecha do sul, feita pela explosão. (...) Existe também a brecha do norte, porém esta é sem dúvida hoje maior do que a primitivamente feita pelo sinistro. A principal porta de entrada era em baixo da torre grande, e ainda existe, bem como os vestígios da ponte levadiça; vê-se, porém, além d’aquella, ainda outra porta mais pequena para o lado do poente*”<sup>380</sup>.

### 2.3.3. O castelo de Mogadouro

Na mesma esteira que Penas Róias, o castelo de Mogadouro<sup>381</sup> foi doado por D. Fernão Mendes de Bragança à Ordem do Templo, em 1145. Os templários devem ter erguido a torre de menagem do castelo de Mogadouro na década de 1170, tal como aconteceu em Penas Róias e Longroiva, enquadrada no grupo das primeiras torres de menagem construídas em Portugal. Do castelo dos templários resiste ainda um troço de muralha e a torre de menagem, notando-se ainda que o perímetro amuralhado definia um espaço ovalado<sup>382</sup>.

Em 1197, D. Sancho I decidiria reaver a posse dos dois castelos transmontanos, fazendo uma troca com o Templo, mas Mogadouro iria retornar à posse dos Templários, até passar para a Ordem de Cristo, em 1319. Pouco tempo depois, em 1321, ordenava-se que existisse sempre um freire cavaleiro em Mogadouro e outro em Penas Róias<sup>383</sup>, ficando também assente, em 1326, que dos 71 freires cavaleiros da Ordem de Cristo, dois tivessem as comendas de Mogadouro e de Penas Róias, juntamente com a de Bemposta, que fora aldeia de Mogadouro, devendo um morar em Mogadouro e o outro em Penas Róias, sendo obrigados a “*manter senhos freyres cavaleiros, guisados de cavalos e darmas*”<sup>384</sup>, garantindo, desta forma, a defesa e o controlo do território por gente de armas, em nome do rei de Portugal. Em 1375, em troca dos serviços do almirante D. João Afonso Telo, tendo este participado na guerra contra Castela com um determinado número de lanças,

---

<sup>380</sup> ARCHIVO PITTORESCO, 1862, p. 182.

<sup>381</sup> Ver Anexo 4, Fotografias 31, 32, 33.

<sup>382</sup> BARROCA, 2008-09, p. 223.

<sup>383</sup> Monumenta Henricina, vol. 1, doc. 73, p. 142.

<sup>384</sup> Monumenta Henricina, vol. 1, doc. 74, p. 155.

receberia, entre outras terras, as terras de Bemposta, Penas Róias e Mogadouro<sup>385</sup>. As vicissitudes da guerra levaram a que estes e outros senhorios fossem entregues, em 1382, a Fernando Afonso<sup>386</sup>.

No início do conflito entre o Mestre de Avis e o rei de Castela, entrando este em território português, foram várias as localidades transmontanas que se colocaram a seu lado, incluindo Mogadouro<sup>387</sup>, o que levou a uma mudança no comando dos castelos. Surge então, nesta altura, a figura de Pedro Lourenço de Távora (c. 1370-?), 1º Senhor de Mogadouro, um dos principais apoiantes de D. João I na região, e que seria inclusivamente nomeado seu Reposteiro-mor.

A ele sucederia Álvaro Pires de Távora (c. 1400-c. 1474), 2º Senhor de Mogadouro, cuja influência seria visível numa carta de D. Duarte, datada de 20 de novembro de 1432, pela qual este Álvaro Pires de Távora, criado de seu pai e seu reposteiro mor, receberia todas as rendas, direitos, jurisdições, portagens, direituras e direitos reais dos judeus que o rei tinha em Mogadouro e Miranda<sup>388</sup>. Este cavaleiro da casa do rei seria ainda nomeado alcaide-mor de Mogadouro, cargo que possuía na época da batalha de Alfarrobeira, e continuando a ocupá-lo após o desfecho da batalha, demonstrando assim que apoiou o rei e não a facção rebelde<sup>389</sup>.

Foi neste mesmo castelo que, em finais de 1448, Álvaro Pires de Távora acolheria, como alcaide, o Conde de Benavente, que se encontrava em guerra com D. João II de Castela<sup>390</sup>.

Tal como noutras paragens, os bens desta Ordem passaram para a Ordem de Cristo, no início do século XIV, como já foi referido, transformando-se Mogadouro no centro de uma Comenda. Esta função deu origem a uma das mais importantes transformações da estrutura defensiva, ou seja, a adaptação de parte do castelo em paço dos comendadores, com dois pisos iluminados e bem arejados por onze vãos, dois dos quais com balcão. Outros

---

<sup>385</sup> REIS, 2007, p. 184.

<sup>386</sup> REIS, 2007, p. 188.

<sup>387</sup> Crónica de D. João I, tomo 1, 1780, p. 65.

<sup>388</sup> Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, vol. 1, tomo 1, p. 17.

<sup>389</sup> MORENO, 1995, p. 44.

<sup>390</sup> MORENO, 1973, p. 980.

autores considerariam também a hipótese de Mogadouro ter sofrido adaptações a paço fortificado, ainda na altura da assinatura do Tratado de Alcañices<sup>391</sup>.

Não há qualquer dúvida que o velho castelo templário, onde o xisto predomina como material de construção<sup>392</sup>, fora transformado em residência senhorial, bem no centro da localidade, organizada em torno da torre de menagem, a que se juntavam outras duas torres, uma de forma pentagonal e outra quadrangular, dispendo a residência de três corpos principais, com dois pisos, a que se acrescentavam estruturas do priorado, tais como as estrebarias dos Távoras<sup>393</sup>, sendo todo o recinto rodeado por uma barbacã mais baixa.

Para reforçar o caráter de residência senhorial, os desenhos de Duarte de Armas mostram claramente uma série de janelas colocadas na frontaria da alcáçova, sugerindo mesmo a existência de um enorme salão, pelo menos junto do muro leste da torre de menagem<sup>394</sup>. Num tombo da comenda da Ordem de Cristo, datado de 1507, mostrava-se claramente que “*dentro do castello da dicta villa do mogadoiro estaa huua casa que se diz seer jaa em outro tempo apousentamento do prior e ora he estrebaria d’ Alvaro Periz de Tavora, e parte ao levante e ponente com casas do dicto Alvaro Periz, ao aguiam entesta no muro e ao abregom parte com o pátio do dito castello. He terrea e leva de longo quatro varas e mea de medir pano e outras tantas de largo*”<sup>395</sup>. O desenho de Duarte de Armas, no lado oeste, mostra claramente o paço sobradado, bem como a torre de menagem. O paço possuía, de acordo com o mesmo desenho, seis chaminés, o que seria indicativo claro dos confortos e potencialidades das divisões interiores da estrutura residencial. Este castelo era, efetivamente, a moradia dos senhores das terras, tal como nos indica um documento de 1536, respeitante à instituição do morgadio dos marqueses de Távora, e que indica explicitamente o “*castello e pouzada honde pousão os ditos Luis Alvares de Tavora e donna Filippa de Vilhena sua mulher*”<sup>396</sup>, o que significa que, pelo menos até esta data, o castelo servia de morada efetiva dos Távoras.

---

<sup>391</sup> OLIVEIRA, 2010, p. 414.

<sup>392</sup> VERDELHO, 2000, p. 47.

<sup>393</sup> GOMES, 2003, p. 130.

<sup>394</sup> FERREIRA, 2011, p. 49.

<sup>395</sup> A.N.T.T., OC/CT236, fl. 94, Tombo da Comenda da Ordem de Cristo, 1507; cit. por GOMES, 2003, 131; FERREIRA, 2011, p. 45.

<sup>396</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 375.

Na vista da parte este do desenho de Duarte de Armas, sobressaem os seus dois balcões, mas também outras estruturas que, numa comparação com a planta feita pelo mesmo escudeiro, colocam alguns problemas de identificação. Ressalta dos desenhos a incúria em que alguns muros estavam votados, mesmo as ameias da torre de menagem. Contudo, o conjunto era de dimensão considerável, possuindo várias dependências encostadas à muralha, algumas sobradadas. A existência de cinco altas chaminés, distribuídas por várias estruturas, associa-se claramente à função do castelo como paço dos comendadores<sup>397</sup>.

Analisando com mais pormenor a folha que representa o castelo de Mogadouro, tirado do lado oeste, a paisagem revela um território irregular, montanhoso na sua essência, sendo perceptíveis as elevações que comportavam os castelos de Algosó e de Outeiro. Do lado oeste<sup>398</sup>, o desenho apresentava o castelo de Penas Róias e os montes circundantes. Esta referência não seria inocente, indiciando a capacidade de comunicação que estas estruturas poderiam desenvolver em caso de perigo, transmitindo possivelmente sinais entre si. Deste lado Duarte de Armas, que se fez representar chegando a cavalo com uma lança ao ombro, o aglomerado urbano era considerável, surgindo algumas casas com chaminé, e quase todas sobradadas, notando-se que todas eram telhadas.

A torre de menagem despontava no meio das diversas construções pela sua altura, quadrada e ameada, mas que mostrava alguma ruína ou descuido nas suas ameias, o mesmo acontecendo com o troço de muralha que a ela estava adossada e que continuava até à torre pentagonal, mais baixa. O seu carácter residencial é atestado pelo facto de serem visíveis várias estruturas adossadas à muralha, nomeadamente telhados, o que decididamente não poderia ajudar a uma defesa capaz em caso de ataque. O mesmo acontecia com as várias chaminés que despontavam dos vários telhados existentes. Adossada igualmente à torre de menagem podemos visualizar a residência do alcaide, o “paço” onde, viradas para a vila, se abriam nove janelas, quadradas ou em arco, mas também dois balcões de madeira, situados na parte central, permitindo certamente que o espaço interior fosse bem iluminado, como era necessário numa residência do século XVI. A existência de ameias também no

---

<sup>397</sup> Ver Anexo 2, Imagens 38 e 39.

<sup>398</sup> Ver Anexo 2, Imagens 40 e 41.

topo da residência principal, a par dos telhados, demonstra a adaptação de uma estrutura mais antiga às novas premissas de um “paço”. Toda a área estava cercada por uma barbacã, sem ameias, com o topo do muro demonstrando também algum descuido. Aqui existia uma porta quadrada, a par de uma pequena torre que poderia oferecer alguma proteção. Em frente aos balcões da residência principal, Duarte de Armas desenhou um espaço quadrangular, delimitado pela mesma barbacã, onde escreveu “*aqui andam coelhos*”<sup>399</sup>.

A vista da parte este mostra-nos igualmente a porta principal, junto da qual se ergue uma igreja, protegida por um hurdício, ainda intacto na altura da passagem de Duarte de Armas, por baixo do qual se abria uma janela com gradeamento, que poderia servir um espaço destinado a prisão. Os mesmos desenhos apresentam um segundo muro, uma barbacã mais baixa, que Duarte de Armas descreve como uma “*bareyra derybada a mor parte e sem ameas e asy he ho muro de dentro*”. Neste lado, o desenho do escudeiro de D. Manuel I mostrava novamente a torre de menagem, a falta de algumas das suas ameias e a continuação da área residencial, onde se abria, na direção da zona urbana, a porta principal de acesso ao recinto amuralhado. Junto desta entrada situava-se a igreja, com uma torre sineira dupla, mas que, novamente, não seria muito adequada a uma eventual situação de perigo. Mais uma vez, a muralha, que possuía deste lado duas torres quadradas e uma redonda, demonstrava algum descuido, não estando totalmente ameaçada, ao contrário da barbacã, que aqui se apresentava em perfeitas condições, terminando nas escarpas rochosas onde o castelo assentava. Curiosamente, a entrada principal tinha à sua frente um aglomerado de casas mais pequeno, destacando-se no terreiro em frente ao castelo, o cruzeiro e algumas casas com cercas de madeira, enquadrando árvores e, possivelmente, uma horta<sup>400</sup>.

Para além desta data, não surgem referências a qualquer utilidade militar do castelo de Mogadouro, nem durante a Guerra da Aclamação, nem durante os conflitos subsequentes. Apenas em 1644, Mogadouro surgiria como “*castelo forte, mosteiro de frades, paço dos Condes com vestígios de antigos muros*”<sup>401</sup>. E nada mais. Os próprios Távoras escolheriam outra localização para a sua residência palaciana principal, mais ao

---

<sup>399</sup> DUARTE DE ARMAS, 2006, fl. 78v-79.

<sup>400</sup> DUARTE DE ARMAS, 2006, fl. 79v-80. Ver Anexo 2, Imagens 42A e 42B.

<sup>401</sup> ARAÚJO, 1644, p. 71.

gosto da época. Seria António Luís de Távora, 2º Marquês de Távora e 4º Conde de S. João, a mandar ampliar e renovar o Palácio dos Távoras em Mirandela, no início do século XVIII e, entre 1709 e 1711, os mestres canteiros Manuel Alves e Domingos Pereira iriam executar a renovação da fachada deste edifício.

Em 1706, a Corografia do Padre António da Costa apontava, em Mogadouro, apenas a existência de “*vestígios de antigos muros com hum forte Castello de fabrica antiga, em que vivem os senhores deste Casa [de Távora], quando residem nesta villa*”<sup>402</sup>. Nas Memórias Paroquias de 1758, Mogadouro seria descrita desta maneira: “*esta villa nam he morada nem praça de armas nem nella há torre alguma excepto hua que se acha no palácio dos excelentíssimos Marquezes de Tavora vulgo castello que se dis ser obra dos Templarios*”. Durante a Guerra de Sucessão de Espanha e a Guerra Fantástica, Mogadouro acabaria por ser importunada pelas incursões inimigas, mas sem qualquer tipo de resistência. Tal aconteceu durante a invasão espanhola de 1762, quando a vila seria facilmente ocupada pelas tropas espanholas que se dirigiam para o rio Douro. Desta época chegou-nos um plano de Mogadouro e dos seus arredores<sup>403</sup>, com a localização ideal dos acampamentos das tropas invasoras que aqui poderiam ficar posicionadas, nomeadamente o Regimento da Galiza e piquetes de cavalaria. O desenho, elaborado por um militar espanhol, oferece-nos um plano bastante rigoroso da vila, incluindo a nota sobre o castelo, a que chamam palácio.

Em 1796, um testemunho dava conta que se conservava “*em ruinas hum grandioso edificio antigo, chamado o Castello, aonde assistião os antigos senhores da dita vila*”, que tinha passado para a Coroa em 1759. Nesta altura, Mogadouro ainda possuía um capitão-mor, um sargento-mor e oito capitães de ordenança<sup>404</sup>. No entanto, durante a viagem que Heinrich Friedrich Link fez a Portugal, entre 1797 e 1799, este também visitou a província de Trás-os-Montes, incluindo Mogadouro. Durante a sua estadia, confirmou a decadência a que a vila estava votada, muito por causa da queda dos Távoras, algumas décadas antes, nada mais dizendo sobre o castelo de Mogadouro<sup>405</sup>. Em 1800, o relatório dedicado a D.

---

<sup>402</sup> COSTA, 1706, p. 489.

<sup>403</sup> Ver Anexo 2, Imagens 43A e 43B.

<sup>404</sup> MENDES, 1995, p. 204.

<sup>405</sup> LINK, 2005, pp. 31-32.

Pedro de Ceballos dava conta que em Mogadouro existiam apenas vestígios de muralhas antigas e que ainda conservava um castelo bastante forte, em que tinham vivido os senhores da vila quando aí estacionavam<sup>406</sup>, o que confirma que o abandono do castelo se efetivou depois da desgraça dos Távoras, condenados em 1759, originando a ruína e mesmo o desmantelamento das suas estruturas.

#### 2.3.4. O castelo de Outeiro de Miranda

O castelo de Outeiro de Miranda situa-se na freguesia de Outeiro, concelho de Bragança, construído no monte do castelo, a cerca de 800 metros de altitude. Outeiro recebeu o seu foral em 1290, tendo somente cerca de 100 casais<sup>407</sup>. Existem notícias da povoação de Outeiro, pelo menos desde o reinado de D. Sancho I (em 1194)<sup>408</sup>, apesar de Ferreira de Castro dizer, em meados do século XVIII, que Outeiro “*he povoação do tempo de El Rey Dinis que mandou reedificar o castello que havia ficado dos Mouros*”<sup>409</sup>. Em 1258 grande parte deste território fronteiriço ainda pertencia à jurisdição do mosteiro e Castro de Avelãs, incluindo Outeiro<sup>410</sup>. A situação começará a mudar no reinado de D. Dinis, passando Outeiro para as mãos da Coroa em 1290<sup>411</sup>. Em 1313, D. Dinis iria fazer doação a D. João Afonso, seu filho bastardo, das aldeias de Outeiro de Miranda, Vila Verde de Bragança e Vilarelho, entre outras<sup>412</sup> e, em 1355, os habitantes de Outeiro pediriam ao rei para que a sua povoação fosse elevada a vila e que fosse também cercada de muralhas, desejo não atendido pelo poder central, pelo menos nesta altura<sup>413</sup>.

O castelo de Outeiro desempenhou um papel bastante ativo nos conflitos do século XIV. A sua primeira referência documental data de 1361, quando D. Pedro o entrega a João

---

<sup>406</sup> Memorial Histórico Español, Tomo 26, p. 257.

<sup>407</sup> REIS, 2007, p. 257.

<sup>408</sup> OLIVEIRA, 2015, pp. 49-50.

<sup>409</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 71, disponível em <bdh.bne.es>.

<sup>410</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 50.

<sup>411</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 73.

<sup>412</sup> A.N.T.T., Gavetas, gaveta 3, mç 2, nº 15, 1313-03-19; PT/TT/GAV/3/2/15.

<sup>413</sup> ALVES, Tomo III, 2000b, pp. 128-129.

Rodrigues de Basto<sup>414</sup>, podendo datar-se a sua construção entre os anos de 1355 e 1361<sup>415</sup>. Assim, durante a primeira guerra com Castela, nos anos de 1369-1370, as ações infrutíferas do rei castelhano D. Henrique contra Guimarães levaram-no a atacar a região de Trás-os-Montes, onde ocupou Vinhais, Bragança, Cedovim e Outeiro de Miranda, em poucos dias. O mesmo castelo de Outeiro, no acordo de paz assinado em Alcoutim, a 31 de março de 1371, deveria ser devolvido por D. Henrique a D. Fernando, juntamente com a vila de Bragança<sup>416</sup>. Em 1386, aquando do cerco de Chaves pelas tropas de D. João I, Outeiro de Miranda iria ainda rebelar-se contra o novo governante, a par de Bragança e Vinhais<sup>417</sup>.

Em 1414, Outeiro de Miranda receberia de D. João I a isenção de tributo para os moradores que fizessem a sua casa dentro da cerca, que estava finalmente a ser terminada, tentando assim o monarca assegurar o seu povoamento<sup>418</sup>. A preocupação em povoar Outeiro era evidente, tentando a Coroa minimizar os efeitos dos conflitos anteriormente referidos, e que tinham provocado a fuga de muitas famílias para regiões mais seguras, pelo que o infante D. Pedro pediria também autorização ao pai para criar um couto de 50 homiziados, para viverem na vila<sup>419</sup>.

De facto, os reinados de D. João I e de D. Duarte mostraram grande preocupação quanto ao povoamento da região. Os próprios homens-bons de Outeiro enviariam a D. Duarte uma carta do rei D. João I, com a data de 23 de fevereiro de 1418, onde este reconhecia que o castelo de Outeiro “*he mujto despobrado*” porque o seu termo era pequeno, o que provocava alguns problemas em tempo de guerra porque “*nom he bem defensado por mjnguadas gentes que em elle nom ha pera auer de o defensar e guardar*”. No mesmo texto, D. João I mandava alargar também o seu termo, acrescentando-lhe as aldeias de Pinelo, Argozelo, Santulhão, Carção e Vale de Pina, pertencentes ao termo de Miranda, “*que estam acerca do dicto castello e som despobradas*”, bem como as aldeias e lugares de Paradinha, Paçó, Rio Frio e Milhão, no termo de Bragança, e a aldeia de Quintela. O rei D. Duarte confirmaria a carta de seu pai a 18 de janeiro de 1434<sup>420</sup>.

---

<sup>414</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 56.

<sup>415</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 74.

<sup>416</sup> Crónica de D. Fernando, 2004, p. 206.

<sup>417</sup> Crónica de D. João I, Tomo 1, 1780, p. 291.

<sup>418</sup> MONTEIRO e MARTINS, 2010, p. 87; Chancelaria de D. João I, Lv. 3, fls. 170-170v, 26.07.1414.

<sup>419</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 79.

<sup>420</sup> Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, volume 1, tomo 1, pp. 287-289.



Em 1414, o rei D. João I mandaria completar a cerca da vila, junto do castelo, uma vez que já estava “*fecta boa parte*”, permitindo, inclusivamente, a construção de casas no seu interior<sup>421</sup>. No mesmo documento, surge ainda a indicação que D. João I mandou “*em elle fazer obras e cousas que comprem ao dicto castello de sse em elle fazer por bem da terra*”, o que nos diz que o castelo sofreu alguns melhoramentos, pelo menos por volta de 1418, data do documento apresentado.

No início do século XVI, um documento do alcaide Lopo de Sousa, datado de 1508, encontrado na Câmara de Bragança pelo Abade de Baçal, versando a reparação de muros em Bragança, fazia registar o momento em que caiu o muro da vila de Outeiro “*que o corregeo a terra e que pouco tempo ha que cayo um pedaço della e o corregeram*”<sup>422</sup>. Este conselheiro do Rei era também alcaide-mor de Bragança, e estava na região “*por mandado especial de Sua Allteza*” e tinha “*carreguo de mandar fazer as obras d’algvas vyllas e fortalezas da comarca de Trallos Montes*”<sup>423</sup>. As referências a Lopo de Sousa remontam já a dezembro de 1483, quando D. João II lhe ordenava, enquanto vedor-mor das obras das vilas e fortalezas dos extremos da comarca transmontana, que fizesse obras no castelo de Monforte do Rio Livre<sup>424</sup>.

D. Afonso V irá doar o castelo de Outeiro a D. Afonso, em junho de 1449<sup>425</sup>. Esta doação será relembrada a D. Manuel I pelo 4º duque de Bragança, D. Jaime (1479-1532), por carta de 20 de junho de 1496, onde apresentava a doação de Afonso V a D. Afonso, o primeiro duque, filho bastardo de D. João I, e que recebera a vila e castelo de Bragança, bem como os castelos de Outeiro de Miranda e de Nozelos, com todos os seus termos.

Duarte Nunes de Leão, na sua crónica de D. Afonso V, refere que, após a morte de D. Duarte, o Conde de Barcelos pediu ao Infante o senhorio destes dois castelos, “*e por o aver dado ao Conde de Ourem, se escusou. Porém como o Conde de Ourem era o primogénito do Conde de Barcellos, a quem por sua muita idade esperava cedo herdar, o largou para o Infante o passar a seu pai, e se chamou Duque de Bargaça*”<sup>426</sup>.

---

<sup>421</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 91.

<sup>422</sup> BAÇAL, Tomo III, 2000c, p. 157.

<sup>423</sup> BAÇAL, Tomo III, 2000c, p. 159.

<sup>424</sup> FERREIRA, 2014, p. 100. Ver Anexo 5, Documento 2.

<sup>425</sup> PT/AHM/DIV/3/9/11/24.

<sup>426</sup> Cronica de D. João I, tomo 2, 1780, p. 154.

Em 1443, o Conde de Ourém exigiu o cargo de Condestável, respondendo o Infante D. Pedro “*que el Rey o tinha dado já a seu filho D. Pedro, lembrando-lhe a mercê de Bragança, e do Castello do Outeiro, que pouco avia fizera a elle, e a seu pai, e que se devia de contentar com ficar com hum Ducado, e tres Condados, per morte de seu pai, que para hum Reyno não mui largo, era assaz Estado*”<sup>427</sup>.

No início do século XVI, uma cópia de um padrão de tença dá-nos conta que o fidalgo da casa real João de Macedo, recebia uma tença anual de 25.214 reais em satisfação da alcaidaria-mor de Outeiro de Miranda, por a ter deixado para o duque de Bragança, sobrinho do rei D. Manuel I, sendo esta tença paga pelo rendimento das sisas de Freixo de Espada à Cinta<sup>428</sup>. No entanto, em 1530, o castelo de Outeiro era apenas a residência do alcaide, pertencendo ao Duque de Bragança<sup>429</sup>.

O castelo de Outeiro, de onde se avistava Bragança, de acordo com o desenho de Duarte de Armas, situava-se numa elevação considerável, afastada do povoado, onde eram visíveis casas modestas, com coberturas em colmo ou em xisto, destacando-se apenas a igreja como edifício mais nobre do núcleo urbano<sup>430</sup>. Nesta época, o castelo de Outeiro fazia parte de uma linha defensiva que incluía Bragança, Vimioso e Miranda do Douro<sup>431</sup>, destacando-se o seu papel de atalaia relativamente às entradas por Quintanilha e Pinelo, e à estrada que ligava Miranda do Douro a Bragança, constituindo também um refúgio excepcional para as populações locais.

O desenho de Duarte de Armas mostra claramente, do lado oeste, duas grandes torres, sendo a principal a de menagem. Existia uma porta principal protegida por um balcão de matacões e uma couraça ameada, sendo ainda notórias, dentro do espaço amuralhado, várias dependências telhadas, encostadas ao muro. No lado nordeste surgia a porta falsa, protegida por três troneiras, e a cerca exterior, com duas portas, que protegia a “vila”, mas que era apenas um espaço vazio, no início do século XVI.

No castelo destacava-se a torre de menagem, com ameias prismáticas, abrindo-se, do lado oeste, três janelas de arco redondo. A entrada para o recinto fazia-se através de uma

---

<sup>427</sup> Cronica de D. João I, tomo 2, 1780, p. 155.

<sup>428</sup> A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte II, Mç 14, nº 116, 1508-05-10, PT-TT-CC-2-14-116.

<sup>429</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 90.

<sup>430</sup> Ver Anexo 2, Imagens 44 e 45.

<sup>431</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 83.

porta de arco redondo, cujo acesso estava protegido por uma barreira também com ameias prismáticas, completando-se a sua defesa com um balcão de mata-cães. A par da torre de menagem era visível outra grande torre, mas as restantes estruturas eram significativamente residenciais, com telhados e com algumas chaminés. Alguns destes edifícios utilizavam inclusivamente a muralha como parede. Do lado oeste era ainda notória a presença de uma outra muralha, uma barreira mais baixa, com ameias quadrangulares, de corpo largo, mas que apresentavam alguma degradação.

Do lado este, não existia qualquer casario exterior às muralhas, mostrando a dimensão modesta da vila. O castelo continuava a caracterizar-se pelas suas duas grandes torres, a par da muralha principal do recinto interior, e das construções residenciais que, deste lado, apenas apresentava uma janela de grandes dimensões, possivelmente com gradeamento de ferro. Junto da torre de menagem existia aqui uma porta falsa, localizada num troço de muro com ameias quadrangulares, defendida por três troneiras cruzetadas e por um balcão construído numa estrutura contígua. O acesso exterior à porta falsa, estava ainda condicionado por uma outra barreira, de feição circular, que delimitava o espaço designado por “vila”, e que certamente se refere ao primitivo aglomerado urbano, já abandonado, mas onde ainda eram visíveis duas portas de arco redondo<sup>432</sup>.

Por outro lado, a planta elaborada por Duarte de Armas, oferece-nos ainda mais informações relevantes. Na falta de elementos concretos fornecidos pela documentação ou por escavações arqueológicas de relevo, depreende-se que o castelo de Outeiro pode apresentar duas fases distintas de construção, sendo a área da torre de menagem a mais antiga. O que o desenho do início do século XVI nos mostra é um castelo com diversas estruturas e espaços, dos quais se destacavam as duas torres principais. De registar a existência de quatro balcões de mata-cães, formas de defesa que foram adotadas a partir do século XIII, salientando-se também o facto de a entrada principal estar protegida por uma dupla porta. Este castelo apresenta ainda um dos aspetos introduzidos pelos templários, ou seja, o hurdício, “*uma galeria de madeira que coroava as estruturas torreadas, na face*

---

<sup>432</sup> DUARTE DE ARMAS, fl. 87v-88. Ver Anexo 2, Imagens 46 e 47.

*externa dos muros*”, e que seria utilizada neste castelo, como comprova o desenho de Duarte de Armas<sup>433</sup>.

Na planta podemos também identificar os elementos mais recentes, ou seja, um baluarte adossado à torre de menagem e que protegia a entrada visível no lado nordeste do castelo e que Duarte de Armas identifica como “porta falsa”. Os restantes elementos ligados às necessidades da pirobalística são as troneiras cruzetadas, que protegiam as duas entradas principais. Assim sendo, qualquer invasor que conseguisse alcançar a segunda porta existente na entrada principal do castelo, deparava-se com quatro troneiras, de onde os defensores poderiam disparar tiros rasantes e quase à queima-roupa. Do mesmo modo, o baluarte que defendia a porta do lado nordeste contava igualmente com mais quatro troneiras onde se poderiam colocar bocas de fogo de pequeno calibre.

De acordo com a planta do castelo, que assentava na sua maior parte diretamente na penedia, o recinto amuralhado era ocupado por diversas estruturas, residenciais ou de apoio à guarnição e ao alcaide. O carácter residencial de algumas dessas estruturas é visível sobretudo na vista panorâmica do lado oeste, onde se podem avistar várias janelas e, pelo menos, duas chaminés. As torres do castelo também possuíam janelas, com uma na torre localizada no interior do recinto, e cinco na torre de menagem, estando a maior parte localizadas na parte superior da mesma, o que coincide com o facto de esse piso estar normalmente destinado aos alojamentos do alcaide e da sua família<sup>434</sup>.

No início da Guerra da Aclamação, o castelo de Outeiro terá um papel renovado no que diz respeito à defesa daquela parte da fronteira, nomeadamente através da vigilância da estrada que ligava Miranda e Bragança. No entanto, tal como as restantes estruturas defensivas da fronteira, faltavam os apetrechos militares necessários para uma defesa eficaz. Por isso, em 21 de janeiro de 1642, o fronteiro Rui de Alarcão, informava a Câmara de Bragança sobre a vinda de quatro peças de artilharia para a província, indicando que uma delas deveria ir para o castelo de Outeiro<sup>435</sup>. Poucos dias depois, a 29, uma informação do conselho de guerra dava conta que o alcaide e capitão-mor de Outeiro, Nicolau de Sequeira Freire, tinha também requerido “*provimento de armas, monições, gente paga e*

---

<sup>433</sup> Guia de inventário, 2015, p. 11.

<sup>434</sup> Ver Anexo 2, Imagens 48A e 48B.

<sup>435</sup> ALVES, Tomo IX, 2000, p. 124.

*artilharia para defesa da dita fortaleza*”, mas que o fronteiro lhe tinha enviado apenas um barril de pólvora, 3 arrobas de chumbo em pasta e 5 envoltas de murrão, o que era manifestamente insuficiente para a defesa ou para as saídas que se fizessem. As autoridades de Outeiro diziam que a vila ficava tão próxima de Castela que distava do inimigo “*quasi tiro de mosquete*”, fazendo questão em enviar alguém para falar diretamente ao rei, solucionar o problema, e “*mandalas remedear com toda a brevidade antes que entre o verão*”<sup>436</sup>.

Em consulta de 16 de abril de 1642, Rui de Alarcão advertia, mais uma vez, que era necessário acudir à vila de Outeiro, por esta ser “*praça arriscada*”, devido certamente à sua proximidade com a fronteira, queixando-se também que a vila estava sem munições<sup>437</sup>. Para reforçar esta ideia, em outubro e novembro desse mesmo ano, o capitão-mor de Outeiro queixou-se outra vez ao rei que, devido ao estado da praça e à proximidade com Castela era necessário enviar pólvora, munições e artilharia, bem como lá colocar uma companhia de soldados pagos para a sua guarnição, uma vez que lhe tinham enviado apenas 30 homens. Diria ainda que o castelo de Outeiro era mais importante que a praça de Miranda, mas que não podia contar com mais do que uma peça de ferro, 2 barris de pólvora e 80 pelouros, o que era manifestamente insuficiente<sup>438</sup>.

Um outro problema era, sem dúvida, as relações conflituosas que existiam entre o capitão-mor de Outeiro e Rui de Alarcão. Terão sido os atritos entre ambos a levar a que, numa consulta do conselho de guerra, datada de 17 de fevereiro de 1644, o governador das armas indicasse que nomeara para capitão-mor do Outeiro ao capitão João Rodrigues, castelhano, enquanto se devassava sobre Nicolau de Sequeira Freire<sup>439</sup>, acusado de abandonar o castelo sem autorização, mas que, em 1646, continuava a ocupar o cargo<sup>440</sup>.

Para o ano de 1646, também temos conhecimento de um dos soldados que servia no castelo de Outeiro, mais precisamente num registo de óbito datado de 16 de novembro de 1646, quando se registou o falecimento de Simoa Francisca, mulher de André

---

<sup>436</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx.21, mç. 2A, 31.

<sup>437</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 22, mç. 2B, 91.

<sup>438</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 26, mç. 2G, n° 408.

<sup>439</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 29, mç. 4, n° 69.

<sup>440</sup> ALMEIDA, 2012, p. 47.

Fernandes, “*soldado do castello desta villa de Outeiro he natural da villa de Pombeiro*”<sup>441</sup>. No mesmo ano, no dia 21 de outubro, outra notícia sobre a morte de João Monteiro, “*nosso soldado natural desta vila de Outeiro he soldado deste castello da ditta villa*”<sup>442</sup>, levantam um pouco o véu sobre as pessoas que fizeram parte de todo este processo e vivenciaram estas estruturas na primeira mão.

Um dos principais problemas, como sempre, era o estado das estruturas defensivas. Por isso, o rei seria avisado que era necessário fazer muitas obras e reparações no castelo de Outeiro, sugerindo-se que se deveriam continuar as obras das fortificações, que estavam paradas, no mês de janeiro de 1642, mas não se devendo gastar nelas o dinheiro das sisas<sup>443</sup>. O capitão-mor também pediria que lhe dessem autorização para acabar algumas obras que eram necessárias no castelo, dizendo “*que se não se puder por em estado defensável, muito melhor sera arrazalo que estar exposto à vontade do inimigo*”. O problema é que, segundo o capitão de Outeiro, Rui de Alarcão não tratava convenientemente de prover a praça e o castelo, nem a queria ir ver, ficando registado que o fronteiro por lá passava “*sem vir ver nem sequer subir asima*”<sup>444</sup>.

Em 1659, o Conde de Mesquitela ainda defendia, perante o Conselho de Guerra, que era necessário fazer obras no castelo, através dos modelos abaluartados, devendo ser derrubada uma muralha, mas não a do castelo: “*três lados defenderão meias-luas, e o outro a quem vem subindo uns penhascos, uma tenalha*”. Estas seriam as recomendações do governador das armas<sup>445</sup>, mas que nunca devem ter sido postas em prática. A consulta dizia também que a fortificação possuía uma muralha, em forma circular, sem casas no meio. O próprio castelo também não tinha casas no seu interior, apenas existindo a casa do seu governador e algumas que serviam de quartéis<sup>446</sup>. Apesar do teor destes relatórios e pedidos, o facto é que a fortificação não recebeu melhoramentos nas suas estruturas,

---

<sup>441</sup> A.D.B., Paróquia de Outeiro, registo de óbitos, 1640-1669, fl. 3, PBGC26/03/Lv001, Caixa 03.

<sup>442</sup> A.D.B., Paróquia de Outeiro, registo de óbitos, 1640-1669, fl. 2v, PBGC26/03/Lv001, Caixa 03.

<sup>443</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx.21, mç. 2A, 31.

<sup>444</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 26, mç. 26, 408.

<sup>445</sup> ALMEIDA, 2012, p. 51; A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, mç. 19A, cx. 72.

<sup>446</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, 1659, maço 19, “*Rellação das Praças da Raya da Prouinçia de Tras os Montes, do estado de suas fortificaõis da que neçessitam, e os passos do Rio Douro*”, anexa à consulta de 20 de Junho de 1659.

certamente devido à falta de recursos financeiros ou à necessidade de os canalizar para outros setores considerados mais estratégicos.

No século XVIII as estruturas ainda estavam praticamente intactas, mas não encontramos referências a uma participação ativa do castelo de Outeiro nas ações militares da Guerra de Sucessão de Espanha. No entanto, o castelo continuaria a receber os seus alcaides. Em 1706, por exemplo, Outeiro apresentava 80 vizinhos, “*com seu Castello*”, tendo como alcaide-mor o Doutor António de Freitas Branco, do Conselho de Sua Magestade e do da Fazenda Régia<sup>447</sup>. Cerca de 1736, António Rodrigues, natural de Vila Nova, no termo de Torre de D. Chama, seria também enviado como governador do castelo, fazendo guardas e rondas. Este antigo militar tinha combatido na Guerra de Sucessão de Espanha, entrando no exército em 1703, sendo sucessivamente praça de soldado ligeiro, granadeiro, cabo de esquadra, sargento supra e de número, alferes e tenente, tendo também participado no cerco de Badajoz e na batalha de Almanza, sofrendo muito ferimentos e ficando prisioneiro<sup>448</sup>. Em 15 de abril de 1757 seria a vez da nomeação de Alexandre Fragoso de Morais Figueiredo, tenente da cavalaria entretido e agregado ao regimento do coronel Baltazar Ferreira Sarmiento, para o cargo de governador do castelo, com o posto de capitão de cavalaria, que havia vagado por falecimento de Manuel de Morais Faria<sup>449</sup>.

Em 1762, a invasão de Trás-os-Montes pelo exército espanhol comandado pelo Marquês de Sarriá, teria consequências funestas para o castelo de Outeiro. Após a queda de Miranda do Douro, um contingente espanhol iria dirigir-se para Bragança, e, passando por Outeiro de Miranda, acabariam por subir até ao castelo, encontrando-o sem defesa. O castelo que as forças invasoras encontraram fora retratado alguns anos antes, em 1753, por José Monteiro de Carvalho<sup>450</sup>, referindo este autor que as casas do governador e os quartéis dos soldados estavam arruinados. Outros desenhos, certamente copiados do de José Monteiro de Carvalho, referiam que Outeiro ainda poderia comportar uma guarnição de 30 soldados, destacados de Bragança<sup>451</sup>. Por isso, para evitar que alguma força portuguesa

---

<sup>447</sup> COSTA, 1706, p. 505.

<sup>448</sup> A.N.T.T., Conselho da Fazenda, Repartições do Reino, Portarias do Governo (1692-1759), Caixa 244, Maço 1, 06 novembro 1759.

<sup>449</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos (1757), Caixa 366, Maço 116, nº 71.

<sup>450</sup> Ver Anexo 2, Imagens 49A e 49B.

<sup>451</sup> Ver Anexo 2, Imagens 50, 51, 52.

aqui se instalasse, acabando por lhes cortar as linhas de comunicação, ou simplesmente para afirmar o seu poder, os espanhóis acabariam por queimar todas as estruturas em madeira que encontraram, danificando severamente, e de forma irreversível, todo o conjunto<sup>452</sup>. Os espanhóis poderão ainda ter obrigado os habitantes locais a participar nos trabalhos de minagem destinados à demolição do castelo e das muralhas<sup>453</sup>. A extensão das demolições é bem visível numa planta executada por José Maria Cavanha, em 1763<sup>454</sup>, mostrando que pouco ou nada restou.

Mais tarde, num relatório militar de 1840, registava-se que Outeiro estava situada num “*monte isolado em forma de pirâmide cônica truncada com as duas bases mui diferentes em grandeza*”, encontrando-se situado na superior as ruínas do antigo castelo, que os Hespáncios destruirão em 1762”. Para os pressupostos de 1840, o autor do relatório definia que ali se poderia construir uma fortaleza em forma de anfiteatro, ficando as obras mais avançadas comandadas pelas mais interiores, “*e todas comandando simultaneamente a campanha desde o alcance da Artilharia, sem que de parte alguma fossem comandadas*”<sup>455</sup>, o que também nunca seria realizado, permanecendo o castelo em ruína. A passagem do tempo e também a ação humana acabariam por fazer desaparecer a maior parte das estruturas e do material pétreo que as constituíam, pouco restando de visível nos dias de hoje.

### 2.3.5. O castelo de Penas Róias

O castelo de Penas Róias, alcandorado num penhasco de onde desponta a torre de menagem<sup>456</sup>, pertencia aos Templários já no ano de 1145, após a doação do castelo a esta ordem pelo *tenens* de Bragança<sup>457</sup>, Fernão Mendes. Sem referências da arqueologia, apenas a parca documentação e uma epígrafe no lintel da porta de entrada da torre de menagem nos podem esclarecer sobre a evolução da fortificação, pelo menos até ao momento. Por

---

<sup>452</sup> GOMES, 2003, p. 119.

<sup>453</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 101.

<sup>454</sup> Ver Anexo 2, Imagem 53.

<sup>455</sup> PT/AHM/DIV/3/01/07/11.

<sup>456</sup> Ver Anexo 4, Fotografias 29, 30.

<sup>457</sup> BARROCA, 1996/1997, p. 187.



esta inscrição, a construção da mesma torre pode ser situada em 1172<sup>458</sup> ou 1181<sup>459</sup>, quando D. Gualdim Pais governava a Ordem do Templo. A 5 de junho de 1199, os castelos de Penas Róias e de Mogadouro mudariam novamente de mãos, sendo alvo de uma troca entre a Ordem do Templo e o rei D. Sancho I, pela qual este receberia os dois castelos, em troca da cedência de Idanha aos Templários<sup>460</sup>. A obra dos Templários seria provavelmente confinada à construção da torre, dos adarves e das torres flanqueantes do castelo<sup>461</sup>, compondo a base da imagem que nos surge nos desenhos de Duarte de Armas. Do que resta do castelo é ainda visível a torre de menagem, assente num afloramento rochoso, no centro do pátio, acedendo-se à porta de entrada, rasgada no primeiro andar, apenas por escada móvel<sup>462</sup>. O seu modelo segue os dos castelos de Longroiva, Mogadouro ou Soure, onde a Ordem do Templo implementou três inovações fundamentais, ou seja, a torre de menagem, os paramentos com talude e o hurdício<sup>463</sup>.

No final do século XIV, o rei D. João I faria doação dos lugares de Penas Róias e de Bemposta a Rui Gonçalves Alcoforado, por carta de 4 de abril de 1399. O seu filho, Martim Gonçalves Alcoforado (c. 1370-?), pediria a D. Duarte a confirmação da doação, recebendo-a por carta de 21 de janeiro de 1434<sup>464</sup>. Durante a batalha de Alfarrobeira, o alcaide-mor de Penas Róias ainda era o cavaleiro Rui Gonçalves Alcoforado, criado do Conde de Ourém, que iria permanecer no cargo após o desfecho da batalha<sup>465</sup>.

Um documento do século XVIII referia-se aos Alcoforados como vivendo “*tão absolutos como se forão soberanos e independentes opremindo com vexames e exorbitantes violências os vassallos e vezinhos*”, acabando condenados por D. Afonso V a perderem os seus bens e o castelo, que o monarca entregaria a Álvaro Pires de Távora, senhor do Mogadouro, e aos seus descendentes<sup>466</sup>. Por isso, em 1518, a vila de Penas Róias pertencia a Álvaro Pires de Távora, o grande senhor da região no início do século XVI, que

---

<sup>458</sup> Guia de inventário, 2015, p. 10.

<sup>459</sup> BARROCA, 2000, vol. 1, tomo 2, pp. 376-378.

<sup>460</sup> A.N.T.T., Gavetas, Gaveta 7, mç. 3, n° 35.

<sup>461</sup> OLIVEIRA, 2010, p. 402.

<sup>462</sup> BARROCA, 2008-09, p. 224.

<sup>463</sup> Guia de inventário, 2015, p. 10.

<sup>464</sup> Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, volume 1, tomo 1, pp. 279-280, doc. 508.

<sup>465</sup> Chancelarias, D. Afonso V, Lv. 13, fl. 80-80v e Lv 24, fl. 78v; MORENO, 1995, p. 45.

<sup>466</sup> MOURINHO, 2009, p. 196.

passaria ao almoxarife de Torre de Moncorvo, Martinho Sobrinho, um recibo sobre a quantia de 13.966 réis da tença que aqui levava, paga pela sisa da sua vila de Penas Róias<sup>467</sup>. Contudo, apesar da importância e riqueza dos Távoras, o castelo iria cair numa ruína precoce.

De facto, o enviado de D. Manuel I desenhou um castelo que podemos considerar modesto relativamente a outros, onde os muros da fortificação se confundem, em parte, com os rochedos em que assenta o castelo e que o envolvem, com a porta principal virada a sul e a “porta falsa” virada a norte. Outro aspeto importante é o facto de o acesso à torre se fazer a nível elevado, certamente acessíveis através de escadas móveis de madeira, com pelo menos dois pisos acima do nível de acesso, apresentando janelas nas suas quatro faces<sup>468</sup>. Na torre de menagem, Duarte de Armas desenharia ainda o que parecem ser restos da base de hurdícios, ou seja, de estruturas em madeira que completavam as defesas das torres e muralhas, e que se relacionam com os pressupostos da defesa ativa<sup>469</sup>. Tal como no castelo de Algosó, utilizaram a pedra de cor avermelhada, característica da região, para a construção do castelo, e que pode estar também na origem do nome da localidade.

De salientar que o desenho do início do século XVI mostra-nos um castelo com uma muralha bastante degradada, tanto na vista panorâmica do lado norte como na do lado sul, o que reflete certamente a perda precoce da sua importância militar, e mesmo residencial<sup>470</sup>, sendo visível, na zona exterior, uma porta da cerca, aparentemente abandonada, assente na penedia. Do lado norte a ruína da cerca antiga é ainda mais notória, funcionando o paço também como parte do muro.

No caso da planta do castelo<sup>471</sup>, podemos ver claramente que a torre de menagem seguia os padrões dos castelos românicos, situada no interior do recinto, numa lógica de defesa passiva e funcionando como último reduto<sup>472</sup>. Contudo, no início do século XVI, já não deveria possuir qualquer utilidade, nem sequer para residência do seu alcaide, uma vez que não tinha sobrados. A defesa da muralha fazia-se através de duas torres quadrangulares,

---

<sup>467</sup> A.N.T.T., Corpo Cronológico., Parte II, mç. 76, nº 74.

<sup>468</sup> GOMES, 2003, p. 133.

<sup>469</sup> BARROCA, 2003, p.117

<sup>470</sup> Ver Anexo 2, Imagens 54 e 55.

<sup>471</sup> Ver Anexo 2, Imagens 58A e 58B.

<sup>472</sup> BARROCA, 2003, p. 112.

que vigiavam e protegiam o espaço de acesso ao interior do castelo e ao antigo núcleo urbano, no lado sul<sup>473</sup>, e por dois cubelos que vigiavam o acesso à outra porta que se abria para o exterior do castelo, pelo este. Hoje em dia são apenas visíveis vestígios dos dois pequenos torreões redondos e a torre de menagem.

No início do século XVI, este continuava a ser um lugar modesto, com o recinto amuralhado completamente deserto, restando apenas a memória do núcleo urbano primitivo, registado como “*villa*”. O novo povoado encontrava-se inteiramente fora dos muros e um pouco afastado do castelo, e era constituído por um casario de estruturas de coberturas de colmo<sup>474</sup>, ou com o que parece ser lajes de xisto, e uma igreja, o único edifício com telhado. As casas eram todas térreas, indiciando a escassez de recursos da população e a modéstia do lugar. Relativamente às estruturas defensivas, não surgiram, portanto, adaptações às novas exigências de defesa dos séculos XV e XVI, uma vez que não possuía estruturas preparadas para receber artilharia, subsistindo apenas as soluções mais antigas.

Nas centúrias seguintes, poucas são as notícias que este castelo produz de interesse para as instituições militares, não sendo considerado como válido, ou sequer mencionado, no decurso dos conflitos dos séculos XVII e XVIII. Em 1706, por exemplo, refere-se apenas que Penas Róias era uma povoação de 70 vizinhos com “*hum Castello de fabrica antiga*”<sup>475</sup>, nada mais havendo a dizer. Cerca de 1741, seria também mencionada como “*povoação antiga, que o demonstra a fabrica dos vestígios do castello*”, continuando com 70 vizinhos<sup>476</sup>. Em 1788, Penas Róias ainda pertencia ao comendador da comenda de São Mamede da vila de Mogadouro. Por esta altura, os documentos referiam-se a Penas Róias como “*vila piquena, mas antiga com um castelo situado sobre seixos e fragosos penhascos tao inconquistavel que suposto o tempo e o descuido lhes demoliu os muros (...). Tem duas deficultosas entradas hua a Oriente e outra ao meio dia; conserva-se ainda apesar dos tempos na maior fragosidade. Hua torre Coadrada na porta da goal se vê hua cruz em forma de Comenda*”<sup>477</sup>. Finalmente, em 1796, apenas se diria que “*tem hum castello de*

---

<sup>473</sup> Ver Anexo 2, Imagens 56 e 57.

<sup>474</sup> GOMES, 2003, p. 133.

<sup>475</sup> COSTA, 1706, p. 494.

<sup>476</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 65, disponível em «bdh.bne.es».

<sup>477</sup> MOURINHO, 2009, pp. 195-196.

*fabrica antiga, arruinado*”<sup>478</sup>, sem qualquer outra menção de destaque, cáindo inevitavelmente numa profunda ruína e quase completo desaparecimento, a que apenas a torre de menagem e uma parte dos cubelos escapou, constituindo atualmente os únicos vestígios visíveis<sup>479</sup>.

### 2.3.6. O castelo de Vimioso

Ao longo da Idade Média, Vimioso era um pequeno lugar, aparentemente sem interesse militar, tendo em conta a ausência de referências durante as ações militares que envolveram Portugal e Leão / Castela, entre os séculos XII e XIV. No entanto, seria alvo de várias doações e trocas, passando por diversos senhorios, o que atesta, pelo menos, a sua importância económica. Uma das mais antigas referências a Vimioso encontra-se precisamente numa carta de escambo feita por D. Sancho I, datada de 10 de setembro de 1186. Neste documento, o rei fazia uma troca com Rodrigo Bufino, recebendo a vila de Vimioso, no termo de Miranda, em troca de uma herdade em Ledra, chamada Cernadela<sup>480</sup>.

De acordo com Ferreira de Castro, o senhorio de Vimioso teria sido oferecido, em 1192, a Martim Vasques, pelos serviços prestados contra os Muçulmanos, tornando-o fronteiro-mor de Vimioso, podendo esta doação relacionar-se com a menção que Ferreira de Castro faz sobre as armas da vila: “*o que pude sim descobrir, he que esta villa teve por armas = hum cavaleiro armado com hua lança na mão direita, e na esquerda a cabeça de hum mouro; tudo em campo azul*”<sup>481</sup>.

Pouco tempo depois, em agosto de 1196, Vimioso seria doada a D. Fernando Fernandes, “*tenens*” de Bragança, e a sua mulher, D. Maria Pires, novamente por D. Sancho I, em satisfação da herdade que o rei de Leão lhe tinha tomado “*per respeito del Rey de Portugall*”, o que significa que o nobre em causa se tinha colocado certamente ao lado do rei português, logo no início do conflito que opôs Portugal e Leão, entre 1196 e 1199. Esta vila, aqui denominada “*Vimioso*”, era doada “*atque possideatis iure hereditario im*

---

<sup>478</sup> MENDES, 1995, p. 213.

<sup>479</sup> Ver Anexo 2, Imagens 59A e 59B.

<sup>480</sup> A.N.T.T., Gavetas, Gaveta 11, mç. 6, n.º 18; Leitura Nova, Lv. 41; Direitos Reais, Lv. 2, fl. 283.

<sup>481</sup> CASTRO, António Ferreira de – Notícias geográficas e históricas de Portugal, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 57v, disponível em «bdh.bne.es».

*perpetuum*”, pelos bons serviços prestados à fação portuguesa<sup>482</sup>. Já no século XIII, o senhorio de Vimioso teria sido dado por D. Afonso III a João Vasques Antas, por volta de 1242<sup>483</sup>.

No início do século XV, Estêvão Eanes, morador em Bragança, receberia a “*aldeia*” de Vimioso das mãos de D. João I, em carta datada de 23 de outubro de 1386, “*pera el e pera todos seus filhos e netos e descendentes lídimos*”, recebendo toda a jurisdição cível e crime, reservando-se para o rei a correição e alçadas com todas as suas rendas, direitos e pertenças. A 16 de maio de 1416, Vimioso iria novamente mudar de mãos, sendo entregue a João Mendes de Bragança<sup>484</sup>, que veria a sua posse confirmada em 30 de dezembro de 1435, por D. Duarte<sup>485</sup>, voltando a ser confirmada mais tarde, por carta de D. Afonso V. Finalmente, com D. João II, a 11 de janeiro de 1482<sup>486</sup>, Vimioso seria confirmada ao filho deste, Estêvão Mendes<sup>487</sup>.

Por esta altura, outras questões políticas ou familiares fizeram surgir mais um nome. No início de 1480, mais precisamente a 8 de fevereiro, D. Afonso V iria entregar Vimioso, por algum tempo, a Gonçalo Rodrigues de Castanheda, fidalgo da Casa Real, dizendo que a posse do lugar não tinha sido confirmada pelos interessados e que, tal como estava estipulado, Vimioso regressava à Coroa e, desta forma, poderia ser alvo de uma nova mercê<sup>488</sup>, situação que certamente causou perturbação nos poderes locais, e que seria regularizada, como vimos, em janeiro de 1482, com o regresso de Vimioso à posse de Estêvão Mendes.

Ferreira de Castro indicaria ainda que o senhorio de Vimioso ficaria vago com a morte de Mendo Afonso Antas, passando para a posse da Coroa, por não existir sucessão, por volta de 1476, quando D. Afonso V e o Príncipe D. João se encontravam em Toro. Estes dariam o mesmo senhorio a D. Luís de Portugal, criado do Príncipe, doação renovada

---

<sup>482</sup> A.N.T.T., Gavetas, Gaveta 3, mç. 7, nº 2; Leitura Nova, Lv. 35; Místicos, Lv. 6, fl. 24.

<sup>483</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 244.

<sup>484</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 452. Ver Anexo 5, Documento 1.

<sup>485</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Duarte, Lv. 1, 1433/1438, fl. 174.

<sup>486</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Lv. 6, 1482/1496, fl. 6-6v.

<sup>487</sup> A.N.T.T., Leitura Nova, Lv. 3 de Além-Douro, fl. 146v-147v.

<sup>488</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Lv. 26, 1438/1481, fl. 25.

no seu filho por D. Manuel I, em 1504<sup>489</sup>. O assunto seria referido numa carta régia datada de 9 de março de 1510, onde podemos ler que “*em respeito aas pessoas que nella [vila de Vimioso] vivem e aho crescimento em que vay depois que se tornou a nos e aha coroa de nossos regnos*”, por razão do falecimento de Estevão Mendes e de seu filho, que estavam na sua posse, “*e pera que tenha mais razam de se povoar*”, D. Manuel I faria de Vimioso vila realenga, “*pera todo sempre*”<sup>490</sup>.

Um pouco mais tarde, a importância ou, pelo menos, o simbolismo, de Vimioso seria atestada pela sua doação a D. Francisco de Portugal por D. Manuel I, com todo o seu termo e jurisdição cível e crime, ficando reservada para o rei a alçada e a correição, por carta de 3 de fevereiro de 1515<sup>491</sup>. D. Francisco, seria também nomeado Conde da vila de Vimioso, em 1515, pelos serviços prestados pelo seu pai, D. Afonso, Bispo de Évora e primo de D. Manuel I, e pelo seu casamento com Dona Joana de Vilhena, filha de um outro primo do rei, D. Álvaro, já falecido<sup>492</sup>.

Foram os senhores de Vimioso que certamente construíram a torre que mais tarde seria incorporada na fortaleza “moderna”, embora não se conheça a data da sua construção. Dispondo dos componentes de uma casa-torre, serviria como residência destes senhores, mas também como centro da sua administração sobre os territórios que dominavam. No entanto, durante toda a Idade Média, as notícias sobre a torre de Vimioso são praticamente inexistentes. Apenas António Ferreira de Castro, cerca de 1741, nos oferece uma teoria sobre a origem da torre. Vejamos: “*Expulsados já os mouros destas partes a que comcorreu o conde Henrique, pelo falecimento deste, cazou segunda vez sua mulher a condessa D. Tareja com D. fernando comde de Trastamara, passando estes (...) a vezitar seu sobrinho Rey de Castella e de Leão 7º D. Affonso, que se achava em Zamora, passando por esta villa virão a miserável consternação em que se achava e havião deixado aquelles cruéis, a mandarão reedificar, e povoar, e derão principio a Torre do Castello; que depois El Rey D. Sancho o 1º a que por antonomásia chamarão o povoador, que so findou a torre,*

---

<sup>489</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 57v-58, disponível em «bdh.bne.es»; ALVES, 2002, p. 245.

<sup>490</sup> A.N.T.T., *Leitura Nova*, Além Douro, Lv. 5, LXXII.

<sup>491</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 24, fl. 12v.

<sup>492</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 24, fl. 12v; Lv. 25, fl. 127v; Lv. 25, fl. 133; ALVES, Tomo IV, 2000, p. 451.

*mandou fazer os cubos e os Rebellins do Castello, mas fes povoar a villa dando-lhe os foros, e privilegio de villa, dando o senhorio della a Martim Vasquez da sua casa dandolho com o titullo de Fronteiro Mor de Vimiozo*”<sup>493</sup>. Neste caso, a torre teria sido concluída no reinado de D. Sancho I, algures entre o final do século XII e o início do século XIII, o que terá de ser confirmado através de outras fontes, nomeadamente documentais ou arqueológicas. Podemos também salientar que esta torre representava a tipologia mais comum na época da estruturação das “terras”, quando uma simples torre ou um pequeno circuito amuralhado prefiguravam os poderes emergentes<sup>494</sup>. Contudo, se a sua construção foi realizada apenas por vontade dos senhores locais, certamente se reportará ao período anterior a D. Dinis, uma vez que, a partir deste reinado, estas torres teriam de ser autorizadas pelo poder real.

A torre deveria inserir-se na categoria das casas-torre, uma vez que algumas características lhe conferem esse carácter de habitação senhorial, como a porta e as janelas abertas nos andares superiores, nomeadamente junto ao telhado<sup>495</sup>. É certo que a construção de casas-torre, ou “*domus fortis*”, em Portugal, remonta ao século XII<sup>496</sup>, embora estas torres não tivessem apenas o cariz militar ou de fortificação plena, funcionando muitas apenas como simples paços<sup>497</sup>, sobretudo no espaço rural. Estas residências serviam principalmente os interesses das linhagens de segundo plano, como acontecia no caso de Vimioso, e a sua proliferação era já controlada no tempo de D. Sancho I, chegando este monarca a ordenar a destruição de várias torres, nomeadamente por terem sido construídas em terras do rei<sup>498</sup>. Um segundo momento de grande difusão das casas fortificadas foi o segundo quartel do século XIII, nomeadamente durante o reinado de D. Sancho II, que culminou num período de anarquia e de guerra civil, sobretudo entre 1238 e 1248<sup>499</sup>, até que D. Afonso III e D. Dinis começaram a impor limites aos abusos da nobreza, nomeadamente através da imposição do “*ius crenelandi*”.

---

<sup>493</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 56v-57, disponível em «bdh.bne.es».

<sup>494</sup> GOMES, 2003, p. 53.

<sup>495</sup> ALMEIDA, 2012, p. 34.

<sup>496</sup> BARROCA, 1997, p. 43.

<sup>497</sup> BARROCA, 1997, p. 49.

<sup>498</sup> BARROCA, 1997, p. 55.

<sup>499</sup> BARROCA, 1997, p. 84.

Nestas construções, o caráter militar reforçava-se quando se colocavam ameias, sendo que “o valor atribuído na Baixa Idade Média à ameia ou merlão veio conferir uma enorme carga simbólica a este elemento arquitectónico, elevando-o a sinónimo de construção régia ou nobilitada”<sup>500</sup>. O facto é que a torre de Vimioso não teria grande capacidade militar por si só, podendo servir apenas como mero elemento de ostentação e residência senhorial. Contudo, o facto de serem referidos, no texto da compra da torre por D. João II, datado de 1493, um fosso e um muro de proteção do espaço envolvente da estrutura, faz com que esta apresentasse maiores argumentos de defesa, podendo ser, deste modo, considerada fortificada, antes mesmo da construção da fortaleza “moderna”. A compra abrangia “a dita torre com sua barreyra e cava e chaaos d’arredor”<sup>501</sup>, o que confirma a existência de estruturas defensivas externas, complementares à torre. Pensamos que a barreira mencionada no documento de compra ainda se encontrava visível na altura da visita de Duarte de Armas, uma vez que, no seu desenho, podemos visualizar um muro que rodeia a torre de menagem, com uma torre circular, telhada, e outra semicircular, a que Duarte de Armas denomina “barreyra quebrada”. O facto de, na planta desenhada pelo mesmo autor não se encontrar qualquer menção a esta barreira, nem em qualquer outro desenho posterior da fortaleza de Vimioso, leva-nos a crer que a mesma estaria já desativada, tendo sido mesmo demolida uma parte, ou a totalidade da estrutura, para permitir a construção da nova fortaleza. O conjunto seria completado por uma “cava” ou fosso, elemento que já não figura na representação de Duarte de Armas, o que pode indicar que o mesmo teria sido atulhado aquando da construção da fortaleza.

A existência de ameias a coroarem a torre também reforça o seu papel militar, tal como referido anteriormente, bem como o facto de a porta de acesso estar rasgada no primeiro andar e não no rés-do-chão, como nas estruturas civis<sup>502</sup>, confirmando o perfil de “afortalezada”. Este é um dos sinais que atestam a medievalidade da torre, encontrando-se a entrada ao nível do adarve e não mais abaixo, de acordo com o desenho de Duarte de

---

<sup>500</sup> BARROCA, 1997, p. 61.

<sup>501</sup> A.N.T.T., Leitura Nova, Livro 1 dos Direitos Reais, fl. 188, MF. 1.020.

<sup>502</sup> BARROCA, 1997, p. 66.



Armas, situação que oferecia maior segurança em caso de ataque<sup>503</sup>, e que surgira também no caso do castelo de Penas Róias, como referido anteriormente.

Tal como na maior parte das torres medievais, o rés-do-chão serviria como celeiro ou arrecadação, podendo apresentar, a partir do primeiro andar, 3 ou 4 pisos sobradados<sup>504</sup>. O seu carácter residencial é atestado, pelo menos, pelas duas janelas quadrangulares que o desenho de Duarte de Armas nos mostra, mais amplas do que as habituais frestas das torres românicas, e pela cobertura telhada que deveria oferecer maior conforto e proteção ao interior da estrutura. As janelas correspondiam certamente ao andar residencial, localizado num dos últimos pisos, servindo de “câmara”, e onde dormia o senhor e a sua família. As janelas localizavam-se em dois lados diferentes da torre, em frente uma da outra, certamente para aumentar a capacidade de iluminar o espaço interior. O piso mais próximo da entrada deveria servir como sala, espaço de refeições e de receção<sup>505</sup>.

De qualquer das formas, até ao fim do reinado de D. João II, a torre seria certamente a estrutura que mais se destacava nas proximidades do núcleo urbano da vila de Vimioso, localizada na periferia da vila, numa pequena colina, e que, no final do século XV, seria incorporada no castelo propriamente dito, adotando o papel de torre de menagem da nova fortificação<sup>506</sup>.

Esta estrutura defensiva seria adquirida por D. João II, em 1493, sendo a compra efetuada pelo vedor da fazenda régia, D. Martinho de Castelo Branco, como representante do monarca, a Beatriz Feijó, viúva de Mendo Afonso<sup>507</sup>, anterior senhor de Vimioso, ou “*homem que foi do Vimioso*”, e a seus filhos. A torre seria comprada por D. João II, “*por que compre a nosso serviço e bem de nossos regnos avermos pera nos a dita torre pera hy mamdarmos fazer huuma fortalleza pera deffensam do dito lugar e comarca d’arredor*”. O contrato abrangia “*a dita torre com sua barreyra e cava e chaaos d’arredor*”, afirmando-se, mais uma vez, que o objetivo seria o de “*hi aver mais de fortalleçer e fazer neella huua booa fortelleza*”<sup>508</sup>, decorrendo o processo de compra entre 29 de julho e 19 de agosto de

---

<sup>503</sup> ALMEIDA, 2012, p. 34.

<sup>504</sup> BARROCA, 1997, p. 66.

<sup>505</sup> BARROCA, 1997, p. 71.

<sup>506</sup> ALMEIDA, 2012, p. 31.

<sup>507</sup> Mendo Afonso de Antas, nasceu cerca de 1465 e morreu cerca de 1495. Casaria com Beatriz Feijó. Era filho de Baltazar Mendes e de Leonor Mendes de Antas.

<sup>508</sup> A.N.T.T., Leitura Nova, Livro 1 dos Direitos Reais, fl. 188, MF. 1.020. Ver Anexo 5, Documento 4.

1493, na vila de Torres Vedras, com a presença de Gonçalo Vaz, escudeiro e morador em Vimioso, como procurador de Beatriz Feijó, e de Gonçalo Mendes, abade de Vimioso, na figura de tutor dos filhos de Mendo Afonso.

A compensação régia pela compra seria bastante razoável. A 10 de maio de 1496, com a referência a um diploma anterior, datado de 20 de agosto de 1495, Beatriz Feijó iria receber pela sua metade da torre uma tença vitalícia de 6.000 reais anuais, a receber através do almoxarifado de Torre de Moncorvo, enquanto que aos seus filhos era destinada a soma de 60.000 reais, em “*dinheiro contado*”, pela outra metade da torre. Cada uma das suas filhas iria receber uma ajuda de casamento, o que seria considerado “*em favor e proveyto*” dos filhos de Mendo Afonso, que da torre não tiravam qualquer tipo de renda, o que significa que também já não a utilizavam como residência ou para qualquer outra finalidade. Os 60.000 reais eram entregues ao tutor dos filhos de Beatriz Feijó, prometendo-lhes também ajuda no casamento de cada um deles<sup>509</sup>. Os seus filhos também seriam nomeados posteriormente na documentação, nomeadamente Álvaro Mendes, cavaleiro da Casa Real, por carta de 3 de março de 1521, a quem seria dada tença anual de 6.000 reais, a contar de janeiro de 1521, substituindo sua mãe Beatriz Feijó, “*mulher que foi de Mem Afonso senhor do Vimioso*”, pela “*sua metade da Torre do dito lugar que lhe pertencia e o rei comprou*”. Beatriz Feijó havia renunciado no seu filho “*por um publico instrumento de renunciação*”, feito e assinado pelo tabelião Afonso Galego, de Vimioso, a 28 de novembro, tendo a questão sido assentada no almoxarifado de Torre de Moncorvo<sup>510</sup>.

O castelo que seria construído teria uma planta subquadrangular, com torres circulares nos ângulos, seguindo certamente o esquema do castelo da Amieira ou mesmo de Miranda<sup>511</sup>. Foi precisamente este castelo que Duarte de Armas encontrou, em 1509. O castelo apresentava-se quadrangular, com três torreões circulares e a torre, agora de menagem, quadrangular e telhada. A muralha seria construída com duas linhas de troneiras, uma ao nível do solo e outra ao nível das ameias. Do lado noroeste era ainda visível a barreira quebrada, com uma torre circular telhada, certamente os restos da antiga estrutura que defendia a torre comprada por D. João II. As obras devem ter começado logo em 1494,

---

<sup>509</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 34, fl. 35v. Ver Anexo 5, Documento 5.

<sup>510</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 39, fl. 17v.

<sup>511</sup> Guia de inventário, 2015, p. 18.

definindo um “*um modelo de formas geométricas regulares, dotado de bastiões ou cubelos redondos nos ângulos e de esplanadas ao longo das muralhas*”<sup>512</sup>.

A sua construção deve ter sido bastante célere, uma vez que a constituição do couto de homiziados, em 1494, preconizava já a organização de uma guarnição para o castelo e, certamente, a construção, num curto espaço de tempo, das estruturas defensivas necessárias para a sua proteção<sup>513</sup>. A construção do “castelo” também levou à nomeação de um alcaide-mor, neste caso Gonçalo Vaz do Rego, morador em Vimioso e membro da elite local, e que surge na documentação como cavaleiro da Casa Real e criado de Álvaro Pires de Távora, o que reforça a ideia da existência de redes familiares e clientelares nas questões militares<sup>514</sup>, sobretudo nesta região.

Em 28 de março de 1496, Gonçalo Vaz receberia a mercê do cargo de encarregado da fortaleza de Vimioso e de alcaide-mor do castelo<sup>515</sup>, com um padrão de 3.000 reais de tença anual, para toda a sua vida, confirmado por mercê de 4 de janeiro de 1498<sup>516</sup>. No mesmo ano de 1496, receberia igualmente a confirmação da mercê do cargo de alcaide das sacas na vila de Vimioso e no seu termo, tal como a tinha recebido de D. João II<sup>517</sup>. Curioso que João Teixeira de Macedo, do Conselho Real, possuía as rendas de Vimioso, mas o rei iria ordenar-lhe, a 20 de novembro de 1497, que não fosse à vila mais que 6 vezes por ano, não podendo demorar-se em cada estadia mais de 8 dias. Isto seria, porventura, para que não lhe acontecesse nada de mal, nem a ele nem ao alcaide-mor Gonçalo Vaz<sup>518</sup>. A atividade do novo alcaide-mor, no entanto, não se centrava apenas na alcaidaria, porque, em 14 de março de 1508, atendendo ao facto de o alcaide “*fazer e acrescentar umas suas casas sitas no dito lugar*” de Vimioso, para servirem de estalagem, o rei concedeu-lhe também o privilégio de estalajadeiro<sup>519</sup>. O cargo de alcaide-mor da vila de Vimioso seria depois dado a João do Rego, filho de Gonçalo Vaz de Rego e seu natural substituto,

---

<sup>512</sup> GOMES, 2003, p. 91.

<sup>513</sup> Ver Anexo 2, Imagens 60 e 61.

<sup>514</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv 34, fl. 35.

<sup>515</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 26, 120v.

<sup>516</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 31, 98v.

<sup>517</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 32, 141v.

<sup>518</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, lv. 28, fl. 50.

<sup>519</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 5, fl.7.

escudeiro do Duque de Bragança<sup>520</sup> e cavaleiro da Casa Real por mercê de 10 de outubro de 1519<sup>521</sup>. O ofício de alcaide-mor seria renovado na sua pessoa por mercê datada de 10 de outubro de 1519, “*da maneira que seu pai Gonçalo Vaz do Rego tinha*”<sup>522</sup>. João do Rego recebia, desde 1482, um padroado de 4.000 réis<sup>523</sup>, bem como uma tença anual de 7.000 réis, como indica também uma provisão datada de 8 de janeiro de 1524<sup>524</sup>. Mas também receberia mercês mais modestas, como a mercê de 28 de junho de 1514, que consistia numa horta, um lameiro e uma vinha velha, situadas em Vimioso, e que pertenciam ao seu avô, Estêvão Mendes<sup>525</sup>.

Gonçalo Vaz do Rego, transformado em encarregado da nova fortaleza e alcaide-mor do castelo, em 1496, apresentaria a D. Manuel I uma carta do monarca anterior, na qual se dizia que o couto de homiziados era necessário para “*a nossa torre do Vimioso*”, permitindo a colocação de 20 homiziados para viverem em Vimioso, obrigados a permanecerem na vila e a sair apenas com autorização dos juízes do couto, que lhes poderiam conceder licenças de 12 meses para irem “*negociar suas cousas*” noutras partes do Reino, exceto nos locais onde tinham cometido crimes.

O novo alcaide-mor apresentaria ainda uma carta de D. João II, onde este monarca se referia ainda à “*torre do Vimioso*”, dizendo que “*fazemos couto a nossa torre do Vimioso com esta declaração que atee vinte homiziados de quaisquer malefícios em que sejam culpados possam viver em o dito castello e estem ahy acoutados e não sejam presos nem tirados do dito couto*”<sup>526</sup>. Gonçalo Vaz pediria a D. Manuel I a confirmação desta carta, o que foi concedido a 27 de fevereiro e a 9 de maio de 1496<sup>527</sup>, reafirmando o rei que “*fazemos couto a nossa Torre do Vimioso, com esta declaração que atee vinte homiziados, de quaisquer malefícios em que sejam culpados possam viver em o dito Castello e estar ahy acoutados e não sejam presos nem tirados do dito Couto pelos ditos malefícios (...) os*

---

<sup>520</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 1, fl. 60.

<sup>521</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 36, 108v.

<sup>522</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 36, fl. 108v.

<sup>523</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Lv. 6, fl. 11.

<sup>524</sup> A.N.T.T., Corpo Cronológico, parte II, mç. 112, nº 140.

<sup>525</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 24, 65v.

<sup>526</sup> ALVES, Tomo IV, 2000, 449; ALVES, 2002, p. 404.

<sup>527</sup> ALVES, 2002, pp. 404-405.

*quaes homiziados atee o dito Couto não sejam colhidos per Gonçalo Vaaz nosso alcaide moor do dito Castello*<sup>528</sup>.

Esta informação é extremamente importante, se pensarmos que, nesta fase, não existiam quaisquer estruturas dentro do recinto amuralhado, o que nos leva a crer que os 20 homiziados estavam destinados a viverem na torre, que deveria, por isso, ter espaço e as condições mínimas para tal ser exequível, distribuindo-se a guarnição e os elementos necessários à sua manutenção pelos quatro pisos da torre, referidos nos apontamentos de Duarte de Armas. O mesmo Gonçalo Vaz do Rego iria receber também a confirmação do privilégio de couto para Torre de Moncorvo, autorizando o rei a viver no castelo outros vinte homiziados, por carta de 9 de maio de 1496<sup>529</sup>.

No entanto, a construção da nova fortaleza tem contornos variados, que levaram à necessidade concreta do reforço da defesa militar na fronteira mirandesa. A construção deste castelo surgiu, então, para completar a linha defensiva da fronteira que começava em Bragança, passava por Outeiro, e terminava em Miranda do Douro, acompanhando as principais vias de comunicação entre Miranda e Bragança. É certo que a tensão entre os dois reinos foi evidente durante o reinado de D. João II, situação que se iria prolongar no reinado seguinte. Esta tensão entre Portugal e Castela fundamentava-se sobretudo nas problemáticas relacionadas com as terras recém-descobertas a Ocidente por Colombo, o acesso às terras asiáticas, já no reinado de D. Manuel I, ou mesmo a participação na geopolítica europeia da época. Por isso, a preocupação com a defesa da região e a consequente transformação da torre senhorial de Vimioso em fortaleza podem estar, direta ou indiretamente, ligadas à tensão vivida entre Portugal e Castela, sobretudo no período de 1493-94, quando uma série de fatores fomentaram um estado de quase guerra, tais como as descobertas de Cristóvão Colombo e as suspeitas de que D. João II enviara secretamente uma expedição para reconhecer as mesmas ilhas. D. João II, seria inclusivamente acusado por Castela de violar o Tratado de Alcáçovas ao construir várias fortificações na fronteira, incluindo, como é óbvio, a de Vimioso<sup>530</sup>.

---

<sup>528</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 404.

<sup>529</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 34, 29v.

<sup>530</sup> SOYER, 2013, p. 174.

Para além destes fatores, um outro acontecimento levou a que determinadas partes da raia concentrassem a atenção de D. João II: a ordem de expulsão de todos os judeus de Castela, firmada em 30 de março de 1492 pelos reis católicos, e que causou uma onda de agitação que alcançou, inevitavelmente, Portugal. Contudo, em Portugal, a relação entre cristãos e judeus também não era pautada pela estabilidade. De facto, esta relação tinha-se agravado já na década de 1480, acusando-se os judeus de serem burlões e de levarem as fazendas dos cristãos. Apesar de tudo, D. João II iria favorecer a entrada dos judeus em Portugal, aquando da sua expulsão, criando a oposição das próprias comunidades locais, que se recusavam a receber estes elementos. D. Manuel I iria continuar com esta política, pelo menos no início do seu reinado, dando a liberdade aos que não tinham saído do reino no prazo estipulado pelo seu antecessor. O casamento de D. Manuel com a filha dos Reis Católicos iria mudar tudo, estipulando-se agora uma data para a saída dos judeus de Portugal, marcada para os fins de outubro de 1497. A violência perpetrada contra os cristãos-novos, em Lisboa, em abril de 1506, marcaria o climax de um sentimento antijudaico que exalava de grande parte da população, em todo o território<sup>531</sup>.

O facto é que a pressão dos judeus castelhanos para entrarem em Portugal foi enorme, o que já não seria novidade em 1492, e que o maior fluxo de refugiados teria escolhido a raia mirandesa para entrar em Portugal. Para que o rei português facilitasse a fuga de Castela, os representantes das comunidades judaicas, ofereceram uma soma avultada em dinheiro, conseguindo que D. João II permitisse a entrada de 600 famílias, em finais de julho de 1492, com a condição, no entanto, de a maior parte sair de Portugal no prazo de oito meses. Os judeus que viviam já em Trás-os-Montes viviam em comunas, como as de Bragança, Mogadouro, Monforte e Chaves. As perseguições que se fizeram sentir em Castela tinham já levado milhares a fugir para Portugal, uma vez que apenas com D. Duarte a sua situação iria piorar em Portugal. A sua expulsão pelos reis católicos, em 1492, apenas viria a aumentar o seu número em Portugal, estimando-se que o édito de 1491 teria obrigado à saída forçada de mais de 150.000 judeus, a maior parte para Portugal<sup>532</sup>. De acordo com o testemunho do cura de Los Palacios, os judeus começaram a sair de

---

<sup>531</sup> MORENO, 1985, pp. 86-87.

<sup>532</sup> MARTINS, 2006, pp. 121, 130.

Castela em julho de 1492, entrando 3.000 por Bragança, partindo de Benavente, e 30.000 por Miranda do Douro, provenientes de Zamora<sup>533</sup>. Estes números difeririam de outras fontes, exceto no que concerne a Bragança, afirmando-se que o monarca português permitia a entrada impondo determinados cruzados por cabeça, e que apenas poderiam aqui permanecer por um período de oito meses, sabendo que a determinadas famílias abastadas, seria possível permanecerem em Portugal, mediante avultados pagamentos à Coroa portuguesa. Damião de Góis falaria inclusivamente em mais de 20.000 famílias a entrar em Portugal, enquanto o cronista Andrés Bernaldéz apontaria para 93.000 indivíduos, fazendo 3.000 sair de Benavente e entrar por Bragança, enquanto 30.000 teriam saído de Zamora, entrando depois por Miranda do Douro, enquanto os restantes teriam entrado por Vilar Formoso, Marvão e Elvas<sup>534</sup>, números certamente mais fiáveis do que os apresentados por Martins Pereira, em 1908, que apontava para 80.000 judeus a entrarem em Portugal nesta altura.

Para controlar esta verdadeira enchente, D. João II nomearia funcionários para cobrarem o imposto de entrada aos judeus castelhanos, somando 8 cruzados por cabeça, mas durante a estadia, os judeus continuavam a ser obrigados a possuírem licenças e recibos das taxas pagas, para que a fiscalidade ficasse em dia. Os judeus não podiam dirigir-se às cidades principais sem licença régia especial, pelo que a maior parte permaneceu alojada em verdadeiros campos de “refugiados”, perto da fronteira, situando-se um perto de Vila Flor e o outro no Vale de Cabanas, entre Caçarelhos e Vimioso<sup>535</sup>, sendo aqui que, durante três anos, muitos judeus castelhanos viveram, antes de se estabelecerem de forma definitiva em várias povoações da região, tais como Vimioso, Argozelo ou Carção<sup>536</sup>. Miranda do Douro receberia também bastantes judeus, contabilizando-se, por volta de 1493, entre 4.000 e 5.000 judeus a viver na cidade<sup>537</sup>.

Isto significa que a compra da torre de Mendo Afonso por D. João II, em 1493, coincidiu, de forma clara, com a entrada massiva de judeus castelhanos em Portugal, nomeadamente por esta parte específica da fronteira portuguesa. A construção da fortaleza,

---

<sup>533</sup> MORENO, 1985, pp. 151-152.

<sup>534</sup> SOYER, 2013, pp. 130-131. Ver Anexo 5, Documento 3.

<sup>535</sup> SOYER, 2013, p. 138.

<sup>536</sup> PEREIRA, 1908, pp. 205-206.

<sup>537</sup> SOYER, 2013, p. 139.

logo a seguir a esta compra, e de forma bastante célere, poderá revelar a urgência de D. João II em procurar controlar de forma efetiva toda esta gente, através da construção de uma fortaleza em local próximo de um dos acampamentos temporários mais importantes, conhecido ainda hoje como o lugar das “Cabanas”. De facto, a construção da fortaleza de Vimioso permitiria o alojamento de uma guarnição que poderia servir de acompanhamento de proximidade e de contingente de vigilância desta massa humana, mas também de afirmação do poder do rei português nesta parte da fronteira, perante a presença destes “refugiados” castelhanos.

A nova fortaleza adossava-se à torre medieval pré-existente, e era constituída por uma estrutura de pequenas dimensões, subquadrangular. A torre medieval ainda era acompanhada por estruturas de defesa exteriores, que depois desaparecem nos desenhos e plantas posteriores, denominadas genericamente como “barreira quebrada”<sup>538</sup>. A torre, convertida em torre de menagem, estava situada junto da única porta de acesso ao recinto, não existindo no seu interior qualquer tipo de construção. A proteção exterior da torre, visível nos desenhos panorâmicos, não se encontra aqui retratada. Nesses mesmos desenhos, a barreira é designada como “quebrada”, o que indicia tratar-se de uma estrutura anterior aos novos muros, já sem uso, e não muros em construção, como já foi referido. Em frente à soleira da porta foi encontrado pela intervenção arqueológica um fosso escavado<sup>539</sup>, o que poderá certificar a existência da “cava” que defendia a torre e que já existia antes de 1493, mas que não surge representada nas vistas panorâmicas de Duarte de Armas, facto que indicia uma requalificação da área envolvente à torre, na qual se poderia ter soterrado o fosso antigo para permitir a construção dos novos panos de muralhas, adossados agora à estrutura mais antiga.

A porta de entrada estaria devidamente protegida por um largo, curto e fundo fosso, aberto no xisto, com 2 metros de largura e 1,5 metros de profundidade. Brochado de Almeida considera que este fosso apenas foi escavado em frente da porta, “*o que pressupõe ter havido uma ponte levadiça de madeira para o transpor*”<sup>540</sup>. Contudo, este elemento não surge no desenho panorâmico de Duarte de Armas, tirado do sueste, desenho esse que

---

<sup>538</sup> Ver Anexo 2, Imagem 65.

<sup>539</sup> ALMEIDA, 2012, p. 35.

<sup>540</sup> ALMEIDA, 2002, p. 148.



mostra apenas a barreira quebrada e não um fosso, em frente da porta do recinto. Assim sendo, este fosso poderia ser a “cava” pré-existente à compra de 1493, ou então uma defesa exterior aberta posteriormente à elaboração do desenho do início do século XVI. Desta estrutura, como vimos, surgiram vestígios arqueológicos importantes, nomeadamente a parede nascente, o fosso que a protegia e o arranque de uma escada que levava ao adarve. A sondagem arqueológica verificou também que o granito deve ter sido apenas usado na soleira da porta de entrada para o interior do castelo e nas troneiras, tendo sido uma delas encontrada “*in situ*”, considerando-se assim que as paredes do castelo deveriam ter sido construídas sobretudo em pedra de alvenaria.

De acordo com Duarte de Armas, a torre tinha 4 pisos. As suas dimensões foram reavaliadas recentemente através dos resultados da última intervenção arqueológica, coordenada pelo Professor Doutor Brochado de Almeida. Nesta campanha foi descoberta uma das paredes da torre, bem como a soleira da porta de entrada que havia ao nível do rés-do-chão. Apesar de Duarte de Armas apresentá-la com 4,73 metros no lado maior e 4,40 metros no lado menor, os resultados da sondagem avaliaram a torre em 6 metros no lado maior e 3,8 metros no lado menor, apontando para uma construção mais retangular. A estrutura elevava-se a mais de 14 metros, e a espessura dos muros era de 1,10 metros, com alvenaria na parte central dos paramentos e granito aparelhado nos ângulos. A escavação comprovou também a existência de uma porta virada para o interior do castelo e de uma escada de acesso ao adarve, junto a ela<sup>541</sup>.

As muralhas da nova fortaleza teriam uma altura de 4 varas, ou seja, cerca de 4,40 metros, com uma espessura de 2,20 metros. Possuía ainda três torreões, ou cubelos, semicirculares, apesar de Duarte de Armas indicar que eram quatro, numa das legendas da sua planta. Estes torreões semicirculares seriam mais altos de que a muralha, com 8 varas de altura, ou seja, 8,80 metros, e 2,53 metros de espessura nas suas paredes, sendo abobadados no seu interior, o que coincide com as necessidades da pirobalística, uma vez que a artilharia necessitava de ser colocada em espaços mais amplos. Se ao nível do alicerce possuía fragmentos de grauvaque e granito, misturado com barro, acima do alicerce, a muralha seria feita com alvenaria na parte central dos paramentos e granito aparelhado nos

---

<sup>541</sup> ALMEIDA, 2002, p. 146.

ângulos<sup>542</sup>. O acesso ao adarve era feito através de escadas localizadas na frente da torre de menagem.

Esta configuração do recinto amuralhado, de planta regular, num quadrilátero com torres nos ângulos, assemelha-se a outras estruturas defensivas semelhantes. Uma delas é o castelo de Amieira, mandado edificar ainda no século XIV, e considerado por Pedro Dias como pertencendo ao grupo das fortalezas-residências<sup>543</sup>. Podemos ainda encontrar outros exemplos em Alpalhão, cujo castelo ainda estava em construção no ano de 1509, Almeida e Castro Marim, onde se denota a ânsia de adaptar os torreões para tiro flanqueado, com as novas armas de fogo<sup>544</sup>.

O castelo de Vimioso, tirado da parte do sueste<sup>545</sup>, mostra uma estrutura defensiva de dimensões modestas, numa pequena elevação, rodeada pelo casario onde alternavam as casas telhadas, algumas sobradadas e com chaminé e as casas colmadas, mais modestas, e onde se destacava uma casa de dimensões consideráveis, e que alguns autores relacionam com a moradia do alcaide-mor Gonçalo Vaz do Rego. Ainda um pouco mais afastada, é visível a antiga igreja de Vimioso. Deste lado, a torre apresenta apenas uma janela quadrangular, com ameias quadrangulares. O facto de estar coberta com telhado mostra a sua condição de residência, numa tentativa de oferecer certamente mais conforto aos residentes, como já foi referido. Adossada à torre, a estrutura quadrangular, delimitada nos seus ângulos por mais três torres semicirculares, apresentava nas suas muralhas ameias quadrangulares de corpo largo. A única entrada do recinto era feita por uma porta de arco redondo, situada perto da torre principal. Da banda do noroeste, o castelo continuava a sua configuração regular, sendo de notar que a porta de acesso à torre de menagem se situava ao nível do adarve, e era ela própria protegida por uma troneira situada na torre circular mais próxima, e que permitia tiro de flanco na sua direção.

Devido às necessidades da pirobalística, despontavam nos muros duas linhas de troneiras cruzetadas, em dois níveis, num total de 40 orifícios abertos nos diferentes muros, e que permitiam a defesa por tiro rasante, no caso das troneiras localizadas junto do solo,

---

<sup>542</sup> DIAS, 2014, p. 103.

<sup>543</sup> DIAS, 1994, p. 207.

<sup>544</sup> ALMEIDA, 2012, p. 35.

<sup>545</sup> Ver Anexo 2, Imagens 62 e 63.

ou por tiro vertical, a partir das troneiras situadas acima da corda, uma moldura de secção circular, típica da época manuelina e que decorava a parte superior das cortinas e das torres circulares. Na própria torre foram abertas duas troneiras cruzetadas, uma localizada junto da porta de acesso ao recinto muralhado, e a outra virada para o segundo pano de muralha que estava adossado à torre, orifícios bem localizados para permitirem o tiro flanqueado e uma melhor proteção das muralhas, em caso de ataque<sup>546</sup>.

As duas linhas de troneiras cruzetadas, uma ao nível do solo, a outra ao nível do adarve ou acima do cordão, ao nível das ameias, podiam ser servidas por armas de médio calibre como colubrinas ou falcões pedreiros. Desta forma, as troneiras, dispostas no nível térreo e superior, tal como se encontram noutros desenhos, como no de Montalegre, permitiam o uso da artilharia em caso de ataque aproximado do inimigo. No sentido de clarificar a disposição das troneiras, relacionamos os desenhos panorâmicos com a planta de Duarte de Armas e com a troneira descoberta *in situ* pela escavação coordenada pelo Professor Doutor Brochado de Almeida, concluindo que as troneiras representadas no desenho da planta, viradas para o exterior, podem representar as aberturas da linha inferior, enquanto as que se encontram viradas para o interior podem representar os orifícios da linha superior das muralhas e dos cubelos.

Apesar de tudo, em 15 de junho de 1520, Afonso Homem, cavaleiro da Casa Real, contador das obras terças e “residos” da comarca de Trás-os-Montes e recebedor do dinheiro das terças dessa comarca, registava a quitação de todo o dinheiro que recebera e gastara, entre 1509 e 1518, assinalando, para o ano de 1518, a soma de 56.695 reais, com as tenças e penas dos herdeiros de Gonçalo Vaz do Rego, já falecido nesta data, alcaide-mor do Vimioso, “*por os não ter gasto nas obras da vila*”, juntando-lhe o resto da conta que tomara a Gonçalo de Reboreda, vedor e recebedor das obras de Miranda<sup>547</sup>. Um pouco mais tarde, por volta de 1530, o castelo seria já considerado “*um mao castello*”<sup>548</sup>, certamente por não corresponder às necessidades militares da época, ou porque a sua posição topográfica não servia os interesses de uma defesa ativa.

---

<sup>546</sup> Ver Anexo 2, Imagens 64A e 64B.

<sup>547</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 44, fl. 60.

<sup>548</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 447.

Apenas a Guerra da Aclamação daria maior visibilidade ao castelo de Vimioso, com a promoção de alguns melhoramentos, nomeadamente o restauro das suas fortificações, por volta de 1660, e a construção da atalaia que ainda hoje impera numa iminência junto ao santuário de Santo Antão. Esta atalaia, em 1946, apresentava ainda aos olhos do Abade de Baçal “*restos de um grande fosso*”, que o investigador associava inicialmente a restos de um castro, mas que o olhar presencial resumia em simples atalaia, “*pois abrange laguíssimos horizontes*”, apresentando ainda pelo lado sul 12 metros de altura e pelo nascente grandes rochedos que protegiam a entrada. Notava ainda covas espaçadas que lhe sugeriam fossos defensivos da atalaia<sup>549</sup>. A “*descriçãam do Vimioso*”, elaborada pelo sargento-mor António Ferreira de Castro, em 1748, também refere profusamente que foi o conde de Mesquitela que mandou, à custa dos moradores da vila, fazer de novo os fossos e torreões do castelo, bem como a atalaia, deixando em ambas as estruturas guarnição, sob as ordens do capitão João de Sequeira<sup>550</sup>. Ferreira de Castro iria assinalar ainda que “*nas guerras da justa aclamação sendo governador desta Provincia o conde de Misquitella, mandou crescer a Torre, e fazer Torroins, e Trincheiras, e se defendeu dos inimigos, por que nunca evadirão*”<sup>551</sup>.

Durante um reconhecimento da área, detetamos, entre a estrada que passa junto da atalaia e o referido santuário, uma vala e o arranque de um parapeito que sugerem uma antiga trincheira que, devido á sua localização, podemos relacionar com os sistemas de defesa de Vimioso construídos e utilizados nos séculos XVII e XVIII, ou com as trincheiras abertas durante os conflitos do século XIX, como as que, em 29 de outubro de 1804, a Câmara de Vimioso resolveu colocar em todas as entradas para a vila, em forma de trincheiras de pedra e barro “*de sete quartas batidas*”<sup>552</sup>, o que apenas a arqueologia poderia confirmar. Como indicio da existência de trincheiras exteriores à vila, e anteriores ao século XIX, podemos apontar uma notícia de julho de 1712, por exemplo, onde surgem referências a diversos oficiais que deveriam complementar as defesas da vila. É o caso da eleição do capitão da ordenança da “*Companhia de Fora das Trincheiras e lugares de cima*”,

---

<sup>549</sup> ALVES, 2002, pp. 212-213.

<sup>550</sup> ALVES, 2002, p. 491.

<sup>551</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 57v, disponível em «bdh.bne.es».

<sup>552</sup> ALVES, 2002, pp. 213-214.

remetendo-nos esta indicação para a existência de trincheiras de defesa do perímetro urbano de Vimioso, pelo menos na época da Guerra de Sucessão de Espanha<sup>553</sup>, mas que poderemos igualmente relacionar com a atalaia<sup>554</sup>.

De qualquer das formas, uma “*Rellação das Praças da Raya*”, datada de 1659, assinalava que em Vimioso existia um pequeno castelo, suficiente para que os moradores nele se recolhessem em caso de perigo e capaz de, a partir dos seus muros, se “*ofender*” o inimigo que entrasse na vila e saqueasse as suas casas, devido à proximidade da fortaleza. Dizia-se ainda que não se deveria fazer qualquer outro tipo de fortificação que fechasse a que já existia, uma vez que a sua localização não permitia uma defesa sustentável. Contudo, a riqueza da zona em gados, levava a que os responsáveis militares aconselhassem a construção de uma atalaia forte, na eminência do Facho, “*que fica a tiro de mosquete do castelo (...) cercada ao largo de estacada com parapeito, onde, recolhidos os gados dele, peleja a gente a favor da atalaia*”, devendo a obra seguir por conta dos moradores de Vimioso, confirmando-se, deste modo, que a atalaia ainda hoje existente foi construída por esta altura, podendo derivar deste mesmo relatório<sup>555</sup>.

A ocupação do castelo, por esta altura, encontra-se perfeitamente documentada, mesmo pelo aparecimento em contexto arqueológico de uma moeda de D. Pedro II, encontrada sobre o chão da torre de menagem<sup>556</sup>. No início do século XVI, não existiam construções no interior do recinto amuralhado, tal como nos mostra a planta de Duarte de Armas, mas as plantas elaboradas no século XVIII mostram que, a partir de certa altura, a fortaleza contou com, pelo menos, três estruturas retangulares, encostadas às muralhas, ou, pelo menos, com o seu projeto. A mais recente escavação arqueológica deparou-se ainda com os restos de muros retilíneos, provavelmente o que resta destas arrecadações construídas no interior do castelo e que poderão ter sido utilizadas como armazéns, corpo da guarda ou paiol, ainda durante a Guerra da Aclamação<sup>557</sup>, ou, seguramente, no século XVIII. Estas construções, num total de três compartimentos retangulares, estavam

---

<sup>553</sup> A.M.V., Livro dos acórdãos da Câmara de Vimioso, 1712-1725, cx. 03, Lv. 16, fl. 11.

<sup>554</sup> Carta Arqueológica do Concelho de Vimioso, 2015, p. 99.

<sup>555</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, 1659, maço 19, “*Rellação das Praças da Raya da Prouinça de Tras os montes, do estado de suas fortificações da que neçessitam, e os passos do Rio Douro*”, anexa à consulta de 20 de Junho de 1659.

<sup>556</sup> ALMEIDA, 2002, p. 145.

<sup>557</sup> ALMEIDA, 2002, p. 147.

adossadas às paredes nascente, meridional e poente, em sentido contrário à localização da porta de acesso ao interior do castelo.

As plantas mais antigas que mostram estas estruturas são as plantas desenhadas por António Luís de Távora<sup>558</sup>, designado como ajudante engenheiro, e por José Monteiro de Carvalho<sup>559</sup>, este já em 1753, onde surgem as referidas estruturas no interior do castelo, designadas como “casarões arruinados”. Estes desenhos apresentam algumas alterações ao desenho de Duarte de Armas. Para além das já citadas estruturas retangulares, estas plantas fornecem informação sobre a existência de um poço, no interior do recinto, “*com grande copia de agoa*”, mas também a existência de um novo espaço de proteção da entrada principal desse mesmo recinto, retangular, que não existia no desenho de Duarte de Armas. Curiosamente, a entrada principal não se posiciona como no desenho seiscentista, uma vez que se encontra mais próxima de uma das torres semicirculares, e não da torre de menagem, o que poderá revelar uma alteração no posicionamento dessa mesma entrada. Na torre principal, surge também outra novidade, ou seja, o desenho de quatro aberturas para bocas de fogo, o que pode significar a realização de alterações na antiga torre, de forma a servir como plataforma para artilharia.

O ajudante engenheiro José Monteiro de Carvalho, no ano de 1753, mostrava no seu desenho toda a estrutura que compunha a fortificação, e que, apesar da destruição provocada em 1711 pelos espanhóis, ainda estava certamente visível. Carvalho identificou três torres redondas, que chama “*de muralha antiga*”, e que correspondem às da gravura de Duarte d’ Armas, e a torre quadrangular, “*mais alta que as outras*”. No meio do recinto assinalou um poço “*com grande copia de agua*”, como atrás referimos. Em volta do recinto amuralhado existia ainda um fosso seco e obras feitas em terra, “*modernamente feitas*”, existindo nesta uma entrada ou abertura que dava acesso ao castelo. Dentro das muralhas existiam uns “*casarões arruinados*”, que pela planta consistiam nas três estruturas já avançadas anteriormente.

Durante a Guerra de Sucessão de Espanha, o Conde de São João, mestre general da província, ordenou a realização de obras complementares de defesa da fortaleza de

---

<sup>558</sup> Ver Anexo 2, Imagem 68.

<sup>559</sup> Ver Anexo 2, Imagens 66A, 66B, 67.

Vimioso, nomeadamente “*abrir na circumferencia do castello hum fosso e levantar estacada*”, referências de 1748, sob a responsabilidade do capitão-mor Pedro Ferreira de Sá Sarmiento, mas que se reportam certamente ao conflito em que Portugal se envolveu entre 1704 e 1712. A obra externa que rodeava o castelo de Vimioso, de planta quadrangular e quatro baluartes, era idêntica à do forte de S. João de Deus, construído pelo conde de Mesquitela em Bragança, cerca de 1660<sup>560</sup>, seguindo o modelo preconizado por Luís Serrão Pimentel<sup>561</sup>, de uma fortaleza regular de quatro ângulos, uma planta regular que existia já em tratados de arquitetura militar anteriores, como o de Adam Freitag, publicado em 1635<sup>562</sup>. A semelhança é também bastante estreita com a primeira planta do Forte de la Concepción, de 1663, localizado em Aldea del Obispo, na província de Salamanca. No desenho é inconfundível a comparação do desenho dos baluartes e das cortinas, bem como do fosso exterior.

Relativamente às obras externas, será importante referir que a defesa do castelo de Vimioso se fazia essencialmente com o recurso a obras em terra. Símbolo desta realidade seria, por exemplo, a nomeação de um capitão da ordenança e de um alferes da Companhia de Fora das Trincheiras e lugares de Cima, como já referimos, e tal como nos indica um dos acórdãos da Câmara de Vimioso, datado de 17 de julho de 1712<sup>563</sup>. Os desenhos de Luís de Távora e de Monteiro de Carvalho mostram isso mesmo. Para melhor proteção do castelo, foi aberto em seu redor um fosso, cuja terra certamente serviu para edificar um talude exterior, de forma estrelada, onde pontuava também um revelim, igualmente em terra, por onde se fazia o acesso à entrada do castelo, e que poderia ser eventualmente servido por uma passagem elevada, mas que não aparece retratada nos desenhos mencionados. O mesmo tipo de estrutura externa pode ser encontrado no forte de S. Nuetel, em Chaves, embora aqui fosse construída em pedra, mas a estrutura estrelada é bastante idêntica, nomeadamente o sistema de acesso à entrada da fortificação. Estas obras externas eram consideradas essenciais para retardar o inimigo, impedindo-o de atacar a fortaleza<sup>564</sup>, nomeadamente quando defendiam as portas. O sistema de defesa externo utilizado em

---

<sup>560</sup> RODRIGUES, 1995, p. 533.

<sup>561</sup> PIMENTEL, I parte, cap. 6, fl. 15.

<sup>562</sup> FREITAG, 1635, B – fig. 6.

<sup>563</sup> A.M.V., Livro dos acórdãos da Câmara de Vimioso (1712-1725), Cx. 03, Lv. 16, fl. 12-12v.

<sup>564</sup> FREITAG, 1635, p. 77.

Vimioso é também muito semelhante ao que surge numa planta do castelo de Ferreira do Alentejo, publicado no mapa de Portugal produzido por Gaspard Baillieu, e editado em Paris, em 1735<sup>565</sup>.

A planta de 1797, dos engenheiros Carlos de Caula e Luís de Carvalho<sup>566</sup>, acompanhada por um interessante desenho topográfico dos arredores de Vimioso, foi copiada mais tarde, em 1850, por V. Alvares da Silva<sup>567</sup>, e em outras ocasiões, mostrando um desenho diferente do de meados do século XVIII. Em primeiro lugar, a entrada do recinto amuralhado volta a estar no lugar da entrada seiscentista, junto da torre principal, mas as estruturas interiores não se encontram nos mesmos locais, nem distribuídos da mesma forma. A muralha mais antiga do castelo surge com 10 novas aberturas, próprias para o uso da artilharia. O próprio desenho da estrutura defensiva exterior difere bastante dos anteriores, o que nos leva a crer que estes desenhos pudessem estar relacionados com propostas de reabilitação da fortaleza de Vimioso e não uma representação do que a realidade apresentaria, tendo em conta que o castelo sofreu uma terrível devastação em 1711, e que já estaria em ruínas na década de 1740.

De forma significativa, a perda de importância de Vimioso, ao longo do século XVIII, regista-se no número de fogos que, se em 1706 era de 300, em 1758 contabilizava apenas 241, caindo ainda mais em 1791, para 200<sup>568</sup>. Mesmo assim, cerca de 1741, por exemplo, os moradores da vila ainda pagavam pelos direitos da alcaidaria-mor do castelo 200 alqueires de cevada e 6.400 réis<sup>569</sup>. Anotamos ainda a descrição feita por Ferreira de Castro, dizendo que *“esta villa [de Vimioso] he de bom temperamento recolhe muitos frutos, e foi hum dos povos mais férteis da Provincia, tanto que se appellidava o Alentejo de Tras os Montes, porem hoje achasse de menos se bem que acrescentado na multiplicação do povo”*<sup>570</sup>.

---

<sup>565</sup> BAILLIEU, 1735, disponível em «<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59665531/f1>».

<sup>566</sup> ALMEIDA, 2002, p. 149; ver Anexo I2, Imagens 69A e 69B.

<sup>567</sup> Ver Anexo 2, Imagem 70.

<sup>568</sup> ALVES, 2002, p. 208.

<sup>569</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 58v, disponível em «bdh.bne.es».

<sup>570</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 59v, disponível em «bdh.bne.es».



A sua destruição, pelas tropas espanholas, em 1711, terá pesado também na decisão central de desativar o castelo e passar o espaço para a esfera municipal, o que aconteceu em 1730, como se regista no teor de uma carta enviada à Câmara Municipal de Vimioso e ao Vedor Geral pelo governador das armas, Francisco de Assis de Távora, Conde de Alvor<sup>571</sup>. Seguindo as instruções recebidas, o vedor geral enviou imediatamente um dos seus oficiais para fazer a entrega do castelo aos oficiais camarários, com a “*fortaleza e do mais que della pertencer a fazenda real*”<sup>572</sup>.

Apesar da destruição provocada pelos acontecimentos de 1710-1711, António Ferreira de Castro, cerca de trinta anos depois, ainda assinalava que Vimioso possuía 250 vizinhos e 12 casas de pessoas nobres, denominando-a “*villa acastellada*”, localizando Vimioso “*em sitio alto, mas plano*”. Referia-se à sua igreja como sendo de uma só nave, toda de cantaria, e que a sua construção teria durado 20 anos, no decurso da qual João Mendes Antas teria ajudado bastante, dando o campo para construir a igreja e uma junta de bois para o transporte dos materiais necessários, assinalando ainda que a igreja antiga se situava no lugar chamado Calvário, “*cujos vestígios inda se vem, e eu vi parecer neste sitio pedras pintadas, e o badalo de hum sino*”. Nesta altura conservava-se ainda na sacristia a imagem de S. Vicente Mártir, em pedra de alabastro, que pertencia à igreja primitiva<sup>573</sup>.

Mais tarde, as Memórias Paroquiais de 1758 faziam apenas uma breve referência ao castelo de Vimioso, declarando que na vila “*há um castelo muito antigo e este se acha arruinado que o demulio e queimou o inimigo nas guerras passadas*”<sup>574</sup>, sendo esta uma referência clara ao facto de a fortaleza de Vimioso ter sido destruída no decorrer da Guerra de Sucessão de Espanha, encontrando-se praticamente em ruína mais de quarenta anos depois deste conflito. Alguma confusão posterior relativamente à data da destruição do castelo de Vimioso foi provocada por autores como Pinho Leal que, na sua súplica publicada em 1890, iria referir que o castelo teria sido destruído apenas em 1762, pelo conde de Sarriá, invadindo, saqueando e incendiando, “*levando a flor dos seus habitantes*

---

<sup>571</sup> ALMEIDA, 2012, p. 63.

<sup>572</sup> A.M.V., Livro do Registo das Ordens do Infantado e do Ouvidor, Cx. 9.

<sup>573</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 54v-55, disponível em «bdh.bne.es».

<sup>574</sup> A.N.T.T., Memórias Paroquiais, Vimioso, Miranda, PT-TT-MPRQ-41-344\_m211.tiff, disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4242306>.

*para Pamplona, onde todos morreram prisioneiros*<sup>575</sup>. Esta dimensão trágica certamente produziu impacto em muitas mentes, mas a documentação consultada não corrobora a destruição de Vimioso em 1762.

Apesar da sua passagem para a esfera municipal, o castelo continuaria em ruínas até ao início da Guerra Fantástica, em 1762. A breve ocupação castelhana que decorreu da invasão franco-espanhola, na província transmontana, não teve grande reflexo na vila de Vimioso, uma vez que o seu papel militar estava já bastante reduzido, não dispondo de qualquer militar destacado, ao contrário de Bragança, Miranda ou Chaves. A própria situação algo excêntrica relativamente ao eixo viário que ligava Miranda a Bragança, que passava preferencialmente em Outeiro e não em Vimioso, contribuía para que as autoridades militares já não se interessassem por Vimioso.

Contudo, o inimigo não deixou de afetar a localidade com uma das suas razias, ocorrida no dia 14 de agosto de 1762, quando um destacamento espanhol entrou em Vimioso disposto a saquear e pilhar os seus habitantes. Os relatos existentes demonstram que, apesar de não existirem militares na vila, a população resistiu, conseguindo mesmo matar um soldado inimigo, contabilizando o povo nove baixas, entre homens e mulheres, mortos a tiro, o que, de certa forma, revela também a violência do atacante<sup>576</sup>.

No final do século, em 1797, os capitães Carlos Frederico Bernardo de Caula e Luís Gomes de Carvalho, no papel de engenheiros, verificaram que: *“o forte de Vimioso he propriamente hum fortim em figura de estrella sem parapeitos nem fossos em cujo centro existe um antigo castello de que as torres são tão limitadas que dellas se não pode tirar o menor partido e no seu interior apenas existem alguns restos de paredes que forão antigos quartéis*<sup>577</sup>. Apontavam também que a localização do castelo e da vila não eram as mais adequadas para a sua defesa, uma vez que se encontravam nas faldas de montes vizinhos e na interceção de estradas, o que dava visíveis vantagens ao inimigo e à sua artilharia.

A sua proposta era a da demolição das construções internas, em ruínas, e do próprio castelo para libertar o fortim que o circundava *“para se levantarem parapeitos a prova de artilharia de campanha (a única que o inimigo poderá usar no país) e ficarem os espaços*

---

<sup>575</sup> LEAL, 1890, volume 12, pp. 1469-1470.

<sup>576</sup> ALMEIDA, 2012, pp. 66-67.

<sup>577</sup> ALMEIDA, 2012, pp. 69-70; PT/AHM/DIV/4/1/04/13 (1797-02-15; 1797-05-30).

*necessarios para outras dispoziçoens de defesa*”. Ou seja, ainda estavam intactas as obras exteriores, que poderiam mesmo consolidar-se em fortim, se o espaço interior fosse limpo e se fosse aberto um fosso com estrada coberta e esplanada. Segundo os autores do projeto, esta disposição implicava que os parapeitos fossem rebaixados, para se evitarem ângulos mortos no momento do fogo rasante. Propunham também a construção de redutos nas colinas circundantes para se prover a vila de alguma defesa razoável, bem como fortificar as entradas das ruas expostas ao fogo inimigo. Outro problema que os engenheiros adivinhavam era o da retirada das tropas e artilharia que poderiam ficar estacionadas em Vimioso, uma vez que, avisavam, as pontes de Carção e de Pinelo não tinham a dimensão adequada para albergar a artilharia de campanha que se utilizava, e a estrada de Campo de Vímoras poderia ser facilmente bloqueada por forças inimigas<sup>578</sup>.

No entanto, nenhuma destas recomendações foi posta em prática, caindo Vimioso no esquecimento das autoridades militares. Em 1840, a situação era tão lastimável, que um relatório militar se referia à fortificação como “*um castello insignificante pela construção e grandeza*”, encontrando-se meio arruinado<sup>579</sup>, incapaz de responder às exigências dos conflitos que assolavam o país, servindo apenas como memória de épocas passadas. Algum tempo depois, os fossos da fortificação seriam transformados em cemitério municipal e, de seguida, seria construída a Escola Primária, por cima do que restava do castelo. Esta construção estaria terminada em 1868<sup>580</sup>, tal como o comprovam as atas do município, mas a obra militar ficaria na toponímia. Um registo datado de 26 de outubro de 1868 refere-se ainda a um quintal situado na “*praça do Castello*”, junto ao edifício da casa da Escola Conde de Ferreira e que, “*alem de estorvar a entrada da Casa da Escola, afeia aquelle largo*”<sup>581</sup>.

A construção do cemitério e, posteriormente, da Escola Primária, colocou um ponto final no castelo de Vimioso e na possibilidade da sua reabilitação. A localização para esta função era excelente, uma vez que se tratava de um espaço murado, com as paredes exteriores ainda em pé, com apenas um acesso, o da porta do castelo. O que restava dos

---

<sup>578</sup> ALMEIDA, 2012, pp. 70-71.

<sup>579</sup> PT/AHM/DIV/3/01/07/11.

<sup>580</sup> A.M.V., Cx. 6A, Livro 20, fl. 40.

<sup>581</sup> A.M.V., Cx. 6A, Livro 20, fl. 32.

compartimentos interiores foi então demolido, praticamente até ao alicerce, sendo as sepulturas abertas à custa do próprio alicerce dos muros de certos compartimentos e do chão ladrilhado de um deles, tal como comprovado na última escavação arqueológica<sup>582</sup>. Mais tarde, quando o cemitério foi desativado e se construiu a Escola Conde de Ferreira, os muros do castelo foram demolidos e o espaço envolvente foi terraplanado, como nos diz uma ata de 1866: “*para o efeito tem de ser demolidas as paredes, que ainda restam das ruínas do mesmo castello, e toda a sua superfície interna como externa aplanada. Os muros externos, que estão arruinados, teem de se redificar, cortando-se o angulo que olha para o meio dia e alinhado a parede de nascente a poente pelo lado da rua da Falperra*”<sup>583</sup>.

De qualquer das formas, a maior parte da estrutura já não existia, uma vez que a pedra de cantaria e de alvenaria já tinha sido dada, em janeiro de 1863, ao empreiteiro que então construía a Câmara Municipal de Vimioso<sup>584</sup>. Esta “limpeza” relativamente às estruturas antigas foi confirmada pela intervenção arqueológica, que se deparou com uma potência arqueológica muito baixa, e com a quase inexistência de pedra dos antigos muros<sup>585</sup>.

#### 2.4. Estruturas complementares de vigia

As linhas de defesa constituídas por estas fortificações eram complementadas com outras estruturas e pontos de apoio, fundamentais para uma vigilância mais completa relativamente a qualquer movimentação de tropas inimigas e, sobretudo, como meios de alerta rápidos. De facto, um dos elementos mais importantes para a defesa das populações, devido à sua proximidade e simplicidade, eram os fachos ou vigias que, tanto no litoral como na raia, foram utilizados profusamente na época em estudo.

As vigias, associadas com mais frequência à vigilância costeira, mas que também eram utilizados na raia seca, consistiam em fogos ou cestos de ferro içados na ponta de uma haste<sup>586</sup>, e que serviam como aviso prévio de qualquer ataque. Em alguns casos,

---

<sup>582</sup> ALMEIDA, 2002, p. 79.

<sup>583</sup> A.M.V., Livro de Atas de 1863, fl. 114v-115, cit. por ALMEIDA, 2002, p. 79.

<sup>584</sup> ALMEIDA, 2002, p. 79.

<sup>585</sup> ALMEIDA, 2002, p. 145.

<sup>586</sup> PORTOCARRERO, 2003, p. 21.

poderia existir mesmo uma pequena torre, como a atalaia de Vimioso<sup>587</sup>, ainda hoje marcando presença na paisagem, onde um pequeno grupo de sentinelas poderia dar o alarme. Por exemplo, uma informação, com a data de 7 de junho de 1642, dá-nos conta que as novidades estavam por recolher ou por semear na região, porque os homens estavam “*com os fachos, que todas as horas se dão sem necessidade alguma*”<sup>588</sup>. Podemos afirmar, então, que era comum o recurso a este sistema de “defesa à distância”, apoiado em pontos de vigia como as atalaias ou as “escutas”, estas funcionando de noite<sup>589</sup>, tendo em conta que o tipo de guerra desenvolvido na fronteira, ao longo da Guerra da Aclamação, se baseava sobretudo em ataques de surpresa, fulgurantes, que apenas poderiam ser prevenidos com uma boa vigilância.

Uma vez que os castelos não conseguiam, por si só, garantir a vigilância de todo o território, desde cedo se construíram estas atalaias como meios complementares de defesa, por isso, “*cada castelo estava, normalmente, ligado a várias atalaias, em média duas ou três, nalguns casos mais*”. Seriam mais frequentes nas zonas onde não era possível o contacto visual direto a partir dos castelos, podendo ter planta quadrangular ou circular, estas últimas relacionadas sobretudo com a Época Moderna, nomeadamente com a Guerra da Aclamação<sup>590</sup>. Rafael Bluteau, em 1713, descreveria com bastante pormenor como deveriam ser os fachos: “*Nas torres, & atalayas o facho he hum pao alto com outro em cima atravessado, em cuja ponta está huma cadea de ferro, & no fim della, huma caldeirinha vasada, aonde se poem o fogo, quando parece inimigo, de noyte, ou de dia por tempo de seis mezes, que correm, de Mayo, até o fim de Outubro. Facho. O feyxe de Tojo, ou de rama de pinheyro, que se acende em sinal de rebate*”<sup>591</sup>.

A toponímia revela-nos, ainda hoje, a localização de muitos desses pontos de defesa, ou, pelo menos, a possibilidade da sua existência e funcionalidade, assinalando, quase sempre, locais de amplo domínio visual. Os topónimos facho, fachal ou fachinha são frequentes na Terra de Miranda, lembrando locais guardados por soldados ou sentinelas

---

<sup>587</sup> Ver Anexo 4, Fotografia 34.

<sup>588</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas (1642, junho e julho), Cx. 23, Mç. 2C, nº 169.

<sup>589</sup> MONTEIRO, 2003, p. 179.

<sup>590</sup> BARROCA, 2008-09, p. 229.

<sup>591</sup> BLUTEAU, 1713, tomo 4, p. 9.

que davam sinal através de uma fogueira<sup>592</sup>. Para além destes topónimos, surgem-nos outros, como Lubreira, que também pode derivar de lume<sup>593</sup>, e que se associa igualmente a cabeços de onde se poderia avisar a restante população sobre algum perigo. O Abade de Baçal iria ainda alargar esta lista, conjugando vários topónimos nesta função militar de vigiar e escutar o inimigo, sobretudo ligados à Guerra da Aclamação<sup>594</sup>, de entre os quais destacamos os topónimos facho, fachal, vela, velada, aviso e, claro, atalaia<sup>595</sup>.

Por vezes, a documentação revela-nos generosamente a existência histórica das estruturas. Um desses casos reporta-se ao lugar de Casas, perto de Monforte do Rio Livre, fora do nosso âmbito geográfico, mas que serve de exemplo, uma vez que, as Memórias Paroquiais de 1758, referem explicitamente, no alto de uma serra, a existência de uma pequena casa quadrada, já arruinada, mas que tinha servido como facho, nas “guerras passadas”, guardada pelos homens do lugar. No mesmo lugar, no chamado facho de Cabelinhos, *“dizem os velhos que nas guerras havia huõ valdaõ para levantar huõ colmo de palha aceso de noite, para se dar parte aos mais fachos, quando havia alguõ rebate do inimigo, e de dia se fazia fumo; e que em termo de duas horas pouco mais ou menos se savia em Lisboa se havia rebate, ou não”*<sup>596</sup>.

Apesar de tudo, não nos podemos esquecer que as atalaias são de difícil identificação, em muitos dos casos<sup>597</sup>, em termos de função e de cronologia, devido à escassez ou mesmo inexistência de vestígios arqueológicos associados aos locais assinalados, apontando-se geralmente para uma origem medieval das mesmas.

A única atalaia que surge com uma provável datação é a de Vimioso, que alguns autores afirmam ter sido construída por volta de 1660. Surge-nos também como a estrutura mais completa e perfeitamente visível nas suas componentes, composta por xisto argamassado com barro e dominando perfeitamente a paisagem envolvente, comunicando com o antigo castelo de Vimioso. Contudo, o Abade de Baçal, daria conta da utilização de fachos, na mesma região, embora para o início do século XIX, em pleno contexto das

---

<sup>592</sup> FERREIRA, 2013, p. 433.

<sup>593</sup> FERREIRA, 2013, p. 545.

<sup>594</sup> ALVES, vol. IX, 2000d, pp. 353-354.

<sup>595</sup> ALVES, vol. IX, 2000d, p. 353. Ver Anexo 1, Imagem 39; Anexo 3, Quadro 2.

<sup>596</sup> OLIVEIRA, 2006, p. 100.

<sup>597</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 43.

invasões napoleónicas. Deste modo, em 1809, temendo possíveis incursões inimigas, a Câmara de Miranda do Douro iria definir a fortificação da linha da raia seca, definindo a localização de seis fachos, em Vale de Aguiã, Aldeia Nova, Paradela, Senhora da Luz, Cicouro e Avelanoso<sup>598</sup>, estruturas certamente pré-existentes a estes acontecimentos.

Vejamos a relação entre alguns destes pontos. Na freguesia de Argoselo, pertencente ao concelho de Vimioso, o Alto do Castelinho comunica visualmente com a atalaia de Vimioso e o castelo de Outeiro<sup>599</sup>. No sítio chamado Castrilhoso ou Cantrilhoso, em Caçarelhos, poderá também ter existido uma atalaia medieval, comunicando visualmente com o castelo de Algosos, e o Castelo Velho, de Campo de Vímoras, acompanhando o caminho que dá acesso às jazidas de mármore de Santo Adrião<sup>600</sup>. Em Pinelo, o topónimo Facho revela um sítio de onde se avista o castelo de Outeiro e o sítio do Picoto. A possibilidade de também ter sido chamado de Pedra Lumieira<sup>601</sup>, aponta claramente para um local onde em tempos idos se terão acendido fachos para aviso das populações. O mesmo acontece no lugar de Mora, onde surge o topónimo Fraga do Lume, outra alusão a eventuais fogueiras acesas para dar aviso em caso de perigo, embora recentes prospeções tenham esclarecido que o lugar não possui domínio visual sobre a paisagem envolvente<sup>602</sup>. O topónimo facho, em Vale de Frades, Vimioso, localiza-se num cabeço com boa visibilidade para Vimioso, o castelo de Outeiro e a fronteira com Espanha.

O Castelo do Mau Vizinho, em Pinelo, Vimioso, seria uma pequena atalaia fortificada, localizada num cabeço com um excelente alcance visual, e onde pontua atualmente um marco geodésico da fronteira com Espanha. Existe aqui um talude artificial que poderia delimitar um pequeno recinto interno, que acompanharia as fragas naturais. Tem um excelente controlo visual sobre o castelo de Outeiro e o de Vimioso, para várias aldeias da região e outras atalaias, tal como o Pendão, entre Vimioso e Carção, e o Facho, um cabeço sobranceiro à aldeia de Pinelo, sendo, por isso, considerado um dos pontos mais importantes da vigilância neste setor da fronteira.

---

<sup>598</sup> ALVES, vol. IV, 2000c, p.157.

<sup>599</sup> Carta Arqueológica do concelho de Vimioso, 2015, p. 38.

<sup>600</sup> Carta Arqueológica do concelho de Vimioso, 2015, p. 46.

<sup>601</sup> Carta Arqueológica do concelho de Vimioso, 2015, p. 64.

<sup>602</sup> Carta Arqueológica do concelho de Vimioso, 2015, p 82.

Por fim, a atalaia de Vimioso, que seria uma torre de vigia articulada apenas com o castelo de Vimioso, mas dominando uma vasta área da fronteira, construída com os paramentos em talude<sup>603</sup>, cerca de 1660, como já foi referido. É composta de xisto argamassado com barro e está implantada num cabeço com um excelente domínio visual, incluindo o castelo de Vimioso. Apresentava uma estrutura troncocónica, com um diâmetro de 8 metros no topo, podendo ter fossos a complementar a sua defesa, surgindo uma possível evidência junto do caminho que dá acesso à capela de Santo Antão, na elevação a sul do cabeço da atalaia e que poderia ter cerca de 70 centímetros de profundidade<sup>604</sup>.

### **Capítulo 3 – Guerra da Aclamação (1641-1668)**

A Guerra da Aclamação (ou da Restauração) iniciou-se com o levantamento nobiliárquico do dia 1 de dezembro de 1640. A guerra que se lhe seguiu foi muitas vezes analisada apenas por uma perspetiva “nacionalista”, caráter que se iniciara com a própria produção coeva de textos legitimadores da nova situação e da substituição de um rei por outro, praticamente vista como ato divino, e que se perpetuaria, em meados do século XX, pela visão de uma guerra de “libertação nacional”.

No entanto, o conflito que ocorreu entre 1641 e 1668 possui muitas características que refutam as conclusões desta historiografia patriótica, tais como a dificuldade crónica de reunir e manter coesos os exércitos, a coerção e a deserção como realidades bem vivas nos meios militares, os conflitos constantes entre as populações e os homens de armas, ou entre os militares e os magistrados locais sobre esferas de competência<sup>605</sup>.

Na fronteira com Espanha, as populações sentiram os efeitos mais nocivos de um conflito que, durante cerca de 28 anos, moldou a mentalidade e a vivência das populações raianas, preocupadas constantemente com as levadas de soldados exigidas, com as despesas a arrecadar para as fortificações e, como é óbvio, com a insegurança permanente de uma

---

<sup>603</sup> Guia de inventário, 2015, p. 17. Cfr. Direção-Geral do Património Cultural: Portal do Arqueólogo, CNS: 4847, disponível em «arqueologia.patrimoniocultural.pt».

<sup>604</sup> Direção-Geral do Património Cultural: Portal do Arqueólogo, CNS: 1301, disponível em «arqueologia.patrimoniocultural.pt».

<sup>605</sup> COSTA, 2005, pp. 1-2.



fronteira aberta às entradas e razias do inimigo. Será também necessário recordar que, durante os 28 anos do conflito, contaram-se apenas cinco encontros que mereceram o qualificativo de batalha: Montijo, Elvas, Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros. Este facto prende-se com a estratégia de se evitar encontros com grande número de soldados em campo aberto, preferindo os dirigentes militares utilizarem pequenos destacamentos em rápidas incursões por território inimigo, ocupadas em saquear tudo o que encontrassem. Os objetivos eram notórios: debilitar o inimigo e dificultar as atividades económicas, não interessando a ocupação do território, tendo em conta a impossibilidade de alcançar uma vitória total<sup>606</sup>.

### 3.1. A reorganização da administração militar

O início da Guerra da Aclamação deu origem a um esforço extraordinário para dotar Portugal de uma administração capaz de organizar e manter uma defesa capaz contra um inimigo que responderia mais cedo ou mais tarde à revolta portuguesa. Para o efeito, o governo de D. João IV criou vários órgãos e entidades militares, sendo um dos mais importantes, nesta época, o Conselho de Guerra. Com o Conselho de Guerra foi criada também a Junta das Fronteiras, incumbida das fortificações, e a Tenência-Geral do Reino, onde pontuava o Tenente-General de Artilharia do Reino que, ao longo do tempo, também iria abranger os engenheiros e as fortificações. A estes órgãos acrescentou-se a Junta dos Três Estados, com a missão de superintender o aprovisionamento do exército e praças, bem como controlar as despesas militares e as cobranças dos tributos. No terreno, cada província recebeu um Governador de Armas, enquanto as comarcas possuíam um capitão-mor, um sargento-mor e dois ajudantes.

Com a Aclamação, surgiu também o Conselho de Guerra, criado por decreto de 11 de dezembro de 1641<sup>607</sup>, recebendo regimento a 22 de dezembro de 1643, e cujas competências cobriam “*a conservação de fortalezas, arsenais, provimento de postos*

---

<sup>606</sup> CORTÉS CORTÉS, 1990, pp. 40-41.

<sup>607</sup> CENTENO, 2008, p. 22.

*militares, negócios relativos à exploração de tropas e julgamento das causas relativas aos militares*”<sup>608</sup>. Presidido pelo próprio rei, mesmo na sua ausência, este conselho reunia-se no Paço. A principal função do Conselho era fazer chegar ao rei as chamadas “consultas” para resolução, tratando de vários assuntos, entre eles supervisionar o estado em que estavam as fortalezas<sup>609</sup>; dar licenças a oficiais e soldados; passar patentes de ajudantes e tenentes de fortalezas; confirmar as nomeações de sargento, alferes e mestres de campo; e consultar sobre outros postos. As suas atribuições abrangiam também a condução de mantimentos, munições e apetrechos de guerra, as fortificações, os movimentos dos exércitos, supervisionando o estado das fortificações e o cumprimento das obrigações dos cargos e pagamentos à gente de guerra<sup>610</sup>.

A Junta dos Três Estados, criada em 1643, seria igualmente um dos mais importantes órgãos centrais, porque servia para “*administrar e supervisionar a arrecadação dos impostos da décima militar e outros (...) destinados às despesas com a defesa do reino, particularmente munições, fardas, ordenados, hospitais e manutenção das fortalezas*”<sup>611</sup>.

A Coroa também procurava colmatar algumas das limitações existentes, nomeadamente aliciando as diferentes autoridades locais para o conflito que se avizinhava, concedendo aos capitães-mores, capitães e alcaides-mores das fronteiras a hipótese de lucrarem com os quintos das presas que fossem obtidas pelos seus soldados nos lugares de Castela<sup>612</sup>. Apesar destas adversidades, Portugal beneficiaria da fraqueza da Coroa espanhola, quer monetária (Espanha abriu bancarrota em 1637), quer humana, com a diminuição dos possíveis recrutas, sobretudo em Castela, mercê de um desgaste continuado provocado pela sucessão de conflitos na Europa que ocuparam os recursos de Espanha entre os séculos XVI e XVII, pelo menos até ao final da Guerra dos Trinta Anos, em 1648. Deste modo, sobrou tempo para reorganizar a estrutura militar portuguesa, sendo criados os órgãos de direção e criadas ou reativadas fundições ou fábricas. A reativação da

---

<sup>608</sup> ESPIRITO SANTO, 2009, p. 92.

<sup>609</sup> CENTENO, 2008, p. 23.

<sup>610</sup> COSTA, 2010, pp. 33-34.

<sup>611</sup> ESPIRITO SANTO, 2009, p. 92.

<sup>612</sup> Synopse, vol. 1, 36; 1641.11.07, Decretos, mç. 1, n.º 242.

coudelaria de Mogadouro é um exemplo desta ação<sup>613</sup>. Neste sentido, a Guerra da Aclamação seria, como é óbvio, a responsável por uma produção de legislação militar mais abundante, da qual se destacam o regimento do vedor geral da gente de guerra, de 28 de fevereiro de 1642, o regimento, algo tardio, do conselho de guerra, de 22 de dezembro de 1643, ou o regimento das fronteiras, de 2 de setembro de 1645. Relativamente às fortificações, seria ainda publicado, a 4 de dezembro de 1657, o respetivo regimento.

No início da Guerra da Aclamação, a nível militar, o território transmontano dividia-se em duas regiões, uma governada por Rui de Alarcão, e a outra governada por Francisco de Sampaio, dois participantes na revolta do dia 1 de dezembro de 1640. Em janeiro de 1643, um decreto datado do dia 22 nomeava ainda para fronteiro-mor em Trás-os-Montes a D. João de Melo, em substituição de Rui de Alarcão<sup>614</sup>, mas alguns dias depois, a 25, outro decreto declarava que D. João de Sousa deveria servir já como governador das armas, exceto no distrito a cargo de Francisco de Sampaio, que já anteriormente ocupara o cargo de alcaide-mor da comarca de Moncorvo<sup>615</sup>.

A utilização das duas designações revela a permanência de alguns arcaísmos na organização do exército, pelo menos na nomenclatura destes postos militares. Contudo, a partir da Guerra da Aclamação, os governadores das armas constituíram a principal autoridade militar nas províncias, substituindo os fronteiros-mores, o que não aconteceu inicialmente em Trás-os-Montes. Apesar de serem nomeados em 1641, os governadores apenas iriam receber o seu regimento no reinado de D. Pedro II, em 1678, altura em que as suas atribuições passaram a ser unicamente militares<sup>616</sup>.

Os governadores das armas tinham sobretudo funções administrativas e militares, não estando isentos de queixas por parte dos Povos em Cortes. Por isso, desde o início, somaram-se confrontos com outras entidades, nomeadamente os municípios, as ordenanças, a esfera judicial e a tributária<sup>617</sup>, sobretudo porque procuraram, desde o início, alargar o seu poder para além da dimensão bélica.

---

<sup>613</sup> ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 205.

<sup>614</sup> SYNOPSE, 1869, p. 43.

<sup>615</sup> ANDRADE, 1992, p. 12.

<sup>616</sup> SILVA, 2003, p. 131. Ver Anexo 3, Quadro 13.

<sup>617</sup> COSTA, 2010, p. 44.

Logo no início do conflito, após a aclamação de D. João IV, a demora em se colocar um governador das armas em Trás-os-Montes e o pânico que se instalou na província, levou as autoridades locais a enviarem um pedido urgente a D. Gastão Coutinho, recém-empossado governador das armas do Minho, para que este enviasse alguém “*de partes, pratica na milícia*”, pedido feito por pessoa nobre enviada pelas principais cidades da região<sup>618</sup>. De facto, foi este governador e não o da Beira<sup>619</sup>, o primeiro a providenciar alguém para o cargo, enquanto o rei lhes despachava um fronteiro.

Deste modo, o governador do Minho, atendendo aos pedidos dos transmontanos, enviou Martim Velho da Fonseca, sargento-mor de Viana, a quem apontava como “*homem muito valente, de muito conselho, & muita experiencia na guerra*”<sup>620</sup>. Martim da Fonseca era um antigo veterano da Flandres, e ocupou por pouco tempo o cargo, fazendo notar que a província não tinha milícias nem fortalezas, estando “*tudo por terra*”, e escavando trincheiras para defesa dos lugares<sup>621</sup>, tal como faria em Chaves e Bragança.

Os serviços de Martim Velho da Fonseca foram tão importantes, que o seu filho, Baltasar Fagundes da Fonseca, iria receber 20.000 réis de promessa nos bens da Casa de Regalados, com o hábito de Cristo, “*pelos serviços que o dito seu pae fez depois da aclamação por ordem de D. Gastão Coutinho governador das armas da provincia do Minho e a instancia dos moradores da provincia de Tras-os-Montes*”, governando-os e “*dispondo as cousas de que mais necessitavam aquelles povos para melhor se defender das invasões do inimigo, enquanto o governador Rui de Figueiredo não foi tomar posse do seu logar*”<sup>622</sup>.

Finalmente, e por nomeação régia, chegaria, a 3 de fevereiro de 1641, Rui de Figueiredo de Alarcão, para ocupar o cargo de fronteiro. Era irmão de Henrique de Figueiredo, governador de Bragança, e era pessoa distinta na época, pois foi um dos quarenta implicados na conspiração de 1 de dezembro de 1640. Entrando no território transmontano por Ruivães, chegou a Chaves no dia 5 de fevereiro. A partir daqui o novo

---

<sup>618</sup> ARAÚJO, 1644, p. 71.

<sup>619</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p. 76.

<sup>620</sup> ARAÚJO, 1644, p. 71.

<sup>621</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p.76; RODRIGUES, vol. 1, 1995, p. 495.

<sup>622</sup> Inventário dos Livros das Portarias do Reino, volume II (153 a 1664), A.N.T.T., Lisboa, 1912, p. 55.

fronteiro “*foi correndo, & visitando as praças*”<sup>623</sup>, confirmando que o estado das fortificações da fronteira era lastimoso. Rui de Alarcão continuaria as obras iniciadas por Martim da Fonseca em Chaves, aplicando as mesmas medidas em Bragança, Miranda do Douro e outras partes da região<sup>624</sup>.

Ao longo da Guerra da Aclamação e dos dois conflitos seguintes, foram-se sucedendo os governadores das armas, geralmente militares que tinham já dado provas do seu valor, destacando-se sobretudo a presença de nobres que tinham um papel importante na vida política da época e que, normalmente, apresentavam fortes interesses na região transmontana. Destes nomes salientamos D. Jerónimo de Ataíde, Conde de Atouguia, D. Rodrigo de Castro, Conde de Mesquitela, e D. Luís Álvares de Távora, Conde de S. João da Pesqueira. Outros nomes surgem ao longo destes conflitos ocupando o cargo interinamente, devido à ausência do titular.

Apesar de tentativas anteriores de alteração dos postos militares, a designação de “governador das armas” vai perdurar até 1762, quando o decreto de 5 de abril de 1762 altera as designações dos principais postos militares. Deste modo, os sargentos-mores de batalha passariam a designar-se de “marechais de campo”, os mestres de campo gerais passariam a “tenentes gerais”, e os que recebiam patente de governador das armas passavam a designar-se de “marechais dos meus exércitos”<sup>625</sup>.

Sendo assim, a Guerra da Aclamação trouxe alterações significativas ao nível dos comandos militares, sobretudo com a introdução dos governadores das armas, responsáveis ao nível das províncias e secundados por um mestre de campo general, a par da criação de uma rede de capitães-mores pagos nas praças fronteiriças, que rivalizavam com os capitães honorários já existentes. O problema é que “o jogo das autoridades” se modificou, criando-se um conflito constante entre os militares colocados pelo rei e as nobrezas locais, que viam o seu poder em perigo<sup>626</sup>.

Os alcaides-mores continuavam a servir no comando dos castelos e eram, desde a época medieval, nomeados pelo rei, verificando-se também uma tendência para a sucessão

---

<sup>623</sup> ARAÚJO, 1644, p. 72.

<sup>624</sup> CARVALHO, 1929, p. 156.

<sup>625</sup> Collecção das leys, 1770, tomo II, s/f.

<sup>626</sup> COSTA, 2012, p. 200.

familiar da posse do cargo<sup>627</sup>, tal como aconteceria no caso dos Távoras, em Mogadouro ou Miranda do Douro, ou no caso dos alcaides de Vimioso. O seu papel era também importante e seriam, na teoria, de nomeação régia, mas na realidade o próprio rei tinha muitas vezes de seguir os poderes locais, tornando-se, por isso, comum, a transmissão do cargo no seio de uma mesma família<sup>628</sup>. A confiança do monarca era de extrema importância, não sendo de estranhar que a maior parte dos alcaides, sobretudo a partir dos séculos XV e XVI, seriam cavaleiros ou criados da Casa Real.

Com a construção do castelo de Vimioso, nos finais do século XV, Gonçalo Vaz do Rego, outro criado de Álvaro Pires de Távora, seria nomeado para o cargo de encarregado da fortaleza e alcaide-mor do castelo, em 1496<sup>629</sup>. No ano seguinte, os benefícios de que usufruía alargavam-se ainda através da mercê dada pelo rei para ser “*couteiro do caçar das perdizes com boiz*<sup>630</sup> e de tomar os ovos delas”, em Miranda do Douro e seu termo, bem como em todas as terras e lugares da sua jurisdição, revertendo metade das penas que eventualmente poderia aplicar aos infratores para as obras e reparos do castelo de Miranda<sup>631</sup>.

Na segunda metade do século XVII e no início da centúria seguinte, a alcaidaria-mor de Vimioso seria dominada pelos Azevedo Coutinho. Bartolomeu de Azevedo Coutinho iria receber a alcaidaria-mor de Vimioso por mercê de D. Afonso VI, datada de 27 de abril de 1673<sup>632</sup>, legando o cargo aos seus filhos, sucedendo-lhe Jorge de Azevedo Coutinho e, a partir de 18 de abril de 1711, ao seu irmão Marco António de Azevedo Coutinho<sup>633</sup>.

Um dos mais distintos alcaides de Vimioso foi Marco António de Azevedo Coutinho (1688-1750). Filho do governador das armas da Beira, era um dos favoritos de

---

<sup>627</sup> MONTEIRO, 1999, p. 239.

<sup>628</sup> MONTEIRO, 2003b, p. 209.

<sup>629</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, liv. 26, fl. 120v, código de referência: PT/TT/CHR/K/26/120-612V, disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3870549>.

<sup>630</sup> O “boiz”, ou “aboiz”, era uma armadilha de caçar coelhos e aves: “*Armadilha de caçar coelhos, e aves; é uma vara fincada no chão, e na outra ponta tem um laço de corda; dóbra-se a vara, e assenta se a laçada sobre o buraco com a isca, ou ceva coberta de uma varinha, que desarma a aboiz, pisando a ave, ou coelho na varinha, ou metendo o pescoço para comer*”. Cfr. com SILVA, António de Moraes - “Diccionario da Lingua Portuguesa”, Tomo Primeiro, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, p. 10.

<sup>631</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, Lv. 32, fl. 42.

<sup>632</sup> A.N.T.T., Registo Geral de Mercês, D. Afonso VI, Lv. 17, fl. 42.

<sup>633</sup> A.N.T.T., Registo Geral de Mercês, D. João V, Lv. 2, fl. 465v.

D. Luís da Cunha (1662-1749) e foi o primeiro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cargo para o qual foi nomeado em 1736. Era senhor donatário de Monsaraz e comendador das ordens de Cristo e de Santiago. Como embaixador de Portugal, seria enviado para Londres, Paris e para o Congresso de Cambrai, nas décadas de 1720 e 1730<sup>634</sup>

Outro cargo bastante cobiçado era o de capitão-mor, sobretudo devido ao poder que exercia sobre as populações locais. No início do século XVIII, seria retirado às câmaras o poder de nomeá-los, limitando-se estas a elaborar uma lista com três nomes para apreciação pelo governador das armas, o que não impedia que os nomes continuassem a sair sempre das principais famílias da fidalguia local.

Os Capitães-mores produziram bastantes conflitos com a nobreza local<sup>635</sup>, sendo vários os exemplos de ódios pessoais e locais, sobretudo quando estes faziam questão em pôr em marcha as ordens régias, nomeadamente para a defesa da fronteira, porque podiam dar ordens a todos, incluindo outros nobres<sup>636</sup> uma vez que eles eram os responsáveis pelo recrutamento e comando das tropas de ordenança nas localidades, de acordo com o Regimento dos Capitães-mores.

Também os detentores deste cargo eram alvo de críticas, sobretudo das Câmaras locais, acusados de usarem o cargo para seu próprio benefício, abusando do seu poder para, por exemplo, intimidar as populações exigindo medidas de prevenção inusitadas, exagerando o poder do inimigo ou mentindo mesmo sobre a sua presença dentro das fronteiras<sup>637</sup>, sendo também acusados de usar o cargo para exigir remunerações régias<sup>638</sup>.

Na época da Guerra da Aclamação, o cargo de capitão-mor podia ser ocupado por alguém que possuísse já uma patente militar, do exército pago ou das ordenanças, constituindo uma reserva de segunda linha. Alguns exemplos. Na fronteira mirandesa, Nicolau de Sequeira Freire, que tinha servido na Índia, servia agora no castelo de Outeiro como seu Capitão-mor e alcaide da vila, pelo menos desde o final de março de 1641<sup>639</sup>,

---

<sup>634</sup> FARIA, 2008, p. 274.

<sup>635</sup> COSTA, 2012, p. 205.

<sup>636</sup> COSTA, 2012, p. 207.

<sup>637</sup> COSTA, 2012, p. 210.

<sup>638</sup> COSTA, 2012, p. 212.

<sup>639</sup> A.N.T.T., Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, Lv. 3, fl. 125-126, 1641-03-27.

enquanto João Duque era o Capitão-mor de Vimioso, com patente de capitão-mor datada de 4 de maio de 1645<sup>640</sup>, e Frei Pedro de Araújo no de Miranda. O castelo de Algosos, tal como os de Chaves e Lomba, não tinha Capitão-mor<sup>641</sup>. De acordo com a informação, nas dez localidades assinaladas, três não tinham capitão-mor e apenas três serviam no castelo. Na fronteira com Castela-a-Velha, inclusivamente, apenas em Outeiro o capitão-mor servia no castelo.

Uma informação datada de 2 de fevereiro de 1646 referia que a figura dos capitães-mores não reunia consenso em todo o lado. De facto, esta resolução determinava que o conselho de guerra deveria analisar o capítulo de uma representação dos procuradores das cortes da cidade de Miranda, no qual pediam que não houvesse capitães mores nos lugares mais pequenos, onde não existiam soldados pagos de infantaria, acrescentado que em Algosos o cargo deveria ser novamente entregue ao juiz de fora, como em tempos idos<sup>642</sup>. Mais uma vez, o acontecimento revela o antagonismo entre a autoridade do capitão-mor e as restantes autoridades locais, patente noutras regiões do País<sup>643</sup>.

Esta situação era visível no âmbito do recrutamento dos soldados, nas mãos da nobreza. O método de eleição dos postos de ordenanças era contestado com frequência. Mas também o posto de capitão-mor colocaria problemas, sobretudo com as Câmaras locais. Os atritos existentes eram normalmente provocados pelo empenho dos capitães-mores na aplicação das ordens régias<sup>644</sup>. De facto, e apesar de o regimento de 1709 reduzir as competências das Câmaras relativamente às milícias, continuará a permitir-lhes o seu recrutamento, mantendo as redes de influência que existiam ao nível local, correspondendo as milícias e as ordenanças mais a fatores honoríficos do que verdadeiramente militares<sup>645</sup>.

Para esclarecer os assuntos administrativos, logo após a Aclamação, publicaram-se também textos doutrinários, como as “*Ordenanças Militares*”, de Luís Marinho de Azevedo, secretário do Conde de S. Lourenço, em 1641, e em 1644, o “*Regimento Militar*”, de António Gallo, que evidenciavam a preocupação relativamente à falta de unidades

---

<sup>640</sup> A.N.T.T., Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, Lv. 13, fl. 108.

<sup>641</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, 1645, mç. 5, anexo da nº 56.

<sup>642</sup> SYNOPSE, 1869, 106.

<sup>643</sup> COSTA, 2012, p. 213.

<sup>644</sup> COSTA, 2001, p. 98.

<sup>645</sup> LOURENÇO, 2001, p. 61.



militares no País e a uma evidente falta de preparação, procurando esclarecer os militares quanto às funções de cada um, os trâmites da disciplina e da boa ordem, bem como a importância das formações militares<sup>646</sup>. Seguiram-se o “*Breve Discurso e tratado das regras militares*”, de Gregório Soares de Brito, ou a “*Doutrina política, civil e militar*”, de Luís Marinho de Azevedo. Em 1659, o “*Perfeito Soldado*”, de João de Medeiros Correia, dedicado a D. Jerónimo de Ataíde, apresentou-se como texto português original, revelando a tentativa de utilizar a experiência vivida da guerra.

Em 1659, seria criado o “regimento das levas”, que designava cabos ou governadores das levas, normalmente nobres de primeira linha, a quem era designado um distrito para efetuarem o recrutamento dos soldados. Mas o recrutamento era sobretudo uma ação violenta, porque os recrutadores tinham dificuldade em reunir os efetivos e mantê-los nas fronteiras. Na verdade, a maior parte do recrutamento era uma ação violenta, recorrendo-se à coação, aplicando-se medidas drásticas como a prisão dos pais dos fugitivos e a responsabilização pessoal dos pais e dos fiadores. Ao nível familiar, o recrutamento era visto como a destruição da unidade de produção através da expropriação da sua força de trabalho<sup>647</sup>. Como medidas de coação aplicavam a prisão dos pais dos fugitivos, bem como a responsabilização pessoal destes ou dos fiadores. Estas dificuldades tornavam comum o recurso à “recondução” dos soldados, para reencherem os terços. Contudo, as famílias viam no recrutamento a destruição das suas unidades de produção, uma vez que era a sua força de trabalho que desaparecia<sup>648</sup>.

O recrutamento forçado era uma realidade que levava também ao despovoamento de muitas regiões. Muitos fugiam, o que obrigaria a avaliar cada soldado com um fiador<sup>649</sup>. Por isso, este recrutamento era muito difícil e contava com muitas resistências. O recrutamento podia ser feito de várias formas. Um sistema por comissão consistia na concessão de uma autorização a um capitão para levantar um regimento num determinado território. Mas este processo necessitava de uma estrutura burocrática desenvolvida, faltando-lhe agilidade e capacidade para lidar com as deserções que aconteciam durante o

---

<sup>646</sup> BEBIANO, 2000, p. 403.

<sup>647</sup> COSTA, 2010, pp. 169-170.

<sup>648</sup> COSTA, 2010, pp. 169-170.

<sup>649</sup> CORTÉS CORTÉS, 1990, pp. 13-14.

processo. Outro problema era a profusão de extorsões e abusos perpetrados pelos recrutadores<sup>650</sup>. Outro modo de recrutamento era através de um contrato ou assento com um particular que deveria reunir um determinado número de homens num prazo estabelecido, prática utilizada sobretudo em meados do século XVII. Poderia recorrer-se também ao recrutamento intermediário, ou seja, pela ação de indivíduos com influência local que se punham voluntariamente ao serviço do Estado, como a nobreza local que reunia tropas que ela mesma deveria comandar. Por último o recrutamento forçado, ou as “levas”<sup>651</sup>, já mencionadas.

Contudo, a vida de soldado não oferecia muitas garantias, nem sequer os meios de sobrevivência, sendo inúmeras as referências aos soldos em atraso durante meses ou anos<sup>652</sup>, o que levava a inúmeras situações de fuga ao recrutamento, através dos mais variados subterfúgios. Existiam outros entraves ao recrutamento de soldados, tais como os diversos privilégios de que gozavam alguns grupos, tais como o privilégio da bula da cruzada ou o do contrato do tabaco, o do filho único de lavrador ou de viúva, ou até os que criavam enjeitados do Hospital Real de Todos os Santos. Os criados, caseiros, apaniguados e filhos dos desembargadores também estavam isentos do serviço militar, bem como os moedeiros, os filhos dos mamposteiros que pediam para os cativos, os filhos dos que pediam esmola para a Casa de Santo António de Lisboa, os estudantes de Coimbra e de Évora, os criados de eclesiásticos, entre muitos outros<sup>653</sup>.

Tendo em conta estes factos, não será de estranhar que a fuga de soldados seria um problema constante. Os seus motivos eram variados, nomeadamente a falta de dinheiro para o abastecimento dos exércitos, que causava frequentes atrasos nos pagamentos e falta de mantimentos suficientes, como já foi referido. Em geral, “*a doença, a miséria, o desenraizamento sentido pelos homens arrancados à força de suas casas e terras, a saudade da família, o medo*”<sup>654</sup>, eram motivos suficientes para fazer proliferar a vontade de fugir das fileiras dos exércitos dos séculos XVII e XVIII. Esta situação era mais

---

<sup>650</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, pp. 166-167.

<sup>651</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, pp. 168-171.

<sup>652</sup> COSTA, 2010, p. 177

<sup>653</sup> COSTA, 2010, pp. 182-192.

<sup>654</sup> BORGES, 2015, p. 62.

frequente quando os soldados eram enviados para outras províncias, sendo retirados das seus terras de origem, nomeadamente para servirem no Alentejo.

Por isso, era necessário “reencherem-se” constantemente os terços, e legislar no sentido de punir severamente os infratores. Neste sentido, ao longo da Guerra da Aclamação, foram criadas ordens para que os soldados fugidos fossem enforcados ou lhes fossem aplicados tratos de polé, serem degredados, enviados para as galés, ou prenderem os seus pais e fiadores<sup>655</sup>. Mas nem a crueza das medidas fazia abrandar a deserção dos soldados, chegando mesmo o rei a equacionar a hipótese de lançar um perdão para o crime. No mesmo sentido, procurava-se também indagar do paradeiro destes soldados, obrigando os pais deles a apresentar os documentos necessários, caso se confirmasse a sua morte, procurando saber se os fugitivos estavam escondidos nos conventos ou se eram criados de eclesiásticos, ou mesmo permitindo aos soldados casados apresentar um outro homem em sua substituição<sup>656</sup>.

### 3.2. Formas de financiamento da guerra

O financiamento da guerra foi sempre um problema considerável para os Estados da Europa. Pagar, alimentar e aquartelar os exércitos podia exaurir os cofres estatais, por isso, os contingentes militares sobreviviam, muitas vezes, à custa das populações locais, “*exigindo das populações recursos que estas nem sempre estavam dispostas a partilhar*”, nos territórios invadidos ou nos seus próprios. As pilhagens, as violações e as mortes eram, por isso, situações recorrentes, consideradas inclusivamente como direito de guerra legítimo, às quais se juntavam as frequentes deserções individuais ou em grupo dos soldados, bem como motins<sup>657</sup>. A manutenção das estruturas militares trazia igualmente problemas e custos bastante avultados, pelo que se tornava, por vezes, insustentável a reparação dos muros com a frequência que seria desejável, dependendo sobretudo da conjuntura do momento ou da vontade do poder central<sup>658</sup>.

---

<sup>655</sup> BORGES, 2015, p. 63.

<sup>656</sup> BORGES, 2015, p. 65.

<sup>657</sup> LOUSADA, 2009, pp. 320-321.

<sup>658</sup> Ver Anexo 3, Quadro 16.

De facto, uma das formas de obter dinheiro atempadamente seria através do sistema dos assentos, contratos que a Coroa estabelecia com particulares para o adiantamento de dinheiro e que, muitas vezes, não eram respeitados devido à morosidade na cobrança da décima ou das dificuldades inerentes à própria administração<sup>659</sup>. Deste modo, o abastecimento dos exércitos era entregue a privados, como aconteceu durante a Guerra da Aclamação, devido às dificuldades logísticas e burocráticas da Coroa, lançando-se bandos<sup>660</sup> para o assento do pão, da munição e da cevada, bem como da palha para os cavalos, para o período de um ano.

O sistema que imperava na Europa até meados do século XVII era, por isso, um sistema de administração indireta, ou seja, baseava-se em assentos ou contratos feitos com empresários particulares. Este processo facilitava a contratação de tropas estrangeiras, permitia reduzir o número de oficiais dedicados a esta tarefa e garantia o respeito pelos preços e prazos acordados. O problema era o seu elevado custo para as fazendas reais, bem como a prática de o assentista assumir o comando dos homens que contratava, podendo nomear também os seus oficiais. Apesar das tentativas de se constituir uma administração direta, os assentos continuaram a dominar um pouco por todo o lado, tal como na Espanha de Filipe V. Em França, durante o reinado de Luís XIV, por exemplo, iriam surgir medidas para centralizar a administração do exército, tais como a criação de inspetores gerais para a infantaria, ou o corpo de comissários de guerra, a quem correspondia o controlo dos pagamentos dos soldados, abastecimentos e alojamentos<sup>661</sup>, mas estas medidas ainda não se tinham generalizado na Europa.

Em dezembro de 1640, a Aclamação de D. João IV revelou o que todos sabiam: era necessário muito dinheiro para custear a empresa. Os pesados tributos castelhanos deram origem à revolta, mas agora tornava-se evidente que era necessário solicitar aos Povos a capacidade para responder a uma nova tributação, desta vez de boa vontade, para a defesa do Reino<sup>662</sup>. Para o efeito, o rei solicitou sistematicamente, em Cortes, a aplicação de impostos extraordinários destinados às despesas com a guerra, cujos proventos seriam

---

<sup>659</sup> BORGES, 2015, p. 191.

<sup>660</sup> O “bando” era um “*pregão publico, pelo qual se faz pública alguma ordem, ou decreto*”. Cfr. SILVA, Tomo Primeiro, 1813, p. 259.

<sup>661</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, pp. 119-120.

<sup>662</sup> MAGALHÃES, 2012, p. 103.

geridos pela Junta dos Três Estados, que delegava tais funções em gente nomeada pelos municípios, e que, para os mesmos Povos, deveriam ter sempre um caráter excepcional. Estes pedidos tiveram repercussão imediata nas queixas dos “povos”, por exemplo, nas cortes de 1645-46, onde se registaram vários pedidos de isenção total do pagamento de tributos, expressas sobretudo pelas povoações da fronteira, sempre alegando a miséria em que viviam, provocada pela guerra.

No entanto, era visível que os recursos mobilizados através dos tributos extraordinários seriam notoriamente insuficientes ao longo do conflito, impedindo a manutenção de grandes contingentes, situação a que acrescia a inexistência de um confronto decisivo, envolvendo-se as forças portuguesas apenas em ataques ao território inimigo para pilhagem. Por isso, os meios para a manutenção dos recursos militares deveriam ser retirados de vários financiamentos extraordinários, tais como as arcas concelhias, dos órfãos e dos resíduos (heranças não cobradas), ou as terças dos concelhos. Mas também era frequente o pedido de subsídios voluntários, quer ao estado eclesiástico, quer a grupos com capacidade financeira<sup>663</sup>. Outras fontes de receita eram as décimas, votadas nas cortes de janeiro de 1641 e que recaíam sobre rendimentos de todo o tipo, os “próprios”, rendas patrimoniais da Coroa ou direitos reais, as “sisas”, que eram uma fonte fixa para a Coroa, as “terças”, ou seja, a “terça parte das rendas dos concelhos”, utilizadas em obras como muralhas, pontes ou caminhos, e ainda se cobravam impostos indiretos como o real d’ água, sobre a carne e o vinho<sup>664</sup>.

A necessidade de providenciar a manutenção do exército e a fortificação das praças levou à fixação do montante de 1 milhão e 800 mil cruzados anuais, um donativo voluntário que apenas estaria em vigor, em princípio, por apenas três anos. Esta décima iria servir para sustentar um exército de 20.000 infantes e 4.000 cavalos<sup>665</sup>, mas esta verba iria revelar-se, desde logo, insuficiente. Por isso, nas Cortes de 1642, D. João IV propôs a arrecadação de 2 milhões de cruzados para manter um exército para os três anos seguintes. Os impostos extraordinários foram aplicados nas décimas, no real d’ água e nas meias anatas, a partir de

---

<sup>663</sup> ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 110.

<sup>664</sup> MAGALHÃES, 2012, p. 109. Ver Anexo 3, Quadro 11.

<sup>665</sup> BORGES, 2015, p. 189.

18 de janeiro de 1643<sup>666</sup>. O problema, contudo, centrava-se no facto da estimativa ser sempre mais alta do que o verdadeiramente arrecadado.

Na fronteira mirandesa, por exemplo, a falta de gente de guerra levaria as autoridades de Miranda do Douro a fazerem o requerimento, em 1642, de três companhias pagas de infantaria e uma de cavalos, que deveriam ser pagas através das rendas do Bispado<sup>667</sup>, sendo a ideia reforçada noutro documento, especificando-se, desta vez, que o dinheiro se tiraria das comendas vagas, do real d'água e das décimas<sup>668</sup>. Por isso, nesse mesmo ano, o rei decidiria que as décimas de Viseu e o real d'água seriam enviadas pelo Provedor da Comarca para Vila Real<sup>669</sup>. No mês de junho, o capitão-mor de Miranda assinalava já que os 6.000 cruzados provenientes das referidas décimas de Viseu e do real d'água, bem como o dinheiro do clero, tinham sido gastos com os soldados e as munições, sendo também utilizados para reparos no castelo e muralhas<sup>670</sup>.

Os indícios de discrepâncias entre as estimativas e os verdadeiros gastos surgiam com abundância na documentação, tal como na carta que o rei D. João IV enviou ao cabido de Miranda, em 28 de fevereiro de 1644, dando conta que os recursos não chegavam para tudo, explicando que, por exemplo, a estimativa de 2 milhões de cruzados necessários para as despesas com a guerra, provenientes das décimas do reino, saiu gorada porque apenas se tinham arrecadado 930.000 cruzados<sup>671</sup>.

Tal como no resto do País, a população da fronteira mirandesa raramente via com bons olhos estas imposições. O desagrado fez-se sentir em Miranda, logo em 1643, queixando-se o Capitão-mor ao rei que os povos viviam desanimados com o lançamento das décimas, sobretudo porque, de acordo com as suas palavras, a principal fonte de receita, ou seja, os cristãos-novos, estavam a ser ferozmente perseguidos pelo Santo Ofício, o que levava muitos a passarem-se para Espanha<sup>672</sup>, reduzindo de forma significativa as hipóteses de arrecadarem esta importante fonte de receitas.

---

<sup>666</sup> RIBEIRO, 2004, p. 22.

<sup>667</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç. 2C, 117.

<sup>668</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 22, mç. 2B, 98.

<sup>669</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 23, mç. 2D, 195.

<sup>670</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 23, mç. 2C, 184.

<sup>671</sup> ALVES, 2000c, Tomo IV, p. 550.

<sup>672</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, maço 3, nº 38.

Contudo, o próprio facto de os pagamentos passarem pelas mãos de certos oficiais provocava atritos e desconfiança. Por isso, no mesmo ano, o Capitão-mor de Miranda também se queixava que o fronteiro Rui de Alarcão, que tinha obrigação de “socorrer” as tropas da província “*he cousa cansada, e que nunca tera efeito, como o tem exprimentado ategora pois não tem mandado a ella hum so vintem*”<sup>673</sup>, salientando perante o rei que o mesmo fronteiro, abusando dos seus poderes, não aplicava o dinheiro destinado à Província da forma mais conveniente.

Em junho de 1642, seria a vez do Capitão-mor de Miranda, frei Pedro de Araújo de Sousa, sublinhar a necessidade de socorrer os soldados que assistiam nessa cidade com dinheiro, uma vez que a sua falta “*os obriga a desemparalla, ha fugir, deixandoa exposta a evidente perigo*”. Avisava também o Conselho de Guerra que o dinheiro que viera das décimas de Viseu e de outras consignações destinadas pelo rei a Miranda, a que se juntava o dinheiro do “*novo cunho*”, fora desviado para outras paragens<sup>674</sup>.

Devido às suspeitas de que este dinheiro enviado para Trás-os-Montes não fora empregue de forma correta, Rui de Figueiredo de Alarcão seria chamado à Corte, em setembro de 1642, por tomar à força e contra as ordens superiores as rendas, as décimas e o real d’água<sup>675</sup>. Relativamente a estas ações do fronteiro, o Capitão-mor de Miranda queixava-se ainda ao rei que o dinheiro de Viseu se ia gastando rapidamente, mas que Alarcão ordenara não pagar salário ao médico da cidade para tratar dos soldados doentes, e que só se pagava meio tostão aos soldados, a quem também não se dava pólvora nem morrão e se obrigava a viver em alojamentos “*ruins*”<sup>676</sup>, avisando desta forma o monarca que os fundos eram, de facto, mal geridos.

Por isso, surgiam dúvidas relativamente ao destino do dinheiro. Alarcão teve necessidade de esclarecer o rei que nunca tinha desviado dinheiro da fazenda régia ou da Casa de Bragança, mas sim tinha retirado dinheiro da Comenda de Moreiras e do Almojarifado de Chaves, e apenas para pagar aos seus soldados e para pagar as munições compradas. Na mesma justificação dizia que faltava metade do dinheiro necessário e que,

---

<sup>673</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, maço 3, nº 38.

<sup>674</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 23, mç. 2D, 195.

<sup>675</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 24, mç. 2E, 300.

<sup>676</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 25, mç. 2E, 362.

por isso, faltavam metade dos soldados, exemplificando com o caso de Bragança onde “*despois de feita a lista fogem a maior parte deles*”<sup>677</sup>.

Um outro exemplo. Uma provisão do cabido de Miranda, datada de 6 de abril de 1647, daria ordem ao recebedor das rendas episcopais para pagar 24.478 reais aos oficiais que trabalharam na trincheira junto à Sé<sup>678</sup>. Contudo, a 22 de maio desse mesmo ano, um decreto do conselho de guerra passava ordens ao governador das armas de Trás-os-Montes para investigar sobre o destino dado ao dinheiro dado pelo cabido da Sé de Miranda para as fortificações da cidade, bem como do dinheiro enviado pelo rei para o mesmo efeito. Na eventualidade de se descobrir esse dinheiro, o governador não poderia consentir outra aplicação para além das fortificações, indicando também que o cabido deveria nomear uma pessoa e a Câmara de Miranda outra para, juntamente com o capitão-mor, “*correrem*” os trabalhos necessários que, pelos vistos, faltavam<sup>679</sup>.

Os atrasos nos pagamentos eram também frequentes. Os concelhos desempenhavam um papel importante nestas questões, sobretudo na cobrança da décima, bem como o ramo eclesiástico. Mas as queixas sobre os atrasos nas obrigações do ramo eclesiástico eram muitas, como revelam os textos das Cortes e os papéis da Junta dos Três Estados, ao longo da guerra<sup>680</sup>. As dificuldades sentidas na cobrança das contribuições levaram, por exemplo, à criação de uma nova tabela na região transmontana, pela qual Bragança deveria pagar 8.346.044 reais, Chaves 3.056.139 reais, e Miranda 5.837.879 reais. No que aos eclesiásticos dizia respeito, deveriam pagar, em Miranda, 2.402.233 reais. Tudo se pagaria através da décima e dos usuais. Mas nem sempre era possível respeitar os prazos ou sequer as quantias exigidas, como aconteceu com o Cabido de Miranda que, em 1660, resolveu não executar os acrescentamentos por considerar estar o Bispado em extrema pobreza<sup>681</sup>. Estes exemplos mostram que a Coroa portuguesa encontrou bastantes entraves à prossecução da sua política fiscal, nem sempre garantindo os recursos necessários para financiar uma guerra que se tornava longa. Isso significa que as despesas da guerra ultrapassavam quase sempre as previsões, pelo que era necessário reavivar

---

<sup>677</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Cx. 21, mç. 2A, 11.

<sup>678</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 548. Ver Anexo 3, Quadro 12.

<sup>679</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, mç. 7, n° 50, 1647.05.22.

<sup>680</sup> MAGALHÃES, 2012, p. 120.

<sup>681</sup> MAGALHÃES, 2012, p. 130.



determinados impostos, aplicando-se a décima sobre todas as rendas, ou alargando o real d'água a todo o Reino, por exemplo.

A esta limitação de recursos imposta pelas dificuldades económicas, acrescentava-se outra de origem social, motivada sobretudo pela desconfiança relativamente ao curso da guerra e às intenções dos comandos militares<sup>682</sup>, situação que levava muitos a mostrarem-se renitentes em contribuir para o esforço de guerra. A suspeição relativamente ao curso da guerra, que parecia apenas beneficiar financeiramente os oficiais, tornava-se visível no uso quase exclusivo das milícias para efetuar as lucrativas pilhagens em território inimigo<sup>683</sup>, de acordo com os interesses particulares dos oficiais.

Outro problema era o incumprimento dos acordos por parte das autoridades militares, que normalmente não ressarciam os que contribuíam para o esforço de guerra. Foi o que aconteceu em setembro de 1642, quando o Corregedor de Miranda avisou o rei que, na altura em que Rui de Alarcão resolveu realizar uma entrada em Castela para se vingar das insolências do Duque de Alba de Aliste, fora necessário prevenir-se com mantimentos de pão e carne para as tropas. Contudo, por não haver dinheiro, pedira o socorro necessário aos lavradores locais, por empréstimo. O problema é que, até à data, pagara apenas uma parte, ficando-lhes ainda a dever 120.000 réis, os quais o Capitão-mor Pedro de Melo se ofereceria para pagar, mas até este tinha deixado de cumprir o pagamento<sup>684</sup>.

Logo que as Cortes de 1641 pediram aos Povos um subsídio de 1.800.000 cruzados, o poder central tentou encontrar formas de incentivar os vários setores da sociedade no sentido de alcançar esta soma. Uma das formas encontradas foi o do pedido de um donativo, mais ou menos “voluntário”, ao Clero, um tributo extraordinário que causará bastante polémica e resistência em muitos círculos episcopais, defendendo o poder central “*o direito de tributar também os clérigos com um imposto de tendências universais e de capitação e o direito da coroa em usufruir de bens eclesiásticos*”<sup>685</sup>.

---

<sup>682</sup> COSTA, 2005, p. 4.

<sup>683</sup> COSTA, 2005, pp. 9-10.

<sup>684</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 24, mç. 2E, 288.

<sup>685</sup> OSSWALD, 2004, p. 817.

É evidente que a convocação das Cortes não seria do agrado do próprio rei, mas o financiamento da guerra assim o exigia. As receitas específicas e extraordinárias que poderia obter seriam “oferecidas” pelos Povos, mas num processo que revela muitas fragilidades do governo régio na capacidade de impor tais tributos, conseguindo-o apenas por períodos de três anos e com recorrentes ameaças de “insubmissão fiscal” por parte das autoridades locais, como aconteceu em 1645, sobretudo contra as “opressões” e o mau governo dos ministros.

Exemplo desta “insubmissão” é o texto do capítulo LXXVII das Cortes de 1641, onde se pode ler que “*com o protesto que sempre os Povos fizeram sobre o grande tributo das sisas, que sempre reclamarão, & nunca aceitarão*”, os Povos exigiam ao rei que estes tributos se extinguissem logo que a guerra terminasse, pondo termo, assim, às “*exorbitâncias, & vexações, que tẽgora os povos padecem*” A resposta do rei foi negativa, tendo em conta que as sisas eram consideradas “*a principal sustância com que os Reys sustentão seu estado Real, defendem seus Reynos, & os conservão em paz, & justiça*”, admitindo apenas prover contra as vexações declaradas e mandar que não se acrescentassem os cabeções das sisas durante algum tempo<sup>686</sup>.

A Coroa iria pedir à Igreja um subsídio voluntário no montante das suas rendas, distribuído entre eclesiásticos religiosos, fixado em 680 contos<sup>687</sup>. Ou seja, todos os meios eram válidos. Mas esta contribuição nunca estará isenta de contrariedades e de negociações, sendo necessário que várias autoridades, como D. Rodrigo da Cunha, lembrassem que se tratava da “*defensão comum do reino, vida, bens e liberdades dos vassallos*”, onde se incluíam, obviamente, os próprios eclesiásticos, a quem o argumento da obrigatoriedade moral era constantemente lançado<sup>688</sup>.

As tentativas de evasão e os atrasos constantes na coleta eram comuns, como se comprova para várias dioceses, como a do Porto<sup>689</sup>, mas obrigaram, no entanto, ao endurecimento das ações dos assentistas e à reedição do regimento das décimas, com novas repartições entre os Estados, até o clero pagar com maior regularidade as suas

---

<sup>686</sup> Capítulos Gerais, Cortes de 1641, 1645, 26.

<sup>687</sup> ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 155.

<sup>688</sup> OSSWALD, 2004, p. 818.

<sup>689</sup> OSSWALD, 2004, p. 820.

contribuições. Veja-se também o caso do Cabido de Miranda, reticente relativamente à entrega, logo em 1641, de um subsídio de 6.000 cruzados dos “caídos”, ou seja, dos pagamentos atrasados, do seu bispado que, entretanto, se encontrava vago<sup>690</sup>.

Apesar de tudo, o rei D. João IV, ciente da urgência em arrecadar fundos para as despesas com a defesa do reino, incitou os preladados e eclesiásticos a contribuírem para a causa nacional, incluindo no seu pedido a Sé de Miranda. A esta enviou uma carta datada de 19 de fevereiro de 1641, solicitando a ajuda voluntária da mesma, ao que o Cabido respondeu favoravelmente<sup>691</sup>, fazendo registrar, para o efeito, quem poderia participar na doação, derivando a maior parte do dinheiro das rendas da Mesa Episcopal e das décimas. O montante oferecido pelos clérigos somaria uma quantia avultada, registada a 26 de março de 1641<sup>692</sup>. A ação do Cabido mereceria um louvor régio através de uma carta, na qual o monarca teceu elogios ao “*zelo e cuidado com que acodistes a cousa tão importante como he a deffensão dessa cidade e fronteira [de Miranda]*”<sup>693</sup>.

Ainda no mesmo ano, a 12 de abril, o rei ordenaria ao Cabido que entregasse a Alarcão um empréstimo de 6.000 cruzados saídos dos caídos das rendas do Bispado, destinados à compra de armas e socorros para a gente de guerra levantada na região, entendendo “*que nella ha falta considerável de armas, munições e dinheiro pera paga de gente de guerra*”<sup>694</sup>. No mês de agosto o rei voltaria a ordenar ao Cabido que entregasse ao fronteiro Francisco de Sampaio, governador de Moncorvo, 597.110 réis, quantia já solicitada em carta anterior e que agora exigia “*sem replica nem ynterpetação alguma*”, destinando esta soma ao pagamento dos soldos das tropas que tinha sob o seu comando<sup>695</sup>. O facto de o monarca não permitir “*replica*” ou “*ynterpretação*” sugere que os elogios iniciais não bastaram para que o clero mirandês visse com bons olhos a sucessão de pedidos relativos a dinheiro. Em 19 de junho de 1641, Alarcão pediria esclarecimentos ao Cabido e à Mitra sobre o dinheiro destinado às obras de fortificação que se faziam na cidade, do qual ainda nada tinha visto. Apesar de tudo, no final desse mesmo ano, em outubro, os

---

<sup>690</sup> MAGALHÃES, 2012, p. 104.

<sup>691</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 479.

<sup>692</sup> ALVES, tomo IV, 2000c, pp. 478-496.

<sup>693</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 538.

<sup>694</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 541.

<sup>695</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 543.

serviços prestados pelo Cabido de Miranda do Douro levaram o próprio Rui de Alarcão a enviar uma carta de agradecimento pelo “*serviço de S. Magestade que Deos guarde e deffensão dessa praça*”<sup>696</sup>.

As exigências de Rui de Alarcão seguiram em várias missivas, entre 1641 e 1647, pedindo dinheiro ao Cabido para pagamento de soldados, para as fortificações da fronteira, ou ainda 4.000 cruzados para as fortificações de Juromenha. Mais tarde, o Governador das Armas, António Jacques de Paiva, iria também solicitar ao Cabido, mais concretamente em 1650, 4.000 cruzados, desta vez para assistência dos soldados que mandara de socorro a Monção<sup>697</sup>. Uma outra carta régia, de janeiro de 1642, ordenava que se tomassem por empréstimo os caídos do rendimento do Bispado de Miranda e de outros do Reino para acudir ao socorro da Índia e dos lugares de África<sup>698</sup>. Um pouco mais tarde, numa missiva de 28 de fevereiro, solicitava-se igualmente que o Cabido de Miranda enviasse à cidade do Porto “*a mayor quantidade de dinheiro que possa ser dos cahidos dessa perlazia*” para custear os galeões Santa Tereza e São João que estavam a fazer nessa cidade para servirem na armada do verão, dando o dinheiro por empréstimo à ordem do desembargador Paulo de Meireles Pacheco, responsável pelos ditos barcos. Os esforços da Mitra mirandesa deram novamente origem ao elogio régio, também para que o seu zelo não esmorecesse, agradecendo D. João IV, em carta de 20 de maio de 1642 “*o zelo com que procurais a segurança della [da praça de Miranda]*”, fazendo-lhes honra de enviar para a cidade duas peças de artilharia, a pólvora e as munições anteriormente pedidas, bem como ordens para se levantar as companhias necessárias “*para defensa della impedir ao inimigo as entradas e dano que faz nessa fronteira*”, confirmando que escrevera também ao Capitão-mor Pedro de Araújo de Sousa sobre o assunto<sup>699</sup>. O cabido da Sé de Miranda assim o fez.

Note-se ainda que, para a defesa da cidade de Miranda, no ano de 1643, para além de arrolar mais de cem eclesiásticos para ajudar na defesa, pagando-lhes 50 réis diários de pré, num total de 66.940 réis, financiaram também a vinda de 18 arrobas de murrão de Torre de Moncorvo para Miranda, com um custo de 28.660 réis. Para além desta ajuda,

---

<sup>696</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 544.

<sup>697</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, pp. 542-543.

<sup>698</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 539.

<sup>699</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, pp. 545-546.

pagaram mais 14.400 réis “*que se derão de socorro aos soldados da companhia da Bemposta que fez vir o Cabido por se temer da vinda do inimigo nesta praça e terra*”<sup>700</sup>, garantindo, desta forma, a segurança da fronteira mirandesa.

Um outro documento refere, mais tarde, que em 7 de julho de 1643 foi passada uma provisão ao reverendo recebedor para este dar 200.000 réis ao Capitão-mor, por empréstimo, para socorro dos soldados enquanto estes não recebessem o pagamento da autoridade central, devendo o dinheiro ser repostado aquando do primeiro pagamento. No mesmo mês, o recebedor das décimas, o cónego João Álvares de Carvalho, receberia outra ordem, desta vez para entregar 100.000 réis para pagamento dos clérigos que foram defender a praça de Miranda<sup>701</sup>.

O recebedor das rendas episcopais teria ordem, datada de 24 de outubro de 1643, para entregar 1.000 réis para munições e pagamento dos clérigos que estavam a defender ainda a praça<sup>702</sup> e, mais tarde, em 1645, os clérigos chamados para defender a cidade, também iriam receber, desta vez 59.520 réis, igualmente dos fundos da Mesa Episcopal, por provisão de 2 de dezembro<sup>703</sup>. Em novembro, o cónego recebedor deveria entregar 120.000 réis referentes ao pagamento aos clérigos que defendiam a praça, mas também para a compra de murrão e pagamento dos soldados que foram enviados de Bemposta para ajudar na defesa de Miranda. No mesmo mês, o Cabido desembolsou mais 10 cruzados para entregar ao sargento da companhia de Mogadouro, Cristóvão Telo, para este dar de soldo a 40 soldados pobres que ajudavam à defesa de Miranda.

As rendas da Mesa Episcopal também financiaram a vinda de pólvora do Porto para Miranda, através do almocreve Bartolomeu Gonçalves, com o custo de 80.000 réis, a 29 de julho de 1643. Outro almocreve será mencionado mais tarde, em fevereiro de 1644, neste caso António Tomé, almocreve de Valongo, a quem deram 40.000 réis para trazer pólvora e balas a Miranda. Este indivíduo desempenhou durante certo tempo um papel importante no abastecimento da cidade, sendo mencionado outra vez, a 25 de fevereiro de 1644. Nesta data, o recebedor das rendas da Mesa Episcopal registou uma provisão para dar 12.200

---

<sup>700</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 502.

<sup>701</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, pp. 546-547.

<sup>702</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 547.

<sup>703</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 548.

reais a António Tomé, sendo 6.000 referentes ao carroto de 16 arrobas de pólvora e balas, e os outros 6.200 réis para entregar ao doutor António Lopes Araújo, para mandar vir mais pólvora e balas. Ainda no mesmo ano, o mesmo almocreve, no mês de junho, receberia mais 5.000 réis por causa do carroto da pólvora e balas que trouxe do Porto, a 16 de março<sup>704</sup>.

Em agosto de 1644, o cabido irá desembolsar mais 50.000 réis para mandar vir pólvora do Porto, a que se acrescentaram outras ordens para pagar munições, balas e pólvora, uma de 9.020 réis e outra de 12.950 réis<sup>705</sup>. Contudo, no mês seguinte, o fronteiro Francisco de Sampaio escreveria ao Conselho de Guerra que a fronteira mirandesa estava sem dinheiro há muitos meses, pedindo ao rei para enviar por intermédio de um dos seus julgadores o dinheiro necessário e se fazer um depósito<sup>706</sup>.

Assim sendo, as rendas eclesiásticas serviram, até ao fim da Guerra da Aclamação, para os mais diversos fins militares. Será um bom exemplo a ordem de D. João de Sousa, governador das armas da província em 1644, exigindo que o Cabido entregasse ao pagador régio, Francisco Colmieiro de Morais, 2.000 cruzados para a compra de 25 cavalos que o rei exigia que fossem enviados para a praça de Miranda. Diz o texto que os cavalos, com selas, clavinas e pistolas, deveriam custar entre 33 e 35.000 réis<sup>707</sup>. A ordem seguiu a 4 de janeiro de 1645, pela qual o recebedor das rendas episcopais ficou encarregue de entregar 2.000 cruzados ao pagador geral da província, Francisco Colmieiro de Morais, para se comprarem os ditos 25 cavalos para a defesa de Miranda. Um pouco mais tarde, a 4 de março, o cabido daria ainda 7.340 réis a frei Pedro de Araújo, Capitão-mor de Miranda para pagar as balas de bronze que haviam chegado à cidade.

Em 1647, a 27 de abril, mais uma vez as rendas episcopais serviriam para pagar a António Moreira Pegas o transporte de uma peça de artilharia de Torre de Moncorvo para Miranda, somando 11.630 réis. No mês de novembro do mesmo ano, seriam necessários mais 5.905 réis para financiar um vestido, sapatos e meias destinadas a Pero Fernandes,

---

<sup>704</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 547.

<sup>705</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 548.

<sup>706</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 34, mc. 4-B, nº 373.

<sup>707</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 541.

um soldado que se passou de Espanha para Portugal e que entregou o reduto do Penedo Amarelo às forças portuguesas<sup>708</sup>.

Em 1648, o Cabido continuava a contribuir para o esforço de guerra na região, substituindo mesmo a Coroa na concretização dos pagamentos aos soldados e outros homens que pegavam em armas para defender Miranda e a restante região. Para isso, ordenou ao cónego Domingos Pires Urbano que retirasse das rendas episcopais os pagamentos dos soldados existentes na cidade de Miranda, “*por termos noticia certa que o inimigo faz preparação para entrar nesta terra*”. Este apoio eclesiástico derivava da razão de “*não aver dinheiro de Sua Magestade e a praça estar muito falta de gente muy arriscada se se não meter gente nella*”. Os pagamentos referiam-se especificamente aos soldados que tinham chegado do Alentejo e que pertenciam ao arrolamento de Miranda<sup>709</sup>. Deste modo, passaram provisões sobre as rendas episcopais no valor de 2.000 cruzados para o pagador geral Sebastião de Figueiredo Sarmento, para o pagamento dos soldados da província, a 1 de agosto, e 90.920 réis para socorro dos clérigos e dos homens que mandou o fronteiro Francisco de Sampaio para defender a cidade<sup>710</sup>.

No ano seguinte, em 1649, quando Rui de Alarcão mandou postar uma companhia de soldados auxiliares em Miranda, não se esqueceu de solicitar ao Bispado a ajuda para o sustento destas tropas através do dinheiro dos caídos, relembrando uma ordem régia nesse sentido, pedindo ao bispo que lhe remetesse a quantia de 2.000 cruzados para tal despesa<sup>711</sup>. Para além desta quantia, a 4 de julho o Cabido passou uma nova provisão para entregar 100.000 réis ao cónego Manuel Pires Urbano para socorrer a gente de guerra e os clérigos que, mais uma vez, defendiam a praça, efetuando o pagamento dos soldos das tropas num total de 200.000 réis para os soldados volantes<sup>712</sup> e auxiliares que tinham vindo em socorro de Miranda, divididos os pagamentos pelos meses de agosto e setembro. A 18 de julho, mandariam também entregar ao próprio recebedor das rendas, o cónego Manuel Antunes de Paiva, a soma de 19.000 réis para este ir de Chaves a Bragança falar com o conde governador “*para que mandasse socorro a esta cidade por o inimigo andar por esta terra*

---

<sup>708</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 548.

<sup>709</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 502.

<sup>710</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 549.

<sup>711</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 505.

<sup>712</sup> ALMEIDA, 2018, volume 12, p. 27.

*roubando e destruindo tudo*". O pagamento das tropas pelo Cabido voltaria a repetir-se em maio de 1652, com uma provisão datada do dia 29, para se dar das rendas do Bispado 800.000 réis para a paga dos soldados<sup>713</sup>.

Durante o reinado de D. Afonso VI as contas seriam ainda mais difíceis. Em carta datada de 22 de dezembro de 1662, o rei acusava o cabido de Miranda de estar em falta com o rendimento das décimas cobradas no Bispado e que eram necessárias "*no sustento da guerra dessa provincia*", estranhando o descuido dos eclesiásticos relativamente a este assunto. Apesar de o Cabido indicar ao rei que havia dado um conto de réis ao Conde de Mesquitela, na altura Governador das Armas da província transmontana, mais 3.000 cruzados para a remonta da cavalaria, o mesmo governante não deixou de exigir ao ouvidor de Bragança um rol com as pessoas a quem se deveria cobrar o dinheiro. A Mitra dava anualmente 2.000 cruzados para as despesas da guerra e o dinheiro em causa estava fora dessas contas, ameaçando que, se as dívidas não fossem saldadas, punha em sequestro as rendas do Cabido e da Mitra de Miranda<sup>714</sup>.

A própria Rainha, surgiria a pedir dinheiro aos eclesiásticos de Miranda. Em carta de julho de 1661, queixando-se de ter uma "*tão atenuada fazenda*" devido ao prolongamento da guerra, solicitava que o Cabido reservasse uma parte do dinheiro das esmolas para socorro dos soldados estropiados ou impossibilitados da milícia". Nesta última fase da guerra, o Conde de Mesquitela irá pedir também ao Cabido, em carta de 24 de fevereiro de 1661, a soma de 2.000 cruzados para reparos e carretos para a artilharia das praças da província, bem como para se ferrarem os cavalos. O Conde de São João fará o mesmo, solicitando, em 27 de abril de 1662, 4.000 cruzados para a compra de cavalos para a remonta e, a 3 de abril do ano seguinte, 2.000 cruzados para a remonta da cavalaria que seguiria mais tarde para o Alentejo.

A 12 de março de 1667, o rei ainda pediria ao Cabido para financiar as selas necessárias para a cavalaria da região com 2.000 cruzados, a partir de uma carta do Conde de São João, para além dos 4.000 cruzados pedidos pelo Mestre de Campo Diogo de Brito Coutinho<sup>715</sup>. Estes 4.000 cruzados tinham sido pedidos pelo dito Diogo Coutinho,

---

<sup>713</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, pp. 549-550.

<sup>714</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 540.

<sup>715</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, pp. 554-555.



governador interino por ausência do Conde de São João, motivado pela urgência em arrecadar o dinheiro devido às ações do inimigo, pedido que causou grande consternação no Cabido e que levou a uma exposição ao rei. Nesta exposição, declarava-se que, até à data, tinham já despendido mais de 150.000 cruzados, além de um conto de reis pagos todos os anos a partir de donativos e de décimas, *“cortando pelas obrigações e encargos desta mitra deixando de acudir ao culto desta igreja e ornamentos della de que esta muito falta e as necessidades dos pobres”*. Este pedido colocava dois problemas: em primeiro lugar, o governador interino tinha feito grande pressão junto do Cabido para que a cobrança se realizasse, enviando por duas vezes um Sargento-mor *“com ordem para nos empressar e notificar nos avia por emcampada a provincia e ostillidades della se não contribuíssemos”*; em segundo lugar, a mesma soma tinha já sido entregue ao Conde de São João. O cabido, neste ponto, avisava o rei que o dinheiro, saído dos donativos dos anos de 1664 e 1665, ainda não tinha sido efetivamente entregue porque o Bispado não o tinha, pedindo ao rei *“que não nos ordene de lhos dar pois se gastarão nas despesas da guerra desta provincia”*<sup>716</sup>.

### 3.3. As dificuldades no sustento das tropas

Relativamente ao suporte económico das tropas, um pouco por toda a Europa, a realidade era a mesma: os soldados eram pobres e os oficiais, de estratos superiores, possuíam uma posição económica mais favorável<sup>717</sup>. De facto, enquanto os oficiais superiores se mostravam mais preocupados com a sua comodidade do que com a chefia militar, a penúria económica dos soldados provocava, de um lado e do outro da raia, um desinteresse geral pelas campanhas e, por consequência, deserções massivas<sup>718</sup>.

Em Portugal, o abastecimento do exército estava a cargo do vedor geral, que superintendia à compra e carregamento dos mantimentos, tendo a missão de providenciar o bom andamento dos “socorros” às tropas, ou seja, dos pagamentos aos soldados dos

---

<sup>716</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 556.

<sup>717</sup> CORTÉS CORTÉS, 1991, p. 56.

<sup>718</sup> CORTÉS CORTÉS, 1991, p. 58.

terços, e do aprovisionamento do exército quanto à distribuição de pólvora, murrão e balas, registando as armas entregues aos soldados e oficiais, tratando do “pão de munição”, e garantindo o aprovisionamento local do exército e dos hospitais<sup>719</sup>. Os cereais, por exemplo, eram comprados e guardados temporariamente nos armazéns do *assento*, sendo posteriormente transportados em carretas requisitadas para o seu transporte até às praças<sup>720</sup>.

A situação do soldo dos soldados nunca foi, contudo, pacífica. Uma das características da Guerra da Aclamação foi a particularidade de o governo central promover as “expensas próprias”, ou seja, aliciar os que podiam sustentar a sua situação a abdicar deste pagamento. Lentamente, contudo, o soldo foi sendo entendido como contrapartida justa relativamente ao serviço no exército, visível na transformação de várias companhias de cavalos auxiliares em tropas pagas na província, bem como a passagem dos terços auxiliares a pagos, também na região de Trás-os-Montes<sup>721</sup>.

Durante a Guerra da Aclamação, o pré diário de um soldado era de 50 réis. Em 1641, por exemplo, a mesada para o vencimento dos soldados, para os meses de verão, entre junho e outubro, era de cerca de 38 contos de réis, o que apenas permitia pagar a 65% dos efetivos militares, baixando esta média para 38% nos meses de inverno. Em 1666, segundo um relatório inglês, os militares portugueses eram pagos apenas dois meses por ano<sup>722</sup>. Do dinheiro auferido, que correspondia geralmente ao meio soldo, o soldado deveria descontar para o pão de munição, para a palha e cevada, para o contrato e arca (200 réis por mês), e para o hospital (50 réis, a partir de 1648)<sup>723</sup>. No que dizia respeito às tropas estrangeiras, o soldo dependia da categoria social e do prestígio do combatente. Para além do soldo normal, existiam também as “vantagens” e “entretenimentos”, as primeiras concedidas por atos de bravura, as seguintes funcionando como mercê enquanto o indivíduo não fosse provido de um cargo efetivo, designado normalmente na documentação como soldado “entretido”. Os requerimentos individuais também podiam dar origem às “ajudas de custo”<sup>724</sup>.

---

<sup>719</sup> COSTA, 2010, p. 51; BORGES, 2015, p. 295.

<sup>720</sup> BORGES, 2015, pp. 293-295.

<sup>721</sup> FREITAS, 2007, p. 194.

<sup>722</sup> ESPÍRITO SANTO, 2009, pp. 213-214.

<sup>723</sup> FREITAS, 2007, pp. 197-198.

<sup>724</sup> FREITAS, 2007, pp. 198-199.

No entanto, o principal problema do soldo dos militares era o atraso frequente, como já foi exposto. Obtido através da décima militar, a irregularidade na coleta deste imposto geral traduzia-se em complicações frequentes. Veja-se o exemplo do Ajudante Manuel Pereira das Neves. Numa consulta do Conselho de Guerra, datada de 7 de fevereiro de 1642, refere-se que o rei lhe passou carta para serem pagos 10 meses em atraso do tempo em que serviu na comarca de Trás-os-Montes, acrescentando o Ajudante o pedido de duas pistolas com peito, espaldar, murrião e gola, por conta do seu soldo, “*pera servir com ellas (...) por andar sempre na campanha de dia e de noite descobrindoa e reconhecendoa com armas de empréstimo*”<sup>725</sup>.

Por vezes, a falta de fundos era tão grave que dava origem a desordens provocadas pelos próprios oficiais. Foi o que aconteceu em setembro de 1642, quando um tenente e o capitão-mor de Miranda, com ordens do governador das armas, entraram com soldados na casa do cunho da moeda em Vila Real e em Miranda, obrigando os oficiais régios a entregarem 22.000 cruzados que deveriam seguir para Lisboa<sup>726</sup>, o mesmo acontecendo em outras partes do País. A consulta de 14 de maio de 1643 advertia para a gravidade deste problema. Tendo o capitão-mor de Miranda efetuado uma queixa sobre a falta de “socorro” para a gente de guerra que assistia na praça, os elementos do Conselho de Guerra estranhavam a falta de pagamento aos soldados do presídio<sup>727</sup> de Miranda, “*sendo certo e pontual o socorro dos seis mil cruzados*” mensais destinados à província de Trás-os-Montes<sup>728</sup>. No entanto, na consulta de 25 de setembro de 1646, o governador Alarcão queixava-se de que o dinheiro do mês de agosto ainda não tinha chegado<sup>729</sup>.

Um outro exemplo ocorreu em julho de 1645, escrevendo o governador D. João de Sousa ao rei, alertando-o para “*as muitas e grandes necessidades que padece a gente de guerra daquela Provincia por aver cinco meses que se lhe falta com os socorros*”, relatando o caso de 50 soldados de cavalaria de Chaves que, procurando retirar a sua sobrevivência por outros meios, disseram que “*iam furtar o inimigo*”, mas que tinham

---

<sup>725</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 21, mc 2A, 41.

<sup>726</sup> FREITAS, 2007, p. 256.

<sup>727</sup> BLUTEAU, 1713, tomo 4, p. 150.

<sup>728</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, maço 3, nº 38.

<sup>729</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 40, mc. 6-A, nº 324.

começado por saquear alguns lugares em território português, “*tomando mantimentos e capotes*”, tal era a necessidade de garantirem o seu sustento<sup>730</sup>.

Genericamente, durante a Guerra da Aclamação, o dinheiro disponível permitia sustentar uma força mais pequena do que o previsto, assentando-se 120.000 cruzados para os meses de junho a outubro, e 80.000 cruzados para o resto do ano, abatendo-se sempre uma parte para os gastos com munições e embaixadas, dividindo-se o restante entre as províncias<sup>731</sup>. Curiosamente, verifica-se que os soldos destinados a Trás-os-Montes acabam por ser ligeiramente mais elevados do que na sua congénere nortenha, a província do Minho, o que significa que a fronteira transmontana possuía a importância necessária para que tal acontecesse. De facto, na distribuição de 1646, a província de Trás-os-Montes recebeu a terceira maior quantia destinada às províncias, tanto no total, como no dinheiro destinado à infantaria e cavalaria, o que significa que este território merecia uma atenção considerável por parte do poder régio e das autoridades militares, ultrapassando o Minho tanto nos meses de Verão como nos de Inverno, pelo menos na primeira fase da guerra.

Durante o ano, as consignações eram, portanto, divididas entre o “verão”, de junho até outubro, e de “inverno”, período que se estendia de novembro até maio. As mesmas eram maiores entre junho e outubro, meses tradicionais de campanha. Muitos soldados não eram, no entanto, remunerados. Na província de Trás-os-Montes, por exemplo, mais de metade dos efetivos tinha de se sustentar sem soldo<sup>732</sup>. Os que recebiam a “mesada”, normalmente não a recebiam a tempo e horas, verificando-se atrasos de seis a oito meses, ou mesmo de vários anos. Foi o que aconteceu em 1643, quando foi necessário pedir um empréstimo de 200.000 réis ao cabido para o capitão-mor pagar o que devia aos soldados estacionados em Miranda, “*porquanto se vão deste presídio*”<sup>733</sup>. O mesmo aconteceu no ano seguinte, 1644, de acordo com uma notícia dada pelo governador de Moncorvo, Francisco de Sampaio, que se queixava ao cabido de Miranda que, devido à falta de pagamento durante o inverno, faltavam alguns soldados nas duas companhias pagas estacionadas nesta parte da fronteira. O mesmo governador esclarecia também que outros

---

<sup>730</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 35, mc. 5, nº 86.

<sup>731</sup> COSTA, 2012, pp. 202-203.

<sup>732</sup> FREITAS, 2007, p. 202.

<sup>733</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 546.

soldados tinham sido dispensados por doença e outros tinham regressado a casa, porque “*como lhe tomei de dois filhos hum e alguns destes morrerão o fiz por se lhe não acabar sua caza e família*”, dizendo ainda que se houvesse dinheiro não faltaria gente para assentar praça<sup>734</sup>.

Em geral, Trás-os-Montes recebia, em 1646, 3.500.000 réis de mesada, o que permitia sustentar 1.335 soldados num total de 1.810, ou seja, 73,8% das tropas<sup>735</sup>, situação que iria piorar no “inverno” do ano seguinte, altura em que as tropas apenas receberam 2.200.000 réis para o seu sustento, soldo que serviu apenas 830 homens, correspondendo a 45,9% do total. Em 1652, por exemplo, o decreto de 13 de setembro ordenava que a consignação do pão de munição para Trás-os-Montes, haveria de importar em 1 conto e 70.000 réis, e a mesada dos soldados somaria 2 contos e 380.000 réis<sup>736</sup>. Contudo, a carência sistemática que atingia as tropas conduzia a situações de miséria que afetavam tanto oficiais como soldados e a proliferação do recurso ao crédito junto da comunidade local. A situação iria agravar-se na última fase da guerra, quando as decisivas campanhas dariam prioridade ao armamento e municionamento, em detrimento do soldo dos soldados.

Por isso, uma das formas mais comuns de sustento das tropas, durante a Guerra da Aclamação, seria o saque e a pilhagem do outro lado da fronteira, como já foi referido, atividades regulamentadas pelo Regimento das Fronteiras e pelo Regimento do Vedor Geral do Exército, e complementados pelo Regimento do Quinto das Presas, de 9 de agosto de 1658. Estas incursões tornavam-se essenciais, muitas vezes, para o sustento dos soldados, servindo indubitavelmente como fonte de rendimentos para os soldados e para os oficiais<sup>737</sup>.

A pilhagem era, de facto, o sustentáculo principal da cavalaria e fator essencial de desorganização da economia do lado inimigo<sup>738</sup>. O quinto de todas as presas pertencia ao rei, sendo o restante distribuído pelos militares, pelo comandante da operação, pelos superiores que davam as ordens e pelo auditor geral que procedia à distribuição. As incursões dependiam dos interesses particulares ou da convergência entre os vários

---

<sup>734</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 552.

<sup>735</sup> FREITAS, 2007, p. 203.

<sup>736</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, mc.12, nº 32.

<sup>737</sup> FREITAS, 2007, p. 260.

<sup>738</sup> COSTA, 2010, p. 200.

elementos das unidades, sendo facilitadas pela boa localização relativamente à fronteira, transformando-se, muitas vezes, numa guerra privada, contrária aos próprios interesses da Coroa<sup>739</sup>. As presas mais importantes eram o gado e os cavalos, que permitiam preencher o número de montadas nas unidades. Muitas vezes, os soldados também complementavam o saque com mobília, roupas ou armas. O problema é que os soldados também agiam desta forma no próprio Reino, como em setembro de 1642, quando chegou a Lisboa a queixa de que as dificuldades dos milicianos os levavam a tomar dos povos roupa, cavalgaduras, bois e carros de lenha, “*e as molheres as forção pelos caminhos*”<sup>740</sup>.

Para tentar diminuir as dificuldades dos soldados, os capitães das ordenanças receberam ordens para fazer farinha, mas também o resultado não foi o desejável porque a exigiram à população que tinha sido atingida pelos ataques inimigos, “*aliviando os riquos as lançarão aos pobres, como fizeram aos moradores dos lugares queimados, a quem ardeo tudo quanto tinham*”, quando poderiam ter utilizado o pão das pessoas ricas, das comendas e rendas vagas, com mil alqueires “*em suas tulhas*”<sup>741</sup>. Por isso, o aprovisionamento e a distribuição dos mantimentos destinados aos soldados e aos animais eram uma preocupação cada vez mais premente, uma vez que a logística não supria as necessidades dos exércitos em campanha, devendo estar a cargo do provedor de cada exército.

Efetivamente, para o soldado, o mais importante era o “pão de munição”, que diariamente correspondia a 459 gramas<sup>742</sup>. Este produto era a base da alimentação dos soldados, e era confeccionado muitas vezes em fornos de campanha, produzido em moinhos individuais ou nos moinhos das comunidades locais. O biscoito também entrava na dieta das tropas, sobretudo em períodos de campanha. Também em campanha o soldado recebia uma ração de carne, que, no fim da Guerra da Aclamação se tornou diária. A acompanhar, o vinho era recomendado, mesmo pelos tratadistas, como forma de aumentar a coragem do soldado. Assim, no final da Guerra da Aclamação, a ração diária de um homem era composta por duas libras de pão fresco ou 1,5 libras de biscoito, 1 quartilho de vinho, 1

---

<sup>739</sup> FREITAS, 2007, p. 267.

<sup>740</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 24, mc. 2E, 281-1.

<sup>741</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 24, mc. 2E, 281-1.

<sup>742</sup> FREITAS, 2007, p. 217.

libra de carne de vaca ou 6 onças de toucinho. Os animais, por sua vez, recebiam salamim<sup>743</sup> e meio de cevada<sup>744</sup>. A ração para os cavalos deveria ser de meio alqueire de cevada por dia e, quanto à palha, esta seria distribuída a 10 arráteis de peso por cavalo<sup>745</sup>.

### 3.4. As diferentes fases da guerra

A Guerra da Aclamação, por se prolongar ao longo de quase três décadas, passou por várias fases distintas, que foram sistematizadas e temporizadas por diversos autores, de formas variadas e tendo em conta diferentes fatores. O Abade de Baçal considerava, por exemplo, que para o teatro de guerra transmontano deveríamos falar de três fases: 1ª fase (1641-44), caracterizada pela luta irregular limitada em efetivos militares e com larga intervenção das populações; 2ª fase (1645-59), igual à anterior, com períodos de acalmia e sem participação das populações; 3ª fase (1660-67), luta menos irregular, caracterizada pela agressividade do conde de S. João<sup>746</sup>.

No entanto, para analisar um conflito tão longo, devemos perceber que as opções estratégicas eram também tomadas tendo em conta os importantes condicionantes das campanhas militares. O tempo ideal para as campanhas era entre abril e junho, e entre setembro e novembro, uma vez que, no primeiro caso, já se podia vadear os rios, e, no segundo, já tinha passado o calor excessivo do Verão. De facto, as chuvas excessivas podiam transformar os caminhos em lodaçais terríveis, e o calor extremo condicionava de forma determinante o progresso de qualquer exército no terreno e, sobretudo, a falta de água para o seu abastecimento. Um exército de grandes dimensões progredia apenas duas léguas por dias, e ainda mais lentamente se tivesse necessidade de atravessar os rios. Por outro lado, o seu raio de ação estava limitado pela capacidade para subsistir em território

---

<sup>743</sup> O selamim era a décima sexta parte do alqueire, medida de grãos, farinha, etc (Cfr. BLUTEAU, 1789, tomo 2, p. 386).

<sup>744</sup> ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 219.

<sup>745</sup> COSTA, 2010, p. 55.

<sup>746</sup> ALVES, 2005, p. 28; LOPES e CARNEIRO, 2015, p. 148.

inimigo, que normalmente não ultrapassava 20 a 30 dias, mediante os abastecimentos que os soldados levavam consigo<sup>747</sup>.

Sendo assim, propomos que a Guerra da Aclamação, na fronteira mirandesa, seja visualizada em três fases, estendendo-se a primeira fase de 1641 a 1658, coincidindo com uma guerra de baixa intensidade, irregular na sua estratégia e caracterizada por sucessivas entradas em território inimigo, pautada por pequenas escaramuças e alguns combates de maior importância; a segunda fase, compreendendo o período de 1659 a 1662, formada por uma maior intensidade provocada pela ação do Conde de Mesquitela, D. Rodrigo de Castro, quer no aumento dos efetivos militares disponíveis, quer no reforço das fortificações existentes na província; finalmente, uma terceira fase, de 1662 a 1668, que consideramos a continuação da fase anterior, mas com a originalidade da ação, ainda mais eficaz e agressiva do Conde de São João, D. Luís Álvares de Távora, que promoveu vários ataques aos territórios da Galiza e de Castela, enquadrados numa estratégia mais abrangente de “diversão” do inimigo, com o objetivo de facilitar as operações militares portuguesas noutras fronteiras.

#### 3.4.1. Primeira fase (1641-1658)

No final de 1640, não existia em Portugal um exército uniforme e capaz, nem existiam comandos eficazes. Por isso, as transformações ao nível militar pressupunham uma atualização que os portugueses não tinham ainda acompanhado, alterações derivadas sobretudo do predomínio, nos campos de batalha europeus, das tropas apeadas em detrimento da cavalaria, da generalização do fuzil e da maior precisão e alcance da artilharia<sup>748</sup>. As experiências de Gustavo Adolfo, no sentido de uniformizar os seus soldados, aligeirar a artilharia e combinar melhor as três armas tinham cada vez mais eco por toda a Europa, mas ainda eram desconhecidas no território português.

No caso da cavalaria, por exemplo, o início da Guerra da Aclamação foi algo confuso, sinal desta adaptação forçada. Assim, devendo existir companhias de couraças,

---

<sup>747</sup> BORGES, 2015, p. 78.

<sup>748</sup> BEBIANO, 2000, p. 445.



arcabuzeiros e dragões, o facto é que, nos primeiros anos, pelo menos até 1648, todas se chamavam de cavalos couraças<sup>749</sup>. A artilharia, corpo criado por Alvará de 28 de dezembro de 1640, ficaria sob a jurisdição do Tenente-General de Artilharia, dizendo-lhe respeito todo o material de guerra, armas, pólvora, artilharia, fundição, fortificação e defesa das praças. A artilharia era constituída por artilharia de sítio, de posição e de batalha, e os artilheiros das fortalezas saíam do corpo dos bombardeiros da *nomina* (100 estrangeiros e 200 portugueses), uma escola prática. Para o aprovisionamento da artilharia foram fundadas fábricas de ferro no Prado, em Tomar, bem como de salitre e pólvora em várias comarcas, reorganizando-se também a fundição de balas e artilharia<sup>750</sup>.

No início da Guerra da Aclamação, as autoridades militares transmontanas avisaram imediatamente o rei para a necessidade de colmatar as falhas na defesa da região, sobretudo no que dizia respeito ao estado das fortificações, muitas delas em mau estado de conservação devido à ruína provocada pela desativação da fronteira durante o período filipino.

Afinal, esta era a realidade em todo o reino, tal como se admitiria nas Cortes de 1641, onde se iria pedir ao rei que os alcaides-mores tratassem de reparar as fortificações a seu cargo, e que “*assistindo em seus castellos, tratem por meyo de Architectos, engenheiros, ou mestres de obras de por os castellos, & fortalezas no estado em que estavão no tempo do senhor Rey Dom Sebastião, pois tudo assim he necessário prevenir pera mayor segurança*”<sup>751</sup>. Nas mesmas Cortes de 1641, os Estados também referiram que o reparo dos muros se sustentava sobretudo nas terças das rendas das Câmaras, solicitando-se ao monarca que estas terças “*se não gastem, nem apliquem a outra cousa, pello grande damno que dahi resultaria*”<sup>752</sup>. Um pouco mais tarde, um decreto de 28 de fevereiro de 1646, determinava que nas fortificações dos lugares de fronteira não se fizessem despesas inúteis e que apenas se praticassem as despesas que fossem julgadas de absoluta conveniência para a defesa dos respetivos lugares<sup>753</sup>.

---

<sup>749</sup> BORGES, 2015, p. 280.

<sup>750</sup> CENTENO, 2008, pp. 28-29.

<sup>751</sup> Capítulos Gerais, Cortes de 1641, 1645, fl. 34.

<sup>752</sup> Capítulos Gerais, Cortes de 1641, 1645, fl. 36.

<sup>753</sup> Synopse, vol. 1, 139; A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, mç. 6, n° 51.

De facto, o novo conflito levou a repensar a lógica de defesa em toda a fronteira. Por exemplo, em 1642, o capitão-mor da vila de Outeiro alertou o conselho de guerra que era necessário prover o castelo de homens e equipamentos, respondendo o mesmo conselho que, “*se não se puder por em estado defensável, muito melhor sera arrazalo que estar exposto á vontade do inimigo*”. Esta hipótese não chegou a ser concretizada, mas reflete bem o pensamento da época relativamente a estruturas mais antigas. Mesmo assim, o conselho de guerra considerou necessário realizar uma vistoria ao castelo por parte do engenheiro-mor Lassart e de Gregório de Valcacar, em conjunto com o próprio fronteiro, para que “*como ali chegarem para o que convier fazer se obre com fundamento*”. Numa carta datada de 17 de novembro do mesmo ano, o capitão-mor de Outeiro pedia autorização para levantar o dinheiro e acabar algumas obras que eram necessárias no castelo, queixando-se que o fronteiro-mor Rui de Alarcão não dava a atenção devida à fortificação<sup>754</sup>. O conselho de guerra iria receber uma outra carta, datada do dia 20 do mesmo mês, desta vez da parte do fronteiro da zona do Freixo, Francisco de Sampaio, também interessado em realizar obras no castelo do Freixo de Espada à Cinta, nomeadamente uma barbacã e uma atafona, mas dizendo também que o esperado Lassart ainda não havia chegado<sup>755</sup>.

Uma carta de D. João IV, datada de 3 de fevereiro de 1648, dará conta da necessidade de efetuar mais reparações nas fortificações de Miranda e de outras praças. O rei, dirigindo-se ao Cabido de Miranda, indicava que o bispo D. Pedro de Meneses devia receber uma quantia destinada “*para as fortificações e provimento da gente de guerra que assiste nas praças desta provincia*”. A mesma necessidade seria registada num outro documento, de 1 de julho do mesmo ano, sobre o dinheiro “*que tendes despendido para as fortificações e provimento das fronteiras do Reyno*”<sup>756</sup>.

O Conselho de Guerra sugeria, de facto, a repartição dos dinheiros destinados às fortificações do Reino, ou, pelo menos, a urgência na sua concretização. Assim, em abril de 1649, numa consulta do Conselho, este receberia indicação para dizer como se deviam repartir pelas diversas províncias os 14 contos obtidos dos rendimentos das terças, para este

---

<sup>754</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 26, nº 408.

<sup>755</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 26, mç. 2E, nº 467; mç. 2G, 420.

<sup>756</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 504.

montante ser entregue pelos contratadores aos governadores das armas, “*para que cada hum dispenda o que lhe tocar*”<sup>757</sup>. O rendimento das rendas obtidas pela cobrança das terças era extremamente importante para a concretização das reparações nas fortificações. Como é evidente, o dinheiro provinha de outras fontes, nomeadamente da eclesiástica, como aconteceu em Miranda. Em 26 de novembro de 1649, por exemplo, o cabido passaria uma provisão para que o recebedor das rendas episcopais entregasse 2.000 cruzados ao desembargador Francisco Giraldes, tesoureiro do dinheiro das fortificações da cidade de Miranda, nomeado pela câmara, “*o qual dinheiro mandou Sua Magestade separar das ditas rendas para as ditas fortificações*”<sup>758</sup>.

Contudo, na primeira fase da guerra da Aclamação era evidente a falta de artilheiros. Os problemas que se punham relativamente à defesa das fortificações daria mesmo origem a um pedido dos Estados, nas Cortes de 1641, para que se providenciassem mestres para ensinar aos artilheiros das fortalezas o uso correto dos seus aparelhos, “*& se lhes fação seus pagamentos a tempo, com que aja muitos artilheiros no Reyno, & bons officiaes, porque muita falta dellas ha*”, de forma a não depender tanto dos estrangeiros, “*que não guardão a fidelidade que convem*”<sup>759</sup>.

O maior problema era, efetivamente, a falta de “*um exército autónomo e de um esforço de guerra nacionalmente apoiado*”. Reduzida a atividade militar em território nacional, a experiência de alguns militares portugueses que participaram nas primeiras ações militares, fora adquirida nos campos de batalha da Flandres ou do Brasil, onde, de forma efetiva, se depararam com novas formas de fazer a guerra, uma autêntica “*escola de capitães*”, como lhe chamaria D. Francisco Manuel de Melo<sup>760</sup>. Aliás, este oficial publicara, ainda em 1637, a sua “*Politica militar y avisos de Generales*”, que tinha como mérito fazer eco das mais recentes ideias e que, certamente, era um texto a ter em conta nos círculos militares portugueses, no início do conflito.

Apesar do início das hostilidades, em 1641, e da reorganização militar motivada pela Aclamação, sentiram-se várias dificuldades ao nível local. D. João IV, como forma de

---

<sup>757</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 308, mç. 9, nº 22.

<sup>758</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 549.

<sup>759</sup> Ver Anexo 3, Quadro 35.

<sup>760</sup> BEBIANO, 2000, pp. 399-400.

procurar alargar a sua base de apoio, permitiu várias isenções, por isso, as listas de ordenanças começaram a ficar mais vazias, retirando-se delas os membros das classes privilegiadas dos concelhos, ou isentando-os do serviço de defesa das praças e fortalezas. Esta situação levou a que, em 1646, as ordenanças deixassem de ter qualquer obrigação militar: “*passaram a ser listas de homens, sem qualquer privilégio social ou funcional, que podiam ser recrutados para o Exército, por meio das levas*”<sup>761</sup>. Tendo em conta esta realidade, as ordenanças não constituíram a terceira linha do exército de campanha, servindo mais como distritos de recrutamento utilizados apenas em tempo de guerra, quando se pedia aos seus membros para comparecerem de forma voluntária<sup>762</sup>, pelo menos durante a Guerra da Aclamação.

O exército de D. João IV, irá então organizar-se em distritos de recrutamento e unidades territoriais. As tropas dividiam-se em exército de linha, ou seja, os soldados pagos<sup>763</sup>, organizados em terços, milícias e tropas auxiliares, também organizada em terços, de recrutamento e comando local, podendo ser usados para reforçar as anteriores e guarnecer as fortificações, e tropas territoriais, as ordenanças compostas por todos os homens entre os 16 e os 70 anos, que substituíam as tropas em campanha na guarnição das praças.

No entanto, existiam muitos problemas, nomeadamente o conflito entre os critérios de honra e a indiferenciação social, que levavam a nobreza a recusar a participar nos exercícios militares, ou considerando a permanência nas companhias uma forma degradante de participar na guerra. Por isso, a resistência da nobreza local era um dos principais fatores que obstavam às levas ordenadas pelo rei. A eleição dos capitães da ordenança pelas câmaras locais trazia também inconvenientes, escusando-se muitos dos mais ricos ao serviço militar<sup>764</sup>.

Como forma de resolver os problemas existentes, a partir de 1645 começaram a ser “levantados” os terços de auxiliares, que iriam prestar importantes serviços durante a

---

<sup>761</sup> BORREGO, 2006, p. 61. A “leva de gente” consistia na “*condução de reclutas militares*” (cfr. BLUTEAU, 1789, tomo 1, p. 17).

<sup>762</sup> BORREGO, 2006, 62

<sup>763</sup> Cfr. *Dicionário de História de Portugal*, SERRÃO, Joel, Dir., volume II /E-MA, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, p. 163.

<sup>764</sup> COSTA, 2012, p. 160, 162.

Guerra da Aclamação e os conflitos seguintes, criados precisamente para suprir as dificuldades das ordenanças, ficando com a função de guarnecer as praças<sup>765</sup>.

Por vezes, as relações entre as autoridades militares também colocavam entraves na boa consecução das medidas defensivas. Em 1642, quando o fronteiro Rui de Alarcão se encontrava em Miranda, “*dando ordens ao reparo daquella Cidade*”, foi impedido pelo capitão-mor Pero de Melo de se dirigir à Sé com o objetivo de cobrar 6.000 cruzados ao Cabido da Sé, “*levando consigo gente amotiniada, não guardando as ordens que sobre isto dava*”, fechando inclusivamente as portas da cidade para o impedir de sair de Miranda, queixando-se o fronteiro que Pero de Melo “*teve palavras comigo, e metteo hua espingarda no rosto para me tirar com ella*”<sup>766</sup>.

Ainda em junho desse ano, um papel sem data e sem assinatura analisado pelo conselho de guerra, daria conta que o fronteiro tinha pouca experiência e era mal aconselhado “*por homens pouco fieis*”, sobrinhos de Francisco Pereira Pinto, criados do Marquês de Vila Real, e que nada tinha feito até ao momento senão vexar os povos, de tal ordem que se dizia “*que o castelhano era menos tirano*”. A queixa comprometia visivelmente Alarcão, acusado de impedir a colheita e a sementeira das novidades por obrigar os homens a permanecer nos fachos a toda a hora, sem necessidade alguma. Era também acusado de negar pólvora “*quando se esta as pelouradas com o inimigo, dizendo que atirem com area e fação dos dentes pelouros*”, negando inclusivamente alimentos para a população, respondendo, de acordo com a denúncia “*que comão terra obrigandoos assi a que pegassem de uvas verdes com abobaras cruas com a necessidade que padeciam*”<sup>767</sup>. As queixas contra o fronteiro e as irregularidades na sua administração levariam o rei a ordenar que este se apresentasse em Lisboa e que o conselho de guerra propusesse pessoas mais idóneas para o governo daquelas fronteiras<sup>768</sup>, o que não impediria o seu regresso ao governo das armas da província, pouco tempo depois. O fronteiro também não tinha boas relações com o capitão-mor de Outeiro, queixando-se este ao conselho de guerra que Rui

---

<sup>765</sup> COSTA, 2010, pp. 179-180.

<sup>766</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç. 2b, 74.

<sup>767</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 23, mç. 2C, 169.

<sup>768</sup> Synopse, vol. 1, 57; 1642.09.13, Decretos, mç. 2, n° 89.

de Alarcão não dava a atenção necessária ao seu castelo, denunciando mesmo que ele passava pela região “*sem vir ver nem sequer subir asima*”<sup>769</sup>.

A falta de efetivos militares também foi uma preocupação dos governadores das armas da província, sobretudo de D. João de Sousa. No início de 1643, D. João pediria o aumento do número de oficiais e de tropas, mas a resposta do poder central seria sempre contrária às suas expectativas: ao pedido de 3 sargentos-mores, o Conselho de Guerra respondeu que lhe bastava um, tendo em conta que existiam apenas 1.100 soldados em Trás-os-Montes; pedindo três ajudantes para além dos que já existiam no terço da província, o Conselho respondeu que esta função era dos sargentos-mores das comarcas, podendo o governador acrescentar apenas um ajudante a cada um; pediu 10 capitães pagos e 10 sargentos para as companhias de ordenança, mas só lhe deram 6 sargentos práticos, dizendo que o resto era incomportável; o governador pediu também 400 cavalos, mas apenas lhe concederam 100, “*pagandosse do que cresce dos soldados e artilheiros que se pagão da fazenda de Sua Magestade e que hoje se hão de pagar do dinheiro das decimas*”. Finalmente, perguntando o governador como poderia defender a província com tão poucos soldados, o Conselho responderia que “*procurasse que as praças tenham capitães mores soldados que tragão a gente bem desiplinada e que a mayor parte dos mil e cem soldados e dos cem cavallos andem sempre na campanha opostos a defença das mesmas praças principalmente daquelas a que se recear mais perigo*”<sup>770</sup>.

No sentido de aumentar o número de soldados, uma carta do governador das armas, datada de 16 de abril de 1643, avisava a Câmara de Miranda para alistar todas as pessoas capazes de pegar em armas, enquanto que, já em janeiro desse mesmo ano, se determinava que se denunciassessem sem segredo todos os soldados que fugissem, bem como as pessoas que os recolhessem<sup>771</sup>. No entanto, esta situação de escassez de efetivos na província apenas seria resolvida na última fase do conflito, durante o governo do conde de S. João, altura em que o número de soldados irá crescer bastante, quer na infantaria, quer na cavalaria. Até ao governo de D. João, as autoridades militares da província iriam debater-se sempre com um número de efetivos que consideravam diminuto face à extensão da

---

<sup>769</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 26, nº 408.

<sup>770</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, Cx. 302, mç. 3, nº 36.

<sup>771</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Index do Registo, fl. 15v.

fronteira e à necessidade de possuir homens suficientes para conseguirem prosseguir com as ações na fronteira e, ao mesmo tempo, guarnecer de forma conveniente as fortificações da região. Numa consulta datada de 27 de junho de 1646, ficaria registado que a província transmontana necessitava “*pera guarnição das praças e Provincias de Traz os Montes com consideração da distancia que ha de huas a outras*”, de um total de 2.030 infantes e 300 cavalos, sublinhando-se que, “*alem dessa infantaria que he tam necessaria convem que se faça consignaço pera a despeza que se ouver de fazer com a gente auxiliar que se chamar pera impedir qualquer invasão do inimigo que deve ser socorrida o tempo que assistir com alguma couza bastante pera o seu sustento*”. De acordo com as estimativas feitas em 1647, por exemplo, Bragança necessitava de 700 homens e Chaves de 500. Para defender Miranda do Douro e o forte de Nossa Senhora do Rosário, em Bragança, eram necessários 300 homens em cada, enquanto que no Freixo bastavam 100 e nos outros castelos e fortes, entre 30 a 40 homens<sup>772</sup>.

Sendo Trás-os-Montes uma zona de fronteira menos aberta, onde o próprio terreno era propício à defesa, tal como na Beira e no Minho, os efetivos militares eram compostos por infantaria, sendo a cavalaria usada para proteger os lugares mais abertos ou desguarnecidos, levando a cabo sobretudo ações de pilhagem. No entanto, a cavalaria seria uma arma muito utilizada para as entradas em território inimigo e para a defesa da fronteira. Mas mesmo neste aspeto surgiam problemas, nomeadamente em relação aos que eram obrigados a sustentar os cavalos. Em junho de 1642, por exemplo, Rui de Alarcão dava conta que os oficiais da Câmara de Vila Real procuravam a todo o custo ser desobrigados de assistir com cavalos nas fronteiras aquando dos rebates, tentando que apenas fossem obrigados a responder à ordem os que tivessem acima de 700.000 reais de rendimento. O rei responderia à questão de Rui de Alarcão dizendo que a ordem não seria alterada, mas que não deveria exceder as suas ordens, deixando de molestar demasiado os seus vassallos<sup>773</sup>.

Em 1648, foram abordados novamente os privilégios e isenções locais. Por isso, em 11 de maio, determinavam que era urgente advertir os governadores das armas, sobretudo

---

<sup>772</sup> FREITAS, 2007, p. 143. Ver Anexo 3, Quadros 9 e 10.

<sup>773</sup> ANTT/MSLIV/2713, 30.TIF.

o de Trás-os-Montes, que os povos tinham sido isentos de possuírem cavalos de ordenança, por se haverem obrigado, para gozar deste privilégio, a dar 2.150.000 cruzados para o sustento de 4.000 cavalos e de 16.000 infantes<sup>774</sup>, o que, ao que sugere a notícia, não estaria a ser implementado no terreno da forma mais conveniente.

Por isso, a Guerra da Aclamação fez-se sentir em diferentes ritmos, consoante as capacidades militares dos oponentes e as estratégias implementadas pelos comandos militares. Logo no início, num período de mais de uma década, sobretudo entre 1641 e 1656, a guerra mostrou-se com relativa acalmia, pautada por uma atitude defensiva por parte dos portugueses<sup>775</sup>, motivada, deste lado da fronteira, pelos problemas sentidos por D. João IV, nomeadamente financeiros e ao nível dos recursos militares, que não permitiram aos portugueses beneficiar, entre os anos de 1643 e 1646, da fraqueza notória do exército da Estremadura e dos problemas sentidos por Madrid na Catalunha. Estes motivos levaram à concretização de débeis ações militares na fronteira e à inexistência de uma atitude ofensiva por parte dos portugueses, mesmo após o fim das hostilidades na Catalunha. Se nesta primeira fase surgiram ações militares mais ofensivas, nomeadamente em 1643 e 1644, foi mediante a pressão francesa para uma ação conjunta contra Espanha<sup>776</sup>.

Outras medidas urgiam. Cedo se fizeram diligências no sentido de se obrigarem os que estavam capazes a servirem na defesa da região, sobretudo os que tivessem mulas ou cavalos, na cidade o no seu termo, ficando também decidido em agosto de 1641, cobrar o donativo para o subsídio de guerra<sup>777</sup>. Apesar de a raia transmontana não ser globalmente considerada como fronteira essencial para a defesa da integridade do reino, os responsáveis militares locais procuraram sempre chamar a atenção do poder régio para as dificuldades existentes, tal como se fez um pouco por todo o Reino, sobretudo no que dizia respeito à falta de armas disponíveis<sup>778</sup>.

De facto, os testemunhos da época da Guerra da Aclamação relatam precisamente que a situação militar era desesperante, nomeadamente no que tocava à falta de gente de

---

<sup>774</sup> Synopse, vol. 1, 223; 1648.05.11, Conselho de Guerra, Decretos, mç. 8, nº 30; CHABY, 1869, P. 225; A.N.T.T., decretos, Cx. 215, mç. 8, nº 30.

<sup>775</sup> PIRES, 2009, p. 348.

<sup>776</sup> BORGES, 2015, p. 77.

<sup>777</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Index do Registo, fl. 13v.

<sup>778</sup> A.N.T.T., Synopse, vol. 1, 36; 1641.05.05, Decretos, mç. 1, nº 125.



armas, sobretudo de profissionais, para defender o território, e à ruína em que se encontravam a maior parte das estruturas defensivas, que também careciam da necessária atualização construtiva. Por isso, nas Cortes de 1641, ficaria estabelecido que o Reino necessitava de um total de 20.000 homens de infantaria e de 4.000 cavalos, sendo metade destinados ao Alentejo<sup>779</sup>. As preocupações do poder central levaram à publicação de vários decretos. Em 21 de setembro de 1641, o conselho de guerra mandou formar cinco regimentos de cavalaria ligeira, cada um com um regimento de carabinas, um de dragões e quatro de infantaria, devendo todos ser comandados por coronéis e outros oficiais que tinham vindo de França<sup>780</sup>. No ano seguinte, um outro decreto debruçava-se sobre a distribuição de gente e de dinheiro prometidos em Cortes, apontando-se que eram necessários 1.500 infantes no Algarve, 2.000 na Beira, 1.000 no Entre Douro e Minho, em cascais e em Peniche, 3.000 em Tras-os-Montes, e 800 cavalos repartidos por todas as fronteiras<sup>781</sup>.

Os receios das autoridades transmontanas também se fizeram sentir em outras missivas analisadas pelo Conselho de Guerra, alertando o rei para o facto de esta fronteira ser uma das mais arriscadas pela proximidade com as terras espanholas e exposta às investidas inimigas, para as quais, diziam, apenas dispunham de 400 infantes pagos, no início das hostilidades<sup>782</sup>. Este problema seria acrescido pela aparente má vontade dos locais em defender outras partes da fronteira que não a que lhes dizia diretamente respeito, como se lê no texto de Rui de Alarcão, datado de 1642, onde escrevia que *“a fronteira tem 44 legoas de comprimento de raia, tem 26.400 homens”*, queixando-se que *“de nenhum destes lugares da Raya querem sair senão para os lugares da Raya que lhe ficam defronte, e mais propincoos principalmente para a cidade de Bragança, que fica quazy para o cabo, e he a parte mais arriscada que temos della até Miranda, por partir com os Reynos de Castella, Leão e Galiza”*<sup>783</sup>. Nestas Cortes, os Estados também reclamaram contra a falta de coudelarias no reino, dizendo que *“as guerras que de Castella se aparelhão contra este Reyno, não dão lugar a descuidar em nada, quanto mais no que he tão necessário, como*

---

<sup>779</sup> BORGES, 2015, p. 29.

<sup>780</sup> A.N.T.T., Synopse, vol. 1, 36; 1641.09.21, Decretos, mç. 1, nº 216.

<sup>781</sup> A.N.T.T., Synopse, vol. 1, 64-65; 1642.07.10, Decretos, mç. 2, nº 64.

<sup>782</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, mç. 2G, Cx. 26, 436.

<sup>783</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç. 2b, 74.

*aver cavallos, pois não ha donde venhão hoje*”, pedindo que o rei mandasse fazer coudelarias com urgência<sup>784</sup>. Para coordenar a criação de cavalos a nível de todo o território, seria formada uma junta de criação de cavalos, cujo regimento determinava que os que tivessem mais de 100.000 réis de fazenda deveriam possuir éguas de criação<sup>785</sup>. Em janeiro de 1657, publicavam-se também ordens para que houvesse 100 cavalos em Trás-os-Montes, tal como no Minho<sup>786</sup>.

Neste período, bem como nas restantes fases do conflito, a ação dos governadores das armas foi decisiva para o desenrolar da guerra. Em Trás-os-Montes, destacamos, em primeiro lugar, Rui Figueiredo de Alarcão, com os cargos de fronteiro e governador das armas, e D. João de Sousa. Estes governadores seriam muito importantes para o desenvolvimento de respostas relativamente às ações espanholas, nesta primeira fase da guerra, bem como no que diria respeito ao cuidado com as estruturas defensivas existentes na região mirandesa. De facto, providenciariam a nomeação de capitães, guarnecendo as praças de soldados e realizando obras defensivas de rápida execução, levantando trincheiras, sobretudo em Chaves e Bragança. Estas obras deram origem, pelo menos em Bragança, a topónimos que ainda hoje as recordam, tais como “estacada”, “fossos” e “esplanada”<sup>787</sup>. Em carta de 24 de maio de 1641 dizia o rei que Alarcão deveria ter os lugares vizinhos da raia bem fortificados e de prevenção, devendo, logo que necessário, avisar D. Gastão Coutinho, D. Álvaro de Abranches e Francisco de Sampaio para o seu socorro. Na mesma carta, o rei congratulava-se com a estratégia de Alarcão, que tinha enviado gente do “*sertão*” para a raia, assegurando que ordenara o envio de dinheiro ao Conselho da Fazenda e à Junta do Donativo, bem como a remessa de 100 mosquetes e de armas que, entretanto, chegariam por importação e seriam enviadas pelo tenente general de artilharia<sup>788</sup>.

No que diria respeito à guerra na fronteira mirandesa, em 1642, o Conselho de Guerra seria informado que a defesa de Miranda era débil devido à pouca qualidade da artilharia disponível, porque “*as pessas que ali ha são de ferro e roins*”, pelo que as

---

<sup>784</sup> Capítulos Gerais, Cortes de 1641, 1645, p. 34.

<sup>785</sup> BORGES, 2015, p. 278.

<sup>786</sup> COSTA, 2010, p. 223.

<sup>787</sup> RODRIGUES, 1995, pp. 79-80.

<sup>788</sup> ANTT/MSLIV/2713, 58.TIF.

autoridades locais pediam o envio urgente de duas peças de bronze, algumas roqueiras, pólvora, murrão e munições em quantidades suficientes para dar resposta aos perigos<sup>789</sup>. Em fevereiro desse ano, o capitão da cidade de Miranda, Manuel Godinho, dirigiu-se à Corte com uma petição para que o rei lhes enviasse mais peças de artilharia, uma vez que apenas existiam na cidade seis peças de ferro, compradas pelos próprios moradores. O capitão tinha por missão conseguir que o rei lhes enviasse, por intermédio do Tenente Geral de Artilharia, duas peças de bronze, “*das que vieram da Suecia*”. Estes canhões de bronze, surgidos no século XVI, eram melhores, feitos de uma só peça, o que permitia carregar e disparar com maior rapidez, tendo também a vantagem de possuir um mecanismo para girar e possibilitar a pontaria por elevação. O problema era mesmo o preço, porque com o preço de um canhão de bronze fabricavam-se 10 canhões de ferro<sup>790</sup>. Como argumentos para a urgência da situação apontavam na petição que Miranda estava muito próxima da fronteira e que as peças demoravam dois meses a chegar, o que podia colocar a cidade em perigo, tendo em conta que chegavam notícias que o inimigo se preparava para vingar “*o dano que recebo em Brandilanes*”<sup>791</sup>.

Em 20 de maio de 1642 o conselho de guerra avisaria Rui Correia Lucas para enviar a Miranda as duas peças de artilharia, juntamente com pólvora e munições. Contudo, este responderia que não podia executar essa ordem, mandando-se então que se buscassem os meios para remediar a situação<sup>792</sup>. A necessidade de armas levou também a dar-se provisão ao capitão-mor, ainda neste ano, para obrigar os serralheiros e ferreiros da região a “*lavrarem as carabinas e mais armas de fogo necessárias*”<sup>793</sup>. Finalmente, o monarca responderia à solicitação, uma vez que, em junho, o capitão-mor de Miranda, frei Pedro de Araújo de Sousa, dava conta da vinda das duas peças de artilharia, de bronze, mas que Rui de Alarcão havia ficado com uma delas e a tinha enviado para Chaves, onde já existiam 10 ou 12 peças de artilharia, sendo 5 de bronze, desculpando-se de que fora avisado tarde. O capitão-mor de Miranda queixava-se que apenas tinha ficado com uma delas, sendo esta colocada no castelo de Miranda.

---

<sup>789</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç. 2C, 117.

<sup>790</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, p. 73.

<sup>791</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 21, mç 2A, 1 a 5, 1642.

<sup>792</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç. 2C, 123.

<sup>793</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç. 2C, 117.

De facto, uma resposta do governador Rui de Alarcão à Câmara de Bragança referia a vinda desta artilharia para a província, mas, na sua opinião, das peças que estavam para chegar, 4 deveriam ficar em Bragança, 1 em Monforte e 1 no castelo de Outeiro<sup>794</sup>. Era necessário então o envio de outra peça para ser colocada numa plataforma situada na praça da Sé de Miranda, junto da muralha, com o objetivo de atingir o Penedo Amarelo, do lado espanhol, “*onde se tem por certo que o inimigo prantou duas peças de artilharia para cometer e arruinar a cidade, que he tão perto que a tiro de mosquete lhe chega*”<sup>795</sup>. Por isso, ainda no mês de agosto, o capitão-mor de Miranda avisava em carta dirigida ao rei que era necessário pólvora, munições e a peça de artilharia que o rei ordenara enviar, para se defenderem “*do padraço*”<sup>796</sup> que o inimigo tinha colocado no Penedo Amarelo<sup>797</sup>. As necessidades da praça de Miranda estariam ainda bem patentes numa carta do seu capitão-mor, datada de 17 de outubro de 1642, onde este referia que o rei tinha mandado em março o dinheiro das décimas de Viseu, mas que tudo se ia gastando rapidamente, afirmando que seriam ainda necessários 250 homens pagos e 40 a 50 de cavalo, bem como 8 a 10 roqueiras, uma peça de artilharia e ordem para se fazer algumas plataformas nas muralhas da cidade<sup>798</sup>.

Desde o início que a guerra se pautou, como já foi dito, por recontros breves, pelo saque e pela destruição de algumas povoações fronteiriças, a que as crónicas conseguiam dar algum brilho. Este tipo de guerra causava, por vezes, razias consideráveis, pautando-se a ação bélica por incêndios, roubos e morticínios, sem qualquer vantagem decisiva de parte a parte<sup>799</sup>. A grande vantagem era, isso sim, a da venda do saque, sobretudo dos animais capturados. Mas mesmo assim, diversas ordens régias procuraram evitar maiores danos às populações e atritos desnecessários, tal como o pretendia a ordem recebida pelo fronteiro Francisco de Sampaio, em finais de 1642, que dizia que só com “*justa ocasião conduza gente da ordenança para fazer entradas em Castella pella molestia que se da aos*

---

<sup>794</sup> ALVES, Tomo XI, 2000e, p. 124.

<sup>795</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 23, mç. 2C, 184.

<sup>796</sup> Cfr. BLUTEAU, 1789, tomo 1, p. 248; tomo 2, p. 145.

<sup>797</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 24, mç. 2D, 279.

<sup>798</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 25, mç. 2E, 362.

<sup>799</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p.78.

povos”<sup>800</sup>. Mais tarde, em 1644, D. João de Sousa, no papel de Governador das Armas da província, receberia ordem semelhante, na qual se podia ler que o governador deveria parar com as “*correrias*” na raia inimiga, “*para que os lavradores da raya de hua e outra parte pudessem cultivar e beneficiar suas fazendas*”<sup>801</sup>. Estas ações seriam concretizadas, de preferência, com recurso aos soldados auxiliares, tal como indicava uma carta régia, de 1643, onde se ordenava que nenhum governador ou justiça empregasse nas fronteiras a gente de ordenança, salvo em caso de necessidade ou perigo iminente, e que não houvesse hipótese de combater o inimigo com os auxiliares<sup>802</sup>. O mesmo se diria num alvará de 19 de janeiro de 1647, assinalando que houvesse sempre auxiliares que pudessem assistir nas fronteiras, sem vexame das ordenanças<sup>803</sup>.

A prática das entradas deu origem, por vezes, a algumas confusões. Em janeiro de 1642, por exemplo, o rei teve notícia da entrada que o inimigo fez na fronteira mirandesa, mais precisamente numa quinta que pertencia a Pedro Ruano e Miguel Afonso, seu genro, situada no termo da vila de Outeiro. A resposta portuguesa não se fez esperar, e os habitantes do lugar de Pinelo, “*sem ordem alguma*”, entraram também em Castela, roubando no lugar de Vilarinho mais de 400 cabeças de gado, entre cabras e ovelhas. O caso causou alguma polémica e levou o fronteiro a exigir a devolução das cabeças de gado, uma vez que se descobriu que os ladrões foram dois antigos criados do próprio Pedro Ruano, que já estavam presos, e não espanhóis<sup>804</sup>.

Em junho de 1642 continuavam as entradas, informando-se o rei “*que de dentro dos currais, e casas dos lavradores lhes leva os gados e fazenda*”, relatando o acontecimento trágico que “*encontrando a hum homem velho daquela cidade huns soldados castelhanos o tomarão, e enforcarão em hum carvalho e o fizeram em quartos*”, sublinhando que alguns deles haviam sido libertados pelo rei português, “*e que o mesmo o farão os que ali estão prezos os quaes não convem estarem naquela raya porque dali estão avisando a castella*”. Mais adiante, o texto refere que o homem esquartejado era velho e ia para Bragança, “*donde errou o caminho e entrou em Castella*”, onde foi preso e enviado

---

<sup>800</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 26, mç. 2G, n° 420.

<sup>801</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 31, mç. 4-A, n° 179.

<sup>802</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Index do Registo, fl. 15v.

<sup>803</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Index do Registo, fl. 17.

<sup>804</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx 21, mç 2A, 11.

para Alcañices. Depois seria remetido para Carbajales, onde uma vistoria aos papéis que possuía o ilibou das acusações de espionagem. Depois da sua libertação, homens a cavalo acabariam por o atacar e enforcar<sup>805</sup>.

A raia de Miranda do Douro, durante a Guerra da Aclamação, tinha como adversários diretos o Marquês de Alcañices e o Conde de Alba de Aliste, que, logo em outubro de 1641<sup>806</sup>, invadiram a região com o objetivo de tomarem seis peças de artilharia que vinham de Lisboa com destino a Miranda, uma vez que, logo no início, se tratou de fortificar a cidade de Miranda e pedir ao rei algumas peças de artilharia<sup>807</sup>, sendo as peças remetidas pelo rio Douro. Mais uma vez, foi um morador da cidade de Miranda, castelhano casado em Portugal, quem avisou o Conde de Alba de Aliste, que comandava as forças contra a fronteira de Miranda, e também o Marquês de Oropesa, sobre a chegada dos canhões. Estes reuniram de imediato tropas para tomar as peças de artilharia, que, entretanto, já tinham desembarcado na foz do rio Tua.

Na mesma altura, o capitão mor de Miranda era Pedro de Melo e dispunha apenas de uma companhia de soldados pagos e outra de infantaria volante. Avisado dos preparativos castelhanos, despachou correio a pedir auxílio ao fronteiro Rui de Alarcão e a Francisco de Sampaio, fronteiro em Torre de Moncorvo. Seria este último que, mais célere, mandaria aviso ao capitão Domingos de Andrade Correia, na vila de Bemposta, para que socorresse Miranda com a sua companhia e todos os homens da ordenança. Após o desembarque na foz do Tua, as peças de artilharia seguiram por terra e, quando se encontravam a 3 léguas da cidade de Miranda, os castelhanos entraram em Portugal com 3.500 infantes e uma companhia de cavalos, no dia 19 de outubro de 1641, sem resistência alguma por terem entrado por “lugares abertos”, passando por aldeias sem milícia. Sabendo que a artilharia teria que se dirigir a Duas Igrejas, apressaram-se a lá chegar e formar o seu esquadrão num lugar elevado, no dia 21. O capitão Domingos de Andrade Correia ainda se encontrava em Sendim, a légua e meia do inimigo, suplicando-lhe Pedro de Melo que se recolhesse a Miranda, sem ter conhecimento que aqui chegavam várias companhias enviadas por Francisco de Sampaio. No dia 23, o capitão possuía já 1.500 homens,

---

<sup>805</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 23, mc. 2D, 195.

<sup>806</sup> Ver Anexo 1, Imagem 41.

<sup>807</sup> ARAÚJO, 1644, p. 83.

enviando, por isso, aviso a Miranda que tinha intenção de atacar o inimigo, intentando uma manobra de cerco. A prisão do espião de Miranda e a percepção da armadilha que os portugueses montavam, levou o comandante espanhol a retirar. Em boa hora, porque os carreteiros que transportavam as peças de artilharia estavam muito próximos, entre Prado Gatão e Duas Igrejas, parados porque um dos carros se quebrou. Indo os carreteiros buscar um carro novo a Duas Igrejas, acabaram por subir a um monte e avistar as tropas inimigas, pelo que correram de volta a toda a pressa e enterraram as peças fora do caminho<sup>808</sup>.

A entrada inimiga atingiu os lugares de Duas Igrejas, Malhadas e Caçarelhos, por onde, a partir de informações de um espião, os espanhóis consideravam que deveriam passar as referidas peças<sup>809</sup>. Estes lugares foram queimados antes que Pedro de Melo, capitão-mor de Miranda, conseguisse pedir auxílio. Mesmo assim, pediu ajuda a Francisco de Sampaio, governador de Torre de Moncorvo, que lhe enviou 1.500 homens. O fronteiro Rui de Alarcão ordenou então a Pedro de Melo que perseguisse o inimigo, enviando uma companhia de 100 infantes da vila de Mogadouro, e despedindo “*postas a cavallo, que fossem tocando arma, por todos os lugares daqueles destritos*”, com ordens para que as forças se reunissem no lugar de Argozelo, no termo da vila de Outeiro<sup>810</sup>, onde já se encontrava o seu irmão, Henrique de Figueiredo, capitão da sua guarda, com uma companhia de infantes e duas de ordenanças<sup>811</sup>. Aqui, onde chegou no dia 21, teve notícia que o inimigo entrara novamente em Portugal, desta vez dirigindo-se para Vimioso.

Os movimentos das tropas portuguesas podem ser considerados de grande amplitude estratégica, uma vez que as forças nacionais conseguiram cobrir os lugares de maior importância e também observar facilmente os movimentos do inimigo. Esta vantagem comprovou-se quando o inimigo tentou aproximar-se de Vimioso, movimento que, logo detetado, permitiu a Henrique de Figueiredo avisar o irmão e este ordenar a Pedro de Melo que se lhe juntasse no lugar da Especiosa, conseguindo, desta forma, contornar as forças espanholas e colocar-se entre estas e a fronteira, com o objetivo de o obrigar a retirar. Especiosa serviu efetivamente como local do quartel de campanha, encaixado num

---

<sup>808</sup> ARAÚJO, 1644, p. 84.

<sup>809</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p.81-82.

<sup>810</sup> ARAÚJO, 1644, 84v.

<sup>811</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, pp.76, 82.

pequeno vale, próximo do santuário de Nossa Senhora do Nazo. Ainda hoje se conta que um capitão se acoitou num tanque, fugindo do inimigo, na marra, ou seja, no limite entre as freguesias do Nazo e da Póvoa. Não sendo possível, obviamente, relacionar a história com qualquer facto histórico, fica registada esta memória de factos militares passados, transmitida por populares numa das nossas viagens pelo território. Ciente do novo perigo, o fronteiro saiu de Bragança, no dia 22 de outubro, com 3 companhias de infantaria paga e 3 de ordenança. Chegado a Vimioso, despachou ordem para Pedro de Melo marchar com as suas tropas para o lugar da Especiosa, destino de todas as forças portuguesas. Aqui souberam que o inimigo se tinha já retirado, fortificando-se em Brandilanes, Carbajales e Alcañices. Por isso, o fronteiro decidiu atacar Brandilanes, formando um troço de 5.000 homens, divididos em 3 esquadrões. Chegados a Brandilanes, as forças portuguesas atacaram os espanhóis por várias frentes, obrigando-os a refugiarem-se numa trincheira aberta no adro da igreja e, depois, na própria igreja. De destacar que, dos primeiros a avançarem para a trincheira inimiga, contavam-se Francisco Borges de Escobar, com mais de 70 anos, e Gregório de Escobar, da cidade de Miranda do Douro. Após o combate, renderam-se cerca de 300 espanhóis<sup>812</sup>, enviados para Lisboa como prisioneiros. O saque foi razoável: 300 mosquetes, 100 arcabuzes, 100 picos, bandeiras, tambores, munições e muita roupa. O zelo religioso do fronteiro impediu o saque da igreja, mandando ver se faltava alguma coisa, com a intenção de repor, se fosse necessário.

As notícias de novos preparativos inimigos surgiram, desta vez na raia de Vimioso, no final do mesmo mês de fevereiro de 1642<sup>813</sup>. A Câmara de Vimioso avisou que o inimigo juntara homens de armas em Alcañices e que esperavam a chegada de mais, o que levou a que tentassem salvar os cereais, fazendo “*o pão do Marquez todo em farinhas*”, dando-se notícias que muitas mulheres estavam a cozer o pão para que o inimigo o não destruísse. Na mesma informação pediam que os socorressem rapidamente com “*remedio prompto e accelerado*” devido ao “*perigo, aperto, e receo com que se achão*”<sup>814</sup>. Nesta altura, para prevenir as entradas inimigas, o rei mandara que o socorro a Miranda viesse de Algozo e Mogadouro, solicitando o fronteiro ao rei mais homens de armas justificando-se “*porque*

---

<sup>812</sup> ARAÚJO, 1644, p. 85v.

<sup>813</sup> Ver Anexo 1, Imagem 42.

<sup>814</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 21, mç 2A, 67.



*aqui he honde o inimigo faz força e peleiça*”<sup>815</sup>. Uma carta enviada ao rei pelo capitão-mor de Miranda, juntamente com a Câmara, informava, em abril de 1642, que o inimigo se preparava para atacar a raia mirandesa em força, havendo notícias de já ter reunido 11 companhias de infantaria pagas e 120 homens de cavalo em Alcañices, e que estavam já a realizar entradas na raia, esperando-se mais gente em Carbajales e Zamora. As autoridades portuguesas temiam que o inimigo tomasse a praça de Miranda, considerando que o inimigo, “*metendo-lhe socorro pelo Rio Douro sem se lhe poder impedir, e fortificando nella a fara inexpugnável em rasao de sua fortaleza e sitio, e dali poderá conquistar toda ou a maior parte daquela Provincia*”<sup>816</sup>.

O perigo continuava a existir no mês seguinte, em maio, visível no texto de uma carta do fronteiro Francisco de Sampaio, dando conta que o inimigo fazia largos preparativos para entrar na raia de Miranda, “*pella comodidade que tem para o fazer por ali*”, anotando respeitosamente que o rei deveria motivar os generais e os fronteiros para se ajudarem uns aos outros no cuidado a ter com a vigilância do território<sup>817</sup>. No mesmo mês, uma outra carta, escrita pelas autoridades de Miranda, avisava que a gente de guerra na cidade era muito pouca “*e os muros grandes*”, voltando-se a referir como preocupação a existência de muitos cristãos-novos que, acossados pelo Santo Ofício, se poderiam rebelar contra o rei português, “*desejando que os castelhanos entrassem para escapar de suas culpas temendo serem presos*”<sup>818</sup>. Estas preocupações não eram infundadas, porque, em junho de 1642, uma carta ao conselho de guerra dava conta de uma entrada do inimigo, com homens a cavalo, em Constantin, no dia de Santo António, onde obrigaram a procissão a parar, “*obrigandoos por força a lhes darem o que avião mister senão que os avião de matar*”<sup>819</sup>. Em junho de 1642 o inimigo já tinha colocado duas peças de artilharia no Penedo Amarelo, em frente a Miranda, o que colocava em grande perigo toda a cidade porque “*com as balas dos seus mosquetes dão nas paredes desta Se, e dalli quasi toda a cidade fica descoberta*”<sup>820</sup>.

---

<sup>815</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç 2b, 74.

<sup>816</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç. 2B, 98.

<sup>817</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 23, mç. 2C, 155.

<sup>818</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 22, mç. 2C, 117.

<sup>819</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 23, mç. 2D, 195.

<sup>820</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 23, mç. 2C, 184.

Ao longo da Guerra da Aclamação, o número de combatentes pagos seria relativamente escasso, recorrendo-se sobretudo às ordenanças e aos auxiliares, não só porque se tratava de uma “*pequena guerra*”, como também porque, deste modo, não existiam grandes problemas com a acomodação dos soldados, uma vez que estes eram da região<sup>821</sup>. Esta situação apenas se alterava quando os soldados eram deslocados de outras províncias ou lugares, situação que conduzia a enormes transtornos para os habitantes locais, tal como aconteceu em fevereiro de 1642, quando uma carta dirigida à Câmara de Miranda do Douro mandava que o capitão-mor e os oficiais camarários aquartelassem os soldados e gente de guerra à porta dos moradores da cidade, o que, certamente, provocou agravos e atritos entre os civis e os militares<sup>822</sup>.

A 15 de agosto de 1643, o temor de uma nova invasão portuguesa levou a Coroa espanhola a avisar Zamora para que todos “*se prevengan de todas armas y municiones necessárias, así para la defensa como para hacer los socorros necessários en las partes donde fueren menester*”<sup>823</sup>. Na mesma altura, o Padre jesuíta José Martínez era engenheiro-mor na fronteira zamorana, e deixou uma relação do que sucedeu em Puebla, em novembro de 1643. Em resposta à entrada espanhola em Bragança, um novo fronteiro-mor foi enviado com 500 mosqueteiros “*de naciones*” e 100 cavalos, 50 dos quais couraçados, que entraram pela parte de Alcañices, mais desprotegida, queimando quatro lugares. Esta força foi, no entanto, acoçada por D. Diego Pescador e D. Antonio de Mella, em Lombo de Babe, com danos consideráveis. O fronteiro português, perante este revés, juntou gente de Chaves, Miranda e Bragança, com os reforços trazidos de Lisboa, e invadiu o território de Puebla pelo vale de Lubian, com 2.000 infantes e 100 cavalos, destruindo Lubian sem entrar em confronto com os socorros espanhóis, que totalizavam 600 infantes e 80 cavalos<sup>824</sup>.

Mais uma vez, o governador de Puebla, D. Juan de Benavides, juntaria gente em Calabor para entrar na raia portuguesa pelo caminho real de Bragança, em direção a esta cidade, sendo interessante a disposição das tropas durante a marcha: na vanguarda seguiam dois sobrinhos do governador de Puebla com um esquadrão volante de quatro mangas de

---

<sup>821</sup> FREITAS, 2007, p. 142-143.

<sup>822</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Index do Registo, fl. 14.

<sup>823</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 619.

<sup>824</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 620-621.

arcabuzeiros que abrigavam duas tropas de cavalos. De seguida aparecia outro esquadrão de mangas de arcabuzeiros e de mosqueteiros, abrigando também cavalaria, seguidas de um esquadrão de mangas de piqueiros, estes abrigados por cavalaria, e depois, na retaguarda um esquadrão de piqueiros protegido por mosqueteiros e, no fim da coluna, uma tropa de éguas ligeiras da terra<sup>825</sup>. Chegando perto de Bragança, os portugueses dispararam três peças, o que não impediu a força espanhola de saquear alguns lugares, passando ao largo de Bragança. Acampando num local alto perto da cidade, passando os esquadrões a troços, foram enviando várias expedições para saquear e queimar Oleiros, Meixedo, Rabal e França, regressando a Calabor por um lugar chamado Portelo Pequeno, que também destruíram, por ser porta principal para Castela e Sanabria, apesar de defendido pela dureza das montanhas, por trincheiras e paliçadas<sup>826</sup>. A partida espanhola descansou em Calabor, pondo-se a caminho em direção a Sanabria, à vista dos portugueses que ali surgiram no raiar da manhã, sabendo-se que era gente dos lugares queimados. Esta ação coincidia com o pedido do governador de Sanabria para que utilizassem por esta parte uma diversão para impedir o envio de socorros à força portuguesa que acoitava Alcañices, que acabou por desistir da sua intenção<sup>827</sup>.

Os portugueses, no entanto, seriam mais atrevidos, fazendo constantes entradas para roubar gado e outros bens, levando vários prisioneiros e queimando o lugar de Rio Manzanas, despovoando-se, deste modo, a fronteira zamorana. Por isso, trataram de fazer praças de armas fortificadas em Carbajales, Alcañices e Torregamones, mantendo-lhes como guarnição um terço fixo de 800 homens, pagos por Zamora. Também fortificariam Puebla de Sanabria, que tratou de formar cavalaria de ordenança, pagando a cidade 50 ginetes equipados, a que se juntaram 25 cavalos pagos pelo Bispo e Cabido de Sanabria<sup>828</sup>.

Ainda em agosto de 1643, D. João de Sousa dirigiu-se a Miranda, “*pera acudir ao reparo de algumas cousas, que Sua Magestade lhe ordenara*”, mas avisado dos preparativos do inimigo em Monterrey, cedo regressou a Chaves. Uma consulta de 12 de agosto, referia que D. João de Sousa, comandante avisado, saíra de Bragança na véspera

---

<sup>825</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 622.

<sup>826</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 623-625.

<sup>827</sup> *Memorial Historico español*, T. XVII, p. 395, cit. por FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 625.

<sup>828</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 519.

de S. Lourenço com 400 infantes e 40 cavalos, surgindo de surpresa num reduto inimigo que ficava a uma distância de 5,5 léguas de Bragança e a um quarto de légua de Puebla de Sanabria. Este reduto estava guarnecido com duas companhias de infantaria pagas e 30 cavalos, matando os portugueses 37 homens e trazendo como prisioneiros 123 espanhóis<sup>829</sup>.

Na prossecução da guerra “irregular” em curso, em 1643, o capitão-mor de Miranda pediria mais uma peça de artilharia, de bronze, e algumas roqueiras, juntamente com pólvora e munições, queixando-se que o pedido já tinha sido feito há um ano, “*fazendosse continuas lembranças a Junta dos três estados, e ao thenente geral da Artilharia para se dar cumprimento a isto*”<sup>830</sup>, o que significava que o pedido ainda não tinha sido respondido da forma mais conveniente. A preocupação com os armamentos continuaria a ser uma preocupação nos anos seguintes. Por exemplo, uma carta do governador das armas, com a data de 5 de janeiro de 1644, dirigida ao capitão-mor de Miranda, indicava a este que fizesse comprar armas a toda a gente do seu regimento, percebendo-se a urgência do assunto, mas também que as custas deveriam correr nos moradores<sup>831</sup>. Uma outra carta do rei, datada de 28 de fevereiro de 1644, na qual agradecia às autoridades religiosas da cidade “*o zello de meu serviço com que accodis a elle e a vossa própria defesa*”<sup>832</sup>, informava também que ordenara ao governador das armas para procurar o melhor meio para prover a praça de Miranda com munições, “*e que se leve do Porto a peça d’ artilharia que aly esta emquanto se não poderem remedear como convem*”.

Apesar da iniciativa de D. João de Sousa, a doença que o atacou obrigou ao abrandamento das ações militares na fronteira e à posterior substituição de D. João da Silveira por Rui de Alarcão, em 1646. Tendo em conta o estado de saúde do governador das armas, bem como o facto de este se encontrar em Vila Real, os procuradores dos povos requereram imediatamente que as populações fossem desobrigadas de acorrer à fronteira<sup>833</sup>.

---

<sup>829</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, mç. 3, n° 129.

<sup>830</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, mç. 3, n° 38.

<sup>831</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Index do Registo, fl. 15v.

<sup>832</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 550.

<sup>833</sup> ALVES, 2005, p. 21.

Em 1646, o governador das armas da província, também registava a existência do reduto que os espanhóis tinham feito sobre Miranda, de onde dois canhões lançavam projéteis de 35 libras, “*com que estão batendo a cidade*”, causando danos apenas “*em telhados ou alguma ameia*”, sabendo-se que o reduto era apoiado por cerca de 1.000 homens das ordenanças que se encontravam alojados em Torregamones<sup>834</sup>. Uma carta analisada em consulta de 7 de novembro de 1646, escrita pelo fronteiro Francisco de Sampaio, contaria ainda ao conselho de guerra que o cabido e o capitão-mor de Miranda tinham pedido a sua ajuda para defender a praça de Miranda, em que “*o inimigo estava metendo ballas de hua eminencia que tem na sua terra*”, em apoio de uma entrada espanhola no território, enviando para o efeito 1.600 homens sob o comando do capitão-mor do Freixo, Domingos de Andrade Correia, mas que este, encontrando-se a 3 léguas de Miranda, tivera notícia de que o inimigo já se tinha retirado.

A escassez de tropas na província transmontana<sup>835</sup>, daria origem a um novo ataque inimigo, comandado pelos mestres de campo D. Francisco de Castro, Mestre de Campo de Puebla de Sanabria, e D. Francisco Geldres, governador de Zamora. As forças espanholas totalizavam 6.000 homens, com dois terços velhos e os restantes quintados, com 3 peças de artilharia, muitas carruagens e bagagens, e cerca de 400 cavalos<sup>836</sup>. A esta força juntavam-se mais 1.000 homens em Puebla de Sanabria, e 1.000 em Alcañices e Carbajales. O Major António Teixeira afirmaria que a força invasora de 1646 totalizaria 9.000 homens de infantaria, 400 de cavalaria e 3 peças de artilharia, com os quais conseguiria tomar e destruir o castelo de Outeiro, suposição algo exagerada, bem como tomar os lugares de Rio Frio e Paçô<sup>837</sup>.

Rui de Alarcão deu a conhecer com bastante pormenor a campanha inimiga, lida na consulta do conselho de guerra de 27 de outubro de 1646, dando conta por carta datada do dia 15, que o inimigo entrara na zona da vila de Outeiro, pelo lugar de Veigas, onde queimou duas casas, dirigindo-se depois para Quintanilha. A partir de Quintanilha, esta força invasora dirigiu-se para Rio Frio e Paçô, lugares “*que abraçarão e asolarão de todo*

---

<sup>834</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p. 90.

<sup>835</sup> Ver Anexo 3, Quadros 18 e 19.

<sup>836</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p. 90. MENEZES, 1751, Tomo III, p. 183.

<sup>837</sup> TEIXEIRA, 1930, p. 12. Ver Anexo 1, Imagem 43.

*passando a espada dous homes doentes que acharão, ferindo a hua molher e despindo quatro*". Um dia depois, o inimigo ainda estava alojado nestes lugares, mandando o governador das armas juntar a cavalaria paga, num total de 110 homens, com 70 cavalos e alguns elementos das ordenanças. Dirigindo-se ao inimigo, foram encontrá-lo já em Outeiro, onde era capitão Nicolau de Sequeira Freire, "*soldado da India que lhe tirou alguns tiros*" e que tinha recolhido os habitantes da vila no castelo, "*com as fazendas que puderão tirar*". Chegando a cavalaria, começaram as escaramuças com o inimigo, "*a vista de todo o seu exército*", fazendo os portugueses um prisioneiro com o seu cavalo, e matando outro. Para o auxílio de Outeiro, o próprio governador, juntamente com Achim de Tamericourt, saíra de Bragança acompanhado por 700 infantes e 110 cavalos, para combater o inimigo que, entretanto, deitara fogo a mais oito lugares do Outeiro e Lombo de Babe.

Alarcão verificou então que a força espanhola se dirigia para Bragança e tentava passar o rio Sabor pela ponte de Parada, também conhecida por ponte de Grijó<sup>838</sup>, e pelo Porto das Areias<sup>839</sup>, ficando apenas a duas léguas da cidade. A força invasora, "*andando sempre os esquadrões com os formados e todo o seu poder junto com a cavalaria*", acampou em Babe, preocupando as gentes de Bragança pela proximidade e pelo temor de um ataque que se adivinhava iminente. O governador das armas dispunha agora apenas de 200 infantes pagos e 1.500 homens dos volantes e das forças locais, "*vindo a força muitos sem armas, e outros com ellas sem saberem o que hão de fazer*", o que pode significar que muitos dos elementos da sua força inicial poderão ter desertado ou fugido para refúgio seguro, revelando-se aqui também as fragilidades e a desconfiança relativamente às forças recrutadas localmente, patente em vários documentos da época. Devido a estas contrariedades, o governador decidiu, no dia 11 de outubro, atacar o inimigo no seu acampamento com a cavalaria disponível e com 300 homens, "*alguns de infantaria e os mais dos que melhor soubessem a terra*", mandando também chamar o comissário de cavalaria Achim de Tamericourt<sup>840</sup> e o capitão de cavalos Manuel de Miranda, bem como

---

<sup>838</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 44.

<sup>839</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p.90.

<sup>840</sup> Achim de Avaux, Senhor de Tamericourt, era inicialmente capitão de uma das companhias ligeiras do coronel João Pedro de la Roque, barão de Caravelins. Chancelaria de D. João IV, Livro 11 (1641-42), 26.09.1641.

as forças que estavam junto de Miranda, “*por ser naquela parte o mayor poder*”. As tropas reunidas por Alarcão seriam ainda auxiliadas por 1.300 homens de Francisco de Sampaio. Tamericourt acabou por desempenhar o papel mais decisivo na ação, atacando o acampamento espanhol de Lombo de Babe com 93 cavalos, irrompendo até à tenda do próprio mestre de campo, ferindo o capitão D. Luis Geldres, “*a quem derão hua estocada pella garganta*”, e matando também os capitães de infantaria. Tamericourt e os seus homens dirigiram-se depois, “*com o mesmo furor e valentia*” ao local onde estava a artilharia, perdendo seis cavalos e um soldado “*que por se desviar do inimigo cahio em hua baroca onde foi prisioneiro*”, a que se juntaram seis feridos.

No dia seguinte prenderam ainda um frade franciscano do exército espanhol, que revelou que a força invasora tinha a intenção de passar o mês inteiro em campanha, aquartelada em terras portuguesas, e que, enquanto não atacava Bragança, como era sua intenção, os seus comandantes estavam dispostos a atacar novamente Outeiro, mandando inclusivamente buscar mais uma peça de artilharia, uma “*peça de bater*” e mais 500 homens. No dia 13, o inimigo acabou por retirar para Espanha, para os lugares de Figueiredo, Travassos e Nuez. A rapidez da ação portuguesa impediu inclusivamente os homens que vinham de Miranda de participar, chegando no dia 14 para apenas regressarem a Miranda porque o inimigo já estava fora das terras portuguesas<sup>841</sup>. Contudo, e apesar do sucesso português, Alarcão sentiu bastantes dificuldades em juntar as forças necessárias para travar o assalto espanhol. A retirada do inimigo também não pôs fim aos sobressaltos, uma vez que continuaram a circular notícias de que ainda se encontravam dois terços pagos e gente de cavalo em Puebla de Sanabria e Alcañices, o que poderia significar outro ataque. A iminência de novo ataque levaria Alarcão a solicitar mais gente para a defesa da fronteira, mas encontrou forte resistência dos homens das ordenanças, que não quiseram acudir “*senão muito mal*”, e dos próprios nobres e oficiais, sublinhando o conselho de guerra, em resposta aos seus apelos, que deveria castigar todos “*assi aos plebeos como nobres que forem rebeldes em acodir*”<sup>842</sup>.

---

<sup>841</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 41, mç. 6-B, nº 356.

<sup>842</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 41, mç. 6-B, nº 370.

Ainda em 1646, uma proposta presente ao Conselho de Guerra dizia respeito “ *a gente de infantaria que se há myster pera guarnição das praças e Provincias e Traz os Montes com consideração da distancia que há de huas a outras e isto se entende he a que precisamente he neçessaria em cada parte*”, não esquecendo também que “ *alem desta Infantaria que tam neçessaria convem que se faça consignaçon com a gente auxiliar que se chamar pera impedir qualquer invasão do inimigo que deve de ser socorrido o tempo que assistir com algua couza bastante pera seu sustento*”<sup>843</sup>, garantindo-se, deste modo, uma maior capacidade tática na defesa das fronteiras, se o sistema fosse implementado na sua totalidade. No que diria respeito à fronteira mirandesa, é de notar que apenas as fortificações de Outeiro e de Miranda do Douro seriam abordadas nesta proposta, considerando-se certamente as restantes estruturas pouco fiáveis e inadequadas para participarem ativamente neste tipo de defesa.

Em agosto de 1649, o Cabido de Miranda enviou uma notícia sobre as ações militares inimigas, chamando a atenção para o facto “ *de quanta importante he esta praça para conservação da Provincia*”. As notícias diziam respeito às entradas feitas pelos espanhóis na região de Miranda, de onde estavam a retirar um grande saque, sobretudo em gados, atuando mais livremente devido à falta de cavalaria e porque a “ *campanha he rasa*”, ou seja, o território era relativamente “aberto”, o que também facilitava estas operações.

As preocupações das autoridades militares da província foram registadas numa carta de Rui de Alarcão, datada de 12 de setembro de 1649 e dirigida ao bispado de Miranda. Na missiva dizia que, quando regressou à província, “ *todas as praças pareciam mais hospitais que prezidios de soldados porque estes innuteis para o serviço estão consumindo seos soldos e de nenhum prestimo pera as necessidades que tam grandes se me representarão logo (...) que cheguei em rezão das oposições que o inimigo fazia assy a essa praça como a de Bragança*”. Logo de seguida, referia ainda que colocara imediatamente uma guarnição de soldados auxiliares em Miranda, não se esquecendo de pedir ao bispado o dinheiro necessário ao sustento das referidas tropas<sup>844</sup>.

---

<sup>843</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 38, mc. 6, nº 203. Ver Anexo 3, Quadro 18.

<sup>844</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 505.



Ao mesmo tempo, o Cabido havia tomado conhecimento das ações do Marquês de Tábara na vila de Alcañices, onde estava a colocar cavalaria e infantaria, provenientes de Ciudad Rodrigo, Zamora, Toro e Benavente, receando as autoridades de Miranda que o governador espanhol estivesse a preparar um ataque. Sendo Capitão-mor de Miranda Diogo da Fonseca Coutinho, o Cabido pediu ao governador das armas que lhes mandasse “*pessoa que pudesse dispor as couzas da guerra havendo algum aperto*”, confirmando esta necessidade por ser o capitão-mor da cidade já velho “*e não poder com todo o trabalho que por seu cargo lhe incumbe*”. O governador das armas, respondendo ao seu apelo, enviara o capitão António de Almeida Carvalhais<sup>845</sup>, “*em quem concorrem grandes partes alem do grande zello que mostra no serviço*” e pela experiência que demonstrava nas matérias da guerra, o que acabou por amenizar as preocupações dos mirandeses. Esta satisfação seria visível num texto dos oficiais da Câmara, dizendo sobre o capitão António de Almeida Carvalhais que este estava “*benquisto com todos e seu valor tão conhecido que entrando na dita cidade ate os meninos lhe derão os vivas e todos em geral se derão por seguros dos castelhanos*”. Esta segurança fundava-se “*no muito que tinha feito no tempo em que assistio de cappitao mor na mesma praça que desde o dia que entrou nella o enemigo não tornou avistar mais os lugares sendo que ate emtão andava nelles como se forão seus próprios*”<sup>846</sup>.

Apesar das diversas contrariedades, a fronteira mirandesa continuou alerta relativamente aos movimentos inimigos. Quando o Conde de Atouguia ocupou o cargo de governador, em 1649, Bragança dispunha apenas de 250 soldados, e Miranda dispunha de apenas uma companhia. Talvez por isso, os castelhanos fizeram nova entrada nas terras de Miranda, em 1650, pelo lugar de Paradela, que saquearam, mas sem qualquer outro sucesso, uma vez que acabaram perseguidos por forças comandadas pelo tenente João Pinto, tendo sido derrotados e desbaratados já em território inimigo, mais precisamente em

---

<sup>845</sup> António de Almeida Carvalhais era natural do concelho de Penaguião. Em 29 de maio de 1654, recebeu a mercê de 60.000 réis de pensão por uma comenda da Ordem de Cristo, pelos seus serviços na fronteira de Trás-os-Montes, entre 1641 e 1652, sendo capitão-mor de Bragança e de Miranda. Foi capitão de cavalos e o primeiro a avançar à trincheira no assalto de Brandilanes, distinguindo-se também na investida de Castromil, Armesende, Mouraços e Figueirola, bem como na defesa de Paramio e Bragança (Cfr. *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, volume II (1653 a 1664), A.N.T.T., Lisboa, 1912, p. 17).

<sup>846</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 308, mc. 9, n.º 56.

Fornillos<sup>847</sup>. Mas, apesar de todos os cuidados, o início da década de 1650 foi de ruína para a região de Zamora, sobretudo pela ação do Mestre de Campo D. Luís Nieto de Silva, visconde de S. Miguel.

Por parte dos portugueses continuaria, durante a década de 1650, o reduzido nível de atividade, o que provocava estranheza na Europa, nomeadamente na França, mas que partia da impossibilidade de a Coroa portuguesa concretizar e aplicar os meios administrativos e financeiros necessários à manutenção de uma grande força militar. Podemos apontar como exemplo desta situação o facto de os exércitos portugueses que venceram as batalhas da fase final do conflito terem sido convocados e reunidos na pressão do momento, dispersando as tropas logo que a batalha terminava, não permitindo sequer aproveitar as vantagens das vitórias contra um inimigo em fuga<sup>848</sup>.

Em 1654, os portugueses efetuaram incursões em Fermoselle, Cerezal, Pino, Tábara e Muga, mais uma vez roubando gado e fazendo prisioneiros, saldando-se a campanha apenas por um recontro mais sério com o terço de Zamora, entre Alcañices e Carbajales<sup>849</sup>. Como é evidente, a guerra obrigou também aqui a preços excessivos dos produtos e, como consequência, miséria e despovoamento da região zamorana<sup>850</sup>. Um ano depois, em 1655, os espanhóis entraram novamente em Paradela, de onde levaram grande presa de gado. António Jacques de Paiva enviou então o capitão de cavalos Fernão Pinto Bacelar, que recuperou a presa e acrescentou-lhe o saque do lugar de Samir. Ao mesmo tempo, o governador afrontou a guarnição de Carbajales, com 250 cavalos e 250 infantes, e queimou a vila de Tábara e mais dezanove lugares, com ganhos consideráveis. Na mesma altura, os espanhóis fizeram uma nova entrada na província, desta vez por Ifanes, com 500 infantes e 150 cavalos, mas perdendo também a presa a favor das forças portuguesas, que os perseguiram até Brandilanes e Fuenfría<sup>851</sup>. Esta vitória obtida pelas forças portuguesas junto a Brandilanes levou o cabido de Miranda a gastar 200 réis de pez e lenha para as luminárias pela vitória do dia 2 de maio<sup>852</sup>. Entretanto, os espanhóis entrariam pelo rio

---

<sup>847</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, pp. 92-93. Ver Anexo 1, Imagem 44.

<sup>848</sup> COSTA, 2005, pp. 5-6.

<sup>849</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, pp. 520-521.

<sup>850</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 525.

<sup>851</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, pp. 94-95.

<sup>852</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 504.

Negro com 500 infantes e 150 cavalos, entrando no território mirandês por Ifanes, mas seriam perseguidos por António Jaques de Paiva e desbaratados entre Brandilanes e Fuenfría, fazendo muito prisioneiros e retirando-se, depois, para Miranda do Douro<sup>853</sup>. Estes acontecimentos fizeram-se sentir também na documentação militar espanhola. Assim, as notícias de problemas e aflições na raia eram frequentes, havendo notícia, por exemplo, de que os portugueses tinham intenções de tomar a praça e o castelo de Fermoselle, em 1655, sentindo-se a mesma tensão na região de Sayago, onde se entendia ser muito necessário adquirir armas e munições, por a população ser gente pobre “*que no las tienen ni com que poder conprarlas*”<sup>854</sup>.

A primeira fase da Guerra da Aclamação foi, de facto, “*uma guerra de pequenas escaramuças, pontuada por alguns combates mais importantes*”<sup>855</sup>, chamada de “*guerra de baixa intensidade*”<sup>856</sup>. No início deste conflito, as atividades militares foram pautadas invariavelmente por um ritmo sazonal<sup>857</sup>, envolvendo forças retiradas de várias províncias para acudir a situações de perigo iminente, mas a maior parte das ações resultou sobretudo em saques e pilhagens de um lado e do outro da raia. A guerra era permanente, mas manifestava-se de forma intermitente.

Esta era a realidade em praticamente toda a fronteira terrestre, mesmo no Alentejo. A orografia do território alentejano obrigava a assentar a defesa em forças de grande mobilidade, nomeadamente na cavalaria, ou em forças conjuntas de infantaria e cavalaria, mas esta também era a realidade na fronteira mirandesa. Enquanto um grande exército se deslocava duas léguas por dia, como já foi referido, estes destacamentos podiam percorrer sete léguas, o que permitia internarem-se mais em território inimigo com bastante sucesso.

Este tipo de guerra atingia sobretudo as populações civis, a quem roubavam os gados, e queimavam as searas, as vinhas e os olivais<sup>858</sup>. Estas pilhagens serviam, com frequência, os interesses dos próprios oficiais, que escolhiam os alvos esperando grossos

---

<sup>853</sup> MENEZES, 1751, parte II, pp. 474-475.

<sup>854</sup> Archivo General de Simancas, Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, GYM, Legajo 1871. Ver Anexo 1, Imagem 45.

<sup>855</sup> FREITAS, 2007, p. 58.

<sup>856</sup> FREITAS, 2005, p. 28.

<sup>857</sup> COSTA, 2001b, p. 88.

<sup>858</sup> BORGES, 2015, p. 80.

dividendos, mas também a Coroa reconhecia que era pela perspectiva do saque que os soldados combatiam com mais vontade<sup>859</sup>.

Por isso, as ações militares, iniciadas em 1641, continuaram sem resultados visíveis até 1658, nos diversos teatros de guerra, incluindo Trás-os-Montes, uma vez que as ações não obedeciam a um plano determinado ou a um objetivo estratégico definido, limitando-se a uma série de ataques e de escaramuças ao longo da fronteira<sup>860</sup>. A escassez de efetivos militares regulares deu origem a que as populações locais se associassem também em ações de defesa e rapinassem os gados e as colheitas das povoações espanholas, nesta guerra chamada também de “irregular”, caracterizada por “*golpes, emboscadas, guerrilha e penetrações, visando aniquilar o inimigo, queimar as suas aldeias, destruir-lhe os meios de vida e obter despojos*”<sup>861</sup>, utilizada de forma generalizada, sobretudo quando o terreno não se adequava às táticas lineares imperantes, favoráveis aos grandes exércitos.

Para utilizar de forma capaz os recursos humanos existentes, as autoridades militares transmontanas resolveram “*fazer a guerra per imitação da do Brasil*”, dando ordem a todos os capitães mores para elegerem um capitão “*esforçado*” que, com 50 mosqueteiros escolhidos, “*infestassem, de noite, & dia ao inimigo, & lhe queimassem lugares*”<sup>862</sup>. Este tipo de guerra foi descrito por António Manuel Hespanha, em breves palavras, dizendo que os Portugueses, na luta contra os Holandeses na Baía, montaram “*uma estratégia de «guerra lenta», baseada no aproveitamento das forças locais (...). A «guerra lenta» procurava isolar os holandeses no Recife, cortá-los de provisões de boca e de comércio. Isto era conseguido por meio do controlo do hinterland («campanha»), (...), evitando embora oferecer ao inimigo batalha campal em que este pudesse sair vitorioso, mas tirando também partido de rápidas acções militares de guerrilha*”<sup>863</sup>.

Na raia transmontana, estas ações trouxeram, como normalmente, muito gado e roupa, mas também linho, odres de azeite e sal em grande quantidade, açafião, sabão, “*& muytas mais couzas*”. A presa repartia-se de acordo com o costume: “*o imóvel nas conquistas, he direito real, com os instrumentos belicos, que se tomão aos conquistados,*

---

<sup>859</sup> BORGES, 2015, p. 83.

<sup>860</sup> RIBEIRO, 2004, p. 21.

<sup>861</sup> ALVES, 2005, p. 14.

<sup>862</sup> ARAÚJO, 1644, 94v.

<sup>863</sup> HESPANHA, 2001, p. 362.

*& do móvel a quinta parte, que costuma darse aos Generaes do restante se faz hum sacco pera se repartir, não pelos que furtão, pelos que mais pelejão*<sup>864</sup>.

A guerra de “baixa intensidade” não possuía objetivos definidos, nem necessitava de grande disciplina ou arte, tratando-se apenas de “*destruir ou aniquilar sem qualquer finalidade política ou estratégica real e duradoura*”<sup>865</sup>. No entanto, esta prática começou a ser sentida como inútil e prejudicial para os povos, acentuando-se a perda de entusiasmo relativamente às ações praticadas, proibindo-se mesmo o sistema de incursões, a partir de certa altura. Por isso, numa carta de 26 de abril de 1642, o rei avisaria o fronteiro Rui de Alarcão que deveria efetuar entradas em território inimigo apenas em caso de “*muy urgente necesidad*”, convocando para elas “*gente do sertão*”, devendo proceder com tento e consideração, evitando as moléstias e vexações aos pobres lavradores “*tirando os de suas casas, e grangeo de suas fazendas*”.

Apesar de tudo, o esforço militar português teria uma vantagem inesperada: no início do conflito entre Portugal e Espanha, a região de Zamora encontrava-se numa situação frágil. A única medida de Madrid foi a nomeação do Conde de Alba de Aliste como Capitão General da fronteira, cuja missão seria a de reorganizar as milícias e formar um corpo especial de 300 homens para guarnecer a linha entre Carbajales e Alcañices, onde se fizeram trincheiras com urgência. Como se não bastasse, eram constantes os pedidos de envio de homens para a Galiza e para a Catalunha, de trigo ou de dinheiro. Enquanto isso, o Duque de Alba de Aliste recebia notícias da preparação de uma ofensiva portuguesa, que alguns autores apontam com 14.000 infantes, 800 cavalos e 6 peças de artilharia, números excessivos e que não correspondem aos números apontados pelas fontes portuguesas. Esta entrada viria a ocorrer em 25 de outubro de 1641, como já vimos, com o ataque às trincheiras de Brandilanes, onde os portugueses fizeram quatro companhias de milícias prisioneiras, saqueando as localidades da região e apresando o gado. Zamora sentiu-se em perigo, com apenas 7 arrobas de pólvora e um batalhão de velhos e moços como guarnição, promovendo os seus habitantes o reparo das muralhas<sup>866</sup>.

---

<sup>864</sup> ARAÚJO, 1644, fl. 95-95v.

<sup>865</sup> ALVES, 2005, p. 20.

<sup>866</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, pp. 511-512.

O Conde de Alba de Aliste, na sua carta de 31 de outubro de 1641, pediria então auxílio à cidade de Zamora, a partir de Carbajales, para que as autoridades convocassem “*toda la gente dessa ciudad para que todos los que tuvieren arcabuces, caballos y todo género de armas guiados de su Corregidor vengan á socorrer esta necesidad*”, lamentando que lhe faltavam homens porque tinham fugido soldados em todas as companhias<sup>867</sup>.

Os desentendimentos entre as autoridades militares também se faziam sentir do lado espanhol, como constata a carta do Duque de Alba de Aliste para as autoridades de Zamora, sublinhando que, apesar do seu pedido para que a cavalaria às ordens de D. Iñigo de Belandua socorresse a fronteira, este demorou demasiado tempo a cumprir as ordens, pelo que, para o Duque, “*esta es una frontera abierta*”. A 4 de outubro de 1642, uma outra carta dava conta da nomeação régia de D. Fernando de Lodeña como governador das armas dos distritos de Zamora e de Benavente, escolhendo este a de Zamora para praça de armas dos dois distritos<sup>868</sup>. A cidade, contudo, advertiria o novo comandante que os soldados escasseavam, devido à saída de mais de 300 homens para outras zonas, tais como a Catalunha.

Zamora, perante o perigo, clamou por auxílio régio, pedindo 2.000 soldados velhos e armamento, recebendo como reforço um novo governador militar. Um Memorial enviado pela cidade ao rei concluía que a cavalaria colocada em Carbajales e Alcañices não era suficiente para fazer frente aos portugueses, queixando-se que estes efetuavam contínuas entradas, impunemente, “*y robos de ganados y bienes en los lugares de la raya y de la tierra adentro á más de siete léguas, dejando despoblados yermos más de sessenta*”. Diriam ainda que o pé de cavalaria deveria ser “grosso” para enfrentar o contingente português localizado em Miranda e Bragança, onde existiam supostamente 300 cavalos pagos<sup>869</sup>.

Apesar dos sucessos militares portugueses, nem todos mostravam o seu contentamento relativamente à guerra. Em 1643, uma carta do capitão-mor de Miranda referia ao rei que muitos moradores da cidade estavam descontentes com a sua recém-adquirida liberdade, uma vez que a guerra impedia o comércio com Castela, afetando os

---

<sup>867</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 610.

<sup>868</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 612.

<sup>869</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, pp. 617-618.

oficiais, os jornaleiros e os homens de nação que ali viviam, mostrando a população também o seu descontentamento na recusa em dar alojamento aos soldados que aí viviam, obrigando o fronteiro Rui de Alarcão a ordenar que os soldados que não estivessem acomodados se metessem em suas próprias casas<sup>870</sup>.

Em abril de 1646, uma ordem régia avisava as autoridades militares que “*nenhum Governador das armas, ou qualquer outro ministro de guerra, & justiça de meus Reynos, obligue a hir as fronteiras, a gente da Ordenança, salvo em hum caso de notório perigo, invasão, & cometimento grande do inimigo, que conhecidamente se não possa rebater com os soldados pagos, & auxiliares*”<sup>871</sup>. Apenas em 1649 se voltaria a recorrer ao sistema de entradas, muito por ação do comissário-geral da cavalaria, Henri de Lamorlé, o mesmo acontecendo em 1652, e 1654-55, sob as ordens de Joane Mendes de Vasconcelos.

Ao mesmo tempo, do lado espanhol também existiram importantes obstáculos a ações militares em grande escala, tais como a resistência local ao recrutamento ou os problemas provocados pela própria geografia<sup>872</sup>. Em 1647, uma memória do Mestre de Campo D. Francisco Jelder sobre o estado em que se encontrava a praça e fronteira de Zamora, dizia que esta fronteira se estendia desde Fermoselle até ao Rio Maçãs, num total de cerca de 15 léguas. No relatório falava do castelo de Fermoselle, “*por naturaleza fuerte, muy á lo antiguo*”, mas muito fraco pela parte da vila. De seguida, para Norte, a fronteira contava apenas com os naturais de Sayago, que poderiam juntar 100 homens de armas. Nesta parte, enfrentando o rio Douro, entre Fermoselle e Sayago, os naturais tinham por obrigação guardar sete passagens no Douro. Em Sayago existia já o reduto colocado no Penedo Amarelo, em frente a Miranda, com capacidade para 30 homens, contando, mais abaixo, com uma esplanada para a artilharia, conseguindo-se, nesta parte, alcançar Miranda com tiros de mosquete, uma vez que apenas o rio Douro separava as duas margens. Mais uma vez, eram os naturais de Sayago que faziam a guarnição do reduto, comandados por um alferes reformado.

Seguindo em direção a Carbajales, era necessário atravessar por uma barca chamada de Villalcampo, não existindo do lado de Castela outra guarnição para além da de

---

<sup>870</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, mç. 3, n° 38.

<sup>871</sup> A.N.T.T., Consultas, Cx. 37, mç. 6, n° 85.

<sup>872</sup> COSTA, 2005, p. 7.

Carbajales e Alcañices. Em Carbajales existia já um forte com quatro baluartes, com uma igreja no seu interior, mas que possuía várias fragilidades, como, por exemplo, um fosso pequeno e, sobretudo, a possibilidade de o inimigo se poder aproximar sem ser visto, pelo menos até ao tiro de pistola. Aqui o autor avisava que Carbajales necessitava de ser transformada em praça de armas por se encontrar a apenas três léguas de Portugal, mas também por não existir outro lugar onde poderiam juntar as gentes de armas e as munições<sup>873</sup>. A fortificação deveria também contar com 500 soldados, uma vez que a vila, devido à fuga da sua população, contava apenas com 200 habitantes. Quanto a Alcañices, o mestre de campo afirmava de forma contundente que nunca poderia ser defendida devido à sua localização, a não ser que o inimigo não trouxesse artilharia. No total, a fronteira de Zamora poderia apenas contar, de acordo com o relato, com 48 cavalos e com um terço com a dotação de 950 homens, divididos entre Zamora e sua terra, com 325 homens, Toro e sua terra, com 300 homens, Peñaranda, Madrigal, Alaejos, Olmedo e Medina del Campo com 325 soldados<sup>874</sup>.

O mestre de campo espanhol queixava-se ainda que era impossível assistir a todos os lugares de forma eficaz, ou mesmo conseguir que os soldados permanecessem três meses durante o ano nas suas companhias, existindo apenas um grupo de cerca de 60 voluntários a que se juntavam 50 soldados da vila e terra de Carbajales, “*porque los demas no sirven más de traerles y volverse*”, salientando-se o facto de que os que iam a primeira vez para o serviço das armas não voltavam. Maia tarde, diria também que os efetivos tinham diminuído desde o tempo do Conde de Alba, sobretudo por ação de D. Juan de Meneses, referindo que, em caso de ataque português, poderia reunir cerca de 1.000 homens, demorando 15 ou 20 dias para o fazer, mas para fazer uma entrada em Portugal seria mais difícil alcançar o mesmo número de homens<sup>875</sup>.

Como se isto não bastasse, as milícias não estavam armadas e o próprio terço não tinha todos os soldados com armas, e os pagamentos aos soldados encontravam-se em atraso por culpa sobretudo dos assentistas, que ficavam em incumprimento, faltando, por outro lado, um assentista para o pão e para a cevada, assinalando a região de Carbajales e

---

<sup>873</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, pp. 630-631.

<sup>874</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, pp. 631-632.

<sup>875</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 632.



Alcañices como origem do pão da região, tanto que poderia providenciar facilmente as duas libras de pão que se davam aos soldados naquela parte da fronteira. O mestre de campo falaria também do hospital da região, que era apenas uma casa em Carbajales com cerca de 12 camas, sustentando-se os doentes com um real que se tirava a cada soldado e de algumas condenações, existindo também um barbeiro e um cirurgião<sup>876</sup>.

O texto segue dizendo que as contas do ano de 1646 não foram tão difíceis porque não tinham cavalaria, mas as de 1647 complicavam-se devido à presença de cavalaria na região e à entrada realizada em Portugal, o que levou a que o próprio pão de munição estivesse em risco durante vários meses. De facto, as tropas contavam apenas com 40.000 reais nos seis meses do ano, não existindo sequer uma parcela separada para as fortificações. De seguida, o mestre de campo relatava ainda a situação portuguesa, indicando que existia guarnição apenas em Bragança e Miranda. Sobre Bragança, mais distante de Alcañices, sabia que tinha uma guarnição reduzida, que não chegava a uma companhia, composta por naturais da terra, e que tinha maior ligação com Sanabria, acrescentando que em Chaves e Bragança existiam 90 cavalos, a que se juntavam mais 30 das ordenanças<sup>877</sup>.

Relativamente a Miranda do Douro, dizia que esta cidade possuía uma companhia paga, servindo na sua guarda os naturais da terra, e não existindo qualquer cavalaria. Contudo, em caso de necessidade, estas terras portuguesas poderiam juntar cerca de 2.500 homens, “*y para haberlo de hacer sempre se sabrá mucho ántes*”, e que serviriam apenas para a defesa, porque para os ataques, os portugueses necessitavam de homens provenientes de outros lados<sup>878</sup>. O autor do relato reportava também que os portugueses tinham enviado 9.000 cruzados retirados dos rendimentos das alfândegas para que se comprassem cavalos, mas que a região não os poderia fornecer por nela não existirem, apesar de a região transmontana ser contemplada por um comissário geral de cavalaria francês e um batalhão de cavalaria com cerca de 20 franceses, bem armados de carabinas e pistolas. Relativamente às fortificações portuguesas, o mestre de campo relatava que o posto mais próximo de Ciudad Rodrigo era o de Femoselle, e que os portugueses não possuíam

---

<sup>876</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 633.

<sup>877</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 634.

<sup>878</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, pp. 634-635.

qualquer lugar fortificado nem com trincheiras até Miranda, utilizando apenas o rio Douro como defesa. Miranda, por sua vez, era “*lugar murado, mas no fuerte, porque tiene mas de 300 passos de muralla sin través*”<sup>879</sup>.

Finalmente, em relação aos apetrechos de guerra das forças espanholas, o mestre de campo informava, a 10 de maio de 1647, que não existia na região nenhuma granada ou outro fogo artificial, nem “*zapas*” nem “*palas*”, pedindo também um trabuco porque “*un trabuco para las bombas importava mucho para Miranda*”. Existiam ainda dois artilheiros, mas eram muito maus, sendo o responsável pela artilharia o capitão de infantaria D. Damian del Pulgar<sup>880</sup>.

A 22 de maio de 1655, a cidade de Zamora dizia que as praças de Carbajales, Alcañices e Tábara não tinham defesas, enquanto os portugueses entravam em mais de 100 lugares abertos, roubando todos os gados maiores e menores, a roupa branca e outras coisas consideradas preciosas, “*sin perdonar el sagrado de los templos*”, orçando o prejuízo em mais de 150.000 ducados. As autoridades de Zamora avisavam também o seu rei que os portugueses, num total de cerca de 500 cavalos, “*tan orgullosos y com tantas fuerzas*”, tentaram atravessar o rio Esla para fazer o mesmo nos lugares de Zamora<sup>881</sup>. Os relatos davam conta que, nos últimos quatro anos, ou seja, a partir de 1650-51, os portugueses haviam atacado e ocupado as praças de Carbajales e de Alcañices, saqueando toda a terra e obrigando os seus habitantes a refugiar-se nos montes. Por isso, os zamoranos pediam para o rei designar para estas fronteiras um total de 24.000 escudos, no intuito de levantarem um terço com 950 infantes e 50 cavalos<sup>882</sup>, para tentarem travar as surtidas portuguesas.

De facto, um memorial elaborado pela cidade de Zamora reconhecia que o pé de cavalaria que o rei tinha colocado em Carbajales e Alcañices não era suficiente, o que permitia aos portugueses efetuarem constantes hostilidades, com roubos de gado e de bens em lugares a mais de 7 léguas da fronteira, deixando despovoados mais de 60 lugares.

---

<sup>879</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, p. 635.

<sup>880</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, pp. 630-636.

<sup>881</sup> Archivo General de Simancas, Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, GYM, Legajo 1871, 22.05.1655.

<sup>882</sup> Archivo General de Simancas, Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, GYM, Legajo 1871, 20.02.1655.

Tendo em conta estes acontecimentos, as autoridades de Zamora pediriam também para o rei ordenar a Toro e Medina del Campo para ajudarem a combater as forças portuguesas<sup>883</sup>.

A 28 de junho de 1655, o Marquês de Tábara, capitão general das fronteiras de Castela, acrescentava ainda que iria construir, à sua custa, cinco atalaias em Carbajales, para a defesa da praça de armas, “*que bendra a tener cada una seis baras poco mas en redondo y lo grueso de comprimento dos baras asta lo alto de una bara en cima de la tierra com que asta lo alto bendra a ser cada una de grandíssima costa para aberse de hazer sus puertas y otras cosas para su fortificacion*”<sup>884</sup>.

No final desse mesmo ano, mais precisamente por ordem régia datada de 26 de novembro de 1655, seria reorganizado o terço de Zamora, a partir do pedido do mestre de campo D. Joseph Temprado sobre a formação de um terço de 800 homens que pudesse servir nas praças de Alcañices e Carbajales. Deste modo deveriam servir as duas praças, de seis em seis meses, 400 homens em cada praça, às custas das rendas locais, através do quinto, sobretudo para se remediar “*el desamparo y poca defensa en que hoy se halla esa frontera*”<sup>885</sup>, sentindo-se cada vez mais a pressão militar portuguesa.

Por isso, a estratégia espanhola foi igualmente defensiva, pelo menos até 1659, data da paz com a França, uma vez que Madrid estava envolvida em conflitos considerados mais graves, nomeadamente com a Catalunha, e considerava a questão portuguesa como mais fácil de resolver<sup>886</sup>.

#### 3.4.2. Segunda fase (1659-1662)

Nos anos seguintes continuaram a existir problemas e a sentir-se as lacunas, nomeadamente em material de guerra. D. Rodrigo de Castro, Conde de Mesquitela e governador das armas, em 1657, queixava-se ao conselho de guerra de que não dispunha

---

<sup>883</sup> Archivo General de Simancas, Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, GYM, Legajo 1871, 25.05.1655.

<sup>884</sup> Archivo General de Simancas, Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, GYM, Legajo 1871, 20.06.1655.

<sup>885</sup> FERNANDEZ DURO, T2, 1882, pp. 637-638.

<sup>886</sup> BORGES, 2015, p. 77.

de peças de artilharia suficientes para defender todas as praças da província, e as peças de bronze e de ferro, na sua maioria, necessitavam de reparação. As armas individuais, tais como arcabuzes, piques ou carabinas, também não estavam, na sua maioria, em bom estado<sup>887</sup>. Um bom exemplo era o do castelo de Outeiro, que, de acordo com o mesmo governador, apenas dispunha de pólvora para um dia, balas de artilharia e balas de chumbo para dois dias, e morrão para 19 dias<sup>888</sup>.

Do lado português, e apesar dos sucessos obtidos na oposição às entradas do inimigo, a falta constante de gente de armas deste lado da raia, depauperada pela necessidade constante de acudir às fronteiras do Minho e do Alentejo, condicionavam a ação dos governadores das armas transmontanos em determinados momentos, o que acabaria por suceder, por exemplo, em 1657, quando o inimigo entrou na região de Miranda, sem grande oposição<sup>889</sup>. Para contrariar esta tendência, o Conde de Mesquitela, como governador das armas da província, iniciou uma nova fase da guerra, atacando em força a vila de Alcañices, com 8.000 homens de infantaria e 300 de cavalaria, a que juntou duas peças de artilharia, saqueando e incendiando a vila<sup>890</sup>, escapando apenas os que se tinham refugiado no castelo. O ataque de Mesquitela a Alcañices, em 1658, foi efetuado com algumas ordenanças, sobretudo as de Vimioso, que marcharam sob as ordens do seu capitão-mor, Aires Ferreira de Sá Sarmento. Como estas não levavam artilharia, “*foi forçoso retirarem-se as companhias experimentando as do Vimiozo o duro golpe de deixarem no campo o seu capitam mor, porque a primeira e única bala que os Inimigos expelliram se empregou nelle, com esta magua se recolherão a este reyno*”.

Em resposta, os castelhanos queimaram alguns “lugares abertos” da região de Miranda<sup>891</sup>, que encontraram desertos por ordem do governador da cidade, André Pinto Barbosa. Apesar deste contratempo, as forças espanholas continuaram em direção a Vimioso, sofrendo “*estas rayas grandes acometimentos dos Inimigos, roubando, e queimando os povos, levando os gados, e fazendo tudo o mais que bem próprio a naçam castilhana, pertendendo também senhoriaremse do Vimiozo, para o que lhe puzerão sitio,*

---

<sup>887</sup> ALMEIDA, 2012, p. 48.

<sup>888</sup> ALMEIDA, 2012, p. 49; Cfr. A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, mç. 19A, Cx. 72, 16.

<sup>889</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p. 95.

<sup>890</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p.96.

<sup>891</sup> Ver Anexo 1, Imagem 46.

*porem nada conseguirão*”. Estes intentos foram barrados pela ação do capitão Pedro Sequeira, que governava o castelo de Vimioso e a atalaia, e que os defendeu com esforço e valor, dispondo apenas de algumas companhias de ordenança. Não obstante, os espanhóis “lançarão fogo as searas que estavam em vesporas de se colherem, algumas arderam, outras por mais deligencia que se fez na aplicação do fogo, não quizerão deixarse consumir, o que se atribuiu a milagre”<sup>892</sup>.

O nome de André Pinto Barbosa surgiria novamente num documento datado de 1721, contando-se uma lenda sobre a capela de Santo António, no termo de Algosó, dizendo-se que um antigo capitão de infantaria, chamado Francisco de Faria, por apelido o “capitão cadernos”, criado em Algosó, depois de gastar “a mocidade” na Índia, veio para Algosó e aí pretendeu reedificar um antigo conventículo para servir de ermitério. Para o efeito, teria convencido o governador André Pinto Barbosa, seu conhecido, a ajudá-lo, “o coal lhe concedeo que puxasse todos os auxílios desta villa e termo que eram obrigados às obras da praça”, para trabalharem na capela de Santo António<sup>893</sup>. Nos anos seguintes, o Conde de Mesquitela continuaria esta ação enérgica durante o seu governo, reorganizando as forças militares locais e reparando as fortificações existentes<sup>894</sup>.

O conde de Mesquitela teve certamente uma ação importante ao nível das fortificações da fronteira mirandesa, neste período. Em Chaves, por exemplo, encetou uma nova fase nas obras de fortificação, mandando escavar trincheiras e colocar estacas no local onde se viria a erguer o forte de S. Neutel<sup>895</sup>. Após uma inspeção inicial a Miranda do Douro, verificou que, apesar de algumas obras estarem já a decorrer, ainda não era a situação satisfatória, pela que pediu o envio de ferramentas e mantimentos para seis meses, para cada uma das praças da província, bem com gente capaz para trabalhar nas fortificações, “em que entrando o tempo desocupado, a hey de empregar abrindo foços, e levantandoas de terra batida”, referindo também que o dinheiro disponível seria gasto nas fortificações que, por se situarem em penhascos, se deveriam construir em pedra, uma vez que não era possível fazer um fosso<sup>896</sup>. Por isso, em novembro de 1660, assinalavam-se

---

<sup>892</sup> ALVES, 2002, pp. 492-493.

<sup>893</sup> MOURINHO, 2009, p. 246.

<sup>894</sup> ALVES, 2005, p. 22.

<sup>895</sup> DÓRDIO, 2015, p. 76.

<sup>896</sup> ALMEIDA, 2012, p. 49; A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Cx. 72, mç. 19A.

obras nas fortificações de Miranda, para a qual o cabido já tinha acudido com mais de 1.000 cruzados. O problema era que as notícias de movimentações inimigas e de um possível ataque em março do ano seguinte puseram em alerta as autoridades que pediam que o cabido entregasse sem demora o dinheiro para as fortificações que ainda estavam por acabar. A mão de obra era constituída por 50 pedreiros do Minho que, por falta do dinheiro, corria-se o risco de se perderem e não voltarem à região<sup>897</sup>.

### 3.4.3. Terceira fase (1662-1668)

A esta segunda fase seguiu-se outra mais ativa, muito por causa da renovada energia castelhana, livre dos entraves europeus, e que começou pela tomada de Olivença, em 1656, pelas forças espanholas, culminando, entre 1660 e 1668, nas batalhas decisivas do conflito. Nunca deixou de ser, no entanto, do lado português, uma guerra defensiva, evitando-se geralmente o pleno confronto, desenvolvendo-se uma estratégia mútua caracterizada pelas pequenas ações de pilhagem e de retaliação, aliadas, isso sim, a uma frenética ação diplomática em busca de apoios e do isolamento internacional do inimigo.

Apenas na fase final da guerra da Aclamação, Luís XIV enviaria para Portugal um conde alemão ao seu serviço, Frédéric-Armand de Schomberg (1615-1690), que chegará em 1660. Tornando-se comandante-em-chefe do exército português, organizou-o de acordo com o que tinha aprendido com Turenne e Gustavo Adolfo. De facto, Afonso VI contratou uma das grandes figuras militares da época, um homem que já tinha dirigido os exércitos de países como a Suécia, a França, a Prússia, a Holanda e a Inglaterra. Combatente da batalha de Nordlingen, em 1634, combateu quase sempre contra os Imperiais e Espanha, tendo também um importantíssimo papel na condução de Guilherme III de Orange no trono de Inglaterra.

A escassez de efetivos regulares continuou a ser um problema até à fase final do conflito porque, até 1663, existia apenas um terço na província, alojado em Chaves. Nesta altura, finalmente, o seu número seria elevado para 3 terços, sendo um deles destinado a

---

<sup>897</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 553.

engrossar o exército do Alentejo durante a campanha do verão, ficando alojado na província no resto do ano. Deste modo, a província passou a dispor de 46 companhias, formando-se, em 1664, um quarto e último terço, com os excedentes dos 3 anteriores<sup>898</sup>.

O Conde de Mesquitela seria substituído em 1662, pelo Conde de S. João, Luís Alvares de Távora, mestre de campo desta província e da do Minho, outro homem de ação, uma vez que, durante o seu governo, as depredações feitas pelos portugueses em território inimigo foram de tal ordem que sustentaram a cavalaria transmontana até ao fim do conflito<sup>899</sup>. Entre 1662 e 1665, iria promover uma serie de entradas, sobretudo na zona galega, às quais o fronteiro da Galiza, D. Baltazar Pantoja, tentaria pôr cobro. Nos últimos dois anos as ações estariam a cargo de Francisco de Távora, sargento-mor de batalha, que conseguiria penetrar mais de cinco léguas em território inimigo, tomando 108 vilas e aldeias que submeteu ao reino de Portugal<sup>900</sup>.

Em janeiro de 1663, em pleno inverno, contava o Mercúrio Português que o conde teria informações de que o inimigo juntara e “alojara”, ou seja, metera em aquartelamentos de inverno, muitos soldados que tinham vindo de Entre Douro e Minho. Em pleno inverno, o conde decerto se apercebeu da oportunidade, procurando apanhar o inimigo desprevenido, fazendo uma entrada em Castela com 700 cavalos e 400 infantes “escolhidos”, a partir de Monforte. Atacou, desta forma, os quartéis espanhóis de Soutochão, Berrande e Arsoa, matando, segundo o relato, muitos inimigos e aprisionando um grande número de soldados e de oficiais. Mais uma referência ao “descuido” em que o inimigo se encontrava, acrescentando-se que entre os portugueses não houve nem mortos nem feridos. Apenas o nevoeiro não permitiu que a ação fosse ainda mais grandiosa<sup>901</sup>.

A guerra, porém, não deixava de ter um caráter eminentemente defensivo, tal como nos relata a notícia de maio de 1663, onde se referia que “*os Portuguezes se achavão divididos, guarnecendo todas as Praças principaes daquela fronteira [de Badajoz]; pensão da guerra defensiva (pois não sabe por onde será a invasão) & mais custosa aos*

---

<sup>898</sup> FREITAS, 2007, p. 146.

<sup>899</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p. 113.

<sup>900</sup> ALVES, 2005, p. 24.

<sup>901</sup> *Mercurio Portuguez com as novas da guerra entre Portugal, e Castella (1663-1667)*, in DIAS, 2010, volume 1, p. 8.

*nosso por terem muitas Praças*”. A incerteza do ataque inimigo levava a que apenas depois de uma invasão se dariam ordens às guarnições para defenderem o território<sup>902</sup>.

Mas a grande fama do Conde de S. João seria exponenciada no mês de outubro de 1663, com a descrição dos feitos do governador das armas de Trás-os-Montes por terras da Galiza e de Castela-a-Velha, onde saquearia e destruiria mais de 170 vilas e lugares. Aproveitando-se da debilidade dos espanhóis, abalados pelas derrotas na batalha do Canal e pela reconquista de Évora, decidiria encetar uma ação de grande envergadura em terras espanholas. Após o seu regresso da Corte, o Conde de S. João reuniria 5.500 infantes, sendo 3.000 pagos e 2.500 auxiliares, a que se juntavam 1.300 cavalos e 8 peças de artilharia, de 1 até 7 libras de calibre. O exército levava mantimentos para quinze dias “& grande aparato de carruagem”, o que deixa adivinhar que a ação portuguesa não seria, de forma alguma, fácil de esconder, mas também não seria esse o objetivo, uma vez que se declara, mais à frente, que a ação se destinava a uma “*diversão*” para que o conde do Prado, no Minho, pudesse entrar na Galiza com maior liberdade.

Em 29 de fevereiro de 1664, seriam ainda acrescentadas três novas companhias nos dois terços existentes em Trás-os-Montes, de que eram mestres-de-campo Manuel Pacheco de Melo e Francisco de Távora<sup>903</sup>, concedendo-se ainda ao Conde de S. João, a 9 de março do mesmo ano, uma companhia de arcabuzeiros, para sua guarda pessoal, além da que já tinha de couraças<sup>904</sup>. Pedro César de Menezes seria também nomeado para tenente-general da cavalaria de Trás-os-Montes, em 21 de abril de 1667, e receberia a incumbência de fazer a reformação da gente de guerra da província, sinal evidente de que a paz estava mais do que conseguida<sup>905</sup>.

## **Capítulo 4 - Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714)**

---

<sup>902</sup> *Mercurio Portuguez com as novas da guerra entre Portugal, e Castella (1663-1667)*, in DIAS, 2010, volume 1, p. 34.

<sup>903</sup> A.N.T.T., Consultas, Cx. 215, mç. 23, nº 16.

<sup>904</sup> A.N.T.T., Consultas, Cx. 215, mç. 23, nº 23.

<sup>905</sup> A.N.T.T., Consultas, Cx. 215, mç. 27, nº 14.



#### 4.1. Uma paz provisória (1668-1701)

Em 1667, o *Mercúrio Portuguez* caracterizava desta forma a província de Trás-os-Montes: “*por inculta, áspera, & agreste, he may de gente, feróz, & agigantada não só na estatura corpulenta mas na ousadia animosa*”<sup>906</sup>. Mais de cem anos depois, o “*Mappa Histórico e Politico do Reyno*”, da autoria de D. José de Lucena, mostrava ainda a região como “*hum paiz estéril e menos povoado*” mas, na sua época, beneficiando já das melhorias proporcionadas pela ação da Real Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Não deixava, contudo, de se referir a Miranda como “*insignificante e mal situada*”, cuja Cadeira Episcopal se havia transferido para Bragança e que “*hoje se acha derrotada, e abatida*”<sup>907</sup>. Entre uma descrição e outra, a província em geral, e a região mirandesa em particular, foram alvo de várias tentativas de caracterização do território, sobretudo ao longo do século XVIII, e nomeadamente através da contabilização dos fogos e das almas, da enumeração das principais produções agrícolas, das características do clima ou da apresentação, normalmente sucinta, da organização política, administrativa e militar, variando o tom e o teor da descrição de acordo com as intenções do autor.

Apesar da assinatura da paz com Espanha, a 13 de fevereiro de 1668, e do tão esperado reconhecimento da monarquia portuguesa pela Santa Sé, o governo de D. Pedro nunca deixou de sentir a pressão britânica, que culminaria na adesão de Portugal à “Grande Aliança”, em 1703. Os próprios embaixadores eram símbolos de uma desconfiança continuada entre os dois reinos ibéricos, sentindo-se esta tensão em momentos como os desacatos contra a residência do embaixador português em Madrid, D. João da Silva, Marquês de Gouveia, ou no envolvimento do embaixador espanhol, Conde de Humanes, numa conspiração contra D. Pedro<sup>908</sup>. Esta desconfiança iria perdurar durante muito tempo na própria fronteira, com as populações raianas a transportarem este sobressalto da guerra para a cultura popular e a integrá-la nas suas próprias tradições orais. Não esquecer também que a paz com Espanha foi efetuada por intermédio da Inglaterra, ao mesmo tempo que se

---

<sup>906</sup> DIAS, 2010, p. 777.

<sup>907</sup> B.P.M.P., Ms. n° 940.

<sup>908</sup> FARIA, 2008, p. 130.

procedia à deposição de D. Afonso VI, factos que preocuparam bastante a França, porque contrariavam as ações diplomáticas anteriores<sup>909</sup>.

Logo em 1668, vislumbrada a paz, os representantes dos Povos nas Cortes reclamaram imediatamente que se anulassem os tributos criados para financiar a guerra, afirmando também que já não eram necessários os governadores das armas, nem a cavalaria, nem os cabos maiores. Tais pedidos causaram alguma perturbação em D. Pedro, disposto a levantar os tributos, mas também reconhecendo a necessidade de manter guarnições, criar depósitos de munições e continuar a reparar as fortificações<sup>910</sup>. Os procuradores de Trás-os-Montes, neste caso, estavam divididos entre o apoio ao fim da cavalaria e dos governadores de armas e a obediência aos pedidos do rei<sup>911</sup>, no seguimento das opiniões das comitivas das restantes províncias. Por fim, a discussão levou à decisão dos Povos em assegurarem a soma de 400.000 cruzados para sustento dos presídios, em troca da “desmilitarização” solicitada.

Contudo, a redução dos efetivos militares era inevitável, tal como acontecia por toda a Europa quando os conflitos terminavam. A desmobilização dos efetivos militares teve início logo em 1668, dando-nos conta desta “*reformação da gente de guerra*” os despachos recebidos pelo governador das armas, D. Francisco de Távora, para o efeito<sup>912</sup>, bem como o despacho do Conselho de Guerra recebido por Pedro César de Menezes, general de cavalaria da província, para fazer o mesmo nas unidades a seu cargo<sup>913</sup>. A pressão para a desmobilização acabou por dar resultados, enviando D. Pedro ordens para que em cada comarca apenas existisse um terço de auxiliares, passando o Reino a dispor somente de cerca de 18.000 homens, continuando a existir algumas unidades de linha, como o terço de Chaves, em Trás-os-Montes<sup>914</sup>.

Por vezes, os postos militares não estavam preenchidos, por razões motivadas pelo falecimento dos anteriores titulares, por exemplo. Um registo de 27 de fevereiro de 1692 confirmava José Sarmento para capitão de ordenança do lugar de Malhadas, por este posto

---

<sup>909</sup> FARIA, 2008, p. 132.

<sup>910</sup> COSTA, 2009, pp. 361-363.

<sup>911</sup> COSTA, 2009, p. 364.

<sup>912</sup> PT/AHM/DIV/3/3/27/13.

<sup>913</sup> PT/AHM/DIV/3/3/27/14.

<sup>914</sup> TEIXEIRA *et alli*, 2017, pp. 355-356.

se encontrar vago<sup>915</sup>. A 6 de dezembro de 1695 chegou a vez de José Sarmento ser eleito sargento-mor de ordenança da cidade de Miranda, uma vez que o lugar tinha vagado por falecimento de Bernardo Sarmento de Morais<sup>916</sup>. A 16 de novembro de 1719, um registo de patente régia dava conta da nomeação de António de Morais Sarmento, que já tinha servido como alferes, ajudante do terço de pé de castelo da província e praça de soldado, para o posto de sargento-mor das ordenanças de Miranda do Douro, tendo em conta que este se achava vago porque o seu anterior titular, Cristóvão da Silva Sarmento, se encontrava na situação de eclesiástico<sup>917</sup>.

No início de julho de 1671, determinava-se que se passassem alvarás de entretenimento aos oficiais da província transmontana, que mostrassem certidão passada pelo marquês de Távora, governador das armas, e que estavam em Lisboa com permissão régia durante o tempo da reformação geral<sup>918</sup>. Em 1673, o Conselho de Guerra ordenaria que se passassem novas ordens para a redução das companhias de infantaria em Trás-os-Montes, que ainda somavam 10 companhias: *“sobre se haverem de reduzir as companhias de infantaria, que de presente se acham nos terços de guarniçam da provincia de Trallos montes, a numero de dez companhias como se resolveo em Junho de seiscentos e sessenta e oito e se tem executado nas mais províncias do Reino. Hei por bem, se igualem a ellas as onze de Trallos montes, que ainda hoje ha na mesma provincia e que, cada hua dellas não tenha mais de vinte sette soldados, os quaes, se poderiam tirar dos que creçessem nas companhias dos mestres de campo, reformando-se a do capitão por mais moderno”*<sup>919</sup>. Dois anos depois, em 1675, um novo decreto do Conselho de Guerra, com a data de 17 de janeiro, ordenava que existissem apenas 100 cavalos em Trás-os-Montes, distribuídos por 2 companhias<sup>920</sup>. O fim da guerra significou um abrandamento em relação a este tipo de publicações, mas não uma paragem completa, sendo um exemplo o regimento dos governadores das armas das províncias, datado de 1 de julho de 1678, ou a carta para se completarem os corpos de auxiliares, de 26 de agosto de 1697.

---

<sup>915</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 33.

<sup>916</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 41.

<sup>917</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 4 (1711-1727), fl. 142.

<sup>918</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 30, n° 11.

<sup>919</sup> PT/AHM/DIV/3/3/32/8; A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 32, n° 8.

<sup>920</sup> PT/AHM/DIV/3/3/34/1.

Apesar dos assuntos militares passarem para segundo plano, as autoridades centrais não deixaram de se preocupar com a rede de fortificações da região. Em 1667, por exemplo, chegaria a Trás-os-Montes o ajudante engenheiro João Coutinho, depois de passar pelo Brasil e Alentejo, servindo “*naquela provincia em tudo o que se offereceo até se fazer a reformação geral*”<sup>921</sup>. Entre 1683 e 1693, serviria na província José Velho de Azevedo, examinando, por exemplo, as ruínas que as fortificações de Montalegre e de Bragança apresentavam<sup>922</sup>. Mais tarde, em 1695, seria ainda enviado António Rodrigues Ribeiro, para servir como engenheiro da província, sendo dele as propostas de modificação das plantas anteriormente elaboradas por Michel de Lescolles e Sebastião de Sousa e Vasconcelos<sup>923</sup>.

O mesmo se passava relativamente ao contingente militar que deveria servir a província. Em 1681, um decreto de 9 de março decidia acrescentar à lotação da província transmontana 2 terços, 6 companhias de cavalos, um tenente de Mestre de Campo general, dois Ajudantes de Tenente, um Comissário Geral e um Ajudante de Cavalaria<sup>924</sup>, mas também mandava que fosse montada a artilharia nas praças que tivessem guarnição, situação que aponta uma nova preocupação com a fronteira. O mesmo estava patente no decreto que ordenava que as tropas de cavalaria e dos terços pagos das províncias da Beira, Minho e Trás-os-Montes, estivessem prontas a passar para o Alentejo, caso fosse necessário, devendo ser substituídas nas respetivas praças pelos terços de auxiliares locais<sup>925</sup>, datado de 20 de março de 1681. Ainda neste mês, a 26, o Conde da Atalaia seria nomeado general da cavalaria do Minho e de Trás-os-Montes, com o governo interino desta última, sendo substituído como governador a 23 de junho de 1681, pelo general da artilharia de Trás-os-Montes, Francisco Freire de Andrade<sup>926</sup>. As nomeações continuariam em 1682. A 24 de abril, o Conselho de Guerra passaria patente de capitão da cavalaria de Trás-os-Montes a Pedro de Castilho, até então capitão de infantaria do terço da armada<sup>927</sup>.

---

<sup>921</sup> VITERBO, 1899, vol. 1, pp. 247-249.

<sup>922</sup> VITERBO, 1899, vol. 3, pp. 173-174.

<sup>923</sup> VITERBO, 1899, vol. 2, pp. 406-407.

<sup>924</sup> PT/AHM/DIV/3/3/40; A.N.T.T., decretos, cx. 216, mç. 40, nº 6.

<sup>925</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 40, nº 9.

<sup>926</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 116, nº 71.

<sup>927</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 41, nº 4.

As preocupações militares iriam subir de tom em 1693, como no decreto de 20 de junho<sup>928</sup>, pelo qual o Conselho de Guerra ordenava que a organização das tropas tivesse em conta as eventualidades que poderiam resultar do estado de guerra em que a Europa se encontrava. Já em 1703, seria ordenado que o Conselho de Guerra consultasse 12 mestres de campo e os respetivos sargentos-mores, para comandarem 12 terços que deveriam ser organizados na Beira, Minho e Trás-os-Montes, tendo 11 deles a lotação de 670 praças e 1 com 630 praças<sup>929</sup>. As próprias tropas iriam receber melhoramentos mais específicos, ordenando-se aos soldados das ordenanças, por decreto de 20 de julho de 1697<sup>930</sup>, para que usem espingardas de pederneira, tal como já tinha sido estipulado no ano anterior. Em fevereiro de 1704, seria igualmente ordenado que em todas as províncias a cavalaria fosse equipada com pistolas e clavinas<sup>931</sup>. No que diria respeito às fortificações, também seriam emitidas ordens para se fazerem várias reparações de segurança em determinadas vilas e castelos, nomeadamente nos lugares da raia<sup>932</sup>.

#### 4.2. A diplomacia portuguesa: entre França e a Inglaterra

A morte de Carlos II de Espanha, em 1700, sem deixar descendente, colocara um problema de sucessão que as principais potências europeias aproveitaram para tentar alargar a sua área de influência. Deixando a Coroa por testamento a Filipe de Anjou, neto de Luís XIV de França, a Áustria e a Inglaterra, juntamente com as Províncias Unidas, não quiseram permitir ao rei francês esta hipótese de desequilibrar as forças no continente a seu favor. Para complementar esta aliança, a maior parte dos territórios do Império, os príncipes italianos, Sabóia e Portugal dariam o seu apoio a esta coligação<sup>933</sup>, contando a França apenas com o apoio da Baviera e do arcebispo de Colónia, bem como com os apoiantes de Filipe de Anjou em Espanha. Por isso, no que diria respeito a Portugal, as Cortes de 1697-

---

<sup>928</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 52, n° 20.

<sup>929</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 62, n° 24.

<sup>930</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 56, n° 18.

<sup>931</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 63, n° 11.

<sup>932</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 62, n° 90, 92.

<sup>933</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, p. 21.

98 ponderaram já a proximidade de um eventual conflito<sup>934</sup>, sobretudo relativamente às necessidades fiscais da Coroa face a um contexto de guerra.

Numa primeira fase, D. Pedro II irá firmar a sua aliança com a França, em 1701, aceitando os direitos de Filipe V à Coroa espanhola, ação apoiada pela presença de uma poderosa frota francesa em Lisboa, em setembro desse mesmo ano<sup>935</sup>. Este acordo seria denunciado pelo governo português no ano seguinte, mediante a percepção do perigo de guerra, do poder naval inglês e do esclarecimento da precipitação inicial<sup>936</sup>, substituído pela adesão à Grande Aliança formada pela Inglaterra, Holanda e o Império, em 1703, com a perspectiva de melhores ganhos a nível colonial e europeu, dando origem à declaração de guerra de Filipe V a Portugal, a 30 de abril de 1704. O interesse europeu em Portugal derivava do ponto de vista estratégico, tendo em conta que o nosso País era também visto como porta de entrada em Espanha, nomeadamente por Badajoz. Os ingleses e os holandeses tinham “absoluta necessidade” dos portos portugueses, pelo que não podiam permitir nem a aliança com a França, nem a neutralidade de Portugal<sup>937</sup>.

A ação diplomática do embaixador John Methuen, enviado para Portugal em maio de 1702, foi de extrema importância para a mudança de D. Pedro II para o lado dos aliados. Desde o início da sua ação diplomática, o enviado inglês ofereceu a Portugal concessões territoriais na Estremadura e na Galiza, nomeadamente a posse das praças de Badajoz, Albuquerque, Valencia e Alcântara, na Estremadura, bem como Vigo, Tui, La Guardia e Baiona, na Galiza<sup>938</sup>, juntamente com a confirmação da posse da colónia do Sacramento, na América do Sul, a proteção do comércio português, generosos apoios em dinheiro, provisões e abastecimentos para as tropas em campanha, em troca do apoio à Grande Aliança.

O tratado entre Portugal e a Grande Aliança seria assinado a 16 de maio de 1703 e ratificado em Londres em 14 de julho, acompanhado de um acordo comercial assinado a 27 de dezembro do mesmo ano, o mesmo acontecendo em agosto de 1705 com a

---

<sup>934</sup> MENESES, 2001, p. 174.

<sup>935</sup> FARIA, 2008, p. 134.

<sup>936</sup> MENESES, 2001, p. 176.

<sup>937</sup> FARIA, 2008, p. 136.

<sup>938</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, p. 133.

Holanda<sup>939</sup>. O Arquiduque da Áustria, Carlos (1685-1740), dirigiu-se então a Lisboa para fortalecer a sua pretensão ao trono espanhol, esperando-o D. Pedro II. O rei de Portugal, por sua vez, deveria dispor de um exército de 15.000 homens, a que se juntariam mais 13.000 auxiliares, sustentados com os contributos dos aliados em dinheiro e abastecimentos. Os aliados deveriam disponibilizar 12.000 soldados para lutarem ao lado dos portugueses, a que se juntaria uma frota de 12 navios para servirem de esquadrão de vigilância no litoral português<sup>940</sup>.

A partir deste momento, a bipolarização peninsular tornava-se, assim, evidente, refletindo-se esse duplo caminho também ao nível dos exércitos, sendo o exército português orientado por oficiais britânicos e o espanhol com uma reorganização que seguiu o modelo francês<sup>941</sup>.

A 8 de abril de 1704 já existia um Comissário Geral das forças britânicas em Portugal, Martin Llewellyn, que escrevia de Lisboa justificando os seus gastos e que ficaria sem dinheiro se não fosse reembolsado, um problema que, afinal, não seria apenas português<sup>942</sup>. Apesar de alguns percalços iniciais, o mesmo Comissário seria informado por Mr. Jemmett que as tropas destinadas a Portugal já estavam todas embarcadas, mas que tinham sido impedidas de navegar devido aos ventos contrários. Esta informação datava de 3 de novembro de 1704, encontrando-se as embarcações em Cork, ou seja, ainda na Irlanda<sup>943</sup>.

O apoio britânico não deveria ser o único auxílio a Portugal, devendo participar também o Império e a Holanda. Mas nem tudo correria bem. Um impresso de 1712, escrito em castelhano e que tratava da “*conducta de los aliados*”, referia-se ao incumprimento do Império relativamente ao envio de homens para Portugal, obrigando a Inglaterra a cobrir o número de 8.000 soldados, enquanto a Holanda enviaria 4.000.

As três potências deveriam também entregar a Portugal um total de um milhão de reais de a 8 para a manutenção de 28.000 soldados portugueses, devendo o contingente dos

---

<sup>939</sup> FARIA, 2008, p. 136.

<sup>940</sup> FALKNER, 2016, p. 43.

<sup>941</sup> ABIÁN CUBILLO, 2013, p. 30.

<sup>942</sup> SP/89/88/4, fl. 8.

<sup>943</sup> SP/89/88/8, fl. 14.

Aliados em território português alcançar os 40.000 homens<sup>944</sup>. Contudo, as ações militares de 1706 dizimaram este exército, tornando-se indispensável formar um novo efetivo militar, agora sem qualquer participação holandesa, às custas da rainha de Inglaterra, que foi obrigada a levantar mais 10.500 homens. A falta de apoio a Portugal por parte de todos os seus aliados, levaria inclusivamente, de acordo com o documento, a Coroa portuguesa a aumentar os preços das forragens destinadas ao contingente britânico, bem como a carregar de impostos o vestuário que se destinava às mesmas tropas<sup>945</sup>.

A presença britânica em Portugal continuaria nos anos subsequentes, não se adaptando os súbditos britânicos inteiramente aos costumes do País, tal como nos relata um excerto de uma carta de Joseph Wilcocks, escrita em Lisboa e datada de 14 de outubro de 1709, assinalando com desagrado que “*all things are quiet on our frontiers, the soldiers being gone home to the vintage and instead of trampling upon the enemy are treading grapes*”. Ou seja, os soldados portugueses tinham-se retirado da fronteira para tratar das suas terras e, neste caso, para se dedicar à vindima e à venda das suas uvas<sup>946</sup>, atitude aparentemente incompreensível aos olhos dos oficiais ingleses.

#### 4.2. Formas de financiamento da guerra

No início do reinado de D. João V, em plena Guerra de Sucessão de Espanha, a situação financeira era preocupante, com a falta de dinheiro a provocar constantes atrasos no pagamento das tropas, situação a que se juntava a situação de fome generalizada no reino, com a escassez de cereais e os inevitáveis preços elevados<sup>947</sup>, o que levava a que as frotas do Brasil fossem esperadas com ansiedade, ao mais alto nível.

Efetivamente, a estratégia da guerra estava diretamente dependente do dinheiro disponível, sabendo-se que “*da abundância ou escassez dele dependia também ser a guerra ofensiva ou defensiva*”, tendo em conta que a primeira “*implicava despender somas muito mais elevadas*”. Por isso, mesmo as rendas das fazendas dos confiscados e ausentes

---

<sup>944</sup> Conducta de los Aliados, 1711, fl. 27.

<sup>945</sup> Conducta de los Aliados, 1711, fl. 28-29.

<sup>946</sup> SP/89/88/26, fl. 61.

<sup>947</sup> SILVA, 2009, p. 189.



seriam também uma excelente opção, ou então, exigir aos homens de negócio empréstimos com juros de 6%<sup>948</sup>, deitar a mão aos proventos das alfândegas e à aplicação de impostos sobre o consumo, ou recorrer às contribuições dos municípios. Veja-se o caso, no que diz respeito à cidade do Porto, da imposição chamada de “subsídio militar”, que esteve em vigor entre 1710 e 1715, e que tinha como destino a manutenção do regimento da cidade. Tal obrigação agravou, no período em destaque, os preços de vários géneros, entre os quais o vinho, a aguardente ou o azeite<sup>949</sup>. O problema é que, apesar de terminado o conflito, a cidade continuou a suportar os encargos respeitantes à defesa nas décadas seguintes, acrescidos dos abusos perpetrados pela vedoria, provocando queixas de populares e soldados, nomeadamente em 1717<sup>950</sup>.

Ao nível central, era a Junta dos Três Estados que estava incumbida de providenciar este abastecimento. Pelo regimento de 1721, os assentistas ficavam obrigados a dar por cada ração um pão de arrátel e meio de trigo da terra, ou de 2 arrátéis se fosse de centeio, ou de 3 se fosse de mistura de milho e centeio. Mas eram os agentes britânicos que controlavam grande parte dos abastecimentos das tropas que atuavam em Portugal, tal como o vestuário, cujo fornecimento era organizado pelo inglês Thomas Morrice, “*deputy-paymaster*” para Portugal, e que possuía um posto avançado em Estremoz, na fronteira com Espanha, gerido por Abraham Sandoz<sup>951</sup>. De facto, existiam diversas redes financeiras em Lisboa, com o objetivo de conseguir proventos privados, como o consórcio em vigor entre 1710 e 1712, no qual Stert ofereceu a Brydges e Bladen entre 8 e 10 por cento dos lucros em troca de 40.000 libras para o financiar como contratador de cereais para o exército português<sup>952</sup>.

#### 4.3. A primeira fase da guerra (1704-1709)

---

<sup>948</sup> MAGALHÃES, 2012, pp. 109-110.

<sup>949</sup> CARDOSO, 2003, p. 675.

<sup>950</sup> CARDOSO, 2003, p. 677.

<sup>951</sup> GRAHAM, 2015, p. 149.

<sup>952</sup> GRAHAM, 2015, p. 223.

Na primeira fase da guerra, o objetivo imediato era utilizar Portugal como base de operações para o ataque a Espanha, devendo D. Pedro II juntar um exército de cerca de 28.000 homens, prometendo a Inglaterra enviar reforços, incluindo oficiais, constituir uma armada para proteção da costa portuguesa e fornecer pólvora e munições<sup>953</sup>. Deste modo, Portugal também serviria como base de apoio para as expedições marítimas contra alvos importantes, como Gibraltar, mas também como base para a invasão de Espanha pela fronteira terrestre<sup>954</sup>.

A nova situação de guerra levou D. Pedro II a retomar a reformulação das defesas militares do reino, do que nos dão conta as obras de fortificação do litoral, entre Porto e Viana, localizadas nos pontos onde seriam praticáveis desembarques por forças inimigas, sendo criadas inclusivamente novas fortificações, tais como os fortes de Paçô e o de Cão, perto de Viana<sup>955</sup>. Foi necessário igualmente proceder a um esforço de mobilização de tropas, processo dificultado pela inexistência de um exército permanente, o que acontecia em toda a Europa, situação derivada quer da inexistência de uma estrutura central eficaz, quer da contrariedade dos “povos” relativamente ao serviço militar, expressa nas Cortes de 1668 e 1674, logo após o fim do conflito anterior, tendo os “povos” exigido à Coroa a completa desmilitarização do reino<sup>956</sup>, como atrás foi mencionado. Este novo conflito iria também dar origem a um novo surto de cartografia, tal como se torna visível nos mapas elaborados pelo francês Nicolas de Fer, datados de 1703, e que seriam posteriormente copiados por outros autores, mostrando, para um público mais generalista, as fronteiras entre Portugal e Espanha<sup>957</sup>.

Apesar das contrariedades, o Arquiduque Carlos desembarcaria em Lisboa, em setembro de 1704, aí permanecendo até julho de 1705, juntando um exército composto por 4.000 ingleses, 2.000 holandeses e 20.000 portugueses, financiados pelas potências marítimas<sup>958</sup>. As ações militares na fronteira portuguesa iniciaram-se logo em 1704, mas

---

<sup>953</sup> SELVAGEM, 2006, p. 455.

<sup>954</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, p. 134.

<sup>955</sup> ANTUNES, 1999, pp. 93-94.

<sup>956</sup> COSTA, 2005, p. 12.

<sup>957</sup> Ver Anexo 1, Imagem 5.

<sup>958</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, p. 135.

os problemas surgiram desde o início, o que facilitaria o ataque do exército franco-espanhol na região da Beira, que tomou várias localidades, incluindo Castelo Branco<sup>959</sup>.

A urgência de medidas defensivas levou a que, a 20 de setembro de 1704, D. António Salgado, governador da praça de Chaves e, na altura, governador das armas da província, escrevesse para todas as praças de Trás-os-Montes, avisando que “*por coanto he conveniente ao serviço de sua Magestade que Deos goarde que as goarniçoens (...) das Praças se comservem com aquella doctrina militar que convem ao tempo prezente*”, se impedissem os soldados de se ausentar dos presídios ou dos castelos, dormir fora de muros ou estar a mais de meia légua do seu posto. A pena para estas infrações seria a de três tratos de corda<sup>960</sup>.

Outra medida com efeitos imediatos foi a de confiscar todos os bens dos vassallos de Espanha, ordem enviada pelo rei ao executor geral do almoxarifado e entregue pelo correio-mor de Miranda, Lourenço Pimentel de Abreu. A ordem, com a data de 29 de outubro de 1704, dizia para o executor geral fazer “*represália em todos os bens e fazendas que os vassallos da dita Coroa de Castella tem neste reino como também os dos portugueses que se acharem nos Dominios della depois de rota a guerra*”, solicitando-se também uma relação dos espanhóis e dos portugueses que estavam ausentes<sup>961</sup>.

Com o início das hostilidades, a nomeação de oficiais superiores portugueses também foi mais célere, nomeadamente na província de Trás-os-Montes. Logo em outubro de 1703, foi nomeado como Governador das Armas da província de Trás-os-Montes o Conde de Alvor, Bernardo Filipe Nery de Távora, sucedendo-lhe, em agosto de 1705, o Conde de Avintes<sup>962</sup>. D. Sancho de Faro e Sousa, general de artilharia na Beira, seria também nomeado para Mestre de Campo General da província transmontana, com exercício na artilharia<sup>963</sup>, o sargento-mor de batalha, Conde de S. João, seria nomeado tenente-general da cavalaria da província<sup>964</sup>, e D. João Diogo de Ataíde seria, por sua vez, empossado como sargento-mor de batalha. Finalmente, o conde de S. Vicente, João Alberto

---

<sup>959</sup> SELVAGEM, 2006, p. 456.

<sup>960</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 137.

<sup>961</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 140v.

<sup>962</sup> PT/AHM/DIV/3/3/64/132.

<sup>963</sup> PT/AHM/DIV/3/3/64/133.

<sup>964</sup> PT/AHM/DIV/3/3/64/159.

de Távora, receberia a nomeação para tenente general da cavalaria, em atenção aos seus serviços e merecimentos de fidalgo<sup>965</sup>. No ano de 1706, continuariam a suceder-se as nomeações, tais como a de um sargento-mor destinado a um terço pago<sup>966</sup>, ou de um tenente e um alferes para uma tropa que tinha sido levantada de novo<sup>967</sup>.

A 27 de fevereiro de 1704 Luís Machado Pires seria nomeado para governador da praça de Miranda, oficial também com bastante experiência, servindo há mais de 39 anos, tendo sido sucessivamente alferes do mestre de campo, capitão de infantaria, ajudante de tenente de mestre de campo general, sargento-mor e tenente general de artilharia, posto que ocupava na altura, em Trás-os-Montes<sup>968</sup>. A 14 de abril de 1704, o Conselho de Guerra passaria patente de quartel-mestre general ao inglês Pedro Carle, para servir no exército e na província que lhe fosse indicada, com o soldo de 30.000 reais por mês<sup>969</sup>.

A 26 de março de 1705, Duarte Ferreira de Morais era nomeado para o posto de sargento-mor da ordenança da companhia da cidade de Miranda, posto disponível por falecimento de Sebastião Machado de Figueiredo. Duarte de Morais estava no serviço militar há mais de 24 anos, tendo sido já soldado, cabo de esquadra, alferes ajudante do número, capitão de infantaria e ajudante de tenente de mestre de campo general, tendo estado na Beira e a guarnecer a marinha da cidade do Porto, em 1702, na Estremadura, e aquartelado no quartel de S. Filipe, em Setúbal, em 1703, governando-o durante 36 dias, sendo finalmente enviado para o governo da praça de Miranda, em 1704<sup>970</sup>. Logo de seguida, este oficial seria novamente nomeado, desta vez para sargento-mor do terço de que tinha sido mestre de campo D. Francisco Naper de Lencastre, obrigando o governador das armas à sua substituição no cargo de sargento-mor da comarca de Miranda, por Francisco Xavier de Morais, que ocupava o posto de capitão de infantaria do mesmo terço<sup>971</sup>, o que aconteceria por patente de 14 de dezembro de 1705<sup>972</sup>.

---

<sup>965</sup> PT/AHM/DIV/3/3/64/164.

<sup>966</sup> PT/AHM/DIV/3/3/65/19.

<sup>967</sup> PT/AHM/DIV/3/3/65/61.

<sup>968</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 154v.

<sup>969</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 63, n° 49.

<sup>970</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 141.

<sup>971</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 143.

<sup>972</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 150v.

A 7 de agosto de 1705, seria nomeado para governador das armas de Trás-os-Montes o Conde de Avintes<sup>973</sup>. No mês seguinte, no dia 18, seria ainda nomeado como general de artilharia e governador da cavalaria de Trás-os-Montes, o sargento-mor de batalha, Conde de S. João<sup>974</sup>. Este seria nomeado, mais tarde, a 19 de abril de 1707, como mestre de campo general da província<sup>975</sup>. No mesmo sentido seria nomeado como tenente-general da cavalaria de Trás-os-Montes o Conde de S. Vicente, João Alberto de Távora, em atenção aos seus serviços e merecimentos<sup>976</sup>. O Conde de S. João ciente das suas limitações, pediria também para o Conselho de Guerra passar patentes aos oficiais por si indicados, solicitando igualmente engenheiros para a região<sup>977</sup>, nomeando-se também um comissário geral para o troço de dragões que se tinha formado na província, em setembro de 1707<sup>978</sup>.

No mesmo ano de 1705, em setembro, seria ainda nomeado para mestre de campo da infantaria auxiliar, José Sarmento, sargento-mor da ordenança da cidade de Miranda. Este posto tinha vagado porque o seu titular, Pedro Ferreira Sarmento, tinha sido promovido a governador do castelo de Outeiro de Miranda. José Sarmento tinha já dado provas do seu valor como militar, servindo no exército há mais de 15 anos, referindo-se a sua entrada bem-sucedida, em 1704, em território inimigo, para saquear alguns dos lugares da raia, com o seu terço de ordenança, “*em que se portou com valor e acerto*”<sup>979</sup>. Em 1707, mais precisamente a 7 de janeiro, seria a vez da patente de capitão da companhia da gente de ordenança de Miranda ser entregue a André Morais Freire<sup>980</sup>. Um documento de 1707 oferece-nos uma lista dos oficiais destinados às companhias que se tinham levantado para guarnecerem as praças de Trás-os-Montes<sup>981</sup>.

Ainda em 1703, mais precisamente a 4 de agosto, encontramos um exemplo desta urgência. Nesta data, D. Pedro II iria emitir uma ordem geral para se levantarem os terços

---

<sup>973</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 64, n° 132.

<sup>974</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 64, n° 159.

<sup>975</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 66, n° 29.

<sup>976</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 64, n° 164.

<sup>977</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 66, n° 70.

<sup>978</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 216, mç. 66, n° 90.

<sup>979</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 146.

<sup>980</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 161.

<sup>981</sup> Ver Anexo 3, Quadros 20 e 21.

necessários para fazer face ao perigo que o Reino corria. Neste sentido, o monarca dirigiria uma carta ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, pela qual lhe ordenava que passasse as ordens necessárias aos oficiais das câmaras das terras de que era donatário nas províncias da Beira, Minho e Trás-os-Montes, afirmando ao donatário a necessidade de “*levantar doze terços de Infantaria paga nas Províncias da Beira Minho e Tras os Montes e por que ha de ser necessário fazersse também gente nas terras de donatários como nas mais passasseis as ordens necessárias aos officiaes das Cameras das Terras de que sois donatário, nas ditas províncias pera que os Mestres de Campo e mais officiaes que ai forem fazer dem toda a ajuda e favor de que necessitarem pera o bom efeito das ditas levás*”<sup>982</sup>. Surge, assim, a mão do poder central a coordenar os poderes locais, da melhor maneira possível e, de preferência, com a rapidez necessária. Estando ligado agora à “Grande Aliança”, D. Pedro II seria obrigado a levantar um exército de 12.000 infantes e 3.000 cavalos, a que deveria acrescentar 11.000 infantes e 2.000 cavalos pagos pelos aliados, o que custaria 1.000.000 de patacas anuais, acrescidas de 500.000 patacas para o apresto do exército<sup>983</sup>.

Em termos gerais, as tropas existentes na província eram constituídas por companhias de ordenanças, com os seus respetivos oficiais, existindo poucas unidades de soldados pagos, ou seja, profissionais. Vejamos alguns exemplos. Na Corografia do Padre António da Costa assinala-se, em 1706, a existência de um Sargento-mor em Torre de Moncorvo, com 90.000 réis de soldo, pagos pelas Câmaras da respetiva comarca, “*com obrigação de assistir aos exercícios da formatura, & manejo das armas para doutrina das Ordenanças*”. As suas obrigações não abrangiam a vila de Nozelos, por esta pertencer à Casa de Bragança, e, por isso, à jurisdição do Sargento-mor de Bragança, mas também não lhe competiam as vilas de Lamas de Orelhão, Freixiel e Abreiro, por serem do Marquesado de Vila Real e, portanto, sob a direção do Sargento-mor desta cidade<sup>984</sup>. Na Comarca de Torre de Moncorvo, neste mesmo ano, existiam ainda um Capitão-mor, e um Sargento-mor da vila e termo, acrescidos de mais cinco capitães a que correspondiam cinco

---

<sup>982</sup> A.N.T.T., Viscondes de Vila Nova de Cerveira, Cx. 29, nº 3.

<sup>983</sup> CONCEIÇÃO, 1819a, p. 83.

<sup>984</sup> COSTA, 1706, p. 417.

companhias de Ordenança, estando uma colocada na vila e quatro nos lugares do Termo, juntando-se-lhes ainda uma companhia de auxiliares<sup>985</sup>.

Em Freixo de Espada à Cinta existia também um Capitão-mor e um Sargento-mor, com quatro companhias de ordenanças<sup>986</sup>. Mirandela dispunha de sete companhias de ordenanças<sup>987</sup>, e Alfândega da Fé cinco companhias<sup>988</sup>. Em Bragança, sendo praça de armas, existiam oito companhias de infantaria pagas e duas de ordenança, sendo seu Mestre de Campo e Governador, Sebastião da Veiga Cabral, General de Artilharia da província. Curiosamente, Bragança, para além do castelo, não possuía ainda muralhas modernas, em 1706, estando rodeada apenas por uma estacada e “*a hum lado em certa imminencia tem hum forte para mayor defensa*”<sup>989</sup>, situação que colocava sérios entraves à sua defesa. Na cidade de Miranda do Douro, de acordo com o Padre António da Costa, existia um governador com 2 companhias pagas, que pertenciam ao terço de Bragança, bem como um sargento-mor de ordenanças, com quatro companhias da cidade e do termo sob as suas ordens<sup>990</sup>.

Por esta altura, o Conde de São João dispunha de dois terços pagos e auxiliares, com os quais iria formar um corpo de 8.000 homens para atacar, de forma infrutífera, as praças de Alcañices e de Carbajales, conseguindo apenas cortar as comunicações entre Salamanca e a Galiza, mas não conseguindo mais porque “*as ervas impedirão hir a artilharia de Bragança até o tempo melhorasse para atacar*”<sup>991</sup>. Uma parte destas tropas seria, tal como na Guerra da Aclamação, enviada para outras fronteiras. A 19 de agosto de 1705, por exemplo, o mesmo governador das armas, Conde de S. João, ordenava que se lançasse um bando na praça de Miranda e em todo o distrito onde se fizeram soldados para o terço da sua guarnição, ordenando aos capitães-mores que trouxessem os soldados para a praça de Miranda no prazo de oito dias, com o intuito de estes serem incorporados com

---

<sup>985</sup> COSTA, 1706, p. 424.

<sup>986</sup> COSTA, 1706, p. 430.

<sup>987</sup> COSTA, 1706, p. 449.

<sup>988</sup> COSTA, 1706, p. 456.

<sup>989</sup> COSTA, 1706, p. 495.

<sup>990</sup> COSTA, 1706, p. 480.

<sup>991</sup> PT/AHM/DIV/1/04/1/03, fl. 3, cit. in ALMEIDA, 2012, p. 55.

o capitão do mesmo terço, José de Paiva, para serem conduzidos ao Alentejo. Os soldados que faltassem seriam presos e degredados, e os seus bens e os dos pais confiscados<sup>992</sup>.

Em 1706 surgem referências às tropas que de novo se levantavam na província<sup>993</sup>, recebendo o Conde de São João, em abril de 1707, patente de mestre de campo general da mesma província<sup>994</sup>. Uma das novas unidades seria um troço de dragões, como nos indica o despacho a favor de Manuel Freitas da Fonseca, sargento-mor de infantaria, mas agora nomeado sargento-mor deste troço de dragões, vencendo o mesmo soldo que recebia na infantaria<sup>995</sup>, ao qual se acrescentava um ajudante de infantaria destinado à mesma unidade<sup>996</sup>.

Durante a Guerra de Sucessão de Espanha surgiram outras alterações importantes, adotadas também em Portugal. No decurso deste conflito, a promulgação das “Novas Ordenanças”, por alvará de 15 de novembro de 1707, indicava que os antigos terços seriam substituídos pelos regimentos, que passavam a ser comandados por coronéis. O cargo de governador das armas desaparecia, sendo substituído pelo mestre-de-campo general no governo militar de uma província<sup>997</sup>. Deste modo, os velhos terços espanhóis seriam substituídos pelos regimentos, renovação imitada em Portugal, logo no início do reinado de D. João V. O mesmo aconteceu em Espanha, onde as novas unidades seriam compostas por 12 companhias de 50 homens cada, e a quadra dos terços seria substituída pelo batalhão como unidade de combate<sup>998</sup>.

Mas as preocupações das autoridades militares face ao recrutamento das tropas necessárias continuavam a fazer-se sentir, por exemplo, num bando enviado pelo Conde de S. João, datado de 20 de janeiro de 1707. Tendo em conta a necessidade de garantir o número adequado de soldados, avisava o governador das armas que todo o soldado pago ou auxiliar de guarnição que se encontrasse ausente sem licença seria logo castigado com

---

<sup>992</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 145.

<sup>993</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, mç. 65, 61.

<sup>994</sup> ALMEIDA, 2012, p. 55.

<sup>995</sup> PT/AHM/DIV/3/3/65/75.

<sup>996</sup> PT/AHM/DIV/3/3/65/76.

<sup>997</sup> RIBEIRO, 2004, pp. 34-35.

<sup>998</sup> BORREGUERO BELTRÁN, 2001, p. 181.



três tratos de polé e que, para ninguém alegar ignorância relativamente ao bando, a notícia seria dada “*a som de caixas*”<sup>999</sup>.

Em 1708 continuavam a ser conduzidos soldados transmontanos para o Alentejo, tal como nos elucida o bando do Conde de S. João, datado de 23 de fevereiro escrito em Mirandela, dizendo que “*por coanto para se fazer pagamento aos regimentos de infantaria que vão em marcha desta provincia para a do Alentejo lhe mandei suspender aos regimentos dos coronéis Bento de Moraes Sarmiento e André de Sá Morais na cidade da Goarda e ao que governa o tenente coronel Gonçalo Teixeira de Mesquita em Trancozo para alli serem pagos e para que venha a nortisia de alguns soldados que ficassem atras pera que logo se recolhão aos seus regimentos adevertindo a todos que morrerão sem duvida os que fugirem depois deste pagamento e forem colhidos para o que mando publicar este bando*”<sup>1000</sup>, sendo certo que as deserções eram frequentes.

No mesmo mês de janeiro de 1707, seriam apresentadas queixas contra o governador da praça de Miranda, Luís Machado Pires, por obrigar os moradores de Sendim a ir à praça de Miranda, apesar de ser lugar com privilégio, por estar mais próximo da fronteira. De acordo com as queixas, mandara prender soldados “*com caixas destemperadas como se fossem inimigos*”, sendo seu costume meter na cadeia muitos soldados, mantendo-os presos muitos dias para, no fim, lhes dobrar a pena e mandar poleá-los sem sentença. O mesmo governador ripostava dizendo que era “*muito nobre muito bem procedido*” e “*aver servido todos os postos militares com muita limpeza de maons muita onrra e muito valor e bom procedimento sem que nem alteração da cubiça que estes das republicas nem a vangloria o obrigasse a faltar ao serviço Real de que sempre foy muito zelozo*”.

Para Luís Pires, o grande problema era o das repetidas ausências dos soldados auxiliares na praça de Miranda, “*fugindo a cada passo terços inteiros*”, não querendo desguarnecer uma praça de tamanha importância na fronteira. Defendia-se o mesmo governador dizendo que o próprio governador das armas, D. António Salgado, lhe mandara “*puxase todas as ordenanças e como quazi todas fossem privilegiadas lhe fora prezizado*”.

---

<sup>999</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 160v.

<sup>1000</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 172.

*puxar pella de Sendim por se meter o Douro que evita as adversidades da guerra por aquella parte*". Ou seja, o rio Douro poupava Sendim a entradas do inimigo, pelo que se poderia enviar os soldados ali residentes para Miranda do Douro. Uma vez que estes não lhe obedeciam, tinha sido obrigado a castiga-los e prendê-los, mandando polear os soldados a mando do Conde de S. João, general de artilharia da província, "*em que expressamente se lhe facultara o poder polear sem outra dependência e que nunca fora culpa sua a dilação dos livramentos dos prezos nem menos do vicio e falsidade que se fabricara nos cantos do castilhana de que faz menção o livro*". O governador de Miranda acabaria apenas por ser condenado nas custas dos autos<sup>1001</sup>.

No mês de fevereiro de 1707, o conde de S. João, Luís Álvares de Távora, já no governo das armas da província, enviaria uma ordem para que o mestre de campo José Sarmento recrutasse a gente necessária para reencher o seu terço até ao número de 800 homens<sup>1002</sup>. Em dezembro desse ano, como governador das armas, iria publicar mais um bando em que se exigia que todos os soldados de cavalaria e de infantaria acudissem aos seus terços e tropas rapidamente, baseando-se numa ordem régia datada de 23 de novembro, que exigia o preenchimento dos terços até ao início do mês de janeiro seguinte. De qualquer maneira, a ordem previa que, se isto não acontecesse, os oficiais seriam desprovidos ds seus postos e castigados com o suplício, enquanto os soldados incorreriam na pena de morte. Para que ninguém alegasse ignorância, mais uma vez se lançava o bando a som de caixas ou por voz de pregoeiro<sup>1003</sup>, voltando-se a registar a mesma ordem a 12 de janeiro de 1708<sup>1004</sup>.

No ano seguinte, mais precisamente a 29 de agosto de 1709, uma nova carta do governador das armas, D. António Salgado, recomendava com urgência que se fizesse gente de guerra "*a pressa*", afirmando-se que os terços de auxiliares estavam muito reduzidos e, por isso, era necessário preenchê-los com os soldados que faltavam, "*listando todos os mosos solteiros que achar capazes e dos cazados na mesma forma sem atender a respeitos particulares e outras couzas semelhantes*"<sup>1005</sup>. No mês seguinte, a 2 de setembro,

---

<sup>1001</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 161v.

<sup>1002</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 163v.

<sup>1003</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 168v.

<sup>1004</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 170v.

<sup>1005</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 175v.

o mesmo governador das armas mandava a José Sarmento, governador do castelo de Outeiro, para que fizesse também gente para a guerra, no intuito de se reencherem os terços de Trás-os-Montes e se fazerem as levas dos regimentos para o Alentejo. Neste caso particular, José Sarmento era avisado que o seu terço também estava reduzido, pelo que deveria recrutar novos soldados para as companhias que lhe diziam respeito, nomeadamente em Vinhais, Vimioso, Freixo e Miranda, alistando todos os rapazes solteiros que encontrasse, até preencher as suas companhias com 100 homens cada<sup>1006</sup>, sendo a mesma medida ordenada para todas as companhias da província, a 17 de outubro de 1709<sup>1007</sup>.

O Conde de São João preocupou-se igualmente com a situação das fortificações da província, nomeadamente na raia mirandesa, tendo ordenado obras de fortificação em Vimioso, sob a responsabilidade do Capitão-mor Pedro Ferreira de Sá Sarmento, a par da abertura de trincheiras na vila, “*e portas nas bocas das ruas*”<sup>1008</sup>. Este tipo de soluções defensivas continuavam as defesas utilizadas durante a Guerra da Aclamação na maior parte dos povoados da fronteira, utilizando-se apenas trincheiras e portas nas ruas que davam acesso aos arredores de Vimioso para, de uma forma menos dispendiosa, se proteger a povoação. A mesma estratégia seria utilizada em Torre de Moncorvo, com a abertura de trincheiras à entrada da vila, com a nomeação de oficiais que deveriam ficar responsáveis por cada uma delas<sup>1009</sup>. Estes cuidados relacionavam-se também com a falta de engenheiros na província, realidade reportada pelo Conde de S. João ao Rei em meados de 1707<sup>1010</sup>. Em 1701, o engenheiro António de Aguiar Coelho tinha sido nomeado para a provincia transmontana, onde permaneceria até à sua morte, em 1733, mas continuava a sentir-se a necessidade de um outro ajudante engenheiro na região. Este engenheiro seria substituído por Rodrigo de Sande de Vasconcelos, tenente coronel de artilharia e engenheiro, autor do levantamento das plantas de Freixo, Montalegre, Monforte e Miranda do Douro<sup>1011</sup>.

---

<sup>1006</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 176.

<sup>1007</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 3 (1693-1710), fl. 176v.

<sup>1008</sup> ALMEIDA, 2012, p. 55.

<sup>1009</sup> ANDRADE, 1992, p. 16.

<sup>1010</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos (1706-1707), mç. 66, nº 70.

<sup>1011</sup> RODRIGUES, vol. 1, 1995, p. 500.

Algum tempo antes, mais precisamente em 1703, as fortificações faziam já parte das preocupações das autoridades militares. Vejam-se dois decretos do Conselho de Guerra sobre o assunto. O primeiro, datado de 23 de abril, dava conta da necessidade de se proceder a reparações nas fortificações raianas, dizendo “*que muitas villas e castelos se achão sem portas e com muitos buracos que fizeram mesmos moradores nas muralhas deles para terem mais comodas serventias e porque convem que logo sem dilação alguma se lhe ponhão portas e fechem os buracos*”. Para o efeito, o Conselho de Guerra ordenara que estas reparações se fizessem pela consignação das fortificações, obrigando as pessoas que causaram os estragos nas muralhas a pagarem o seu custo, incluindo os capitães-mores que os consentiram<sup>1012</sup>. O segundo documento, com a data de 23 de novembro de 1703, vem confirmar estas ordens, sendo ainda mais preciso nas condições dos reparos: “*sendo resoluto que os lugares da Raya deste Reyno que se achavão fortificados no tempo da guerra se reparem assim das ruinas que lhes fes o tempo como daquelas que lhes fizeram os mesmos moradores, obrigandoos prontamente a que satisfação o damno que fizeram na pedra e outros materiaes que lhe tirarão para suas cazas e tapadas sem terem para isso ordem nem premição, de quem lha pudesse dar*”, obrigando o Rei a que as obras fossem custeadas a partir dos sobejos dos concelhos<sup>1013</sup>.

Nesta fase, porém, a fronteira portuguesa vai ceder o seu lugar a outros teatros de guerra, e o reino “*adquire o preponderante carácter de campo de diversão, cujo préstimo deriva da obrigatória fixação de tropas espanholas, que dificulta o necessário reforço de regiões mais determinantes*”<sup>1014</sup>. De facto, iria estabelecer-se uma espécie de trégua informal ao longo da fronteira, embora as hostilidades continuassem permitindo, desta forma, a reativação do comércio e da agricultura nos dois lados da fronteira<sup>1015</sup>.

#### 4.3. O papel militar da região de Zamora

---

<sup>1012</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos (1703), S/M, nº 90.

<sup>1013</sup> A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos (1703), S/M, nº 92.

<sup>1014</sup> MENESES, 2001, p. 175.

<sup>1015</sup> FALKNER, 2016, p. 175.

Se a situação do exército português é sempre descrita como péssima pelos documentos da época, o mesmo se passava com as forças espanholas, consideradas por vários autores coevos como deploráveis, sobretudo no final do reinado de Carlos II de Espanha (1661-1700), estando os castelos sem presídio nem artilharia montada, notando-se a mesma negligência nos portos da Biscaia e Galiza, e sendo também notória a falta de efetivos nos imensos domínios da Monarquia. A oficialidade, maioritariamente originária dos territórios extra-peninsulares, era também considerada medíocre. Tal situação explica que a França tenha tomado a responsabilidade pelas ações militares e pela reorganização do exército espanhol, efetuada entre 1701 e 1706<sup>1016</sup>. Por estas razões, as campanhas militares mostravam muitas vezes estas insuficiências, que eram agravadas pelas condições geralmente adversas em que se desenrolavam as operações militares. Por vezes, as condições dos soldados pioravam devido às condições climatéricas, como no inverno de 1708-1709, quando as chuvas torrenciais e o frio extremo causaram fomes e epidemias em toda a Península Ibérica, obrigando a que as tropas recebessem o seu pão de munição a cada dois, três ou quatro dias.

Em Espanha, o recrutamento era igualmente um processo difícil e impopular, obrigando, por exemplo, Filipe V a privilegiar o recrutamento privado, oferecendo cargos em troca do recrutamento de soldados. Outra hipótese era o levantamento de regimentos pelas localidades, em troca também da distribuição de patentes de oficiais<sup>1017</sup>. De facto, muitos dos regimentos levantados por Filipe V tinham a sua origem nas milícias locais, com funções auxiliares de defesa ou de aprovisionamento de lugares próximos das frentes de guerra<sup>1018</sup>, aos quais se acrescentavam outros, financiados particularmente. Como exemplo destas dificuldades, podemos apontar o exemplo de Filipe V que, em 1726, tentando recrutar 8.000 homens recorrendo ao serviço militar obrigatório, acabou por declarar publicamente que tais meios apenas foram empregues devido à insuficiência crónica de soldados, métodos que repugnavam o próprio rei<sup>1019</sup>.

---

<sup>1016</sup> PIDAL, 1996, tomo XXIX, pp. 507-508.

<sup>1017</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, pp. 248-249.

<sup>1018</sup> GUILLAMÓN ÁLVAREZ e MUÑOZ RODRÍGUEZ, 2007, p. 93.

<sup>1019</sup> CHAGNIOT, 2001, p. 208.

Em 1703, o contingente militar de Filipe V era de 13.268 soldados de infantaria e 5.097 cavalos, esperando-se um reforço de 12.000 franceses para invadir Portugal, mas que, mesmo assim, obrigava o rei a recorrer às milícias financiadas pelos municípios. No início da campanha de 1710, Filipe V podia contar, após as novas levas e os reforços recebidos, com 122 batalhões e 155 esquadrões, em Espanha. Destes, a Galiza possuía 4 batalhões e 3 esquadrões, Castela-a-Velha 2 batalhões e 7 esquadrões, e a Estremadura contava com 29 batalhões e 50 esquadrões. O rei podia ainda contar com as levas voluntárias de milícias, que seriam exercitadas todos os dias a partir de fevereiro<sup>1020</sup>.

Na primeira fase da guerra, entre 1703 e 1704, a maior atenção dada à fronteira portuguesa, devido ao desembarque em Lisboa, em março de 1704, do arquiduque Carlos, levou Filipe V a ponderar a conquista da capital portuguesa e a ocupação do reino vizinho. Contudo, as falhas no aprovisionamento das tropas, bem como no financiamento das operações, colocaram um fim nas ambições do candidato francês, que regressou a Madrid em julho. De facto, o pagamento e o abastecimento, das tropas borbónicas atrasava-se, por vezes até três meses, provocando problemas de disciplina nas fileiras e abusos constantes por parte dos soldados. Tanto o abastecimento direto como o dos assentistas falhava pela falta de pagamentos periódicos, o que obrigou o próprio Luís XIV a assumir as dívidas do neto, em 1708 e 1709, para pagar aos assentistas franceses que forneciam armas, uniformes e equipagens<sup>1021</sup>.

A importância, nesta fase, da fronteira portuguesa, no entanto, é visível nos gastos da *Tesorería de Guerra* espanhola, com uma parte considerável destinada ao exército da Estremadura (11,9%), seguido da Andaluzia (9,5%) e de Castela-a-Velha (7%), contabilizando as zonas que confinam com Portugal quase 30% do orçamento total de Madrid<sup>1022</sup>. No caso de Castela-a-Velha, o território mirandês confinava com o território da Capitania Geral de Castela, com sede em Zamora, bem como com a respetiva Intendência Geral, estabelecida mais tarde, em 1718<sup>1023</sup>. Zamora tomaria voz por Filipe V desde o início do conflito, sendo nomeado para governador da fronteira o General D.

---

<sup>1020</sup> QUINCY, tomo VI, 1726, p. 408.

<sup>1021</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, pp. 250-251.

<sup>1022</sup> SANZ AYÁN, 2006, p. 150.

<sup>1023</sup> PIDAL, 1996, tomo XXIX, p. 554.

Francisco Ronquillo, que procedeu imediatamente à fortificação de Carbajales, Alcañices e Puebla de Sanabria. O Mestre de Campo e Sargento Mor de Batalha D. Gonçalo Zegrí seria o corregedor de Zamora, recebendo um regimento de dragões organizado “à moderna”, composto por soldados velhos, anunciando-se o reforço de 4.000 veteranos e o envio de armamento para a milícia. O comando do exército borbónico da Estremadura seria entregue ao Marquês de Bay<sup>1024</sup>.

Logo em 1704, aquando do desembarque do Arquiduque Carlos da Áustria, em Lisboa, as milícias zamoranas seriam reorganizadas em regimentos, sendo a primeira a estar apta para o combate com o novo fuzil com baioneta, que substituía as picas, os arcabuzes e os mosquetes<sup>1025</sup>. A ordem para reorganizar a milícia de Zamora, com a data de 15 de agosto de 1703, afirmava que “*tiénese por infalible la guerra com Portugal*”, devendo evitar-se por todos os meios as incursões e “*insultos*” dos portugueses, apoiados pelos hereges ingleses e holandeses, devendo as tropas ser constantemente exercitadas nos movimentos militares e no disparo, valendo-se as milícias de escopetas enquanto não chegassem os fuzis encomendados<sup>1026</sup>.

Um outro conjunto de medidas teve como objetivo reforçar as defesas de Zamora, através do reparo das muralhas, adaptação das mesmas para a colocação de artilharia e guaritas, reforma das portas, da ponte e das suas torres e a transformação da fortaleza antiga, contígua à Catedral de Zamora, em cidadela<sup>1027</sup>, ou seja, em castelo independente da praça, tal como era Miranda do Douro. A cidade receberia também, em 1704, um quartel para a infantaria e outro para a cavalaria.

Efetivamente, Zamora transformou-se num imenso quartel dirigido pelo Duque de Berwick, contando com um regimento de irlandeses, dois de flamengos, dois de franceses e seis esquadrões de cavalos que, contudo, não foram suficientes para evitar a retirada de Berwick perante os sucessos aliados de 1706, em Ciudad Rodrigo, Ledesma e Salamanca, colocando em risco a própria cidade de Zamora. No entanto, e apesar dos sucessos iniciais dos aliados, Zamora permaneceu fiel ao Arquiduque Carlos, bem como o Conde de

---

<sup>1024</sup> QUINCY, tomo VI, 1726, p. 409.

<sup>1025</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, pp. 64-65.

<sup>1026</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 101.

<sup>1027</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 82.

Benavente, D. António Francisco Pimentel de Quiñónes, senhor das terras de Benavente, mesmo sendo a cidade obrigada a enviar 300 moços para o exército de Filipe V, incorporando-se a sua nobreza e milícia num outro exército comandado pelo Marquês de Geofreville<sup>1028</sup>.

A importância da região zamorana derivava, portanto, da sua posição nevrálgica relativamente ao acesso de Portugal ao centro de Castela e, por isso, durante a Guerra de Sucessão Espanhola, Puebla de Sanabria, Alcañices e Carbajales sofreram intensamente as operações militares, uma vez que permitiam a posse de cabeças de ponte importantes na raia<sup>1029</sup>.

A guerra na fronteira zamorana começaria em 1704, com pedidos do rei Filipe V para o levantamento de milícias para acudir à defesa de outras regiões. Enquanto as principais operações ocorriam em Barcelona, Zamora começava a ter a função de aquartelamento e aprovisionamento das tropas que iriam guarnecer a fronteira com Portugal, nomeadamente das zonas de Salamanca e Zamora<sup>1030</sup>. Contudo, pelo menos até 1709, os portugueses ainda não tinham cruzado a fronteira nesta região, o que não impediu que, em 1709, fossem colocadas em Benavente quatro companhias de cavalaria do Conde de El Real<sup>1031</sup>, para além do aumento de exações fiscais na região para manutenção das tropas estacionadas nos quartéis da fronteira.

A partir dos finais de 1708, Benavente converteu-se num ponto habitual de passagem das tropas de Filipe V, onde habitualmente estacionavam durante dez dias, e núcleo de abastecimento das praças fronteiriças com Portugal. Em 1709, Benavente iria reforçar o seu papel na defesa desta parte de Castela, recebendo ordens para aquartelar quatro companhias de cavalos do Brigadeiro D. Virgilio Colonna e o seu terço, convertendo-se, deste modo, em “*retaguardia y centro de operaciones de los ejércitos borbónicos, que debían custodiar la impermeabilidad de esa parte de la frontera com*

---

<sup>1028</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, pp. 65-66.

<sup>1029</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p. 121.

<sup>1030</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p. 122.

<sup>1031</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p. 124.



Portugal”<sup>1032</sup>. Duas das companhias de cavalos seriam depois enviadas, em dezembro de 1709, para a defesa de Puebla de Sanabria, também pertencente ao Condado de Benavente.

As duas principais estruturas militares da região eram o fortim de Torregamones e o forte de Carbajales. Torregamones era um reduto com capacidade para 30 homens<sup>1033</sup>, mesmo em frente a Miranda, possuindo também uma esplanada para artilharia, construído em meados do século XVII, e terminando as suas funções depois de 1710. Esta esplanada pode-se relacionar com as denominações populares de “Fuerte Viejo” ou “Fuerte de Abajo”, em oposição ao “Fuerte Nuevo” ou “Fuerte de Arriba”<sup>1034</sup>. Era um fortim simples, ou “padrasto”<sup>1035</sup>, que serviu como fortificação de campanha. De acordo com Calabro (1733), estes fortins não eram “*tan fuertes ni tan grandes ni de tanta resistênciã como las plazas cuyas fortificaciones son regulares*”, mas serviam para guardar a passagem de um rio, um desfiladeiro ou alguma entrada de ponte ou outra<sup>1036</sup>, o que acontecia neste caso, com a proximidade da passagem da barca que servia Miranda do Douro. O seu controlo visual era muito grande, conseguindo controlar efetivamente os movimentos de tropas portuguesas em Miranda do Douro. Apresentava, no entanto, um espaço bastante exíguo, com apenas 350 m<sup>2</sup> de área, com muros feitos em alvenaria de granito, em seco, possuindo 3 parapeitos ou cortinas de cerca de 29m de longitude, ligeiramente inclinados. O passeio da ronda media 2,50m de largura<sup>1037</sup>. O espaço interior estava compartimentado em 3 espaços, com quartéis que se distribuíam por apenas 24 m<sup>2</sup>, dos quais faziam parte compartimentos para a tropa, os oficiais ou a cozinha<sup>1038</sup>.

A sua função principal era controlar os movimentos de tropas em Miranda do Douro. Durante a Guerra de Sucessão de Espanha, poderia encontrar-se neste espaço exíguo, um contingente de entre 15 a 20 soldados, número próximo de uma esquadra<sup>1039</sup>. As suas condições de defesa eram excelentes, uma vez que se situava em frente de um

---

<sup>1032</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p. 125.

<sup>1033</sup> DURO, 1882, p. 631.

<sup>1034</sup> CRUZ SÁNCHEZ, 2010a, p. 12.

<sup>1035</sup> Estes fortins mais simples eram utilizados para guardar uma passagem de um rio, desfiladeiro, ou entrada de ponte. O seu controle visual seria bastante amplo.

<sup>1036</sup> CRUZ SÁNCHEZ, 2010a, p. 15.

<sup>1037</sup> CRUZ SÁNCHEZ, 2010a, pp. 17-18.

<sup>1038</sup> CRUZ SÁNCHEZ, 2010a, p. 21.

<sup>1039</sup> CRUZ SÁNCHEZ, 2010a, p. 26.

desnível de quase 150 metros, virado para o rio Douro. Enfrentando a cidade de Miranda, ainda hoje é perfeitamente visível na paisagem, a partir da cidade portuguesa.

O forte de Carbajales de Alba fora construído durante a Guerra da Aclamação, devendo estar já concluído por volta de 1647<sup>1040</sup>, incluindo no seu interior a mais antiga igreja de S. Pedro, de origem medieval. A estrutura seria remodelada entre 1702 e 1707, tal como nos revela uma anotação do engenheiro Pedro Moreau. Nesse ano de 1647, o mestre de campo D. Francisco Jelder anotaria que este forte, com os seus quatro baluartes, poderia ser facilmente surpreendido, uma vez que o inimigo poderia aproximar-se dele até menos de um tiro de pistola, a coberto do terreno envolvente. Daí aconselhar a sua transformação em praça de armas, tendo em conta que não havia outro local para acolher as gentes de guerra nem as munições ou outros petrechos de guerra, na região, apontando para a necessidade de, pelo menos, 500 homens, embora apenas estivessem 200 no forte.

Era um forte abaluartado de planta quadrangular, com quatro cortinas e quatro baluartes pentagonais, denominados de Santo Amaro (NE), Portugal (NO), Peña Corona (SO) e Santa Engracia (SW). A estrutura complementava-se com um fosso defendido por quatro revelins, dotado com um caminho coberto e um passeio para os fuzileiros protegido por um parapeito contínuo. A entrada fazia-se pelo Norte, através de uma porta localizada no centro da cortina setentrional e por uma ponte sobre o fosso. No seu interior existia a igreja de S. Pedro, a residência do governador, um barracão e uma cozinha para os soldados<sup>1041</sup>, casas e fornos, cavalariças, currais, armazéns, um poço e uma prisão<sup>1042</sup>.

Na planta elaborada pelo engenheiro francês Carlos Robelin, em 1721<sup>1043</sup>, é possível ver a degradação que afetava quase todos os baluartes, apresentando brechas, com exceção do baluarte de Portugal. É interessante verificar que a igreja que existia no seu interior é mencionada como um armazém para os petrechos da artilharia, uma solução que certamente rentabilizava o espaço existente na praça. Não podemos esquecer que o território esteve nas mãos dos portugueses até 1715, ou seja, pouco menos de seis anos antes do desenho de Robelin, tendo sido palco de diversas ações militares durante a Guerra

---

<sup>1040</sup> HERVÁS HERRERA e RETUERCE VELASCO, 2000, p. 158.

<sup>1041</sup> CRUZ SÁNCHEZ, 2010b, p. 31.

<sup>1042</sup> HERVÁS HERRERA e RETUERCE VELASCO, 2000, p. 158.

<sup>1043</sup> Ver Anexo 2, Imagem 71.

de Sucessão de Espanha, nomeadamente nos anos de 1710-1711, situação que pode explicar, em parte, a situação das estruturas retratada pelo engenheiro francês.

O que é certo é que a sua degradação começou bem cedo, estando já em mau estado em 1721, sobretudo ao nível dos baluartes<sup>1044</sup>, e bem visível no desenho de Carlos Robelin. O desenho de Pedro Moreau, datado de 1739, continua a mostrar a degradação destas estruturas, sobretudo da igreja, completamente arruinada, bem como os quatro baluartes, alguns mais arruinados do que outros: o baluarte de Santo Amaro tinha a sua face direita derrubada, o de Peña Corona estava totalmente arruinado, o de Santa Engrácia estava quase destruído, e o de Portugal precisava de ser novamente revestido. Os quartéis também eram considerados demasiado exíguos para albergar os soldados necessários para a guarnição.

Entre os dois desenhos, no entanto, existem diferenças importantes, no que concerne ao espaço interior da praça. Por exemplo, no desenho de 1739, são referidas cavalariças e currais, anexados à estrutura da igreja, espaços que não aparecem mencionados no desenho de 1721. As casas que não tinham qualquer função, em 1721, surgem, mais tarde, com a designação de fornos, casas e abóbadas. No desenho de Moreau, datado de 1739<sup>1045</sup>, surgem também armazéns, incluindo um armazém de pólvora, e a cozinha dos soldados, situada no anterior alojamento dos oficiais da guarnição.

#### 4.4. A ocupação do território mirandês pelos borbónicos (1710-11)

Na Península Ibérica, a campanha de 1710 centrou-se, novamente, em Aragão<sup>1046</sup>. Do lado dos aliados, as tropas voltariam a ser reforçadas, reabastecidas e regularmente pagas, com a soma astronómica de 1.100.000 libras autorizada pelo Parlamento de Londres. Este novo fôlego permitiu novos avanços do lado aliado, mesmo da cavalaria portuguesa, tão criticada em Almanza. A campanha culminaria na batalha de Almenara, em 27 de julho de 1710, com a vitória das tropas do Arquiduque Carlos e a entrada dos aliados em Saragoça e Madrid.

---

<sup>1044</sup> HERVÁS HERRERA e RETUERCE VELASCO, 2000, p. 180.

<sup>1045</sup> Ver Anexo 2, Imagem 72A e 72B.

<sup>1046</sup> FALKNER, 2016, p. 181.

Os sinais de alarme no lado de Filipe V levaram Luis XIV de França a intervir novamente, enviando o Duque de Vendôme para liderar a campanha, juntamente com 8.000 soldados franceses, abastecimentos e munições. Em conferência com Filipe V, em setembro, decidiram uma nova estratégia, nomeando novamente o Marquês de Bay para liderar as tropas na Estremadura e travar os avanços dos portugueses do Marquês de Minas, enquanto o Duque de Noailles atacaria a Catalunha a partir do Norte, e Vendôme atacaria o exército principal aliado posicionado em Castela<sup>1047</sup>. Assim sendo, e apesar de algumas batalhas junto da fronteira portuguesa, como a do Caia ou a da Gudiña, o papel da raia seria o de manter ocupadas as forças espanholas, servindo de “*diversão*” relativamente a outros objetivos mais importantes.

Apesar do papel secundário da frente portuguesa ao longo do conflito, as forças aliadas procuraram reanimar as operações a seu favor na fronteira, em 1710, na fase final da guerra, juntando-se um novo exército em Portugal, comandado pelo Conde de Vila Verde, que entraria em Espanha e tomaria Jerez de la Frontera e Puebla de Sanabria, na mesma altura em que o exército franco-espanhol se tornava superior em número e somava vitórias como a batalha de Vila Viciosa, em dezembro desse mesmo ano.

Deste modo, o conflito iria intensificar-se nesta parte da raia, recebendo Benavente mais nove companhias de cavalos do regimento de D. Francisco Pignatelli, situação que também contribuía decisivamente para a pobreza de grande parte da população da região, estimando-se que, em 1710, os habitantes de Benavente tenham contribuído com mais de 200.000 reais, sem contar com o trigo e a cevada que as tropas e os cavalos exigiam<sup>1048</sup>.

Um dos episódios iniciais seria relatado pela *Gazette de France*, que indicava que, em fevereiro de 1710, o Marechal de Campo Montenegro, entrara em Portugal com os regimentos de Santiago, da Morte e de Colona, para retirar as contribuições devidas. A recusa dos portugueses faria com que nove vilas fossem saqueadas e postas em fogo, o que fez com que outras quinze localidades se submetessem e lhe enviassem contribuições. Não encontrando qualquer oposição por parte das tropas portuguesas, Montenegro arrecadaria 3.000 peças de gado<sup>1049</sup>.

---

<sup>1047</sup> FALKNER, 2016, p. 187.

<sup>1048</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p.126.

<sup>1049</sup> *Gazette de France*, nº 11, 15.03.1710, fl. 126.

A partir deste momento, sobretudo no verão de 1710, os preparativos de defesa no território transmontano fizeram-se um pouco por toda a parte. Por exemplo, em Vila Real a Câmara decidiria, em vereação de 30 de julho de 1710, que todos os mercadores deviam possuir uma arroba de pólvora cada um, e chumbo, por haver notícias “*que o inimigo anda vadiando as Praças desta Provincia*” e não existir, na altura, qualquer porção de pólvora na cidade, ordenando a edilidade que os mercadores arranjassem esses produtos num prazo máximo de oito dias, sob pena de 6.000 reais para despesas do concelho, lançando-se o devido pregão<sup>1050</sup>.

A gestão dos recursos na fronteira também afetava Vila Real, como no caso apresentado na vereação de 13 de agosto de 1710, motivado por um episódio envolvendo o alcaide e carcereiro de Vila Real, Pedro Gomes Fragas, tido como incapaz para o cargo por não ter cumprido as ordens recebidas pelo juiz de fora sobre “*os presídios e mais praças desta provincia e fora della*”, embora o assunto tenha sido adiado porque o juiz de fora tinha uma diligência mais urgente, estando a tratar da condução das bestas que se estavam a remeter de Vila Real para a praça de Bragança, certamente para acrescentar o número de animais necessários para a defesa da raia<sup>1051</sup>.

O Marquês de Bay iria, entretanto, destacar D. António de Castillo juntamente com 900 homens para passar o rio Tejo em Almara no início de julho, e, de seguida, o rio Tormes em Salamanca, tendo como objetivo atacar Miranda do Douro. Os ataques espanhóis de 2 de julho de 1710, a Campo de Víboras e a Vimioso, onde se deu a chamada batalha das Caleiras, seriam prenúncios da conquista de Miranda do Douro pelo Marquês de Bay.

Em retaliação pelo ataque português a Alcañices, as forças comandadas pelo Marquês de Bay iriam cercar Miranda do Douro, mas também atacar as povoações vizinhas. Em Vimioso, devido à iminência do ataque espanhol, o capitão-mor, Pedro Ferreira de Sá Sarmento, promoveu então a abertura de trincheiras na vila, e a construção de portas na entrada das ruas, tentando, desta forma, impedir o avanço da força inimiga, prevendo também que o castelo, em si, pouca resistência poderia oferecer em caso de ataque, devido à sua localização pouco favorável, sobretudo a nível topográfico<sup>1052</sup>.

---

<sup>1050</sup> A.M.V.R., Atas de Vereação (1709-1713), , Lv. 011, Cx. 004, fl. 26v., ata de 30 julho 1710.

<sup>1051</sup> A.M.V.R., Atas de Vereação (1709-1713), Lv. 011, Cx. 004, fl. 29, ata de 13 agosto 1710.

<sup>1052</sup> ALMEIDA, 2012, p. 55.

De facto, o exército espanhol iniciou uma série de investidas contra as povoações e fortificações das imediações de Miranda, nomeadamente na zona de Vimioso, atacando a povoação de Campo de Víboras, logo a 2 de julho. Nesta localidade, o capitão das ordenanças, Amaro de Morais, imitando o que tinha sucedido na vila de Vimioso, mandou também obstruir as entradas das ruas principais com carros e madeira, repartindo os seus soldados pelos postos que considerava mais convenientes, mas sem sucesso. De facto, a 2 de julho de 1710, um contingente de 80 cavalos espanhóis, comandado pelo capitão D. Francisco de Aires, entraria em Campo de Víboras, para exigir tributo ao lugar. O Padre Luís Cardoso, em 1747, referia que Campo de Víboras foi saqueada e queimada pelo inimigo no tempo das guerras<sup>1053</sup>, expressão que, neste caso, se deverá reportar à Guerra de Sucessão de Espanha, tal como Pinho Leal já preconizava, apontando o ano de 1705, e que José Manuel Martins Pereira, em 1908, iria confundir com os acontecimentos de 1762<sup>1054</sup>.

Apesar da valentia local, as forças inimigas, compostas apenas por cavalaria, continuaram a sua marcha para Vimioso. Sabendo das movimentações do destacamento espanhol, o capitão-mor e governador de Vimioso, o mestre de campo auxiliar Manuel Morais de Faria, mandou reunir em Vimioso a guarnição composta por duas companhias de ordenanças de “*pé de castelo*”, sendo a da praça comandada pelo capitão João Sarmiento de Morais, e a outra por Gonçalo de Morais<sup>1055</sup>. O destacamento de Freixo também estava estacionado na vila.

Nesta altura, o inimigo aproximou-se de Vimioso, formado em batalhões, pela Portela de Áspera, deixando a estrada para subir à colina de Nossa Senhora das Pereiras. Apesar de vários protestos por parte dos seus capitães, o capitão-mor ordenou que as companhias de ordenanças saíssem do castelo para fazer frente à força inimiga, apesar de dispor apenas de infantaria, contra a cavalaria espanhola, em campo aberto, liderando, ele próprio, os defensores montando uma bela égua. Encaminharam-se os portugueses para a portela da Lama de Sanzedelo, aí fazendo alto. À vista dos portugueses, os espanhóis

---

<sup>1053</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 134.

<sup>1054</sup> PEREIRA, 1908, p.

<sup>1055</sup> ALVES, 2002, pp. 493-494; BLUTEAU, 1720, tomo 6, p. 337.

baixaram em frente a Lama, passando rapidamente a portela de Matarrães, e daí atravessando o fundo do vale de São Miguel e subindo depois para o alto da Cruz do Genal.

Os portugueses perseguiram os cavaleiros espanhóis, provocando uma onda de insultos por parte dos portugueses que, lançando os lenços, gritavam “*a Dios caballeros, outro dia será*”, continuando a marcha pelo caminho de Lama de Olmos, mas não se apercebendo das manobras inimigas. Acreditando na retirada do contingente inimigo, a infantaria portuguesa prosseguiu até ao alto da Cruz de Lama de Olmos, e mais adiante 200 passos, chegando à fonte de Lama de Olmos, “*onde se acharão varias pessoas que adiantandosse da Infantaria hiam voluntariamente servindo de Partidarios*”, apelidando, em gritaria, os espanhóis de fracos e cobardes. A cavalaria espanhola acabou por regressar, voltando-se no fundo do vale de Genal, e formando-se em 3 batalhões. Estes, formando três colunas, arremeteram contra as desorganizadas e pouco equipadas forças portuguesas, com uma só bala por espingarda. O batalhão do lado direito atacou pelas terras de Lamas de Olmo, de frente às penas da devesa, enquanto o do lado esquerdo seguiu pelas terras em frente ao caminho de S. Joanico e o do centro pelo vale, em “*galope levantado*”.

O governador apenas conseguiu dizer à infantaria para fugir, e a única voz que se levantou para organizar a defesa, em “*praça vazia*”, ou seja, formando um quadrado, foi a de um alferes que havia combatido na já distante Guerra da Aclamação, apresentando-se em campo como o único com experiência de “*guerra viva*”. Os portugueses foram destroçados, havendo algumas escaramuças motivadas pela ação defensiva desse mesmo alferes, embora não conseguissem, de maneira nenhuma, dar carga contra o inimigo.

Tendo sido acometidos pelos espanhóis uma vez, conseguiram, ainda assim, retirar em direção ao castelo de Vimioso. Desta forma, conseguiram alcançar uns fossos de onde se extraía pedra para produzir cal, feitos pelos cabouqueiros, refugiando-se neles e dali atirar contra o inimigo, o que ainda não tinham feito sequer. No topo da atalaia encontrava-se muita gente, entre velhos, mulheres e crianças, “*e todos em repetidos clamores estavam lamentando o grande aperto em que vião os sitiados queixando-se da sem razão com que forão lançados a campo*”, tendo ficado a vila e castelo sem defesa. A ação bélica foi então amplamente visualizada pelos populares que se encontravam na atalaia, na vila e no castelo, entre “*velhos, molheres, e meninos*”, que repetiam lamentos sobre a situação das tropas

portuguesas, lançadas contra o inimigo sem razão, dando origem a “*caudalosos regatos*” chorados pelas mulheres<sup>1056</sup>.

A situação apenas foi resolvida pela inesperada aparição do terço do mestre de campo auxiliar Fernão Pinto Bacelar que se dirigia para Miranda e que fora alertado pelo ruído e pela gritaria dos populares<sup>1057</sup>. O mestre de campo, com o seu terço de auxiliares, apressou o passo até à Cruz da Portela, de onde se avistavam os fossos onde estavam sitiadas as forças portuguesas, enviando Bacelar alguns troços de infantaria para abrir fogo. Assim que a cavalaria espanhola viu os reforços portugueses, julgando tratar-se de tropas regulares, retirou-se rapidamente, retomando a sua marcha para Alcañices<sup>1058</sup>. Este confronto ocorrido nas imediações de Vimioso ficou conhecido por batalha das Caleiras, durando desde o nascer do sol até ao meio dia, saldando-se a refrega em 9 mortos e mais de 20 feridos graves, entre a infantaria e populares que estavam a apascentar os seus gados e se juntaram aos combates<sup>1059</sup>.

O castelo de Vimioso seria incendiado, mais tarde, pelas tropas espanholas aquando da sua retirada, pondo certamente em causa a sua viabilidade militar nos anos subsequentes, tal como nos indica Ferreira de Castro, assinalando que “*nas passadas [guerras] foi o castello evadido anno de 1711 pellos castilhanos, o queimarão, e demollirão, e também queimarão alguas cazas da mesma villa*”<sup>1060</sup>. No interior da torre foram encontrados os vestígios da destruição do castelo, durante a Guerra de Sucessão de Espanha, nomeadamente uma espessa camada de cinzas onde havia telha muito enegrecida e queimada pelo incêndio provocado pelas forças invasoras<sup>1061</sup>.

Seguiu-se Miranda do Douro. De acordo com a perspetiva da maior parte dos autores, a conquista de Miranda do Douro, a 8 de julho de 1710, pelo General Montenegro, deveu-se à traição do governador da praça Carlos Pimentel da Gama, pela soma de 6.000

---

<sup>1056</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 497.

<sup>1057</sup> ALMEIDA, 2012, p. 57.

<sup>1058</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 498.

<sup>1059</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 498.

<sup>1060</sup> CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, fl. 57v, disponível em «bdh.bne.es».

<sup>1061</sup> ALMEIDA, 2002, p. 146.



dobrões<sup>1062</sup>. Um testemunho de 1748 dá-nos conta que Bay subornara o sargento-mor português para lhe entregar a praça de Miranda.

As tropas espanholas chegariam na noite do dia 7 de julho, passando em barcas, servindo-lhes a noite de “*rebuço*”<sup>1063</sup>. Alcançando a muralha por trás do castelo, sem encontrarem sentinela, encontraram uma porta falsa aberta pelo sargento-mor, entrando por ela na cidade, mas subindo também por escadas a muralha, “*para que quando fossem sentidos os Inimigos fora toda a defesa sem effeyto*”. Formados em esquadrões, os espanhóis começaram a espalhar-se pelas ruas de Miranda, iniciando o saque. O autor do testemunho diria também que, nos dias seguintes, muitos mirandeses fugiriam da cidade, incluindo todo o Cabido, que se refugiou em Chacim. Os espanhóis guarneceriam a praça com bastante gente, mandando também “*fazer hum forte ou reducto as portas principaes da mesma, continuando em se fazerem fortes querendo eternizarem-se na mesma praça*”<sup>1064</sup>. Esta notícia constitui a primeira referência à construção de obras externas que dariam origem ao hornaveque desenhado nas plantas de 1762.

Nas *Lettres Historiques*, publicadas em França, a notícia sobre a conquista de Miranda do Douro pelo Marquês de Bay registava que esta tinha sido “*moitié par ruse, moitié par force*”, ou seja, que Bay tinha usado a dissimulação ou um estratagema para a tomada da cidade, a par da força militar. Aproveitando o facto de que, de parte a parte, as tropas estavam a aquartelar-se para o Estio, Bay destacaria 900 homens sob o comando de D. Antonio de Montenegro que atacariam de surpresa Miranda “*& la prirent par Escalade*”, ou seja, utilizando a surpresa para atacar as muralhas de Miranda através de escadas, atingindo o topo da cerca e o adarve para neutralizar a guarnição e conquistar Miranda.

A *Gazette de France* também faria eco da investida, na publicação de agosto de 1710, confirmando o número de 900 homens para o destacamento enviado pelo Marquês de Bay. A notícia assinalava ainda que este contingente era formado por 400 granadeiros, sob as ordens de D. Antonio del Castillo, Brigadeiro e Coronel do regimento de Burgos,

---

<sup>1062</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p.116. Ver Anexo 5, Documento 6.

<sup>1063</sup> O “rebuço” era a forma de cobrir o rosto ou parte dele; significa também dissimulação ou disfarce. Cfr. SILVA, 1789, Tomo Segundo, p. 292.

<sup>1064</sup> ALVES e AMADO, 2002, pp. 499-501.

D. José Henriquez Sotelo, Coronel do regimento da Lombardia, e D. Andrés Bonito, tenente-coronel do regimento de Basilicata. Seguiam ainda 400 Dragões pertencentes aos regimentos de Kailus e de Kilmanock e 100 cavalos ligeiros comandados por D. José Caracciolo, D. José de Montenegro, e pelos capitães D. José Arcas e D. José Ponel. A cidade seria tomada “à l’escalade, ils entrèrent dans la ville l’ épée à la main”, como já foi mencionado, com a perda de apenas um granadeiro<sup>1065</sup>.

O efeito de surpresa foi total, levando a que a guarnição portuguesa constituída por 400 homens, entre tropas ligeiras e milícias, se rendesse rapidamente. Miranda do Douro seria então descrita como uma praça pouco considerável, encontrando os atacantes 19 canhões, sendo 16 de bronze<sup>1066</sup>, mas também muitos mantimentos e munições. O Marquês de Quincy acrescentaria ainda que a cidade conseguiu evitar a pilhagem mediante o pagamento de uma avultada soma às tropas ocupantes.

A queda de Miranda levou a que António Luís de Távora, o Marquês de Távora, fugisse apressadamente do seu paço em Mogadouro, causando grande consternação na população. Esta fuga não foi do agrado do rei, que mandou o seu Secretário de Estado congratulá-lo, de forma algo irónica, por esta retirada, para “*que não tivesse o mais leve perigo sua pessoa*”. Igualmente com acidez, o rei mandava dizer que o Marquês “*he tão grande senhor que com poder despótico e absoluto uza do seu e do alheio*” e que deveria, segundo alguns comentários, “*deixar-se inflamar de algum eroico espirito que como filho de seu pay conservasse para acudir pela reputação portugueza*”, dizendo mais adiante que o mesmo senhor poderia, a cavalo, ter convocado os seus vassallos para enfrentar o inimigo “*e impedir-lhe os progressos, hostilidades, estragos, violência e confusão*” que provocaram nas terras por onde passaram, mas, como se tornou evidente, “*foi mais seguro o arbítrio de fugir*”. O rei também não se coibiu de dizer que o Marquês “*preza tanto a vida que a antepõem ao credito e á honra*”. Estranhava também que os inimigos achassem alguma coisa para roubar na província, tendo em conta “*a madura ambição de V. Ex.<sup>a</sup> e as ligeiras rapazias do senhor conde de S. João seu filho*”, que certamente tinham “*em melhor arrecadação os erários particulares*”<sup>1067</sup>.

---

<sup>1065</sup> Gazette de France, n° 31, 02.08.1710, fl. 365. Ver Anexo 3, Quadro 22.

<sup>1066</sup> *Lettres Historiques*, T38, 1710, 178.

<sup>1067</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, pp. 561-562.

Após a conquista de Miranda, o Marquês de Bay dirigiu-se para Zamora, enviando, de seguida, vários raides que chegaram efetivamente a Bragança, Chaves e mesmo Amarante, obrigando mais de vinte localidades portuguesas a pagar contribuição a Filipe V. Após estas expedições, as tropas de Bay recolheram-se “*dans des bons postes*”<sup>1068</sup>. Na região transmontana, mais de 100 vilas ou aldeias foram submetidas pelos espanhóis e obrigadas à contribuição, número certamente exagerado pela propaganda borbónica, e o Marquês de Bay, ciente das dificuldades que levantava o alargamento territorial das contribuições, esperava que o Marquês de Risbourg se lhe reunisse com as suas tropas, a partir da Galiza. Mais importante ainda será a informação de que o Marquês de Bay procedeu à fortificação do castelo de Miranda, fazendo “*fortifier le Chateau. Afin que les troupes y passent estre en sureté, & couvrir celles qu’ il a mises en quartier en diferentes endroits*”<sup>1069</sup>, apontando esta notícia para obras de fortificação, nomeadamente exteriores, a que se acrescentava a construção de um forte exterior, para proteção das portas da cidade, como já foi mencionado. Esta notícia é corroborada pelo testemunho de 1748, que relata a construção de um forte ou reduto pelos espanhóis, para defender as portas principais da praça<sup>1070</sup>.

De seguida, os espanhóis continuaram a atacar as povoações da região<sup>1071</sup>, roubando e queimando os lugares mais próximos. Algo sofreria uma investida de um troço de cavalaria que, sem encontrar qualquer resistência, saqueram, roubaram e queimaram a povoação, “*cahindo sobre ella hum trosso de cavalaria, sem resistêcia, a saquearão, roubarão, e queimarão, não lhe escapando o pam que se achava na eyra, que tudo reduzirão a cinzas*”. Depois de atacarem a povoação, dirigiram-se ao castelo de Algozo, onde um alferes e 20 soldados se conseguiram defender com bravura<sup>1072</sup>.

Em setembro de 1710, os relatos que chegavam a França mostravam que os espanhóis exigiam enormes contribuições à população local, chegando a apreender 700 cabeças de gado e a apresar 15 barcas carregadas de mercadorias no rio Douro, saqueando algumas povoações por estas não quererem pagar a contribuição exigida pelas forças

---

<sup>1068</sup> QUINCY, tomo VI, 1726, pp. 465-466.

<sup>1069</sup> *Gazette de France*, nº 33, 06.08.1710, fl. 390.

<sup>1070</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 501.

<sup>1071</sup> Ver Anexo 1, Imagem 47.

<sup>1072</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 501-502; ALMEIDA, 2012, p. 58.

ocupantes. O Marquês de Bay continuaria a permitir esta atuação por parte das suas tropas até ser chamado a Aragão, altura em que foi substituído pelo Marquês de Risbourg no comando da Estremadura<sup>1073</sup>. A mesma situação seria relatada numa ata da vereação de Torre de Moncorvo, mais precisamente a 21 de janeiro de 1711, em que se refere que os espanhóis tinham tomado a muita gente pão, vinho e cevada, “*pois com isto se sossegou e atalhou a que não queimasse esta terra e totalmente a destroiçe*”<sup>1074</sup>. Não será por acaso que, algumas décadas depois, mais precisamente em 1758, o padre Francisco João ainda se queixava que o lugar de Duas Igrejas, e os lugares em redor, tinham ficado muito destruídos nas “*guerras passadas*”, “*por lhe furtarem os “Castilhanos todos os Boes, gados e mantimentos de cujas feridas ahinda os moradores se stão curando*”<sup>1075</sup>.

Nesta altura, o brigadeiro de cavalaria, Príncipe Colona, saíria de Miranda com 900 cavalos em direção a Torre de Moncorvo, com o objetivo de tomar Mogadouro, Moncorvo, e surpreender as barcas do rio Douro. Seriam, no entanto, atacados pelo sargento-mor de cavalaria, Francisco José Sarmiento Ferreira, que roubaria 10 cavalos, matando um alferes e muitos soldados espanhóis “*tomados de vinho*”. Apesar deste revés, as tropas ocupantes acabariam por passar ao Mogadouro e a Torre de Moncorvo, ainda em julho de 1710, onde queimaram a barca que fazia a travessia do rio Douro, roubando tudo o que acharam de móveis e objetos religiosos em metal precioso, e “*fizeram muito mal*” em todas as casas da vila<sup>1076</sup>, sendo necessário prometer ao inimigo uma grande soma em dinheiro para evitar mais estragos. Por seu lado, D. Francisco de Arias atacaria o lugar do Campo, com 400 cavalos e 200 infantes, roubando e queimando tudo<sup>1077</sup>. Mais a norte, surgiam notícias que o Marquês de Bay tinha também investido contra Bragança, alargando as contribuições a esta região<sup>1078</sup>. Bay dirigira o seu exército para Bragança, acampando em Baçal, debaixo da atalaia, a 4 de agosto de 1710, regressando logo de seguida a Miranda<sup>1079</sup>. A investida borbónica até ao rio Douro seria registada numa carta do Secretário de Estado para o juiz

---

<sup>1073</sup> *Lettres Historiques*, T38, 1710, p. 347.

<sup>1074</sup> A.M.T.M., A/Câmara Municipal, 2 – Acórdãos, atas, assentos, autos e vereações (39-40), Pasta nº 18, Livro de 1711, fl. 4.

<sup>1075</sup> OLIVEIRA, 2006, p. 161; A.N.T.T., *Dicionário Geográfico*, Vol. III, Mem. 37, fl. 215-217.

<sup>1076</sup> FERNANDES, 2001, p. 139.

<sup>1077</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 502.

<sup>1078</sup> *Gazette de France*, nº 35, 03.08.1710, fl. 413; nº 39, 27.09.1710, fl. 464.

<sup>1079</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 503.

de fora de Moncorvo, com a data de 2 de janeiro de 1711, onde se reforçava a ideia de que os habitantes de Moncorvo continuavam a ser fiéis vassalos da Coroa portuguesa, apesar de terem sido surpreendidos com a invasão repentina do inimigo e obrigados a recebê-los sem poderem opor resistência<sup>1080</sup>.

A presença espanhola na região marcou, de facto, as povoações da região de Miranda. Ainda durante o cerco e após a ocupação de Miranda, as tropas invasoras dedicaram-se a roubar e queimar a região. O lugar de Aldeia Nova, a apenas uma légua de Miranda, sobranceiro ao rio Douro, foi também ameaçado pelas forças ocupantes. A 21 de dezembro de 1710, a população fez questão de rezar na sua igreja matriz, dedicada a Santa Catarina, pedindo à “*Magestade Devina*” para salvar os habitantes de Miranda do cerco em que se encontravam, solicitando ao poder divino que “*pella intercessão das bendittas almas se sirva livra-los da invasão dos enemigos, de que estão cercados com temor que lhe roubem as fazendas e lhe tirem as vidas e prometendo Deos assim, que ficarem livres das tiranias e hostilidades, que os ditos enemigos tem feito em os lugares circumvezinhos a este*”<sup>1081</sup>. Diz-se no documento publicado pelo Abade de Baçal, já datado de 1713, que este pedido de interseção divina foi provocado “*pelas muitas e grandes hostilidades que fazia [o inimigo] nos lugares da terra, e quintas vizinhas a esta cidade que por não chigarem os militares lusitanos a tempo para os defender procurarão o socorro do Ceo*”, conseguindo ficar “*elezos do inimigo como pedirão, e desejavam*”, falando mesmo do “*prodígio*” que foi o facto de as expedições enviadas pelo inimigo nunca terem entrado no lugar, quer pelo “*muito medo que tinhamo*”, quer pela “*gente que lhe dificultava a entrada*”. Mais adiante confessa o documento que os moradores do lugar também andavam atemorizados “*e fugidos pelas aribas*”, escondendo-se da vista do inimigo<sup>1082</sup>.

No início de 1711 entraria na praça de Miranda o brigadeiro D. Francisco Laso Palomino, governador interino da praça de Zamora, acompanhado por um regimento de infantaria e 130 cavalos, para substituir o Marquês de Dragonete. Palomino mandaria imediatamente notificar os lugares vizinhos que deveriam continuar a pagar a contribuição

---

<sup>1080</sup> A.M.T.M., A/Câmara Municipal, 2 – Acórdãos, atas, assentos, autos e vereações (39-40), Pasta nº 18, Livro de 1710, fl. 81.

<sup>1081</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, pp. 137-138.

<sup>1082</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, p. 139.

exigida desde o início da ocupação. Por carta do sargento-mor de batalha Francisco de Távora ficaram-se a saber estas notícias, que foram publicadas, mais tarde, na oficina de António Pedroso Galvão. Tendo o sargento-mor conhecimento das exigências relativas à contribuição a pagar às forças ocupantes, este ordenara aos habitantes dos lugares para não contribuírem, mandando também que o tenente-coronel do regimento de cavalaria, António Monteiro de Almeida, fosse com 70 cavalos juntar-se aos 60 que já estavam nas vizinhanças de Miranda para darem luta aos espanhóis, uma vez que estes tinham ameaçado as povoações de serem queimadas, se não pagassem. Assim, quando um destacamento espanhol de 140 cavalos e 160 infantes, num total de 300 homens, saíu de Miranda, com o objetivo de executar as ameaças feitas à população da região, António Monteiro de Almeida interceitou esta força com 130 cavalos, “& o executou com tal valor, que derrotando os inimigos lhes tomou doze cavalos, & matou quatorze, & da infantaria se não salvou mais que hum sobrinho do dito Palomino”, tomando como prisioneiros 110 soldados espanhóis, ficando os restantes mortos<sup>1083</sup>.

No entanto, este sucesso momentâneo não impediu os dissabores da população. A miséria provocada pelas ações do inimigo levou o próprio rei D. João V a isentar as populações do pagamento da décima, devido à “*summa pobreza em que se acham por causa da invasão do inimigo por lhes haver queimado as suas cazas e o pão que tinham para sustento de que havia resultado andarem muitos deles pedindo esmola*”<sup>1084</sup>.

Mais tarde, no registo que o confirmado Manuel da Igreja fez para os inquiridos paroquiais de 1758, fez-se novamente menção aos sucessos de 1710. Afirmando que, naquela altura, todos os lugares vizinhos tinham sido saqueados pelos espanhóis, os moradores dos lugares haviam prometido às almas do Purgatório fazerem um ofício anual “*in perpetum*”, se estas os salvassem dos roubos e mortes provocadas pelos invasores. Assim, tendo os espanhóis entrado em Miranda, “*aonde assistirão onze meses e neste tempo sahirão a roubar quintas e lugares a elle vezinhos*”, acabaram por enviar em direção a Aldeia Nova, por três vezes, um destacamento para saquear a aldeia. Atentemos na descrição: “*da primeira ves quando hião chegado ao lugar tiveram medo e de ali voltaram*

---

<sup>1083</sup> PT/AHM/DIV/1/04/1/17: *Relaçam das noticias que se tiveram das Provincias de Tras os Montes*, Lisboa, na Oficina de Antonio Pedrozo Galvão, 1711, fl. 2; ALVES, Tomo I, 2000a, p.116.

<sup>1084</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p.117.

*para Miranda passarão alguns dias, e indo segunda ves a mesma diligencia fugirão a hum Corral de gado imaginando hera esquadrão de gente formada tornarão terceira ves dezendo que ou morrer ou roubar o dito lugar; quando hião couza de hum tiro de Mozquete se lhe fechou tal nevua que eles se não vião huns a outros e neste tempo Começarão a ouvir Caixas, Clarins, e outros instramentos velicos em o lugar que tímidos voltarão as Costas a sua diligencia sendo que em tal ocasião estavam os moradores fogidos e Retirados nas arribas do Douro sem haver em o lugar huma pessoa”. O “milagre” que salvou a aldeia não aconteceu no resto do território, uma vez que o próprio relato diria mais adiante que durante os anos da guerra, todos os lugares da raia tinham sido roubados “a seis e sete vezes e os mais deles roubados e queimados”<sup>1085</sup>.*

Uma outra lenda relaciona-se com a “Pegada de Nossa Senhora”, no mesmo lugar, onde se refere que a “pegada” teria sido a de um castelhano obrigado a retroceder aquando de uma invasão e saque à aldeia, em consequência do voto feito pelos moradores às Almas do Purgatório, referido anteriormente<sup>1086</sup>.

Os efeitos da breve ocupação espanhola em Miranda também estão, ainda hoje, plasmados na lenda que envolve a devoção ao Menino Jesus da “Cartolinha”, provavelmente relacionada com os eventos de 1710-1711. De acordo com a lenda, aquando do ataque espanhol à cidade, surgiu nas muralhas da cidade um menino vestido de fidalgo cavaleiro gritando às armas contra os invasores, levando os mirandeses a pegarem em armas e alfaias agrícolas para expulsarem os invasores, desaparecendo misteriosamente no final da luta. A vitória portuguesa seria, deste modo, considerada um milagre do Menino Jesus, transformado em Menino General, protetor de Miranda em tempos de guerra. Nos inventários de 1722 e 1729 surge já o arrolamento de todos os fatos que o Menino Cavaleiro vestia, conforme os ciclos litúrgicos, sendo a cartola introduzida no século XIX ou início do XX, servindo a imagem nas procissões do Ano Novo e Dia de Reis<sup>1087</sup>.

---

<sup>1085</sup> OLIVEIRA, 2006, volume II, p. 13.

<sup>1086</sup> SALGADO, 2013, p. 39.

<sup>1087</sup> MOURINHO, 1993, pp. 40-42.

#### 4.5. A resposta portuguesa: a invasão da raia zamorana (1710-11)

No lado português, no dia 8 de agosto de 1710, o general Pedro de Mascarenhas, com 10 regimentos de infantaria e 6 de cavalaria<sup>1088</sup>, juntamente com Francisco de Távora e o Conde de Alvor, iriam dirigir-se ao lugar de Quintanilha, onde acamparam durante alguns dias, passando, de seguida, ao lugar de Nuez, em território castelhano, tornando a Quintanilha para se dirigir a Vimioso, “*abarrancando-se perto do lugar de São Joanico*”. De seguida, marcharia para o lugar de Constantim, recebendo ordens para surpreender o forte de Carbajales, uma vez que o exército borbónico tinha partido para Aragão, devido à notícia da derrota na batalha de Saragoça. Logo ao primeiro avanço, no dia 12 de outubro, o governador da praça entregou-o aos portugueses, ficando a guarnição como prisioneiros de guerra. No dia 14 o Sargento-mor Francisco José Sarmiento seria enviado, juntamente com 200 cavalos, para tomar as portas da praça de Alcañices e impedir que dali não fossem retirados os 50 cavalos que se encontravam ali acantonados.

No dia 14, o sargento-mor Francisco José Sarmiento Ferreira seria enviado com 200 cavalos para tomar as portas da praça de Alcañices. A guarnição da praça era composta por 3 companhias de granadeiros e 4 companhias de ordenanças, a que se juntavam 40 cavalos. A força portuguesa, comandada por Francisco de Távora, compunha-se de companhias de granadeiros e algumas companhias de infantaria, bem como do regimento de cavalaria de Gonçalo Pires Bandeira, do tenente-coronel António Monteiro de Almeida, e do sargento-mor Francisco José Sarmiento Ferreira. Os portugueses alcançaram Alcañices no dia 15, ocupando o arrabalde, mas recebendo bastante fogo de artilharia proveniente da fortaleza. A praça acabaria por capitular no dia 17, permitindo os portugueses a retirada da guarnição para Zamora, saindo livres os oficiais e soldados que compunham uma companhia de Granadeiros e 3 companhias de infantaria, juntamente com o governador da praça, ficando os portugueses apenas com os cavalos<sup>1089</sup>. Mais tarde, D. João de Noronha, iria dar ordens

---

<sup>1088</sup> *Lettres Historiques*, T38, 1710, p. 440. Ver Anexo 1, Imagem 48.

<sup>1089</sup> *Lettres Historiques*, T38, 1710, p. 588.



a Francisco de Távora, para minar e destruir as muralhas de Alcañices, em março de 1711<sup>1090</sup>.

Após a conquista de Alcañices, o sargento-mor Francisco de Távora dirigiu-se para Puebla de Sanabria, com o regimento de cavalaria do coronel Filipe de Sousa de Carvalho, com o qual cercou e bloqueou a praça espanhola até à chegada do resto do exército, artilharia e granadas, no dia 26<sup>1091</sup>. No entanto, quinze dias antes da tomada da praça pelos portugueses, D. Francisco de Távora não o conseguira devido à prevenção das sentinelas, entretendo-se a saquear os lugares vizinhos durante o cerco, que durou dez dias. A guarnição de Sanabria pôs-se em “bataria”, mas também acabaria por capitular no dia 28, sendo permitido que a guarnição saísse com todas as honras militares e com muitas concessões, uma vez que os portugueses não tinham artilharia para bater a praça “*e o tempo estar tão chegado o inverno, e com tanta chuva, que se fazia impossível estar a campo*”.

Um outro corpo de tropas portuguesas, comandado pelo General Pedro de Mascarenhas, entrava em Leão, passando por Outeiro e Vimioso para se reunir em São Joanico, dirigindo-se depois para território inimigo por Constantim<sup>1092</sup>, em outubro-novembro, apoderando-se de 68 lugares da região de Benavente, de Alcañices e de Puebla de Sanabria, apesar de o Marquês de Risbourg, vice-rei da Galiza, estar já em marcha para se juntar ao Marquês de Caylus e a outras unidades, para dar caça aos portugueses. Um destacamento português, comandado pelo Sargento-mor de Batalha Francisco de Távora, avançaria contra Carbajales, aí enfrentando uma pequena guarnição com 3 canhões, no dia 12 de outubro de 1710, recebendo imediatamente o forte das mãos do seu governador, ficando a guarnição como prisioneira de guerra<sup>1093</sup>. A praça seria guarnecida com o regimento de infantaria do coronel Gonçalo Teixeira de Mesquita, recolhendo-se o resto do exército a Bragança. Alguns dias depois, o Marquês de Queluz passaria com 6 batalhões de infantaria e 2 regimentos de cavalaria borbónicos para restaurar Carbajales, mas encontraria “*hua cruel resistência, não tirando o Marquez mais fruto da ocasião, que deixar nos fossos muitos soldados mortos, e o pesar de ser compelido (...) a retirar-se*”<sup>1094</sup>.

---

<sup>1090</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, p. 17.

<sup>1091</sup> Ver Anexo 1, Imagem 49.

<sup>1092</sup> ALMEIDA, 2012, p. 58.

<sup>1093</sup> Gazette de France, n° 48, 29.11.1710, fl. 569.

<sup>1094</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 505.

As tropas portuguesas marchariam para território benaventano em finais de 1710, criando o pânico na região e levando as autoridades de Benavente a ordenarem a organização e armamento das milícias locais com vista a guardar os lugares em redor de Benavente e, sobretudo, as barcas de passagem e os vãos que poderiam existir nos rios mais próximos, enviando 30 soldados para guardarem a barca de Bretó, uma das mais importantes. A urgência da defesa obrigou as autoridades de Benavente a exigirem 90 soldados para completar os regimentos de infantaria, recrutando-os entre os moços solteiros ou mesmo entre os homens casados, entre os 18 e os 40 anos<sup>1095</sup>. Em 27 de abril de 1711 estavam aqui aquarteladas 5 companhias do regimento de Orense, 100 soldados de infantaria do regimento de Compostela e esperavam também a chegada do regimento de cavalaria de Málaga, mas neste mês dava-se conta de que os portugueses saqueavam e queimavam lugares a apenas légua e meia de Benavente, ou seja, a menos de 10 quilómetros da cidade.

Neste ponto será importante sublinhar que as operações portuguesas se inseriram numa nova fase da guerra, motivada pelo fracasso das negociações de 1709 e em resposta aos planos aliados para uma nova ocupação de Madrid, na primavera de 1710, alimentados por algumas vitórias aliadas durante os meses de julho e agosto que permitiram a segunda entrada do Arquiduque Carlos na capital espanhola, a 28 de setembro de 1710<sup>1096</sup>. Por isso, no final de 1710, a estratégia dos responsáveis militares portugueses centrava-se novamente na “diversão” na fronteira, evitando-se assim um confronto direto enquanto se ocupavam forças inimigas que, desta forma, não podiam ser encaminhadas para as frentes mais importantes.

Em janeiro de 1711 ainda se encontrava junto de Miranda do Douro a companhia de cavalos do capitão Francisco Xavier Ordaz Sarmiento, que as forças borbónicas tentariam surpreender com uma investida de 200 cavalos e 200 infantes. A cavalaria ligeira estava acampada nos lugares de Carção, Argozelo e Santulhão, sob as ordens do tenente-coronel António Monteiro de Almeida. Esta força partiria em socorro de Sarmiento, chegando de noite à Quinta de Fonte Lataça, anexa de Duas Igrejas, colocando atrás de

---

<sup>1095</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p. 127.

<sup>1096</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, p. 294.

alguns muros, perto de Cércio, os 200 infantes de reserva. Pela manhã do dia seguinte iniciaram-se os combates, com os borbónicos a darem campo aos portugueses, sobretudo depois de a sua cavalaria deixar o terreno, em direção à reserva portuguesa que, sentindo a sua aproximação, abriram fogo contra a cavalaria inimiga, mas “*com tão mau sucesso que só hum tiro se empregou em hum soldado, feita a descarga*”. Apenas com o avanço da cavalaria portuguesa se iria selar o destino da cavalaria borbónica, não escapando um único soldado, entre presos, feridos e mortos. A cavalaria portuguesa, depois de destruir este contingente, iria perseguir as restantes forças até Santa Luzia de Miranda, onde se começaria a gerar o pânico. Do destacamento borbónico, os que não foram mortos seriam encaminhados para o castelo de Vimioso e daí para a praça de Bragança<sup>1097</sup>.

A opressão provocada pela presença borbónica na região iria levar o rei português a ordenar também a reconquista da praça de Miranda<sup>1098</sup>. Para o efeito, D. João Manuel de Noronha, Conde da Atalaia, reuniu 11 regimentos de infantaria e 5 regimentos de cavalaria. A partir do reconhecimento feito pelo sargento-mor de batalha Pedro Carle<sup>1099</sup>, ordenou que em Alcañices e Carbajales se fizessem derramas e se recolhessem em armazéns os abastecimentos para a cavalaria, ordenando também juntar em Vimioso todos os mantimentos retirados da província para servir de sustento à infantaria. No dia 10 de março de 1711 juntaria a cavalaria em Alcañices e a infantaria em Vimioso a partir de Alcañices, ordenando a Pedro Carle que cortasse as comunicações dos espanhóis no rio Douro. Francisco de Távora partiria com a cavalaria para tomar todas as barcas que se encontravam no rio Negro e diversas ribeiras “*que presentemente servem de fronteyra ao pais conquistado*”, ordenando, para tal, que Francisco de Távora se dirigisse com toda a cavalaria para Carbajales, “*por estar esta Praça no centro de todas as passagens*”, devendo ocupar no mesmo dia todos os portos existentes na região, para impedir a passagem de reforços borbónicos pelo norte, mandando também reforçar as praças de Chaves e Puebla de Sanabria, com receio de investidas a partir da Galiza. Távora, após o ataque às barcas

---

<sup>1097</sup> ALVES e AMADO, 2002, pp. 503-506.

<sup>1098</sup> Ver Anexo 1, Imagem 50.

<sup>1099</sup> O Sargento-mor de batalha Pedro Carle seria nomeado, a 14 de janeiro de 1711, como Mestre-de-Campo General, em atenção ao grande valor e zelo com que servia. Cfr. SYNOPSE (1708-1755), mç. 70, nº 17.

no rio Negro, recolheu-se a Alcañices, onde, no dia 23 de março, ordenaria a utilização de minas para a destruição da praça, das muralhas e do castelo, deixando tudo destruído<sup>1100</sup>.

Em Vimioso encontrava-se o brigadeiro Francisco de Veiga Cabral, encarregado de toda a infantaria que ali se tinha juntado<sup>1101</sup>, e que partiria também no dia 10 de março, em direção a Miranda. No dia seguinte, 11 de março, Pedro Carle chegaria com o exército português à vista de Miranda, trazendo consigo um trem de artilharia<sup>1102</sup> composto por 5 peças de 24 e 3 de 16, bem como 4 peças de campanha. O seu primeiro movimento foi cortar toda a comunicação que o inimigo tinha pelo rio Douro. De seguida, colocaria sobre a ribeira do Fresno uma bateria de 8 peças para bater o castelo de Miranda. No dia 12, Pedro Carle e 200 granadeiros, a que se acrescentaria o regimento de André Pires da Silva, cortariam a comunicação da barca do rio Douro, com bastante perigo, tendo em conta a aspereza do terreno e terem de passar junto da praça, de onde poderiam ser atingidos por tiros de canhão surpreendendo o inimigo “*havendo-se de passar por caminhos por onde ate agora parece ningem passou*”<sup>1103</sup>. Tomada a barca, atacariam depois o inimigo numa vinha, onde surgiria um destacamento borbónico, que acabaria por regressar à praça.

Alojando-se na margem do rio Fresno, os portugueses começaram a bater o castelo com uma bateria de 8 peças, enquanto Pedro Carle, com 100 granadeiros, um regimento de infantaria e 200 homens, iria cortar a barca do Douro, ganhando um alto da montanha, a meio tiro de mosquete da praça. Carle ordenaria ao coronel André Pires que avançasse em direção à barca, mas a ação tornou-se impossível devido ao fogo de uma trincheira

---

<sup>1100</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 510.

<sup>1101</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 507.

<sup>1102</sup> Os trens de artilharia funcionavam como pequenos arsenais. Surgiram no início da Guerra da Aclamação, com a função de proverem as províncias de tudo quanto respeitasse à artilharia. O pessoal e o gado necessários para a condução das viaturas eram normalmente fornecidos pela Coroa, por grandes casas nobres, ou contratados entre boleiros e almocreves. Começaram a ser substituídos a partir de 1764, com a criação do Arsenal Real do Exército. As bocas de fogo eram genericamente chamadas de “tiros”, e o conjunto da artilharia de um exército era denominado como “trem”. No final do século XVI estabelecem-se três tipos de peças: 1) colubrinas – para ofenderem o inimigo, eram bastante compridas, mas de pouco calibre; 2) peças de bater ou “canhões”, mais curtas e de maior calibre; 3) pedreiros – bocas de fogo de tiro curvo, que atiravam cargas de pedra destinadas a arrombar as cobertas dos navios inimigos. Os “petardos” eram cargas de pólvora que se prendiam às portas para as arrombar. Nos séculos XVII e XVIII o tiro de campanha fazia-se entre os 200 e os 500 metros de distância, enquanto as peças de bater podiam atingir um quilómetro de distância. Cf. *Dicionário de História de Portugal*, SERRÃO, Joel, Dir., volume I/A-D, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, p. 213.

<sup>1103</sup> PT/AHM/DIV/1/04/1/22, fl. 5.

espanhola colocada na outra margem do rio. Na ocasião, um tenente e vários granadeiros ofereceram-se para passar o rio a nado.

Durante a noite de 12 para 13 de março, colocaram-se as peças de artilharia, 8 peças de canhão de 24 e 3 de 16 (o Marquês de Quincy assinala 5 peças), começando a funcionar a bateria às 5 horas da tarde do dia 13, batendo o castelo até ao dia 15, de manhã, destruindo as 4 peças ao inimigo, “*que atiravão sobre o nosso ataque*”<sup>1104</sup>. A resposta borbónica consistiu em colocar uma nova bateria em local mais apropriado para contrariar as ações portuguesas, escolhendo os sitiados a obra corna existente junto do castelo: “*Os inimigos vendo que as suas peças não podiam ofender, principiaram uma bateria sobre o ramal esquerdo de uma obra corna, que cobre um lado do castelo*”<sup>1105</sup>.

A ação encetada pelos sitiados não surtiu o efeito desejado, uma vez que o brigadeiro Tomás da Silva Teles, que tinha chegado ao acampamento no dia anterior, vindo do Alentejo, atacou a bateria inimiga localizada no hornaveque, durante a noite, “*l'épée à la main une espèce d'ouvrage qui couvrait le château*”<sup>1106</sup>, por ordem de D. João de Noronha, com 2.250 granadeiros à ordem do coronel Francisco de Ares e 200 infantes comandados pelo Sargento-mor João Pissarro. O segundo ataque levou ao abandono da obra corna pelos espanhóis, conseguindo estes apenas fazer “*hum grande fogo de artilharia, & mosquetaria*” sobre os atacantes portugueses, que se protegeram atrás da muralha da mesma estrutura, sem qualquer baixa e apenas uma bala de mosquete numa perna do capitão de granadeiros João da Costa Ferreira<sup>1107</sup>.

A ofensiva portuguesa nesta área da fortificação, nos dias 14 e 15, começou finalmente a abrir uma brecha na muralha. Às 8 horas da manhã do dia 15 começaram a bater a praça pela brecha, com a artilharia portuguesa, obrigando as forças ocupantes a solicitar algum tempo para decidirem o que fazer, não sendo o pedido atendido pelas forças atacantes, que forçaram a rendição espanhola. Os espanhóis tocaram a chamada, mandando um Tenente-Coronel pedir três dias para se decidirem, mas o general português apenas lhes concedeu meia hora<sup>1108</sup>, uma vez que “*o Mestre de Campo general lhe respondeo que elle*

---

<sup>1104</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, p. 13.

<sup>1105</sup> PT/AHM/DIV/1/04/1/22, fl. 6; ALVES e AMADO, 2002, p. 508.

<sup>1106</sup> QUINCY, tomo VI, 1726, p. 579.

<sup>1107</sup> PT/AHM/DIV/1/04/1/22, fl. 6.

<sup>1108</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 509.

*não tinha mais que dizerlhe duas palavras, que havia de ser a guarnição prisoneyra de guerra*”<sup>1109</sup>. Uma vez que a guarnição espanhola não consentia passar a prisioneira de guerra, o Conde da Atalaia recomeçou os movimentos ofensivos, mandando avançar todos os granadeiros, seguidos de alguns regimentos de infantaria, para se dar o assalto final. Pela segunda vez, a guarnição espanhola pediu tréguas, aceitando definitivamente a sua sorte, pelo que o Conde da Atalaia mandaria ocupar a porta principal da praça de Miranda com 10 granadeiros, protegendo também a brecha existente com 50 granadeiros<sup>1110</sup>.

Para além destas importantes praças, as forças portuguesas ocuparam ainda mais povoações na província de Zamora, listadas a partir de um documento datado de 1717, e publicado pelo Abade de Baçal, o que levou a que o regimento de cavalaria de San Severino também fosse colocado em Benavente, em julho de 1711<sup>1111</sup>. Este documento revelaria que a Guerra de Sucessão teve características diversas da Guerra de Aclamação, uma vez que as forças em ação estabeleceram como objetivo principal a ocupação de áreas mais ou menos extensas que, no caso da região de Zamora ocupada pelos portugueses, se alargou por uma área com cerca de 70 a 90 quilómetros de profundidade, a partir da fronteira portuguesa.

Nas capitulações do dia 15 de março de 1711, estabelecidas com o Brigadeiro Tomás da Silva Teles, ficava assinalado que os vencedores teriam direito a todas as munições de guerra e boca que encontrassem, ao dinheiro que estava na posse do inimigo e a todos os cavalos e bestas existentes. Toda a guarnição foi feita prisioneira, num total de 1.049 homens, entre oficiais, tambores e soldados, incluindo oficiais maiores como o próprio governador espanhol, D. António de Mendonça Sandoval<sup>1112</sup>. A todos os prisioneiros, o Conde da Atalaia não concedeu mais do que ficarem com a sua roupa<sup>1113</sup>.

Seguem-se as capitulações estabelecidas: *“Capitulações com que se entregou a Praça de Miranda, feitas pelo Brigadeyro Thomás da Silva Teles, & o Tenente de Rey Commandante da dita Praça D. Antonio Mendonça, & sandoval, em 15 de Março de 1711. Que a Praça se entregará logo que as Capitulaçoens forem aprovadas pelo*

---

<sup>1109</sup> PT/AHM/DIV/1/04/1/22, fl. 6. Ver Anexo 3, Quadro 23.

<sup>1110</sup> PT/AHM/DIV/1/04/1/22, fl. 7.

<sup>1111</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p. 128.

<sup>1112</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, p.120.

<sup>1113</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, p.17.

*Excellentissimo Senhor Mestre de Campo general D. João Manoel de Noronha, Comandante do Exercito, & a porta principal da dita Praça será ocupada como S. Excellencia o determinar. Que a guarnição ficará prisioneira de guerra á discricção. Que se manifestarão todas as munições de guerra, & boca, que houver na dita Praça, & de todas ellas se dará huma exacta Relação. Que se houver algum dinheiro, ou para pagamento das Tropas, ou qualquer outro efeito, se entregará prontamente. Que todos os cavallos, como as mais bestas se entregarão da mesma sorte.*<sup>1114</sup>.

No que diz respeito às tropas aprisionadas pelos portugueses, as mesmas eram compostas por diversas unidades, comandadas por Sandoval. Para além do governador da praça, foram também aprisionados o tenente-coronel do 2º batalhão de Burgos, o sargento-mor da praça, o tenente e o alferes de fuzileiros, o ajudante do 1º batalhão de Palomino e o comissário da artilharia. Em abril confirmava-se em França a reconquista de Miranda pelos portugueses, depois de alguns dias de ataque, com uma rendição tão célere que as tropas de socorro não tiveram tempo de chegar à cidade, pelo que corria a notícia de que o oficial que ficara a comandar na ausência do governador espanhol teria sido aliciado pelo inimigo<sup>1115</sup>. Tal situação seria, mais tarde, averiguada, tal como nos indica uma notícia de 8 de fevereiro de 1721, publicada na *Gazette de France*, em que se podia ler que o rei espanhol teria nomeado o Marquês de Canalés, 2 tenentes generais, 2 marechais de campo, 2 brigadeiros e mais alguns oficiais para julgar, em conselho de guerra, um oficial acusado precisamente de ter entregue Miranda do Douro aos portugueses<sup>1116</sup>.

Após a recuperação de Miranda do Douro pelos portugueses, Francisco de Távora, que se encontrava ainda no ataque às barcas no rio Negro, recolheu-se a Alcañices. A 23 de março, mandaria colocar minas nas muralhas e no castelo desta cidade, ordenando a sua destruição e deixando tudo “*na maior mizeria*”, como já referimos. De seguida, marcharia com a sua cavalaria para o Alentejo, ficando apenas na região o regimento de cavalaria do coronel Pedro Ferreira de Sá Sarmento, o regimento de infantaria de Bragança, que guarnecia Puebla de Sanabria, e o regimento de Francisco de Ares Vasconcelos, que ficava

---

<sup>1114</sup> PT/AHM/DIV/1/04/1/22, fl. 7.

<sup>1115</sup> *Gazette de France*, nº 18, 25.04.1711, fl. 209.

<sup>1116</sup> *Gazette de France*, nº 10, 27.02.1712, fl. 312.

a defender a praça de Miranda<sup>1117</sup>, para onde seria nomeado como governador, António de Sá Vilas Boas, por carta patente de 24 de novembro de 1711<sup>1118</sup>.

As campanhas da Catalunha, malogradamente para a fação borbónica, tinham contribuído para diminuir drasticamente a guarnição de Zamora, colocando em risco toda a região, o que facilitou a ofensiva portuguesa, que se saldou pela recuperação de Miranda, a conquista de Carbajales, de Puebla de Sanabria e o saque nas regiões de Alcañices e Sayago<sup>1119</sup>, levando a que o próprio Filipe V enviasse uma carta para as autoridades de Zamora, datada de 1 de abril de 1711, ordenando que, atendendo à perda de Miranda, se atendessem com urgência à defesa de Zamora<sup>1120</sup>, com receio de um eventual ataque, temor que nunca se viria a concretizar.

#### 4.6. Represálias borbónicas contra Carbajales e Vimioso (1711)

Dois meses depois da reconquista da cidade pelos portugueses, as forças borbónicas, sob o comando do Marechal de Campo Montenegro, iriam sitiar Carbajales, a 12 de maio de 1711, já com o Conde de Alvor no governo da província transmontana, aproveitando sobretudo a redução dos efetivos militares portugueses em Trás-os-Montes. Carbajales continuava em mãos portuguesas, comandada pelo Sargento-mor Domingos Teixeira de Andrade, com 200 homens e 3 peças de artilharia. O novo governador português só podia contar agora com apenas um regimento de cavalaria e dois regimentos de infantaria, uma vez que se dava agora mais atenção à campanha no Alentejo.

As forças espanholas atacariam a guarnição portuguesa com “*cruel bateria*”. Domingos Teixeira de Andrade, encontrava-se numa situação complicada, porque tinham acabado os mantimentos e as “bagagens”, mas, apesar da desvantagem numérica, o contingente português defendeu-se durante 26 dias, fazendo mesmo três surtidas, conseguindo desalojar o inimigo da esplanada “*tomando-lhe muitas armas, e matando-lhe*

---

<sup>1117</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 510.

<sup>1118</sup> A. M. M. D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 4 (1711-1727), fl. 86.

<sup>1119</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 68.

<sup>1120</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 109.



*muita gente, ganhando-lhe a agua de beber, que tinhão no fosso, que todos os dias hia buscar peleijando*”<sup>1121</sup>. Apesar da bravura dos portugueses, no dia 8 de junho, Andrade acabaria por aceitar a capitulação, entregando o forte aos espanhóis e ficando a sua guarnição como prisioneira de guerra<sup>1122</sup>.

Seria ainda efetuada uma tentativa de diversão por parte dos portugueses, com alguns batalhões de cavalaria, comandados pelo Sargento-mor Francisco José Sarmiento Ferreira, atacando o inimigo em algumas “partidas”, para os “piquar”. Estas surtidas dariam origem a algumas escaramuças, a 27 de maio, nas campinas de São Martinho de Angueira, conseguindo os portugueses tomar 29 cavalos e um alferes aos borbónicos, mas sem desalojar as forças borbónicas que se tinham assenhoreado de Carbajales.

O Conde de Alvor, governador das armas de Trás-os-Montes, receberia ordens para observar os recentes movimentos do inimigo nesta parte da fronteira, “*que então lhe estavam mui superiores*”, tendo já disponíveis 5 regimentos de infantaria e 3 de cavalaria e dragões. As ordens eram claras e avisavam Alvor para proceder com cuidado, evitando o confronto direto com o Marquês de Bay, fazendo apenas uma diversão para obrigar Bay a retroceder na fronteira alentejana, batendo o forte de Carbajales, “*e que sem se empenhar no sitio, campasse no seu paiz*”.

Esta ação também não resultou, uma vez que Carbajales receberia o auxílio da milícia de Zamora, comandada pelo Corregedor Conde de Ripalda<sup>1123</sup>, e “*que os inimigos não mudavam do primeiro intento*”, não retrocedendo no Alentejo, pelo que o governador das armas enviou 3 regimentos de cavalaria e 3 regimentos de infantaria como socorro para o Alentejo, tal como tinha sido igualmente ordenado<sup>1124</sup>. Os portugueses, esses sim, estavam em retirada na região da Estremadura, enquanto o Marquês de Bay colocava 11 batalhões de infantaria e 4 esquadrões de cavalaria em Badajoz, distribuindo o resto das suas forças pelas restantes praças e reservando também um destacamento para se juntar a Montenegro, que continuava a exigir contribuições na provincia de Trás-os-Montes<sup>1125</sup>.

---

<sup>1121</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, p. 18; ALVES, Tomo XI, 2000e, p. 125.

<sup>1122</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 511.

<sup>1123</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 69.

<sup>1124</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, p. 44.

<sup>1125</sup> *Gazette de France*, nº 33, 08.08.1711, fl. 390.

Após a rendição da guarnição portuguesa de Carbajales, os borbónicos voltaram à ofensiva. A cavalaria e a infantaria de Filipe V reuniram-se em Alcañices, lançando-se numa ação de retaliação contra Vimioso, com um corpo de cavalaria comandado por D. Nicolas de San Severino. Com o auxílio de Montenegro, San Severino iria tomar o castelo de Vimioso, onde encontrou soldados de infantaria, que foram feitos prisioneiros de guerra, bem como numerosas munições de guerra e de boca<sup>1126</sup>, mais concretamente muita pólvora, chumbo e farinha<sup>1127</sup>, o que confirma o papel de Vimioso como centro de abastecimentos da linha de defesa da fronteira mirandesa.

O governador de Vimioso era o mestre de campo auxiliar, Manuel de Morais Faria, comandante da companhia de “*pé do castelo*” de Vimioso, que mandaria juntar “*bestas, e carros, e nelles carregar toda a pólvora, bala, pedrneiras, e mais bagagens*” que havia no armazém de Vimioso, com a intenção de encaminhar tudo para as ladeiras do rio Mações e aí esconder o material reunido, entendendo que aí estaria mais seguro do que na fortaleza. O capitão de infantaria de pé de castelo João Sarmento de Morais, não concordou com a medida, juntando a sua voz à das “*peçoas graves*” de Vimioso, dirigindo-se ao lugar da Lagoa, onde se encontrava o governador das armas da província, o conde de Alvor. Relatados os acontecimentos ao governador das armas, este suspendeu imediatamente Manuel de Morais Faria, nomeando em seu lugar a António do Rego e Sousa, sogro de João Sarmento de Morais, e antigo combatente da Guerra da Aclamação<sup>1128</sup>, que mandou recolher novamente as bagagens no castelo. O problema é que o castelo não possuía artilharia “*nem mais petrechos mellitares para a defesa*”, e nela encontrava-se apenas uma companhia de infantaria sob o comando de João Sarmento de Morais e alguns auxiliares<sup>1129</sup>.

A força espanhola, comandada por D. António Montenegro, saíria de Alcañices no dia 14 de junho, encontrando-se já no dia seguinte com a sua cavalaria a cercar Vimioso, enquanto o grosso da força estacionava no Calvário de Vale de Frades, onde acampou. Efetivamente, na madrugada do dia 15 de junho, alguns esquadrões de cavalaria borbónica

---

<sup>1126</sup> QUINCY, tomo VI, 1726, p. 581.

<sup>1127</sup> *Gazette de France*, nº 30, 18.07.1711, fl. 394.

<sup>1128</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 511-512.

<sup>1129</sup> ALMEIDA, 2012, p. 59; ALVES e AMADO, 2002, p. 512.

surgiram a rodear Vimioso, tendo o maior deles surpreendido a atalaia, cobrindo assim todo o Campo das Eiras. Um esquadrão tomou de assalto a atalaia e ocupou o Campo das Eiras, enquanto as companhias de carabineiros espanhóis desceram a colina do Alto da Forca, ou Carvoal, protegendo-se nos muros dos quintais, cortinhas e das casas existentes, tomando a rua da Malhada e a Rua de Trás e a própria igreja de Vimioso. A partir da igreja faziam “*bataria ao castello*”, e a partir das janelas das casas mais próximas do castelo os atacantes abriam fogo sobre os seus ocupantes, iniciando um tiroteio que durou cerca de três horas.

Da parte dos portugueses, não havia “*frouxidão alguma*”, mas os materiais existentes no armazém do castelo não eram adequados, uma vez que “*não havia bala no Armazem, que dissesse nas espingardas, e foi preciso recortar as que hiam sendo necessárias, no que se ocuparão algumas pessoas, que não costumavam tirar*”. Nesta altura, os soldados auxiliares já tinham fugido do castelo, “*e so faziam fogo com valor algumas pessoas particulares que se achavão no castello*”, destacando-se sobretudo a ação de Jerónimo de Morais Calado e dos padres Francisco de Quina e João Seixas Pegado. A chegada de uma nova coluna inimiga, um troço de infantaria que se aproximou da vila pelos lados da capela de São Sebastião, no caminho das Cruzes, desanimou definitivamente os sitiados que, com uma colcha branca, por “*não haver de guerra*”, apresentaram a bandeira branca da rendição<sup>1130</sup>.

Ainda durante as negociações, os borbónicos começaram a dedicar-se ao saque e ao roubo das casas, lançando inclusivamente fogo às casas do governador e a outras. Apenas o comandante espanhol pôs fim a estas ações. Entrando no castelo de Vimioso, verificaram que os portugueses “*coartavão as balas, com que se tirava*”, considerando esta ação um “*estilo impraticavel*” na guerra, querendo imediatamente dissolver o contrato de capitulação, “*e passar quanto havia no castello a ferro, castigo estabelecido aquelle corte*”, acabando por desistir da ideia. As forças borbónicas guarneceram então o castelo, aquartelando nele um regimento de infantaria comandado pelo coronel D. Carlos de Assucar, recolhendo-se o resto das tropas ao acampamento de Vale de Frades.

Pouco depois, este acampamento seria atacado por 20 cavalos portugueses, comandados pelo tenente Luis Neves, numa noite em que, “*atravessandolhe as linhas, e*

---

<sup>1130</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 513.

*rompendolhe a goarda real do campo*”, conseguiria tomar sete cavalos aos borbónicos<sup>1131</sup>, mas sem qualquer outro resultado. A inquietação provocada por este ataque levou os borbónicos a levantarem o acampamento, recolhendo-se o seu comandante a Castela, ordenando a D. Carlos de Assucar que obrigasse os habitantes de Vimioso a dar uma grande contribuição e que, “*negada mandasse queimar tudo*”. Assucar começou por deitar fogo às casas de António de Sousa Morais, recebendo logo de seguida um donativo de 600.000 reais, dando António de Sousa Morais 50 moedas de ouro, e João de Castro Ferreira, outras 50 moedas. Satisfeito com a contribuição, D. Carlos de Assucar saíria em direção do lugar do Campo, no dia 24 de junho de 1711, “*em cujo dia mandou queimar o castello, e demolir seus rebellins deixando a villa livre de tam grande oppressam*”.

Tendo em conta que o ataque a Vimioso não tinha como objetivo a conquista de território, e que servira tão somente como ação punitiva, o comandante espanhol decidiria retirar as suas tropas, ainda no início do mês de julho, transitando para Pinelo e daí para Alcañices, onde se iria reunir ao resto do exército borbónico, partindo o regimento de cavalaria para a vila de Mombuey, “*a tomar descanso*”. O Conde de Alvor aproveitou esta retirada para atacar o inimigo no seu acampamento, no dia 3 de julho, sob as ordens do Coronel Pedro Ferreira de Sá Sarmiento<sup>1132</sup>, mas o destino da fortaleza de Vimioso estava já traçado. Neste ataque ao campo onde se encontrava um regimento borbónico, os portugueses conseguiram matar o capitão, o tenente e o alferes da guarda. O ataque durou meia hora, não dando hipótese ao inimigo de formar, “*antes foi sobre eles, matando, e ferindo soldados, e officiaes de que inteiramente derrotou o regimento, trazendo em despojos a presença do conde de Alvor hum tenente, hum Alferez, dous sargentos, trinta e dous soldados, cento e quarenta e três cavallos, deixando no campo muitos mortos em tanto numero que deles foram a sepultar quatorze carros, tomando na mesma ocasião ao regimento inimigo dous estandartes, timbalez, barracas, armas, e toda a bagagem*”<sup>1133</sup>. O conde de Alvor tentaria ainda sitiá-lo o forte de Carbajales, mas não conseguiu concretizar esta ação por ter de remeter tropas para o Alentejo.

---

<sup>1131</sup> ALMEIDA, 2012, p. 60.

<sup>1132</sup> ALMEIDA, 2012, p. 61.

<sup>1133</sup> ALVES e AMADO, 2002, p. 515.

#### 4.7. A ocupação da província de Zamora (1711-15)

Apesar destes revezes, a maior parte da província de Zamora continuaria nas mãos dos portugueses. Mais tarde, a população de Santibañez iria declarar, em 1717, que, na época em que estiveram sujeitos à ocupação portuguesa, foram obrigados a pagar-lhes tributos e suportar o sustento das tropas, pelo menos desde março de 1713, quando se publicou a suspensão das hostilidades entre os dois países, até novembro de 1715, quando Puebla de Sanabria foi devolvida a Espanha<sup>1134</sup>.

Em geral, os populares queixavam-se no inquérito que os portugueses abusavam do seu poder, aproveitando-se para extorquir o que era possível, desde a erva, a palha, barrotes, tábuas, carros de lenha, ovos e galinhas, carneiros, vacas, pão e vinho, carretos, faxinas e forragens, indo na primavera e no verão “a verde” para as aldeias<sup>1135</sup>. Apesar de dizerem que perderam todos os recibos relacionados com estas despesas, juraram os de Santibañez de Tera que, no período referido, pagaram ao oficial português 3.000 reais de velão como tributo: os alojamentos do governador português custaram-lhes 504 reais a 12 cada mês, cobrando em dois meses 6 ducados por cada um; de luzes, 75 reais; de estacas e tábuas, 70 reais; de 73 carros de lenha a 6 reais cada um, dando-lhes os populares em dinheiro por não conseguirem levar os carros até à praça, distante 10 léguas; de 40 carros de erva, cada uma a 3 reais, somou 2.280 reais; 580 reais relativos aos carneiros e outros animais repartidos pelos cabos principais que estavam na dita praça; faxina de 27 homens somando 81 reais; gebos e galinhas sem saberem a quanto somavam.

Referiam também que, entre 1713 e 1715, estiveram no lugar 3 soldados portugueses com 4 cavalos, a quem tiveram de dar forragem durante os períodos de primavera: um deles custou-lhes 18 pesos, outro esteve no lugar 3 meses, custando-lhes 4 reais por dia e somando desse modo 675 reais; o último esteve 75 dias lá estacionado, obrigando a gastos na ordem de 1 ducado por dia “*por ser mas reglado y benigno*”, somando 32 ducados e meio. Um outro soldado, que veio substituir este último, esteve apenas 8 dias, mas por ser mais desregrado, pedia por dia duas galinhas, e uma grande

---

<sup>1134</sup> ALVES, Tomo XI, 2000e, p. 126, p. 136. Ver Anexo 1, Imagem 51.

<sup>1135</sup> ALVES, Tomo XI, 2000e, p. 138.

quantidade de vinho. Por isso, os habitantes acabariam por lhe dar 10 pesos, 2 pernis e 4 galinhas para que se fosse dali embora, somando 201 reais. No total, as despesas com a presença portuguesa neste período somariam 9.461 reais<sup>1136</sup>.

Os espanhóis acusavam também sistematicamente os soldados portugueses de exigir “refrescos”, nomeadamente pão, vinho e “conluio” sempre que passavam em diligência, aceitando também o dinheiro dos populares que se queriam ver livres deles. Isto acontecia com os soldados que estavam a forragear nas aldeias e que, durante vários dias, se apresentavam desregrados, exigindo aos locais fartos mantimentos<sup>1137</sup>.

A ocupação portuguesa de Puebla de Sanabria também deixou marcas. Uma relação de D. Francisco de Herrera, Procurador Geral da vila, dizia, logo no início, que a campanha militar de 1711, durante a ocupação portuguesa, incluindo a reconquista de Miranda do Douro e o auxílio à fronteira da Estremadura, tinha obrigado a retirar 100 carros da região de Sanabria, com as suas juntas de bois, bem como 90 mulas, para a condução de comboios, bagagens, armas e munições, obrigando os donos dos carros a ir com eles.

Outro problema seria o da obrigação de homens e mulheres assistirem em todas as obras e fortificações realizadas na praça de Sanabria pelos portugueses, vindo os habitantes por turnos diários de entre 200 e 300 homens e mulheres, sem qualquer paragem, fazendo-os os portugueses conduzir a pedra, cal e outros materiais de construção, sem interrupção. Os locais diriam depois que ninguém pagou os alugueres dos carros e dos animais, perdendo-se a maior parte dos animais e dos carros, devido à “*violenta conducta*” dos portugueses, avaliando-se as perdas em 200.000 reais de velão.

Diriam também que o rei de Portugal lhes devia mais de 30.000 reais em pão, “*que se sacó com violencia*”, para os mantimentos das tropas portuguesas durante os anos de 1711 e 1712, e mais outros 30.000 reais da parte do assentista do primeiro assento. Os portugueses deviam também as forragens que a cavalaria tomou nos anos de 1713, 1714 e 1715, os dois primeiros para o serviço de duas companhias de cavalaria e o último ano para o serviço de três companhias, num total de 50.000 reais, aos quais acresciam 70.000 reais gastos nos mesmos soldados a cavalo e seus oficiais, que recebiam 3 reais diários, mas que

---

<sup>1136</sup> ALVES, Tomo XI, 2000e, pp. 138-139.

<sup>1137</sup> ALVES, Tomo XI, 2000e, pp. 126-127.

chegava a 8 ou a 10 reais por dia, subindo ainda mais no caso dos oficiais. Durante os cinco anos de ocupação, também era de considerar a erva consumida, numa soma de 200.000 reais. Mais uma vez, a erva foi também requisitada, num total de 200.000 arrobas, usadas para a manutenção de 14 tropas, num ano, e nos outros anos para 9 tropas. Outro imposto exorbitante era o da carne diária, que deveria servir a guarnição da praça, devendo os locais uma libra de carne de vaca para cada soldado português e carneiros para os oficiais, num total de 137.000 reais de prejuízo.

A situação agravou-se com os abusos do governador português de Sanabria, cuja exação violenta teria retirado 18.000 reais para o seu alojamento “*de poder absoluto*”, chegando a cobrar, durante quatro meses, 600 dobrões, apesar de o próprio general da província exigir o fim dos abusos, uma vez que os governadores das praças deveriam exigir apenas 6.000 reais pelo alojamento, o que estabelecia uma dívida de 105.000 reais.

Outro problema foi o da demolição de 121 casas dos vizinhos de Puebla, no interior do recinto amuralhado, com o pretexto de que tal era necessário para a defesa e segurança da praça. Para além da ruína de muitas casas, somava-se a destruição de uma ponte por parte dos portugueses, junto a um santuário dedicado a Nossa Senhora, com temor de que surgissem reforços provenientes da Galiza ou de outra região.

Em suma, D. Francisco de Herrera descreveria na sua “relação” a ocupação portuguesa como plena de “*trabajos, muretes, saqueos, y violências, que há padecido en mas de cinco años, que han estado en el duro yugo, y servidumbre de los Portugueses*”. A ocupação portuguesa saldou-se por violentas exações, sobretudo de cereais, sendo frequentes as prisões e os maus tratos aos locais. A contribuição de carne para a guarnição foi extremamente pesada, bem como a imposição sobre a passagem de pessoas e comerciantes pelos lugares que obedeciam a Portugal. Do mesmo modo, exigiam ervas, luzes, lenha, camas e galinhas para a assistência dos soldados doentes.

A pobreza provocada pelos portugueses levava o autor do texto a pedir ao rei a isenção de tributos, para que a população pudesse recuperar e, de facto, não poderá ser menorizado o impacto da guerra nestas zonas fronteiriças no estudo sobre o atraso económico da região ao longo do século XVIII. A região de Benavente sofreu repercussões importantes, tais como a diminuição da população, sobretudo após a queda de Puebla de

Sanabria em mãos portuguesas, mudando-se os seus habitantes para lugares mais distantes da raia, bem como pelas exações violentas exigidas pela presença das suas próprias tropas. O próprio comércio da região foi severamente atingido<sup>1138</sup>, causando todos estes problemas uma significativa contração demográfica nesta zona da raia castelhana.

De forma clara, a importância estratégica da região de Sanabria, Alcañices e Fermoselle, “*convertió la zona occidental de la provincia de Zamora en un escenario de operaciones militares continuas*” sendo significativo que a devolução dos territórios ocupados fosse um dos pontos do tratado de Utrecht, uma vez que os portugueses ocuparam, entre 1710 e 1715, 68 das 122 povoações do território de Benavente<sup>1139</sup>. Por isso, e apesar de a situação militar acalmar, a partir de 1712, com a estabilização das posições portuguesas, as tropas de Filipe V continuariam estacionadas em Benavente até à assinatura final do tratado de paz, comandadas por D. Tomás Caracciolo, tenente de cavalaria de Colona<sup>1140</sup> enquanto perdurou a ocupação dos ditos 68 lugares por parte das tropas portuguesas.

#### 4.8. As consequências dos acordos de paz (1713-15)

A paz seria firmada em abril de 1713, em Utrecht, através de um conjunto de tratados entre os diferentes contendores, França, Reino Unido, Prússia, Portugal, Sabóia, Províncias Unidas e Espanha, que darão origem a uma reorganização da Europa e do mundo atlântico. Entre janeiro de 1713 e fevereiro de 1715 seriam assinados 23 tratados e convenções<sup>1141</sup>, mas os acordos não foram simultâneos e a normalização das relações entre as nações europeias demorou, pelos menos, até 1725. Este tratado consagrava definitivamente a hegemonia inglesa a nível mundial, em detrimento da França de Luís XIV, enquanto a Espanha perdia os territórios que possuía na Itália e nos Países Baixos, passando para segundo plano no quadro internacional.

---

<sup>1138</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, pp. 130-131.

<sup>1139</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p. 120.

<sup>1140</sup> MANZANO LEDESMA, 2005, p. 129.

<sup>1141</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, p. 336.



No que diria respeito ao teatro ibérico, o primeiro tratado de suspensão de armas entre Portugal, França e Espanha data de 7 de novembro de 1712, e deveria durar por um período de quatro meses, até março de 1713<sup>1142</sup>. A 11 de abril de 1713 firmava-se o tratado de paz entre Portugal e França, mas o tratado definitivo de paz entre D. João V e Filipe V só seria assinado em 6 de fevereiro de 1715. Um despacho do Marquês de Grimaldo para o Duque de Ossuna, datado de 13 de maio de 1713, era claro no que dizia respeito ao desejo de Filipe V em não permitir aos portugueses concessões territoriais na Península Ibérica, sublinhando que *“las cosas deben ser restabelecidas de una y outra parte sobre el pie en que se hallaban antes del principio de la Guerra y por consequência restituídas de buena fee todas las Plazas, castillos y pais tomado, y ocupado de una parte y outra durante el curso de la Guerra”*, o que colocava em causa as conquistas portuguesas de Puebla de Sanabria, Alcañices e outras ao longo da raia seca. Neste ponto das negociações, o Conde de Tarouca seria confrontado com o apoio dado pelos Ingleses a Filipe V, em troca da satisfação das suas próprias reivindicações, para a não concessão da *“mínima Barreira (...) a mínima porção a Portugal no continente de Espanha”*<sup>1143</sup>.

Nas primeiras negociações entre Espanha e Portugal, iniciadas a 10 de julho de 1713, estavam em discussão as praças da fronteira ibérica, a colónia de Sacramento, a dívida do assento dos negros, os barcos apresados em Buenos Aires e no Algarve e a restituição dos bens que os súbditos de Filipe V tinham em Portugal. No caso da fronteira, os Portugueses exigiam a demolição de Badajoz, bem como a concessão de Albuquerque e de Puebla de Sanabria, ainda em mãos portuguesas, e nas quais os Portugueses tinham realizado importantes obras de defesa<sup>1144</sup>, mas as questões territoriais não eram negociáveis para os representantes de Filipe V. Um dos principais objetivos portugueses era, sem dúvida, a da criação de uma “barreira” na raia, com a anexação de vários territórios que deveriam servir como zonas “tampão” contra eventuais invasões. Contudo, os representantes portugueses não obtiveram apoios juntos dos seus aliados sobre este assunto<sup>1145</sup>.

---

<sup>1142</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, pp. 119-120.

<sup>1143</sup> MARTÍN MARCOS, 2012, pp. 164-165.

<sup>1144</sup> MARTÍN MARCOS, 2012, p. 165.

<sup>1145</sup> MARTÍN MARCOS, 2012, p. 161.

A 6 de fevereiro de 1715, em Utrecht, Espanha e Portugal acordaram finalmente a entrega da colônia de Sacramento e o pagamento de 600.000 escudos como compensação, sob supervisão da Inglaterra que, mais uma vez, via reforçado o seu predomínio mercantil, sobretudo em Portugal<sup>1146</sup>. Neste acordo, Portugal conseguiu, desta forma, ampliar os seus territórios a sul do Brasil, mas também no norte da colônia americana, com parte da Guiana francesa<sup>1147</sup>.

Para a fronteira peninsular, no seu artigo V, o tratado referia explicitamente que “*as Praças, Castelos, Cidades, Lugares, Territórios, e Campos pertencentes ás duas Coroas, assim em Europa, como em qualquer outra parte do mundo serão restituídos inteiramente sem reserva, de sorte que as Rayas, e limites das duas Monarquias fiquem no mesmo estado que antes da presente Guerra*”. No mesmo texto as partes identificam a necessidade de devolver a Portugal o castelo de Noudar e o seu distrito, a Ínsua do Verdoejo e, claro, a colônia do Sacramento. Por seu lado, os portugueses deveriam devolver a Espanha as praças de Albuquerque e de Puebla de Sanabria, com os seus distritos, “*no estado em que se achão presentemente, sem que Sua Magestade Portuguesa possa pedir à Coroa de Hespanha cousa alguma pelas novas fortificações que se lhe accrescentarão*”<sup>1148</sup>. Este último ponto servia certamente para evitar a demolição das estruturas defensivas existentes e que foram sendo construídas ou reparadas pelas forças ocupantes.

No ponto VIII, referente à entrega das praças, ficava estabelecido que as ordens se trocariam através de comissários que estariam presentes na raia para que, em quatro meses, se devolvessem as mesmas aos respetivos países. No ponto seguinte, as praças de Albuquerque e de Puebla destacavam-se, firmando o texto que “*se entregarão no mesmo estado em que se achão, e com tantas munições de guerra, e o mesmo número, e calibre de peças de artilharia, que ellas têm quando forão tomadas, conforme os inventários que se fizeram; levando-se para Portugal as outras peças de artilharia, e mais munições de guerra, e boca, que alli se acharem*”<sup>1149</sup>.

---

<sup>1146</sup> PIDAL, 1996, tomo XXIX, pp. 414-415.

<sup>1147</sup> ALBAREDA SALVADÓ, 2012, p. 344.

<sup>1148</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, p. 240.

<sup>1149</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, pp. 252-253.

Apesar de não existirem ganhos territoriais na Península, consideramos significativo o facto de que a Guerra de Sucessão de Espanha bipolarizou definitivamente a Península Ibérica entre Portugal e Espanha, com a cristalização da Monarquia “castelhana”, a perda dos territórios extra-peninsulares europeus e a absorção política e administrativa da Catalunha, bem como a integração dos dois reinos nas áreas de influência da Grã-Bretanha e da França. Portugal passava então a peça-chave no dispositivo estratégico britânico<sup>1150</sup>, enquanto que o conceito de “Espanha” deixava de se identificar com a Península, afastando-se do seu carácter geográfico e passando a ter carácter nacional, consagrando deste modo a separação de Portugal como estado independente.

Curioso que D. Luís da Cunha (1662-1749), nas suas “*Instruções Políticas*”, diria com toda a firmeza que o fracasso nas negociações com Espanha, onde Portugal pensava ter uma posição de força maior, exigindo Vigo, Ciudad Rodrigo e Badajoz, como meios para fornecerem uma barreira militar mais eficaz, proposta não aceite inclusivamente pela Grã-Bretanha, daria origem a que Portugal “*nunca mais conseguiria assegurar o seu grande objetivo militar – ter uma linha de defesa, com um conjunto de cidades fortificadas ao longo da fronteira, que o protegesse das agressões de Espanha*”<sup>1151</sup>. Este desânimo seria, porventura, plasmado na cartografia da época, quando se reutilizaram muitas produções do início do século XVIII, tal como fez Nicolas de Fer, em 1742, onde as fronteiras entre Espanha e Portugal continuavam a mostrar a continuidade de uma situação de décadas<sup>1152</sup>.

As consequências da guerra em Miranda do Douro seriam visíveis nas súplicas dos vereadores e procurador do concelho ao vedor geral, logo em agosto de 1713. No documento enviado ao vedor diziam que “*por por alem carteis para sinco tropas de cavallos que se aviam de aquartelar em a dita cidade por assim ordenar o general da mesma provincia reconhecendo os suplicantes a impossibilidade daqueles quarteis em rezão que na ditta cidade os nom possa por vossa majestade e algumas cazas que avia particulares as deixou o inimigo arruinadas em forma que hoje se achão quando muito sento e sinco moradores na dita cidade e destes mais de sincoenta são cabaneiros*

---

<sup>1150</sup> PIDAL, 1996, tomo XXIX, pp. 429-430.

<sup>1151</sup> CUNHA, 2001, p. 60.

<sup>1152</sup> Ver anexo 1, Imagem 8.

*pobríssimos e mais de corenta eclesiásticos alem de muitos capitains e oficiais artilheiros e soldados que se acham cazados na dita cidade com que não ficavam cazas em que se pudessem acomodar a sinco tropas pois as que restam estavam ocupadas com regimento de infantaria que continuamente assiste de guarnição na dita*". Este relato mostra, de maneira contundente, uma imagem rara da cidade de Miranda, com apenas 105 moradores, número certamente provocado pela fuga dos habitantes para paragens mais seguras, onde a maior parte seriam cabaneiros muito pobres, eclesiásticos e os militares casados na cidade.

Tendo em conta que as autoridades municipais diziam que não havia casas suficientes para receberem as cinco tropas de cavalaria, apenas se enviou uma tropa de cavalaria. Uma vez que não existiam ainda quartéis na cidade, a Câmara mandou construir uma cavalaria numa casa particular para a tropa de cavalaria, nomeando também um quartel-mestre para controlar as entradas e saídas da gente da guarnição, pagando-lhe duas moedas por ano. No total, esta consignação e a da cavalaria, obrigavam a um custo de 50.000 réis, entrando a Câmara com duas partes e a terça parte correndo por parte da Coroa.

No entanto, publicada a paz com Espanha, D. João V também aliviou os Povos de alguns dos tributos, declarando, a 17 de setembro, que no ano seguinte não seriam lançados o usual e a décima, ficando apenas o quatro e meio por cento e as sisas dobradas. Uma carta régia recebida na Câmara de Miranda, e datada de 13 de janeiro de 1714, dizia o seguinte: *"como vos sabeis as urgentes cauzas que ha para continuarem este anno as decimas sizas dobradas e uzuais, que se impuseram para as excessivas e inexcusáveis despezas da guerra espero que considerando ser necessário o referido para defença e conservação do Reyno continuáveis este anno com a mesma boa vontade com que athe qui o tendes feito sem embargo de se não sellebrarem cortes, pelos impedimentos e embaraços que ainda existem"*<sup>1153</sup>.

#### 4.9. A reorganização da administração e dos efetivos militares

---

<sup>1153</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 4 (1711-1727), fl. 32.

Após o fim da Guerra de Sucessão de Espanha, o País voltou à letargia militar que caracterizava os exércitos europeus em tempos de paz, apesar das alterações ditadas pelas “Novas Ordenanças” de 1707. Dá-nos conta disso, por exemplo, a extinção do regimento de pé de castelo de Trás-os-Montes e outros corpos militares, por ordem de 15 de junho de 1715<sup>1154</sup>. Tendo em conta as alterações promovidas ao nível da organização do exército, e seguindo o modelo francês, a principal mudança foi a introdução do regimento, comandado por um coronel e composto por doze companhias, em substituição do terço, acrescentando-se, em 1735, o batalhão, composto por 10 companhias de 60 homens cada. Mas esta modernização não obstou que, logo após a conclusão dos tratados de paz, em 1715, se procedesse ao licenciamento de grande parte do exército, reduzindo-se tanto os regimentos de infantaria como os de cavalaria<sup>1155</sup>. O decreto de 25 de janeiro de 1716 daria conta da redução dos efetivos militares, uma vez que se ordenava então que os provedores não fossem obrigados a dar oficiais de guerra, nomeando o mesmo documento os reparos das obras dos quartéis como essenciais, e que se fizessem pelas consignações aplicadas às fortificações<sup>1156</sup>. Os próprios oficiais começavam a ser dispensados com mais frequência das suas obrigações, tal como aconteceu com António Botelho Mourão, tenente-coronel de Dragões da província, que seria dispensado a 1 de fevereiro de 1718 para ir receber o hábito da Ordem de Cristo, com o qual tinha sido agraciado<sup>1157</sup>. O próprio mestre de campo, Pedro Carle, estava de licença, prorrogada em novembro de 1720<sup>1158</sup>, e novamente em agosto de 1721<sup>1159</sup>. Em 19 de maio de 1727, seria a vez do Conde de Alvor, mestre de campo general e governador das armas de Trás-os-Montes, receber licença para se deslocar à Corte<sup>1160</sup>, enquanto o Marquês de Távora, coronel, receberia licença para ir a Trás-os-Montes, a 28 de novembro de 1738, mas para tratar de negócios da sua casa<sup>1161</sup>, tendo em conta que servia no sul do reino.

---

<sup>1154</sup> SYNOPSE (1708-1755), mç. 74, nº 12.

<sup>1155</sup> BEBIANO, 2001, pp. 144-145.

<sup>1156</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Index do Registo, fl. 29.

<sup>1157</sup> SYNOPSE (1708-1755), mç. 77, nº 10.

<sup>1158</sup> SYNOPSE (1708-1755), mç. 79, nº 19.

<sup>1159</sup> SYNOPSE (1708-1755), mç. 80, nº 27.

<sup>1160</sup> SYNOPSE (1708-1755), mç. 86, nº 14.

<sup>1161</sup> SYNOPSE (1708-1755), mç. 97, nº 98.

A redução das despesas com o exército derivava, como é evidente, da redução destes efetivos militares, determinando-se que dos 34 regimentos de infantaria, de lotação de 600 praças cada um, se deveriam formar apenas 20 regimentos com 500 homens cada, repartidos em 10 companhias de 50 praças, incluindo os seus oficiais. Os únicos regimentos que não sofriam alterações eram o da Armada Real, o da Junta do Comércio, e o da cidade do Porto, cada um com 1.000 homens, mas que não eram pagos pelas repartições das Fronteiras. Deste modo, a infantaria assumia o total de 12.600 homens no Reino<sup>1162</sup>. Na cavalaria, os 20 regimentos com 80 cavalos cada, seriam reduzidos a apenas 10 regimentos com 300 cavalos cada um, repartidos em 10 companhias de 30 cavalos, incluindo os oficiais, aos quais se acrescentavam 2 soldados desmontados “*para suprirem as faltas dos doentes*”.

No entanto, em 1719, D. Luís da Cunha (1662-1749) queixava-se que os novos soldados desertavam por falta de pagamento e as muralhas das praças arruinavam-se por falta de consignações para o seu reparo. Aquando dos acontecimentos de 1735, voltaria a avisar o rei para a falta de preparação das tropas nacionais, bem como para a confiança excessiva depositada nas alianças externas, sugerindo então o método já usado pelo rei da Sardenha, que por sua vez, imitou o modelo sueco, ou seja, o do recrutamento de milícias em todas as províncias, obrigadas a dar um certo número de homens para o exército, mediante a proporção dos seus habitantes, prestando recruta obrigatória e periódica, e exercitando-se todos os domingos. Diria mesmo, alguns anos antes, e em tom de desabafo, a Roque Monteiro de Paim, por volta de 1705, “*o maldito costume português de dizermos sempre mal de nós mesmos, sem reparar com quem falamos, nos faz parecer menos activos e menos uteis do que somos*”<sup>1163</sup>. Por isso, e para colmatar a necessidade de defender as fronteiras, defendia que o rei poderia manter 20.000 infantas e 5.000 cavalos, pondo o resto da tropa arregimentada em milícias, como tinham feito o rei da Sardenha e os próprios franceses, entrando estas de guarda e exercendo funções militares, apontando também a necessidade de os oficiais portugueses participarem nas guerras alheias, de forma a aprenderem a fazer a guerra de forma conveniente<sup>1164</sup>.

---

<sup>1162</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, pp. 271-272.

<sup>1163</sup> CUNHA, 2001, p. 157.

<sup>1164</sup> CUNHA, 2001, pp. 268-270.

Durante este período, as estruturas defensivas da raia mirandesa ainda receberam, em certa medida, alguns benefícios em termos de obras. Em 1719, por exemplo, um estudo das praças, castelos e redutos “*onde el rey de Portugal tem artilharia e guarnição*”, citava as que, na região de Trás-os-Montes, faziam frente à ameaça espanhola, sempre presente nesta época, apesar do período de paz em vigor. O texto assinalava as fortificações transmontanas, referindo que “*junto d’ estas praças há atalayas*”, numa clara alusão aos sistemas de apoio defensivos complementares existentes. É relevante sublinhar que a maior parte das fortificações transmontanas foram consideradas como “praça”, ou seja, como “*lugar fortificado de muros, baluartes, etc*”<sup>1165</sup>. A segunda designação mais utilizada era a de “forte”, que apontava “*obra feita de trincheiras, destinada para ocupar qualquer posto, segurar o passo de hum rio, cercar monte, que se quer conservar, e fortificar as linhas, e quarteis de algum sitio*”, ou uma “*praça que he cercada de fossos, reparos, e baluartes, e se pode defender com pouca gente*”<sup>1166</sup>, o que se relaciona com algumas das estruturas estudadas. Torna-se igualmente interessante perceber que a fortificação de Vimioso seria a única apelidada de “castelo”, o que pode comportar algumas dúvidas sobre a cronologia relacionada com a construção das obras exteriores modernas, ou, pelo menos, com o tipo de defesas existentes nesta época. Este estudo abrangia toda a fronteira, referindo que, no caso de Trás-os-Montes, estavam em funcionamento a praça de Chaves, com o seu castelo, a fortificação da Madalena, que não passava de um revelim, o forte de São Francisco e o forte de São Neutel, fazendo-lhe frente, do outro lado da fronteira o castelo de Monterrei. Faziam ainda parte da linha da fronteira a praça de Montalegre, a praça de Monforte do Rio Livre, e o forte de Vilarelhos. Registava-se também a praça de Bragança, que fazia frente a Puebla de Sanabria, o forte de Santo António, e o castelo de Vimioso, que enfrentava Alcañices “*que demolimos, e se reedificou mal agora*”. Seguia-se na lista a praça de Outeiro, a praça de Miranda, que fazia frente a Carbajales, e, finalmente, a praça de Freixo de Espada à Cinta que fazia frente a Saucelle. Mencionava-se ainda que todas estas praças possuíam artilharia e guarnição, e junto delas existiam atalaias<sup>1167</sup>.

---

<sup>1165</sup> BLUTEAU, tomo 2, 1789, p. 226.

<sup>1166</sup> BLUTEAU, tomo 1, 1789, p. 630.

<sup>1167</sup> PT/AHM/DIV/3/01/01/10 (1719).

Um dos mais importantes engenheiros militares a trabalharem na província de Trás-os-Montes, nesta época, foi Luís Xavier Bernardo, que serviu, durante cerca de três anos, nesta região. Para além de tirar as plantas das fortalezas transmontanas, serviu com mérito como ajudante engenheiro durante a Guerra de Sucessão de Espanha, precisamente em Trás-os-Montes, durante 2 anos, 8 meses e 32 dias, assistindo com eficiência na fortificação de Puebla de Sanabria e na de Miranda do Douro, bem como na brecha de Monte Alegrete. Pelos seus serviços, seria, em 1716, nomeado como capitão engenheiro e encaminhado para a capitania de Paraíba<sup>1168</sup>. A partir de 1719, finda já a Guerra de Sucessão de Espanha, seria o novo engenheiro-mor, em substituição de Serrão Pimentel, e publicaria a obra que marcou a sua época, o “*Engenheiro Portuguez*”, em 1728-29. Enquanto a obra de Pimentel se inspirara mais no método holandês de fortificar, Fortes apoiava-se já no método francês, de que faz parte a obra de Vauban.

A nível administrativo, a intervenção do Conselho de Guerra parece ter diminuído a partir de 1702, uma vez que as consultas passaram a resumir-se, geralmente, à gestão corrente dos postos, passando a orientação militar global por outras instâncias<sup>1169</sup>. Na mesma data, o Conselho era composto por quinze conselheiros, remetidos essencialmente às causas dos militares em segunda instância, bem como a passar as patentes dos postos militares<sup>1170</sup>, derivando esta diminuição de influência sobretudo da crescente concentração de competências no governo do próprio rei e de um único Secretário de Estado<sup>1171</sup>.

Em 1734, a Junta dos Três Estados, composta por sete deputados “*da primeira qualidade do reyno*”, ainda tinha como funções prover as praças e os exércitos, e tratar das fortificações, a quem obedeciam os vedores gerais dos exércitos, os contadores gerais, os almoxarifes das armas e munições, das fortificações, das praças e dos exércitos<sup>1172</sup>. Efetivamente, durante o reinado joanino, a Junta manteve-se como órgão permanente, com as mesmas atribuições decorrentes da sua criação, no reinado de D. João IV, e essencialmente ligada à cobrança de impostos para o abastecimento e pagamento das tropas: “*A ela pertencia o provimento dos exércitos, praças, fortificações, embaixadas, e*

---

<sup>1168</sup> VITERBO, 1899, p. 101.

<sup>1169</sup> COSTA, 2010, p. 36.

<sup>1170</sup> FREIRE, 1755, pp. 102-103.

<sup>1171</sup> COSTA, 2010, p. 37.

<sup>1172</sup> FREIRE, 1755, pp. 99-100.



*ainda a cobrança dos subsídios aplicados à defesa do reino, bens confiscados, novos direitos e contribuições. Por ela eram providos os vedores gerais do Exército, contadores gerais e oficiais de todas as vedorias, almoxarifes das armas, munições e mantimentos, fortificações, os oficiais da fazenda tocante à guerra, os superintendentes das coudelarias, escrivães e meirinhos*<sup>1173</sup>. Para o provimento destas despesas, a Junta tinha ainda em mãos os tributos criados durante a Guerra de Aclamação e a Guerra de Sucessão, tais como o dobro das sisas, o real de água, as terças dos bens dos concelhos ou o quinto dos açúcares<sup>1174</sup>.

Um pouco mais tarde, em 1736, o alvará de 28 de julho iria ainda criar a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, limitando o Conselho de Guerra às funções administrativas e de tribunal militar<sup>1175</sup>. Esta Secretaria passaria a tratar dos tratados de guerra e paz, do expediente e consultas do Conselho de Guerra e da Junta dos Três Estados, em tempo de paz, do despacho das mercês de militares, da administração das vedorias, das fortificações<sup>1176</sup>, e de todos os outros assuntos decorrentes da guerra, resultando de uma tentativa para resolver a constante sobrecarga burocrática do sistema. No entanto, a sua função era meramente consultiva, uma vez que era o Rei que fornecia a informação relativa à política externa e, de seguida, executava as resoluções tomadas. A esta Secretaria competiam ainda as negociações com as cortes estrangeiras, a expedição de instruções, avisos e ordens, a administração da contadoria geral da guerra, vedorias, hospitais, fortificações, assentos e armazéns das munições de guerra, entre outras<sup>1177</sup>.

De qualquer maneira, o Conde de Alvor, governador das armas da província transmontana, ainda ordenava, por carta de 29 de julho de 1722, que se completassem as lotações dos terços auxiliares de Trás-os-Montes, dizendo ao Mestre de Campo Manuel de Morais Faria, da comarca de Torre de Moncorvo, que fosse aos lugares do seu distrito alistar os soldados que faltavam, podendo mesmo ir buscar soldados dos terços que tinham sido extintos, uma vez que lhe faltavam duas companhias. Este terço auxiliar de Moncorvo abrangia, nesta altura, a maior parte da fronteira com Espanha, tendo como seus distritos o

---

<sup>1173</sup> SILVA, 2009, p. 184.

<sup>1174</sup> COSTA, 2010, p. 56.

<sup>1175</sup> RIBEIRO, 2004, p. 37.

<sup>1176</sup> SILVA, 2009, p. 196.

<sup>1177</sup> KOROBTCHENKO, 2011, p. 33.

território de Alfândega da Fé, Castro Vicente, Vila Flor, Freixiel, Abreiro, Anciães, Mogadouro, Freixo, Mós, Torre de Moncorvo, Penas Róias, Bemposta, Miranda do Douro, Vimioso, Algosó e Vilarinho do Castanheiro<sup>1178</sup>.

Mesmo assim, na província de Trás-os-Montes, os três regimentos de cavalaria seriam reduzidos para dois, formados por 16 tropas escolhidas nos três anteriores, às quais se juntavam 4 tropas provenientes do Entre Douro e Minho<sup>1179</sup>. Dá-nos conta desta situação o decreto datado de 29 de março de 1735, sobre os diretores que seriam encarregados de reduzir e conservar em boa ordem as tropas, sendo nomeados para o efeito um diretor geral da infantaria e outro para a cavalaria. Um outro documento, como o alvará de 9 de maio de 1742, extinguiria os ajudantes de campo, mandando conservar apenas dois aos governadores das armas, mas também extinguia os tenentes e trombetas de cavalos das ordenanças da Corte, e o Gentil-Homem da Artilharia das Fronteiras.

Num documento datado de 25 de julho de 1735, o governador da praça de Miranda, Diogo de Moraes Pimentel Rego, escrevia ao Cabido que na praça faltava a guarnição necessária para a sua defesa. O mesmo elogiava ainda a instituição eclesiástica pelo seu empenho em defender Miranda, “*querendo tomar armas para as ter prontas na ocasião que possa aver oportuna para a defesa desta praça*”, temendo-se sempre um novo conflito com a vizinha Espanha. Para o efeito, o governador indicaria ao Cabido que este deveria fazer uma relação das armas que consideravam necessárias para serem conduzidas aos locais indicados<sup>1180</sup>.

Mesmo assim, a região transmontana possuía ainda alguns atributos militares, nomeadamente a coudelaria da comarca de Miranda. Em janeiro de 1743 e janeiro de 1745, por exemplo, foram passados certificados para Manuel Gonçalves e Manuel Carvalho Dias, ferradores assistentes da cidade de Miranda e lugar de Sendim, acerca do tratamento dado aos cavalos de António Raposo, e coudelaria de Miranda. Manuel Gonçalves Dias era também “alveitar”<sup>1181</sup>, ou seja, tratava das doenças dos animais, e certificava, a 24 de

---

<sup>1178</sup> A.M.M.D., Livros de registo de leis, ordens, provisões, Livro 4 (1711-1727), fl. 137.

<sup>1179</sup> CONCEIÇÃO, 1820, tomo VI, p. 273.

<sup>1180</sup> ALVES, Tomo IV, 2000c, pp. 564-565.

<sup>1181</sup> O “alveitar” era um indivíduo que tratava de doenças de animais. De acordo com o “Diccionário” de Rafael Bluteau, a alveitaria era a arte de curar cavalos. Cfr. *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, Tomo Primeiro, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 68.

janeiro de 1745, que tinha examinado o cavalo de António Raposo, do lugar de Malhadas, e seus companheiros, por ordem do Superintendente da Cavalaria, para “o examinar na sanidade”, concluindo que o animal estava capaz e bem tratado. Dizia o documento que “Manoel Gonçalves Dias ferrador e alveitar assistente nesta cidade de Miranda. Certifico em como a minha perzença veio o cavallo de Antonio Rapozo do lugar de Malhadas, e seus companheiros por ordem do Senhor Superintendente da Cavalaria pera o examinar na sanidade capaz de fazer esta cuberta e tudo vi e examinei e achei capaz assim na sanidade como no tratamento o que jura pelo juramento que tenho”<sup>1182</sup>.

Por isso, sucederam-se as habituais nomeações de oficiais para a região, tal como a documentação demonstra, nomeadamente no âmbito da auditoria geral da gente de guerra da província. Entre 1742 e 1743, por exemplo, seria necessário nomear um ajudante de infantaria para mestre de campo de um terço de auxiliares<sup>1183</sup>, com o vencimento que lograva como ajudante, bem como um sargento-mor para o mesmo terço, já em 1746<sup>1184</sup>.

No entanto, o Cardeal da Cunha lamentava o estado deplorável das tropas e a ausência de oficiais dignos desse nome, referido numa carta de agosto de 1736: “sendo certa a ruina das tropas por falta de officiaes, que Causa poderá haver pera que estes estejam em suspenço eu não a alcanço porque a não vi praticada na guerra passada querer que se arruínem não pode ser porque antão melhor era não as sustentar querer que se aperfeiçoem não pode ser porque se lhes havia de dar officiaes que as disciplinassem”<sup>1185</sup>.

Em meados do século XVIII surgiram também propostas para construção de quartéis para alojamento das tropas estacionadas em Miranda. Na ata de vereação de 27 de julho de 1748, as autoridades camarárias referem que tinham já feitas bastantes diligências ao rei para chamar a atenção para o problema do alojamento dos soldados, que ainda se continuava a fazer nas casas dos moradores, “sendo os mais deles privilegiados”, com grandes inconvenientes e vexações para os moradores. A Câmara propunha, por isso, a construção de quartéis na cidade, “em sitio mais conveniente”, nomeadamente no Corro do Touro. Se fosse neste local, a Câmara retiraria a casa do matadouro e custearia as obras

---

<sup>1182</sup> PT/AHM/DIV/1/05/1/39.

<sup>1183</sup> SYNOPSE (1708-1755), mç. 101, nº 8; mç. 103, nº 7.

<sup>1184</sup> SYNOPSE (1708-1755), mç. 105, nº 11.

<sup>1185</sup> B.N.P., Código 8551, cit. por BRAGA, 1992, p. 248.

com o dinheiro da venda de mais de 1.000 alqueires de pão existentes num depósito comum chamado Monte da Piedade, celeiro administrado pela Câmara e onde estavam depositados 5.000 alqueires. O município também se oferecia para cortar a madeira necessária para a obra, garantindo que os lavradores e os restantes moradores iriam certamente ajudar<sup>1186</sup>.

A proposta parece ter agradado, pelo que, na ata de 6 de setembro desse mesmo ano, se daria conta da vinda do capitão engenheiro Manuel de Almeida Sampaio, por ordem do governador das armas, para analisar o local mais adequado para a construção dos quartéis. O engenheiro foi também da opinião que o Corro do Touro era o local mais adequado, ficando intramuros, e nele podendo ser edificados dois lanços de quartéis encostados à muralha, da seguinte forma: *“hum para a parte do sul e hua para a parte do Poente e que a escada do dito muro que sobe para a plataforma se lamçara fora para melhor comodo dos mesmos coarteis para tal muro não serve (...) della e que defença dos telhados dos tais coarteis se poderá por no muro digo sobre a muralha hua simples parede de palmo atha palmo e meyo (..) para defença dos telhados e os caybros ou paos para necessitarem de se meter no muro se poderá meter abrindo-se para isso buracos nelle”*<sup>1187</sup>. Ou seja, os quartéis deveriam, de acordo com esta proposta, ficar encostados à muralha da cidade, sendo necessário, para isso, demolir a escada de acesso à plataforma existente para o serviço da artilharia, e aumentar a altura do pano de muralha até um palmo e meio, para maior proteção dos telhados dos quartéis.

No dia 16 de setembro de 1748, uma carta do governador das armas da província diria que, relativamente à construção dos quartéis, estes eram imprescindíveis na cidade, uma vez que as vexações sobre os moradores eram muitas, e estes esforçavam-se muito para obedecer às ordens régias. Tendo em conta esta urgência, o governador das armas pedia que as autoridades da cidade estivessem de acordo relativamente ao local de construção, devendo escolher *“segundo o menos ou mais seguro para que na duração do edificio perpetuem poderem por os seus acertos”*, pedindo para se fazerem dois quartéis. No mesmo sentido, o mesmo governador das armas daria autorização, em outubro de 1748, para se poder mudar a escada da muralha, para desimpedir o espaço onde se iriam construir

---

<sup>1186</sup> A.M.M.D., Livro de registo dos acórdãos e vereações da Câmara, nº 4 (1745-1753), fl. 68v.

<sup>1187</sup> A.M.M.D., Livro de registo dos acórdãos e vereações da Câmara, nº 4 (1745-1753), fl. 73-73v.

os quartéis<sup>1188</sup>. Na ata de vereação da câmara de Miranda do Douro, datada de 21 de fevereiro de 1763, voltariam a ser mencionadas as obras dos quartéis da cidade, para as quais contribuiria Bernardo Rodrigues, com 6 almudes de vinho e 1.000 réis, para os custos das mesmas<sup>1189</sup>.

Mais de trinta anos após o final da Guerra de Sucessão de Espanha, as atas de vereação da Câmara Municipal de Miranda denunciavam ainda o problema da falta de oficiais na região, mas também nos dariam conta das forças militares presentes na região e das suas condições diárias, em vésperas dos acontecimentos de 1762. A ata de 11 de maio de 1748, por exemplo, refere que o governador da praça de Miranda, o capitão António Bernardo Urbano, dera a notícia de que no seu distrito três companhias de ordenanças estavam sem os respetivos capitães, nomeadamente a companhia de ordenanças de Ifanes, a de Vilar Seco e a de Vila Chã, enviando os nomes dos candidatos aos referidos postos para se proceder à sua eleição em sessão camarária<sup>1190</sup>. Outros oficiais seriam ainda nomeados para a região, como no caso do cargo de governador do castelo de Outeiro, com a patente de capitão, para o qual seria escolhido um tenente de cavalaria entretido, a 15 de abril de 1757<sup>1191</sup>. No mesmo ano, a 17 de junho, a cavalaria do Reino seria entregue ao mestre de campo general, Marquês de Távora<sup>1192</sup>.

As atas da vereação de Miranda do Douro, entre 1745 e 1753, oferecem-nos ainda um vislumbre do tipo de contribuições enviadas pelas diferentes localidades para a manutenção da força militar colocada em Miranda do Douro. Neste caso trata-se da lenha que deveria ser enviada para o castelo de Miranda, em carros de bois, pelos juízes locais. A contribuição era anual e não variou nos anos apresentados, exceto em 1752<sup>1193</sup>. Uma década depois, em 1762, mais precisamente a 6 de março, uma sessão da câmara de Miranda do Douro dá-nos conta de uma ordem do tenente-coronel de infantaria, Bento José de Figueiredo Sacramento, governador da praça, para se fazer derrama da lenha pelos lugares do termo. A lenha deveria totalizar 500 feixes de lenha mais fina e 200 carros de

---

<sup>1188</sup> A.M.M.D., Livro de registo de leis, ordens e provisões, Caixa 1, Livro 7, fl. 43v-44 e fl. 48-48v.

<sup>1189</sup> A.M.M.D., Actas (1759-65), Livro 6, ata de vereação de 21.02.1763, fl. 106-108.

<sup>1190</sup> A.M.M.D., Livro de registo dos acórdãos e vereações da Câmara, nº 4 (1745-1753), fl. 62v-63.

<sup>1191</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 218, mç. 116, nº 71.

<sup>1192</sup> A.N.T.T., Decretos, Cx. 218, mç. 116, nº 100.

<sup>1193</sup> A.M.M.D., Livro de registo dos acórdãos e vereações da Câmara, nº 4 (1745-1753), fl. 159.

lenha grossa, “*capas para o serviço*”<sup>1194</sup>. No entanto, nem sempre seria possível arrecadar este material, tal como nos revela a ata da Câmara de Miranda de 7 de julho de 1755, onde se refere explicitamente que faltava a lenha, pelo que se deveria evitar as condenações a quem não a entregava, porque “*era o povo necessitado que laborava em grande pobreza*”<sup>1195</sup>.

Esta pobreza levava também a que a fronteira continuasse a funcionar como passagem de contrabando<sup>1196</sup>. A dimensão do problema levaria mesmo as autoridades espanholas a enviarem funcionários para mapearem todos os pontos possíveis de passagem deste tráfico, o que nos conduz a uma visão espantosa das possibilidades e da imaginação que os traficantes utilizavam para transpor obstáculos naturais, tal como nos é possível vislumbrar através do mapa da fronteira entre Portugal e Espanha, elaborado em 1755, e que nos mostra todos os caminhos reais e veredas usadas<sup>1197</sup>.

## Capítulo 5 - Guerra dos Sete Anos (1756-1763)

### 5.1. A reação portuguesa ao Pacto de Família

A Guerra dos Sete Anos foi o primeiro conflito considerado verdadeiramente mundial. Contudo, os pressupostos desta mesma guerra tinham sido alterados. Por exemplo, a guerra ofensiva já não era o fulcro das atenções do Estado, mas sim a sua capacidade de resistir a uma qualquer ameaça<sup>1198</sup>. A chegada de Fernando VI ao trono espanhol inaugurara uma política pacifista, mas, mesmo assim, procurou-se reorganizar as fortificações, nomeadamente fronteiriças, planos que tiveram no Marquês de la Ensenada

---

<sup>1194</sup> A.M.M.D., Actas (1759-65), Livro 6, auto de câmara de 06.03.1762, fl. 89v-90.

<sup>1195</sup> A.M.M.D., Actas (1753-59), Livro 5, auto de câmara de 07.07.1755, fl. 55-55v.

<sup>1196</sup> Ver Anexo 1, Imagens 9A e 9B; Imagens 17A e 17B.

<sup>1197</sup> A.G.S., Mapas, Planos y Dibujos, XXXVIII-90: “*Mapa de la raia de Portugal que comprehende los pueblos de los dos Reinos por parte de Castilla, com la distinción de caminos reales, veredas que siguen los defraudadores, pueblos de su habitación, los que en que cargan géneros en Portugal, almacenes, y estancos de tabaco en aquel Reino, residência de las Rondas, y nueva colocación de ellas com atención a las noticias que se prometen*”, 1755, cit. por MELÓN JIMÉNEZ, 2010, p. 171.

<sup>1198</sup> ALICIA CÁMARA, 2005, p. 49.

um dos principais defensores. Desenhava-se, agora, um plano para verificar periodicamente essas mesmas fortificações, destacando-se aqui a ação do corpo de engenheiros militares, de onde podemos destacar a ação de Pedro Superviela, que realizou o reconhecimento das fronteiras de Espanha com França e Portugal, em 1749<sup>1199</sup>. A fronteira com Portugal voltaria a revelar-se importante através da ação de António de Gaver, que dedicou vários anos a estudar as fortificações das fronteiras, desde a Andaluzia à Galiza, escrevendo diversas memórias, entre 1750 e 1758<sup>1200</sup>.

A guerra entre a França e a Grã-Bretanha, iniciada em 1756, teve, em 1759, um importante avanço, com a perda das colónias francesas na América do Norte, levando a Espanha a reeclar pela segurança dos seus territórios americanos, e a França a ver na entrada deste país na guerra como uma forma de reequilibrar a situação militar, pelo menos para obter uma paz mais favorável<sup>1201</sup>.

Durante a maior parte do reinado de D. João V, as relações entre os dois reinos ibéricos foram amistosas, apenas se destacando a eterna quezília sobre os limites das possessões americanas, mas a subida ao trono de Carlos III, em 1759, em Espanha, representou o regresso da tensão entre Portugal e o reino vizinho<sup>1202</sup>. Se inicialmente a diplomacia espanhola foi prudente face ao contexto internacional, a partir de janeiro de 1761, com a recusa das pretensões espanholas por parte do governo inglês relativamente aos direitos de pesca na Terra Nova e aos estabelecimentos ingleses nas Honduras, Espanha iniciaria conversações com a França, em fevereiro desse mesmo ano<sup>1203</sup>. Por isso, o rei espanhol iria considerar muito válida a entrada na guerra contra a Grã-Bretanha, consumada com a assinatura do acordo entre Espanha e França, que deu origem ao terceiro Pacto de Família, a 13 de agosto de 1761.

A França encontrava-se batida em todas as frentes, mas algumas vozes, sobretudo o ministro dos negócios estrangeiros francês, o Duque de Choiseul, defendiam a pressão sobre a Grã-Bretanha para obter melhores condições aquando das negociações de paz, através de uma aliança com a Espanha. Por isso, Espanha cortaria relações diplomáticas

---

<sup>1199</sup> ALICIA CÁMARA, 2005, p. 248.

<sup>1200</sup> ALICIA CÁMARA 2005, pp. 253-255.

<sup>1201</sup> GARCÍA ARENAS, 2004, p. 10.

<sup>1202</sup> GARCÍA ARENAS, 2004, p. 9.

<sup>1203</sup> TÉLLEZ ALARCIA, 2001, p. 1060.

com a Grã-Bretanha, a 25 de dezembro de 1761, criando já a noção de que a pressão sobre os ingleses passaria pelo controle militar dos portos portugueses, de forma a prejudicar as manobras da marinha britânica<sup>1204</sup>. Mas o facto de a maior parte da marinha espanhola se encontrar em serviço na América, forçou também a opção por uma ação terrestre.

Por isso, o confronto entre Espanha e a Grã-Bretanha desenrolou-se nas colónias americanas e na Península Ibérica. No primeiro caso, logo após a declaração de guerra britânica a Espanha, a 2 de janeiro de 1762, uma esquadra britânica foi enviada contra Havana e outra contra as Filipinas. Os ataques a Havana e Manila corresponderam à ação inglesa de aproveitar a sua supremacia marítima, o que foi feito com sucesso, enquanto Espanha apenas somou a conquista da Colónia de Sacramento, na América do Sul<sup>1205</sup>.

A situação preocupante em que a França se encontrava, na última fase da guerra, levou a que a diplomacia fosse utilizada para tentar derrotar a Grã-Bretanha por outros meios ou, pelo menos, reduzir a sua capacidade logística e económica. Por isso, em 1762, Portugal viu-se envolvido na Guerra dos Sete Anos, com a invasão do seu território vista como uma última tentativa por parte da França para comprometer a supremacia naval britânica através do controle de todos os portos peninsulares<sup>1206</sup>.

Apesar de a guerra estar já quase perdida para a facção francesa, Espanha participaria no plano francês do duque de Choiseul, que partia do princípio que a guerra estava a arruinar a economia britânica e que, se fosse possível bloquear o comércio britânico na Europa, o colapso do poder britânico seria inevitável. A partir destes pressupostos, Choiseul estabeleceria a ideia de um “bloqueio continental” que procuraria eliminar o comércio inglês em França, Espanha, Nápoles, Sicília, Holanda e Portugal, a par das ações militares em curso.

Desta forma, o Pacto de Família de 1761 tinha como objetivo principal atacar o comércio britânico, diversificando para tal os alvos, tais como a Jamaica, as Honduras e os postos escravagistas em África. Na Europa, o objetivo seria o de encerrar os portos atlânticos ao comércio britânico, envolvendo a França, Espanha, os Países Baixos e

---

<sup>1204</sup> GONZÁLEZ ENCISO, 2006, p. 164.

<sup>1205</sup> TÉLLEZ ALARCIA, 2001, p. 1068.

<sup>1206</sup> DAVIS, 1985, p. 146.



Portugal<sup>1207</sup>. A declaração de guerra da Grã-Bretanha a Espanha, a 4 de janeiro de 1762, colocou Portugal no centro das atenções. Neste contexto, Portugal passou a enfrentar cada vez com maior frequência a coação diplomática da França e da sua aliada Espanha para entrar no conflito contra a Inglaterra, a quem procuravam subtrair as bases navais e os portos atlânticos.

Para este efeito, Jacques O' Dunne chegaria a Lisboa em fevereiro de 1762, com a missão de convencer os portugueses a aceitarem o Pacto de Família, e permitir a entrada das tropas franco-espanholas que deveriam “resgatar” os portos portugueses dos britânicos. Esta era também a perceção inglesa, como nos indica o “*The London Magazine*” de maio de 1762, onde se dava conta, por carta recebida no dia 16, que Portugal poderia juntar-se a Versalhes e Madrid, sabendo-se que o rei espanhol tinha já ordenado às suas tropas para marcharem para a fronteira com Portugal, no sentido de evitar os desígnios ingleses de ocuparem os portos portugueses depois de descobrirem a aliança franco-espanhola<sup>1208</sup>.

Mas, desta vez, Portugal colocou-se irredutivelmente ao lado da sua aliada britânica. Após a recusa portuguesa em integrar o chamado Pacto de Família, os embaixadores espanhol e francês entregaram uma “Memória” na Secretaria de Estado, referindo explicitamente que as suas tropas se encontravam já na fronteira em condições de invadir Portugal e fechar os portos nacionais aos ingleses. De facto, é importante notar que a entrega do documento a D. José I, convidando o mesmo a juntar-se ao Pacto de Família, foi demorada até a artilharia espanhola chegar à fronteira<sup>1209</sup>.

Por parte dos espanhóis, faziam-se publicar opúsculos e outros textos sobre as razões de Madrid para a invasão. Faz parte deste acervo a publicação intitulada “*Razon de entrar en Portugal las tropas españolas, como amigas, y sin-razon de recibirlas, como enemigas*”, impresso em Madrid, em 1762, pelo impressor José Padrino. Logo no início, o texto referia a ação do embaixador espanhol, D. José Torrero, e do ministro plenipotenciário de França, O' Dunne, no sentido de convencer D. José da necessidade de combater os Ingleses e o seu “*ambicioso proyecto de ser despótica en los Mares*”<sup>1210</sup>. Neste

---

<sup>1207</sup> SPEELMAN, 2012, p. 432.

<sup>1208</sup> *The London Magazine or, Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for May 1762, p. 251.

<sup>1209</sup> GARCÍA ARENAS, 2004, p. 12.

<sup>1210</sup> RAZON DE ENTRAR EN PORTUGAL LAS TROPAS ESPAÑOLAS, 1762, p. 3.

sentido, apelavam ao rei português para compreender que lutavam para libertar-se a si e a países como Portugal do jugo britânico, impedindo que Portugal continuasse “*enriquecendo y fomentando al Enemigo com conservarle franco su Comercio, y abiertos sus Puertos, no solo por su asylo, sino para estar en ellos a la mano de ofender a los Vassalos Españoles, y Franceses*”<sup>1211</sup>. Assim, Espanha e França solicitavam com urgência que Portugal fechasse os seus portos aos ingleses, apelando-se para o facto de “*quanto mas glorioso y mas útil es para el Rey Fidelissimo, que un Rey Catholico, y de parentesco tan inmediato, com vecindad de Estados en Europa, y America para socorrerse mutuamente, sea su Aliado*”<sup>1212</sup>. Espanha oferecia-se, no caso da aliança com Portugal, para auxiliar imediatamente a defender as praças do litoral, prevenindo, para o efeito, a colocação de tropas na fronteira, segundo consta da “Memória” produzida em março pelos embaixadores.

Na resposta portuguesa à Memória, entregue a 16 de março de 1762, por D. José Torrero, embaixador do rei espanhol, e por D. Jacques O’Dunne, ministro plenipotenciário por parte de Espanha na corte portuguesa, D. Luís da Cunha Manuel (1703-1775), Secretario de Estado de D. José, afirmaria que Portugal não podia quebrar a muito antiga aliança com a Inglaterra, puramente defensiva, e que não via qualquer ofensa por parte deste País. Os representantes espanhóis pretendiam simplesmente que o rei português tratasse os ingleses como inimigos comuns, fechando todos os seus portos e juntando as suas próprias forças às de França e Espanha. A mesma Memória justificava o envio de tropas espanholas para a fronteira portuguesa “*para prevenir o perigo, de que os Inglezes, logo que soubessem, que Portugal havia entrado na referida liga, viessem sorprender as suas Praças marítimas, e Portos*”. Como é evidente, o rei português não via qualquer razão para entrar em guerra com quem tinha uma forte e antiga aliança, justificando também o seu recato bélico com os recentes padecimentos do povo português, provocados pelo terramoto de 1 de novembro de 1755 e pelas desordens da conjura de 3 de setembro de 1758. O texto de D. Luís da Cunha Manuel, datado de 20 de março de 1762, e publicado

---

<sup>1211</sup> RAZON DE ENTRAR EN PORTUGAL LAS TROPAS ESPAÑOLAS , 1762, p. 4.

<sup>1212</sup> RAZON DE ENTRAR EN PORTUGAL LAS TROPAS ESPAÑOLAS, 1762, p. 6.

na gazeta, era peremptório: a paz e a neutralidade não seriam negociáveis nem alteradas por parte de Portugal<sup>1213</sup>.

O estado de guerra geral obrigara já D. José a guarnecer as praças marítimas com tropas e com navios de guerra para a sua proteção. A troca diplomática continuou com os representantes de França e Espanha a contraporem os seus pontos de vista, nomeadamente com o facto de os ingleses terem bombardeado uma esquadra francesa frente a um porto português, ou o facto de o rei português ter um general e outros oficiais ingleses na sua Corte. Declaravam, por fim, que se Portugal insistisse, as tropas espanholas colocadas na fronteira entrariam imediatamente em Portugal “*com el objeto unicamente de adelantarse hasta conseguir que sus Puertos no estèn à disposicion del enemigo*”, mas com ordens para não exercerem qualquer extorsão aos vassallos portugueses<sup>1214</sup>. Por sua vez, a diplomacia portuguesa contrapunha, em abril, o facto de Portugal estar a ser alvo de bloqueios sucessivos, ao que se acrescentavam os preparativos nas fronteiras, com a acumulação de grande número de tropas e de munições de boca e de guerra<sup>1215</sup>.

Esta opinião é corroborada pelas missivas do então governador da Galiza, Marquês de la Croix, na posse do cargo desde o final de 1755, e capitão-general dessa mesma província desde dezembro de 1759. Este afirmara, em carta datada de 30 de dezembro de 1761 que “*ce n’ est pas seulement avec l’ Angleterre, mais encore avec le Portugal que nous allons avoir affaire*”. De la Croix, na sua correspondência faz referência constante à “*insupportable insolence des Anglais*”. Desta forma, reconhecia na sua correspondência a inevitabilidade da guerra com a Grã-Bretanha, afirmando que tudo iria fazer para garantir a defesa da Galiza, mas que “*ce sera difficile dans un pays aussi dénué de ressources que celui-ci*”<sup>1216</sup>.

Em janeiro de 1762 fazia ainda referência ao novo acordo entre Espanha e França que, diria, “*est bien conçu et doit porter un coup terrible au commerce des Anglais, qui fait la plus grande partie de leur puissance*”, ou seja, o Pacto de Família teria como objetivo atingir a Grã-Bretanha no seu comércio, a sua base de sustentação, e de acordo com de la

---

<sup>1213</sup> *Gazeta de Lisboa, Suplemento das notícias de Lisboa de 8 de Junho de 1762, nº 23. Ver Anexo 5, Documento 10.*

<sup>1214</sup> RAZON DE ENTRAR EN PORTUGAL LAS TROPAS ESPAÑOLAS , 1762, p. 25.

<sup>1215</sup> RAZON DE ENTRAR EN PORTUGAL LAS TROPAS ESPAÑOLAS , 1762, p. 30.

<sup>1216</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 160.

Croix, seria “*le meilleur moyen à employer contre eux*”. O mesmo Marquês afirmaria ainda que Espanha possuía já três exércitos, um na Galiza, outro na Estremadura, e o maior de todos em Castela, sublinhando que “*d’après leur disposition, nous agirons sans doute contre le Portugal*”. Nesta altura ainda existiam dúvidas sobre a posição final dos Portugueses, mas, no entanto, de la Croix diria, a 24 de fevereiro de 1762, que o exército de Castela se encontrava já nos seus pontos de encontro, faltando apenas a artilharia chegar. Dizia ainda que a invasão de Portugal seria de extrema importância, “*car en occupant les principaux ports de ce pays, nous portons un coup mortel au commerce anglais et privons ces insulaires des ressources qu’ils en tiraient*”<sup>1217</sup>, uma invasão que foi marcante para o governo português e para a Coroa, dando mesmo origem à renovação do projeto de fuga do rei e da corte para o Brasil, uma sugestão que já tinha sido abordada durante a anterior Guerra da Aclamação<sup>1218</sup>.

## 5.2. Formas de financiamento da guerra

No entanto, e apesar das indicações do poder central, os abastecimentos eram, muitas vezes, de má qualidade, situação acrescida pelos atrasos frequentes na chegada desses abastecimentos. No decurso da guerra de 1762, por exemplo, a falta de pessoas que arrematassem os assentos das munições de boca, causava atrasos significativos no abastecimento das tropas. A gravidade do assunto levou o rei a ordenar, por decreto de 1 de julho desse ano, que o Inspetor Geral do Real Erário, através do Tesoureiro-Mor e dos seus Contadores Gerais, mandasse fornecer, a partir do dia 1 de setembro, as munições de boca necessárias às tropas, por conta da Fazenda Régia, assinalando-se nas províncias do Minho e de Trás-os-Montes, o Contador Geral Baltazar Pinto de Miranda. Para a correta distribuição das munições de boca seria realizada uma Junta do Presidente, na qual tinham assento os seis ministros do Erário Régio, na qual se determinavam as quantidades e qualidades dos mantimentos, e os lugares que deveriam servir como armazéns gerais<sup>1219</sup>.

---

<sup>1217</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 162.

<sup>1218</sup> DAVIS, 1985, p. 153.

<sup>1219</sup> Collecção das leys, decretos e alvarás (...), tomo II, s/f., 1770.

Mais tarde, no decurso da Guerra dos Sete Anos, a legislação régia portuguesa continuava a utilizar as mesmas expressões para o mesmo problema de sempre, ou seja, a falta de dinheiro para as gentes de guerra. Uma carta de lei datada de 22 de dezembro de 1761, relativa ao Conselho da Fazenda, dizia claramente que o dobro das sisas pagas por cabeções pelas Câmaras ao rei, destinava-se ao pagamento das tropas, e as terças do reino serviriam as fortificações<sup>1220</sup>, aplicando-se ao reparo dos muros e dos castelos.

Contudo, a sua aplicação não era certamente a desejada, uma vez que se escreve que “*se tem distrahido com extraordinários excessos*” o seu rendimento, apontando-se como causas desta situação o conflito de jurisdições, a falência de rendeiros e as quebras dos depositários. Para solucionar o problema, o rei mandaria que se criasse um cofre público em cada cabeça de Comarca, com três chaves, destinado à arrecadação das terças, sendo nomeados pelas Câmaras os seus recebedores<sup>1221</sup>.

Uma outra questão prendia-se com o período em que estas taxas vigoravam, a maior parte das vezes muito para além do estipulado inicialmente, provocando desconforto e inconveniente às populações locais. Talvez por isso, a Junta dos Três Estados analisara, mais uma vez, um requerimento dos vereadores da cidade de Miranda, no sentido de aliviarem os seus moradores do pagamento do dobro das sisas, que ainda vigorava no final do ano de 1746, ou seja, muito depois de terminada a Guerra de Sucessão de Espanha. Era esse, precisamente, um dos principais argumentos das autoridades de Miranda, não fazendo sentido, por isso, a continuação deste mesmo pagamento. Outro argumento prendia-se com o facto de a cidade ter sido muito fustigada pela guerra, ao contrário de outras vilas e cidades, pelo que deveria ser alvo de uma atenção especial por parte do poder central, chamando também a atenção do rei para a “*perfeita miséria*” em que vivia o povo da província, sobretudo o de Miranda, e portanto, a sua impossibilidade para pagar mais impostos, sob risco de passar fome<sup>1222</sup>.

---

<sup>1220</sup> Collecção das leys, 1770, carta de lei de 22.12.1761, Título 2, parágrafo 9, s/f.

<sup>1221</sup> Collecção das leys, 1770, carta de lei de 22.12.1761, Título 2, parágrafo 20, s/f.

<sup>1222</sup> Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/DIV/1/05/1/40, 1746, novembro, 17 – *Parecer da Junta dos Três Estados sobre o requerimento dos vereadores da Câmara da cidade de Miranda para aliviar os moradores dessa cidade do dobro das sisas.*

Outro imposto que continuaria em vigor era o dos quatro e meio por cento, “*que foram oferecidos pelos meus vassallos para o pagamento das tropas, que constituem a defeza do Reino*”, mas que também sofria atrasos constantes e “*fallencias*” inoportunas, determinando-se que, também para este caso, existisse um cofre, com duas chaves, a cargo do Superintendente Geral da Corte, para receber devidamente os rendimentos enviados pelos tesoureiros das freguesias<sup>1223</sup>.

Em 1762, tendo em conta “*as invasoens, e estragos, que os exércitos de Castella tem feito neste Reino, como as extraordinárias despezas, com que desde os princípios do presente anno tenho esforçado as faculdades do Meu Real Erario*”, confirmando-as com o “*nunca visto numero de Tropas*”, como nas “*não vistas quantidades de Armamentos, Artilharias, e de toda a sorte de Muniçoens de Guerra, e de boca*”, o poder central iria reforçar o papel das décimas como fonte principal do sustento dos exércitos no decreto de 26 de setembro de 1762.

Fazendo questão em salientar que os governos europeus oneravam muito mais as suas populações, nomeadamente o inimigo espanhol, a Coroa vai basear-se nas condições de arrecadação da décima previstas pelo regimento de 9 de maio de 1654, “*nos quaes paga cada Pessoa á proporção do que tem somente de dez hum, e lhe ficão livres nove para se sustentar*”. Deste modo, seria decretado que o quatro e meio por cento, arrecadado para o exército, seria substituído pela décima parte de todas as rendas, “*tratos*” e “*maneios*” e “*ordenados*”, sem atender a qualquer tipo de privilégio, “*porque os não póde haver para deixarem o Reino indefeço em quanto durar a presente Guerra*”<sup>1224</sup>.

Um outro decreto, de 18 de outubro de 1762, mostra que os executores do anterior alvará tinham muitas dificuldades em aplicar a arrecadação da décima, pelo que ordenaria que as mesmas instruções passassem a ter força de lei, devendo ser observadas literalmente, “*sem duvida, restricção, embargo, ou interpretação alguma qualquer que ella seja*”, não podendo ser limitada por qualquer alvará ou regimento anterior<sup>1225</sup>.

Nas instruções emitidas a 18 de outubro de 1762, relacionadas com esta cobrança, procurava-se abreviar os excessos cometidos relativamente ao aumento excessivo de

---

<sup>1223</sup> Collecção das leys, 1770, carta de lei de 22.12.1761, Título 2, parágrafo 22, s/f.

<sup>1224</sup> Collecção das leys, 1770, tomo II, s/f.

<sup>1225</sup> Collecção das leys, 1770, tomo II, s/f.

preços dos produtos e avaliações das terras com fins tributivos, estabelecendo-se valores mais justos. Nas províncias da Beira e de Trás-os-Montes, porém, criava-se uma exceção, “*attendendo Sua Magestade ás vexações, que nellas tem feito os inimigos*”, avaliando-se em um tostão cada alqueire de centeio, por 8 vinténs o milho, feijão e outros legumes, e a 200 réis o alqueire de trigo<sup>1226</sup>.

No que concerne ao pagamento das tropas e outras despesas do exército, cabia ao Tesoureiro-Mor da Junta dos Três Estados receber do Tesouro Geral os quartéis adiantados nos primeiros dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro para as consignações e pagamento das tropas<sup>1227</sup>. Mas os problemas do erário régio continuavam, de facto, bastante preocupantes, e estavam bem visíveis nos textos das leis e decretos, como na lei de 22 de dezembro de 1761, onde o rei expressa a sua preocupação com o facto de a arrecadação das rendas não surtir o efeito desejado por estas não serem prontamente aplicadas, não se esquecendo de salientar que “*chamando-se Regio, he na realidade publico, e commum porque delle depende não so a conservação da Monarquia em geral; mas até o diario alimento de cada hum dos Estados, e Pessoas principaes della no seu particular*”.

Neste caso, o rei queixava-se da divisão das rendas entre muitas repartições, bem como das extraordinárias delongas que muitos pleitos e litígios implicavam, mas sublinhando sobretudo os abusos frequentes de grande número de almoxarifes, tesoureiros e recebedores públicos, interessados apenas nos “*descaminhos de muitos milhoens com que tantos delles tem quebrado com tão graves damnos do Meu Real Erario*”. Por isso, mandaria extinguir o cargo de Contador Mor e os Contos do Reino, centralizando a recolha das rendas no Tesouro Geral e na pessoa do Tesoureiro Mor, auxiliado por quatro contadores gerais<sup>1228</sup>.

No sentido de controlar a situação, o rei mandaria também estabelecer uma relação dos livros auxiliares da administração do seu Erário Régio, partindo da lei de 22 de dezembro de 1761, e com a mesma data, destacando-se para a região em estudo os livros da Contadoria Geral do Reino, nomeadamente um livro para os rendimentos dos

---

<sup>1226</sup> Collecção das leys, 1770, tomo II, s/f.

<sup>1227</sup> Collecção das leys, 1770, carta de lei de 22.12.1761, Título XIV, parágrafo 17, s/f.

<sup>1228</sup> Collecção das leys, 1770, carta de lei de 22.12.1761, Título I, parágrafo 1, s/f.

Almoxarifados de Moncorvo e Vila Real, e outro destinado aos rendimentos dos Almoxarifados de Miranda e Pinhel. Deveria também existir um livro para o rendimento das terças do Reino<sup>1229</sup>.

As necessidades de prover aos custos da guerra fizeram-se sentir também na Câmara do Porto. De facto, na vereação de 21 de junho de 1762 escrevia-se que: “*Logo nesta mesma vereação (...) foi proposto em acto de Camera e ponderando-se a invasão que tinhão feito as tropas de ElRey de Hespanha neste Reyno em diversas Provincias delle e que para se lhe fazer hua opposição rigorosa necessita o Reyno concorrer com quanto lhe for possível para a despeza e conservação dos Exercitos que são indispensavelmente necessários para a defeza e se lhe poder fazer hua guerra glorioza; assentarão uniformemente todos que se oferecesse a Sua Magestade alem de cada hum em particular tudo quanto pessuem; e o ardente dezejo que tem de consumirem em beneficio da Patria não so os bens, mas as próprias vidas para a despeza da guerra se offercesse a contribuição melitar que se estabeleceo para desempenho do pagamento que fes as tropas que vierão a esta no anno de 1757, com a extensão de todo o dinheiro da mesma cidade e acrecentamento de dezasseis reis mais em alqueire de sal que se não extrahir pella barra na forma que se apontou na conta em que se pedia para as obras publicas cuja contribuição sesará em sessando a guerra*”<sup>1230</sup>. No Porto, a Junta do Subsídio Militar determinaria, ainda em sessão de 19 de novembro de 1762, aplicar as ordens do rei para que todos os bens, rendas e ordenados pagassem a decima, “*para com o seu produto acodir as despesas da guerra em defeza necessária do Reyno*”<sup>1231</sup>.

Por outro lado, e procurando facilitar a prontidão da cobrança dos soldos dos oficiais e soldados, um decreto datado de 31 de julho de 1762 ordenava também que o pagamento dos oficiais deveria ser efetuado no fim de cada 2 meses, como tinha sido regra até então. Os soldados, os Cabos de Esquadra e os Sargentos deveriam receber, pelas novas ordens, de 10 em 10 dias. No mesmo sentido da prontidão, mandava o mesmo decreto que as “*livranças de mantimento*”, ou seja, os socorros de pão de munição, de cevada e de palha, a cargo dos capitães ou dos furréis, por ordem dos respetivos capitães, fossem

---

<sup>1229</sup> Collecção das Leys, 1770, s/f.

<sup>1230</sup> A.H.P., Vereações, Livro 84 (1760-1765), PT-CMP-AM/UF2007-11647, A-PUB/85, fl. 203.

<sup>1231</sup> A.H.P., Subsídio Militar (1760-1795), PT-CMP-AM/UF2010-16757, A-PUB/3203, fl. 17.



também realizados de 10 em 10 dias, evitando as confusões e os atrasos que frequentemente se verificavam<sup>1232</sup>.

A 23 de março de 1763, o rei denunciava ainda a “frouxidão” com que se faziam os lançamentos das décimas e consequentes remessas ao Tesouro Geral, bem como à indiferença com que se cumpriam as ordens dos Superintendentes Gerais, obrigando os encarregados da décima a apresentarem certidões de que cumpriam os avisos e que efetuavam os lançamentos e remessas no tempo devido<sup>1233</sup>.

Por outro lado, a Coroa preocupava-se, mais uma vez, com o financiamento desta nova guerra. As despesas extraordinárias a que a guerra estava a obrigar o erário régio, levaram a Coroa a proceder de forma mais contundente, mas sem exigir demasiado das populações, pelo menos no discurso das leis enviadas. Após a invasão, a Coroa tinha conhecimento que os espanhóis, nos territórios ocupados, exigiam pesadas contribuições das populações. Contudo, as elevadas despesas obrigaram a retomar a décima sobre os bens e as rendas, tal como já estava estabelecido pelo regimento de 9 de maio de 1654, sendo esta considerada como a “mais igual e menos onerosa aos povos”. Sendo assim, o Rei mandaria, a partir de 1 de outubro de 1762, substituir o imposto do quatro e meio por cento pela décima “*de todas as rendas tratos maneios e ordenados*”, para se sustentar o exército<sup>1234</sup>.

### 5.3. As medidas de defesa anglo-portuguesas

Logo em 12 de maio de 1760, o governador das armas, Francisco Xavier da Veiga Cabral dava a conhecer ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha Manuel (1703-1775), que se encontravam vagos os postos relativos aos governos da praça de Miranda do Douro e do castelo de Outeiro, entre outros, o primeiro por falecimento do sargento-mor de batalha Domingos Teixeira de Andrade, que havia sucedido a Diogo de Morais Pimentel, e o segundo também por falecimento, desta vez do

---

<sup>1232</sup> Collecção das leys, 1770, tomo II, s/f.

<sup>1233</sup> Collecção das leys, 1770, tomo II, s/f.

<sup>1234</sup> A.M.T.M., Provedoria da Câmara, Registo de provisões, portarias, ordens e ofícios da Provedoria, nº 3 (1756-1766), Pasta nº 396, fl. 106-107v.

capitão de cavalos Alexandre Fragoso, que havia sucedido ao sargento-mor de infantaria Manuel de Moraes. O assunto não se resolveu rapidamente, uma vez que ainda em janeiro de 1761, o mesmo governador das armas voltava a escrever ao Secretário de Estado, informando que continuavam vagos os fortes de Nossa Senhora do Rosário, subordinado à praça de Chaves, e o de Miranda<sup>1235</sup>.

Numa missiva datada de 21 de dezembro de 1760, revelaria também a verdadeira natureza dos postos militares, onde os interesses pessoais e familiares falavam mais alto. Referindo-se à necessidade de prover os referidos cargos, diria que “*os sargentos mores são os officiaes de que nos Regimentos mais se necessita*”, sendo que, no regimento do Coronel Francisco Luis Pequeno, em Chaves, era capitão o seu próprio filho, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, e que no seu regimento existiam três capitães que tinham servido na guerra, certamente a Guerra de Sucessão de Espanha, mas que a idade e a sua condição não lhes permitiam já ser úteis ao serviço militar, uma vez que dois deles tinham mais de 80 anos e apresentavam-se “*sem a instrução que he indispensável para mandar a infantaria*”, estando o último “*intrevado há muito tempo*”. Era também capitão João Machado Antas, que tinha servido na Índia e que agora pretendia o governo do castelo de Outeiro ou o do forte de São João de Deus. Como é evidente, a ligação familiar seria a que mais deveria contar na distribuição dos cargos, tendo em conta que “*os mais capitaens que servem o dito Regimento ainda que alguns sejam mais antigos soldados, meu filho poderá ter mais tempo de serviço, e se para os preferir lhe não bastase o ser meu filho, neto de hum Mestre de Campo general, que á Coroa deste Reyno fez serviços muito relevantes, e descendente de outros generais, que em predicados, e merecimentos se distinguirão, como incontestavelmente sabe muito melhor que todos os outros capitaens e a estes se não ofende em se afirmar que os excede na capacidade*”.<sup>1236</sup>

Um outro capitão, chamado João Machado Antas, servira na Índia, mas agora pretendia a todo o custo o governo de um castelo da região, ou o de Outeiro ou o do forte de São João de Deus. Só percebemos o sentido do relatório quando, no texto final, o governador explana o seu verdadeiro interesse, ou seja, o da promoção do seu próprio filho,

---

<sup>1235</sup> PT/AHM/DIV/1/06/49/63.

<sup>1236</sup> PT/AHM/1/06/49/62 (1760-05-12; 1760-12-21).

Sebastião Xavier da Veiga Cabral, servindo-se dos “*pergaminhos*” da sua própria família: “*os mais capitaens que servem em o dito Regimento ainda que alguns sejam mais antigos soldados, meu filho poderá ter mais tempo de serviço, e se para os preferir lhe não bastase o ser meu filho, neto de hum Mestre de Campo general, que á Coroa deste Reyno fez serviços muito relevantes, e descendente de outros generais, que em predicados, e merecimentos se distinguirão, como incontestavelmente sabe muito melhor que todos os outros capitaens e a estes se não ofende em se afirmar que os excede na capacidade*”<sup>1237</sup>.

A 10 de janeiro de 1761, um outro ofício de Francisco Xavier dava a conhecer que ainda se achavam vagos os governos do forte de Nossa Senhora do Rosário, subordinado à praça de Chaves, e o da praça de Miranda<sup>1238</sup>, sendo necessário proceder a novas nomeações. Ainda em 1762, novamente se assinalava que o governo da praça de Miranda vagara por falecimento do sargento-mor de batalha Domingos Teixeira de Andrade, sucessor de Diogo de Moraes Pimentel, que tinha governado a praça com o posto de tenente coronel. O castelo de Outeiro também estava sem governador, por falecimento de Alexandre Fragoso de Moraes, capitão de cavalos, que havia sucedido a Manuel de Moraes Faria e a José Sarmiento, ambos sargentos-mores de infantaria<sup>1239</sup>.

Por esta e por outras razões de índole militar, e tendo em conta os sinais de uma eventual invasão, o Conde de Oeiras (futuro Marquês de Pombal) pediria, ainda em finais de 1761, o auxílio britânico, ciente das manobras francesas e espanholas. O pedido incluía o envio de conselheiros militares que deveriam ser comandados por Lord Tyrawly, um general de grande reputação e antigo amigo de Portugal, que desembarcaria em Lisboa em março de 1762<sup>1240</sup>. Contudo, Tyrawly iria revelar-se incapaz de lidar com a situação, solicitando a Lord Egremont para não ser obrigado a aceitar o comando de um exército tão mal preparado. Seria depois substituído pelo general John Burgoyne, em julho desse mesmo ano, um militar que iria, por sua vez, desempenhar um papel importante na tomada de Valência de Alcântara e de Vila Velha de Ródão, na segunda fase da guerra. A escolha seguinte recairia em Lippe, conde-reinante, um bom artilheiro e engenheiro, com provas

---

<sup>1237</sup> PT/AHM/DIV/1/06/49/62.

<sup>1238</sup> PT/AHM/DIV/1/06/49/63 (1761-01-10).

<sup>1239</sup> PT/AHM/DIV/3/9/24/4.

<sup>1240</sup> DAVIS, 1985, p. 147.

dadas na Alemanha. Este chegaria a Lisboa a 9 de julho, enquanto Lord Loudon tomaria a seu cargo as forças britânicas em Portugal, a 24 de julho. A Coroa portuguesa pediria ainda aos britânicos cavalos para os regimentos de cavalaria que se iriam levantar, artilharia de toda a espécie, todas as provisões de guerra necessárias para armar as tropas de infantaria e cavalaria, excetuando os uniformes, bem como as tendas para todo o exército<sup>1241</sup>.

As operações britânicas seriam dirigidas superiormente por Charles Wyndham, 2º Earl de Egremont, e que foi Secretário de Estado para o Departamento do Sul, entre 1761 e 1763, correspondendo-se frequentemente com os embaixadores britânicos colocados em Lisboa. No terreno, o comando das forças britânicas em Portugal seria então entregue ao irlandês James O' Hara, 2º Barão Tyrawly, que tinha servido na batalha de Malplaquet, em 1709, com Marlborough, e como embaixador em Portugal em 1728-41 e 1752-55. Quando regressou novamente a Lisboa, em fevereiro de 1762, trazia consigo dois ajudantes de campo, um quartel-mestre, o seu filho e tenente-coronel Charles O' Hara, nascido em Portugal, e o tenente-coronel Charles Rainsford, dos *Coldstream Guards*<sup>1242</sup>.

Em França, as atenções viravam-se também para os preparativos dos ingleses. A Gazette de France, por exemplo, dava conta, no seu número de 23 de abril, que corriam rumores que seriam recrutados na Irlanda 5 regimentos de católicos romanos para serem enviados para Portugal, cada um somando 1.000 homens. Estas tropas seriam comandadas pelos lordes Kilmore e Kingsland, e o rei de Portugal deveria tomá-los ao seu serviço por 10 anos<sup>1243</sup>. Na publicação de 30 de abril, as notícias do mês anterior diziam que o rei britânico pretendia passar um corpo de tropas para Portugal, e que o forte de S. Julião seria a sua praça de armas, sendo certo que um navio britânico já tinha desembarcado muitos petrechos de guerra em Lisboa, e que lorde Tyrawley mantinha conversas constantes com o Conde de Oeiras<sup>1244</sup>. Os franceses também começavam a especular sobre a necessidade de a Grã-Bretanha estabelecer com Portugal um tratado de comércio ainda mais vantajoso, reabilitando os negociantes ingleses em Lisboa e no Porto, para “*assurer à perpétuité la*

---

<sup>1241</sup> COSTA, 2010, p. 99.

<sup>1242</sup> SPEELMAN, 2012, p. 434.

<sup>1243</sup> *Gazette de France*, nº 33, 23.04.1762, fl. 141.

<sup>1244</sup> *Gazette de France*, nº 35, 30.04.1762, fl. 149.

*préférence sur toutes les autres Nations dans un commerce aussi importante que celui du Portugal*<sup>1245</sup>.

Em abril, o auxílio britânico dirigia-se finalmente a Portugal, com diversos navios a serem aparelhados para irem buscar a Belle-Isle<sup>1246</sup>, base britânica situada na costa francesa, as tropas que seriam conduzidas a Portugal, onde seguiriam também os engenheiros que se deveriam juntar a Tyrawley<sup>1247</sup>. Os navios destinados a transportar as tropas irlandesas para Portugal também já tinham chegado a Cork, no sul da Irlanda, acompanhados por um comboio de navios de guerra<sup>1248</sup>. No final do mês de abril, Londres tinha já a notícia de que o exército espanhol estava a apenas 4 milhas da fronteira com Portugal, mas que o exército português também se estava a encaminhar para a fronteira, onde lord Tyrawly estava a visitar as praças e a colocá-las em estado de defesa. Os regimentos do coronel Armstrong e de lord Blancy tinham já embarcado em Cork, no dia 12, enquanto que o governo inglês ponderava a necessidade de retirar da Alemanha duas brigadas de infantaria para fortalecer o seu contingente em Portugal. Em Portsmouth, a esquadra de apoio estava a ser preparada e seria comandada pelo cavaleiro Eduard Hawke<sup>1249</sup>. A 18 de maio, chegavam de Madrid informações de que um navio espanhol se tinha acercado das costas irlandesas, onde pescadores foram questionados e asseguraram que, em Cork, estavam 4 navios de guerra e 20 navios de carga prontos para receber a bordo as tropas e munições destinadas a Lisboa, e que se preparavam noutros portos da Irlanda muitos outros navios com o mesmo objetivo<sup>1250</sup>.

Em março de 1762, o governador das armas de Trás-os-Montes também já se preocupava em conseguir informação sobre as movimentações de tropas em Espanha, recebendo, para o efeito, um ofício de José Pegas, datado do dia 17, sobre a situação em Zamora<sup>1251</sup>.

---

<sup>1245</sup> *Gazette de France*, nº 35, 30.04.1762, fl. 150.

<sup>1246</sup> Belle-Isle situa-se no Golfo da Biscaia, e foi alvo de ataque por parte de uma expedição britânica, em 1761. A esquadra era composta por 10 navios de linha, 3 corvetas, 3 navios-tanque e 2 navios-fogo, com uma força composta por cerca de 7.000 homens. A ilha rendeu-se em abril de 1761 e serviu como ponto de reabastecimento da frota britânica enquanto força de bloqueio da costa francesa.

<sup>1247</sup> *Gazette de France*, nº 36, 03.05.1762, fl. 153.

<sup>1248</sup> *Gazette de France*, nº 37, 07.05.1762, fl. 153.

<sup>1249</sup> *Gazette de France*, nº 38, 10.05.1762, fl. 161.

<sup>1250</sup> *Gazette de France*, nº 46, 07.06.1762, fl. 204.

<sup>1251</sup> PT/AHM/DIV/1/06/28/62.

Em março, a espionagem espanhola permitia a de la Croix, na Galiza, receber notícias da cidade do Porto, nomeadamente da chegada a Lisboa de Lord Tyrawly e de mais 5 ou 6 oficiais britânicos, provenientes de Portsmouth, e que o general Crawford estava também prestes a chegar de Belle Isle com as tropas, a que se iria juntar um corpo proveniente de Cork, na Irlanda, como já foi referido, num total de 8.000 homens. Para o marquês de la Croix, este contingente britânico pouco contava, afirmando que nada conseguiriam fazer contra o seu exército<sup>1252</sup>, uma confiança que se iria revelar fatídica para as forças invasoras. A noção do Marquês de la Croix sobre a ação dos britânicos, em abril de 1762, não deixa dúvidas, tendo informações de que os oficiais ingleses estavam a meter em bom estado de defesa as fortificações fronteiriças portuguesas e a armar os paisanos, “*ce q’ui indique que nous y serons reçus à coups de fusil*”<sup>1253</sup>, um prenúncio dos contratempos que a força invasora iria experimentar, o que significava que as forças franco-espanholas iriam encontrar certamente resistência<sup>1254</sup>.

A 13 de abril, o coronel Charles O’Hara partiria para o Alentejo com o objetivo de instalar o campo que iria acolher o exército português, e seria enviado para as restantes fronteiras para o reconhecimento do terreno e preparativos de defesa, mas também era da opinião que o reino não estava preparado para a invasão, queixando-se ao pai que os soldados recrutados à pressa na fronteira não passavam de camponeses, o que não deveria corresponder inteiramente à verdade<sup>1255</sup>.

Para o efeito, lorde Tyrawly tinha um plano de defesa de Portugal, enviando informação a Egremont, datada de 15 de abril de 1762. A partir deste plano, o coronel O’Hara tinha ido para o norte, para supervisionar as medidas de defesa, enquanto que o coronel Pattison verificava a artilharia e as provisões portuguesas. Mesmo assim, o Conde de Oeiras mostrava o seu desapontamento relativamente ao atraso das tropas e abastecimentos prometidos pelos britânicos, apesar de os espanhóis se encontrarem ainda inativos na fronteira<sup>1256</sup>, nomeando, mesmo assim, os generais portugueses destinados às

---

<sup>1252</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, pp. 163-164.

<sup>1253</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 164.

<sup>1254</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 164.

<sup>1255</sup> SPEELMAN, 2012, p. 438. Ver Anexo 3, Quadros 32 e 36.

<sup>1256</sup> The National Archives, Secretaries of State: State Papers Foreign, Portugal, SP/89/55/87, fl. 249, disponível em «[discovery.nationalarchives.gov.uk](http://discovery.nationalarchives.gov.uk)».

diferentes províncias, nomeadamente D. João de Lencastre, para o Minho, e, para a defesa do Norte transmontano, o Marquês de Marialva, mais tarde substituído pelo inglês David Cary.

Entretanto, o rei de Portugal tinha ordenado um aumento de duas companhias por regimento de cavalaria, engrossando também as companhias de granadeiros em 10 homens cada, e criado mais um regimento de artilharia. Contudo, D. José esperava impacientemente pela chegada dos reforços estrangeiros, nomeadamente da artilharia, que lhe faltava<sup>1257</sup>.

Logo no início de maio de 1762, no dia 6, Edward Hay, embaixador britânico em Portugal entre 1757 e 1767, escrevia ao Earl de Egremont que as tropas britânicas e os transportes haviam já chegado a Lisboa, enquanto os espanhóis ainda estavam inativos nas fronteiras<sup>1258</sup>. A 11 de maio, o *The London Magazine* dava também conta da chegada a Lisboa, no dia 6, de dois regimentos provenientes da Irlanda, com 1.100 homens cada, bem armados, e que desembarcaram no dia 10 para se dirigirem ao quartel da Porcalhota, a cerca de 2 milhas de Lisboa, esperando-se ainda mais 6.000 tropas inglesas<sup>1259</sup>. O contingente britânico somaria então entre 7.000 e 8.000 soldados, 8 companhias de artilharia e um regimento de cavalaria, oferecendo a Grã-Bretanha também proteção naval, o envio de provisões e de um conjunto de oficiais liderado por Tyrawly. No mesmo dia, Tyrawly dava conta também que o rei de Portugal o convidara para comandante do exército português, mas esperava que o rei Jorge III o não permitisse, sublinhando na sua missiva a condição miserável do exército, sem hospitais, artilharia ou serviços de abastecimentos, e a constante recusa dos generais portugueses para ajudar. Acrescentava ainda que o alto-comando português era “*all useless*”, apenas podendo contar com a colaboração do Conde de Oeiras. Terminava dizendo “*enfin un misère*”<sup>1260</sup>.

A 11 de junho, Egremont avisava o Earl of London que deveria ir buscar tropas, artilharia e mantimentos a Belle Isle, e dirigir-se a Lisboa tomando o comando das

---

<sup>1257</sup> *Gazette de France*, nº 39, 14.05.1762, fl. 164.

<sup>1258</sup> The National Archives, Secretaries of State: State Papers Foreign, Portugal, SP/89/56/4, fl. 12, disponível em «[discovery.nationalarchives.gov.uk](http://discovery.nationalarchives.gov.uk)».

<sup>1259</sup> *The London Magazine or, Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for June 1762, p. 344.

<sup>1260</sup> The National Archives, Secretaries of State: State Papers Foreign, Portugal, SP/89/56/8, fl. 23, disponível em «[discovery.nationalarchives.gov.uk](http://discovery.nationalarchives.gov.uk)».

mesmas<sup>1261</sup>. Belle Isle, situada na costa atlântica de França, em frente a Nantes, tinha sido conquistada pelas forças britânicas em abril de 1761, servindo como ponto de reabastecimento da frota que bloqueava a costa francesa e também como ponto de apoio para as tropas britânicas que se dirigiam para Portugal.

Portugal não podia efetivamente responder às exigências britânicas relativamente a abastecimentos, nem sequer à necessidade de levantar 40.000 soldados, somando o exército português pouco mais de 9.000 homens, em junho de 1762<sup>1262</sup>. Efetivamente, na Grã-Bretanha, corriam as notícias de que faltava tudo ao exército português e que as praças mais vantajosas se tinham rendido na primeira situação, dizendo-se também que, em Trás-os-Montes, durante os cinco meses de ocupação, apenas os paisanos se opuseram ao exército invasor, sem este avistar um só soldado português<sup>1263</sup>.

É evidente que o lado português tinha consciência das suas fragilidades, como é notório na informação de Egremont para Tyrawley, que dizia que o rei português lamentava o mau estado do seu exército, mas que esperava que este melhorasse antes da invasão<sup>1264</sup>. A Guerra Fantástica, apesar da distância temporal, padeceria dos mesmos problemas, sobretudo da continuidade da hegemonia fidalga nos postos superiores do exército, a qual era complementada pela ocupação dos lugares intermédios da oficialidade pelos seus próprios criados<sup>1265</sup>. Apesar destes contratemplos, e mediante as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, o exército foi elevado a 40.000 homens, aumentados com os cerca de 8.000 soldados auxiliares ingleses, sob o comando de Lord Townshend<sup>1266</sup>, mas Lippe, mais tarde, só poderia contar realmente com apenas 15.000 homens capazes, número onde se incluíam já os reforços ingleses.

O' Dunne mandaria a Ricardo Wall as informações sobre o exército português. Na sua missiva, as tropas portuguesas contabilizavam um total de 20 regimentos de infantaria, com cerca de 800 homens cada, num total de 16.000 infantes, 2.000 artilheiros, 6

---

<sup>1261</sup> The National Archives, Secretaries of State: State Papers Foreign, Portugal, SP/89/56/8, fl. 23, disponível em «[discovery.nationalarchives.gov.uk](http://discovery.nationalarchives.gov.uk)».

<sup>1262</sup> SPEELMAN, 2012, p. 437.

<sup>1263</sup> COSTA, 2010, p. 139.

<sup>1264</sup> The National Archives, Secretaries of State: State Papers Foreign, Portugal, SP/89/56/9, fl. 25, disponível em «[discovery.nationalarchives.gov.uk](http://discovery.nationalarchives.gov.uk)».

<sup>1265</sup> COSTA, 2010, p. 142.

<sup>1266</sup> SELVAGEM, 2006, p. 475.



regimentos de cavalaria, com 2.000 cavalos e 4 de Dragões, com 1.000 cavalos. Os seus aquartelamentos estariam sobretudo no Alentejo, onde contava 22, mais 2 no Minho, 3 em Trás-os-Montes e 4 na Beira. Nas fronteiras com a Galiza e Castela, Valença, Viana e o Porto deveriam estar defendidas por um regimento de infantaria, Chaves por outro de infantaria e outro de cavalaria, Miranda por um de Dragões, e Almeida por dois de infantaria e um de cavalaria<sup>1267</sup>. Outras notícias corriam em direção a Carlos III, tendo em conta o fracasso das negociações com Portugal, dizendo que se estavam a preparar com a reativação dos recrutamentos, a criação de um novo regimento de artilharia, o levantamento de companhias de cavalaria por particulares, no sentido de formar em Portugal um exército de 37.000 infantes e 8.000 cavalos, sem contar com a chegada do filho do general inglês Tyrawly e de outros oficiais ingleses, assim como o envio de armas e munições a partir da Grã-Bretanha<sup>1268</sup>.

No entanto, e apesar de vários autores apontarem a eventual inércia das tropas portuguesas, tal não acontecia no terreno. Por exemplo, o questionário de 1758 indica claramente que a cidade de Bragança estava menos guarnecida de infantaria por ter enviado um destacamento de 100 homens para Miranda do Douro, outro para Freixo de Espada à Cinta e outro para Outeiro<sup>1269</sup>, o que contradiz a falta de preparativos aventada em alguns textos, e aponta para preparativos das autoridades nacionais para uma eventual ação espanhola, já em 1758. Mais perto da invasão, um decreto real datado de 20 de abril de 1762, reorganizava os regimentos de infantaria sediados no Porto, Bragança e Chaves, dividindo-os de forma a se formarem três novos regimentos. Na região de Bragança, o primeiro regimento continuava a mando do coronel Francisco Luís Pequeno, e o segundo passava para as ordens do coronel Bento José de Figueiredo, agora com a patente de tenente-coronel. As últimas notícias dariam conta ao rei espanhol da chegada a Lisboa de 120 peças de artilharia e 25.000 fuzis, bem como o embarque de tropas britânicas para Portugal<sup>1270</sup>.

---

<sup>1267</sup> MELÓN JIMÉNEZ, 2016, pp. 201-202.

<sup>1268</sup> MELÓN JIMÉNEZ, 2016, pp. 207-210.

<sup>1269</sup> RODRIGUES, vol. 1, 1995, pp. 568-569. Ver Anexo 3, Quadro 24.

<sup>1270</sup> RODRIGUES, vol. 1, 1995, p. 569.

#### 5.4. Os planos de invasão franco-espanhóis

Numa primeira fase, os planos de invasão espanhóis contemplavam várias frentes, chegando tropas às fronteiras da Estremadura, Galiza, Andaluzia e Castela, mas o ponto principal seria Almeida, para cair sobre Lisboa. Deste modo, as forças reunidas na Galiza consistiam em 8 batalhões de tropas regulares, 6 de milícias e 2 esquadrões de cavalos, e as tropas da Andaluzia eram compostas por 4 batalhões de tropas regulares, 4 de milícias e 8 esquadrões de cavalaria<sup>1271</sup>.

De la Croix referia-se a estes planos na sua correspondência de janeiro e fevereiro de 1762, registrando que estavam planeados 3 exércitos, um para se dirigir à Galiza, outro para a Estremadura, e o mais forte destinado a Castela. Tinha ainda informações que seriam retirados dois grossos destacamentos do exército de Sarriá, “*un bon officier, mon ancien et mon ami depuis longtemps*”, que deveriam entrar em Portugal pela Galiza, destacando a importância do porto de Ferrol na preparação da campanha<sup>1272</sup>.

O acantonamento do exército principal deveria ser feito em Castela, com o centro entre Zamora e Ciudad Rodrigo, para estabelecer o quartel-general em Salamanca. Na direita colocariam as tropas que iriam corresponder à direita de ambas as linhas. Para facilitar o sustento da cavalaria seria necessário seguir a mesma regra, acantonando os corpos nas alas de ambas as linhas guardando a distância proporcional ao uso das forragens. Os corpos provenientes de Aragão deveriam passar por Medina Coeli e Burgo de Osma até Valdestillas, enquanto que os que se encontravam em Castela-a-Nova marchariam por Guadarrama até Ávila e Arévalo. As tropas deveriam marchar com dois dias de intervalo entre os corpos para a união do exército em Castela, a 1 de março de 1762<sup>1273</sup>.

As ordens seguintes continuavam a apontar que o exército de prevenção deveria estar preparado no dia 1 de março, juntando-se a estas ordens os avisos feitos ao ministério da fazenda sobre as providências relativamente ao “exército de Portugal”, referindo-se que

---

<sup>1271</sup> *The London Magazine or, Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for June 1762, p. 344. Ver Anexo 3, Quadros 25 e 26.

<sup>1272</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 163.

<sup>1273</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, doc. 12.

as tropas acantonadas na raia de Castela iriam marchar com pão e cevada para quatro dias, numa rota previamente definida, para “*aprontar en los transitos la subsistencia, que se pueda*”, como era referido numa ordem de 24 de fevereiro de 1762<sup>1274</sup>.

Enquanto isso, chegavam à Galiza D. Maximilian de la Croix, Tenente-general, e o Marechal de Campo Dunant, para servirem no exército que se deveria reunir em Tui, sabendo-se que o regimento suíço que os acompanhava iria substituir os dois batalhões dos regimentos de Granada e de Múrcia que estavam destinados a passarem para Castela<sup>1275</sup>. Apesar destas movimentações, as operações continuariam demoradas, de tal maneira que apenas a 27 de março chegaram ordens para que o exército entrasse imediatamente em Portugal, mais precisamente no dia 6 de abril, alertando o rei espanhol que Sarriá não deveria cometer qualquer hostilidade em território português, mas proclamar, através de cartelas impressas, “*el buen trato al país*”<sup>1276</sup>.

A *Gazette de France* acompanhava também as operações militares na Península. O número de abril de 1762 dizia também que o exército reunido em Castela deveria dirigir-se a Arévalo, onde chegaria no dia 13 de abril, passando depois para Salamanca. De acordo com a notícia, a ala direita, composta por tropas de primeira linha, era esperada em Zamora no dia 18, enquanto a ala esquerda tomaria a direção de Ciudad Rodrigo.

A partir de determinada altura, o governo espanhol decidiria alterar o eixo principal da invasão, direcionando a força principal mais para norte, situação que alguns autores apontam como a razão principal que motivou o atraso fatal para as forças invasoras, impedindo-as de ter sucesso, permitindo a reorganização do exército português e a chegada dos reforços britânicos<sup>1277</sup>. De facto, tendo em conta que o objetivo inicial seria Almeida, os armazéns principais foram estabelecidos em Ciudad Rodrigo e no Forte de la Concepción. A mudança de estratégia acabou por ser favorável ao lado português, devido, em grande parte, “*a inconsequência da orientação dos dirigentes do exército invasor, incluindo a indefinição de um objectivo e um fraco conhecimento do território e a sua*

---

<sup>1274</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, doc. 17, 23-5-2, 43.

<sup>1275</sup> *Gazette de France*, nº 32, 19.04.1762, fl. 135-136.

<sup>1276</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, doc. 49.

<sup>1277</sup> GARCÍA ARENAS, 2004, p. 14.

*incompetência logística*<sup>1278</sup>, tal como plasmado num soneto dedicado ao rei espanhol, escrito na época, em que se dizia que “*Sabe poner ejército en campaña, / Es tan prudente, poderoso y pío, / Que hace marchar su ejército al instante, / sin saber si podrá pasar el río*”<sup>1279</sup>.

O engenheiro catalão António de Gaver (?-1769) apresentara um projeto diferente, com base na sua vasta experiência e um anterior reconhecimento de Portugal, considerando como de mais rápido sucesso a invasão das províncias de Trás-os-Montes, através de Bragança e Miranda, e do Minho, com o objetivo de se apoderarem da cidade do Porto e dar um golpe profundo no comércio britânico dos vinhos, considerando-se que a invasão de Portugal teria como objetivo “*que los enemigos [os británicos] no se sirvieran como base de operaciones de aquella costa*”. Por isso, “*desconociendo la topografía y los obstáculos naturales que habia de encontrar el proyecto, se adoptó el de invadir las provincias de Tras-os-Montes y de Entre Duero y Miño, estimando cosa llana llegar á Oporto*”<sup>1280</sup>. António de Gaver conhecia bem a fronteira portuguesa, realizando o reconhecimento da mesma desde 1750, incluindo um mapa da fronteira de Castela com Trás-os-Montes, datado de 1753<sup>1281</sup>. Para além da conquista da cidade portuguesa mais ativa em termos comerciais, sobretudo no que dizia respeito aos vinhos<sup>1282</sup>, não será de descuidar também a hipótese de os invasores procurarem uma solução que afastasse a guerra da rainha de Portugal, D. Mariana Vitória, irmã de Carlos III e filha predileta da rainha-mãe.

Por isso, e apesar de todas as hesitações, a Coroa espanhola decidiu efetivar a invasão, com um contingente colocado ao longo da fronteira com Portugal. Este esforço foi, sem dúvida, “*the greatest mobilisation of troops on mainland Spain throughout the whole eighteenth century*”, o que demonstra o interesse de Espanha no sucesso da mesma<sup>1283</sup>. As operações militares deveriam abranger várias frentes. O governador da

---

<sup>1278</sup> COSTA, 2010, p. 141.

<sup>1279</sup> *Soneto dedicado a Carlos III*, correspondência do embaixador português em Madrid, Aires de Sá e Melo, A.N.T.T., M.N.E., Cx. 624, cit. por GARCÍA ARENAS, 2005, 538).

<sup>1280</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 156.

<sup>1281</sup> GARCÍA ARENAS, 2005, p. 545.

<sup>1282</sup> FERNAN-NÚÑEZ, 1898, p. 165.

<sup>1283</sup> GONZÁLEZ ENCISO, 2006, p. 159.

Galiza, de la Croix, acreditava, a 13 de março de 1762, que seriam enviados dois destacamentos do exército de Sarriá para atacarem Portugal pela Galiza. De la Croix também tinha informadores na cidade do Porto, de onde lhe chegavam notícias, nesse mesmo mês de março, de que os Portugueses iriam optar definitivamente pela aliança britânica, sabendo inclusivamente da chegada de Lord Tyrawly a Lisboa e do general Crawford, chegado de Belle Isle com cerca de 8.000 homens<sup>1284</sup>. Por isso, o governador da Galiza referia-se a Portugal, nas suas cartas, como inimigo, apesar de não existir ainda declaração de guerra formal, avisando que os oficiais britânicos se encontravam já a orientar a defesa da fronteira portuguesa e das suas praças principais.

Indicava ainda que o exército espanhol se reunira no dia 22 de abril em Zamora, pronto para invadir Portugal a partir de Miranda. Neste ponto, de la Croix afirmava que, de acordo com este pressuposto, o objetivo seria, sem dúvida, atacar a cidade do Porto, sendo necessário, para tal, atacar Miranda, Bragança, Valença e Chaves, avisando também que, sem os reforços franceses, que já se encontravam em Baiona, seria muito difícil obter bons resultados. O auxílio francês a Espanha, sob as ordens do conde de Egmont e M. de la Tour du Pin, era composto pelos regimentos dos Royal-vaissaux, Artois, Aumont, Montmartin, Cambis, la Sarre e Royal-Cantabre, num total de 12 ou 13 batalhões que, a 17 de abril, ainda se encontravam estacionados em Baiona, num total de 10.000 reforços franceses, comandados pelo Príncipe de Beauvau<sup>1285</sup>.

Quando o exército espanhol se reuniu em Zamora, no dia 22 de abril de 1762, teria já o objetivo de marchar sobre Miranda, com a certeza de que seria necessário cercar esta praça, a par de Bragança, Valença e Chaves, que não estariam muito bem fortificadas, mas para as quais o exército tinha de ser aumentado entre 10.000 a 12.000 homens.

O reforço pedido viria da parte dos franceses, sob as ordens do Conde de Egmont e M. de la Tour du Pin, bem como do Conde de Marhocuf, Brigadeiro e Marechal-General e o Marquês de Bouffleurs, major-general, comandando as forças que se poderiam juntar às tropas espanholas em junho<sup>1286</sup>. De la Croix pensava, por outro lado, que os esforços britânicos poderiam ser dirigidos, não tanto para a defesa dos Portugueses, mas para a

---

<sup>1284</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 163.

<sup>1285</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, pp. 164-165.

<sup>1286</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 165.

possibilidade de atacarem as costas espanholas, mal defendidas, devido à sua capacidade de se deslocarem rapidamente por mar.

Numa carta de M. de la Caulerie ao Marquês de Heuchin, datada de 8 de maio de 1762, considerava-se que o exército de Castela era de “*observação*”<sup>1287</sup>, e que o seu objetivo seria cercar Miranda, sabendo-se que esta praça “*est mal fortifiée, mal porvue de troupes et sera vite prise*”, sendo o objetivo seguinte Torre de Moncorvo, para colocar pontes sobre o Douro, dirigindo-se depois o exército em direção a Almeida, necessária para cobrir Castela e a Estremadura. De acordo com esta carta, o plano seguinte seria prosseguir para Lamego e a cidade do Porto, permitindo assim uma ligação marítima das tropas invasoras com a Galiza<sup>1288</sup>, de onde deveria sair outro contingente, como já foi mencionado. Desde março que estavam em marcha um grande número de canhões, através do território espanhol, esperando-se 50 peças de 24 libras e 16 de 16 libras, a que se deveriam acrescentar 6.000 bombas, faltando apenas as mulas para o seu transporte. Os morteiros deveriam ser encaminhados a partir de Sevilha. O Príncipe de Beauvau, Egmont e La Tour du Pin estariam prontos em Baiona, com 12 batalhões de tropas, prontos para entrar em Espanha e juntar-se ao Marquês de la Croix, na Galiza. As notícias sobre as defesas portuguesas indicavam que Miranda estava defendida por dois batalhões de tropas regulares, de 1.500 homens, mais 1.500 tropas de paisanos e uma boa artilharia fornecida pelos britânicos.

As ordens seriam para o exército espanhol avançar a partir do campo de Zamora, a 28 de abril, até Miranda, marchando três dias, com um dia de descanso, devendo chegar a Constantim em primeiro lugar. Dois regimentos de cavalaria deveriam juntar-se a Sarriá, esperando-se juntar no exército invasor pelo menos 5.000 cavalos. Na estratégia espanhola, para além da conquista das principais praças transmontanas, um grosso destacamento deveria assenhorear-se de Valença, enquanto a maior parte das tropas deveria cercar Almeida. Contudo, o mesmo De la Croix, apercebeu-se da armadilha, assinalando que os portugueses não fizeram qualquer baixa do lado espanhol durante os primeiros tempos da

---

<sup>1287</sup> Existiam exércitos de socorro, observação ou de cobertura, que, no século XVIII, se tornaram mais importantes do que as forças consagradas ao ataque ou à defesa das praças (CHAGNIOT, 2001, p. 289).

<sup>1288</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, pp. 165-166.

invasão, pensando que estes se poderiam então concentrar em posições mais adequadas para se entrencharem fortemente<sup>1289</sup>.

O mesmo plano encontra-se registado num mapa publicado em 1808, da autoria do geógrafo inglês John Lodge Júnior<sup>1290</sup>, baseado, por sua vez, num mapa do italiano Rizzi-Zannoni<sup>1291</sup>, datado de 1762, e novamente reproduzido em 1802<sup>1292</sup>. Com o título “*The kingdoms of Portugal and Algarve*”, esta obra apresenta pormenores bastante interessantes, tais como a principal rede viária de Portugal. Mais importante ainda para o presente estudo são as referências temporais que surgem associadas a diversas localidades do norte e fronteira da Beira e que revelam as intenções dos invasores espanhóis, em 1762. As indicações constantes neste mapa teriam servido para fins militares durante as campanhas napoleónicas, nomeadamente como exemplo de percursos das tropas em direção a objetivos como a cidade do Porto, a partir dos planos de 1762<sup>1293</sup>.

O traçado composto pelas datas constantes no mapa mostra claramente que a invasão foi programada em três etapas diferentes. A primeira, por Trás-os-Montes, foi a única efetivamente concluída. Em maio, a partir de Zamora, passando por Carbajales e Alcañices, as tropas invasoras entrariam por Constantim e Vimioso com três objetivos: cercar e tomar a praça de Miranda do Douro, prosseguir na direção de Bragança e Chaves, dominando as principais praças da fronteira com a Galiza, e prosseguir ao longo do rio Douro, alcançando Torre de Moncorvo, para dominar as passagens do rio. Deste modo, seria possível alcançar Castelo Rodrigo e Almeida, bem como controlar o rio Douro e, eventualmente, prosseguir até ao Porto por via fluvial. A segunda etapa deveria ser efetuada no início do mês de junho, após a conclusão da conquista de Trás-os-Montes, na província do Minho.

O mapa mostra a confiança das forças invasoras, uma vez que, após entrarem no Minho por Cerveira, deveriam demorar apenas quatro dias para alcançar a cidade do Porto,

---

<sup>1289</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, pp. 166-167.

<sup>1290</sup> Ver Anexo I, Imagem 52.

<sup>1291</sup> Giovanni Antonio Rizzi-Zannoni (1736-1814), foi um cartógrafo e geógrafo italiano. Depois de trabalhar na Polónia, Suécia e Dinamarca, passou para a Alemanha, em 1757, onde foi feito prisioneiro pelos franceses e encaminhado para Paris, onde esteve entre 1760 e 1776.

<sup>1292</sup> RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio – *Les royaumes de Portugal et d’ Algarve*, Veneza, 1802 (B.N.P., Cota: cc-393-a).

<sup>1293</sup> MOREIRA, 2012, p. 146.

passando por Viana e Barcelos. A terceira e última etapa não é tão perceptível, considerando-se apenas a possibilidade da presença das tropas espanholas em Vale da Mula, perto de Almeida, no final do mês de junho e em Viseu, poucos dias depois.

Estes planos necessitavam de apoio cartográfico. Por isso, surgiram mapas diversos, tais como um mapa que assinalava as cidades fortificadas do Norte de Portugal<sup>1294</sup>, bem como linhas que marcavam os percursos considerados mais eficazes para atingir os objetivos pretendidos. Outros mapas, mais simples, assinalavam as vias principais a norte do Douro, sendo bem visível que o ponto de chegada pretendido seria a cidade do Porto<sup>1295</sup>. Um outro mapa, pormenorizando o sudeste da província transmontana<sup>1296</sup>, relacionava-se com o objetivo de encontrar e dominar os pontos de passagem do rio Douro, pelo menos até ao rio Tua.

A confiança espanhola era elevada, alimentada pelo sentimento de que as tropas portuguesas eram poucas e de má qualidade, bem como pela certeza do reforço francês que se encontrava estacionado em Baiona, do qual 12 batalhões seriam enviados para a Galiza. Os oficiais espanhóis estavam eufóricos, tal como nos revela uma carta de O' Reilly dirigida a Ricardo Wall, datada de 17 de abril de 1762. Nesta missiva, o oficial de origem irlandesa, afirmava que lhe daria muito gosto de abrir caminho em Portugal até Lisboa com as suas tropas ligeiras, granadeiros e dois regimentos de dragões, pelo menos se encontrasse apenas tropas portuguesas pela frente, razão pela qual os portugueses não poderiam ter tempo de receber reforços estrangeiros.

Este excesso de confiança relativamente ao exército português devia-se ao facto de ter visto com os seus próprios olhos a decadência das defesas portuguesas, nomeadamente nas praças de Lisboa, Elvas, Estremoz e Valença. Dizia também que a maior parte dos soldados portugueses estavam casados ou viviam como *filhos famílias* em suas casas, dedicando-se a algum ofício ou ao cultivo das terras, servindo nas fortificações apenas nos dias de escala, estando os quartéis abandonados porque assim poderiam ter as armas em casa, ficando apenas piquetes de 20 soldados e um oficial. Informava também que, na sua opinião, esta tropa estava muito torpe no manejo das armas, reconhecendo que o erário

---

<sup>1294</sup> Ver Anexo I, Imagens 13A e 13B.

<sup>1295</sup> Ver Anexo I, Imagens 14A e 14B.

<sup>1296</sup> Ver Anexo I, Figura 19.



régio não tinha meios suficientes, concluindo que “*ellos conocen la inferioridade de sus tropas y lo mas es que confiesan la ignorância de sus oficiales*”<sup>1297</sup>. Um outro testemunho é-nos dado pelo governador da Galiza. De la Croix diria nas suas cartas, por exemplo, que Miranda do Douro era uma praça “*mal fortifié, mal pourvue de troupes et sera vite prise*”. Sobre o exército português, escrevia ainda que “*le Portugal n’a que peu de troupes et mauvaises*” e que “*il ne peut espérer que dans le secours des Anglais*”<sup>1298</sup>.

### 5.5. A invasão espanhola a partir da fronteira mirandesa (maio-junho, 1762)

As autoridades militares espanholas prepararam a invasão durante quatro meses, coordenando o envio de tropas, que na maior parte dos casos se encontravam na Catalunha e na região de Valência, procedendo a uma logística enorme para as colocar junto da fronteira com Portugal. A par das tropas, foi necessário criar centros de aprovisionamento perto da fronteira e deslocar a artilharia desde Barcelona e, mais tarde, também Sevilha<sup>1299</sup>. Estas duas cidades possuíam as únicas fundições de canhões de bronze em Espanha, produzindo Barcelona as duas baterias de artilharia deslocadas para Zamora, e a restante sairia de Sevilha em direção a Ciudad Rodrigo<sup>1300</sup>.

O governo espanhol planeava uma invasão total, ao longo de toda a fronteira, a partir de Tui, Salamanca/Zamora, Badajoz e Niebla, situando-se o grosso do exército em Castela-a-Velha, ou seja, na região de Zamora. O objetivo era conseguir a surpresa total e, por isso, envidaram todos os esforços para coordenar a ação diplomática e a reunião do exército na fronteira. Apesar de podermos identificar três forças de invasão, uma destinada à Beira, outra ao Alentejo e uma última em direção a Trás-os-Montes, apenas esta entraria em ação<sup>1301</sup>, encontrando a força invasora várias dificuldades, tais como o terreno agreste do

---

<sup>1297</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 65.

<sup>1298</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 166.

<sup>1299</sup> GONZÁLEZ ENCISO, 2006, p. 162.

<sup>1300</sup> GONZÁLEZ ENCISO, 206, pp. 181-182.

<sup>1301</sup> DAVIS, 1985, p. 149.

Douro, ao mesmo tempo que começavam a escassear os mantimentos e começavam a encontrar oposição, como veremos adiante.

A ordem de mobilização das tropas espanholas foi dada a 19 de dezembro de 1761, e os intendentess enfrentaram desde logo o enorme problema da deslocação das tropas ao longo de centenas de quilómetros (as mais distantes, a partir de Cádiz, percorreram mais de 500 quilómetros), com a necessidade de assegurar pontos de reabastecimento com trigo e cevada para homens e animais. Por isso, as tropas destinadas a Zamora, saindo de Barcelona e Valência, percorreram centenas de quilómetros, passando por Catalayud e Valladolid. Outro aspeto a considerar foi a necessidade de todas estas tropas, na sua maioria provenientes da Catalunha, chegarem ao mesmo tempo à fronteira, de forma a efetivar a invasão plena<sup>1302</sup>.

No dia 16 de fevereiro de 1762, Sarriá receberia as suas ordens, no sentido de seguir o plano para a conquista de Portugal, sendo vontade do rei espanhol que o exército se internasse em território português e sitiasses as suas praças<sup>1303</sup>. Alguns dias mais tarde, a 23, as tropas acantonadas em Castela-a-Nova receberiam também ordens para se movimentarem para Castela-a-Velha, a partir do dia 1 de março<sup>1304</sup>, no sentido de permitir que, no dia 27 desse mês, Sarriá entrasse em Portugal. Para que tal acontecesse, era necessário que as praças de Zamora e Ciudad Rodrigo, bem como o Forte da Conceição, em Salamanca, tivessem uma boa guarnição e estivessem de prevenção até à chegada dos regimentos de Granada e de Múrcia. Os regimentos de milícias de Ciudad Rodrigo e de Leão deveriam igualmente aprontar-se para cobrir estas praças<sup>1305</sup>.

No entanto, a declaração oficial de guerra por parte da Coroa espanhola apenas sairia nos decretos de 12 e 15 de junho de 1762<sup>1306</sup>, onde se acusava que o rei de Portugal ordenara, a 18 de maio, tratar os espanhóis como inimigos, dando-lhes ordem para sair dos domínios portugueses num prazo de 15 dias. A resposta espanhola seria dura, ordenando-

---

<sup>1302</sup> Ver Anexo 1, Imagem 53.

<sup>1303</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 6. Ver Anexo 1, Imagem 54; Anexo 3, Quadros 27 e 28.

<sup>1304</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 7-2. Ver Anexo 5, Documento 8.

<sup>1305</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 34.

<sup>1306</sup> Ver Anexo 5, Documento 11.

se “*Que en su observancia se confisquen en todos mis Dominios los Bienes, y Efectos que pertenezcan à los Portugueses: Que salgan de mis Reynos en el termino de quinze dias despues de publicada esta mi determinacion los Portugueses que no se hallaren conaturalizados en ellos, pudiendo quedarse solamente los que estuvieren entretenidos en Oficios mecanicos: Que no traten mas de modo alguno mis Vassallos à los del Rey de Portugal, ni comercien en los Estados de este Soberano; prohibiendo en mis Reynos la entrada, venta, y uso de los frutos, géneros, mercaderias, y manufacturas que procedan de los Estados del Rey de Portugal, de forma, que la prohibicion de este Comercio ha de ser, y entenderse, como quiero que sea, y se entenda, absoluta, y real, que ponga vicio, è impedimento en las mismas cosas, frutos, géneros; mercaderias, y manufacturas: Que en ninguno de mis Puertos se admitan, ni dè entrada à Baxeles algunos que conduzcan estos Efectos, ni se permitan introducir por Tierra, de qualquier modo, ò forma, respecto de que se han de tener en estos Reynos por ilícitos, y prohibidos, aunque vengan, se hallen, ò aprehendan en Baxeles*”. O Marquês de Esquilace seria nomeado Superintendente Geral das Rendas e do Contrabando, tendo como missão controlar precisamente o eventual comercio que ainda se poderia realizar ao nível fronteiriço, ou com as mercadorias portuguesas que já se encontravam em território espanhol, tendo-se especial atenção aos materiais de guerra<sup>1307</sup>.

Em geral, as diferentes unidades espanholas alcançaram o seu destino na fronteira entre os dias 10 e 15 de fevereiro<sup>1308</sup>. De acordo com alguns autores, Carlos III de Espanha teria dado ordens para entrar em Portugal já em 24 de fevereiro, mas só a 2 de março é que Sarriá estabeleceria o seu quartel-general em Salamanca. No final deste mês de março, o rei espanhol impacientava-se relativamente à morosidade das operações, as quais só terão início a 1 de maio, com 3 colunas a marcharem sobre Portugal<sup>1309</sup>.

Tendo em conta estes dados, e apesar da visão geral e normalmente aceite, sobre a ineficácia do exército espanhol, devemos reconhecer que as autoridades militares espanholas foram extremamente eficazes em deslocar as unidades até à fronteira

---

<sup>1307</sup> TROBES.UV.ES/TMP/\_WEBPAC2\_17270.47.37851, disponível em «[www.cervantesvirtual.com](http://www.cervantesvirtual.com)», Universidad de Valencia, Fondo Antigo y Colaciones Singulares, s/f.

<sup>1308</sup> GONZÁLEZ ENCISO, 2006, p. 168.

<sup>1309</sup> BARRENTO, 2006, p. 472.

portuguesa, percorrendo centenas de quilómetros ao longo de toda a Espanha, apesar de não terem conseguido superar as dificuldades em coordenar os “*timings*” do exército com os da política e da diplomacia, bem como com as dificuldades impostas pelas redes viárias da época.

Neste caso, a primeira previsão para a invasão, o dia 5 de março de 1762, não atendeu ao facto de as últimas tropas conseguirem chegar à fronteira portuguesa apenas nos inícios de abril, altura em que os últimos elementos da artilharia saíam ainda de Barcelona. Por isso, a primeira ordem de invasão foi dada apenas a 6 de abril de 1762, embora o grosso do exército só tenha saído de Zamora em direção à fronteira mirandesa a 28 de abril<sup>1310</sup>.

As dúvidas que surgiram a alguns autores, relativamente aos objetivos da invasão espanhola, ligam-se ainda a uma historiografia um pouco romantizada, que via na figura da rainha alguém que, por si só, impedia, por ser irmã do rei espanhol, os intentos militares de conquistarem a capital, apesar de, indiretamente, referir que um dos objetivos poderia ser o da conquista do Porto, inflingindo, desta maneira, um golpe aos interesses britânicos. Mais válido seria o contributo do dispositivo de defesa português, que, quer em Montalegre, em Vila Pouca de Aguiar ou no Marão, conseguiram, através da utilização de forças regulares e de milícias, travar o avanço das tropas espanholas, o que levou o próprio Sarriá a preferir a utilização da ligação por Sanábria e a Galiza<sup>1311</sup>.

O principal problema espanhol centrou-se na passagem do rio Esla. De facto, uma carta do Conde de Gazola para o comandante general da artilharia apontava também a entrada em Portugal para o dia 6 de abril, ordenando a este que passasse a artilharia através de uma ponte sobre o Esla, devendo estar já adiantados pontões necessários à sua construção<sup>1312</sup>, o que não se verificou. Efetivamente, no dia 30 de março, Sarriá dava ordens para o exército se concentrar em frente a Zamora, entre os dias 4 e 5 de abril, avisando, no entanto, que a ponte sobre o Esla estava “*rota*”<sup>1313</sup>, resolvendo-se enviar

---

<sup>1310</sup> GONZÁLEZ ENCISO, 2006, pp. 171-172.

<sup>1311</sup> BARRENTO, 2006, p 473.

<sup>1312</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 34-5.

<sup>1313</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 49.

engenheiros para ajudarem o Conde de Gazola na ponte, devendo ser utilizadas as barcas que ali existiam para se resolver o problema<sup>1314</sup>.

A 31 de março, o Conde de Gazola escrevia para D. Ricardo Wall, dizendo que, quando chegasse o trem de bater com 25 canhões, a sua entrada em Portugal deveria ser efetuada com recurso a bois e carros, pois este era o único expediente nos casos em que faltavam rios navegáveis que facilitassem o mesmo transporte<sup>1315</sup>. A quantidade e qualidade da artilharia destinada à invasão mostram a importância dada à campanha. As peças seguiam as regras das ordenanças de Filipe V, de 1718 e 1728, que estipulou cinco calibres para a artilharia de terra, com canhões de 24, 16, 12, 8 e 4 libras<sup>1316</sup>, morteiros de 12, 9 e 6 polegadas, e pedreiros de 15 polegadas<sup>1317</sup>. Para designar os calibres dos obuses, pedreiros e morteiros<sup>1318</sup> utilizavam-se as polegadas, enquanto que para as restantes peças se utilizavam as libras que pesavam as balas que disparavam<sup>1319</sup>.

No início de abril, as cartas de Sevilha que chegaram à *Gazette de France*, mostravam que nessa cidade tinham sido fabricados um grande número de carruagens, carroças, “*cheveaux de frise*”<sup>1320</sup> e escadas, material que tinha sido já enviado, em parte, para a Estremadura, juntamente com morteiros, alguns canhões de 16 libras e 2.000 cargas de balas de canhão<sup>1321</sup>.

Em março, permaneciam as dificuldades em passar esta mesma artilharia pelo rio Esla, sendo necessário colocar por precaução o regimento de África como guarnição em Ciudad Rodrigo, tendo sido também destacadas para o Forte da Conceição duas das suas

---

<sup>1314</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 57.

<sup>1315</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 52-2.

<sup>1316</sup> Mais tarde, em 1801, as peças podiam ter os seguintes calibres: 36, 24, 16, 12, 8 e 4. O mais frequente era o lançamento de peças de 24 e de 16 a 600 (1176m) ou 800 (1568m) toesas de distância, através de tiros diretos frontais. Estas distâncias menores permitiam tiros com maior precisão (cfr. SANTOS, 2012, p. 163).

<sup>1317</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, p. 76.

<sup>1318</sup> Os morteiros eram bocas de fogo destinadas a tiro curto com 45º a 90º (Cfr. SANTOS, 2012, p. 165).

<sup>1319</sup> MARTÍNEZ RUIZ, 2016, p. 77.

<sup>1320</sup> Os “*cheveaux de frise*” eram barreiras defensivas feitas em madeira, com estacas cruzadas, usadas sobretudo para contrariar os ataques de cavalaria: “(...) *they are formed of a large joist, 10 or 12 ft. long and from 6 to 9 in. square, into the sides of which are driven wooden pins, 6 fl. long and 1 or 2 in. in diameter. Several are connected together by a chain. Sometimes they are made of iron. They are chiefly employed to close the gorge of a work, to form barricades, and to arrest the inroad of cavalry*” (Cfr. LENDY, A. F. - Elements of Fortification, London, 1857, p. 66).

<sup>1321</sup> *Gazette de France*, nº 34, 26.04.1762, fl. 144.

companhias de granadeiros e um piquete. Este corpo deveria ali manter-se até à passagem dos Suíços de Reding e dos Dragões da Rainha, que estariam mais próximos de Salamanca e que poderiam, por isso, conter eventuais entradas dos portugueses, se se declarassem inimigos. Desta forma, esta praça ficaria defendida pelos regimentos de África, Dragões da Rainha e Suíços de Reding<sup>1322</sup>. Contudo, os atrasos a partir de Barcelona estavam bem patentes numa carta datada de 8 de maio, que referia claramente que, no início de março, tinham enviado um grande número de canhões para a fronteira portuguesa, faltando ainda enviar 50 de 24 libras e 16 de 16 libras, assim como 6.000 bombas, faltando ainda as mulas para carregarem o material, para este se juntar ao que seria enviado, por sua vez, a partir de Sevilha, como, por exemplo, morteiros<sup>1323</sup>.

No mesmo sentido, era urgente passar também as tendas de campanha para Zamora, marchando de dia e de noite, bem como os fuzis e baionetas do novo modelo, que estavam agora depositadas em Ciudad Rodrigo, deixando-se apenas 700 armas para armar o regimento de milícias que ficaria de guarnição em Leão<sup>1324</sup>. No dia 29 de março, as missivas de Sarriá mostravam ainda a urgência em passar para Zamora todo este material, pedindo para se juntarem todos os carros e azémulas possíveis<sup>1325</sup> para o seu transporte.

Na mesma altura, Sarriá diria que o Conde de Gazola deveria permanecer em Zamora, uma vez que se esperava com brevidade a chegada da artilharia, petrechos e munições vindas de Barcelona e de Ciudad Rodrigo. Sarriá passaria brevemente para Zamora, esperando-se também a chegada de 3.000 fanegas de trigo em Ciudad Rodrigo<sup>1326</sup>. Era evidente que a questão do abastecimento das tropas preocupava sumamente Sarriá, tanto que, no mesmo dia 29 de março, uma outra carta dirigida a D. Juan Filipe Castaños, Intendente Geral do exército de campanha, alertava novamente para a necessidade de as

---

<sup>1322</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 39.

<sup>1323</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 166.

<sup>1324</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 35.

<sup>1325</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 38.

<sup>1326</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 35.

tendas de campanhas chegarem a Zamora no dia 2 de abril, e as armas, o mais tardar, no dia 3, marchando-se de dia e de noite, se fosse necessário<sup>1327</sup>.

No entanto, quando o armazenamento das provisões estava praticamente completo em Ciudad Rodrigo e Salamanca, o governo de Madrid resolveu mudar de planos e ordenar a invasão principal a partir de Zamora, 62 km a norte de Salamanca, o que colocou um grave problema logístico e de falta das provisões<sup>1328</sup>. Por isso, os constantes atrasos ao nível da organização das tropas e da chegada dos diversos materiais de guerra levariam a que as tropas reunidas em Zamora avançassem para a fronteira portuguesa apenas no início de maio. A Coroa aceitou este novo plano, o que obrigou as tropas a deslocarem-se para Zamora. No entanto, esta mudança transformou-se num imenso contratempo devido à inexistência de armazéns de apoio ao exército em Zamora, bem como pela dificuldade posterior de atravessar o rio Esla<sup>1329</sup>, como já referimos, obrigando à construção de uma ponte com 24 barcas, sob o comando do Conde de Gazola, comandante da artilharia espanhola, vindo de Itália.

A partir deste momento, Zamora tornar-se-ia de grande importância devido ao seu papel como Capitania Geral, porque a invasão do norte de Portugal era agora uma das vertentes fundamentais da campanha. Deste modo, aumentaram-se em Zamora as quantidades de armamento, munições e víveres para o exército, redobrando-se o trabalho sobretudo dos engenheiros ao serviço da Coroa espanhola, com ordens para disponibilizar trens de pontes e preparar parques para o exército. Em S. Jerónimo foram inclusivamente estabelecidas oficinas onde se efetuaram experiências de peso de barcas e canhões pelo engenheiro D. António Córdoba<sup>1330</sup>.

Os espanhóis dispuseram 3 depósitos de armas e munições, em arco, para preparar a entrada no nordeste transmontano, posicionados em Zamora, Valdestillas e Ciudad Rodrigo. A 2 de março todas as tropas estavam à disposição, e Sarriá estabeleceu o seu quartel-general em Salamanca, enquanto mais tropas chegavam a Arévalo e Ávila, onde ficariam de prevenção. O plano de operações seria delineado pelo engenheiro António de

---

<sup>1327</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 40.

<sup>1328</sup> GONZÁLEZ ENCISO, 2006, p. 178.

<sup>1329</sup> FERNAN-NÚÑEZ, 1898, p. 166.

<sup>1330</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 155.

Gaver, e enviado a 16 de março pelo rei<sup>1331</sup>. A ala direita espanhola extrema encontrava-se em Puebla de Sanabria, e a esquerda em Ciudad Rodrigo. O conde de Gazola avisaria sobre a impossibilidade de atravessarem o Douro, mesmo assim enviaram-lhe placas de cobre para forrar as barcas. Foram, por isso, obrigados a construir uma ponte nova sobre o rio Esla, capaz de transportar os 30.000 homens e o respetivo equipamento. A 27 de março receberia ordem para atacar imediatamente Portugal, a partir de Zamora. De acordo com Mourinho, Sarriá dispunha de 88 bocas de fogo, sendo 39 canhões maiores, 8 de 12 polegadas, 10 de 8 polegadas, 24 de 4 polegadas, 4 de 6 polegadas e 3 petardos armados. Na margem esquerda do Douro, no Penedo Amarelo, seriam colocados 4 canhões de 16 polegadas e 2 morteiros, para atingir Miranda<sup>1332</sup>. A 2 de abril, Sarriá daria a conhecer que encontrou um paisano espanhol com prática na rota entre Zamora e a cidade do Porto. Este indicaria a Sarriá que todos os povoados e caminhos até Miranda do Douro eram regulares, mas que pioravam até Moncorvo e o Porto<sup>1333</sup>.

Antevendo o sucesso da invasão da região mirandesa, Sarriá perguntava a D. Ricardo Wall, numa carta de 21 de abril, se, depois da tomada de Miranda do Douro, deveria destruir ou conservar as suas fortificações, mas também se deveria continuar a guerra no Douro e no Minho ou se deveria baixar com as suas tropas para os territórios entre o Douro e o Tejo<sup>1334</sup>. Alguns dias depois, a 28 de abril, Sarriá colocava novas questões, sobretudo se, depois da conquista de Miranda, deveria retroceder para sitiar Almeida, avisando que *“nunca conviene internarse para estar en disposicion de hacer frente a los desígnios de los inimigos”*. No caso de se internar em território português, perguntava também se haveria vantagens em proceder à tomada de Bragança, dependendo do facto de, mediante o número de tropas de que dispusessem os portugueses, estes cedessem ou defendessem a praça de Miranda. Na mesma carta informava também que se trabalhava incessantemente na condução de forragens para os acampamentos de trânsito para Miranda, devendo fortificar-se a cabeça de ponte sobre o Esla com o regimento de infantaria de Brabante e o regimento de cavalaria de Calatrava. Avisava também que no

---

<sup>1331</sup> MOURINHO, 1986, pp. 381-382.

<sup>1332</sup> MOURINHO, 1986, p. 385.

<sup>1333</sup> MOURINHO, 1986, p. 385.

<sup>1334</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 68.



caminho para esta praça existiam alguns penhascos, nos quais se deveriam abrir túneis para permitir a passagem da artilharia, e que os habitantes de Fermoselle e de Alcañices lhe pediam armas para se prevenirem contra qualquer ação portuguesa<sup>1335</sup>.

A partir do dia 29, sucederam-se as ordens tendentes à invasão de Portugal. Neste mesmo dia, Castremañes recebia uma carta de Sarriá para que o regimento de milícias de Leão entrasse de guarnição na mesma praça, mas que os regimentos de Ciudad Rodrigo, de África, os Suíços de Reding e os Dragões da Rainha marchassem para Zamora, para se juntarem ao exército, enquanto que em Ciudad Rodrigo ficariam milícias de piquetes e um esquadrão de cavalaria e algumas companhias de infantaria ligeira para conterem as esperadas correrias dos portugueses com cavalaria<sup>1336</sup>. Contudo, nos dias 2 e 3 de maio, Sarriá ainda se encontrava em Carbajales, enviando no dia 4 o quartel-mestre general, D. António Flobert, ao governador de Miranda com uma carta, com o mesmo teor da publicação afixada nas vilas e aldeias da região. Flobert aproveitou para elaborar uma planta do castelo e do donjão, da casa do governador, das muralhas e do lado norte, registando ainda que tinha visto fora da cidade 100 soldados vestidos de branco e com gola encarnada, e que estariam dentro da praça entre 700 a 800 soldados. Quando pediu a Sarmento que entregasse Miranda do Douro, este responderia que não tinha ordens do seu rei, nem dos seus superiores para o fazer, nem para deixar estar tropas estrangeiras em território português, devendo tratar como inimigos os que ali se encontrassem.

De acordo com a Gazette de France, o exército do rei de Espanha tinha começado a acampar em Zamora no dia 1 de maio<sup>1337</sup>. No dia 5, o seu quartel-general estava em Carbajales e, por um despacho desse mesmo dia, Sarriá anunciava que tinha feito entrar um destacamento em Constantim, destinando outro para seguir o curso do rio Douro, com o objetivo de cortar a retirada da guarnição de Miranda, caso esta quisesse evacuar. Nesse anúncio, dizia também que uma parte da ala direita do exército invasor tinha sido destacada

---

<sup>1335</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, n° 78.

<sup>1336</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, n° 41, 42.

<sup>1337</sup> Ver Anexo 3, Quadro 29.

para fazer o cerco a Miranda, e que, ao mesmo tempo, atacaria Bragança com algumas companhias de granadeiros e de piquetes<sup>1338</sup>.

Para a invasão de Portugal, Carlos III juntou um exército de cerca de 40.000 homens e 93 canhões<sup>1339</sup> escolhendo, contra a opinião do seu ministro, D. Ricardo Wall, o Marquês de Sarriá para comandante supremo<sup>1340</sup>. Nicolás de Carvajal y Lancaster, Marquês de Sarriá, era irmão de José de Carvajal, ministro de Fernando VI. As tropas comandadas por Sarriá eram denominadas “*exercito de prevencion en Castilla*”, e consistiam num total de 36 batalhões e 35 esquadrões<sup>1341</sup>.

A estes nomes acrescentava-se também o do Ajudante General D. Alejandro O’ Reilly, comandante das tropas ligeiras, que comandava dois batalhões de infantaria da Catalunha, cada um composto por 6 companhias com 100 homens cada, e 10 companhias de voluntários a cavalo, com 50 cavalos cada<sup>1342</sup>. A ação espanhola contou ainda com alguns nomes sonantes da estrutura militar espanhola de então. São disso exemplo o Conde de Ricla (1720-1789), que participou na campanha contra Portugal, distinguindo-se na tomada de Almeida, sendo nomeado, em 1763, capitão-general de Cuba e, mais tarde, vice-rei de Navarra e capitão-general da Catalunha<sup>1343</sup>, ou o Príncipe de Beauveau, marechal de França (1720-1793), que comandou também uma divisão de tropas francesas no ataque a Almeida, passando a governador do Languedoc, logo em 1763<sup>1344</sup>.

Mas um dos principais oficiais estrangeiros ao serviço de Espanha, e que teve papel decisivo na campanha transmontana, foi Alexandre O’ Reilly, Conde de O’ Reilly (1725-1794), natural de Baltrasna, condado de Meath, perto de Dublin. Este irlandês tinha ingressado no exército espanhol aos 11 anos, na unidade irlandesa do regimento de infantaria *Hibernia*, subindo ao posto de subtenente em 1739<sup>1345</sup>. Participaria nas campanhas de Itália como cadete do Regimento de Infantaria de Hibernia, passando, em

---

<sup>1338</sup> *Gazette de France*, nº 43, 28.05.1762, fl. 189.

<sup>1339</sup> GARCÍA ARENAS, 2004, p. 13.

<sup>1340</sup> FERNAN-NÚÑEZ, 1898, p. 164.

<sup>1341</sup> *The London Magazine or, Gentleman’s Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for June 1762, p. 344.

<sup>1342</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, doc. 11.

<sup>1343</sup> VENTURA, 2006, p. 40.

<sup>1344</sup> VENTURA, 2006, p. 41. Ver Anexo 1, Imagem 53.

<sup>1345</sup> MORALES MOYA, 1988, p. 129.

1759, para o exército francês. Voltaria a Espanha, sob a proteção de outro irlandês, o ministro da Guerra, Richard Wall, e participaria na campanha contra Portugal, em 1762, como tenente-general dos Reais Exércitos, ocupando Chaves e ameaçando Vila Real, passando depois, no mesmo ano ao continente americano, como um dos comandantes da expedição a Havana, sob as ordens do Conde de Riela, chegando mesmo a ser nomeado capitão-general da Luisiana, até 1770<sup>1346</sup>. Em 1766 seria nomeado inspetor geral da infantaria espanhola, com a missão de introduzir as táticas militares prussianas, e, em 1772 receberia o título de Conde de O' Reilly<sup>1347</sup>.

Sarriá comandava vários regimentos, cujos nomes nos oferecem uma visão da sua origem variada. As ordens em Zamora eram para avançar no dia 29, em duas colunas, marchar três dias seguidos e alcançar Constantim, já em terra portuguesa. Acreditava-se que em Miranda existiam dois batalhões de tropas regulares, cerca de 1.500 homens, a que se acrescentavam outros 1.500 milicianos e a artilharia enviada pelos ingleses. A chegada de mais dois regimentos de cavalaria junto de Sarriá, o “*Ordenes*” e o “*Brabante*”, elevavam o número de cavalos para 5.000<sup>1348</sup>.

Um mapa elaborado por D. Antonio de Gaver, a 15 de junho de 1762<sup>1349</sup>, já no quartel general de Duas Igrejas, oferece-nos uma visão precisa e muito completa do avanço das tropas invasoras, mais precisamente entre o dia 1 de maio, data da saída das tropas de Zamora, até ao dia 9, quando foi estabelecido o quartel general em Duas Igrejas. De acordo com as notas que acompanham o mapa, estavam aquartelados 17 regimentos no quartel general de Zamora, a que se juntaram o corpo de reserva e a artilharia, até ao dia 30 de abril de 1762.

As ordens de Sarriá de 29 de abril avisavam que o exército deveria marchar para acampar no dia 1 de maio em Montamarta, a 2 em Navianos, a 3 em Galegos e no dia 4 em Alcañices, de onde Sarriá deveria partir para tomar as principais posições para cercar Miranda do Douro<sup>1350</sup>, reforçando a 1 de maio a urgência para que os grãos e as forragens

---

<sup>1346</sup> VENTURA, 2006, p. 42.

<sup>1347</sup> MORALES MOYA, 1988, p. 130.

<sup>1348</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 166.

<sup>1349</sup> Ver Anexo 1, Imagens 12A e 12B.

<sup>1350</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 79 e 80.

fossem transportadas para Montamarta, Alcañices e Carbajales o mais depressa possível<sup>1351</sup>. Recebidas as ordens de marcha, o contingente militar dirigiu-se para Montamarta, onde se juntaram os Carabineiros Reais e os Granadeiros Provinciais, no dia 1, dividindo-se os regimentos entre Montamarta e S. Cebrián, muito perto das barcas que permitiam a passagem do rio Esla. A passagem do contingente foi célere, permitindo que, no dia 2, todo o exército se reunisse em Navianos. A partir daqui o contingente foi dividido em duas colunas, uma em direção a Brandilanes e outra destinada a Alcañices. Os regimentos da primeira coluna reuniram-se em Carbajales, no dia 3 de maio, seguindo progressivamente em direção a Brandilanes, nos dias seguintes. Deste modo, os regimentos da Galiza e de Mérida seriam os primeiros a chegarem a Brandilanes, no dia 4, seguidos da brigada da Irlanda, do regimento de Borbón e de alguma artilharia, no dia 5. As Guardas Valonas, os regimentos de Flandres, Granada, Sagunto e o Corpo de Reserva alcançariam o seu objetivo entre os dias 6 e 7 de maio. Entretanto, também no dia 4, chegaria a Alcañices toda a tropa que estivera em Gallegos, no dia anterior.

A progressão dos regimentos foi relativamente rápida. Por isso, foi possível entrar em território português no dia 5 de maio, dirigindo-se vários regimentos para Constantim, a partir de Alcañices e de Brandilanes. As primeiras unidades a invadir o território mirandês foram os regimentos da Galiza, Mérida, Sabóia e Milão, acompanhados por 9 companhias de tropa ligeira do regimento de Alcântara. No dia seguinte, 6 de maio, chegariam também os regimentos das Guardas Valonas, Flandres, Granada, Borbón e Irlanda, acompanhados por 6 canhões de 8 libras, juntando a força invasora homens de dez dos regimentos iniciais que saíram de Zamora, pelo menos. O exército de Sarriá passou assim a fronteira com Portugal perto de Alcañices, dividindo-se em corpos sob as ordens dos tenentes generais D. Carlos de la Riva Agüero e do Marquês de Ceballos, que se dirigiram depois, respetivamente, para Miranda e para Bragança<sup>1352</sup>.

No dia 4 de maio, Sarriá escrevia a Ricardo Wall que não tinha notícias da marcha do exército desde que este passara a ponte sobre o Esla. A ponte, finalmente concluída, tinha 71 toesas de longitude. Mas esta não seria a única estrutura prevista para a invasão.

---

<sup>1351</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 81.

<sup>1352</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, pp. 156-157.

Na mesma missiva, Sarriá informava que o engenheiro D. António de Córdova, que estava doente, era também o encarregado da construção de pontões para uma ponte sobre o Douro e seria substituído nesta função pelo Comissário de Guerra Juan de Piña. No dia 5 de maio estariam finalizados 20 pontões, estando projetados 50, no total, incluindo os 21 pontões utilizados no rio Esla. Faltavam apenas 9 para os concluir na totalidade<sup>1353</sup>.

Para se finalizarem as medidas de apoio à invasão, a companhia de infantaria ligeira que se encontrava em Puebla de Sanabria foi deslocada para Alcañices, onde estavam a chegar, no mesmo dia 4, as 8 companhias que tinham saído de Puebla. O armamento destinado às companhias de voluntários da cavalaria ligeira tinha finalmente chegado a Zamora, ordenando Sarriá o seu envio imediato para Alcañices, para onde se deveriam dirigir também os voluntários que se encontravam em Villalpando<sup>1354</sup>.

Antes de todos estes acontecimentos, no dia 29 de março de 1762, Sarriá receberia ordens para distribuir pela população portuguesa manifestos impressos com a mensagem de que as tropas espanholas entrariam como amigas e não como inimigas. As declarações foram entregues a portugueses em Alcañices e ao governador de Puebla de Sanabria para estes os espalharem pelos lugares da raia. No mesmo sentido, Sarriá escreveria ao governador de Miranda do Douro, a quem enviaria também um exemplar do manifesto espanhol, perguntado-lhe diretamente como pensava receber as tropas espanholas.

Após passar a fronteira em Alcañices, as tropas foram divididas em corpos às ordens dos tenentes generais D. Carlos de la Riva Agüero e do Marquês de Cevallos, avançando o primeiro para Miranda e o segundo para Bragança. Sarriá enviaria prontamente o brigadeiro D. Francisco Lasi, coronel do regimento de Ultonia, para investir contra a praça de Miranda, “*que es la más importante y fuerte por aquel lado*”. A coluna que se dirigia para Miranda teria cerca de 22.000 homens<sup>1355</sup>, mas seria o coronel O’ Reily, à frente de 1.800 homens de tropas ligeiras, que marcharia sobre Miranda<sup>1356</sup>. No dia 5 de maio, as tropas de infantaria e de cavalaria espanholas que se encontravam mais próximas da

---

<sup>1353</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 84.

<sup>1354</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 84.

<sup>1355</sup> SPEELMAN, 2012, p. 438.

<sup>1356</sup> SORIANO, 1867, tomo 1, p. 489.

fronteira entraram em Constantim. Destas unidades, coube ao Corpo de Voluntários de infantaria ligeira fazer o reconhecimento da região, em pequenos grupos. Enquanto Sarriá decidia intimar o governador de Miranda a render-se, mandou conduzir, na outra margem do rio Douro, 4 canhões de 16 libras e 2 morteiros de 9 polegadas para Torregamones, “*para inquietar, ofender, y poner en confusion a Miranda, porque la domina el parage, aunque a distancia*”. A 1ª divisão do trem de bater, composta por 16 canhões de 24 libras e 6 morteiros de 12 polegadas também chegariam no dia 5, provenientes de Navianos e de Muga de Alba, sendo este o número de peças que Sarriá considerava suficiente para fazer render Miranda<sup>1357</sup>.

As tropas colocadas em Alcañices tinham como missão cobrir as estradas de Bragança e reconhecer os caminhos existentes, uma vez que Sarriá pensava investir contra Bragança com uma companhia de granadeiros, piquetes e cavalaria, ao mesmo tempo que lançaria o resto do exército contra Miranda e enviaria um destacamento sobre o Douro para cobrir a retirada da guarnição de Miranda. Sarriá queria ir, ele mesmo, reconhecer os caminhos portugueses, deslocando-se para isso até Alcañices e Constantim, dizendo a D. Ricardo Wall que “*si fuere accesible la construccion del Puente sobre el Duero, combendra tener por caveza de el a Miranda; pero sino, bolar su castillo, como el de Berganza, tomados que sena; porque a nada conducen havendo de bariar de idea passando al sitio de Almeida que importa*”<sup>1358</sup>. Ou seja, Miranda do Douro deveria servir como cabeça de ponte para permitir e proteger a construção de uma ponte sobre o Douro e a passagem mais célere das tropas para a margem direita do Douro, auxiliando depois o cerco de Almeida. No entanto, após a conquista de Miranda, seria evidente a impossibilidade de construir a almejada ponte, pelo que, a 13 de maio, tendo em conta “*lo inaccesible de sus Peñascosas margenes*”, Sarriá iria decidir a demolição das fortificações de Miranda e de Bragança, tal como referido em carta a Ricardo Wall<sup>1359</sup>.

---

<sup>1357</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 85-2.

<sup>1358</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 85.

<sup>1359</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 94.

Finalmente, a 7 de maio, o exército espanhol iria tomar Duas Igrejas, que seria utilizada como quartel general até à retirada, alguns meses depois. O quartel general de Sarriá situava-se então em Duas Igrejas, mais concretamente na casa da residência paroquial, e o acampamento localizava-se junto da estrada mourisca, a 1.500 metros para poente da povoação<sup>1360</sup>. Em Duas Igrejas, podemos encontrar ainda hoje uma residência solarenga, localizada no Largo do Toural, reedificada ou restaurada no século XIX, e em 1943, mas que apresenta elementos manuelinos nos portais, confirmando a sua antiguidade, e que deverá ter servido como quartel general de Sarriá. Em Miranda, os espanhóis tinham informações que poderiam encontrar 2 batalhões de tropas regulares, com 1.500 homens, bem como mais 1.500 paisanos e uma boa artilharia fornecida pelos ingleses<sup>1361</sup>. A entrega da cartela em Miranda pelo enviado de Sarriá, no dia 4 de maio, teve como principal objetivo o reconhecimento da praça e das suas defesas, bem como das melhores posições para se colocarem as baterias. D. António Hobert, quartel-mestre general, diz isso mesmo numa carta enviada a Sarriá, datada do dia 5 de maio, onde descreve que, desde a pequena altura de Nossa Senhora da Luz marchou por Ifanes e Pena Branca até avistar Miranda, a 1.000 passos no caminho mais imediato, na margem direita do Douro, referindo que o caminho é todo de “*peña viva*” com cerca de 1 ou 1,5 pés.

Quando às defesas de Miranda, Hobert realizou um esboço<sup>1362</sup>, escrevendo o seguinte: “*se encuentra a mano izquierda una obra dilatada que llaman ornabeque, se passa por lo largo de su Ala que no tiene foso ni caminho cubierto, hasta una puerta en el extremo de la Ala se vuelve a derecha unos ochenta pasos y se passa a derecha una segunda Puerta del tambor B, y bolbiendo a la izquierda se passa una tercera Puerta del corredor C largo unos sessenta pasos entre una Pared sencilla de cinco, a quatro Pies de grueso com almenas y su banquetta de dos pies y la Muralla del recinto de la Plaza, lo que creo terraplanada se passa en el extremo deste corredor una quarta Puerta que se introduce en la calle principal mui estrecha. He visto apenas cien soldados vestidos de blanco y buelta encarnada he contado hasta treinta e quatro oficiales del mismo uniforme y creo que eran todos los que hai dentro de Miranda menos los de servicio lo que puede hacer conjeturar*”

---

<sup>1360</sup> MOURINHO, 1986, pp. 386-387.

<sup>1361</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE LA CROIX, 1891, p. 166.

<sup>1362</sup> Ver Anexo I, Figura 31.

700 a 800 soldados”<sup>1363</sup>. Desta forma, D. Antonio Hobert recolheu informações para fazer uma planta sumária do castelo, da casa do governador e das muralhas, anotando ainda que viu fora da cidade 100 soldados vestidos de branco, com cor vermelha no avesso, e que estariam no interior da praça entre 700 e 800 soldados<sup>1364</sup>. Deste modo, o cerco iria iniciar-se, a 5 de maio, encontrando-se o acampamento principal em Duas Igrejas, perto da lagoa de Fenales, junto da estrada mourisca.

Nos dias 7 e 8 de maio as tropas espanholas continuaram a posicionar-se em redor de Miranda. No dia 7 seria colocado em Ifanes o 1º Batalhão de Galiza, com o seu esquadrão, em Malhadas o 2º Batalhão de Galiza e a sua cavalaria, sob as ordens de D. Marcos de Mendoza, bem como todos os engenheiros que tinham ficado nesse quartel. D. Joseph Crane prosseguiu a sua marcha juntamente com D. Alexandre O’ Reilly e D. Silvestre Abarca, chegando com tempo a Duas Igrejas para designarem e montarem o acampamento. Nesta altura, os vizinhos e o padre de Duas Igrejas vieram junto dos oficiais espanhóis para prestar obediência, oferecendo aos invasores vinho e víveres. As forças invasoras verificaram, entretanto, que todos os outros lugares estavam desertos, por terem os seus habitantes fugido para Miranda. No dia seguinte D. Antonio Hobert deveria acampar na Póvoa com alguma cavalaria às ordens de D. Marcos de Mendoza, esperando a vinda da cavalaria das Guardas Valonas e encaminhando o 1º Batalhão de Galiza para o campo de Malhadas. A reserva chegaria também no dia 8 para ocupar o campo de Constantim até à chegada de Sarriá<sup>1365</sup>.

No dia 8, saiu um forte destacamento comandado pelo marechal de campo D. Marcos de Mendoza em direção a Malhadas, Duas Igrejas e Ifanes, juntamente com dois engenheiros, para fazerem os devidos reconhecimentos e estabelecer baterias. Enquanto o corpo de reservas passava de Brandilanes para Constantim, a 1ª Divisão de artilharia saía de Muga para Brandilanes e Constantim. O Conde de Gazola deveria ainda passar 8 canhões de 24 libras para Constantim, colocando-se também a hipótese de um

---

<sup>1363</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 85-3.

<sup>1364</sup> MOURINHO, 1986, pp. 386-387.

<sup>1365</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 87.



destacamento se dirigir para Bragança. Neste ponto, Sarriá ainda não sabia se o castelo de Outeiro seria ou não um obstáculo, dizendo para Ricardo Wall “*que se aunque dicen es de poca entidad, ponderan respetable la situacion dominante, y aseguran tiene algun cañon, y guarnicion*”, colocando-se a hipótese de passarem pelo castelo ou rodeá-lo, tomando um caminho distinto<sup>1366</sup>.

Um relatório de Sarriá, de 12 de maio, afirmaria que o contingente que se aproximou de Miranda pertencia ao grupo de reconhecimento de D. Carlos de la Riva Agüero<sup>1367</sup>, e era comandado por O’ Reilly, e que surgiu, vindo de Cércio, pelas 10 horas da manhã do dia 8, aproximando-se pelo Sul até estar visível pela guarnição da praça, tendo iniciado a construção de uma bateria<sup>1368</sup>. A guarnição portuguesa disparou imediatamente 14 tiros de canhão, não evitando que os espanhóis se aproximassem mais do rio Fresno. Ao fim da tarde, o contingente espanhol receberia mais 3 tiros, tendo o último, mais próximo da torre, expelido grande quantidade de fumo. Quando já se dirigiam para Duas Igrejas, O’ Reilly notou, à distância, um grande estrondo no ar. Rebentara o armazém da pólvora existente no castelo, abrindo-se duas brechas nas muralhas de Miranda, uma para norte, onde cabiam 12 homens, e outra para o meio-dia, onde cabiam 9 homens. Faleceram entre 350 e 400 pessoas, tendo ficado soterradas, apenas na última brecha, mais de 100 pessoas<sup>1369</sup>, sofrendo imensas baixas uma companhia de granadeiros e outra de fuzileiros, que se encontravam de guarda<sup>1370</sup>.

Sarriá ainda se encontrava em Alcañices, pronto para passar a Portugal por Constantim, quando recebeu a notícia dos terríveis acontecimentos e o pedido de suspensão das hostilidades por parte do governador da praça de Miranda que, mediante as circunstâncias, se rendeu. Para alguns autores, quando os portugueses começaram a mandar fogo, “*la confusión que ocasionó la poca pericia de la guarnición, hizo que, pegándose fuego á un barril de pólvora, saltasse un almacén, que abrió una brecha en la muralla, por la cual entraron aquella misma tarde, por capitulación, las tropas españolas, quedando*

---

<sup>1366</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 88.

<sup>1367</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 89.

<sup>1368</sup> *The London Magazine or, Gentleman’s Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for June 1762, p. 344.

<sup>1369</sup> MOURINHO, 1986, p. 388.

<sup>1370</sup> MOURINHO, 1986, pp. 386-389.

*por este medio dueños de todas las plazas de la provincia de entre Duero y Miño*<sup>1371</sup>. De facto, é consensual afirmar que o zelo dos portugueses em iniciar imediatamente fogo contra as forças espanholas que se encontravam já à vista das muralhas de Miranda conduziu à desgraça *“de que á los primeiros disparos se les volára un deposito de pólvora que causó la muerte á más de cuatrocientos hombres”*. Soriano diz simplesmente que *“tendo esta praça entretido o inimigo por espaço de três dias, teve a desgraça de se abraçar no fim d’ eles, ou por acaso, ou por traição, e este acidente, que derrubou as fortificações, franqueou o passo aos hespanhoes, que n’ ella entraram pelas brechas, sem opposição alguma”*<sup>1372</sup>. No entanto, esta informação, nomeadamente no que diz respeito a um eventual cerco espanhol de três dias, não se coaduna com os relatos coevos, que apontam para que o desastre ocorreu logo no primeiro dia em que as tropas espanholas foram avistadas pela guarnição portuguesa.

O pároco Bento de Morais Freire deixou um testemunho do que aconteceu no livro de óbitos da freguesia, dizendo que, *“estando a atirar a artilharia do castello e revelins ao sovredito exercito inimigo, logo que descarregou um canhão, mais contiguo a torre grande, passados quatro ou cinco minutos rebentou o armazém da pólvora, arruinando quasi todo o castello e fazendo duas brechas exteriores, uma para a parte do norte, por onde bem cabiam quinze homens, e outra para a do meo dia em correspondência por onde cabiam nove, arruinando também a maior parte do castello para o oriente que entrava para a cidade e metade da torre grande, dando em terra com todo o edifício e oficinas que dentro d’ elle havia, em cujas ruinas falleceu muita gente, que a maior parte d’ ella se não pode averiguar quem era por se acharem queimadas do fogo que se alimentou com mais de mil e quinhentas arrobas de pólvora. (...) E também declaro que debaixo da brecha que faz cara ao meio dia estão mais de cem pessoas que as vi eu sepultar na ruina porque casualmente me achava presente e quis Deus livrar-me. Dentro do dinjão (torreão) ao redor do poço está também muita gente. Na ponte do terreiro, caminhando para a plataforma, junto ao castello, ficaram também muitos sepultados. Na cortinha contigua á peça desbocada, que é de Josepha Simões, se enterraram setenta e tantas pessoas que*

---

<sup>1371</sup> FERNAN-NÚÑEZ, 1898, p. 171.

<sup>1372</sup> SORIANO, 1867, tomo 1, p. 489.

*nenhum se soube quem era e que com trabalho puderam tirar das ruínas*”<sup>1373</sup>. Diz o autor que as vítimas eram, sobretudo, soldados, paisanos e ordenanças que andavam a trabalhar no castelo, e outras pessoas da cidade.

A notícia chegou também a França, publicada na *Gazette de France*. De acordo com as cartas provenientes de Madrid, diziam os correspondentes que, enquanto as tropas espanholas preparavam o cerco e estavam ocupadas a colocar uma bateria, “*le feu avoit pris par accident dans la Ville à un magasin à poudre, & l’ avoit fait sauter*”. As hostilidades ainda não tinham começado, mas o trágico acontecimento tinha obrigado à rendição do governador da praça, entrando na cidade 4 batalhões da brigada da Irlanda e o regimento da Galiza, pelas duas brechas que a explosão tinha provocado na muralha, e os regimentos de Dragões de Numancia e de Mérida pelas portas da cidade, todos comandados pelo tenente-general D. Riva Agüero<sup>1374</sup>.

O pedido do governador de Miranda para suspender as hostilidades durante três dias, para tratar dos corpos das vítimas, foi recusado por Sarriá enquanto ainda estava em Alcañices, pronto para marchar para Constantim, rendendo-se o governador português com 23 oficiais e 419 soldados, no dia 9 de maio de 1762<sup>1375</sup>. Um relato mais pormenorizado seria enviado para Inglaterra e publicado no *The London Magazine*, dizendo que, para além da guarnição de Miranda, os espanhóis encontraram 20 oficiais, 15 sargentos, 398 soldados do Regimento de Bragança, 2 tropas, 1 oficial, 15 homens pertencentes ao trem de artilharia e 3 engenheiros, tomando os invasores conhecimento que os restantes oficiais e soldados em serviço ficaram quase todos soterrados nas ruínas<sup>1376</sup>. Na praça encontravam-se o 2º Regimento de Infantaria de Bragança, um destacamento de artilharia, dois destacamentos de engenharia, uma companhia de granadeiros, uma de fuzileiros, 4 companhias de tropas auxiliares e um destacamento de cavalaria. Todos os sobreviventes foram feitos prisioneiros, e a grande quantidade de armamento foi levada para Zamora, enquanto a artilharia foi partida à marretada e levada para as fundições de Barcelona, para se aproveitar o metal e por serem totalmente inúteis, nomeadamente os 8 canhões de bronze. Estas tropas

---

<sup>1373</sup> ALVES, Tomo I, 2000a, pp. 124-125.

<sup>1374</sup> *Gazette de France*, nº 43, 28.05.1762, fl. 190.

<sup>1375</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 157.

<sup>1376</sup> *The London Magazine or, Gentleman’s Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for June 1762, p. 344.

seriam feitas prisioneiras, e ainda em 14 de dezembro do mesmo ano se fazia referência aos oficiais e soldados portugueses prisioneiros em Segóvia<sup>1377</sup>.

Apesar do desastre, ainda eram visíveis os preparativos portugueses para uma defesa prolongada. Para além das grandes quantidades de pólvora que subsistiram à explosão, mesmo em casas particulares, os espanhóis perceberam que as muralhas estavam coroadas de vigas e pedras grandes, bem como de barris de pólvora colocados de 20 em 20 passos, ao longo de toda a muralha, num total de cerca de 100 barris. Esta mesma pólvora seria usada, mais tarde, para demolir a maior parte das estruturas defensivas, ao longo de um mês. Na entrada principal da cidade encontraram ainda uma dupla estacada<sup>1378</sup>.

A artilharia encontrada na cidade pelos espanhóis consistia em 6 canhões de bronze e 4 de ferro, de diferentes calibres, 2 morteiros, sendo 1 de 12 polegadas e o outro de 7, e 10 outros morteiros, mais pequenos, próprios para atirar granadas. Não existia grande quantidade de munições de guerra ou de boca, uma vez que os portugueses sabiam muito bem “*que la Place ne pourroit faire une longue résistance*”<sup>1379</sup>.

A confusão gerada pelos detritos da explosão preocupava também os novos senhores de Miranda. No relatório de Sarriá afirma-se que “*como en el Castillo havia Almacenes de viveres, balas, Bombas y demas Municiones, y las Ruinas de la Boladura del Almacen los han cubierto; no se há tubido por conveniente moverlas por el recelo de que la putrefacion de los cadáveres (ya sensible) no infestase los ayres que producen epidemia antes bien se trabaja em llenar y apisonar com tierra, y Calzina los huecos para impedir la transpiracion*”<sup>1380</sup>. Um correio extraordinário proveniente do quartel general de Duas Igrejas, datado do dia 9 de maio, diria que o ardor inicial das tropas portuguesas se transformou “*en un vive compassion pour la garnison & pour les habitants de cette Ville infortunée, où un magasin à poudre a sauté en l’ air par un accident imprévû, qi ne peut s’ imputer qu’ à une extreme négligence*”.

O armamento capturado, em grandes quantidades, foi levado para Zamora. A artilharia seria partida à marretada e levada para as fundições de Barcelona. Foram ainda

---

<sup>1377</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, nº 110. Ver Anexo 3, Quadros 30 e 31.

<sup>1378</sup> MOURINHO, 1986, pp. 389-390.

<sup>1379</sup> *Gazette de France*, nº 45, 04.06.1762, fl. 200.

<sup>1380</sup> MOURINHO, 1986, p. 409.

encontradas grandes quantidades de pólvora, quer nas dependências do castelo que tinham sobrevivido à explosão, quer em casas particulares. Os oito canhões de bronze, juntamente com doze morteiros e o petardo, foram de Zamora para a fundição de Barcelona, para aproveitamento do metal, uma vez que eram totalmente inúteis.

As muralhas foram encontradas com vigas e pedras grandes, dispostas para se poder resistir a qualquer assalto inimigo. Na entrada da porta encontraram uma dupla estacada, e nas muralhas existiam barris de pólvora colocados com 20 passos de distância entre si, num total de 100 barris. Esta pólvora seria utilizada, durante um mês, para a demolição da maior parte das estruturas militares que ficaram intactas.

A conquista de Miranda do Douro originou também a produção de diversas plantas da cidade, cujo rigor nos permite vislumbrar as feições de um núcleo urbano ainda com bastantes espaços “verdes”, e onde se destacavam sobretudo as estruturas militares, por um lado, e os edifícios civis e religiosos, por outro. D. Juan Grissot, por exemplo, desenhou a planta da cidade<sup>1381</sup> depois da destruição das suas muralhas pelos espanhóis, a 12 de maio de 1762, mas não deixou de as retratar, reproduzindo o momento imediatamente posterior à explosão ocorrida no castelo e à entrada das tropas espanholas. Assim, Grissot mostrou-nos que a muralha de Miranda teria 8 pés de grossura e entre 15 a 20 pés de altura. O principal caminho de acesso à cidade, ou seja, o que levava até à porta de Santa Luzia, entre a cidade e o Fresno, bem como ao castelo, pelo interior do hornaveque, estava protegido por esta obra, terraplenada e sem fosso nem caminho coberto. Esta estrutura externa era ainda defendida por um revelim de terra, na parte norte, e por uma bateria localizada já na muralha antiga da cidade, e que estava virada para o interior do hornaveque.

António de Gaver iria produzir um desenho semelhante ao anterior, deixando uma descrição ainda mais pormenorizada das estruturas defensivas de Miranda<sup>1382</sup>. Nesta descrição, o autor revela sobretudo as deficiências defensivas da cidade, nomeadamente porque a proximidade de elevações naturais permitia ao inimigo “bater” livremente a cidade. No caso do hornaveque, este é retratado como sendo “*de piedra y barro, de mala construccion y poca altura*”, o que o tornava também bastante vulnerável. Ainda mais

---

<sup>1381</sup> Ver Anexo I, Figura 32.

<sup>1382</sup> Ver Anexo I, Figura 33.

importante será o desenho que este mesmo autor irá realizar, apenas do castelo, oferecendo-nos, para além da planta, uma visão panorâmica do que restou após a explosão. Na vista panorâmica é bem visível a dimensão dos estragos provocados pelo desastre, mas ainda é possível vislumbrar as estruturas que defendiam a entrada do recinto, a grandiosidade da torre de menagem, e a obra moderna que rodeava o castelo, e onde se consegue identificar uma guarita. A planta mostra-nos ainda, do lado noroeste, que a estrutura moderna que contornava o castelo era ainda defendida por uma obra em terra, em formato de revelim<sup>1383</sup>. Outros engenheiros que acompanharam as forças invasoras fizeram plantas de Miranda e dos seus arredores. Foi o caso de Beltrán e Pedro Beaumont<sup>1384</sup>, e uma outra planta, muito parecida com a de António de Gaver, mas ainda mais rigorosa no desenho das estruturas defensivas da cidade, do castelo e do hornaveque<sup>1385</sup>.

Um outro desenho, igualmente de 1762, mostra-nos em planta o que poderiam ser as sugestões de melhoria dos sistemas defensivos de Miranda do Douro. Mais importante ainda, surge-nos uma vista panorâmica onde se vislumbra que a localização da cidade tornava-a demasiado vulnerável aos tiros de artilharia provenientes do Penedo Amarelo, destacando-se também a visão das estruturas que defendiam o castelo e a irregularidade do hornaveque, que aproveitava duas elevações naturais que se situavam a norte da cidade<sup>1386</sup>.

Em Miranda, onde se acomodaram as tropas espanholas, depois de saquearem Bragança e demolirem a fortaleza da cidadela, mandariam recolher, a voz de pregão, toda a gente para as igrejas, saqueando toda a cidade, levando a artilharia que ali encontraram “*e ate hum sino grande singularíssimo*”. Em toda a província ocupada, punham justiças e faziam correr o dinheiro espanhol, vendendo nos estanques o seu tabaco, e levantando tudo o que dizia respeito ao direito real, “enforcavão, prendiam (...) e tudo fazião com hua voz tão arrogante que fazião tremer a todos, aclamavão ao rei Carlos, e chegou nesta parte a sua ambição a obrigarem a Cleresia a darem na Missa a Colecta pelo seu Rei, dizendo que tudo isto era Espanha”<sup>1387</sup>.

---

<sup>1383</sup> Ver Anexo I, Figuras 34, 34-A, 34-B.

<sup>1384</sup> Ver Anexo I, Figura 36.

<sup>1385</sup> Ver Anexo I, Figura 37.

<sup>1386</sup> Ver Anexo I, Figura 35.

<sup>1387</sup> PT/AHM/DIV/1/06/43/30.

Após a queda de Miranda do Douro, grande parte do território transmontano iria cair em mãos espanholas com relativa facilidade. A partir da raia mirandesa, as forças invasoras avançaram por dois eixos distintos: um eixo com destino a Bragança e Chaves, percorrendo a estrada que passava por Vimioso e por Outeiro, e outro eixo que tinha como objetivo a ocupação de Torre de Moncorvo e a passagem no rio Douro para a região das Beiras. De facto, a barca do rio Douro, que se situava no Campo de Lamaçais, era de extrema importância logística, porque ali passavam as tropas em tempos de guerra, e as mercadorias em tempos de paz<sup>1388</sup>.

Para norte, seguiu o tenente general Marquês de Ceballos, com o Corpo de Voluntários de infantaria e cavalaria ligeira, juntamente com o coronel D. Alexandro O' Reilly, para tomar Bragança. Para além destas unidades, seguiram também para Bragança três companhias de granadeiros de cada corpo de infantaria, 500 granadeiros provinciais, 6 piquetes de cada regimento de guardas espanholas e valonas, 3 piquetes de cada regimento de infantaria, 100 cavalos do corpo de carabineiros reais, e 40 de cada um dos regimentos de cavalaria e dragões, a que se acrescentavam 4 canhões de 24 libras e 2 morteiros. Todas estas forças partiram de Alcañices em direção a Bragança, enquanto o regimento de Galiza ficava de guarnição em Miranda<sup>1389</sup>.

Pelo caminho, as forças comandadas por Cevallos, tomariam posse do castelo de Outeiro quatro dias depois da queda de Miranda, a 13 de maio, descobrindo que Outeiro estava abandonado, encontrando apenas no seu interior dois canhões de calibre de a 8, sendo um de ferro e outro de bronze. Os soldados de O' Reilly acabariam por prosseguir a sua marcha, queimando as portas e madeiras de todo o castelo<sup>1390</sup>.

De seguida, na marcha para Bragança, o destacamento espanhol acampou em Quintanilha, a 12 de maio, e depois, na aldeia de Gimonde. Apresentando-se em Bragança, as tropas espanholas seriam recebidas por uma delegação da cidade que entregaram as chaves ao Marquês de Cevallos, no dia 16 de maio<sup>1391</sup>. A sua guarnição, composta por 5

---

<sup>1388</sup> ANDRADE, 1992, pp. 6-7.

<sup>1389</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 97.

<sup>1390</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 100.

<sup>1391</sup> RODRIGUES, vol. 1, 1995, p. 501-502.

companhias de infantaria, tinha-se retirado precipitadamente antes da chegada dos invasores<sup>1392</sup>. Uma carta escrita em Duas Igrejas, datada de 16 de maio, dava conta da rendição de Bragança e que, dos cinco delegados da cidade, dois tinham ficado reféns. Na cidade existiam vários canhões, o que não foi um problema, tendo em conta que, devido ao caminho em Gimonde ser muito mau, a artilharia espanhola ficara em Babe<sup>1393</sup>. A guarnição tinha abandonado Bragança, deixando 18 canhões de vários calibres, sendo 5 de bronze e 13 de ferro, mas inúteis para o serviço, 1 morteiro, 2.000 fuzis, alguns pares de pistolas e algumas munições<sup>1394</sup>. Logo após a ocupação de Miranda, as tropas espanholas dirigiram-se para outros objetivos, tendo hostilizado todo o território de Bragança, que se encontrava sem qualquer tipo de tropas regulares, passando o inimigo a ocupar também esta cidade que, segundo um relato de 29 de maio de 1762, “há muitos anos se acha devassada, havendo sido Praça nos tempos mais antigos em que simples muralhas erão de algum uso”<sup>1395</sup>. Aqui os espanhóis iriam também, mais tarde, desmantelar o forte de S. João de Deus e parte das muralhas da cidadela.

No dia 21 de maio o Conde de O’ Reilly teria a mesma sorte na praça de Chaves, a caminho do Porto, onde encontrou 48 canhões, e que “se achava também há muitos anos da mesma sorte devassada pella grande extensão, irregularidade, e ruina nos antigos muros”<sup>1396</sup>. O coronel O’ Reilly tinha sido enviado por Sarriá, juntamente com a cavalaria ligeira e a infantaria sob o seu comando, com a missão de cercar Chaves, marchando 14 léguas em dois dias, através de “*difficult roads scarce known*”. Chegando a Chaves encontrou os portões abertos, tendo os 2.000 homens da guarnição abandonado a praça, onde se encontravam 48 peças de canhão, sendo 21 de bronze, com 9 de 24 libras, e 27 de ferro, com 14 de 24 libras, todas em bom estado, grande número de mosquetes e outras armas, muita pólvora, balas e forragem. Por este “feito”, O’Reilly foi promovido a

---

<sup>1392</sup> *The London Magazine or, Gentleman’s Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for June 1762, p. 344; Gazette de France, nº 46, 07.06.1762, fl. 204.

<sup>1393</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 100.

<sup>1394</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 101; FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 157.

<sup>1395</sup> PT/AHM/DIV/1/07/4/23.

<sup>1396</sup> PT/AHM/DIV/1/07/4/23.



brigadeiro<sup>1397</sup>. A *Gazette de France* diria também que a ação de O' Reilly tinha sido admirável, percorrendo em dois dias os 14 lugares que existiam entre Bragança e Chaves, conduzindo as suas tropas com ordem, silêncio e celeridade, chegando de noite a Chaves, e encontrando os seus portões abertos<sup>1398</sup>.

A 30 de maio, O' Reilly dirigiu-se ainda à Régua, passando por Vila Real com as suas tropas ligeiras, onde seria recebido à pedrada e com um único tiro. À vista da barca da Régua, também detetou outros paisanos armados no cimo das montanhas. Por isso, num relatório de 3 de junho de 1762, Sarriá confessaria a impossibilidade de atingir a cidade do Porto, quer por Vila Real quer por Braga, devido sobretudo aos caminhos montanhosos e intransitáveis que existiam na região.

No outro eixo de invasão, a 14 de maio de 1762, uma carta de Sarriá para Ricardo Wall, escrita a partir do quartel-general de Duas Igrejas, dava conta da necessidade de o quartel-mestre e um engenheiro se deslocarem a Torre de Moncorvo para reconhecerem se aquelas margens permitiam ou não a construção de uma ponte. Moncorvo cairia nas mãos dos espanhóis, no dia 23 de maio, sem oposição, por ação do Marquês de Castremañes, comandando para o efeito 11 companhias de granadeiros, 18 companhias de piquetes e 200 cavalos<sup>1399</sup>, de acordo com carta de 25 de maio de 1762. O reconhecimento do território daria origem a um mapa da região de Torre de Moncorvo, elaborado por Silvestre Abarca, localizando os acampamentos feitos pelo destacamento enviado pelo Marquês, bem como os pontos ocupados pelos espanhóis nas proximidades da barca utilizada no rio Douro<sup>1400</sup>. A coluna de Moncorvo teria como objetivo passar o Douro<sup>1401</sup> e ir ao encontro do resto do exército, que se propunha cercar Almeida<sup>1402</sup>, mas o seu intento seria barrado por forças portuguesas no rio Côa, como veremos adiante. Em Moncorvo, os espanhóis aprisionaram e depois libertaram os 1.500 homens da guarnição, mas apoderaram-se de 83 canhões, 9 morteiros e 500 quintais de pólvora.

---

<sup>1397</sup> *The London Magazine or, Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for June 1762, p. 344.

<sup>1398</sup> *Gazette de France*, nº 47, 11.06.1762, fl. 210.

<sup>1399</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 108.

<sup>1400</sup> Ver Anexo I, Imagens 56A e 56B.

<sup>1401</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 158.

<sup>1402</sup> FERNANDES, 2001, p. 140.

Mais tarde, Castremañes iria mandar algumas tropas ocuparem Vila Flor, mas também para se dirigirem a Freixiel, onde chegariam a 22 de junho, para castigarem os paisanos que haviam tentado impedir a condução de víveres para os espanhóis, no início desse mesmo mês<sup>1403</sup>. Neste caso, um destacamento espanhol, dirigindo-se para Abreiro e Murça, tinha sido atacado na ponte de Abreiro por um grupo de 12 paisanos, que conseguiram matar cinco soldados inimigos. Estes acontecimentos foram publicados na *Gazette de France*, onde se registou que os habitantes de Trás-os-Montes, apesar de prestarem juramento de fidelidade ao rei espanhol, se opuseram sempre à passagem dos comboios espanhóis e recusaram-se a fornecer o necessário para a subsistência das tropas. Por isso, no desejo de os punir, o Marquês de Castremañes, comandante em Moncorvo, faria marchar o coronel D. Martín Alvarez, com 600 granadeiros provinciais e 80 cavaleiros, para ocupar Vila Flor, seguir para Freixiel e impor-se aos rebeldes, que seriam em número de 4.000 ou 5.000 homens, e que se postavam nas alturas e eram apoiados por algumas tropas regulares de infantaria e de cavalaria. Na ação seriam usados apenas 300 granadeiros e os 20 cavalos e, apesar de conseguir desalojar os portugueses, a fuga destes privou-o da glória que esperava conseguir num combate mais bem sustentado. Os portugueses fugitivos reorganizaram-se em Freixiel, fazendo crer que se defenderiam ali, sendo perseguidos pelos granadeiros espanhóis, que também os expulsaram, acabando por pilharem e queimarem diversas casas da localidade, vazando todo o azeite e vinho que encontraram e que não puderam utilizar, matando também muito gado<sup>1404</sup>. D. Martín Alvarez, de acordo com a notícia, teve a generosidade de travar o progresso do incêndio, retirando-se com o seu destacamento sem perder qualquer homem<sup>1405</sup>.

Mesmo com estes contratempos, com a maior parte da região de Trás-os-Montes nas mãos dos invasores, o caminho para o Porto parecia aberto, dando origem ao pânico geral entre a comunidade britânica da cidade, que procurou por todos os meios evacuar 30.000 pipas de vinho avaliadas em 500.000 libras, e o próprio governador, D. João de Almada, receberia ordens para recuar para Lisboa, em caso de ataque. O transporte das pipas inglesas só seria libertado apenas em agosto, quando o perigo tinha já terminado.

---

<sup>1403</sup> PT/AHM/DIV/1/07/1/12.

<sup>1404</sup> SEIXAS, 2001, p. 86.

<sup>1405</sup> *Gazette de France*, nº 61, 30.07.1762, fl. 274.

Tendo em conta a incerteza do ataque, assegurou-se o socorro à comunidade inglesa residente na cidade do Porto, mas, na altura, apenas estavam ali ancoradas duas embarcações que seriam utilizadas para levar a bordo as mulheres e os filhos dos negociantes britânicos, para os transportarem para Lisboa, sabendo-se que na capital portuguesa, cheia de navios neutros, estavam alguns que seriam utilizados para transportar o vinho e as mercadorias britânicas, estimando-se que cerca de 30.000 pipas de vinho fossem propriedade de ingleses<sup>1406</sup>. O Lorde do Almirantado, nos finais do mês de junho, procurava, por isso, responder aos desejos dos mercadores no Porto, garantindo-lhes navios capazes de transportar um total de 8.000 toneladas de carga, estando a ser preparada uma frota sob o comando de Sir Edward Hawke<sup>1407</sup>.

Eefetivamente, quando o Marquês de la Croix escreveu na Corunha, a 5 de junho de 1762, declarava serem senhores de Miranda, Chaves e Moncorvo, faltando apenas tomar o Porto e Valença. Para tal “*un gros détachement va attaquer la première de ces places, puis de rebattre sur Valencia, pendant que le gros de l’armée assiège Almeida*”. Ou seja, o ataque a Almeida não seria uma solução de recurso apenas porque a campanha falhara no norte, como se encontra plasmado em alguns autores, mas sim uma opção consciente e assumida desde o início como parte de uma estratégia mais global. De la Croix afirmava que um grosso destacamento iria atacar Valença, enquanto o exército principal atacaria Almeida. Os portugueses tinham recebido apenas 2.000 irlandeses enviados pela Grã-Bretanha e estavam a juntar as suas forças em Abrantes e Santarém. Esta força deveria ser atacada pelo exército espanhol logo que as operações em Trás-os-Montes estivessem terminadas e que chegassem os reforços franceses compostos por 13 batalhões, 100 artilheiros e 24 peças de campanha, que tinham alcançado Valladolid no dia 15 de junho. Diria também que, apesar da dificuldade de transportar a artilharia pelos caminhos transmontanos, um grosso destacamento espanhol, reforçado com 8 batalhões de infantaria e um regimento de dragões, pelo Marquês de la Croix, iria sair de Chaves em direção ao Porto e Valença. Deste modo poderiam depois procurar os portugueses reunidos junto do Alentejo e atingir também Lisboa<sup>1408</sup>.

---

<sup>1406</sup> *Gazette de France*, nº 56, 12.07.1762, fl. 259.

<sup>1407</sup> *The London Magazine or, Gentleman’s Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for July 1762, p. 394.

<sup>1408</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, pp. 167-168.

Na *Gazette de France* dizia-se também que, seguindo diversos avisos recebidos em Lisboa, os espanhóis estavam, no início do mês de julho, senhores de toda a província de Trás-os-Montes, tendo avançado dois corpos das suas tropas em direção ao Minho, um sobre Braga e outro sobre Vila Real. Em consequência destes movimentos das forças invasoras, D. José de Lencastre retirara-se de Viana para o Porto, deixando apenas em Valença, a única praça forte do Minho, um regimento e algumas milícias. Entretanto, o exército português acantonado no Alentejo tinha iniciado a sua marcha para o campo de Tomar, onde se deveria efetuar o encontro de todo o exército do Alto Tejo, com exceção da guarnição de Elvas. Dois regimentos de infantaria e um de cavalaria, dos que compunham este exército, tinham sido destacados e colocados sob as ordens do tenente-general Marquês de Marialva, suspeitando os franceses que estes seriam colocados em Lamego para defenderem a passagem do rio Douro<sup>1409</sup>, apesar de de la Croix avisar sobre as dificuldades provocadas pelos caminhos, pelo menos para transportar a grossa artilharia pesada.

No entanto, uma missiva datada de 16 de maio, escrita por Sarriá em Duas Igrejas, dizia que a estratégia dos portugueses passara por defender apenas as duas praças que confinam com a Galiza e Castela, pela parte de Trás-os-Montes, ou seja, Bragança e Miranda, deixando abandonadas as praças do centro, enquanto que as forças que as deveriam defender estavam a juntar-se ao exército de oposição que, de acordo com as informações de Sarriá, se encontrava estacionado perto de Abrantes. O comandante das forças invasoras também afirmava que poderia ter realizado a conquista de todo o território até ao Porto “*si los caminos no lo embarazaran a principio de Julio*”, pedindo, mesmo assim, autorização para enviar um destacamento de 8.000 homens com este fim, enquanto o exército principal tratava do outro objetivo, ou seja, Almeida<sup>1410</sup>. Outra indicação da estratégia espanhola é dada pelas notícias publicadas na *Gazette de France* do mês de junho. De facto, informações datadas de 1 de junho, diziam que o exército do rei de Espanha “*continue d’avancer dans le Portugal, & l’ on compte qu’ elle dirigera sa marche vers Lisbonne, tandis qu’ un détachement se rendra à Porto, pour s’ emparer de ce*

---

<sup>1409</sup> *Gazette de France*, nº 62, 02.08.1762, fl. 278.

<sup>1410</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 100.

*Port*”<sup>1411</sup>. Ou seja, o exército que invadiu a província transmontana seria um dos eixos da invasão, com a finalidade de submeter a cidade do Porto.

Mas as imensas dificuldades sentidas pelas forças espanholas nos dois eixos de invasão estabelecidos no norte, não só provocadas pelo terreno, mas sobretudo pela resistência tenaz das forças anglo-portuguesas no terreno, em pontos pré-determinados e de fácil defesa, desgastando de forma inexorável as forças invasoras através da chamada “defesa em profundidade”, levaram à mudança de planos. Deste modo, a 6 de junho de 1762, o rei espanhol decidiria desistir das operações de ataque ao Porto, ordenando a fortificação de Chaves, com base nas informações de Sarriá, que reconhecia igualmente que o território transmontano estava sublevado, sendo impossível abastecer Chaves através do território português, tanto que o correio que vinha de Madrid para Chaves, por Duas Igrejas, tinha agora de ser desviado para Puebla de Sanabria<sup>1412</sup>.

Mesmo assim, após o desastre que destruiu o castelo de Miranda e forçou a rendição por parte do governador da praça, os espanhóis dedicaram-se ao desmantelamento sistemático da restante estrutura defensiva. Este ato não foi, contudo, isolado, prendendo-se com um dos vetores da estratégia espanhola. No final de setembro de 1762, já com o conde de Aranda no comando, Carlos III ordenaria a demolição de várias praças fronteiriças na Beira, avisando que Almeida e Chaves poderiam também ser destruídas em caso de ataque. O conde de Aranda diria mesmo que estas destruições justificavam, por si só, a guerra, tornando o rei português indefeso e Portugal um território de “portas abertas”<sup>1413</sup>.

## 5.6. A ocupação espanhola do território transmontano

Quando Sarria fez entrar as suas tropas no nordeste transmontano, fez também questão de distribuir este papel, que dizia: “*Entrando em Portugal com as tropas do meu comando, devo fazer saber aos vassallos del-rei fidelíssimo, de qualquer classe e*

---

<sup>1411</sup> *Gazette de France*, nº 50, 21.06.1762, fl. 223.

<sup>1412</sup> MOURINHO, 1986, pp. 392-395.

<sup>1413</sup> COSTA, 2010, p. 129.

*condicção, que sejam, sem excepção dos generaes de provincia, governadores de praças, e outras quaisquer auctoridades, que a entrada e marcha das tropas hespanholas, divididas, ou juntas nos domínios portuguezes, não tem por objecto fazer-lhes a guerra, antes pelo contrario se dirigem com os mais uteis e gloriosos fins para a corôa e súbditos de Portugal*". O manifesto que publicou e enviou aos portugueses datava de 30 de abril, referindo que as forças espanholas não iriam maltratar qualquer praça, devendo os portugueses recebê-las como forças amigas e assistir de boa vontade com mantimentos e outros auxílios, que seriam prontamente pagos<sup>1414</sup>. A partir destas premissas, Sarriá procurou amenizar as relações com as populações locais, garantindo que "*nenhuma praça, nenhum logar, e nenhum individuo portuguez seria maltratado; que só se lhes pediria, que assistissem com viveres, e outros quaisquer auxílios de que o exercito necessitasse, na certeza de que se lhes pagariam*"<sup>1415</sup>. Sendo assim, os soldados espanhóis receberiam ordens para pagar por todos os víveres e forragens, com preços proporcionados, mantendo-se assim o exército na mais rigorosa disciplina, no sentido de evitar abusos. Contudo, registava também que "*si nos reciben com violência, hacen obstilidades y repugnan o dejan forrages, viveres y demas asistencia necessária al exercito, se les tratara com Inemigos, y ofendera com las Armas, se usaren de las suyas*"<sup>1416</sup>.

No entanto, uma das razões da resistência tenaz das populações locais foi a própria repressão efetuada pelos ocupantes, e que se fez sentir logo nos primeiros dias. Temos o caso, no dia 13 de junho de 1762, de dois portugueses indiciados pelo roubo de dez bois, sendo um dos cúmplices condenado à forca. No entanto, por falta de executor da pena, a sentença seria adiada para o dia seguinte e alterada para fuzilamento pelas costas, enquanto um outro cúmplice seria condenado a cinco anos de prisão num arsenal. Um outro caso mostrava que os homens do clero tentavam contrariar o desenrolar dos acontecimentos, sendo dois padres curas presos por fundadas suspeitas de que estavam a solicitar notícias para comunicar a Lisboa o que estava a acontecer, seguindo presos para Miranda do

---

<sup>1414</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 156.

<sup>1415</sup> SORIANO, 1867, tomo 1, p. 483.

<sup>1416</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 35.

Douro<sup>1417</sup>. Este facto demonstra a cumplicidade efetiva da população local contra o inimigo, fornecendo dados importantes aos defensores portugueses e britânicos, fazendo correr de boca em boca informações sobre o número de soldados espanhóis que transitavam nos caminhos transmontanos, o armamento que circulava e o destino das suas movimentações<sup>1418</sup>.

Alguns registos paroquiais constataam a presença abusiva dos espanhóis na região, entre os meses de maio e junho de 1762. Será o caso, por exemplo, da morte de António Lopez Guijaxo, solteiro e natural de Málaga, soldado carabineiro da Companhia do segundo comandante D. Fernando Andrean, capitão da segunda companhia da Real Brigada de Carabineiros. Tendo falecido no lugar de Ifanes, em plena ocupação, os locais foram obrigados a sepultá-lo dentro da Igreja Matriz, fazendo-lhe ofício de corpo presente por ordem do Cabo de Esquadra D. João Gil de Castro, da mesma companhia, com duas missas rezadas e uma missa cantada<sup>1419</sup>. Na paróquia de Duas Igrejas os registos também nos dão conta de outros falecimentos de soldados ocupantes, nomeadamente de João Tubaçe, catalão natural de Granollers, a 20 de junho de 1762<sup>1420</sup>. Menos sorte tiveram os portugueses, podendo-se apresentar os casos de Francisco Domingues Bolsilhos, do lugar da Póvoa, justificado e enterrado a 04 de junho de 1762<sup>1421</sup>, e de Inácio Pereira, assistente em Vila Flor e “*trazido preso para este lugar de Duas Igrejas estando em poder das tropas espanhollas*”, também justificado e morto pelos ocupantes a 21 de junho de 1762<sup>1422</sup>.

A breve ocupação espanhola provocou também transtornos na vivência diária das populações. Os acórdãos da câmara de Mogadouro, datados de 17 e 18 de julho de 1762 dão-nos conta que “*por entrarem as tropas inimigas nesta villa*”, tinham adiado os festejos da festa do Corpus Christi, mais precisamente o “*correrim*” de touros, para o dia 15 de agosto. A data acordada para a entrega dos touros necessários também não seria acatada

---

<sup>1417</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2209, nº 83-2.

<sup>1418</sup> RODRIGUES, vol. 1, 1995, p. 503. Ver Anexo 1, Imagem 55.

<sup>1419</sup> A.D.B., Paróquia de Ifanes, reg. de óbito, nº 1, 1736-1799, 1762.05.21, fl. 32-32v, disponível em « <https://digitalq.adbhc.arquivos.pt>».

<sup>1420</sup> A.D.B., Paróquia de Duas Igrejas, óbitos, nº 1, fl. 10v., disponível em « <https://digitalq.adbhc.arquivos.pt>».

<sup>1421</sup> A.D.B., Paróquia de Duas Igrejas, óbitos, nº 1, fl. 10, disponível em « <https://digitalq.adbhc.arquivos.pt>».

<sup>1422</sup> A.D.B., Paróquia de Duas Igrejas, óbitos, nº 1, fl. 10v., disponível em « <https://digitalq.adbhc.arquivos.pt>».

pelas pessoas que os possuíam, pelo que a câmara teria necessidade de estabelecer como prazo final de entrega o dia 1 de agosto, sob pena de 6.000 reais de multa e um mês de cadeia<sup>1423</sup>. O funcionamento das câmaras também seria profundamente afetado, não se encontrando, por exemplo, registos de atas da câmara de Mogadouro, entre 30 de abril e 30 de junho de 1762. Em Miranda aconteceria o mesmo, não existindo atas de vereação entre o final do mês de abril e o dia 30 de setembro de 1762.

Curioso que, apesar de esta ocupação ter durado apenas dois meses, o registo de uma carta datada de 26 de fevereiro de 1763, enviada ao doutor provedor Manuel Pereira Cabral, em Torre de Moncorvo, registaria o facto de faltar o dinheiro português na região, “*correndo pella maior parte o dinheiro castelhano*”. De forma a não prejudicar a arrecadação dos direitos reais, o poder central aprovaria mesmo a receção das moedas castelhanas, “*pelos preços que correrem geralmente (...), pois nam pode ser da intenção de sua Magestade que se obriguem os seus vassallos dessa Provincia a pagar os tributos em outra moeda daquela com que se acham*”<sup>1424</sup>.

## 5.7. A “defesa em profundidade” anglo-portuguesa

Os preparativos urgentes para o conflito que se avizinhava com Espanha levariam à implementação de várias medidas, nomeadamente a reposição dos efetivos necessários para a cavalaria. Para o efeito, um decreto de 2 de abril de 1762, procuraria eliminar um dos maiores problemas que existiam, ou seja, a subida exorbitante dos preços dos cavalos. Para tal, o rei estipularia que os cavalos deveriam ser comprados por preços nunca superiores a 80.000 réis, e que os mesmos fossem cedidos pelo mesmo preço aos capitães de cavalaria que deles necessitassem para as suas companhias<sup>1425</sup>.

A mesma urgência levaria também ao aumento do número de soldados, nomeadamente no Alentejo, ordenando-se que as companhias de infantaria e de artilharia

---

<sup>1423</sup> A.M.M., A/Câmara Municipal – 2. Acórdãos, Actas, Assentos, Autos e vereações, Pasta nº 37, Livro 76, auto de câmara de 18 de julho de 1762, fl. 28; auto de câmara de 27 de julho de 1762, fl. 30.

<sup>1424</sup> A.M.T.M., A/ Constituição e Regulamentação, 1- Registo de leis, provisões e ordens régias, Livro 3º, fl. 45v.

<sup>1425</sup> Collecção das leys, 1770, Tomo II, s/f.



tivessem 55 homens cada uma, e as companhias de dragões e de cavalaria 42 homens cada. Outro decreto, com a mesma data, obrigava a aumentar todos os regimentos de cavalaria e de dragões em todo o reino, num total de quatro companhias por regimento, “*logo que se acharem formadas, e municadas de todo o necessário*”. O mesmo acontecia com os regimentos de infantaria, acrescentados em 8 companhias, “*de que serão agregadas quatro a cada hum dos Batalhoens de que até agora se compunhão os ditos Regimentos*”<sup>1426</sup>. No caso de Trás-os-Montes, e no seguimento das referidas medidas, o decreto de 22 de abril de 1762 seriam peremptório quanto aos regimentos do norte, que já se encontravam completos, mandando o rei dividir os respetivos regimentos, “*formando-se dos segundos Batalhoens deles três novos Regimentos*”.

Para acionar este plano, ainda no mesmo mês de maio de 1762, logo no dia 2, um ofício do Conde de Oeiras dirigido ao Marechal de Campo João de Almada, governador das armas da cidade do Porto, indicava a tática a seguir para fazer frente à invasão espanhola, que se previa já acontecer entre Bragança e Miranda, com o objetivo claro de alcançar a cidade do Porto. Deste modo, o texto do Conde de Oeiras refletia, desde o início do mês de maio, uma clara preocupação portuguesa relativamente ao Porto, tendo notícias que o rei de Espanha tinha dado ordens para ocupar pela força as praças marítimas portuguesas, passando por Torre de Moncorvo até Vila Nova de Foz Côa, e desta vila por Numão, S. João da Pesqueira e Soutelo, para descerem o Douro a partir do porto de Foz Tua e do Peso da Régua, sabendo o inimigo que daqui se fazia navegação frequente para o Porto.

Tendo em conta estas informações, era necessário “*precaver-se logo este projecto, porque facilmente pode desconsertar-se; estando prevenido*” da seguinte forma:

*“A Primeira he de se terem observado as passagens estreitas, e difíceis, que do dito Territorio, que jaz entre Bragança, e Miranda, podem conduzir a Torre de Moncorvo, ou a Mirandella e teremse regulado as guarniçoens, que devem defender as referidas passagens, para ocorrerem a guarnecellas quando o fizerem necessário os avizos das vigias, que se devem ter continuamente nos lugares mais altos, onde melhor se puderem descobrir e avizar por signaes as marchas que os Inimigos fizerem.*”

---

<sup>1426</sup> Collecção das leys, 1770, Tomo II, s/f.

*A Segunda he a de se passarem ordens em ambas as Provincias, e lugares dellas que confinam com o Douro, para que logo que se lhes fizerem os signaes, que se devem estabelecer para este efeito, façam retirar todos os seus Barcos para entre ambos os Rios, e dahi para o Porto.*

*A Terceira he, que sendo impossivel que os Castelhanos passem pelo Cachão, que esta entre Foz Tua, ou de Torre de Moncorvo; Havendo desde o referido Porto de Foz Tua athe o de entre ambos os Rios não menos de quatorze léguas de montanhas altissimas, e pedregosas, alem dos pontos, ou cachoeiras, que em si tem o mesmo Rio; e sendo este muito estreito, e precipitado: se devem prevenir de huma e outra parte delle grande quantidade de pedaços de penha, e hum grande numero de pedras, que no caso de intentarem esta navegação os castelhanos, se precipitem, e lancem sobre os barcos que os transportarem, e sobre as Pessoas, que nelles forem, para os submergir e esmagar.*

*A Quarta, e ultima he, a de ter ao mesmo tempo, guarnecidos na distancia daquelas quatorze legoas, ambos os lados, e alturas do sobredito Rio, com o mayor numero de espingardas, que couber no possível, principalmente nos lugares, onde se puder fazer algum desembarque; os quaes no referido caso se devem fazer inacessíveis com cortaduras, montes de pedras, e outros semelhantes impedimentos, que depois se possam remover, restituindo-se ao seu estado os referidos portos”<sup>1427</sup>.*

Esta última referência derivava do facto de não bastar retirarem-se os barcos do Douro, uma vez que “*se fabricam nos mesmos exércitos barcas de transporte com grande facilidade, levando-se para ellas taboados próprios, como não terá esquecido aos Castelhanos*”<sup>1428</sup>.

Um mapa que nos mostra esta intenção clara de defesa é o mapa da provincia do Minho, da autoria de Jean Benoit Python, sob as ordens de George Cary, onde se destacaram os locais de travessia dos rios, portos de montanha e itinerários viários, indicando-se também os castelos, entrincheiramentos e partes onde se poderia desembarcar. No limite com a província de Trás-os-Montes, deu-se importância à localização das pontes de Cavez e de Mondim de Basto, essenciais para a travessia do rio

---

<sup>1427</sup> PT/AHM/DIV/4/1/23/002.

<sup>1428</sup> PT/AHM/DIV/4/1/23/002. Ver Anexo 1, Imagens 57A, 57B, 58A, 58B, 59A, 59B, 60A, 60B, 61A, 61B.

Tâmega e controlo da estrada de Chaves, mas também às fortificações entretanto construídas na Portela do Homem e no vale do rio Trancoso, mostrando um claro “dispositivo preparado pelo exército português para conter a invasão espanhola na Província de Trás-os-Montes, impedindo-a de avançar sobre a cidade do Porto”<sup>1429</sup>, o que foi conseguido com grande sucesso.

A resposta da Coroa portuguesa à invasão espanhola foi rápida e dura, enviando-se para toda a parte um cartel, datado de 18 de maio de 1762, onde se poderia ler que os invasores deveriam ser tratados como agressores e inimigos, ordenando que “*por todos os portos seccos e molhados cesse toda a comunicação e commercio com as referidas monarchias de França e Castella*”<sup>1430</sup>. Na mesma altura, os camponeses informariam as tropas invasoras que vários povoados tinham ficado desertos, uma vez que a população tinha saído para Miranda, 3 dias antes. No lado português, as informações britânicas davam conta que as tropas portuguesas estavam a reunir-se em três acampamentos distintos, um posicionado entre Vila Real, Braga e Porto, outro em Abrantes, e um último em Elvas<sup>1431</sup>.

Apesar dos sucessos iniciais, os invasores tinham calculado, de forma errónea, que os habitantes locais os apoiariam e que o território lhes permitiria sustentar as tropas durante o seu avanço. De facto, uma das mais importantes facetas da estratégia portuguesa foi, sem dúvida, o incitamento à resistência total da população transmontana, que passava por uma política de quase “terra queimada”, pelo menos no que diria respeito ao sustento das tropas invasoras. Assim, no início de junho, sabia-se que D. José I tinha declarado que puniria como rebeldes todos os que entregassem qualquer tipo de subsistência aos espanhóis, o que lhes provocaria enormes dissabores, enquanto o governador de Trás-os-Montes, Francisco José Sarmiento, emitiria uma proclamação sobre a necessidade de resistência perante o inimigo e de incitamento à revolta.

Inicialmente, as forças ocupantes, que ainda não tinham disparado um único tiro, pagavam por todos os recursos requisitados, sendo orientados no sentido de não perturbarem a população, mas também começavam a perceber que os habitantes locais fugiam, não encontrando armas ou provisões em lado nenhum. Charles O’ Hara, em

---

<sup>1429</sup> MOREIRA, 2013, pp. 1062-1063.

<sup>1430</sup> SORIANO, 1867, tomo 1, p. 485.

<sup>1431</sup> *The London Magazine or, Gentleman’s Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for June 1762, p. 344.

correspondência enviada a Tyrawly, seu pai, a 19 e 21 de maio de 1762, afirmava que o estado do exército invasor também não era o melhor, acreditando que, com algum dinheiro, se poderiam comprar os muitos irlandeses, alemães e flamengos que preenchiam as fileiras invasoras, que já contavam com centenas de desertores. Mas o maior problema para as forças ocupantes foi, sem dúvida, o espírito completamente hostil da população<sup>1432</sup>, que abandonava completamente os seus lugares após esconderem os objetos de valor. Apesar das tentativas espanholas de reconciliação com a população local através da publicação de “memórias”, ou de ordens como a de recolher todos os objetos sagrados que se encontrassem enterrados para os entregar ao bispo de Zamora, que os guardaria em depósito na sua catedral até os conseguir devolver às respectivas igrejas, nada resultou. Por isso, e tendo em conta as dificuldades em garantir a sua subsistência, o exército invasor começou a exigir contribuições, de forma cada vez mais agressiva, com o Marquês de Ceballos a organizar a administração do território, resumindo-se esta a exigências pesadas de, pelo menos, mil arrobas de palha, por localidade, para a sua cavalaria, bem como à manutenção de todos os tributos devidos à Coroa espanhola<sup>1433</sup>.

A reação das populações transmontanas foi, sem dúvida, um dos maiores contratempos da força invasora, com uma atitude completamente hostil face aos invasores, escondendo tudo o que fosse de valor e abandonando os lugares à passagem do inimigo. Por isso, Sarriá preocupava-se sobretudo com dois inimigos: a má qualidade das estradas e a violência dos paisanos<sup>1434</sup>, ao mesmo tempo que se somavam dificuldades de abastecimento. De facto, o exército ocupante acabaria por ser afetado pela miséria e pela fome, provocados em grande medida pela falta de abastecimentos e pelo ódio dos locais. Uma carta do corregedor de Miranda, de 7 de agosto de 1762, mostra bem esta situação, relatando que os paisanos matavam soldados e desertores do inimigo, vivandeiros e marchantes, fechando os acessos à praça de Miranda e impedindo o seu reabastecimento<sup>1435</sup>.

---

<sup>1432</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 158.

<sup>1433</sup> RODRIGUES, 1998, p. 502.

<sup>1434</sup> COSTA, 2010, p. 105.

<sup>1435</sup> COSTA, 2010, 105, cfr. A.N.T.T., Ministério do Reino, Cx. 724, mç. 621.

Efetivamente, a população local prestou serviços importantes ao esforço para travar o avanço espanhol. Alguns locais foram também fornecendo informações sobre as forças inimigas, tais como um indivíduo de Fermentões que, em junho, informava Francisco José de Sousa Machado<sup>1436</sup> que tinha notícia que a força inimiga que vinha de Miranda seria de 30.000 homens, enquanto a que viria por Monterey seria de 24.000, tendo a certeza que pela sua terra tinham já passado 7.000 homens de pé, armamento e mil cavalos, e por Podence se dizia que tinham passado 2.000, vindos de Torre de Moncorvo por Miranda. Bernardo Batista da Afonseca e Sousa, também de Fermentãos, dizia que a cavalaria espanhola estava abarracada na Peneda do Salvajo, entre os caminhos que vão para S. Lourenço e Nogueira, e a infantaria estava aquartelada entre a Senhora do Loreto e a quinta da Coxa, em Bragança<sup>1437</sup>.

O *The London Magazine* dá-nos informações sobre o desenrolar das operações da “defesa em profundidade” desenvolvida pelas forças anglo-portuguesas. No que diria respeito às notícias do mês de maio de 1762, publicadas apenas no número de julho, dizia-se que, no dia 26 de maio, escreveram do Porto e de Braga, afirmando que os espanhóis tinham saído de Chaves e se dirigiam para o Minho através de Montalegre, mas que encontraram as passagens das montanhas muito bem defendidas pelos majores-generais D. José de Lencastre e Francisco José Sarmento, o mesmo que tinha ordenado a saída das tropas de Chaves. Estes oficiais comandavam vários regimentos de milícias das províncias de Trás-os-Montes e do Minho, unidades que tinham previamente retirado pelas montanhas do Marão e de Amarante até ao Porto. As mesmas cartas informavam também que o governador das armas do Porto, João de Almada<sup>1438</sup>, enviara tropas para defender também

---

<sup>1436</sup> Francisco José de Sousa Machado era Sargento-mor do regimento de cavalaria ligeira de Trás-os-Montes, a quem se concedeu, a 13 de julho de 1761, a passagem para o regimento de Dragões da mesma província (Maço 120, doc. nº 98). Cfr. SANTOS, 1961, p.64.

<sup>1437</sup> RODRIGUES, 1995, p. 503.

<sup>1438</sup> João de Almada e Melo (1703-1786) iniciou a sua carreira militar em 1718, prestando serviço em Portalegre, Elvas, Cascais e Lisboa, aquando do Terramoto. A revolta contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, no Porto, levou-o para o Porto, sendo o governador das armas deste Partido entre 1757 e 1786. Durante a invasão espanhola, era o responsável pelo governo militar das províncias do Minho e de Trás-os-Montes. Entre maio e novembro de 1762, “*ocorreo a tudo o referido, aos mantimentos de boca, e munições de guerra, e ainda a diligencia de fardar os regimentos de infantaria, e vinte companhias de cavalos. Proveo a Praça de Miranda de muita parte de mantimentos, que lhe foram necessários, como também as de Almeida e Valença. E correo por sua via a mayor do que foi necessário ao exercito volante das três províncias. Levantou quatro terços de auxiliares, seis companhias de cavalaria, três egoas*”. A.N.T.T., Ministério do Reino, Pasta 17, nº 59, cit. Por ALVES, Joaquim Ferreira – “O Porto na época dos

as passagens do Marão e de Amarante, esperando que as milícias mantivessem as suas posições até à chegada das tropas regulares, sobretudo o 1º Regimento de cavalaria de Chaves, que tinha chegado ao Porto no dia 28 de maio<sup>1439</sup>.

Entre o final de maio e o início de junho, um destacamento de 1.500 espanhóis comandado por O' Reilly, partindo de Chaves pela estrada de Lamego, chegou em reconhecimento até Vila Real, mas quando entrou na região de Vila Pouca de Aguiar encontrou todos os caminhos cortados e “*coronadas de gente las alturas y vió que allí se concentraba la defensa con ánimo deliberado de llevarla al extremo*”<sup>1440</sup>. Estes acontecimentos surgem também retratados nas páginas da *Gazette de France*. Através de cartas despachadas por Sarriá no dia 8 de junho, de Duas Igrejas, e recebidas em Madrid no dia 15, os correspondentes franceses seriam informados que o brigadeiro O' Reilly, com as suas tropas ligeiras, marchou de Vila Real para evitar um “*complot*” contra ele, orquestrado pelos habitantes da região e pelas tropas que tomavam o nome de auxiliares que, para não serem reconhecidas, não usavam uniforme. O' Reilly chegaria a Vila Real a 30 de maio, sendo recebido com pedradas e um único tiro, dirigindo-se depois à Régua, onde viu a barca, mas também um grande número de camponeses armados postados nos cumos dos montes<sup>1441</sup>. Os avisos que tinha recebido eram fundamentados, porque, de acordo com os notícias, apercebeu-se que, a pouca distância de Vila Real, estava uma multidude de camponeses armados nas alturas, verificando que o seu número aumentava todos os dias. Estes paisanos incomodavam as tropas espanholas na sua marcha, quer pelo fogo constante dos mosquetes, quer pela colocação de árvores nos caminhos, já de si estreitos e difíceis. O 'Reilly percebeu a tempo que os portugueses tentavam cortar-lhe a retirada, conseguindo desalojá-los das alturas e abrir caminho entre eles, perdendo apenas dois soldados e ficando 8 feridos. Os portugueses tinham deixado 46 mortos e 28 prisioneiros, que foram conduzidos a Chaves. As tropas espanholas, por seu lado, eram reconhecidas como excelentes, tendo percorrido o caminho até ao quartel general, fazendo

---

Almadas (1757-1804)”, volume 1, Diss. de Doutoramento em História da Arte, FLUP, Porto, 1987, pp. 51-52.

<sup>1439</sup> *The London Magazine or, Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for July 1762, p. 382.

<sup>1440</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, pp. 158-159.

<sup>1441</sup> MOURINHO, 1986, p. 394.

12 léguas em 24 horas, demonstrando todo o seu “*ardeur, de leur courage & de leur bonne discipline*”<sup>1442</sup>.

A missão de O’ Reilly, ao comando das tropas espanholas, acabaria por ter um saldo negativo, porque o seu objetivo era de reconhecimento do terreno e da possibilidade de prosseguirem até ao Porto, mas verificou que, na realidade, tal campanha seria impossível devido à “*esterilidade de la provincia de Tras-os-Montes y de las quebradas, angosturas y obstáculos naturales de que está erizada*”<sup>1443</sup>, dificuldades a que se acrescentava a defesa encarniçada dos principais pontos de passagem pelos camponeses locais, e pelas tropas milicianas e auxiliares portuguesas.

A 12 de junho, existiam informações de que os espanhóis tinham entrado na fronteira da Beira com um destacamento de 800 homens, acampando entre Vale da Mula e Vale da Coelha, a uma légua de Almeida. Alguns grupos de soldados tinham já saído e pilhado as aldeias da fronteira, incluindo as igrejas. No entanto, as milícias portuguesas tinham conseguido escorraçar estas tropas, fazendo cerca de 200 prisioneiros<sup>1444</sup>.

Um dos sinais do fracasso seria dado pelo relato de M. de la Caulerie para o Marquês de Heuchin, que diria que tinham começado mal, perdendo tempo ao tomar caminhos intransitáveis que dificultaram as operações, começando pela lentidão com que se construíram as pontes sobre o rio Esla. Apesar de as tropas portuguesas fugirem antes de os invasores chegarem, os atrasos provocados pelas dificuldades no transporte da artilharia e os excessos e profanações de lugares sagrados perpetrados pelas tropas invasoras, acrescentados de violações, pilhagens e fogo posto, levariam as populações locais a uma resistência que não estaria contemplada nos primeiros planos.

Entretanto, em Londres, a 3 de julho, sabia-se que as tropas inglesas tinham já acampado em Portugal, em diferentes locais, sobretudo para se defenderem das chuvas e do calor excessivo da época. Sabia-se também que os coronéis Crawford e O’ Hara, comandando 7.000 soldados regulares e 7.000 de milícias, tinham assegurado a defesa de um desfiladeiro pelo qual os espanhóis teriam de passar, se quisessem marchar contra o Porto. Deste modo, três regimentos de infantaria e um de cavalaria guardavam os

---

<sup>1442</sup> *Gazette de France*, nº 53, 02.07.1762, fl. 237.

<sup>1443</sup> FERNANDEZ DURO, T3, 1883, p. 159.

<sup>1444</sup> *The London Magazine or, Gentleman’s Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for July 1762, p. 383.

desfiladeiros que existiam entre Trás-os-Montes a a província do Minho, enquanto Lippe montava o seu quartel general em Abrantes<sup>1445</sup>, e se formavam mais dois regimentos de Dragões e cinco novas companhias de cavalaria, do lado português.

Nesta altura, chegavam também notícias provenientes de Almeida, da parte do major-general José Félix da Cunha, dando conta que um corpo de tropas espanholas, provenientes de Miranda do Douro, tinham tentado atravessar o Douro entre Torre de Moncorvo e Foz Côa, mas que tinham sido impedidos pela oposição dos habitantes de Foz Côa, com algumas milícias e vizinhos, que se organizaram num corpo na margem esquerda do rio, com armas e picas, obrigando o inimigo a retirar para Moncorvo, com algumas perdas humanas. José Félix da Cunha teve uma atuação brilhante, ordenando a assistência aos defensores, por um pequeno corpo de tropas regulares, para os encorajar, enviando também algumas peças de ordenança e peças de campo (*field pieces*), com pólvora e balas<sup>1446</sup>. De facto, foram sobretudo paisanos, mas os números divergem consoante os autores. Speelman aponta um total de 1.500 homens, liderados pelo britânico O' Hara, que impediriam o avanço de 5.000 espanhóis através do rio Douro, enquanto a maior parte da população abandonava as aldeias para se refugiarem nos montes<sup>1447</sup>. Carlos Seixas aponta números mais contidos, falando que, a 24 de maio de 1762, o Marquês de Castremañes enviaria um contingente de 600 infantes e 80 cavalos para tomar a barca do rio Douro, no Pocinho, soldados que enfrentaram a resistência de 30 paisanos com espingardas, chefiados pelo inglês Charles O' Hara<sup>1448</sup>.

O contingente de defensores da passagem era constituído por moradores de Foz Côa e algumas milícias das suas vizinhanças, a que se juntaram algumas tropas regulares enviadas de Almeida, juntamente com peças de pequeno calibre, e algumas espingardas com pólvora e balas suficientes para todos, e que “*juntandosee na margem meridional do Rio com espingardas, Piques, mangoaes, e todas as mais Armas que acharão para se deffender. E fazendo algumas descargas sobre os Inimigos, os obrigarão a retirarse á Torre de Moncorvo com alguma pequena perda, sem que da parte dos Portugueses*

---

<sup>1445</sup> *Gazette de France*, nº 55, 09.07.1762, fl. 246.

<sup>1446</sup> *The London Magazine or, Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for July 1762, p. 382.

<sup>1447</sup> SPEELMAN, 2012, p. 439.

<sup>1448</sup> SEIXAS, 2001, p. 85.



*houvesse huma gota de sangue derramado pelas descargas que também havião feito os ditos Inimigos*<sup>1449</sup>.

Pode-se depreender destes factos, que, apesar das notícias constantes de falta de meios, a estratégia militar portuguesa passou por deixar o inimigo entrar em território português, alongando as suas linhas de comunicação e penetrando no interior do País até existirem condições para um ataque consistente da parte da força anglo-portuguesa. Como já foi referido, foram colocadas unidades de tropas irregulares em locais estratégicos, defendendo as passagens mais importantes, quer no rio Douro, quer nas montanhas que davam acesso à província do Minho, como no caso de Montalegre e Amarante.

Para além destas medidas, o próprio rei conseguiu enviar vários reforços para as zonas de maior perigo, enviando um destacamento do exército que se encontrava em Tomar, juntamente com o Marquês de Angeja, o Conde de Arcos, e José Leite de Sousa, marechais de campo, e enviando o Marquês de Marialva, para comandar o referido “corpo volante”, “*para obrar com elle, e com a união de todas as Milicias das referidas Provincias onde achasse mayor necessidade para a defeza, ou mayor oportunidade de conjuntura para atacar os inimigos*”<sup>1450</sup>.

Uma outra característica da estratégia portuguesa, foi certamente o incitamento à deserção por parte da Coroa, nas próprias fileiras inimigas. De facto, o governo português oferecia uma gratificação de 1.600 réis a cada desertor do exército espanhol, prometendo o dobro no caso de ingresso no próprio exército português, facto que continuou a fazer-se sentir até outubro de 1767, mantendo o governo português, até esta data, a gratificação de 60 reais de velão aos desertores do exército espanhol<sup>1451</sup>.

Deste modo, o plano português baseava-se numa atitude claramente defensiva, procurando evitar qualquer confronto direto com o inimigo, utilizando para o efeito os acidentes do terreno, plano já delineado em 1735, durante o reinado de D. João V. A ideia consistia em colocar o exército em acampamentos situados em terreno defensável, potenciando a capacidade de neutralizar a superioridade do inimigo e retardar as suas

---

<sup>1449</sup> PT/AHM/DIV/1/07/4/23.

<sup>1450</sup> PT/AHM/DIV/1/07/4/23.; ver Anexo I, Figura 22.

<sup>1451</sup> GARCÍA ARENAS, 2005, p. 544.

intenções. Também era necessário guarnecer e armar a praça principal de cada província para esta se defender até receber reforços.

No caso de Trás-os-Montes, as indicações seguiam no sentido de se aproveitar a “aspereza” do terreno, armando-se os auxiliares e as ordenanças para efetivar a sua defesa onde as tropas regulares não podiam chegar, recordando o “*modus operandi*” do tempo da Guerra da Aclamação. A defesa partiria de pontos inacessíveis, montanhas e passagens estreitas, numa autêntica campanha de guerrilha capaz de manter o inimigo perto da raia e o mais longe da cidade do Porto<sup>1452</sup>. O próprio Lippe consideraria, de facto, que nas regiões setentrionais bastava a presença de um corpo destinado a ajudar os locais a retirar a subsistência ao inimigo, atrasando a sua marcha até ao tempo das chuvas, para não permitir a concretização dos seus objetivos relativamente ao Porto<sup>1453</sup>.

A aparente ineficácia da ação do governador das armas, Francisco José Sarmiento, levaria à sua substituição, no final de agosto de 1762, pelo tenente-general George Cary, escolhendo-se Inácio Xavier de Sousa Pissarro para seu secretário<sup>1454</sup>. No entanto, um dos oficiais mais importantes na defesa da linha do Douro e das vias de acesso ao Porto, foi o britânico Charles O’ Hara<sup>1455</sup>. Filho de um coronel dos Coldstream Guards, tinha servido já no 3º Regimento de Dragões e nos próprios Coldstream Guards, servindo como ajudante-de-campo do Marquês de Granley, na Alemanha, no contexto da Guerra dos Sete Anos, antes de passar a Portugal.

O’Hara teve nas suas mãos a organização da defesa do Norte, passando de Torre de Moncorvo para Lamego e Vila Real. Mas a sua ação não poderia ter efeitos sem a resistência local, que levou mesmo os habitantes da Beira e dizer ao conde de Oeiras que não precisavam de tropas regulares para se defenderem<sup>1456</sup>. Mesmo assim, as diferenças

---

<sup>1452</sup> COSTA, 2010, pp. 101-103.

<sup>1453</sup> COSTA, 2010, p. 121.

<sup>1454</sup> PT/AHM/DIV/4/1/23/036 (27 de agosto de 1762).

<sup>1455</sup> Charles O’ Hara (c. 1740-1802), era filho ilegítimo de James O’ Hara, coronel dos Coldstream Guards. Em 1752 foi nomeado coronel no 3º Regimento de Dragões e, em 1756, como tenente nos Coldstream Guards. Durante a Guerra dos Sete Anos serviu como ajudante de campo do Marquês de Granley na Alemanha, passando para Portugal em 1762, com o posto de tenente-coronel. Em 1766 foi transferido para o Senegal, passando para a América, em 1778, sob o comando do General William Howe. (cf. FREDRIKSEN, John C. - *America’s military adversaries: from colonial times to the present*, ABC-CLIO, Santa Barbara – California, 2001, p. 355)

<sup>1456</sup> DAVIS, 1985, p. 150.

culturais faziam-se sentir, por vezes, uma vez que, como Comandante-em-Chefe das milícias portuguesas, diria que estas eram “*so ridiculous; such an assemblage of old fire-locks without locks, musty swords with daggers, pikes, halberds, scythes, etc*”, criticando-os também pelo facto de não terem qualquer problema em abandonar os seus postos para ir tratar das suas vinhas quando o inimigo não estava presente<sup>1457</sup>. Os portugueses não deixaram, porém, de desempenhar um papel fundamental para frustrarem as intenções espanholas e impedir o seu avanço em direção aos objetivos principais da campanha. Um texto datado de 29 de maio, assinalava o valor destas milícias como força de combate: “*os comandantes das Provincias não acham termos bastantes para explicarem o valor das Milicias, e a boa vontade, e animosidade com que os Povos dezejão, e pedem, que os deixem vir ás mãos com os seus inimigos, e que para isso lhes dessem qualquer socorro de Tropas pagas que os podesse dirigir, por mais pequeno que fosse. E como o socorro que se lhe mandou he mayor do que esperavam, e havião pedido, se faz verosímil que com o favor de Deos poderá suspender a liberdade, e arrogância, que athe agora praticarão os Castelhanos, sem acharem quem a ella se lhes oppozesse*”<sup>1458</sup>. Estas milícias foram, de facto, “*formidables para los españoles por su tipo de guerra y porque la ignorância de los generales, la negligencia o la indisciplina exponen sempre al ejército a sorpresas y asesinatos*”<sup>1459</sup>.

A primeira grande ação das forças de O’ Hara foi impedir a passagem do Douro pelas forças invasoras, em direção a Almeida. O’ Hara, antes da ocupação de Torre de Moncorvo pelos espanhóis, tinha já organizado a defesa da linha do Douro, utilizando auxiliares e cerca de 1.500 camponeses, aos quais se juntaram mais 500 provenientes de São João da Pesqueira. O’ Hara destruiu também todas as embarcações no rio Douro, colocando cerca de 600 homens com armas nas passagens do rio: “*the peasants manned the Hill tops and cliffs and were helped by women and children, who uttered blood-curdling yells*”. O inimigo, armado de forma ligeira e sem mantimentos ou munições, foi obrigado a retirar após várias tentativas.

---

<sup>1457</sup> DAVIS, 1985, p. 152.

<sup>1458</sup> PT/AHM/DIV/1/07/4/23.

<sup>1459</sup> GARCÍA ARENAS, 2005, p. 548.

Por outro lado, e antevendo o prosseguimento das forças inimigas até ao Porto, o Marechal de Campo João de Almada, que tinha o cargo do governo das armas do Partido do Porto, mandara também guarnecer as montanhas do Marão e as suas passagens na direção de Amarante, “*de sorte que esperava que se sustentarião athe chegar do Exercito o socorro de Tropas Regolares*”, esperando-se a entrada no Porto do 1º regimento da cavalaria de Chaves, no dia 28 de maio de 1762<sup>1460</sup>. O Minho também estaria mais bem defendido, contando com 8 regimentos de infantaria e 6 companhias de cavalaria.

A 20 de junho, notícias provenientes de Amarante davam conta que, em Trás-os-Montes, as tropas espanholas se tinham dividido em 3 corpos, encontrando-se o principal acampado em Duas Igrejas, outro em Torre de Moncorvo, com 500 homens, e outro em Chaves, também com 500 homens. Os espanhóis que se tinham retirado de Vila Real e de Mirandela em direção a Miranda tinham sido atacados pela milícia postada em Vila Pouca de Aguiar, conseguindo esta força irregular matar alguns espanhóis e tomar 20 soldados inimigos como prisioneiros, enviados de seguida para o quartel general português. As ações de “guerrilha” continuavam um pouco por todo o lado, sendo exemplo destas ações o ataque a um comboio de 60 mulas, no dia 22 de junho, carregado de provisões, a cerca de duas léguas de Chaves, abastecimentos certamente relacionados com as notícias de que os espanhóis se preparavam para invadir o Minho em diferentes locais<sup>1461</sup>.

Estas ações violentas contra os espanhóis seriam relatadas na *Gazette de France*, que, no seu número de 12 de julho, denunciava que muitos espanhóis regressavam a Espanha fugindo da opressão dos portugueses, com orelhas e narizes cortados, mas que o rei de Portugal os convidara a regressar, com a condição de se estabelecerem em Portugal, guardando os seus bens, sabendo-se igualmente que a resposta do rei espanhol seria considerá-los como traidores e desertores da pátria<sup>1462</sup>.

Podemos, então, afirmar que a região transmontana foi uma das precursoras, na Europa, da chamada “guerra irregular”, baseada sobretudo na ação das milícias e no levantamento em armas dos camponeses, pelo menos na Península Ibérica, entendendo-se este tipo de guerra como uma ação com “forte carácter popular”, assentando todo o esforço

---

<sup>1460</sup> PT/AHM/DIV/1/07/4/23.

<sup>1461</sup> *The London Magazine or, Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for July 1762, p. 383.

<sup>1462</sup> *Gazette de France*, nº 56, 12.07.1762, fl. 258.

da resistência numa atuação irregular das forças em campo<sup>1463</sup>, a par da estratégia de “terra queimada” e da “defesa em profundidade”, na qual as populações abandonavam as suas aldeias e lugares, fugindo para os montes com os seus gados e haveres, pouco deixando de útil para os invasores, cujos abastecimentos falharam. De facto, a uma distância de cerca de 40 anos das invasões pelos exércitos napoleónicos, as tropas espanholas que invadiram o território transmontano, em 1762, depararam-se com uma estratégia semelhante à que obrigou, por exemplo, as tropas de Soult a recuarem no Norte de Portugal, em 1809. Tal como no caso napoleónico, a historiografia centrou-se no sucesso das tropas regulares, nomeadamente britânicas<sup>1464</sup>. Por isso, as ações de 1762, sobretudo as de Trás-os-Montes, foram consideradas por vários autores como um recuo cobarde e o espelho de uma ineficácia absoluta por parte das forças portuguesas.

No entanto, esses autores não vislumbraram que a “guerra irregular” foi a estratégia mais utilizada em Portugal, nomeadamente nos séculos XVII e XVIII. Dumouriez diria, em 1776, que a maior parte do exército português era constituído por milícias de camponeses que faziam a guerra “*sem salário, mas com tenacidade*”, com uma atuação formidável em emboscadas e ações de surpresa<sup>1465</sup>, o mesmo tipo de contingente militar irregular que Massena rotularia de “*assassinos de estrada*”, que evitavam sempre o confronto decisivo, e desgastavam as forças invasoras, moral e fisicamente. Por isso, os acontecimentos de 1762 mostram que o “binómio” milícias populares / milícias regimentais, funcionou já contra o exército espanhol, conseguindo as forças irregulares impedir a marcha das forças invasoras, quer na direção do Minho quer na do Porto, através de uma flexibilidade que lhes permitia, com sucesso, guardar os desfiladeiros e as passagens dos rios, cortar as linhas de comunicações do inimigo, efetuar emboscadas, atrasar a sua progressão ou dispersar os seus efetivos<sup>1466</sup>. Esta estratégia construiu-se com sucesso devido à tenacidade dos combatentes portugueses e aos obstáculos colocados pelo terreno montanhoso do Norte: “*os itinerários, autênticos caminhos de cabras, eram péssimos, agravados pelos deficientes meios de orientação cartográficos; a orografia era*

---

<sup>1463</sup> LOUSADA, 2010, p. 96.

<sup>1464</sup> LOUSADA, 2010, p. 96.

<sup>1465</sup> LOUSADA, 2010, p. 100.

<sup>1466</sup> LOUSADA, 2010, p. 107.

*abrupta e a hidrografia difícil de vadear; os meios de subsistência alimentar escassos; as gentes eram arruaceiras e nada colaborantes*”<sup>1467</sup>. Curioso que o autor destas linhas escrevia, de facto, sobre os problemas encontrados pelas forças napoleónicas, mas podemos perfeitamente enquadrar os acontecimentos da primeira fase da Guerra Fantástica nesta breve descrição.

Esta constatação afasta-se decisivamente da visão de vários autores, que sempre consideraram a chamada “Guerra Fantástica” como “*fruto de uma campanha militar mais dada a escaramuças, sem objectivos precisos e mesmo erróneos*”, apelidando-a mesmo de “fútil”<sup>1468</sup>. No entanto, não se podem apelar de “fúteis” os esforços espanhóis em alcançar os seus objetivos primordiais, ou seja, controlar as passagens do rio Douro para comunicar com as restantes forças envolvidas na campanha e alcançar a cidade do Porto o mais depressa possível. As tentativas operadas pelas forças invasoras foram constantemente goradas pela ação concertada e enérgica dos homens de armas portugueses, regulares ou irregulares, cujo comando desenvolveu uma estratégia de “defesa em profundidade”, desgastante para a força invasora.

Este tipo de estratégia seria replicada posteriormente na documentação, tal como nos indica um parecer da comissão de fortificações para a defesa de Portugal, datada de julho de 1823, onde se declararia, peremptoriamente, que “*esta provincia quasi toda rodeada pela fronteira inimiga não permite esperar que nos empenhemos na defesa da sua fronteira mui suficiente para o lado de Bragança e Miranda, e por isso impropria ou arriscada para ser disputada pelo nosso exercito, nem protegida por fortificações permanentes, que teríamos de abandonar ao ataque do inimigo logo nos primeiros passos da sua invasão. He por meio das linhas flanqueantes do Tamega e Marco de hum lado, e do Douro pelo outro, que nós poderemos segundo as circunstancias, haver de sustentar no interior da mencionada provincia*”<sup>1469</sup>. Esta visão corresponde, na nossa opinião, ao que aconteceu em 1762, o que nos permite afirmar que a estratégia aventada em 1823 seria já uma réplica da “defesa em profundidade”, bem-sucedida, aplicada pelas forças anglo-portuguesas durante a denominada “Guerra Fantástica”.

---

<sup>1467</sup> LOUSADA, 2010, p. 110.

<sup>1468</sup> SEIXAS, 2001, p. 80.

<sup>1469</sup> PT/AHM/DIV/3/01/06/11 (1823, julho, 2-5).

## 5.8. A retirada espanhola da região transmontana (junho-julho, 1762)

As razões do fracasso espanhol foram várias. Um dos primeiros obstáculos foi a lentidão provocada pelos impedimentos geográficos<sup>1470</sup>. Os outros fatores prenderam-se com a resistência das populações locais e a defesa dos principais pontos de passagem por forças portuguesas, como já foi analisado. M. de la Caulerie, em missiva dirigida ao Marquês de Heuchin, a partir de Barcelona, e datada de 20 de julho de 1762, afirmava claramente que *“nous avons mal commencé en perdant d’abord la plus belle saison, en prenant un chemin opposé que nous a fait retarder nos opérations par la difficulté et la lenteur de la construction du pont sur l’ Esla (...). Vous me demanderez pourquoi nous n’avons pas fait la conquête des deux provinces, puisque tout sautait, pliait et fuyait devant nous”*. O Marquês de la Croix, a 24 de julho de 1762, também se lamentava que se tinha deixado demasiado tempo para o inimigo se organizar, dizendo que as operações espanholas eram mais lentas do que o esperado, muito por causa das dificuldades nos caminhos portugueses, sobretudo para transportar a artilharia pesada<sup>1471</sup>.

Para além deste atraso significativo, o autor destas linhas faria questão em mencionar a dificuldade em transportar a artilharia pelos caminhos portugueses e que, apesar dos avisos, a soldadesca continuava a comportar-se de forma bastante negativa para os interesses do exército invasor, comprometendo uma eventual colaboração dos habitantes locais. Certamente os excessos dos invasores relativamente à profanação dos lugares religiosos, as violações, as pilhagens, os fogos e as mortes acabaram com as dúvidas dos habitantes locais.

Todos estes entraves levaram as autoridades militares espanholas a porem em prática outro plano, que passava pela retirada das tropas da região transmontana e a sua reorientação para Almeida. No início de julho, apesar dos sucessos obtidos dois meses antes, era já evidente o fracasso da ofensiva. Os portugueses, pelo seu lado, contavam cada

---

<sup>1470</sup> GARCÍA ARENAS, 2005, p. 546.

<sup>1471</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 168-170.

vez mais com o apoio britânico<sup>1472</sup>, onde se incluía o conde de Lippe, promovido a marechal-general do exército, a 3 de julho de 1762. Mesmo assim, os acontecimentos posteriores deixariam Lippe bastante frustrado, acusando a oficialidade portuguesa de incompetência, pouca energia e falta de resistência, assistindo mais tarde, atônito, à rendição de praças como Almeida ou Salvaterra, das quais esperava alguma resistência ao inimigo<sup>1473</sup>.

No lado espanhol, a retirada das tropas franco-espanholas iria fazer-se de uma forma confusa e mal dirigida<sup>1474</sup>, sendo os soldados obrigados a marchar debaixo de elevadas temperaturas, quando deveriam fazê-lo durante a noite. Efetivamente, a ordem para se reunirem era normalmente dada às 13 horas, iniciando-se a marcha às 14 horas para marchar de seguida 9 a 10 horas seguidas, tal como fizeram entre Brandilanes e Navianos<sup>1475</sup>. As Guardas Valonas, por exemplo, quando retiraram, partiram no segundo dia de retirada, às 6 horas da manhã, chegando ao campo principal às 15h30 da tarde, com apenas três quartos de hora de paragem.

Nesta altura, a retirada das tropas espanholas da região transmontana era geral. O corpo de tropas estacionado em Moncorvo e nos locais próximos tinha-se retirado no dia 28 de junho, a meio da noite, com precipitação, marchando rapidamente em direção do acampamento de Duas Igrejas, com o objetivo de se juntar ao Marquês de Sarriá, servindo de retarguarda ao exército principal, enquanto o de Chaves deveria chegar apenas no dia seguinte<sup>1476</sup>. Em Chaves tinham sido deixados 12 batalhões e 2 esquadrões, comandados pelo Marquês de Ceballos, tendo em conta que o Duque de Albuquerque estaria doente. Os marechais-de-campo do exército invasor também eram poucos e estavam doentes, na sua maior parte, revelando-se que os destacamentos, quando chegavam ao campo principal estavam quase todos descalços. De Bragança também chegavam notícias da retirada dos espanhóis, a 30 de junho, carregando todos os carros de bois aptos para o serviço, levando

---

<sup>1472</sup> Ver Anexo 1, Imagem 62.

<sup>1473</sup> COSTA, 2010, pp. 126-127.

<sup>1474</sup> Ver Anexo 1, Imagem 63.

<sup>1475</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 168.

<sup>1476</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, p. 169.



consigo o resultado da pilhagem do colégio e da igreja, bem como das casas de várias pessoas principais. Pelo caminho haviam matado alguns camponeses, a sangue-frio<sup>1477</sup>.

Efetivamente, o rasto que deixaram foi, geralmente, de destruição. As tropas espanholas que se retiraram de Bragança no último dia de junho (onde estavam desde o dia 14 de maio), deixaram-na reduzida a ruínas. O destacamento inimigo demoliu a fortaleza da cidadela da praça e as muralhas do forte de São João de Deus, “*deixando pendente por hua corda dellas abaixo este Santo Protetor*”. Levaram também toda a artilharia, munições e armamento existente no castelo de Bragança, toda a telha que cobria os quartéis, fazendo-os queimar. Levaram com eles toda a prata e ornamentos do Colégio dos Padres da Companhia, “*dos quaes ali vierão alguns a buscar muitos moveis dinheiro e pratas que deixarão nele enterrado*”. Em Miranda do Douro, quando se retiraram, os espanhóis mandaram recolher toda a gente para as igrejas, a voz de pregão, para melhor saquear a cidade. Também aqui levaram toda a artilharia disponível, “*e ate hum sino grande singularissimo*”. Junto a Chaves queimaram o lugar de Valpaços e “*chegarão ao desaforo de despirem hua senhora muito principal ate a deixarem em roupas brancas*”<sup>1478</sup>.

Apesar dos percalços sofridos durante a retirada, a 9 de julho, do campo de Zamora, surgia já a notícia de que o exército espanhol se tinha reunido ali, recomeçando a movimentar-se entre os dias 8 e 9, durante a noite, uma vez que os calores excessivos não o permitiam fazer de dia. A partir de Zamora, a brigada das Guardas Valonas seguiria para Ciudad Rodrigo, seguida das outras unidades, e com as Guardas Espanholas na retaguarda. A infantaria deveria passar por Ledesma, enquanto a cavalaria deveria seguir por Salamanca, com o objetivo de tomar Almeida. Enquanto isso, a primeira divisão francesa encontrava-se já em Valladolid enquanto as restantes deveriam chegar no dia 12, para também serem encaminhadas para Almeida, para tratarem do cerco à fortificação. O objetivo era reunir todas as tropas comandadas por Sarriá em Ciudad Rodrigo, no dia 14 ou 15, o que já tinha acontecido com a artilharia, para, depois, se abrir uma trincheira em frente a Almeida<sup>1479</sup>. O Marquês de la Croix estava ainda na Galiza, mas apenas dispunha

---

<sup>1477</sup> *The London Magazine or, Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, for July 1762, p. 437-438.

<sup>1478</sup> PT/AHM/DIV/1/06/43/30.

<sup>1479</sup> *Gazette de France*, n° 62, 02.08.1762, fl. 278.

de 6 batalhões, a maior parte constituído por milícias, e, apesar de ter convocado a nobreza local, não possuía armas para lhes fornecer<sup>1480</sup>.

Em Trás-os-Montes, apenas Chaves iria permanecer em mãos espanholas. Aqui ainda “*punhão justiças, fasião correr o dinheiro castelhano, vendião nos estanques o seu tabaco, e levantavam tudo o que desia respeito a direito Real; enforcavão, prendiam (...) e tudo fasião com hua voz tão arrogante que fasião tremer a todos, aclamavão ao rei Carlos; e chegou nesta parte a sua ambição a obrigarem a Cleresia a darem na Missa a Colecta pelo seu Rei, dizendo que tudo isto era Espanha*”<sup>1481</sup>.

Mas o perigo para as forças ocupantes era grave, pelo que, a 11 de setembro de 1762, o rei espanhol ordenaria o envio para a Galiza do regimento de cavalaria de Santiago, devido à ameaça de bloqueio da praça de Chaves<sup>1482</sup>, onde se situavam ainda os hospitais do exército espanhol, o mesmo acontecendo ainda em novembro desse mesmo ano<sup>1483</sup>. A 15 de dezembro os espanhóis tratariam finalmente da remoção dos doentes dos hospitais de Chaves para Monterrey, bem como da saída do então governador da praça, D. Maximiliano de la Croix. Chaves deveria passar para as mãos do brigadeiro D. Felix O’ Neylle, tenente-coronel de Hibernia, comandando 8 regimentos de Hibernia, 4 companhias de Saint-Gall Dunant, e 4 companhias dos regimentos de Leão e Maiorca, que deveriam guarnecer a praça durante mais dois meses, até à sua entrega aos portugueses. As unidades de infantaria poderiam ser reforçadas, em caso de necessidade, com 20 ou 30 cavalos do regimento de Dragões de Pavia<sup>1484</sup>. A 10 de janeiro de 1763 continuavam em Chaves o 1º batalhão de Hibernia e os dois batalhões de Saint-Gall Dunant, enquanto que as 4 companhias de Leão e Maiorca ficariam na Galiza até novas ordens<sup>1485</sup>.

A *Gazette de France* anunciava também estas alterações. No número de 12 de julho, escrevia-se que, de acordo com as ordens da Coroa espanhola, o 1º batalhão do regimento

---

<sup>1480</sup> CORRESPONDANCE DU MARQUIS DE CROIX, 1891, pp. 169-170.

<sup>1481</sup> PT/AHM/DIV/1/06/43/30.

<sup>1482</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, doc. 95.

<sup>1483</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, doc. 107-2.

<sup>1484</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, doc. 111.

<sup>1485</sup> A.G.S., Secretaria de Guerra, 19 – Guerra com Portugal (1761-63) – Guerra Moderna, Legajo 2208, doc. 113.

suíço de Dunant, estacionado na Galiza, estava a caminho de Chaves, enquanto que o regimento de Hibernia e o regimento das milícias de Betanzos seguiriam pouco depois para o mesmo destino. O regimento de milícias de Lugo, que se encontrava em Ferrol, também recebera ordens para os seguir, e, independentemente destes reforços, eram enviados também o regimento de Dragões de Pavia e o regimento de milícias de Compostela. Nesta altura, o Marquês de la Croix e D. Francisco Henriquez, colocados na Corunha, dispunham-se a servir sob as ordens de Sarriá, na qualidade de tenentes-generais. Para este reforço do contingente militar, será interessante anotar que, na mesma notícia se referia o envio, a partir de Compostela, de 4.000 balas de canhão, encontradas nos subterrâneos do colégio de S. Clemente, sem se conseguir apurar quem as tinha escondido<sup>1486</sup>.

Apesar da retirada das forças ocupantes, algumas localidades da região mirandesa ainda iriam sofrer às mãos do inimigo. Foi o que aconteceu em Vimioso. A chegada de um contingente espanhol a Vimioso, na manhã do dia 14 de agosto de 1762, foi extremamente violenta, provocando um total de dez mortos. Não sabemos a razão para a “invasão” de Vimioso, nessa manhã, mas, entre os mortos encontrava-se uma mulher, um dos soldados espanhóis, e, sobretudo, moradores de Vimioso. No caso de Mateus Rodrigues, vindo do termo de Bragança, diz-se no registo paroquial que era conhecido de Manuel Gonçalves Ferro, morador em Vimioso, “*em cuja casa tinha estado varias vezes e naquela noute nella dormira, e hia fugindo aos Castelhanos*”. O soldado espanhol, morto por um tiro, seria levado pelos seus camaradas até à igreja, “*e os mesmos o levarão as portas desta igreja de São Vicente e ahi pedio confissão*”<sup>1487</sup>, sendo sepultado dentro da igreja, junto a porta da pia batismal.

Apesar do sucesso obtido, as estruturas militares portuguesas ressentiram-se do desastre ocorrido em Miranda e no resto da província, forçando a substituição do até então governador das armas, Marquês de Marialva, pelo tenente-general George Cary, decisão do rei datada de 27 de agosto de 1762. Para seu secretário escolheram Inácio Xavier de Sousa Pissarro<sup>1488</sup>. Em 24 de julho, uma relação das praças existentes em Trás-os-Montes, escrita por José Manuel Ramos, dava conta que se tinha formado, entretanto, um novo

---

<sup>1486</sup> *Gazette de France*, nº 56, 12.07.1762, fl. 255.

<sup>1487</sup> A.D.B., Paróquia de Vimioso, Livro de registo de óbitos (1744-1764), fl. 73. Ver Anexo 3, Quadro 33.

<sup>1488</sup> PT/AHM/DIV/4/1/23/036.

regimento de infantaria, para substituir o regimento que ficara prisioneiro aquando da queda de Miranda, compondo-se a nova unidade de 759 praças. Um documento coevo apresenta-nos o total de praças contabilizadas para o norte, destacando-se os números mais elevados no que diz respeito à região transmontana, o que demonstra ainda a sua importância nesta fase das operações.

Apesar da retirada das forças espanholas, permaneceu o receio de ataques, como o que aconteceu em Vimioso, em agosto de 1762, como já foi relatado. Por isso, as medidas necessárias para repor as condições necessárias à defesa da região foram surgindo nos meses seguintes. Por exemplo, a câmara de Mogadouro pediria, a 13 de agosto, às autoridades militares da província, para enviarem pólvora, material que seria entregue apenas a 3 de outubro, num total de 40 arráteis e 1 quarta, bem como um recibo escrito de 20 arráteis. Também se daria conta em sessão camarária da entrega de 5 arrobas de bala, menos 6 arráteis e 3 quartas do mesmo material bélico<sup>1489</sup>.

Seria desta altura uma ordem lida na câmara de Miranda do Douro, mandando cobrar o imposto do quatro e meio por cento para se custear os estragos que os exércitos espanhóis tinham feito, e também para financiar o exército português<sup>1490</sup>, que tentava agora travar o avanço espanhol na Beira, uma vez que o Marquês de Sarriá tinha reorganizado o seu exército nessa fronteira, com cerca de 42.000 franceses e espanhóis, entrando em Portugal para ocupar Castelo Rodrigo e atacar Almeida, que caiu nas suas mãos a 26 de agosto. Nesta segunda fase da guerra, a Beira assistiu, de facto, às principais operações de Sarriá e do seu substituto, o conde de Aranda que, até ao inverno de 1762 dominaram Castelo Branco e chegaram a ameaçar Abrantes, o centro de operações do conde de Lippe e do exército anglo-português. Na fronteira mirandesa, no entanto, o dinheiro prometido pela Fazenda devido à invasão espanhola e à ocupação da cidade só chegaria a Miranda do Douro em maio de 1763, com um atraso considerável<sup>1491</sup>.

Ao nível dos recursos materiais, a penúria do exército português continuava evidente. Veja-se o exemplo do regimento de infantaria de Chaves, que exemplifica a

---

<sup>1489</sup> A.M.M., A/Câmara Municipal – 2. Acórdãos, Actas, Assentos, Autos e vereações, Pasta nº 37, Livro 76, auto de câmara de 13.08.1762, fl. 33; auto de câmara de 03.10.1762, fl. 41.

<sup>1490</sup> A.M.M.D., Livro de registo de leis, ordens e provisões, Caixa 2, Livro 9 (1756-62). A data é ilegível devido ao mau estado do documento, sendo o mais provável referir-se ao final de 1762.

<sup>1491</sup> A.M.M.D., Livro de registo de leis, ordens e provisões, Caixa 2, Livro 10 (1762-66), fl. 59-59v.

questão. Uma relação de 1762, enviada por Domingos de Castro, mostrava o estado desta unidade. No texto referia-se que foram entregues aos soldados 155 barracas, mas que seriam necessários outros tantos utensílios, tais como machados, enxadas, cântaros e caldeiras, a que se acrescentavam 50 serrões. Eram necessárias formas para fazer cartuxos e de papel para os mesmos, e também 686 frasquinhos, porque os que existiam estavam incapazes para o serviço. Não existiam sobresselentes de pederneira, estimando-se serem precisas 2.058 peças. É notado também que em Tomar cada soldado recebeu meio arrátel de pólvora e 10 balas, “*as quaes não chegarão mais que para esta Companhia e faltarão para as outras sete*”. Seguindo para Coimbra, o regimento receberia ainda 200 cartuxos em Tomar, “*ao depois da partida do Regimento*”, mas ainda necessitava de 3.230 balas para que “*todos os soldados fiquem a des tiros*”. A escassez de equipamentos revelava-se ainda na falta de barretes para os granadeiros e de mochilas para os soldados, faltando 686. Era ainda necessário prover o regimento de novas bandeiras, porque apenas existiam duas “*cazi incapazes*”<sup>1492</sup>.

No final do ano, entendia-se finalmente que o perigo tinha passado, pelo menos na região a norte do rio Douro. Por isso, em Trás-os-Montes, as ordens eram, no início de dezembro de 1762, para suspender as hostilidades, tal como nos revela um ofício de George Cary para Miguel de Arriaga Brum da Silveira, datado do dia 5, informando ter mandado executar as ordens recebidas aos cabos das tropas sob o seu comando e aos capitães-mores das ordenanças da fronteira para suspenderem imediatamente as hostilidades e se manterem na defensiva<sup>1493</sup>.

Um dos melhores legados da guerra foi a necessidade de cartografar o território. Esta necessidade, produziria, nas décadas seguintes, excelentes mapas, cada vez mais pormenorizados, como o mapa da província transmontana, da autoria do britânico Thomas Jefferys, datado de 1790<sup>1494</sup>, e que podemos considerar uma das melhores representações cartográficas de toda a região, do final do século XVIII, a que poderemos acrescentar os mapas do início da centúria seguinte, tal como a excelente carta militar das principais

---

<sup>1492</sup> PT/AHM/DIV/1/07/3/26.

<sup>1493</sup> PT/AHM/DIV/1/08/3/16. Ver Anexo 5, Documentos 12 e 13.

<sup>1494</sup> Ver Anexo 1, Imagens 18A e 18B.

estradas de Portugal, de 1808<sup>1495</sup>, da autoria de Lourenço Homem da Cunha de Eça, o mapa de Portugal, de John Lodge<sup>1496</sup>, do mesmo ano e pleno de referências ao mapa de Zannoni, imprescindível para entender a invasão de 1762, e, finalmente, os contributos de José Joaquim Cibrão<sup>1497</sup> ou o reconhecimento corográfico realizado em 1840<sup>1498</sup>, entre outros que não foram mencionados, mas que nos permitem uma análise detalhada das vias e das estruturas urbanas existentes nessa época, com rigor e disciplina científica.

A guerra terminara na fronteira mirandesa, mas deixara marcas indeléveis, físicas e culturais, que apenas o futuro poderia fazer ultrapassar ou transformar em lenda.

---

<sup>1495</sup> Ver Anexo 1, Imagens 19A e 19B.

<sup>1496</sup> Ver Anexo 1, Imagem 20.

<sup>1497</sup> Ver Anexo 1, Imagem 21.

<sup>1498</sup> Ver Anexo 1, Imagem 22.

## Conclusão

No início, as expectativas apontavam para um estudo aprofundado das estruturas militares da fronteira mirandesa. No entanto, o “esquecimento” voluntário ou involuntário, por parte de determinada historiografia, datada no tempo e nos objetivos, sempre colocou em segundo plano o território mirandês, ou, por outro lado, simplesmente o ignorou. Tendo em conta a vontade de compreender os fenómenos relativos a esta região, a nível militar, bem como de avaliar a dimensão da sua participação nos diferentes conflitos que, durante a denominada *Época Moderna*, obrigaram os monarcas portugueses a terem em conta as fronteiras do reino, e o sentido das estruturas militares existentes desde, pelo menos, a Idade Média, levaram ao alargamento do âmbito do nosso estudo. Assim, a pesquisa efetuada mostrou que a noção de fronteira tem de ser vista através de vários prismas, identificando-se necessariamente os factos e a cronologia subjacentes, integrando-os na geografia e, sobretudo, nas origens, regras e desenvolvimentos dos conflitos bélicos, que envolveram não só as estruturas militares estudadas, mas sobretudo o território como um todo, analisado por nós como entidade orgânica que integrou vontades, políticas e sentimentos, formas de convivência e de hostilidade entre as populações raianas, conjugadas com a vontade das autoridades militares.

O facto de se tratar de um espaço regional, surgiu-nos como útil no tratamento de um espaço temporal tão longo, abrangendo o período entre 1641 e 1762, mas também na compreensão do papel das zonas raianas durante os três conflitos que envolveram a fronteira mirandesa, nos séculos XVII e XVIII, que consideramos os mais notáveis em termos do reforço deste mesmo papel da fronteira como campo de ação bélico. O que a investigação permitiu concluir é que o papel da fronteira e das estruturas militares a ela associadas não foi sempre igual, verificando-se um crescendo da importância desta divisão artificial, sobretudo ao longo do século XVIII, que culminaria com a situação de palco de guerra principal com Espanha, nomeadamente no final da Guerra dos Sete Anos. Por isso, o período cronológico fez-se necessariamente mais longo, uma vez que entendemos ser esta a única forma de perceber as consequências dos princípios dinâmicos aplicados pelos

estratégias militares, que produziram uma continuidade que teve implicações na renovação dos objetivos a atingir e dos processos a desenvolver no terreno.

A perspectiva de análise, assim, teve de se alterar, não partindo apenas das estruturas militares, mas integrando-as nos processos desenvolvidos ao longo do período em estudo, sobretudo nas mudanças ocorridas no próprio pensamento militar da época. Desta forma, se em determinada altura a estratégia militar defendia o cerco das praças como ação fundamental dos exércitos, a Guerra de Sucessão de Espanha e a Guerra dos Sete Anos desenvolveram a aplicação de princípios diferentes.

Estes princípios representaram ainda opções, por vezes, pouco concretas, com indecisões fatais para uma das partes, mas que prenunciariam já o que irá acontecer nos conflitos da primeira metade do século XIX. As opções eram duas: a utilização da mobilidade dos exércitos, para a qual teriam de contribuir não só os recursos da terra ocupada, mas também os abastecimentos previamente agendados por uma intendência que dava ainda os primeiros passos; por outro lado, e o que consideramos mais significativo no espaço do nordeste transmontano, na época estudada, a utilização da chamada “*petite guerre*”, com base em poucos recursos humanos e materiais, mas que, bem utilizados, sobretudo a partir das características do terreno, poderiam criar bastantes dificuldades ao inimigo. No mesmo sentido, verificamos que os ensinamentos, sobretudo dos militares britânicos, a partir da sua experiência na América do Norte, também deram os seus resultados.

De facto, o que determinada historiografia apelidou de fraqueza e inépcia das forças portuguesas, transformou-se, aos nossos olhos, numa estratégia de “defesa em profundidade”, bem orientada e gerida pelas chefias militares, na certeza de que a manutenção das fortalezas fronteiriças seria inglória e ineficaz para o resultado que se pretendia mais amplo, utilizando-se, isso sim, as capacidades de um terreno montanhoso e agreste, na ótica do inimigo, capaz de desgastar de forma rápida as forças invasoras. Quando o inimigo tentou ultrapassar os limites do território ocupado, procurando ultrapassar os cursos de água mais significativos, encontraram uma forte resistência, previamente disposta e preparada, entre milícias portuguesas e tropas regulares portuguesas e britânicas, que impediram sempre e com grande eficácia, a progressão espanhola na



direção dos objetivos principais estabelecidos em 1762, nomeadamente a cidade do Porto. A capacidade de mobilização portuguesa também se verificou eficaz, conseguindo, em 1710-1711, recuperar o território mirandês, ocupado algum tempo antes pelas forças borbónicas, e inclusivamente de invadir e ocupar grande parte da província de Zamora<sup>1499</sup>, conseguindo pôr termo às ameaças inimigas sobre a fronteira mirandesa e, sobretudo, obter uma excelente moeda de troca nas negociações que se avizinhavam.

A extraordinária resistência da população transmontana surgiu-nos igualmente plasmada ao longo do trabalho. Uma força baseada no aproveitamento e conhecimento profundos do território, cujos topónimos, quase sempre esquecidos pela historiografia de grande vulto, nos mostram claramente a capacidade das populações locais de vigiarem ou detetarem qualquer movimento inimigo, mas também a capacidade de utilizar o terreno para iludir o inimigo e ocultar aos seus olhos o que lhe poderia ser útil para a sua progressão no terreno.

Em resumo, a fronteira mirandesa desempenhou um papel fundamental nos três conflitos que serviram como pano de fundo, utilizada na Guerra da Aclamação como campo para desgastar e “divertir” o inimigo, através de entradas sucessivas no seu território, desviando as atenções e as forças militares espanholas de outros palcos de guerra, onde se procurava aprofundar o sucesso das operações militares. Nos conflitos seguintes, a fronteira mirandesa ocupou um lugar de maior relevância, sobretudo no caso da Guerra dos Sete Anos, quando o norte de Portugal foi visado pelas tropas franco-espanholas como a única possibilidade de contrariar o poder britânico em Portugal, em particular, e no Atlântico, em geral.

No que diz respeito às fortificações, tornou-se evidente que a Coroa lhes prestou a atenção devida, sendo as suas obras financiadas sobretudo com recursos locais, e orientadas normalmente pelos oficiais do exército, pelas autoridades municipais, e pelos engenheiros militares enviados pela Coroa. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, as estruturas defensivas medievais da região vão sofrer apenas ligeiras adaptações, de preferência sem grandes custos, para irem ao encontro das exigências da artilharia. Mas apenas as que se

---

<sup>1499</sup> Ver Anexo 1, Imagem 15.

encontravam mais próximas da linha de fronteira, postadas ao longo da estrada entre Miranda e Bragança, nomeadamente Vimioso e, claro, a praça de Miranda, mereceram obras “modernas”, ao longo da Guerra da Aclamação e da Guerra de Sucessão de Espanha, a primeira como centro logístico da fronteira, e a segunda como a principal praça de guerra neste troço da fronteira. No caso de Outeiro de Miranda, a sua localização privilegiada, com um raio de visão extraordinário sobre os dois lados da fronteira, ofereceu-lhe a missão de vigilância sobre a fronteira e sobre a estrada que conduzia a Bragança, em articulação com diversas atalaias. Mas a falta de obras “modernas” não significa, de todo, menosprezo. Certamente a falta de recursos financeiros foi um fator importante, mas, a não ser no caso de Vimioso, tanto Outeiro como a praça de Miranda eram consideradas, pelo menos durante a época da Aclamação, como inexpugnáveis, devido à topografia do terreno e ao facto de os acessos às fortalezas serem limitados e muito difíceis, rodeadas de terrenos escarpados ou de encostas íngremes e inacessíveis.

No que diz respeito ao enquadramento destas estruturas militares em “linhas de defesa”, será importante lembrar que vários autores falam na existência de várias linhas, ao longo da fronteira e prolongando-se para o interior. Neste caso, os castelos de Outeiro, Vimioso ou Miranda pertenceriam a uma primeira linha de defesa. Contudo, não podemos analisar as estruturas defensivas separadamente, mas inclui-las em sistemas mais vastos. Neste caso, consideramos duas linhas de defesa, sendo a mais antiga constituída pelos castelos de Algozo, Penas Róias e Mogadouro, seguindo uma linha mais interior, ao longo dos rios Sabor e Maçãs. Neste caso, os castelos serviriam sobretudo como centros de reordenamento e gestão económica do território, certamente em estreita ligação com a antiga via romana. A partir dos séculos XIII, XIV e XV, a linha de defesa principal deslocou-se progressivamente para a raia seca, oferecendo maior destaque às estruturas defensivas de Outeiro de Miranda e de Miranda do Douro e às vias que ligavam Bragança e Miranda, e onde surgiria, no início do século XVI, a fortaleza de Vimioso.

O carácter dos conflitos dos séculos XVII e XVIII trouxe à fronteira mirandesa uma nova dimensão, uma vez que as opções militares se tornaram também mais complexas e diversificadas. Durante a Guerra da Aclamação as ações militares na fronteira limitaram-se sobretudo a “entradas” de curta duração, de um lado e do outro, com objetivos muito

específicos, normalmente de roubo e pilhagem dos lugares mais próximos, evitando-se qualquer confronto de grande dimensão, pelo menos na fase inicial do conflito, até porque os efetivos que as autoridades militares conseguiam reunir eram escassos. A necessidade de atuar com rapidez impunha uma utilização mais frequente da cavalaria, a quem, obviamente, não interessava aproximar-se das fortificações existentes. As ações militares que ocorreram na fronteira mirandesa também tiveram outro sentido, o de servir como elemento de distração relativamente a outras ações bélicas, nomeadamente na fronteira do Minho, atuando, deste modo, dentro de uma estratégia bem definida de dividir a atenção do inimigo e, eventualmente, aproveitar a confusão gerada pelos ataques iniciados em diversos pontos da fronteira, retirando daí dividendos. Este tipo de ações foi bem visível no período do governo do conde de S. João, verdadeiro estratega e militar de caráter agressivo, que conseguiu reunir o maior número de efetivos utilizados na região contra o inimigo, efetuando razias profundas em território galego e eliminando, de uma vez por todas, qualquer capacidade ofensiva por parte do inimigo.

Este tipo de estratégia não obrigou a grandes alterações nas estruturas defensivas existentes, pautando-se as obras efetuadas, ao longo de quase toda a Guerra da Aclamação, pela construção de fossos e outras estruturas em terra que poderiam servir como primeira linha de defesa das fortificações, como aconteceu em Vimioso e Miranda. A nível de construção mais sólida, apenas podemos destacar a construção da atalaia de Vimioso, torre de vigia imponente que procurava colmatar as falhas provocadas pela localização do próprio castelo, em cota mais baixa. Contudo, o tipo de guerra desenvolvida neste período, levou sobretudo ao uso dos pontos de vigia em locais mais elevados, atalaias, fachos ou pendões que certamente estiveram em uso durante estes períodos conturbados e serviram, pelo menos, para avisar com tempo as populações que, desta maneira, poderiam fugir com os seus familiares e animais para locais mais inacessíveis aos invasores.

Durante a Guerra de Sucessão de Espanha, este tipo de guerra continuou a ser praticado ao longo da fronteira, durante a primeira fase do conflito. Contudo, a última etapa condicionou a fronteira mirandesa de outra forma, uma vez que a estratégia passaria, a partir de certo momento, pela ocupação de território para servir como moeda de troca nas negociações que se avizinhavam. Deste modo, o exército borbónico iria invadir o território

mirandês, conquistando e ocupando a cidade de Miranda do Douro, ação contrariada pela invasão do território zamorano por parte das forças portuguesas e posterior ocupação de praças como Puebla de Sanabria, Alcañices e Carbajales, e a reconquista de Miranda do Douro.

Ao longo deste período, as autoridades militares preocuparam-se de forma mais consistente com as estruturas defensivas existentes na região. Do lado português, destacamos a construção do hornaveque em Miranda do Douro, autêntica defesa avançada produzida pela conquista borbónica, a adaptação das torres do castelo e de partes da muralha urbana para receberem artilharia, transformadas, desta forma, em plataformas, mas também o esforço em restaurar as estruturas defensivas de Puebla de Sanabria, de muito maior fôlego do que as de Miranda. Do lado borbónico, será de assinalar a tentativa de limitar a capacidade defensiva portuguesa, nomeadamente com a destruição completa do castelo de Vimioso, que servia, até esta altura, como estrutura de apoio logístico da defesa de Miranda do Douro.

Como se tornou evidente, no último dos conflitos analisados, a Guerra Fantástica, um dos derradeiros episódios da Guerra dos Sete Anos, a guerra fez-se de forma diferente, quer em termos de meios utilizados, quer em termos de objetivos. Neste caso, as forças espanholas tinham o objetivo claro de invadir Portugal com um número significativo de tropas, ocupar território e atingir objetivos pré-determinados. Mais importante será destacar que a região mirandesa desempenhou um papel fundamental no contexto alargado da Guerra dos Sete Anos, mas mais importante ainda é verificar que este papel conduziu inexoravelmente ao despovoamento da região, à saída voluntária das autoridades, sobretudo eclesiásticas, para outras paragens mais seguras e, sobretudo, contribuiu para o esquecimento a que esta região seria votada durante muito tempo. Mas esta conclusão apenas foi possível através de uma visão de conjunto, alargada num tempo que se estendeu durante 121 anos, entre 1641 e 1762, mas antecedida por um dos períodos mais prósperos económica e socialmente na região, ou seja, os meados do século XVI.

Outro aspeto apreendido é que, no contexto bélico, as estruturas militares desempenharam papéis diferentes. No caso dos castelos de Penas Róias e de Algosó, pouco ou nada existe sobre a sua importância militar nesta época, desfazados no tempo e na

geografia, ocupados apenas em administrar as terras das comendas a eles adstritas. O castelo de Mogadouro continuaria a ter um papel cada vez menos militar e mais residencial, como centro e moradia principal dos Távoras na região, papel que, mesmo assim, seria preterido a favor de outras estruturas, ainda na primeira metade do século XVIII.

Por isso, uma memória económico-política de Trás-os-Montes, escrita na década de 1780 por José António de Sá, mostraria que a província se encontrava já num atraso profundo, mercê de muitos fatores, entre os quais a falta de gente, a que se acresciam outros problemas que condicionavam o desenvolvimento da região, tal como os privilégios e isenções que auferiam os soldados e famílias dos cinco regimentos de cavalaria e infantaria aí existentes, num total de 3.000 homens, e dos lavradores que integravam os cinco terços de auxiliares, num total de 5.000 homens<sup>1500</sup>. Mais uma vez, a guerra, mesmo na sua ausência, trazia consequências para a fronteira mirandesa.

No final do século XVIII, de acordo com diversos relatos, a situação militar no território era desastrosa, não existindo, por volta de 1796, qualquer fortificação capaz de garantir a defesa, porque era “*paiz aberto sem fortificações que não estejam arruinadas the o alicerce*”<sup>1501</sup>. Mesmo assim, José António de Sá, aluno da Universidade de Coimbra e magistrado natural de Trás-os-Montes, na sua “Memoria Academica” sobre a província, elaborada em 1780-81, apontava ainda como fortalezas confinantes com a Galiza e Castela, as de Montalegre, Erveredo, Chaves, Monforte do Rio Livre, Bragança, Outeiro, Miranda, Algosó, Penas Róias, Mogadouro e Freixo, não falando de Vimioso<sup>1502</sup>, decerto devido ao estado de ruína em que esta se encontrava.

Em 1800, o relatório espanhol dedicado a D. Pedro de Ceballos referia que na raia mirandesa existia a praça de Miranda, que não era um ponto muito defensável devido à sua localização, sendo o rio Douro a fronteira mais eficaz, uma vez que apenas se podia atravessar o rio por barcas e com muito perigo. Na raia seca, o autor do relatório indicava também a existência do castelo de Outeiro, de pouca importância na época, mas que considerava como “*un de los puntos más importantes de esta frontera*”, tendo em conta que, do lado espanhol, apenas existia um pequeno forte, quase demolido, em Carbajales.

---

<sup>1500</sup> SOUSAa, 1998, p. 420.

<sup>1501</sup> ALMEIDA, 2012, p. 69.

<sup>1502</sup> SOUSA, 1997, p. 374.

Para além destas duas estruturas, este autor assinalaria ainda o castelo de Bragança, em frente à praça de Sanabria, rodeado de muros antigos com cinco baluartes, com um castelo com várias torres e, num monte vizinho, um outro forte, chamado de São João, mas também de pouca defesa<sup>1503</sup>.

Quatro anos mais tarde, em 1804, um relatório militar diria que “*nesta Provincia não há Praça Forte ou Fortaleza ou artilharia alguma de prestimo, porque a invasão que os Espanhoes fizeram no anno de 1762, arruinarão as Praças de Chaves, a de Bragança e a de Miranda, assim como alguns castelos, todos porem irregulares, indefensáveis*”, aconselhando o mesmo autor, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, a conservarem-se, mesmo assim, os governos de algumas praças, entre as quais as de Outeiro e Freixo, para as quais aconselhava a destacar-se alguma guarnição<sup>1504</sup>.

Ainda mais tarde, um relatório militar de 5 de outubro de 1840, da autoria do capitão engenheiro A. Vasconcelos e Sá, faria a descrição das fortificações da 5ª Divisão Militar, tanto no que dizia respeito aos que, pela sua nulidade, deveriam ser abandonados, como os que, pela sua importância, convinha conservar, “*formando hum relatório exacto de todas as que na mesma existem, qual a sua posição e importância militar, estado de ruina, força da respectiva fortificação, conveniência politica da sua existência, e dos povos, finalmente quanto se oferecer sobre o objecto em questão*”. O autor do relatório diria que “*na guerra dos paizes montanhosos a vantagem pertence ao primeiro occupante*”, referindo-se, como é evidente, à vantagem defensiva proporcionada pelo relevo da região transmontana e os seus obstáculos naturais. Na sua opinião, não seriam necessárias três linhas de fortificações para cobrir a província, como deveria acontecer em regiões mais planas, mas bastaria uma única praça de guerra, situada entre os rios Tua e Corgo, nas imediações de Murça, para tornar “*a agregção desta Provincia de bastante dificuldade*”. No que dizia respeito às fortificações existentes, o mesmo capitão engenheiro relatava que não havia no território qualquer fortificação que pudesse resistir por muitas horas a qualquer força inimiga que se fizesse acompanhar com duas bocas de fogo, não lhe merecendo qualquer das estruturas defensivas o epíteto de “*praça*”. Diria ainda que noutros tempos existiram as praças de

---

<sup>1503</sup> *Memorial Historico Español*, Tomo 26, pp. 50-51.

<sup>1504</sup> ALMEIDA, 2012, p. 71; PT/AHM/DIV/3/9/24/6.

Chaves e Miranda, o forte de S. João de Deus, em Bragança, e os castelos de Outeiro, Monforte e Montalegre, mas que “a guerra de 1762, com a Hespânia, o tempo, e os crimes de algumas autoridades reduzirão estas fortificaçoens ao estado lastimoso em que hoje as vemos”, assinalando que, mesmo assim, os castelos da raia ainda estariam em melhores condições que os que existiam nas terras do interior<sup>1505</sup>.

Finalmente, um outro texto, datado de 1861, referia genericamente que muitas destas obras antigas estavam em ruína, mas que a sua demolição, em alguns casos, poderia fazer perigar outras construções, sobretudo casas de habitação que utilizavam troços de muralhas, como acontecia em Miranda: “na Provincia não existem Praças, fortes ou castelos; porem, sim troços d’antigas obras permanentes, cujo estado d’ abandono atesta, em absoluto sua inutilidade; na maxima parte estes fragmentos d’ antigas muralhas tendo complicada relação com construção urbana, seria impossível hoje demolilas sem arrastar a destruição d’ um grande numero d’ habitações civis”<sup>1506</sup>.

Outros tempos, outras vontades.

---

<sup>1505</sup> PT/AHM/DIV/3/01/07/11 (1840-10-5).

<sup>1506</sup> ALMEIDA, 2012, 78; PT/AHM/DIV/3/9/10/24.

## Glossário<sup>1507</sup>

### A

**ABALUARTADA (Fortificação)** – Fortificação adaptada à defesa contra armas de fogo, e que tem o baluarte como principal elemento. As suas fortalezas são de muros baixos, espessos e em talude, com merlões e canhoneiras. Iniciando-se a sua construção, em Portugal, no século XVI, a maior parte das construções foram construídas ou melhoradas no século XVII. Ver BALUARTE.

**ADARVE** – Também designado como caminho de ronda, localizado na parte superior da escarpa de uma fortaleza abaluartada, acima do cordão e abaixo das canhoneiras, protegido pelo parapeito e com ligação às guaritas. Nos castelos mais antigos, era o caminho existente no alto da muralha, protegido por parapeito e ameias.

**ALCAIDE** – Senhor e governador de um castelo, em nome do rei, e comandante da sua guarnição.

**ALCAIDE-MENOR** – Subordinado do alcaide, normalmente encarregue da manutenção da ordem e policiamento da povoação junto do castelo.

**AMEIAS** – Elementos macicos, implantados sobre o parapeito dos muros que coroavam as torres e as muralhas medievais, destinados a proteger os defensores nos adarves. Intervalo regular que separa os merlões num muro fortificado. Podiam ter configurações variadas, conforme a época de construção e a sua função.

**ANCHO** – Extensão de um elemento arquitectónico, no que se refere à sua largura.

---

<sup>1507</sup> FONTES: ALMEIDA, 2018; BLUTEAU, 1713, 1720, 1789; BORGES, 2015; CONCEIÇÃO, 2019; *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, 1971; LENDY, 1857; NUNES, 2005; PIMENTEL, 1680; RODRIGUES, 2002; SANTOS, 2012.



**APROXE** – O mesmo que APROCHE. Designava as obras de aproximação, como trincheiras, redutos ou minas, de uma força atacante relativamente a uma fortificação.

**ATALAIA** – Refere-se a torres ou pontos de vigia colocados em pontos altos, com boa visibilidade face à aproximação de forças inimigas.

## **B**

**BALUARTE** – Do alemão “*bolwerk*”. Era uma obra avançada do reparo, uma construção alta, sustentada por muralhas ou terra batida. Estrutura constituída por gola, faces e flancos compostos por linhas de defesa rasantes, dispostas em ângulos que poderiam ter diferentes valores. Possuía normalmente uma planta pentagonal irregular e situava-se nos ângulos salientes das cortinas da fortificação.

**BANQUETA** – Pequena altura de terra, no interior do parapeito, por onde subiam os soldados para descobrir e atirar sobre o inimigo.

**BARBACÃ** – Muro anteposto às muralhas e mais baixo do que estas, podendo defender apenas uma parte desta ou as suas portas, chamando-se, assim, BARBACÃ DE PORTA. Também se podia denominar de BARREIRA. Em Portugal, a maior parte das barbacãs foram construídas nos séculos XIV e XV.

**BARBACÃ DE PORTA** – Designação do muro mais baixo que defendia uma porta da muralha principal.

**BARREIRA** – O mesmo que BARBACÃ.

**BASTIDA** – Trincheira de paus muito unidos e seguros. O mesmo que PALIÇADA.

**BATERIA** – Plataforma em terra, coberta ou não, onde eram dispostas peças de artilharia.

**BRECHA** – Abertura provocada por forças atacantes numa fortificação, através de artilharia ou minas.

## C

**CAMINHO COBERTO** – Corresponde ao caminho no alto da contra-escarpa, no circuito exterior do fosso, protegido por um reparo que servia de parapeito. Geralmente este local servia para tomada de posições estratégicas no acto da guerra e também funcionava como caminho de ronda exterior.

**CAMINHO DE RONDA** – Zona das muralhas que permitia a vigilância regular efetuada pela ronda dos soldados. O mesmo que ADARVE.

**CAMPANHA (Fortificação de)** – Obra efetuada durante uma ação militar, com o objetivo de servir de obstáculo ao progresso do inimigo, tal como uma trincheira.

**CASTELO** – Construção medieval fortificada, defendido por muralhas, torreões, fossos e outros elementos de defesa. Localizava-se geralmente em pontos altos, servindo como residência de um senhor e de abrigo para as populações próximas.

**CAVALARIA AUXILIAR** – Unidades de cavalaria ligeira, normalmente utilizadas em operações de “pequena guerra”, chamando-se, então, pilhantes.

**CAVALEIRO** – Obra elevada, localizada sobre um baluarte ou qualquer outro elemento da fortificação. Seria levantada em forma quadrangular ou ovalada, semelhante a um baluarte, ou terraplano da cortina, sustentada por muros em terra ou taipa, de onde se defendia contra o inimigo com artilharia. Ver PADRASTO.

**CAVALO DE FRISA** – Barreira defensiva feita em madeira, atravessada por estacas

aguçadas, usado para impedir a passagem, usada sobretudo para contrariar os ataques de cavalaria ou formar barricadas. Tem origem na expressão francesa “*cheveaux de frisse*”.

**CERCA** – Muralha que se fecha sobre si mesma.

**CISTERNA** – Depósito de água, resguardado, localizado geralmente no interior da fortaleza.

**CONTRA-ESCARPA** – Declive do fosso, oposto à escarpa, tendo no alto o caminho coberto. Muro exterior de um fosso encimado por um caminho coberto.

**CORTINA** – Era a parte do reparo, com muralha em pedra ou cal, que ficava entre os flancos de dois baluartes.

**COURAÇA** – Torre avançada de um castelo, destacada, mas ligada a ele por longas muralhas, destinada a proteger um ponto importante, em geral, relacionado com acesso a água.

**CUBELO** – Torreão redondo ultrasemicircular, também designado por CUBO.

## **D**

**DONJÃO** – Do francês “donjon”. Torre principal dos castelos senhoriais franceses, redonda ou prismática, que servia de residência ao senhor e à sua família. Distinguiu-se da torre de menagem do castelo ibérico pelas suas origens, funções e maior tamanho.

**DRAGÕES** - Os “dragões” eram arcabuzeiros montados, mas que lutavam quase sempre a pé. Em Portugal surgiram em 1642.

## **E**

**ELEMENTOS EXTERIORES** – Elementos exteriores de defesa de um castelo (torre de vigia, torre albarrã e couraça).

**ESCARPA** – Face interior do fosso de um castelo, perpendicular no fundo. Podia ser exterior, para o lado de fora do cordão até ao fosso, ou interior, para o lado da praça.

**ESPLANADA** – Declive suave que vai do parapeito do caminho coberto até ao campo exterior. Designava também o recinto de um baluarte.

**ESTACADA** – Construção de madeira que reforçava a defesa das muralhas, de forma provisória ou definitiva.

**ESTRADA COBERTA** – Era um caminho além do fosso, em volta da praça, amparado por um parapeito.

## **F**

**FACE** – Lado do baluarte que se ligava à extremidade do flanco para formar um ângulo saliente.

**FACHO** – Ver VIGIA

**FALSA-BRAGA** – Antemuro, normalmente a meia altura da escarpa, com parapeito e adarve, que servia para defender o fosso e bater o caminho coberto. Servia como caminho das rondas, entre o reparo e a margem interior do fosso. Era quase como as barbacãs das muralhas antigas.

**FLANCO** – Parte do baluarte que ligava a face à cortina e que defendia a cortina, o flanco e a face do baluarte oposto, e o fosso.

**FORTALEZA** – Castelo ou cidadela mais forte e com mais baluartes, para segurança de cidades ou de portos.

**FORTE** – Pequena praça fortificada, sem qualquer povoação no seu interior, cercada de fossos, reparos e baluartes.

**FORTIM** – Forte de pequenas dimensões.

**FORTIFICAÇÃO** – Designa todos os trabalhos e obras de defesa, não só as fortalezas, como todas as restantes obras defensivas colocadas no terreno. Conjunto de sistemas defensivos de uma praça, castelo ou forte. Ver FORTALEZA.

**FOSSO** – Vala escavada em torno de uma fortaleza ou nas partes mais expostas. Podia ser seco ou cheio de água.

## **G**

**GOVERNADOR DA PRAÇA** – Comandante militar da praça, equivalente ao alcaide dos castelos medievais.

**GOVERNADOR DAS ARMAS** – Comandante militar de uma província.

## **H**

**HORNAVEQUE** – Construção exterior avançada numa fortificação composta por dois meios baluartes ligados por uma cortina. Era composta por dois lados longos a que se chamam ramais, e a frente provida com dois meios baluartes. Podiam ser “convergentes”, ou seja, com dois lados mais abertos do lado da campanha e mais fechados do lado da praça, “divergentes”, mais fechados na parte da praça e mais abertos da parte da campanha,

ou possuir ramais paralelos. Ver OBRA CORNA.

**HURDÍCIO** – Balcão fechado com orifícios (seteiras e mata-cães) localizados no topo das torres ou das muralhas de uma fortificação. Ver MATA-CÃES.

## L

**LEVAS** – Condução e recrutamento de militares.

## M

**MATA-CÃES** – Plataforma saliente sobre as portas de um castelo, com aberturas pelas quais se lançavam, verticalmente, líquidos ou projéteis.

**MEIA-LUA** – Obra menor exterior, de construção angular secundária que se erguia na frente de um baluarte, cobrindo-o de forma a protegê-lo do tiro direto. Era constituída por duas faces e dois flancos. Era uma obra do tipo do revelim, mais pequena e com a gola em forma de meia-lua.

**MEIO BALUARTE** – Baluarte incompleto, onde apenas um lado tinha flanco e face, sendo o outro lado retilíneo.

**MENAGEM (Torre de)** – Era a torre mais importante de um castelo, constituindo o último reduto e posto de comando do alcaide.

**MURALHA** – Muro construído geralmente em pedra, e que constituía a defesa de uma fortaleza ou de uma povoação.

## O

**OBRA CORNA** – Obra exterior, composta por dois meios baluartes unidos por uma cortina, construída em frente a um baluarte ou a um revelim. Podia ser de braços curtos ou compridos. O mesmo que HORNAVEQUE.

**ORDENANÇAS** – Unidades que prestavam serviço na guarnição das praças, substituindo as tropas em campanha.

**ORELHÃO** – Corpo saliente do flanco do baluarte, na ligação da face ao flanco. Destinava-se a resguardar a artilharia que atirava sobre o inimigo, quando este atravessava o fosso. Era a parte acrescentada em cada lado do baluarte, formada em redondo e que amparava o flanco coberto.

## **P**

**PADRASTO** – Monte, colina ou edifício que ficava superior a um vale ou edifício mais baixo. Relaciona-se com o termo CAVALEIRO, que significa monte de terra elevado, redondo ou quadrado, em que se colocava uma plataforma cercada de parapeito para cobrir os canhões, servindo para se opôr a qualquer bateria e permitir uma melhor visualização ampla do terreno. Estes fortins, mais simples, eram utilizados para guardar a passagem de um rio, desfiladeiro, ou entrada de uma ponte.

**PALIÇADA** – Obra exterior constituída por fortes estacas em pontas, cravadas no terreno e ligadas entre si. O mesmo que ESTACADA.

**PARAPEITO** – Muro de proteção para o exterior do adarve ou da plataforma, levantando-se acima do reparo. Terra levantada por cima do reparo com grossura conveniente e altura bastante para cobrir os soldados dos tiros inimigos.

**PÃO DE MUNIÇÃO** – Alimentação base dos soldados pagos, constituída por pão de trigo.

**PÉS DE CASTELO** – Eram companhias destinadas para a guarnição de uma praça. Podiam também ser artilheiros contratados e colocados nas fortificações e praças, que prestavam serviço exclusivo na artilharia dessas fortificações.

**PLATAFORMA** – Obra levantada sobre o parapeito da cortina, semelhante ao CAVALEIRO.

**PORTA FALSA** – Porta destinada a confundir o inimigo, a qual conduzia normalmente a um compartimento sem saída.

**POSTIGO** – Porta pequena e estreita, usada para a entrada individual de pessoas e animais.

**POTERNA** – Saída dissimulada que conduzia para o exterior da praça.

**PRAÇA** – Parte mais ampla de uma fortaleza abaluartada ou, na falta de uma cidadela, referia-se a toda a fortaleza.

**PRAÇA DE ARMAS** – Lugar de reunião dos defensores, no caminho coberto para as surtidas contra o inimigo.

## **R**

**REBUÇO** – Forma de dissimulação ou disfarce.

**REDUTO** – Era um fortim isolado ou uma fortificação construída no interior de outra. Podia ser também construída nas trincheiras dos aproxes ou no exterior, para descobrir algum sítio.



**REPARO** – Maciço de terra levantado à volta da praça, normalmente composto por escarpa interior, terrapeno, banquetta, parapeito, cordão e escarpa exterior. Podia ser revestido de muros de pedra e cal, com escarpa proporcionada para se sustentar.

**REVELIM** – Obra exterior menor, destinada a cobrir portas e cortinas, de forma triangular ou de trapézio. A sua gola era normalmente a CONTRA-ESCARPA. Era uma construção angular secundária que se erguia em frente da cortina principal, protegendo-a do tiro direto.

## S

**SETEIRA** – Abertura vertical, rasgada nos muros ou nas torres, pelo qual se lançavam projéteis como setas de arcos e virotões de bestas.

**SOLDADOS AUXILIARES** – Homens que ficavam excluídos nas levas, por exceções legais ou por estar preenchido o contingente, podendo ser chamados à fronteira por tempo limitado, sendo, então, pagos. Eram, por isso, soldados temporários, sem caráter de exército permanente, convocados apenas para épocas de campanha. Eram também conhecidos como SOLDADOS VOLANTES.

**SOLDADOS DE PRESÍDIO** – Soldados que formavam a guarnição que guardava uma praça.

**SOLDADOS PAGOS** – Constituíam as tropas permanentes, destinadas ao serviço de campanha, mas também às guarnições das praças e das fortificações mais importantes. Os soldados pagos constituíam as tropas permanentes. Os soldados pagos eram levantados entre as ordenanças, proporcionalmente ao número de homens alistados, recebendo pão e 50 reais por dia.

**SOLDADOS VOLANTES** – Os soldados volantes, ou auxiliares, só eram convocados para as épocas de campanha, operando apenas na sua província. Eram soldados

temporários, sem caráter de exército permanente. Ver SOLDADOS AUXILIARES.

## **T**

**TALUDE** – Reforço da muralha ou dos torreões, na sua parte inferior, de forte inclinação.

**TENALHA** – Obra exterior destinada a ocupar pontos salientes, levando a defesa a maior distância, composta por dois flancos e um ou dois ângulos reentrantes. Era colocada normalmente diante da cortina, entre dois flancos de dois baluartes. Era semelhante à OBRA CORNA, mas sem meios baluartes.

**TERRAPLENO** – Plataforma rasgada no reparo e protegida pelo parapeito, destinado às manobras das peças de artilharia e movimentação dos soldados.

**TORRE** – Construção mais alta, normalmente de planta quadrada, mas também circular ou poligonal, integrada num castelo ou fortaleza.

**TORREÃO** – Torre larga e ameada de um castelo.

**TRANSIÇÃO (Baluarte de)** – Baluarte típico da fortificação de transição, que corresponde, em Portugal, à primeira metade do século XVI, com variantes diversas, baseadas em desenhos italianos.

**TRANSIÇÃO (Fortificação de)** – Fortificação que, não sendo medieval nem abaluartada, possuía elementos dos dois estilos, situando-se cronologicamente na primeira metade do século XVI.

**TREM** – Conjunto de artilharia de um exército, para o qual eram requisitados pessoal e gado para conduzir as viaturas, fornecidos pela Coroa, por casas nobres ou contratados entre boleiros e almocreves. Funcionavam como pequenos arsenais, com a função de

porverem as províncias de tudo quanto respeitasse à artilharia. Começaram a ser substituídos em 1764, a partir da criação do Arsenal Real do Exército.

**TRINCHEIRA** – Obra em forma de vala, com um parapeito e paradorso, destinada a proteger os combatentes. Podia também ser utilizada pelos sitiadores para se aproximarem da fortaleza.

**TRONEIRA** – Orifício redondo e largo, aberto nas muralhas, torres ou barbacãs, ao nível inferior do parapeito, debaixo das aberturas. Estavam adaptadas para pequenas armas de fogo, como os trons, de diâmetro adequado ao calibre da arma. A fenda superior, que surge mais tarde, servia para observação em alcance, enquanto a fenda vertical servia para a observação direcional (troneira cruzetada).

## V

**VIGIA** – Podia ser uma torre isolada, localizada de forma a permitir o prolongamento da observação para locais com um ângulo de visão menor. Ver ATALAIA.

## Fontes

### Fontes cartográficas

#### Archivo General de Simancas (AGS)

GRISSOT, D. Juan - *Plano de la Plaza de Miranda y su Castillo, conforme se hallo despues de haverse bolado este en el 8 de mayo de 1762 haviendo tomado posesion por la brecha las tropas de S. M. , mandadas por el Exmo. Señor Marques de Sarria, el dia 9 de dicho mes, y la muralha que dando oy demolida enteramente, pelo engenheiro D. Juan Grisot, 1762, maio, 12, Catálogo Colectivo de la red de Bibliotecas de los Archivos Estatales, Archivo General de Simancas, Material Cartográfico, Signatura: MPD-58-077.*

HOBERT, Don Antonio - *Fortaleza de Miranda do Douro, 1762, AGS, Secretaria de Guerra, Legajos, Legajo: 02209, Signatura: MPD-65-106, disponível em «bibliotecadigital.rah.es»*

*Mappa com expressão de los puestos de la jurisdicción de Alcañices (Zamora) que deben ser custodiados constituyendo un cordón de seguridade sanitário para evitar el paso de personas y ganados procedentes de Almeida (Portugal), atacada de peste, 1757, AGS, secretaria de Guerra, Suplemento, Legajos, Legajo 00557, Signatura: MPD-54-045, disponível em «www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=177328».*

*Plano de la frontera Entre España e Portugal, 1641, Archivo General de Simancas, Cota: MPD-05-176.*

MOREAU, Pedro – *Plano de el Fuerte de Carvaxales, 1739, Archivo General de Simancas, Signatura: MPD-13-115.*

ROBELIN, Don Carlos - *Fort de Carvajales; Perfil du fort de Carvajales, 1721/05/27, Archivo General de Simancas, Secretaria de Guerra, Legajos, Legajo 3285, Signatura: MPD-12-134, Catálogo Colectivo de la Red de Bibliotecas de los Archivos Estatales – Mapas, Planos y Debujos.*

AGRAÇO, Pedro Pinto – *Planta da praça de Outeiro, situado na provincia de Trás os Montes*, s/d, Cota: 3236-2A-27-39 (DSE) – CRT/2003.

CARPINETTI, João Silvério - *Mappas das províncias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa (...) oferecidos ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Conde de Oeyras*, 1762, Biblioteca Nacional de Portugal / Biblioteca Nacional Digital, CA-203-P, disponível em «<http://purl.pt/745>».

CARVALHO, José Monteiro de – *Planta da Praça de Outeiro na provincia de Tras os Montes*, 1753, Cota: 3237/I-2A-26A-38 (DST) – CRT/2003.

CARVALHO, José Monteiro de – *Planta do Castello de Vimiozo na provincia de Tras os Montes*, 1753, Cota: 2978-2A-26A-38 (DST) – CRT/2003.

CARVALHO, Luís Gomes de e CAULA, Carlos Frederico Bernardo de – *Planta do Forte de Vimiozo*, 1797, Cota: 2979-2A-26A-38 (DSE) – CRT/2003.

*Outeiro, vila na provincia de Tras os Montes, com guarnição de 30 soldados destacados de Bragança*, s/d, Cota: 3237/IV-2A-26A-38 (DSE) – CRT/2003.

*Mapa da raia de Portugal que comprehende los Pueblos de los dos Reinos por la parte de Castilla con la distinción de Caminos Reales, veredas que siguen los Defraudadores, Pueblos de su abitación...*, 1785, Archivo General de Simancas, MPD-38-090, disponível em «<http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=182300>».

*Planta do Castelo Outeiro feito por ordem do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor George Cary, tenente general dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima*, s/d, Cota: 3237/III-2A-26A-38 (DSE) – CRT/2003.

*Villa de Outeiro na provincia de Tras os Montes, com guarnição de 30 soldados destacados de Bragança*, s/d, Cota: 3237/II-2A-26A-38 (DSE) – CRT/2003.

SILVA, Veríssimo Alvares da – *Planta do Castelo de Vimioso; Perfil do castelo de Vimioso [copiado no Archivo Militar]*, 1850, Cota: 2976-2A-26-37 (DSE) – CRT/2003.

TÁVORA, Luís de – *Planta do Castelo de Vimiozo*, situado na provincia de Tras os Montes, s/d, Cota: 2980-2A-26-37 (DSE) – CRT/2003.

Biblioteca Digital do Exército

AGRAÇO, Pedro Pinto - *Planta da Praça de Outeiro cituada na provincia de Traz-os-Montez por Pedro Pinto Agraço, Sargento Mor Engenheiro, s/d, G.E.A.E.M., Cota: 3236-2A-27-39.*

CARVALHO, José Monteiro de - *Planta da praça de Miranda do Douro na provincia de Tras os Montes, G. E. A. E. M., Cota: 3111-2A-25-35.*

CARVALHO, José Monteiro de - *Planta da Praça de Outeiro na provincia de Tras-os-Montes pelo Ajudante Ingenheiro Jozé Monteiro de Carvalho, 1753, G.E.A.E.M., Cota: 3237-I-2A-26A-38.*

CARVALHO, José Monteiro de - *Planta do castelo de Vimioso, 1753, G.E.A.E.M., Cota: 2978-2A-26A-38.*

CAVANHA, José Maria - *Planta de Miranda feita por ordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Jorge Cary Tenente General dos Exercittos de Sua Magestade Fidellissima, 1763, G.E.A.E.M., Cota: 3112-2A-25-35.*

CAVANHA, José Maria - *Planta do Castelo Outeiro feito por Ordem do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Gorge Cary tenente General dos Exercittos de Sua Magestade Fidellissima, G.E.A.E.M., Cota: 3237-III-2A-26A-38.*

CIBRÃO, José Joaquim Pereira – *Carta geográfica da provincia de Trás-os-Montes [pormenor], s/d, G.E.A.E.M., Cota: 3587-3-33-45.*

NUSSANE, José Champalimaud de - *Planta topográfica da Praça de Miranda: mostrando as suas ruínas, os projetos, e avaliação, para de novo se restabelecer: notando também o melhor lugar e projecto para formarse hum regimento de infantaria, pelo sargento mor de infantaria, com exercício de engenheiro, José Champalimaud de NUSSANE, março de 1780, G.E.A.E.M., Cota: 3108-2-21-30.*

NUSSANE, José Champalimaud de – *Vista da Praça de Miranda mostrando a destruição de suas Brechas, tirada da parte do Poente pelo Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro Jozé Chamaplimaud de Nussane, em Mayo de 1780, maio, I.G.C. (Instituto Geográfico Cadastral), 136.*

*Planta de Miranda do Douro cituada na Provincia de Tras os Montes, G.E.A.E.M.,*

Cota: 3109-2-21-30.

*Planta do castelo de Vimioso*, 1797, G.E.A.E.M., Cota: 2977-2A-26A-38.

*Planta do castelo de Vimioso* [copiado no Archivo Militar por V. Alvares da Silva], 1850, G.E.A.E.M., 2976-2A-26-37.

*Reconhecimento chorografico feito em 1840 pelo Capitão do Corpo de Engenheiros Vasconcellos aos Concelhos limítrofes da raia estrangeira da Provincia de Traz-os-Montes* [pormenor], G.E.A.E.M., Cota: 3590-3-32-44.

SÁ, A. J. Vasconcelos e [Capitão Engenheiro] - *Planta de Miranda do Douro*, 1840, G.E.A.E.M., Cota: 4015-2A-25-35.

TÁVORA, Luís de - *Planta do castelo de Vimioso cituada na Provincia de Tras dos Montes pelo Ajudante Engenheiro Luiz de Tavora*, G.E.A.E.M., 2980-2A-26-37.

*Villa de Outeiro de Miranda na Provincia de Tras os Montes com guarnição de 30 soldados destacados de Bragança*, G.E.A.E.M., Cota: 3237\_II-2A-26A-38.

Biblioteca Nacional de España (Biblioteca Digital Hispânica - «bdh.bne.es»)

BEAUMONT, Beltran e BEAUMONT, Pedro - *Plano de la Plaza de Miranda y de sus contornos*, 1762, Biblioteca Nacional de España / Biblioteca Digital Hispanica, MR-43-69, disponível em «<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000070386>».

GAVER, Antonio de - *Mapa del Reyno de Portugal*, Signatura: MR/43/70, Identificador: bdh0000070384.

GAVER, Antonio de - *Plano de la ciudad de Miranda, situada en las Margenes del Duero, en la provincia de tras los montes, distante tres leguas de la hermita de Nuestra Señora de la Luz, por cuió extremo pasa la linia de demarcacion que dibide los Reynos de España y Portugal, en el que se manifiestan los muros antiguos y las cortas obras de fortificazion moderna, con que quisieron corregir sus defectos, y asi mismo, se demuestra, el castillo ò casa fuerte de los Duques de tabara, con el extrago que à causado el Almasen de Polbora que se bolo, con prebencion, que por no haverse tenido à la mano los instrumentos nezesarios se lebanto este plano, el segundo dia que entraron nuestras*

*Armas, por triangulos y medidas ajustadas a la escala que le acompaña*, 1762, Signatura: MR/43/95; Identificador: bdh0000070409; CDU: 469.2.

GAVER, Antonio de - *Porción de Mapa de Castilla, y parte de la Provincia de Tras los Montes, en el que se manifiestan los Campamentos del Exercito, Ordenes de marcha, y Rutas que siguieron sus divisiones segun los diversos destinos que tuvieron, com distincion de los lugares en que se establecio el Quartel General, y Campos de la Artilleria desde 1º de Mayo en que partio el Exercito de Zamora hasta el dia 9, que se establecio el Quartel General en dos Yglesias, advirtiendo que solo se señalan en los lugares los primeiros que camparon siguiendo sus marchas segun las ordenes dadas por el Comandante General Marques de Sarria, y no las posiciones en que oy se hallan: porque havindose variado estas desde la rendición de Miranda, solo servirían de confusion*, 1762, Signatura: 874; Identificador: bdh0000036343.

GAVER, Antonio de - *Plano del Castillo o Casa fuerte de los Duques de Tabara situado a la parte del Norte, y en su extremo elevado de la Ciudad en el que (y por la Vista que le acompaña) se manifiestan las Ruinas, y Brechas que hizo el haverse Volado un Almacen de Polvora en el dia 8 del presente com lo demas que instruye la Explicacion*, Signatura: MR/43/76, Identificador: bdh 0000070396.

GAVER, Antonio de - *Plano de la ciudad de Miranda, situada en las margenes del Duero, en la provincia de tras los montes*, 1762, Biblioteca Nacional de España / Biblioteca Digital Hispánica, MR-43-95.

*Livro das fortalezas de Duarte de Armas, [Códice B]*, fl. 34v-35, Biblioteca Nacional de España / Biblioteca Nacional Digital, Signatura: MSS/9241, disponível em « <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000096106&page=1> ».

*Plano y vista de la Plaza de Miranda de Duero*, 1762, “La Historia de los Mapas Manuscritos de la Biblioteca Nacional, p. 312, nº 406; B.D.H., Signatura: MR/43/035; Identificador: bdh0000070363.

[Biblioteca Nacional de Portugal](#) (Biblioteca Nacional Digital: «[purl.pt](#)»)



ABBEVILLE, Nicolas Sanson d' – *Parte Septentrional do Reyno de Portugal*, Paris, 1654.

CARVALHO, José Monteiro de – *Carta Geographica das Provincias de Entre Douro e Minho e Tras os Montes dedicado a Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves*, 175(...)-1777?, Cota: D-158-R.

Eça, Lourenço Homem da Cunha de – *Carta Militar das Principaes estradas de Portugal*, Lisboa, 1808, Biblioteca Nacional de Portugal / Biblioteca Nacional Digital, PURL: PT/6302, Cota: cc-1226-r.

FER, Nicolas de – *Les frontieres d' Espagne et de Portugal, ou se trouve le Royaume de Portugal divise en ses cinq provinces*, 1703, Biblioteca Nacional de Portugal / Biblioteca Nacional Digital, CC-652-A, disponível em «<http://purl.pt/3552>».

JEFFERYS, Thomas - *Mappa ou carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve*, Londres, 1790.

LODGE, John – *The kingdom of Portugal and Algarve from Zannoni's map by J. Lodge geographer*, London, Laurie & Whittle, 1808, Cota: cc-1686-a.

NUSSANE, José Champalimaud de – Vista da praça de Miranda mostrando a destruição de suas brechas, tirada da parte do poente, 1780, Código de referência: PT/AHM/010/L48/PQ/1.

*Portugalliae que olim Lusitania, novíssima & exactissima descriptio*, 1560, Biblioteca Nacional de Portugal / Biblioteca Nacional Digital, CC-400-V, disponível em «<http://purl.pt/17253>».

*Reino de Portugal*, c. 1640 [pormenor], Biblioteca Nacional de Portugal / Biblioteca Nacional Digital, COTA: IL-239, disponível em «<http://purl.pt/23505>».

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio – *Carte des Royaumes de Portugal et d' Algarve*, disponível em «[purl.pt/30758](http://purl.pt/30758)».

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio – *Les royaumes de Portugal et d' Algarve*, Veneza, 1802, Cota: cc-393-a.

VARGAS MACHUCA, Tomás Lopez de – *Mapa General del Reyno de Portugal*, 1778, Cota: cc-664-a.

Bibliothèque Nationale de France online (<https://gallica.bnf.fr>)

BAILLIEUL, Gaspar – *Le Portugal et ses Frontières: Levée sur les lieux par ordre de Philippe IV, Roy d' Espagne, augment'et corrige sur de nouveaux mémoires*, 1735, disponível em «<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53057229s?rk=1030048;0>».

Direção Geral do Território ([www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

*Carta Administrativa de Portugal*, Séries Cartográficas (1:1 500 000), Dados: DGT@2019, disponível em «[mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html](http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html)»

Instituto Geográfico Português («[igeo.pt](http://igeo.pt)»)

Cartas Antigas

CARVALHO, José Monteiro de – *Carta Geographica da Provincia de Trás-os-Montes*, 1755, Cota: CA75.

CARVALHO, Luís Gomes de – *Carta Topographica da parte da provincia de Tras os Montes compreendida entre o Douro e o Sabor*, 1797, Cota: CA76.

*Mappa Topographico de parte da fronteira de Tras os Montes entre Chaves e o Rio Sabor*, s/d, Cota: CA77.

NUSSANE, José Champalimaud de - *Vista da praça de Miranda mostrando a destruição de suas brechas, tirada da parte do Poente*, 1780, Cota: CA386.

NUSSANE, José Champalimaud de – *Perfil tomado sobre a linha pontuada C.D. que travessa a Planta, mostrando como esta Praça de Miranda está enfiada pelos fogos do Inimigo. Antes da invenção da Polvora podia ser excelente citio porém presentemente não presta como se vê claramente*, 1780, Cota: CA387.

Real Academia de la Historia (Biblioteca Digital - «[bibliotecadigital.rah.es](http://bibliotecadigital.rah.es)»)

ABARCA, Silvestre - *Plano Ydeal del Campo que se formo en la villa de Torre de Moncorbo el dia 23 de Mayo de 1762*, 1762/05/24, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-003-033, N° de Registro: 00232.

ABARCA, Silvestre - *Mapa Ydeal desde dos Yglesias asta la torre de Moncorbo com los Campos que hizo el destacamento del Mariscal del Campo el Marqués de Tremanes y los puntos que ocupó a las zercanías de la Barca*, 02/06/1762, Real Academia de la Historia, Signatura: C-003-034, N° de registro: 00233.

VARGAS MACHUCA, Don Tomás López de Vargas – *Mapa de la provincia de Zamora*, 1773, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-IIIa-63, N° de Registro: 323; Signatura: C-AtlasE-Ia-24, N° de Registro: 916.

LÓPEZ, Don Thomás – *Mapa de la Provincia de Tras-los-Montes*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-AtlasE-Ia-65, N° de Registro: 958.

LÓPEZ, Don Thomás – *Mapa del Reyno de Portugal construído según las más modernas memorias*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-Atlas E-Ia-63, N° de Registro: 956.

LÓPEZ, Don Thomás – *Mapa general de Portugal*, 1778, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-Atlas E-Ia-70, N° de Registro: 963.

*Mapa de las ciudades fortificadas del Norte de Portugal*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-Ic-46, N° de Registro: 559.

*Mapa del Sureste de la provincia de Tras-os-Montes*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-I-c45, N° de Registro: 558, N° de control: RAH20101000179.

*Mapa de las provincias de Douro y Tras-os-Montes*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-Ic-16, N° de Registro: 215.

*Map of the Kingdom of Spain and Portugal, including Algarve, describing the post roads their stations and distances, chains of mountains and military actions*, London, 1846, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-061-019, N° de Registro: 01186.

OROZCUS, Marcus - *Descripción del Reyno de Portugal y de los Reynos de Castilla que parten com su Frontera*, s/d, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-048-016, N° de Registro: 00451.

*Plano de la Plaza de Miranda y de su Castillo conforme se halló después de averse bolado este*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-003-067, N° de registro: 00213.

BEAUMONT, Beltrán e BEAUMONT, Pedro - *Plano de la Plaza de Miranda y de sus contornos*, 1762/05/19, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-003-017, N° de Registro: 00216.

*Plano de la villa de Mugadouro y sus contornos*, 1762, RAH, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura antigua: C-003-069, N° de Registro: 00217.

*Plano de Miranda y de sus contornos*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-Ic-68p, N° de Registro: 552.

*Plano del Castillo de la villa de Outeiro*, 1762, RAH, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-003-009, N° de Registro: 00203.

*Plano del castillo de la villa de Outeiro*, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-Ic-9p, N° de Registro: 203.

*Reconocimiento de la Barca de Alba*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-003-029, N° de Registro: 00228.

*Reconocimiento de la Barca de Frejo*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-003-030, N° de Registro: 00229.

*Reconocimiento de la Barca de la Torre o del Posiño*, 1762, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-003-027, N° de Registro: 00226.

*Reconocimiento de la Barca de Villanova, 1762*, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-003-028, N° de Registro: 00227.

VARGAS MACHUCA, D. Tomás López - *Mapa de la Provincia de Zamora, comprende los partidos del Pan, el del Vino, el de Sayago, el de Carvajales, el de Alcañicas, el de Mombuey e el de Tabara (...) que hizo el Brigader e Yngeniero Director Don Julián Giraldo*. Por D. Tomás López de Vargas Machuca, geógrafo de los Domínios de S. M. por Real Despacho, Zamora, mapas generales. Real Academia de la Historia / Biblioteca Digital, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, Signatura: C-011-001-25, N° de Registro: 00916.

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico- SIPA

([www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt))

*Planta esquemática da torre e menagem do castelo de Penas Róias*, Códigos: DES.00005150 e DES.00005151.

*Planta esquemática do castelo de Algosó*, 1951, Código: DES.00006840.

*Planta esquemática do castelo de Miranda do Douro – Igreja de Miranda do Douro (antiga Sé) e planta de zona de proteção*, 1988, Código: DES.00004970.

*Planta esquemática do castelo de Miranda do Douro*, 1988, Código: DES.00004967.

The National Archives of Sweden («riksarkivet.se»)

Archive Institution: Krigsarkivet

0406 – Utlandska satds – och fastningsplaner (1550-1989)

18 – Portugal

FER, Nicolas de – *Les Frontieres d' Espagne et de Portugal, ou se trouve le Royaume de Portugal divide en ses cinq grandes provinces*, Paris, 1742, The National Archives of Sweden, Utlandska kartor, Portugal, Código: SE/KrA/0401/03/A/07, ID da

imagem: K0008628\_00001.

JEFFERYS, Thomas – *Mappa ou carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve*, Londres, 1790, The National Archives of Sweden, Utlandska kartor, Portugal, Reference Code: SE/KrA/0401/03/A/10b, Image ID: K0008632\_00001.

LOPEZ, Don Tomás – *Mapa General del Reyno de Portugal: comprehende sus províncias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos, &c*, Madrid, 1778, The National Archives of Sweden, Utlandska kartor, Portugal, Reference Code: SE/KrA/0401/03/A/04-01, Image ID: K0008624\_00001.

*Planta da cidade de Miranda*, c. 1640, Swedish National Archives (Riksarkivet), Utlandska Stads – och fastningsplaner, Código: SE/KrA/0406/18/008/001, ID da Imagem: K0007279\_00001.

## Fontes Impressas

ARAÚJO, João Salgado de – *Sucessos militares das armas portuguezas em suas fronteiras depois da Real aclamação contra Castela*, Lisboa, Paulo Craesbeeck impressor, 1644.

*Archivo Pittoresco*, volume V, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, 1862.

*Archivo Pittoresco*, volume VI, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, 1863.

ARMAS, Duarte de – *Livro das Fortalezas: fac-simile do Ms. 159 da casa forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, A.N.T.T., Ed. Inapa, 3ª ed., Lisboa, 2006.

BAILLIEU, Gaspard – *Le Portugal et ses frontieres*, Paris, 1735, BNF, disponível em «<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59665531/f1>».

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez & Latino*, Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, tomo 4, 1713.

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez & Latino*, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, tomo 6, 1720.

BOURGOING, J. F. – *Voyage du ci-devant duc de Chatelet, en Portugal*, Tome Premier, Paris, 1º an 6 de la République Française.

CAMPOMANES, Pedro Rodriguez - *Noticia Geografica del Reyno, y Caminos de Portugal*, en la Oficina de Joachin Ibarra, Madrid, 1762.

*Conducta de los Aliados y de el ultimo Ministerio desde el principio a la continuacion de la guerra*, Imprenta Real por Joseph Rodriguez, Madrid, 1712.

CARDOSO, Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas e lugares e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve*, Tomo I, Lisboa, Régia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747.

CARPINETTI, João Silvério – *Mappas das províncias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa, com huma Illustração, em que se dá huma breve noticia da Geografia, ensina-se o modo de usar dos Mappas, explicão-se os seus caracteres, e se põem huma breve, mas curiosa noticia do nosso Reino, Provincias, Cidades, e Villas mais principaes delle*, Lisboa, 1762. disponível em Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Digital, cota: CA-312-P.

CASTRO, João Batista de – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo Segundo, Parte III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

CASTRO, João Baptista de – *Roteiro terrestre de Portugal em que se ensinão por jornadas e Summarios não só os caminhos, e as distancias, que há de Lisboa para as principaes terras das Provincias deste Reino, mas as derrotas por travessia de humas a outras povoações delle*, Na Officina de Miguel Marescal da Costa, Lisboa, 1748.

*Chancelaria de D. Afonso V*: lv. 3; f. 43, A.N.T.T., Código de Referência: PT/TT/CHR/I/0003/000369, disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt>>.

*Chancelaria de D. Afonso V*: lv. 9, f. 8, A.N.T.T., Código de Referência: PT/TT/CHR/I/0009/000146, disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt>>.

*Chancelaria de D. Manuel I*: liv. 26, fl. 120v, A.N.T.T., Código de Referência: PT/TT/CHR/K/26/120-612V., disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt>>.

*Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, Volume I, tomo 1 (1433-1435), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

*Chancelarias Portuguesas, D. João I*, Volume I, Tomo 1 (1384-1385), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

*Collecção das leys, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado del Rey Fidelissimo D. Jozé o I, nosso senhor, desde o anno de 1761 até o de 1769*, Tomo II, Lisboa, Officina de António Rodrigues Galhardo, 1770.

*Correspondance du Marquis de Croix, capitaine générale des armées de S. M. C., vice-roi du Mexique, 1737-1786* (publié par le Mis C. M. P. de Croix), E. Grimaud, nantes, 1891, disponível em «<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30287951f>».

COSTA, Padre António Carvalho da – *Corografia Portugueza, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*, Tomo Primeiro, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

*Crónica de Portugal de 1419* (Edição crítica), Universidade de Aveiro, Aveiro, 1998.

*Crónica del Rey Dom Denis*, Rui de Pina, A.N.T.T., crónicas, nº 6, fl. 129V-130, disponível em «<https://digitarq.arquivos.pt>».

*Diccionario da Língua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, Tomo Primeiro, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

*Dicionário Geográfico*, Vol. III, A.N.T.T, Mem. 37, fl. 215-217.

FORTES, Manuel de Azevedo – *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados*, Tomo Segundo, Lisboa Occidental, na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Offício, 1729, B.N.D., Cota: sa-3905-p, disponível em «<purl.pt/14547>».

FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*, Lisboa Occidental, Officina de Bernardo António de Oliveira, 1755.

FREITAG, Adam – *L'architecture militaire ou la fortification nouvelle*, a Leide, chez les Elzeviers, 1635.

*Gazetta de Lisboa, Suplemento das noticias de Lisboa de 8 de Junho de 1762*, nº 23, disponível em «<hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>».

*Gazette: Recueil des Nouvelles ordinaires et extraordinaires; relations et recits des choses avenues, tant en ce royaume qu' ailleurs, pendant l'année mil sept cent dix*, Paris, Du Bureau d'Adresse, aux Galleries du Louvre, devant la rue Saint Thomas, 1711: Nº 11, Nº 31, Nº 33, Nº 35, Nº 39, Nº 48. *Recueil des Nouvelles ordinaires et extraordinaires;*



*relations et recits des choses avenues, tant en ce royaume qu' ailleurs, pendant l' année mil sept cent onze, Paris, Du Bureau d' Adresse, aux Galleries du Louvre, devant la rue Saint Thomas, 1712: N° 10, N° 18: N° 30, N° 33.*

Gazette de France, disponível em «galica.bnf.fr»: N° 32, N° 33, N° 34, N° 35, N° 36, N° 37, N° 39, N° 43, N° 45, N° 46, N° 47, N° 50, N° 53, N° 55, N° 56, N° 61, N° 62.

GÓIS, Damião de – *Chronica do Pincipe D. Joam, Rey que foy destes Reynos, segundo do nome, em que sumariamente se tratão as cousas substanciaes, que nelles acontecerão do dia de seu nascimento até o em que ElRey D. Affonso D. Affonso seu pay faleceo*, Lisboa Occidental, na Officina da Musica, 1724.

GONZÁLEZ, Juan – *Nueva Chorographica descripción de todas las provincias, villas, obispados, arzobispados, puertos, fortalezas y considerables lugares del Reyno de Portugal*, Sevilla, por Joseph Padrino, 1762, disponível em «bibliotecadigitalhispanica.bne.es», Signatura: GMM/2350, Identificador: bdh0000001013.

*Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, volume II (1653 a 1664), Lisboa, A.N.T.T., 1912.

LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, volume 12, Lisboa, 1890.

LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas del Rey Dom João de gloriosa memoria, o I deste nome, e dos reys de Portugal o X, e as dos reys D. Duarte, e D. Affonso o V*, Tomo I, Lisboa, na Officina de Joze de Aquino Bulhões, 1780.

*Lettres Historiques, contenant ce qui se passe de plus importante en Europe et les réflexions necessaires sur ce sujet*, Tome XXXVIII, Mois de Juillet 1710, A La Haye, Chez Adrian Moetjens, 1710.

LIMA, D. Luiz Caetano de – *Geographia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, Tomo Segundo, Lisboa Occidental, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, BND, Cota: ca-614-p\_2, disponível em «purl.pt/403».

LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2005.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, I.N.-C.M., 2ª ed., Lisboa, 2004.

LOPEZ Y VARGAS, Tomàs – *Atlas Geografico de España*, Madrid, 1766,

Biblioteca Nacional de España.

MEIRELES, Vicente Ribeiro de – *Promptuario das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocam*, 1689.

*Memorial Histórico Español. Colección de documentos, opúsculos y antigüidades que publica la Real Academia de la Historia*, Tomo XXVI, Imprenta y Fundación de Manuel Tello, Madrid, 1893.

MENEZES, Luís de – *História do Portugal Restaurado*, Tomos I, II e III, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, 1751.

*Mercurio Portuguez com as novas da guerra entre Portugal, e Castella (1663-1667)*, in DIAS, Eurico Gomes – *Olhares sobre o Mercurio Portuguez (1663-1667). Transcrição e comentários*, Lisboa, CEPSE / INCM, 2 vol., 2010.

*Nueva relacion, y curioso romance, en que se da cuenta, y declara la feliz victoria que han conseguido las armas de nuestro Catholico Monarca Don Carlos Tercero ... en la feliz toma de la plaza de Miranda, el Castillo de Otero, y la ciudad de Verganza, en los dias 9, 12, 15 de mayo de 1762*, Imprenta de la Santa Cruz, Salamanca, 1762, disponível em «[www.iberamericanadigital.net/bdpi](http://www.iberamericanadigital.net/bdpi)», Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano, Signatura: U/10462; Identificador: bdh0000110293.

*Ordenações Afonsinas*, Livro 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. [edição “fac-símile” de “*Collecção da legislação antiga e moderna do Reino de Portugal, Parte I da legislação antiga – Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, Livro I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1792*”].

*Ordenações Manuelinas*, Livro I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. [edição “fac-símile” de “*Collecção da legislação antiga e moderna do Reino de Portugal, Parte I da legislação antiga – Ordenações do Senhor Rey D. Manuel, Livro I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1797*”].

PIMENTEL, Luís Serrão – *Methodo Lusitanico de desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares, & Irregulares, Fortes de Campanha, e outras obras pertencentes a Architectura Militar distribuido em duas partes Operativa, e Qualitativa*, Lisboa, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680.

QUINCY, (Charles Sevin) Marquis de – *Histoire Militaire du Regne de Louis le Grand, Roy de France*, Tomo VI, D. Mariette, Paris, 1726, B.N.F., disponível em «<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb363788787>».

*Razon de entrar en Portugal las tropas españolas, como amigas, y sin-razon de recibirlas, como enemigas, manifiesto reducido a las memorias, presentadas de parte à parte*, Impressor Joseph Padrino, Madrid, 1762, Universidad de Sevilla, Biblioteca - fondos digitalizados, Fondo Antigo, Signatura: A 109/069(8), disponível em «<http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/2087/1>».

*Relaçam das noticias que se tiveram das Provincias de Tras os Montes*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galrão, 1711.

RESENDE, Garcia de – *Chronica dos valerosos, e insignes feitos del Rey Dom Joam II*, Coimbra, Real Officina da Universidade, 1798.

ROJAS, Cristóbal de – *Teorica y practica de fortificacion, conforme las medidas y defensas destes tempos, repartida en tres partes*, Madrid, por Luís Sanchez, 1598.

SILVA, António de Moraes - *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Tomo Primeiro, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Rodrigo Mendez – *Descripcion Geografica Historicas de todo el Reyno de Portugal*, 1704.

TINDAL, N. – *The continuation of Mr. Rapin's History of England from the Revolution to the Present Times*, volume XVII – *The History of England, Book XXX: From the year 1708 to the year 1712*, Mr. Knapton, London, 1773.

*The London Magazine: or Gentleman's Monthly Intelligencer*, volume XXXI, 1762, disponível em «[onlinebooks.library.upenn.edu](http://onlinebooks.library.upenn.edu)».

VELLOZO, Diogo Silveira – *Arquitetura militar ou fortificação moderna*, transcrição e comentários de SALVADOR, Mário, EDUFBA, 2005, disponível em «<http://books.scielo.org>».

Fontes manuscritas

[Archivo General de Simancas](#)

Secretaria del Despacho de Guerra

Fondos de Instituciones del Antiguo Régimen

Guerra Moderna, GYM, 19 – Guerra com Portugal (1761-63):

Legajo 1871, 22.05.1655; 25.05.1655; 20.06.1655. Legajo 2208, doc. 2, doc. 11, doc. 12, doc. 17, 23-5-2, 43, doc. 49, doc. 85, doc. 95, doc. 107-2, nº 110, doc. 111, doc. 113. Legajo 2209, nº 6, nº 7-2, nº 34, nº 34-4, nº 34-5, nº 35, nº 38, nº 39, nº 40, nº 41, nº 42, nº 49, nº 52-2, nº 57, nº 65, nº 68, nº 78, nº 79, nº 80, nº 81, nº 83-2, nº 84, nº 85, nº 85-2, nº 85-3, nº 87, nº 88, nº 89, nº 94, nº 97, nº 100, nº 101, nº 108.

#### Arquivo Distrital de Bragança

Paróquia de Duas Igrejas: Óbitos, nº 1, fl. 10-10v.

Paróquia de Ifanes: Registo de óbitos, nº 1, 1736-1799, 1762.05.21, fl. 32-32v.

Paróquia de Outeiro: Registo de óbitos, 1640-1669, Caixa 03, Lv. 001, fl. 3.

Paróquia de Vimioso: Livro de registo de óbitos, 1744-1764, fl. 73.

Tombo de medição e demarcação da Comenda da Villa de Alguozo.

#### Arquivo Histórico do Porto

Subsídio Militar (1760-1795), PT-CMP-AM/UF2010-16757, A-PUB/3203.

Vereações, Livro 84 (1760-1765), PT-CMP-AM/UF2007-11647, A-PUB/85.

#### Arquivo Histórico Militar

1ª Divisão: DIV/1/04/1/03, fl. 3; DIV/1/04/1/17; DIV/1/04/1/22, fl. 4; DIV/1/04/1/22, fl. 5; DIV/1/04/1/22, fl. 6; DIV/1/04/1/22, fl. 7, 8; DIV/1/05/1/39; DIV/1/05/1/40; DIV/1/06/28/62; DIV/1/06/36/01; DIV/1/06/43/30; DIV/1/06/48/34; DIV/1/06/49/63; DIV/1/06/49/62; DIV/1/06/49/63; DIV/1/07/1/12; DIV/1/07/3/26; DIV/1/07/4/23; DIV/1/08/3/16; DIV/1/08/3/40; DIV/1/08/3/50.

3ª Divisão: DIV/3/01/01/10; DIV/3/01/07/11; DIV/3/9/10/24; DIV/3/9/24/6;

DIV/3/9/11/24; DIV/3/3/27/13; DIV/3/3/27/14; DIV/3/3/32/8; DIV/3/3/34/1; DIV/3/3/40;  
DIV/3/3/64/132; DIV/3/3/64/133; DIV/3/3/64/159; DIV/3/3/64/164.; DIV/3/3/65/19;  
DIV/3/3/65/61; DIV/3/3/65/75; DIV/3/3/65/76; DIV/3/9/24/1; DIV/3/9/24/2;  
DIV/3/9/24/3; DIV/3/9/24/4; DIV/3/01/01/10; DIV/3/9/24/12.

4ª Divisão: DIV/4/1/23/002; DIV/4/1/04/03, fl. 20, 23; DIV/4/1/14/26; DIV/4/1/23/036.

#### Arquivo Municipal de Miranda do Douro

Atas: Livro 5 (1753-1759); Livro 6 (1759-65).

Auto de Vistoria à Porta de Santo António e Velhas, 03 maio 1857, fl. 1.

Livro de registo dos acórdãos e vereações da Câmara, nº 4 (1745-1753).

Livros de registo de leis, ordens, provisões:

Index do Registo; Livro 3 (1693-1710); Livro 4 (1711-1727); Livro 7, Caixa 1; Livro 9,  
Caixa 2 (1756-62); Livro 10, Caixa 2 (1762-66).

#### Arquivo Municipal de Mogadouro

Câmara Municipal

2 - Acórdãos, Actas, Assentos, Autos e vereações: Pasta nº 37, Livro 76, auto de câmara de 18 de julho de 1762, fl. 28; auto de câmara de 27 de julho de 1762, fl. 30; auto de câmara de 13 de agosto de 1762, fl. 33; auto de câmara de 03 de outubro de 1762, fl. 41.

#### Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo

Câmara Municipal: 2 – Acórdãos, atas, assentos, autos e vereações (39-40): Pasta nº 18,  
Livro de 1710, fl. 58v, fl. 81.; Livro de 1711, fl. 4.

Provedoria da Câmara: Registo de provisões, portarias, ordens e ofícios da Provedoria

Pasta nº 396, nº 3 (1756-1766), fl. 106-107v.

Constituição e Regulamentação: 1- Registo de leis, provisões e ordens régias, Livro 3º, fl. 45v.

#### Arquivo Municipal de Vila Real

Atas de Vereação (1709-1713): Lv. 011, CX 004, fl. 26v; Lv. 011, CX 004, fl. 29.

#### Arquivo Municipal de Vimioso

Livro de Atas de 1863, fl. 114v-115.

Livro do Registo das Ordens do Infantado e do Ouvidor

Caixa 6A, Livro 20, fl. 32, fl. 40; Caixa 9.

Livro dos acórdãos da Câmara de Vimioso

1712-1725, cx. 03, lv. 16, fl. 11.

#### Arquivo Nacional Torre do Tombo

Conselho da Fazenda:

Repartição do Reino, Portarias do Governo (1692-1759)

Caixa 243, Maço 1, 26 setembro 1757; Caixa 244, Maço 1: 09 dezembro 1749, 28 junho 1758, 06 fevereiro 1759, 25 outubro 1759, 06 novembro 1759.

Conselho de Guerra:

Consultas: Cx. 2, mç. 2C, nº 117;

Cx. 20, mç. 1, nº 60; Cx 21, mç. 2A, nº 1-5, 11, 15, 26, 31, 34, 41, 67; Cx. 22, mç. 2B, nº 74, 91, 98, mç. 2C, nº 106, 117, 123, 134, 155, 169, 171, 184, 188, mç. 3, nº 38; Cx.23, mç. 2C, nº 155, 169, 171, 184, mç. 2D, nº 195, 279; Cx. 24, mç. 2D, nº 279, mç. 2E, nº 281-1, 288, 300; Cx. 25, mç. 2E, 362, mç. 2F, nº 362; Cx. 26, mç. 2E, nº 457, 467, mç. 2G,

nº 408, 420, 436, 457, 467; Cx. 27, mç. 3, nº 14; Cx. 29, mç. 4, nº 23, 68, 69, 70; Cx. 30, mç. 4, nº 115, 139, 149, 152; Cx. 31, mç. 4A, nº 179, 192; Cx. 33, mç. 4B, nº 335; Cx. 34, mç. 4B, nº 373, mç. 5 nº 10, 72, 86, 104; Cx. 35, mç. 5, nº 86, 104; Cx. 37, mç. 6, nº 85; Cx. 38, mç. 6, nº 139, 203; Cx. 39, mç. 6A, nº 221, 258; Cx. 40, mç. 6A, nº 309, 324; Cx. 41, mç. 6B, nº 338, 356, 370, 372, 379; Cx. 43, mç. 7, nº 14; Cx. 46, mç. 8A, nº 95; Cx. 47, mç. A, nº 197, mç. B, nº 226;

Cx. 72, mç. 19A, nº 16

Cx. 308, Maço 9, nº 22, 27, 56;

Cx. 442, mç. 2, mç. 3, nº 38, 129; mç. 19A, cx. 72, nº 16.

Cx. 443, mç. 2;

Cx. 444, mç. 3;

Decretos: Mç. 1, nº 216, 125, 242; Mç. 2, nº 64, 89; Mç. 3, Cx. 302, nº 36, 42; Mç. 6, nº 51, 159; Mç. 7, nº 50; Mç. 8, nº 30; Mç. 10, Cx. 309, nº 22; Mç. 11, nº 25; Mç. 12, nº 32; Mç. 13, Cx. 312, nº 74; Mç. 66, nº 66, 70; Mç. 65, 61; Mç. 116, Cx. 366, nº 71; S/Mç., nº 90; S/Mç., nº 92.

Corpo Cronológico:

Parte II: mç. 14, nº 116; mç. 76, nº 74; mç. 112, nº 140.

Fragmentos:

Fragmento de petição de oficiais de Trás-os-Montes que andaram a lançar armas, Caixa 6, Maço 2, nº 44; Identificação: PT/TT/FRA/06.02/00044.

Registo Geral de Mercês:

D. Afonso VI: Lv. 17, fl. 42.

D. Pedro II: Lv. 7, f. 104; Lv. 8, fl. 174.

D. João V: Lv. 1, fl. 155v, fl. 118v; Lv. 2, fl. 465v; Lv. 11, fl. 78v; Lv. 17, f. 41, fl. 100v.

D. José I: Lv. 1, f. 149, f. 149v, f. 150.

Mercês da Torre do Tombo

Lv. 3, fl. 125-126; Lv. 13, fl. 108.

Manuscritos da Livraria:

ANTT/MSLIV/2713, 6.TIF, 8.TIF, 16.TIF, 22.TIF, 24.TIF, 30.TIF, 38.TIF, 48.TIF, 52.TIF, 54.TIF, 58.TIF, 62.TIF, 64.TIF, 68.TIF, 78.TIF.

Memórias Paroquiais:

Vimioso, Miranda do Douro; Identificação: PT-TT-MPRQ-41-344.

Ministério do Reino:

Cx. 724, mç. 621.

Pasta 17, nº 59.

Místicos:

Lv. 6, fl. 24 (1196-08).

Gavetas:

Gav. 3, mç 2, nº 15, mç. 7, nº 2; Gav. 6, mç. 1, nº 32; Gav. 7, mç. 3, nº 35, Gav. 11, mç. 6, nº 18.

Conde de Linhares:

Maço 51, doc. 2, p. 119.

Chancelarias Régias:

Chancelaria de D. Afonso III: Lv. 1, 1. 84-84v.

Chancelaria de D. Fernando: Lv. 1, fl. 4v, fl. 15v, fl. 19; Lv. 2, fl. 40-40v.

Chancelaria de D. Duarte: Lv. 1, fl. 174.

Chancelaria de D. João I: Lv. 2, fl. 155v; Lv. 3, fls. 170-170v; Lv. 4, fl. 21-21v

Chancelaria de D. Afonso V: Lv. 13, fl. 80-80v; Lv 24, fl. 78v; Lv. 26, fl. 25.

Chancelaria de D. João II: Lv. 6, fl. 6-6v, fl. 11; Lv. 18, fl. 48.

Chancelaria de D. Manuel I: Lv. 1, fl. 60; Lv. 2, fl. 43; Lv. 5, fl.7; Lv. 18, fl. 30v; Lv. 23, fl. 21v; Lv. 24, fl. 12v, fl. 65v, fl. 108; Lv. 25, fl. 127v, fl. 133; Lv. 26, 120v, Lv. 28, fl. 50,



fl. 135v; Liv. 30, fl. 64; Lv. 31, 98v; Lv. 32, fl. 42, 141v; Lv. 34, fl. 29v, fl. 35-35v; Lv. 36, 108v; Lv. 39, fl. 17v; Lv. 44, fl. 60.

Chancelaria de D. João IV: Livro 11 (1641-42), 26.09.1641.

Crónicas:

PINA, Rui de - *Crónica del Rey Dom Denis*, nº 6, fl. 129V-130.

Direitos Reais:

Lv. 2, fl. 283.

Leitura Nova:

Além Douro, Lv 1, fl. 246v-248v, fl. 251-252.

Além Douro, Lv. 2, fl. 11v-12.

Além Douro, Lv. 3, fl. 146v-147v, fl. 161v-162.

Além Douro, Lv. 4, fl. 193-193v.

Além Douro, Lv. 5, LXXII.

Leitura Nova, Lv. 41.

Leitura Nova, Lv. 35.

Livro 1 dos Direitos Reais, fl. 188, MF. 1.020.

Viscondes de Vila Nova de Cerveira:

Caixa 29, nº 3; Código de Referência: PT/TT/VNC/C/2903.

#### Biblioteca Nacional de España

CASTRO, António Ferreira de – *Notícias geográficas e históricas de Portugal*, manuscrito, c. 1741, Biblioteca Nacional de España, signatura: Mss/5687, disponível em «bdh.bne.es».

#### Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms. N° 940.

The National Archives ([nationalarchives.gov.uk](http://nationalarchives.gov.uk))

Secretaries of State

State Papers Foreign, Portugal: SP/89/55/87, fl. 249; SP/89/56/9, fl. 25; SP/89/56/4, fl. 12; SP/89/56/8, fl. 23; SP/89/88/4, fl. 8; SP/89/88/8, fl. 14; SP/89/88/26, fl. 61.

## Bibliografia

ABIÁN CUBILLO, David Alberto – *Guerra y ejército en el siglo XVIII*, Universidad de Cantabria, 2013.

ALARCÃO, Jorge de – *O domínio romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1988.

ALARCÃO, Jorge de – *Os limites das dioceses suevas de Bracara e de Portucale*, Portugalia, Nova Séria, vol. 36, Porto, DCTP-FLUP, 2015, pp. 35-48.

ALBAREDA SALVADÓ, Joaquim – *La Guerra de Sucesión de España (1700-1714)*, Crítica, Barcelona, 2012.

ALICIA CÁMARA, *Los Ingenieros militares de la monarquia hispânica en los siglos XVII e XVIII*, Ministerio de Defensa, Madrid, 2005.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O sistema defensivo da vila de Melgaço: dos castelos da reconquista ao sistema abaluartado*, Câmara Municipal de Melgaço, 2002.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (coord.) – *Castelo de Vimioso: do castelo ao arquivo municipal*, Vimioso, Câmara Municipal de Vimioso, 2012.

ALMEIDA, Fortunato de – *História de Portugal*, volume 12, Book Cover Editora, 2018.

ALVES, Francisco Manuel – *Bragança. Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Bragança, C. M. de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, Tomo I, 2000a.

ALVES, Francisco Manuel – *Bragança. Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Bragança, C. M. de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, Tomo III, 2000b.

ALVES, Francisco Manuel – *Bragança. Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Bragança, C. M. de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, Tomo IV, 2000c.

ALVES, Francisco Manuel – *Bragança. Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Bragança, C. M. de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, Tomo IX, 2000d.

ALVES, Francisco Manuel – *Bragança. Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Bragança, C. M. de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, Tomo XI, 2000e.

ALVES, Francisco Manuel e AMADO, Adrião Martins – *Vimioso, Notas Monográficas*, Vimioso, Câmara Municipal de Vimioso, 2002.

ALVES, José Lopes – *A Guerra da restauração (1640-1668) no teatro de operações transmontano. Através das “Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança” por Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal)*, in “Revista Militar”, nº 2446, novembro de 2005, pp. 11-55.

ALVES, Joaquim Ferreira – *O Porto na época dos Almadás (1757-1804)*, volume 1, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, FLUP, Porto, 1987.

ANDRADE, António Júlio – *Quadros militares da História de Moncorvo*, Associação Cultural de Torre de Moncorvo, 1992.

ANDÚJAR CASTILLO, Francisco – *De la comunidad local al servicio de la monarquía: milícia y venalidad en el ejército español del siglo XVIII*, in “Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (séc. XII-XVIII)”, Ed. Colibri / CIDEHUS-UE (Biblioteca Estudos & Colóquios, nº 30), 2012, pp. 229-248.

ANTUNES, João Manuel Viana – *Obras militares do Alto Minho: a costa Atlântica e a Raia ao serviço das Guerras da Restauração*, Dissertação de Mestrado, Porto, FLUP, 1996.

ANTUNES, João Manuel Viana – *De Âncora a Viana: quatro fortes do século XVIII na defesa da costa*, in “Carlos Alberto Ferreira de Almeida, in memoriam, volume I”, FLUP, Porto, 1999, pp. 93-104.

AZEVEDO, Rafael da Silva – *Evolução dos sistemas fortificados: o castelo e as muralhas de Guimarães*, Universidade do Minho / Escola de Engenharia, Dissertação de Mestrado, 2011.

AZOFRA AGUSTÍN, Eduardo – *Arquitectura militar*, in “Atlas da Raya Hispano-Lusa: Zamora / Trás-os-Montes”, Diputación de Zamora, 2009, pp. 169-175.

BARRENTO, António Eduardo Martins – *Os Planos da Guerra Fantástica*, in “Revista Militar”, nº 2452, maio de 2006, pp. 471-478.

BARROCA, Mário Jorge – *A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII*, Portugalia, Nova Série – volume XVII-XVIII, Instituto de Arqueologia / FLUP, 1996/1997.

BARROCA, Mário Jorge – *Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)*, Revista de História das Ideias, vol. 19 – A cultura da nobreza, Instituto de História e Teoria das Ideias / FLUC, 1997.

BARROCA, Mário Jorge – *D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa*, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, volume XV-1, Porto, 1998, pp. 801-822.

BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 2 volumes, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2000.

BARROCA, Mário Jorge – *Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)*, in “Actas do III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época”, Câmara Municipal de Guimarães, 2001, pp. 239-258.

BARROCA, Mário Jorge – *Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)*, Portugalia, Nova Série, vol. XXIV, 2003, pp. 95-112.

BARROCA, Mário Jorge – *Arquitetura Militar*, in “Nova História Militar”, volume 1, Círculo de Leitores, 2003a.

BARROCA, Mário Jorge – *De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira*, Portugalia, Nova Série, vol. XXIX-XXX, 2008-2009, pp. 193-252.

BEBIANO, Rui – *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (séc. XVI-XVIII)*, Coimbra, Edições Minerva, 2000.

BEBIANO, Rui – *Organização, Teoria e Prática da Guerra*, in “Nova História de Portugal, Volume VII – Portugal: da paz da Restauração ao ouro do Brasil”, Editorial Presença, Lisboa, 2001.

BLANCO-ROTEA, Rebeca – *Las fortificaciones de Goián - Vila Nova de Cerveira – Medos en el territorio fortificado transfronterizo galaico-portugués*, in “Revista Castillos de España”, 22 julio 2011, disponível em «[www.academia.edu/1058321](http://www.academia.edu/1058321)».

BLAS REINALDO, Romel de – *Cartografía turística de las fortificaciones fronterizas en la provincia de Salamanca*, Grado de Geografía – Trabajo de fin de grado, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2015.

BONNEY, Richard – *A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Os Bourbons e os Habsburgo disputam a Europa*, Osprey Publishing (2002<sup>1</sup>), RBA (col. Grandes Batalhas), Barcelona, 2010.

BORGES, Augusto Moutinho – *Reais Hospitais Militares em Portugal (1640-1834)*, Imprensa da Universidade de Coimbra / Comissão Portuguesa de História Militar, Coimbra, 2009.

BORGES, Emília Salvado – *A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 2015.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira – *As Ordenanças e as Milícias em Portugal - subsídios para o seu estudo*, volume I, Lisboa, Guarda-Mor, 2006.

BORREGUERO BELTRÁN, Cristina – *Del Tercio al Regimiento*, Valencia, Real Sociedad Económica de Amigos del País, 2001.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Um espaço, duas monarquias (interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa / Hugin Editores, 2001.

BRAGA, Maria Luísa – *A Inquisição em Portugal – primeira metade do século XVIII. O inquisidor D. Nuno da Cunha de Athayde e Mello*, I.N.I.C., Lisboa, 1992 (série História Moderna e Contemporânea, nº 10).

BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII), volume 1: As estruturas do quotidiano*, Lisboa, Teorema, 1992.

BUCHO, Domingos – *Métodos e escolas de fortificação abaluartada em Elvas*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

CALADO, Hugo Miguel Pinto – *A raia alentejana medieval e os pólos de defesa militar: o castelo de Noudar e a defesa do património nacional*, Mestrado em História Regional e Local, Lisboa, FLUL, 2007.

CAPEL SAEZ, Horacio *et alli* – *Los ingenieros militares en España, siglo XVIII. Repertorio biográfico e inventario de su labor científica y espacial*, Publicacions i edicions de la Universitat de Barcelona, Cátedra de Geografía Humana, Geo Critica – Textos de apoyo, nº 3, Universidade de Barcelona, 1983.

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*, Universidade do Minho, Braga, 2007.

CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes: o Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*, vol. 2, Porto, GEHVID, 2003.

CARDOSO, Isabel Vaz de Freitas – *Viver e conviver em terras raianas na Idade Média*, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, volume XV-1, Porto, 1998, pp.475-484.

*Carta Arqueológica do concelho de Vimioso – revisão do PDM*, Vimioso, Câmara Municipal de Vimioso, 2015.

CARVALHO, Ribeiro de – *Chaves Antiga. Monografia*, Lisboa, Oficina da Sociedade Nacional de Tipografia, 1929.

CÉNAT, Jean-Philippe – *Les fonctions de maréchal général des logis à l'époque de Louis XIV*, “Revue Historique des Armées”, nº 257, 2009, pp. 76-86, disponível em « <https://journals.openedition.org/rha/6874>».

CERNADAS SERRANO, Silvia – *La frontera luso-castellana en la Edad Media. El Tratado de Alcañices (1297)*, Máster Universitario de Historia Medieval de Castilla y León, Valladolid, Universidad de Valladolid, Facultad de Filosofía y Letras, 2012.

CHABY, Cláudio de – *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra*, volume 1, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869.

CHAGNIOT, Jean – *Guerre et société à l'Époque moderne*, Paris, PUF, 2001.

CLAUDINO, Sérgio – *Portugal Peninsular e os Desafios Regionais*, Finisterra, XLI, 81, 2006, pp. 105-120.

CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da – *Gabinete Histórico, Tomo IV (1640-1668)*, Impressão Régia, Lisboa, 1819.

CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da – *Gabinete Histórico, Tomo V (1668-1710)*, Impressão Régia, Lisboa, 1819a.

CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da – *Gabinete Histórico, Tomo VI (1710-1717)*, Impressão Régia, Lisboa, 1820.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – *A fortificação no contexto da cultura arquitectónica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral*, in “História da Arquitectura. Perspectivas Temáticas”, Coord. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da FLUP / CITCEM, Porto, 2019.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – *Da vila cercada à praça de guerra. Formação do espaço urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

CORREIA, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos – *Castelo em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

CORTÉS CORTÉS, Fernando – *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira (1640-1668)*, Lisboa, Livros Horizonte (col. Horizonte Histórico”, nº 27), 1990.

CORTÉS CORTÉS, Fernando – *Mentalidades militares na Estremadura espanhola em meados do século XVII*, Penélope, nº 5, Edições Cosmos, 1991, pp. 51-76.

COSTA, Fernando Dores – *As forças sociais perante a guerra: as Cortes de 1645-46 e de 1653-54*, “Análise Social”, vol. XXXVI (161), 2001a, pp. 1147-1181.

COSTA, Fernando Dores – *Formação da força militar durante a Guerra da Restauração*, “Penélope”, nº 24, 2001b, pp. 87-119.

COSTA, Fernando Dores – *A paz de 1668 e a ilegitimidade dos exércitos permanentes*, “Revista de História das Ideias, vol. 30: a Guerra, Instituto de História e Teoria das Ideias”, FLUC, 2009, pp. 355-374.

COSTA, Fernando Dores – *Insubmissão. Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa / Imprensa de Ciências Sociais, 2010.



COSTA, Fernando Dores – *Governadores das Armas, Mestres de Campo e Capitães-mores no Alentejo durante a Guerra da Restauração: inovações na administração e centros periféricos de poder*, in “Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (séc. XII-XVIII)”, Ed. Colibri / CIDEHUS-UE (Biblioteca Estudos & Colóquios, nº 30), 2012, pp. 199-227.

COSTA, Fernando Dores – *Interpreting the Portuguese War of Restoration (1641-1668) in a European Context*, e-Journal of Portuguese History, vol. 3, number 1, Summer 2005, disponível em «[www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies)».

COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, Temas & Debates, Lisboa, 2011, p. 264 (col. “Reis de Portugal”).

COSTA, João Paulo Oliveira e – *Mare Nostrum. Em busca de honra e riqueza*, Círculo de Leitores / Temas & Debates, Lisboa, 2013.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, Porto, 1993.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – *Ordens Militares e Fronteira: um desempenho militar, jurisdicional e político em tempos medievais*, in “Revista da Faculdade de Letras: História”, III Série, vol. 7, Porto, 2006, pp. 79-91.

COUTINHO, Ana Sofia de Almeida – *Imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII*, Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais, FLUP, Porto, 2007.

CRUZ SÁNCHEZ, Pedro J. – *El Fuerte Nuevo de Torregamones*, in “Fortificaciones abaluartadas de la provincia de Zamora”, Junta de Castilla y León, 2010a, pp. 12- 27.

CRUZ SÁNCHEZ, Pedro J. – *El Fuerte de Carbajales de Alba*, in “Fortificaciones abaluartadas de la provincia de Zamora”, Junta de Castilla y León, 2010b, pp. 30- 41.

CUNHA, D. Luís da – *Instruções Políticas*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.

DAVEAU, Suzanne – *A rede hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560)*, Finisterra, XXXV, 69, 2000.

DAVEAU, Suzanne – *A descrição territorial no numeramento de 1527-32*, Penélope. Revista de História e Ciências Sociais, nº 25, dezembro de 2001, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp. 7-39.

*Demarcações de fronteira. Lugares de Trás-os-Montes e de Entre Douro-e-Minho*, volume III, Centro de Investigação e de Documentação de História Medieval, Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, Porto, 2003.

DIAS, João José Alves – *A População*, in “Nova História de Portugal, volume V: Portugal – do Renascimento à Crise Dinástica”, Editorial Presença, Lisboa, 1998.

DIAS, José Alves, BRAGA, Isabel e BRAGA, Paulo Drummond – *A conjuntura*, in “Nova História de Portugal, vol. 5: do Renascimento à crise Dinástica”, Ed. Presença, Lisboa, 1998.

DIAS, Maria Helena – *Finis Portugaliae: nos confins de Portugal. Cartografia militar e identidade territorial*, Instituto Geográfico do Exército, 2009.

DIAS, Pedro – *A arquitectura gótica portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

DIAS, Pedro – *História da arte luso-brasileira: urbanização e fortificação*, Coimbra, Almedina, 2004.

DIAS, Ricardo Jorge Moreira – *Reconstituição digital em património. Os castelos de Vimioso e Monforte de Rio Livre*, 2º ciclo de Estudos em História da Arte Portuguesa, FLUP, Porto, 2014.

*Dicionário de História de Portugal*, SERRÃO, Joel (Dir.), volume I /A-D, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.

*Dicionário de História de Portugal*, SERRÃO, Joel, (Dir.), volume II /E-MA, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.

DÓRDIO, Paulo – *Chaves e as suas fortificações. Evolução urbana e arquitectónica*, Chaves, Município de Chaves, 2015.

ESPINO LÓPEZ, Antonio – *El declinar militar hispánico durante el reinado de Carlos II*, Studia Historica, revista de Historia Moderna, Ediciones Universidad de Salamanca, nº 20, 1999, pp. 173-198.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel do – *A grande estratégia de Portugal na Restauração (1640-1668)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009.

FALKNER, James – *The War of the Spanish Succession (1701-1714)*, Pen & Sword Military, 2016.

FARIA, Ana Leal de – *Arquitectos da Paz. A diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

FERNAN-NÚÑEZ, Conde de – *Vida de Carlos III*, Tomo I, Librería de Fernando Fé, Madrid, 1898.

FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo. Município tradicional*, Lema d' Origem, Município de Torre de Moncorvo, 2001.

FERNANDEZ DURO, Cesáreo – *Memorias Históricas de la Ciudad de Zamora, su Provincia y Obispado*, Tomo II, Establecimiento Tipografico de los Sucesores de Rivadeneyra, Madrid, 1882.

FERNANDEZ DURO, Cesáreo – *Memorias Históricas de la Ciudad de Zamora, su Provincia y Obispado*, Tomo III, Establecimiento Tipografico de los Sucesores de Rivadeneyra, Madrid, 1883.

FERREIRA, Carlos – *Sendin – Terra de Miranda. Geografia e Toponímia*, Lisboa, Âncora Editora, 2013.

FERREIRA, Manuel Duarte – *Mogadouro 1509. Duarte de Armas descodificado*, Edição do Autor, 2011.

FERREIRA, Maria Aline – *Monforte de Rio Livre. História, Lugares e Afectos (1273-1853)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2014.

FONSECA, Luís Adão da (Coord.) - *Entre Portugal e a Galiza (séculos XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*, Porto, CEPESSE / Fronteira do Caos Editores, 2014.

FORMARIZ, Francisco Manuel – *Caçarelhos. Apontamentos Monográficos*, EMAT, 2013.

FREDRIKSEN, John C. - *America's military adversaries: from colonial times to the present*, ABC-CLIO, Santa Barbara – California, 2001.

FREITAS, Eugénio da Cunha e – *Notícias do Velho Porto*, Porto, Campo das Letras (col. Descobrir o Porto, nº 11), 2006.

FREITAS, Isabel Vaz de – *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*, Ediciones Trea, 2006.

FREITAS, Jorge Penim de – *A cavalaria na Guerra da Restauração. Reconstrução e evolução de uma força militar (1641-1668)*, Lisboa, Prefácio (col. História Militar, nº 5), 2005.

FREITAS, Jorge Penim de – *O combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamentos dos militares ao serviço da coroa portuguesa (1640-1668)*, Prefácio, Lisboa, 2007.

GALINDO DÍAZ, Jorge – *El conocimiento constructivo de los ingenieros militares del siglo XVIII. Un estudio sobre la formalización del saber técnico a través de los tratados de arquitectura militar*, Tesis doctoral, Centro de Investigaciones CITCE - Universidad del Valle, Cali, Colombia, 2000.

GARCÍA ARENAS, Mar – *El periplo ibérico del general Dumouriez (1765-1767): una aproximación a las relaciones diplomáticas hispano-portuguesas*, “Revista de Historia Moderna - Anales de la Universidad de Alicante: Ejércitos en la Edad Moderna, nº 22”, Universidad de Alicante, Alicante, 2004.

GARCÍA ARENAS, Mar - *Los proyectos del General Dumouriez sobre la invasión de Portugal: una alternativa anulada en el proceso de revancha del III Pacto de Familia contra Inglaterra (1765-1767)*, in “El Equilibrio de los Imperios: de Utrecht a Trafalgar”, Actas de la VIII Reunión Científica de la Fundación española de Historia Moderna, volume II, Fundación Española de Historia Moderna, Madrid, 2005, pp. 537-550.

GARCÍA GÓMEZ, Ramón – *Las defensas del nordeste y la articulación territorial de la frontera. El sistema fortificado de la raya hispano-lusa en Trás-os-Montes e Alto Douro*, in “Actas do X seminário internacional sobre arquitectura militar – 2016”, CEAMA – Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, nº 15, 2017, pp. 100-146.

GOMES, Paulo José Antunes Dórdio – *Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FLUP, 1993.

GOMES, Rita Costa – *Castelos da Raia. Volume II – Trás-os-Montes*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2003.

GONÇALVES, Luís Jorge – *Implantação e conservação dos castelos da raia da Beira (séculos XII-XVI)*, pp. 131-140.

GONZÁLEZ ENCISO, Agustín – *Spain's mobilisation of resources for the war with Portugal in 1762*, in BOWEN, H. V. and GONZÁLEZ ENCISO, A. – *Mobilising Resources for war. Britain and Spain at work during the early modern period*, EUNSA, Ediciones Universidad de Navarra, Pamplona, 2006, pp. 159-189.

GRAHAM, Aaron – *Corruption, Party, and Government in Britain (1702-1713)*, Oxford, Oxford University Press (Oxford Historical Monographs), 2015.

*Guia de Inventário- Fortificações Medievais e Modernas, Versão 1.1.*, documento provisório, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, 2014, disponível em «[www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)».

*Guia Terra Fria transmontana*, Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, 2004.

GUILLAMÓN ÁLVAREZ, Francisco Javier e MUÑOZ RODRÍGUEZ, Julio D. – *Las milicias de Felipe V. La militarización de la sociedad castellana durante la Guerra de Sucesión*, in “Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante, nº 25 - El conflicto sucesorio (1700-1715)”, Universidad de Alicante, Alicante, 2007, pp. 89-112.

HERNANDÉZ FRANCO, Juan e MOLINA PUCHE, Sebastián – *El retraimiento militar de la nobleza castellana com motivo de la guerra franco-española (1635-1648). El ejemplo contrapuesto del Reino de Murcia*, in “Cuadernos de Historia Moderna”, nº 29, Universidad Complutense, Madrid, 2004, pp. 111-130.

HERVÁS HERRERA e RETUERCE VELASCO, *Intervención arqueológica en el Fuerte de Carbajales de Alba (Zamora)*, Instituto de Estudios Zamoranos “Florián del Ocampo”, 2000.

HESPANHA, António Manuel – *A Guerra da Restauração do Brasil*, in “Memória de Portugal: o Milénio Português”, Círculo de Leitores, 2001, pp. 362-363.

JORGE, Carlos Eduardo Resende Fernandes – *A adaptação à pirobalística nos castelos tardo-medievais do Noroeste Português*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FLUP, Porto, 2014.

KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna – *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens (1736-1756)*, mestrado em História Moderna, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Departamento de História, 2011.

LADERO QUESADA, Miguel-Angel – *Reconquista y definiciones de frontera*, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, volume XV-1, Porto, 1998, pp. 655-692.

LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, volume 1, Lisboa, 1873.

LE BRUN, Dominique – *Vauban, l' inventeur de la France moderne*, Paris, La librairie Vuibert, 2016.

LE MOS, Francisco de Sande – *Povoamento romano e medieval do Nordeste Transmontano. Aspectos de continuidade e mudança: perspectivas de investigação*, in “Actas do Congresso Histórico – 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio, 1995, pp. 115-152.

LENDY, A. F. – *Elements of Fortification*, London, John W. Parker and Son, 1857.

LOPES, Rui e CARNEIRO, Sérgio – *A praça forte de Chaves, estrutura e vestígios arqueológicos*, O Pelourinho – Boletín de Relaciones Transfronterizas, 2015, nº 19 (2ª época), pp. 147-176.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Estado e Poderes*, in “Nova História de Portugal, Volume VII – Portugal: da paz da Restauração ao ouro do Brasil”, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

LOUSADA, Abílio Pires – *A guerra na 1ª metade do século XVII*, Revista de História das Ideias, Vol. 30: *A Guerra*, Instituto de História e Teoria das Ideias / FLUC, 2009, pp. 315-335.

LOUSADA, Abílio Pires – *Guerra irregular. A atuação das milícias e o levantamento em armas dos camponeses de Portugal*, in “Guerra Peninsular. Prelúdio liberal do tecido político-social e a transformação do aparelho militar português, Instituto de Estudos Superiores Militares, Prefácio, 2010, pp. 95-118.

MACHADO, Cyrillo Volkmar – *Collecção de Memorias, relativas às vidas dos Pintores, e Escultores, Architectos, e Gravadores portuguezes, e dos Estrangeiros, que estiveram em Portugal*, Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, Lisboa, 1823.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O enquadramento do espaço nacional*, in “História de Portugal, Volume 3 – No Alvorecer da Modernidade”, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Dinheiro para a Guerra: as Décimas da Restauração*, in “No Portugal Moderno. Espaços, tratos e dinheiros”, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 101-136.

MAGALHÃES, Natércia – *Algarve - Castelos, Cercas e Fortalezas (as muralhas como património histórico)*, Letras Várias, 2008.

MANSO PORTO, Carmen – *Cartografia histórica portuguesa: catálogo de manuscritos (siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografía y Bellas Artes, 1999.

MANTAS, Vasco Gil – *Vias romanas e viagens transfronteiriças no século XVI*, in CRUZ VILLALÓN, Maria (Coord.) – “Viajes, viajeros y obra pública. Extremadura entre España y Portugal”, Extremadura Artística, nº 6, Universidad de Extremadura, 2014, pp. 75-98.

MANZANO LEDESMA, Fernando – *La Guerra de Sucesión en la provincia de Zamora y la paz hispano-lusa de Utrecht de 1715*, in “El Equilibrio de los Imperios: de Utrecht a Trafalgar”, Actas de la VIII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna (Madrid, 2-4 de Junio de 2004), Vol. II, Fundación Española de Historia Moderna, Madrid, 2005.

MARQUES, Fernando Pereira – *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*, Edições Cosmos / Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 1999.

MARQUES, José – *Os municípios na estratégia defensiva dionisina*, Porto, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, volume XV-1, 1998, pp.523-544.

MARTÍN MARCOS, David – *La paz hispanoportuguesa de 1715: la diplomacia ibérica en Utrecht*, in “Cuadernos de Historia Moderna”, nº 37, Universidad Complutense, Madrid, 2012, pp. 151-175.

MARTÍN VISO, Iñaki – *A criação da fronteira (séculos XII-XIII)*, in Atlas da Raya Hispano-Lusa: Zamora / Trás-os-Montes, Diputación de Zamora, 2009, pp. 21-27.

MARTÍNEZ RUIZ, Enrique – *Historia militar de la Europa Moderna*, Madrid, Editorial Síntesis, 2016.

MARTINS, Jorge – *Portugal e os Judeus, Volume 1: Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina*, Vega, 2006.

MARTINS, Miguel Gomes – *Guerreiros de Pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016.

MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte – *Portugal: o sabor da terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, Temas & Debates / Círculo de Leitores, 4ª edição, 2013.

MATTOSO, José – *Identificação de um País: Oposição-Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Temas & Debates / Círculo de Leitores, Lisboa, 2015.

MEDRANO FERNÁNDEZ, Violeta – *El comercio terrestre castellano-portugués a finales de la Edad Media: infraestructuras de apoyo a la actividad comercial y mercaderes*, in “Edad Media – Revista de Historia”, nº 8, Universidad de Valladolid, 2007, pp. 331-356.

MEIRINHOS, Luís Miguel Pires – *A evolução da Terra de Miranda: um estudo com base nos Sistemas de Informação Geográfica*, 2º ciclo de estudos em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, Porto, FLUP, 2014.

MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel – *Las fronteras de España en el siglo XVIII. Algunas consideraciones*, Obradoiro de Historia Moderna, nº 19, 2010, pp. 161-186.

MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel - *The Spanish-Portuguese Frontier (1297–1926). Identity midway between dialogue and settlement of accounts*, in “European Border Regions in Comparison. Overcoming Nationalistic Aspects or ReNationalization?”, Ed. STOKLOSA Katarzyna e BESIÉ, Gerhard, Routledge, New York-London, 2014, pp. 19-38.

MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel – *Un juego diplomático plagado de incertidumbres. Las negociaciones que precedieron al comienzo y al final de la guerra*



*entre Espanha y Portugal (1762-1763)*, Vegueta – Anuario de la Facultad de Geografía e Historia, nº 16, Universidad de Extremadura, 2016, pp. 195-220.

MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel – *La imposible definición y control de un espacio permeable. La frontera de España y Portugal (1767-1799)*, in “Las fronteras en el Mundo Atlántico (siglos XVI-XIX)”, TRUCHUELO, Susana e REITANO, Emir (ed.), Universidad Nacional de la Plata / Universidad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2017, pp. 251-290.

MENDONÇA, Manuela - *Bragança: da vila de fronteira à capital de província. Notas para uma monografia de Bragança, séculos XII-XVII*, in “Cidades, vilas e aldeias de Portugal: Estudos de História regional portuguesa”, volume I, Edições Colibri, 1995.

MENESES, Avelino de Freitas de – *A Diplomacia e as Relações Internacionais*, in “Nova História de Portugal, Volume VII – Portugal: da paz da Restauração ao ouro do Brasil”, Editorial Presença, Lisboa, 2001.

MONTEIRO, Helena – *A estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval*, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

MONTEIRO, João Gouveia – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

MONTEIRO, João Gouveia – *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – os desafios da maturidade*, in “Nova História Militar de Portugal”, volume 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003a.

MONTEIRO, João Gouveia – *Castelos e Armamento*, in “Nova História Militar de Portugal”, volume 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003b.

MONTEIRO, João Gouveia – *Organização e formação militares*, in “Nova História Militar de Portugal”, volume 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003c.

MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes – *As Cicatrizes da Guerra no espaço fronteiro português (1250-1450)*, Centro de História da Sociedade e Cultura / Palimage, Coimbra, 2010.

MORALES MOYA, Antonio – *Milicia y nobleza en el siglo XVIII (Apuntes para una sociología de las armas y de la nobleza de España)*, in “Cuadernos de Historia Moderna”, nº 9, Universidad Complutense, Madrid, 1988.

MOREIRA, Luís Miguel – *Um “coup d’oeil” sobre o Entre Douro e Minho pelo engenheiro militar Michel Lescolles, em 1661*, II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa, 2007.

MOREIRA, Luís Miguel – *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas*, Centro de Estudo Geográficos / Universidade de Lisboa, 2011.

MOREIRA, Luís Miguel – *Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII*, tese de Doutoramento em Geografia, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2012.

MOREIRA, Luís Miguel – *Mapas para uma Guerra fantástica: o Entre Douro e Minho em 1762*, in SILVA, Júlio Joaquim (Coord.) “Atas do XXI Colóquio de História Militar-Nos 250 Anos da Chegada do Conde de Lippe a Portugal: necessidade, reformas e consequências da presença de militares estrangeiros no Exército Português”, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2013, pp. 1049-1068.

MOREIRA, Luís Miguel – *Desenhar a linha: a fronteira luso-galega do Alto Minho na cartografia militar portuguesa dos séculos XVII-XIX*, Revista de Historiografia, 23, 2015, pp. 47-65.

MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira*, Revista de Ciências do Homem, volume IV, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973.

MORENO, Humberto Baquero – *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1985.

MORENO, Humberto Baquero – *Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II Série, vol. III, 1986, pp. 77-90.

MORENO, Humberto Baquero – *Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média*, in “Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto”, II Série, vol. IV, Porto, 1987, pp. 103-118.

MORENO, Humberto Baquero – *Alcaidarias dos castelos durante a regência do Infante D. Pedro*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II Série, vol. XII, 1995, p. 36.

MOURINHO, António Maria – *Invasão de Trás-os-Montes e das Beiras na Guerra dos Sete Anos pelos exércitos borbónicos, em 1762, através da correspondência oficial dos comandantes-chefes Marquês de Sarriá e Conde de Aranda*, Academia da História, Separata dos Anais”, II Série, volume 31, Lisboa, 1986.

MOURINHO, A. Rodrigues – *A Catedral de Miranda do Douro*, Ed. de Autor, Palaçoulo, 1993.

MOURINHO, A. Rodrigues – *A reconstrução da ponte de São Joanico no concelho de Vimioso*, Brigantia. Revista de Cultura, Bragança, vol. XIV, nº 3 / 4, julho-dezembro 7 1994, pp. 15-36.

MOURINHO, A. Rodrigues – *Documentos para o estudo da arquitectura religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro – Bragança (1545 a 1800)*, Miranda do Douro, Edição do Autor, 2009.

NUNES, António Lopes Pires – *Dicionário de Arquitectura Militar*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2005.

OLIVEIRA, Ana Maria da Costa – *Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FLUP, Porto, 2015.

OLIVEIRA, Carlos Prada de – *A diocese de Miranda do Douro em meados do século XVIII segundo as memórias paroquiais de 1758*, 2 volumes, Tese de Mestrado em História das Populações, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2006.

OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal*, Ésquilo, Lisboa, 2010.

OSSWALD, Helena – *Contributo para o estudo das relações entre o trono e o altar. A diocese do Porto e o esforço fiscal na restauração*, in “Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos”, volume 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 815-827.

PEREIRA, Emanuel Cardoso – *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIV*, 2º ciclo de Estudos em História Medieval e do Renascimento, FLUP, Porto, 2013.

PEREIRA, José Manuel Martins – *As Terras de Entre Sabor e Douro*, Setúbal, J. L. dos Santos & C.ª, 1908.

PIRES, Carlos Borges – *Contribuição para a História da agricultura de Miranda do Douro. Uma associação de pastores do século XVIII*, Chaves, Revista Aquae Flaviae, nº 30, dez. 2003, pp. 273-295.

PIRES, Nuno Lemos – *Guerra Global Portuguesa: a Restauração*, in “Revista de História das Ideias”, vol. 30: “A Guerra”, Instituto de História e Teoria das Ideias / FLUC, 2009, pp. 337-353.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 2 volumes, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, FLUP, Porto, 1997.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *O regime senhorial na fronteira do nordeste português. Alto Douro e Riba Côa (séculos XI-XIII)*, Hispania – Revista Española de Historia, 2007, vol. LXVII, nº 227, septiembre-diciembre, pp. 849-880.

PORTOCARRERO, Gustavo – *Sistemas de defesa costeira na Arrábida durante a Idade Moderna. Uma visão social*, Edições Colibri, 2003.

*Portugal em vésperas das invasões francesas. Conhecimento geográfico e configurações*, Catálogo da exposição, Instituto Geográfico do Exército, / Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2007.

*Portugalliae Civitates. Perspectivas cartográficas militares*, DIAS, Maria Helena (Coord.), Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, 2008.

REIS, António Matos – *História dos Municípios (1050-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

RIBEIRO, António Silva – *Organização superior de defesa nacional. Uma visão estratégica (1640-2004)*, Lisboa, Prefácio, 2004.

RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa – *O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (séculos XIII-XVII)*, in “RIBEIRO, Maria do

Carmo e MELO, Arnaldo Sousa (Coord.), *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*”, CITCEM/FCSH-IEM, Braga, 2013.

RODRIGUES, Manuel Benavente – *Grandes de Portugal no século XVIII. Inventários da Casa de Távora, Atouguia e Aveiro (1758-1759)*, Pecunia, nº 11, julho-diciembre 2010, pp. 27-59.

RODRIGUES, Luís Alexandre – *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, volume 1, dissertação de mestrado em História da Arte, FLUP, Bragança, 1995.

RODRIGUES, Luís Alexandre – *Bragança na Época Moderna. Militares e Eclesiásticos. A rua, a praça, a casa*, Actas do Seminário “Centros Históricos: Passado e Presente”, 2011, pp. 70-96.

RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord.) – *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*, 3ª Edição, Quimera, Coimbra, 2002.

SALGADO, Mónica – *Revisão do PDM do concelho de Miranda do Douro*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro, 2013.

SANCHES, Maria de Jesus – *Breve síntese do povoamento pré-histórico no planalto mirandês*, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II Série, vol. VI, 1989, pp. 445-453.

SANDE LEMOS, Francisco de – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, volume I-b, Braga, Universidade do Minho, 1993.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues – *Os forais de Miranda do Douro: duas gerações de forais*, Lletres Asturianas, nº 78, 2001, pp. 65-105.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues – *Documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes. Breve estudo e edição interpretativa*, Edições Colibri, Lisboa, 2008.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues – *Registo do foral manuelino de Miranda do Douro*, Câmara Municipal de Miranda do Douro / Centro de Estudos António Maria Mourinho, 2009.

SANTOS, H. Madureira – *Catálogo dos Decretos do extinto Conselho de Guerra: reinado de D. João IV a D. Pedro II*, volume 1, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1957.

SANTOS, H. Madureira – *Catálogo dos Decretos do extinto Conselho de Guerra da parte não publicada pelo general Claude de Chaby*, Separata do “Boletim do Arquivo Histórico Militar”, volume 3, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1961.

SANZ AYÁN, Carmen – *Administration and resources for the mainland war in the first phases of the War of the Spanish Succession*, in BOWEN, H. V. and ENCISO, A. González – *Mobilising Resources for war. Britain and Spain at work during the early modern period*, EUNSA, Ediciones Universidad de Navarra, Pamplona, 2006, pp. 135-158.

SEIXAS, Carlos – *Episódios da Guerra Fantástica – 1762 – na região de Torre de Moncorvo*, in “Brigantia: Revista de Cultura, vol. XXI, nº 1,2”, Bragança, jan-jun 2001, pp. 79-88.

SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2006 (col. “Temas Portugueses”).

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume I – Guerra da Restauração de Portugal (1661 a 1668)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume II – Guerra da Restauração de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume III – Guerra da Restauração de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume IV – Guerra da Restauração de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume VII – História da Engenharia Militar Portuguesa (Subsídios), III – Engenheiros Portugueses*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume VIII – História da Engenharia Militar Portuguesa (Subsídios) – IV – Engenheiros Portugueses*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume IX – História da Engenharia Militar Portuguesa (Subsídios) – V – Engenheiros Estrangeiros ao serviço de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume XIV – História da Engenharia Militar Portuguesa – VI – Engenheiros Franceses ao serviço de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas, Volume XVI – História da Engenharia Militar Portuguesa – VII – Engenheiros Franceses ao serviço de Portugal (continuação)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.

SILVA, Celestino José Fernandes da – *António José de São Payo, 1º Conde de São Payo (1720-1803): donatário, guerreiro e homem de Corte*, dissertação de mestrado em História Moderna, Porto, FLUP, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*, Lisboa, Temas & Debates (col. “Reis de Portugal”), 2009.

SORIANO, Simão José da Luz – *História do reinado de El-Rei D. José e da administração do Marquez de Pombal*, Tomo I, Lisboa, Typographia Universal, 1867.

SOUSA, Ana Teresa de – *O conjunto abaluartado de Évora*, Faro, Sílabas & Desafios, 2015.

SOUSA, Ana Teresa de – *A Guerra da Restauração (1640-1668) e a implantação das fortificações abaluartadas em Portugal e nos territórios ultramarinos: a importância dos Regimentos e Aulas de Fortificação*, V Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, Coimbra, 2017.

SOUSA, Armindo de – *Fronteira e representação parlamentar na Idade Média portuguesa*, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, volume XV-1, Porto, 1998, pp. 53-62.

SOUSA, Fernando de – *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá*, in Revista “População e Sociedade, nº 3, Centro de Estudos da População / CEPFAM, Porto, 1997, pp. 359-399.

SOUSA, Fernando de – *Uma descrição de Trás-os-Montes em finais do século XVIII*, Revista “População e Sociedade, nº 4, Porto, Centro de Estudos da População / CEPFAM, 1998, pp. 413-449.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *A linhagem dos Figueiredos e o Império Português (séculos XVI-XVIII)*, Congresso Internacional “Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime”, Lisboa, 18 a 21 de maio de 2011.

SOYER, François – *A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal. D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa (1496-1497)*, Edições 70, 2013 (col. Lugar da História, nº 83).

SPEELMAN, Patrick J. – *Strategic illusions and the Iberian War of 1762*, in “The Seven Year’s War. Global Views”, Edited by Mark H. Danley and Patrick J. Speelman, Brill, 2012 (History of Warfare, volume 80).

TABORDA, Virgílio – *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

TEIXEIRA, André – *Fortalezas do Estado Português da Índia. Arquitetura militar na construção do Império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

TEIXEIRA, António José – *Em volta de uma espada. Glórias mirandesas*, Imprensa das Oficinas de Fotogravura de Marques Abreu, Porto, 1930.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português (séculos XIII-XVIII) – Portugal-Brasil*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.) – *História Militar de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017.



TEIXEIRA, Ricardo – *O Castelo de Algosó. Do domínio régio ao senhorio hospitalário*, “Estudos/Património”, nº 7, IPPAR – Departamento de Estudos, 2004, pp. 178-191.

TÉLLEZ ALARCIA, Diego – *Guerra y regalismo a comienzos del reinado de Carlos III: el final del ministério Wall*, in “Hispania”, LXI/3, nº 209, 2001, pp. 1051-1190.

VAZ, Ernesto Albino – *A morfologia da cidade: a evolução urbana de Miranda do Douro no espaço e no tempo*, Centro de Estudos António Maria Mourinho / Câmara Municipal de Miranda do Douro, 2008.

VENTURA, António – *Planos espanhóis para a invasão de Portugal (1797-1801)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

VENTURA, Leontina – *A fronteira luso-castelhana na Idade Média*, Porto, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, volume XV-1, 1998, pp. 25-52.

VERDELHO, Pedro – *Roteiro dos castelos de Trás-os-Montes*, Câmara Municipal de Chaves, Chaves, 2000.

VICENTE, António M. Balcão – *a “Extremadura” leonesa – o caso da fronteira de Riba-Côa nos séculos XII-XIII*, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Volume XV-1, Porto, 1998, pp. 287-300.

VITERBO, Sousa – *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. 1 (A-G), Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

VITERBO, Sousa – *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. 2 (H-R), Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

VITERBO, Sousa – *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. 3 (S-Z), Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

WHITE, Lorraine – *Estrategia geográfica y fracasso en la reconquista de Portugal por la monarquia hispânica, 1640-1668*, Studia Historica, Revista de Historia Moderna, Ediciones Universidad de Salamanca, nº 25, 2003, pp. 59-91.

